



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**

**FERNANDA VASQUES FERREIRA**

**O papel do factual nos processos de agendamento e de enquadramento no  
telejornalismo**

Brasília

2018

FERNANDA VASQUES FERREIRA

**O papel do factual nos processos de agendamento e de enquadramento no  
telejornalismo**

Tese de doutorado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dione Oliveira Moura, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Comunicação.

Brasília  
2018

FERNANDA VASQUES FERREIRA

**O papel do factual nos processos de agendamento e de enquadramento no  
telejornalismo**

Brasília, 27 de junho de 2018.

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. João José Azevedo Curvello  
Presidente da Banca

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Iluska Maria da Silva Coutinho  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rafiza Luziani Varão Ribeiro Carvalho  
Universidade de Brasília

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Janara Kalline Leal Lopes de Sousa  
Universidade de Brasília

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cosette Espíndola de Castro  
(suplente)

Aos meus pais, Joca e Néia.  
Ao meu irmão, Renato, à minha cunhada, Ariane,  
e ao meu sobrinho, Luiz Antonio.  
Aos meus amores, Madu e Noivo.  
Aos meus tios, Anísio e Lucy.  
Aos meus alunos, com os quais aprendo.  
Ao meu país, por melhores condições a todos aqueles cidadãos  
a quem com frequência a cidadania é negada.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir chegar até aqui, pelos livramentos, pela fortaleza, pelas incontáveis bênçãos derramadas sobre mim e sobre meu percurso. A compreensão que tenho hoje de Deus é de que passei uma vida sabendo que Deus existe, mas isso não foi suficiente. Foi nas dificuldades que me aproximei Dele e que compreendi a importância de Sua presença em minha vida. Foi nas vitórias que percebi a ação Dele em minha vida e como, quando é por Ele, nada é impossível. O que vem Dele é sempre bom. E só vem Dele quando agimos em consonância com Seus princípios. Por isso, por mais que eu agradeça, por mais que eu reconheça a Sua presença em minha vida, eu jamais conseguirei expressar o tamanho do meu amor e de minha gratidão por esse Pai tão maravilhoso e misericordioso.

Ao meu pai, Antonio João Ferreira, o Joca, que partiu na reta final desta tese de doutoramento, que passou para a sala seguinte, para o outro lado da estrada, deixando uma enorme saudade, uma lacuna irreparável na minha vida e na vida de meus familiares. A ele, que foi um pai carinhoso, um grande Homem, meu maior exemplo de Trabalho, Honra e Honestidade, meu maior fã e o maior incentivador dos meus estudos e da minha incansável busca por conhecimento. Ele, que não mediu esforços para que eu pudesse estudar, contraditoriamente, teve pouco estudo, embora tivesse muita sabedoria de vida. Ele foi e continuará sendo o Homem que eu mais admiro e a quem eu sempre serei grata e dedicarei qualquer uma de minhas conquistas. Pai, o senhor se tornou minha “estrelinha” no céu, e eu consigo sentir sua presença em cada momento da minha vida, tão viva, tão alegre e tão iluminada como sempre foi. Joca, o senhor continuará sendo meu farol. Te amo.

À minha mãe, Alcidineia Vasques Ferreira, a mami, que me ensinou muito sobre a vida, que me orientou e me ensinou a ser forte como ela, a não desistir e a perseguir meus objetivos. A ela, que me propiciou a vida e zelou para que eu fosse uma grande mulher, o meu muito obrigada por todo o seu esforço e dedicação para que eu transcendesse a minha história. Te amo.

Ao meu irmão, Renato Vasques Ferreira, companheiro, amigo, parceiro e fonte de inspiração contínua. Obrigada por ser essa tão generosa alma que nos acompanha nessa vida e que por todos nós só nutriu amor. Obrigada pela sua

dedicação a tudo e a todos nós. A você devo muito do que sou e em você me espelho para ser cada dia melhor. Te amo.

À minha linda Madu, a minha “estrelinha” na Terra, meu melhor projeto, minha melhor escritura na Terra, fonte de todas as minhas inspirações, razão de ser de todas as melhores coisas que já me aconteceram. Você, que sempre foi uma bênção, uma dádiva, um milagre e o melhor presente de Deus para mim, foi quem me deu vida, me resgatou e deu motivos de sobra para me conectar com Deus e ser uma pessoa melhor a cada dia. Você, que foi um dos milagres de Deus, sabe que todas as minhas ausências sempre tiveram como motivação construir um futuro melhor para você e para as próximas gerações. Prometo que farei muitos bolos de chocolate, que desenharemos, que cantaremos e dançaremos na chuva, que viveremos intensamente e de forma infinita cada minutinho de nossa vida. Te amo.

Ao meu companheiro, amigo, parceiro e amor, o Noivo, por toda dedicação, abnegação e compreensão. Pela sua incondicional parceria, porque sem você o caminho seria, sem dúvida, mais difícil. Obrigada pelo amor e pelo cuidado, obrigada por ser leal a tudo o que sempre pensamos juntos, por me acompanhar e por ser ponta firme sempre. Te amo.

Agradeço aos meus orientadores, Luiz Martins da Silva e Dione Oliveira Moura. Com vocês, aprendi muito mais do que fazer ciência, aprendi que o tempo é algo relativo e precisa ser respeitado. Ao Luiz, por me acompanhar no início da trajetória do trabalho, por ter sido um companheiro de muitas vitórias e tantos outros enfrentamentos. Agradeço à Dione por ter sido a grata surpresa que a vida me trouxe. Uma orientadora dedicada, cuidadosa, mãe, mulher e pesquisadora que tem meu respeito, meu carinho e minha gratidão. Obrigada por enfrentar comigo os últimos 12 meses de produção desta tese, meses em que alcancei vitórias incríveis, embora, entre eles, eu tenha tido perdas tão significativas. É certo que, para sermos vitoriosos, “Devemos abrir-nos para a vitória. Ela, vitória, é uma criança alegre e corre para os braços que se abrem para ela! Abramos os braços largamente!” (Dione Moura). Obrigada por compartilhar experiências, dividir angústias e somar conhecimentos ao longo de nosso trabalho. Se você não existisse, seria imprescindível inventá-la.

Ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), pela acolhida de meu projeto e por ter propiciado experiências tão ricas no período de meu doutoramento. Aos professores com os quais cursei importantes disciplinas para minha formação. Ao professor João José

Curvello, por ter aceitado presidir minha banca. Às professoras examinadoras, por, prontamente, terem aceitado examinar meu trabalho e contribuir para a melhoria daquilo a que me dispus a fazer.

À Universidade Católica de Brasília (UCB), durante muito tempo, minha segunda casa, e à Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), por me permitirem desenvolver meu trabalho com liberdade.

Aos 11 repórteres da Rede Globo que aceitaram contribuir com minha pesquisa, concedendo-me entrevistas, e aos pesquisadores Wagner Barbosa de Oliveira e Carl Hart, que, de forma carinhosa, atenderam meu pedido de entrevista.

Agradeço aos meus alunos e ex-alunos, que tanto me incentivaram e me motivaram durante aulas, debates e reflexões a buscar respostas para o que me inquietava na perspectiva de minha pesquisa. A vocês também dedico os resultados deste trabalho.

Aos meus amigos queridos, por tudo o que, durante todo o tempo de doutoramento, fizeram por mim: desde a companhia leal até o apoio e a compreensão de minhas ausências. À minha amiga Marcelli Alves, minha irmã que o doutorado me deu de presente, luz constante no meu caminho. À minha amiga Rafiza Varão, minha irmã, meu oráculo, com quem aprendi e aprendo todos os dias. À Juliana Colussi, que, mesmo a distância, sempre me encorajou. Às minhas amigas Renata Costa e Angélica Fagundes, amigas que Santa Maria da Vitória me deu de presente, que me acompanharam e juntas vivenciaram a produção desta tese. À Gráfica Tradição e ao amigo Wescley pelo apoio. À minha família de coração em Belo Horizonte, Márcia, Thaís e Thiago e à Áurea. À Bel e à Mima, pelo cuidado, carinho e apoio nos afazeres diários. Ao Daniel Mangueira, à Aline Tavares, ao Roberto Lemos, à Jéssica Martins e à Anna Cristina, pelo apoio em diferentes etapas da tese. A minha amiga Débora Medeiros, que sempre depositou tanta confiança em mim e no meu trabalho. Ao Marcos Henrique, que sempre me apoiou. À Regina, por tantos cuidados com aqueles que amo. À Ariane, pela amizade e pela companhia de sempre. Ao Esteban Reynoso, ao Eliezer Lacerda, ao Lucas Lélis, à Marianne Paim e à Larissa Nogueira, por me ajudarem a abstrair os momentos de tensão ao longo de minha caminhada. Aos amigos Valdeci Augusto, Terezinha Oliveira e Luiz Caetano, pelas oportunidades no Oeste Baiano. Aos professores e amigos Luiz Ademir de Oliveira, Gerson Luiz Martins e Joadir Foresti, pela confiança e por me incentivarem na busca do conhecimento científico. Ao Vitor Vagner e ao Wesley Montinelly, pelas contribuições em língua

inglesa para esta tese. Já dizia Mário Quintana: “A amizade é um amor que nunca morre”. Obrigada a todos vocês, presentes de Deus, seres de luz em meu caminho.

Gratidão.



## **Aninha e suas pedras**

*Não te deixes destruir...  
Ajuntando novas pedras  
e construindo novos poemas.  
Recria tua vida, sempre, sempre.  
Remove pedras e planta roseiras e faz doces. Recomeça.  
Faz de tua vida mesquinha  
um poema.  
E viverás no coração dos jovens  
e na memória das gerações que hão de vir.  
Esta fonte é para uso de todos os sedentos.  
Toma a tua parte.  
Vem a estas páginas  
e não entres seu uso  
aos que têm sede.*

CORA CORALINA

## RESUMO

A pesquisa tem como objetivo geral descrever os processos de agendamento e de enquadramento jornalísticos adotados na cobertura da pauta sobre o consumo do *crack* e sobre as implicações sociais decorrentes do uso da droga na cobertura jornalística do telejornal de maior audiência da televisão brasileira no período analisado (2012 a 2017) – o *Jornal Nacional*. Para isso, procuramos conhecer os estudos sobre agendamento e enquadramento, sobre televisão e telejornalismo produzidos no século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI; os estudos realizados sobre *crack*; a perspectiva dos repórteres que produziram as reportagens analisadas neste trabalho e a visão de especialistas ligados a instituições de saúde, identificando as contradições existentes entre o fazer jornalístico e as perspectivas das diferentes áreas que abordam o tema, bem como os fatores que interferem no processo de agendamento e de enquadramento do *Jornal Nacional* no período desta análise. Inicialmente, realizamos um estudo exploratório que mapeou pesquisas e autores que discutiram o consumo do *crack* e as implicações sociais do consumo da droga e também as reportagens veiculadas pelo *Jornal Nacional* (JN) no período de 2012 a 2017. O recorte temporal adotado na pesquisa foi realizado com base na Teoria do Agendamento, de modo a levar em conta os efeitos de agenda da mídia no médio e no longo prazo. A partir do mapeamento das reportagens, entrevistamos os jornalistas que produziram as reportagens analisadas. Ao todo, o levantamento identificou 31 reportagens, das quais analisamos 19 reportagens cujos repórteres concederam-nos entrevistas, totalizando 11 repórteres entrevistados. Entrevistamos também dois especialistas em saúde pública para elucidar aspectos pertinentes ao fenômeno. A Triangulação Metodológica Teórica e entre Métodos foi empregada de modo a relacionar as evidências encontradas na investigação. Concluímos que o factual teve papel preponderante nos processos de agendamento e de enquadramento do consumo do *crack* e das implicações sociais da droga, embora reconheçamos outros fatores intervenientes apresentados neste trabalho. Constatamos que o *Jornal Nacional* agendou e enquadrou o assunto refletindo os processos pelos quais o acontecimento passa para se tornar noticiável, envolvendo as condições de produção jornalística, as experiências e vivências dos jornalistas, os princípios editoriais da empresa jornalística e as visões de mundo, bem como o posicionamento das fontes de informação utilizadas no discurso do telejornal. Embora o consumo do *crack* seja um problema social complexo, o telejornalismo produzido pelo *Jornal Nacional*, no período analisado, cobriu o assunto com uma abordagem factual comum, no JN, para temas que não possuem a mesma complexidade social.

**Palavras-chave:** Telejornalismo. Factual. Agendamento. Enquadramento. *Crack*. *Jornal Nacional*.

## ABSTRACT

The generality objective of this research is to describe the journalistic scheduling and editorial processes adopted in the coverage of the crack drug use pattern and the social implications of using the drug in the coverage of the television news coverage with the highest ratings of Brazilian television in the analyzed period (2012 to 2017) - the National Journal. For this, we look for the studies on scheduling and framing, on television and telejournalism produced in the twentieth century and in the first two decades of the twenty-first century; studies on crack; the perspective of the reporters who produced the reports analyzed in this study and the perspective of specialists related to health institutions, identifying the contradictions between journalism and the perspectives of the different areas that approach the theme, as well as the factors that interfere in the process of scheduling and framing of the National Journal during the period of this analysis. Initially, we carried out an exploratory study that mapped researches and authors that discussed crack consumption and the social implications of drug use, as well as the reports published by Jornal Nacional (JN) in the period from 2012 to 2017. The temporal cut adopted in the research was based on Scheduling Theory, in order to take into account the media agenda effects in the medium and long term. From the mapping of the reports, we interviewed the journalists who produced the reports analyzed. In all, the survey identified 31 reports, of which we analyzed 19 reports whose reporters gave us interviews, totaling 11 reporters interviewed. We also interviewed two public health experts to elucidate aspects pertinent to the phenomenon. Theoretical and Methodological Triangulation was used in order to relate the evidences found in the investigation. We conclude that the factual had a preponderant role in the scheduling and framing processes of crack consumption and the social implications of the drug, although we recognize other intervening factors presented in this work. We find that the National Journal has scheduled and framed the subject reflecting the processes by which the event passes to become newsworthy, involving the conditions of journalistic production, the experiences and experiences of the journalists, the editorial principles of the journalistic company and the visions of the world, as well as such as the positioning of information sources used in television news discourse. Although the consumption of crack is a complex social problem, the journalism produced by Jornal Nacional during the analyzed period covered the subject with a common factual approach in the JN for subjects that do not have the same social complexity.

**Keywords:** TV journalism. Factual. Scheduling. Framework. Crack. Jornal Nacional (TV news program).

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reprodução da ficção científica .....	54
Figura 2 – Telas do JN no <i>site</i> globo.com .....	156
Figura 3 – Porcentagem de conteúdos jornalísticos veiculados no JN .....	157
Figura 4 – Focalização/Enquadramentos Noticiosos Temáticos das reportagens exibidas pelo JN no ano de 2012 .....	240
Figura 5 – Focalização/Enquadramentos Noticiosos Temáticos das reportagens exibidas pelo JN no ano de 2013 .....	259
Figura 6 – Focalização/Enquadramentos Noticiosos Temáticos das reportagens exibidas pelo JN no ano de 2014 .....	268
Figura 7 – Focalização/Enquadramentos Noticiosos Temáticos das reportagens exibidas pelo JN em 2015 .....	272
Figura 8 – Focalização/Enquadramentos Noticiosos Temáticos das reportagens exibidas pelo JN em 2017 .....	283
Figura 9 – Focalização/Enquadramentos Noticiosos Temáticos identificados para as reportagens veiculadas no JN sobre o consumo do crack e as implicações sociais da droga .....	284
Figura 10 – Atributos identificados na análise das reportagens exibidas pelo JN...	285
Figura 11 – Reportagens exibidas no JN sobre o consumo do crack e as implicações sociais da droga .....	293
Figura 12 – Categoria Saliência – reportagens analisadas que foram destaques no JN.....	294
Figura 13 – Quantidade de reportagens veiculadas no JN sobre o consumo de crack e as implicações sociais da droga.....	306
Figura 14 – Repórteres entrevistados que realizaram reportagens nos anos de 2012 e 2013, período considerado para avaliação da Categoria Saliência da cobertura jornalística acerca do consumo do crack e das implicações sociais da droga no JN .....	312
Figura 15 – Categoria Tempo: duração total das reportagens .....	314
Figura 16 – Número e respectiva porcentagem de reportagens sobre o consumo do crack e as implicações sociais da droga exibidas no JN - 2012-2017.....	315

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Enquadramentos extraídos da pesquisa de Sena (2011).....	51
Quadro 2 – Descrição dos valores-notícia .....	99
Quadro 3 – Descrição dos valores-notícia .....	100
Quadro 4 – Descrição dos valores-notícia de seleção – critérios substantivos .....	102
Quadro 5 – Descrição dos valores-notícia de seleção contextuais .....	103
Quadro 6 – Reportagens do JN sobre o consumo do <i>crack</i> exibidas em 2012.....	158
Quadro 7 – Reportagens do JN sobre o consumo do <i>crack</i> exibidas em 2013.....	158
Quadro 8 – Reportagens do JN sobre o consumo do <i>crack</i> exibidas em 2014.....	160
Quadro 9 – Reportagens do JN sobre o consumo do <i>crack</i> exibidas em 2015.....	160
Quadro 10 – Reportagens do JN sobre o consumo do <i>crack</i> exibidas em 2017.....	160
Quadro 11 – Repórteres entrevistados e não entrevistados .....	161
Quadro 12 – Reportagens do JN sobre o consumo do <i>crack</i> exibidas em 2012.....	211
Quadro 13 – Reportagens do JN sobre o consumo do <i>crack</i> exibidas em 2012 e analisadas a partir da Categoria Focalização.....	213
Quadro 14 – Reportagens do JN sobre o consumo do <i>crack</i> exibidas em 2013.....	242
Quadro 15 – Reportagens do JN sobre o consumo do <i>crack</i> exibidas em 2013 e analisadas a partir da Categoria Focalização.....	244
Quadro 16 – Reportagens do JN sobre o consumo do <i>crack</i> exibidas em 2014.....	261
Quadro 17 – Reportagens do JN sobre o consumo do <i>crack</i> exibidas em 2014 e analisadas a partir da Categoria Focalização.....	262
Quadro 18 – Reportagens do JN sobre o consumo do <i>crack</i> exibidas em 2015.....	270
Quadro 19 – Reportagens do JN sobre o consumo do <i>crack</i> exibidas em 2015 e analisadas a partir da Categoria Focalização.....	2708
Quadro 20 – Reportagens do JN sobre o consumo do <i>crack</i> exibidas em 2017.....	275
Quadro 21 – Reportagens do JN sobre o consumo do <i>crack</i> exibidas em 2017 e analisadas a partir da Categoria Focalização.....	277
Quadro 22 – Quadro-resumo das focalizações e atributos das reportagens sobre o consumo do <i>crack</i> e as implicações sociais da droga exibidas no JN entre 2012 e 2017 .....	280
Quadro 23 – Quantidade de reportagens e tempo médio.....	310
Quadro 24 - Categoria Repetição nas reportagens exibidas no Jornal Nacional no ano de 2012 .....	317

Quadro 25 – Categoria Repetição nas reportagens exibidas no Jornal Nacional no ano de 2013 .....	319
Quadro 26 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem Consumo de crack atinge 90% das cidades brasileiras cujo enquadramento noticioso temático foi Saúde Pública e Segurança Pública .....	333
Quadro 27 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem Viciados em crack se espalham por várias regiões de São Paulo .....	337
Quadro 28 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem Crianças e jovens viciados em crack motivam ação especial da Justiça de São Paulo.....	340
Quadro 29 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem Bandos assaltam cidadãos nas ruas do Centro do Rio ....	344
Quadro 30 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do <i>crack</i> na reportagem Intervenção do governo não diminui consumo de <i>crack</i> em São Paulo.....	347
Quadro 31 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do <i>crack</i> na reportagem Nova crackolândia assusta moradores da Zona Sul de São Paulo .....	350
Quadro 32 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do <i>crack</i> na reportagem Policiais prendem 40 pessoas que vendiam pedras de crack para trabalhadores rurais .....	353
Quadro 33 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do <i>crack</i> na reportagem Vício do crack faz aumentar número de órfãos e crianças abandonadas no Rio de Janeiro.....	357
Quadro 34 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem Novos flagrantes de usuários de crack são registrados no Rio de Janeiro .....	359
Quadro 35 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem Usuários de crack se misturam aos traficantes e dificultam controle da droga .....	363
Quadro 36 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem Adultos dependentes de crack começam a ser internados de forma involuntária no Rio .....	366

Quadro 37 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem Usuários de crack do Rio voltam a ser vistos na Avenida Brasil .....	369
Quadro 38 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem Homem pede para ser acorrentado para tentar se livrar da dependência do crack .....	372
Quadro 39 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem Internação compulsória de dependentes de crack completa um mês .....	375
Quadro 40 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem Dependentes químicos vão ganhar emprego, hospedagem e alimentação em São Paulo.....	378
Quadro 41 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem Dependentes de crack têm primeiro dia de trabalho em projeto de São Paulo .....	380
Quadro 42 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem Polícia prende 11 suspeitos de abastecer Cracolândia em São Paulo.....	382
Quadro 43 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem Polícia desmonta Cracolândia de SP, mas usuários de crack voltam.....	385
Quadro 44 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem Crack chegou a Nova Iorque há 30 anos e prefeitura declarou guerra .....	388

## SUMÁRIO

Introdução.....	18
PARTE I.....	30
1 Teoria do Agendamento: origens e perspectivas contemporâneas.....	30
2 Como? Enquadramento e construção da realidade social.....	41
2.1 Tipos de enquadramento e classificações .....	51
3 Da tele-visão à televisão .....	53
3.1 Televisão e lógica operativa .....	62
3.2 Televisão: um meio em transição .....	65
3.3 Jornalismo, televisão e violência .....	69
3.4 Saúde e drogas: o que há em comum na cobertura jornalística? .....	73
3.5 Temáticas de saúde silenciadas na mídia .....	90
4 Princípios e características da produção jornalística .....	94
5 <i>Jornal Nacional</i> : objeto empírico observável .....	107
5.1 <i>Jornal Nacional</i> por Bonner: características, critérios e modo de fazer.....	108
5.2 Princípios editoriais do <i>Jornal Nacional</i> segundo as Organizações Globo.....	110
5.3 <i>Jornal Nacional</i> : um telejornal de referência? .....	114
6 Caminhos para compreensão do “factual” no jornalismo .....	115
6.1 O factual no telejornalismo: apenas o ponto de partida e não a razão de ser .	120
7 Geopolítica dos impactos sociais e de saúde a partir do consumo do <i>crack</i> .....	124
7.1 O consumo do <i>crack</i> no Brasil: droga conhecida pela imprensa e pela polícia	131
PARTE II.....	143
8 Procedimentos metodológicos.....	143
9 Descrição das reportagens sobre o consumo do crack exibidas no <i>Jornal Nacional</i> de 2012 a 2017 .....	155
9.1 Seleção do material analisado.....	155
10 Descrição das reportagens sobre o consumo do crack no <i>Jornal Nacional</i> .....	163
10.1 Reportagens sobre o consumo de <i>crack</i> exibidas no <i>Jornal Nacional</i> em 2012....	163
10.2 Reportagens sobre o consumo de crack exibidas no <i>Jornal Nacional</i> em 2013....	184
10.3 Reportagens sobre o consumo de <i>crack</i> exibidas no <i>Jornal Nacional</i> em 2014....	195
10.4 Reportagens sobre o consumo de <i>crack</i> exibidas no <i>Jornal Nacional</i> em 2015....	200



10.5	Em 2016, o <i>Jornal Nacional</i> não apresentou reportagens sobre o consumo do <i>crack</i> .....	202
10.6	Reportagens sobre o consumo de <i>crack</i> exibidas no <i>Jornal Nacional</i> em 2017.... 202	
11	Um olhar a partir das teorias do agendamento e do enquadramento .....	208
11.1	Reportagens sobre o consumo do <i>crack</i> veiculadas em 2012 .....	208
11.2	Reportagens sobre o consumo do <i>crack</i> veiculadas em 2013 .....	241
11.3	Reportagens sobre o consumo do <i>crack</i> veiculadas em 2014 .....	260
11.4	Reportagens sobre o consumo do <i>crack</i> veiculadas em 2015 .....	269
11.5	Reportagens sobre o consumo do <i>crack</i> veiculadas em 2017 .....	272
12	O factual como fator de agendamento sobre o consumo do <i>crack</i> no <i>Jornal Nacional</i> .....	292
12.1	Tempo <i>versus</i> relevância: o tempo instintivo e institucional como valor-notícia e fator decisivo para o agendamento no <i>Jornal Nacional</i> .....	313
12.2	Análise dos enquadramento e atributos das reportagens sobre o consumo do <i>crack</i> no <i>Jornal Nacional</i> de 2012 a 2017 e das entrevistas realizadas com os repórteres do <i>Jornal Nacional</i> .....	325
12.3	Análise dos enquadramentos e dos atributos das reportagens veiculadas no <i>Jornal Nacional</i> em 2013 e das entrevistas com os respectivos repórteres .....	360
12.4	Análise dos enquadramentos e dos atributos das reportagens veiculadas no <i>Jornal Nacional</i> em 2014 e das entrevistas com os respectivos repórteres .....	376
12.5	Análise dos enquadramentos e dos atributos das reportagens veiculadas no <i>Jornal Nacional</i> em 2015 e das entrevistas com os respectivos repórteres .....	381
12.6	Análise dos enquadramentos e dos atributos das reportagens veiculadas no <i>Jornal Nacional</i> em 2017 e das entrevistas com os respectivos repórteres .....	383
13	Triangulação metodológica: evidências acerca do agendamento e do enquadramento da cobertura jornalística do <i>Jornal Nacional</i> sobre o consumo de <i>crack</i> e as implicações sociais da droga .....	390
	Conclusões .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b> 3
	Referências.....	416
	Glossário dos termos do jornalismo televisivo.....	423
	Glossário dos demais termos presentes na tese.....	424

## Introdução

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada em 2015, indicou que mais da metade da população brasileira (52%) com 25 anos ou mais de idade tinha ensino fundamental completo ou equivalente. Ainda no universo de pessoas com 25 anos ou mais de idade, 26,4% tinham o ensino médio completo, e apenas 13,5% completaram o ensino superior. De acordo com a mesma pesquisa, o brasileiro estuda, em média, sete anos – as mulheres chegam a estudar um pouco mais que os homens, alcançando a marca dos oito anos de estudos. Todavia, esse tempo não é suficiente para terminar o ensino fundamental, que dura nove anos. Nesse contexto de formação e qualificação, a Pnad 2015 indicou que a população de 15 anos ou mais de idade (considerada, pela pesquisa, população ativa e, por sua vez, em formação) foi estimada em 161,8 milhões de pessoas, e, desse total, 104,8 milhões constituem pessoas economicamente ativas, portanto são consideradas força de trabalho, e 57 milhões não são economicamente ativas.

É nesse cenário do ensino brasileiro da segunda década do século XXI, em que poucos chegam ao ensino médio e uma parcela menor ainda da população alcança o ensino superior, que se destaca o acesso à televisão como principal fonte de informação, em detrimento da escola. Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM, 2016), 63% dos entrevistados se informam sobre o que acontece no Brasil pela televisão. A Rede Globo de Televisão é a emissora de maior audiência da televisão brasileira, e, conforme dados da PBM 2016, 56% dos entrevistados que assistem à televisão assistem à Rede Globo. Dos que assistem à televisão, 56% disseram confiar sempre ou muitas vezes nas notícias televisivas.

Considerando os dados acima, identificamos que a televisão tem espaço importante na vida da população brasileira, a qual, apesar de estudos comparativos mostrarem avanços nos indicadores de educação, ainda permanece pouco tempo na escola. Desse modo, podemos inferir que boa parte da realidade social passa a ser conhecida por parte da população a partir da mídia. Sem embargo, a realidade é maior do que a mídia apresenta, mas os meios de comunicação propiciam a construção de um quadro referencial para os cidadãos comuns, geram uma referência de ambiente e contextos, produzindo significações. Segundo Christofolletti (2008, p. 87), o homem é um ser que produz e se alimenta de sentidos: “Explicar os acontecimentos, compreender o mundo, nomear as coisas, ler a vida, todas estas ações são iniciativas

de produção e preenchimento de sentidos. Um olhar é uma etapa do processo de preenchimento e fixação de sentidos”. O homem busca, assim, significar os fatos e se ressignificar a si próprio. Segundo o autor, o sujeito comum espera alguma noção de mundo e de vida, quando se relaciona com os meios de comunicação, e busca a nitidez da realidade a partir da mídia. Ainda conforme Christofolletti (2008), o indivíduo não tem um olhar clínico como o do jornalista, por isso, ao ver televisão, carece de uma explicação melhor sobre os assuntos de que trata, por exemplo, um telejornal, ampliando a possibilidade e o sentimento de pertença.

Por sua vez, o jornalismo se define por ser uma atividade que opera sobre o campo da significação porque lê o mundo, interpreta-o, buscando o estado das coisas mundanas para outras pessoas. A cotidianidade passa a ser apresentada por fragmentações, tensionando o espaço público e o campo jornalístico. Bourdieu (1997, p. 57) defende que “um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças permanentes, de desigualdades que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças”.

Christofolletti (2008, p. 88) esclarece que, para que o jornalista coloque um fato em evidência, torne-o visível, é necessário reconhecê-lo em um mar de informações que podem ser descartadas ou relevantes: “O olhar jornalístico deve operar sobre essa extensão em busca do que pode mesmo vir à tona e permanecer na superfície”. Todavia, o olhar do jornalista também é permeado por uma identidade profissional, por uma subjetividade, por valores, normas, recomendações que orientam o fazer profissional. Sem embargo, segundo o autor, é necessário reconhecer, mesmo excluindo-se os exageros e as utopias, que o jornalismo tem uma especialidade que exige de quem o exerce esforços com que outros profissionais não se preocupam.

Martins da Silva (2013) apresenta análise que envolve, se não esforços, pelo menos, trabalho extra para os membros da comunidade jornalística. Ao propor uma análise do jornalismo e sua função social a partir de uma aproximação com o mundo do trabalho, Martins da Silva (2013) cunha o termo *sobretabalho*. E, ao dividir o jornalismo em três fases – protojornalismo, jornalismo e pós-jornalismo –, o autor parte da premissa de que, na nova era, a do pós-jornalismo, o jornalista transforma a informação num produto social com valor de troca característico. Isso se deve ao fato de que a contemporaneidade apresenta novas exigências ao jornalismo, e, para cumpri-las, os jornalistas passam a ter uma jornada de trabalho adicional – o *sobretabalho* – inerente, segundo Martins da Silva (2013) à função social da

profissão. Sobre essa questão, também repousam nossas reflexões neste trabalho, considerando a função social do jornalismo e as condições produtivas para agendar temas importantes para os cidadãos, como o consumo de *crack* e dos problemas sociais advindos do consumo da droga.

Ante o exposto, esta pesquisa prioriza a compreensão da televisão como suporte material de mensagens e conteúdo simbólico capaz de estabelecer uma interface com o mundo, criando sentido e edificando conhecimentos numa intensa permuta de significações. De acordo com Rezende (2000), nos diferentes países, a televisão ocupa lugar privilegiado entre os demais meios de comunicação, mas, em países em que há fontes alternativas de lazer e de informação, a televisão compartilha o público com jornais, revistas, livros, cinema, entre outros. Rezende (2000, p. 23) afirma que “o telejornalismo cumpre uma função social e política tão relevante porque atinge um público, em grande parte, iletrado ou pouco habituado à leitura, desinteressado pela notícia, mas que tem de vê-la enquanto espera a novela”.

A PBM 2016 mostra que a televisão ainda é o meio de comunicação mais utilizado pela população brasileira para se informar. É, portanto, o meio de comunicação que associa imagens e sons para a construção de sentidos do público, contribuindo para uma noção de realidade. Segundo a pesquisa, 63% dos entrevistados revelaram que se informam pela televisão sobre o que acontece no Brasil, e 77% dos respondentes afirmaram assistir à televisão todos os dias, ou seja, de segunda-feira a domingo. Ainda segundo a PBM 2016, a Rede Globo detém a maior audiência dentre as TVs abertas e fechadas. Dos que assistem à televisão para se informar, 56% mencionaram a Globo como o principal canal. A audiência se divide entre Record e SBT, respectivamente, com 12% e 11%, e demais emissoras. A pesquisa revela também que a audiência da televisão se concentra entre segunda e sexta-feira. A confiança nos conteúdos dos meios de comunicação foi abordada na PBM 2016, e mais da metade dos entrevistados que assistem à televisão disseram confiar sempre ou muitas vezes nas notícias veiculadas nesse meio.

Apesar de a televisão figurar como o principal meio de comunicação para informação, pesquisas apontam o avanço do consumo de informações no ambiente digital e o respectivo aumento de acesso à internet. De acordo com a PBM 2016, a internet foi citada como a segunda maior fonte de informação, com 26% dos entrevistados indicando a rede mundial de computadores como o segundo meio de acesso às informações, depois da televisão. Dois em cada três entrevistados

reconheceram acessar a internet diariamente – chegando a quatro horas e meia de acesso fundamentalmente no ambiente domiciliar, sendo o telefone celular e o computador os dispositivos mais utilizados para acessar a rede mundial de computadores. Conforme dados obtidos na Pnad 2015, o acesso vem crescendo gradativamente: 102,1 milhões de pessoas de dez anos ou mais de idade acessaram a internet no período de referência da pesquisa em 2015.

A nossa investigação reconhece, portanto, a importância da televisão, o papel social e cívico do jornalismo para com os cidadãos e compreende que há um problema social grave segundo os discursos que circulam na mídia – que é o consumo do *crack* e as implicações sociais decorrentes do uso da droga. A partir dessa noção, esta pesquisa entende que, se o consumo do *crack* é um problema que atinge a população brasileira, é também um fenômeno da cotidianidade que irrompe na superfície lisa da regularidade e passa a constituir os contextos midiáticos e, portanto, deve ser objeto de investigação científica numa análise que envolve a comunicação, o jornalismo e a questão da inserção e do impacto social e de saúde pública envolvida no consumo de drogas, em especial o *crack*, no Brasil.

Dados do II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas,<sup>1</sup> divulgado em 2012 pela Universidade de São Paulo, indicam que o Brasil é o maior mercado de *crack* do mundo e o segundo de cocaína. Pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 2014 revela que, somando as capitais e o Distrito Federal, o consumo de *crack* no Brasil atinge 0,81% da população do país, o que representa um total de 370 mil usuários regulares da droga. O mesmo estudo apurou que, contrariando a percepção geral e o senso comum de que o consumo se concentra na região Sudeste,<sup>2</sup> especificamente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, o consumo de *crack* é maior nas regiões Nordeste e Sul, enquanto o menor consumo é na região Sudeste. A investigação esclarece também que a droga mais consumida no país não é o *crack*, mesmo que, por vezes, os noticiários brasileiros divulguem uma “epidemia do *crack*” no Brasil.

Rui (2014, p. 80) explica que “o alarde causado em torno do consumo do *crack* parece ter acelerado a implantação ou a efetivação de políticas de saúde pública

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://inpad.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Lenad-II-Relat%C3%B3rio.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2013.

<sup>2</sup> O senso comum se dá em função da apresentação, pela mídia, das crackolândias, espaços públicos urbanos dos grandes centros em que a droga é consumida ao ar livre.

específicas aos usuários de drogas”. As diretrizes do Ministério da Saúde datam de 2004, mas foi somente a partir de 2009, diante de uma ostensiva exposição midiática sobre o consumo do *crack*, que o governo federal anunciou políticas mais direcionadas, como o Plano de Ampliação ao Tratamento e Prevenção ao Álcool e Drogas<sup>3</sup> (BRASIL, 2009), o Plano de Enfrentamento ao *Crack* e Outras Drogas<sup>4</sup> (BRASIL, 2010) e, o mais recente, o Plano *Crack*, É Possível Vencer<sup>5</sup> (BRASIL, 2011), destinando montante significativo de dinheiro público para a área.

É também nesse contexto que os usuários de *crack* passam a compor uma “população”, ou seja, para Rui (2014), os usuários de *crack* se distanciaram da “população em geral” e se tornaram uma “população”. Foucault (2005) esclarece que é a “doença como fenômeno de população” que introduz uma medicina com função de higiene pública, de centralização da informação, de normalização do saber, com organismos de coordenação dos tratamentos, que adquire o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população. A questão do consumo do *crack* na área da saúde pública evoca a área da saúde mental. E é nesse contexto que o problema do uso das drogas no Brasil se mistura – e tem como base – aos esforços oriundos da Reforma Psiquiátrica<sup>6</sup> realizada no Brasil na década de 1980, cuja maior referência é a luta antimanicomial, que, segundo Rui (2014), passa da contenção física para a contenção química. Llistó (2011) recomenda que, no tocante ao consumo de drogas, seja feita uma análise socioantropológica, levando em conta

---

<sup>3</sup> A íntegra pode ser consultada em:

<[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1190\\_04\\_06\\_2009.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1190_04_06_2009.html)> Acesso em: 12 set. 2015.

<sup>4</sup> O documento que institui o plano e cria o Comitê Gestor pode ser consultado em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7179.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7179.htm)> Acesso em: 12 set. 2015.

<sup>5</sup> As campanhas e a íntegra podem ser consultados em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/crack-e-possivel-vencer>> Acesso em: 12 set. 2015.

<sup>6</sup> A Reforma Psiquiátrica no Brasil é um movimento histórico de caráter político, social e econômico que foi estabelecido por grupos dominantes com o objetivo de desinstitucionalizar e desconstruir os manicômios e as práticas que sustentam o paradigma manicomial de reclusão, isolamento e asilamento, com vistas a contemplar e atender a segurança da ordem e da moral pública. A partir dos anos 70, esse movimento se iniciou e buscou a substituição progressiva dos manicômios por práticas terapêuticas que levem em conta a cidadania do doente mental e a busca por um novo lugar social da loucura na nossa cultura, tendo, nos anos 80, maior adesão por parte dos pesquisadores em saúde mental. “Segundo o conceito defendido pela reforma, a desinstitucionalização não se restringe à substituição do hospital por um aparato de cuidados externos envolvendo prioritariamente questões de caráter técnico-administrativo-assistencial como a aplicação de recursos na criação de serviços substitutivos. Envolve questões do campo jurídico-político e sociocultural. Exige que, de fato haja um deslocamento das práticas psiquiátricas para práticas de cuidado realizadas na comunidade” (GONÇALVES; SENA, 2001, p. 50). A Reforma Psiquiátrica provocou mudanças da legislação brasileira como a Lei 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

as relações que os indivíduos estabelecem com as drogas, as questões emocionais e os aspectos da vida dos indivíduos, evitando, assim, o modelo médico dominante que etiqueta e classifica os sujeitos de acordo com estereótipos socialmente construídos, estigmatizados.

Partindo de uma observação preliminar de que o *crack* passou a ser uma droga capaz de causar rupturas na esfera pública – sociedade –, na esfera privada – vida familiar – e na esfera íntima – indivíduo<sup>7</sup> –, de que existem, conforme levantamento<sup>8</sup> realizado em 2014, 370 mil usuários regulares de *crack* e/ou similares nas capitais e no Distrito Federal e de que, segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM)<sup>9</sup>, a droga está presente em nove de cada dez municípios brasileiros, é que esta pesquisa se apoia e busca compreensão.

Desse modo, o **problema de pesquisa** pode ser resumido em torno da seguinte questão: como se dá o processo de agendamento e enquadramento do *Jornal Nacional* (JN) em pautas sociais complexas, valendo-nos da análise da cobertura jornalística do *Jornal Nacional* perante o progressivo avanço do consumo do *crack* no Brasil? Assim, ao analisar tal cobertura, que fatores podem ser identificados no processo de agendamento e enquadramento do telejornal para pautas sociais complexas?

O **objetivo geral** da pesquisa é, então, descrever os processos de agendamento e enquadramento jornalísticos adotados na cobertura da pauta sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais decorrentes do uso da droga na cobertura jornalística do telejornal de maior audiência da televisão brasileira no período analisado – o *Jornal Nacional*.

Para isso, procuramos conhecer os estudos sobre agendamento e enquadramento, sobre televisão e telejornalismo produzidos no século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI; os estudos realizados sobre *crack*; a perspectiva dos repórteres que produziram as reportagens analisadas neste trabalho e a visão de

---

<sup>7</sup> Utiliza-se aqui a noção habermasiana de esfera pública, privada, íntima à luz do que Jürgen Habermas apresenta como espaços públicos, privados e íntimo, aludindo aos cômodos de uma casa.

<sup>8</sup> Pesquisa nacional sobre o uso de *crack*: quem são os usuários de *crack* e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?

<sup>9</sup> A Confederação Nacional de Municípios (CNM) mantém uma página na internet com pesquisas e dados sobre os municípios brasileiros, apresentando a geografia do *crack* no Brasil e nas fronteiras. Denominado Observatório do *Crack*, a página dispõe de informações detalhadas sobre o consumo da droga nos municípios brasileiros. A pesquisa realizada pela CNM foi publicada em 2011 e está disponível em: <[http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ObservatoriodoCrack\(2011\).pdf](http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ObservatoriodoCrack(2011).pdf)>. Acesso em: 1º jun. 2018.

especialistas ligados a instituições de saúde, identificando as contradições existentes entre o fazer jornalístico e as perspectivas das diferentes áreas que abordam o tema, bem como os fatores que interferem no processo de agendamento e enquadramento do *Jornal Nacional* no período desta análise. Salientamos que compreendemos por “processo” um fenômeno dinâmico, contínuo no tempo e no espaço, conforme Berlo (1999).

Os **objetivos específicos** são: (i) identificar a agenda temática e os enquadramentos do telejornal de referência<sup>10</sup> – *Jornal Nacional* – sobre o consumo do *crack* nos últimos cinco anos (2012 a 2017), levando em conta que, nesse período, nas cracolândias,<sup>11</sup> tiveram início atividades voltadas para a internação compulsória de usuários de *crack*, ações dos governos (municipais, estaduais e federal) no sentido de revitalizar os espaços urbanos ocupados por usuários da droga e o fato de que, no Brasil, importantes levantamentos científicos foram produzidos sobre o *crack* nas duas primeiras décadas do século XXI; (ii) identificar as relações existentes entre fontes de informação – considerando as rotinas produtivas – e o conteúdo das narrativas jornalísticas que impacta na forma como o telejornal explica e dá conhecimento aos cidadãos quanto aos assuntos que estão relacionados ao consumo do *crack* e ao entorno sociocultural e histórico que envolve o consumo da droga.

Considerando que a Teoria do Agendamento<sup>12</sup>, formulada por McCombs e Shaw (2000), compreende os efeitos da mídia como de médio e longo prazo, o recorte escolhido para análise neste trabalho foi de cinco anos e, portanto, refere-se às

---

<sup>10</sup> A expressão “jornalismo de referência” recebe conceitos diferentes. Mapeamento realizado com textos acadêmicos dos últimos 15 anos, a partir do banco de teses e dissertações da Capes, identificou que há diferentes possibilidades de compreensão do termo em diferentes países, assunto que será discutido no Capítulo 5. Em síntese, entende-se como “jornalismo de referência” aquele que assume abrangência, qualidade e credibilidade.

<sup>11</sup> Denominação popular para o bairro da Luz, no centro de São Paulo (SP), nas imediações das avenidas Duque de Caxias, Ipiranga, Rio Branco, Cásper Líbero e a Rua Mauá, onde historicamente se desenvolveu intenso tráfico de drogas. Não se tem clareza da origem do termo cracolândia, mas sabe-se que deriva da droga *crack* e o sufixo -lândia significa lugar, espaço territorial. Apesar de as pessoas que usam drogas se apropriarem do termo, cracolândia enfatiza, segundo Frúgoli e Spaggiare (2010), certa dimensão territorial que representa o bairro da Luz, onde pessoas usam, frequentemente, a droga *crack*. Esse bairro passou a ser sinônimo de cracolândia no discurso dos jornais da grande mídia. Com ações de repressão ao uso do *crack*, a cena cracolândia migrou e ressurgiu em outros espaços urbanos, não apenas da cidade de São Paulo. “É evidente que o poder público se valeu desse tipo de representação para inclusive delimitar um perímetro urbano a ser ‘requalificado’. De toda forma, não se pode dizer que o termo seja apenas acionado pelo poder público ou pela mídia, já que eles também aparecem, por vezes, nas falas de usuários de *crack*” (FRUGOLI; SPAGGIARE, 2010, p. 16). Assim, cracolândia é o lugar do uso do *crack*.

<sup>12</sup> Essa teoria será melhor discutida no Capítulo 1. Em linhas gerais, a Teoria do Agendamento se refere ao fato de que a mídia contribui sobremaneira para agendar temas para os cidadãos, fornecendo a eles uma noção do ambiente e, portanto, da realidade.



reportagens veiculadas no *Jornal Nacional* de 2012 a 2017 que tiveram a palavra *crack* na chamada do material televisivo. No período, foram veiculadas 31 reportagens em que o nome da droga consta na chamada do telejornal no *site* da Globo Play. Desse total, 19 reportagens foram consideradas para análise, uma vez que levamos em conta somente as reportagens cujos repórteres concederam entrevista<sup>13</sup> para esta pesquisa.

O trabalho foi organizado em seis etapas, descritas a seguir.

Na **Etapa 1 – Pesquisa exploratória teórica**, identificamos os principais indicadores e estudos relacionados ao tema de pesquisa para construção do projeto de pesquisa submetido e avaliado na seleção de doutorado que, inicialmente, versava sobre a cobertura do *Jornal Nacional* sobre internação compulsória de usuários de *crack*.

Na **Etapa 2 – Revisão bibliográfica** (Capítulos 1 ao 7), buscamos fundamentar e compreender o fenômeno da cobertura do consumo do *crack* e as implicações sociais da droga à luz de diferentes prismas teóricos. A abordagem teórico-metodológica adotada na primeira fase da pesquisa e na elaboração da tese passa pela construção do fenômeno a ser observado a partir de eixos teóricos que contribuíram para a construção do problema de pesquisa, para a conceituação e elaboração de categorias-chave observáveis. No Capítulo 1, recorreremos à reflexão de autores como McCombs (2009) e Lippmann (2010) para a retomada de conceitos e de categorias da Teoria do Agendamento, desde a formulação embrionária como hipótese de pesquisa até os avanços nos estudos de agendamento audiovisual, com vistas a dar suporte ao fenômeno observável – as reportagens do *Jornal Nacional* – numa perspectiva de médio e longo prazo.

Na sequência, o Capítulo 2 busca avançar nas questões apresentadas pela Teoria do Agendamento a partir da Teoria do Enquadramento, fundamental base teórica para compreender os enquadramentos e as interpretações sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais decorrentes do uso da droga apresentados pela cobertura jornalística do *Jornal Nacional* no período analisado. Assim, recorreremos aos estudos de Goffman (1986; 2012) e aos conceitos e classificações de Porto (2002).

---

<sup>13</sup> Entrevistamos 11 repórteres do *Jornal Nacional* que fizeram reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga. As entrevistas foram feitas por telefone com: César Galvão (2017), Eduardo Tchao (2017), Giulliana Morrone (2017), Giuliano Tamura (2017), Ismar Madeira (2017), Lília Teles (2017), Pedro Bassan (2017) e Renato Biazzi (2017). Os repórteres César Menezes (2017), Graziela Azevedo (2017) e Fábio Turci (2017) foram entrevistados por *e-mail*.

Ainda na etapa 2, no Capítulo 3, retomamos definições importantes sobre o meio de comunicação de que trata a investigação – a televisão –, bem como a lógica operativa do trabalho televisivo. Para a construção desse olhar, Bourdieu (1997), Jost (2007), Curado (2002), Coutinho e Gouvêa (2016) e Becker (2009; 2014; 2016) foram esclarecedores, realçando características importantes do discurso televisivo, especialmente no que diz respeito ao telejornalismo. Dando prosseguimento a essa fase da pesquisa, fizemos um levantamento sobre as características da notícia, do jornalismo e do telejornalismo à luz da sociologia da profissão, a partir de Charron e Bonville (2016) e Neveu (2006) e da teoria do *gatekeeper* para compreender o modo como são processados os acontecimentos que se tornarão notícia, considerando os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia. Para tal, elaboramos quadros com a descrição dos valores-notícia de acordo com autores seminais, como Traquina (2005a; 2005b) e Wolf (2001; 2002), bem como a tipologia de acontecimentos de Tuchman (1978), que nos traz possibilidades de categorizar o fenômeno.

Considerando nosso objeto de estudo e o suporte material no qual se insere o *Jornal Nacional*, o Capítulo 3 nos elucida sobre as particularidades do meio televisivo e a lógica operativa da televisão a partir de autores como Bourdieu (1997), Jost (2007), Becker (2013; 2016), Vizeu Jr. (2014) e Coutinho e Gouvêa (2016), apresentando a história e as perspectivas contemporâneas da televisão.

Na perspectiva jornalística, percebemos a necessidade de compreender quais são as características e como se dá a cobertura jornalística de assuntos como saúde e violência. Portanto, recorremos a autores como Bueno (1996), Moura (2008), Ferrari e Moura (2009), Figueiredo e Moura (2013) e Tabakman (2013), que estabelecem um diálogo entre o campo do jornalismo e da saúde. Penedo (2003), Michaud (1989) e Traquina (2005a; 2005b) contribuíram para a compreensão sobre a cobertura jornalística da violência e do crime, temáticas que circunscrevem as reportagens veiculadas no *Jornal Nacional* sobre *crack*, como apresentado no Capítulo 3.

Ainda no Capítulo 3 buscamos desconstruir o fenômeno comunicativo. O intento investigativo passou pela necessidade de retomar pesquisas realizadas no âmbito das ciências da comunicação que abordaram o tema do *crack*. Para tal, Saporì e Medeiros (2010), Bruck (2013; 2015) e Acioli Neto e Santos (2015) foram importantes contribuições no sentido de, num diálogo multidisciplinar, demonstrar como o jornalismo tem construído a realidade social dos cidadãos diante de novos cenários sociais.

Ainda na etapa 2, no Capítulo 4, buscamos trazer as contribuições de autores como Traquina (2005a) e Neveu (2006) em relação aos princípios e características do jornalismo, apresentando os tipos de jornalismo apresentados por Charron e Bonville (2016).

O Capítulo 5 apresentou uma descrição sobre o nosso objeto empírico – o *Jornal Nacional* – a partir da perspectiva do telejornal e da Rede Globo sobre os princípios editoriais da Rede Globo, as características, modos de fazer e critérios utilizados pelo telejornal para retratar a realidade social. Utilizamos referências da Memória Globo (2004), de William Bonner (2009) e de materiais disponíveis no *site* globo.com.

Também na etapa 2, identificamos que o caráter factual das notícias tem preponderância no jornalismo. Buscamos compreender a questão a partir de autores como Sousa (2001), Charron e Bonville (2016), Wolf (2002), Lage (2005), Rodrigues (2016), Schudson (2011), Weaver (2016), Barbeiro e Lima (2002), Vizeu Jr. (2014) e Rezende (2000). Apresentamos o que dizem os autores no Capítulo 6 deste trabalho.

No Capítulo 7, compreendemos a importância de historicizar o fenômeno do *crack* no mundo e no Brasil, indicando as pesquisas mais recentes que dizem respeito à droga em si, ao uso do *crack*, ao perfil dos usuários e aos contextos em que esses usuários estão inseridos. Para isso, estabelecemos diálogo com perspectivas teórico-metodológicas sobre consumo de drogas, do *crack* em particular, o perfil dos usuários e os contextos em que esses usuários estão inseridos a partir de Hart (2014), Laranjeira (2012), Duailibi et al. (2012) e Nappo et al. (2012) cuja contribuição foi seminal no sentido de ajudar a compreender as nuances que envolvem a questão a partir de estigmas e estereótipos de toda ordem no senso comum.

A **Etapa 3 – Pesquisa exploratória de coleta de dados** consistiu na definição do período a ser objeto de nossa análise e na seleção das reportagens veiculadas no *Jornal Nacional*. Em virtude das teorias selecionadas, o recorte compreendeu as reportagens veiculadas no *Jornal Nacional* no período de 2012 a 2017 que tiveram o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga como assunto. Analisamos os 12 meses do período de 2012 a 2016 e os nove meses<sup>14</sup> do ano de 2017. Obtivemos, desse recorte, 31 reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga que foram descritas no Capítulo 9. Desse total, selecionamos 19 reportagens

---

<sup>14</sup> Em setembro de 2017, o trabalho já se encaminhava para a finalização. Em virtude disso e da dinâmica das entrevistas com os repórteres, não conseguiríamos inserir na análise os demais meses.

para análise cujos 11 repórteres responsáveis concederam-nos entrevistas (AZEVEDO, 2017; BASSAN, 2017; BIAZZI, 2017; GALVÃO, 2017; MADEIRA, 2017; MENEZES, 2017; MORRONE, 2017; TAMURA, 2017; TCHAO, 2017; TELES, 2017; TURCI, 2017).

A **Etapa 4 – Análise de conteúdo** (Capítulo 9 ao 12) correspondeu à fase da pesquisa em que descrevemos as 31 reportagens identificadas e selecionadas e analisamos as 19 reportagens cujos repórteres que produziram o material jornalístico nos concederam entrevistas. As categorias analisadas foram: Saliência, Tempo, Repetição, Focalização, Enquadramento e Agenda de Atributos.

Na **Etapa 5 – Entrevistas**, identificamos a necessidade de dialogar com as práticas jornalísticas a partir da visão dos jornalistas que produziram as reportagens veiculadas no *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga. As entrevistas com os jornalistas foram realizadas majoritariamente por telefone. Dos 11 repórteres entrevistados, oito concederam entrevista por telefone e os outros três por *e-mail*. Buscamos, ainda, considerar a visão de dois especialistas sobre como o jornalismo cobre o assunto – um especialista da área da comunicação e ciência, o jornalista e pesquisador em Ciência, Mídia e Saúde, Wagner Barbosa de Oliveira (OLIVEIRA, 2015), e um pesquisador da neurociência, o neurocientista Carl Hart (HART, 2017). A entrevista realizada com Oliveira (2015) aconteceu por telefone e a entrevista com Hart (2017) foi feita por videoconferência, usando o aplicativo Skype. A análise do material coletado foi feita a partir de categorias oriundas do *corpus* teórico selecionado. As entrevistas foram apresentadas na íntegra nos Apêndices (vide página 409) deste trabalho e consideradas para análise no Capítulo 12.

Por fim, em virtude da multiplicidade de métodos e da busca de melhor compreender o fenômeno, evitando o enviesamento dos dados obtidos, definimos como última fase a **Etapa 6 – Triangulação Metodológica Teórica e Triangulação Metodológica entre Métodos**, apresentada no Capítulo 13 deste trabalho, em que apresentamos a análise das evidências encontradas a partir dos dados, teorias e métodos em que o trabalho se baseou.

Nessa perspectiva, esta pesquisa de doutorado se justifica na medida em que busca compreender, com a observação da cobertura jornalística do *Jornal Nacional*, como é agendado e enquadrado o assunto que apresenta tamanho dano aos usuários e risco ao tecido social – a droga em si, o *crack* – numa permanente tensão entre

jornalismo, sociedade, o discurso científico e as instituições ligadas à saúde e segurança pública.

Quando os jornalistas lançam seus olhares, captam as atmosferas dos acontecimentos, eles percebem os processos e ordenam (pelo menos momentânea e aparentemente) o caos local. Mais que isso. Por meio dos olhares lançados, jornalistas concebem as figuras da alteridade (público e fontes de informação), reconfiguram suas próprias identidades (sua posição social, sua condição de representante de tal empresa etc.) e mapeiam a história e a geografia das relações do cotidiano. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 79)

Em sentido mais amplo, a tese lança um olhar sobre as práticas jornalísticas, as normatizações institucionais e suas interfaces com o problema social – o consumo do *crack* e as implicações do uso da droga – circunscrito em um prisma sócio-histórico complexo em que o jornalismo é uma das instâncias envolvidas, responsável por fornecer um recorte, uma interpretação, por retratar parte da realidade social e por fornecer elementos para a construção de sentidos de forma que a sociedade possa obter apreensões acerca do problema.

## PARTE I

### 1 Teoria do Agendamento: origens e perspectivas contemporâneas

Este capítulo apresenta a Teoria do Agendamento e a perspectiva de evolução dessa teoria a partir de autores como Lippmann (2010), McCombs e Shaw (2000), McCombs (2000; 2006; 2009). Brum (2003) contribui na medida em que salienta o volume de informações selecionadas pelos meios de comunicação e contribui para criar cenários, projeções e um pseudoambiente. Wolf (2001) apresenta as contribuições de Cohen (1963) no que concerne à tematização produzida pela mídia. Neste capítulo, pretendemos compreender, do ponto de vista teórico, as questões relativas à agenda da mídia, especificamente da televisão, e, por isso, retomamos a PBM 2016 com o objetivo de nos aproximarmos da realidade da audiência e do consumo da televisão brasileira.

“Tudo o que sei é somente o que li nos jornais”. Esse é um dos comentários do humorista norte-americano Will Rogers<sup>15</sup> e denota a atualidade das sociedades centradas nos processos comunicacionais mediados pelos modernos meios de comunicação: imprensa, rádio, televisão e, mais recentemente, a internet. Grande parte do ambiente e do quadro de referencialidades dos indivíduos é ofertada pela mídia: “O mundo que temos que considerar está politicamente fora de nosso alcance, fora de nossa visão e compreensão” (LIPPMANN, 2010, p. 40). Todavia, McCombs (2006), em seus estudos sobre o estabelecimento da agenda pública na primeira década do século XXI, pondera a importância dos meios de comunicação na contemporaneidade. Segundo ele, os meios de comunicação não são a única fonte de orientação para os assuntos públicos. McCombs (2006) retoma a importância das experiências pessoais, que incluem as conversas com amigos, família, colegas de trabalho.

---

<sup>15</sup> Will Rogers foi ator e comediante estadunidense, pré-candidato às eleições presidenciais dos Estados Unidos na década de 1920. Rogers interpretava o *cowboy* e o cotidiano americano para as pessoas e tinha algumas frases célebres pelas quais era conhecido.

En términos teóricos, algunos temas son experienciales, es decir, intervienen en nuestras vidas cotidianas y los experimentamos de manera directa. Em cambio, otros temas son no experienciales: nos encontramos con ellos sólo en las noticias, pero no de manera directa en nuestras vidas. (MCCOMBS, 2006, p. 12-122)<sup>16</sup>

É fato inegável que, na história das civilizações, o homem foi aperfeiçoando e desenvolvendo suas práticas comunicativas com vistas ao atendimento de suas necessidades cada vez mais inseridas em uma economia dinâmica e em uma condição espaço-tempo acelerada. McCombs (2006) é enfático ao definir a comunicação de massa como um processo social em que a mesma mensagem, seja de forma impressa, sonora ou audiovisual, é propagada a uma vasta parcela da população. Assim, se no início do século XX a principal atividade comunicativa estava ligada à imprensa, atualmente, a produção e a difusão de mensagens se dão por diferentes meios que incorporam modos de fazer singulares, de acordo com suas respectivas lógicas operativas, rotinas produtivas e linguagens. É certo que, na época de Lippmann, o jornal impresso preponderava como meio de comunicação. Mas, atualmente, essa mídia divide espaço com o rádio, a televisão e a internet.

A PBM 2016 indica que assistir à televisão é um hábito comum entre os brasileiros. Na pesquisa estimulada realizada pelo Ibope a pedido da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, assistir à televisão foi a primeira menção de 63% dos entrevistados quando perguntados qual era o meio de comunicação mais utilizado para se informar sobre o que acontece no Brasil. Considerando a primeira e a segunda menção à televisão como meio de informação, a pesquisa registrou 89% de preferência. Setenta e sete por cento dos respondentes afirmaram ver TV durante os sete dias da semana, sendo que 47% dos entrevistados indicaram concentrar o hábito de ver TV de segunda a sexta-feira e, desses, 62% dedicam, em média, de uma a três horas à televisão. Embora se informar pela televisão seja um hábito significativo na vida dos brasileiros, se compararmos os dados com pesquisas anteriores, como a PBM 2015, em que 95% dos entrevistados afirmaram ver TV e 73% indicaram que assistiam à televisão diariamente, observa-se que está havendo

---

<sup>16</sup> Em termos teóricos, alguns temas são experienciáveis, ou seja, intervêm em nossas vidas cotidianas e podemos experimentá-los de maneira direta. Em contrapartida, outros temas não são experienciáveis, temos contato com eles somente pelas notícias, mas não de maneira direta em nossas vidas. [tradução própria]

mudança de hábito entre os brasileiros no que concerne ao consumo das informações nos meios de comunicação.

A PBM 2016 afirma que o brasileiro vê televisão principalmente para se informar. McCombs (2009) reflete sobre a questão a partir de uma perspectiva teórica que ficou conhecida como Teoria do Agendamento. O autor explica que, na seleção diária e na apresentação das notícias, os editores e diretores de redação focam a atenção e influenciam a percepção da audiência em determinados temas considerados mais importantes. “Esta habilidade de influenciar a saliência dos tópicos na agenda pública veio a ser chamada de função agendamento dos veículos noticiosos” (McCOMBS, 2009, p. 18). Os jornais impressos dão indicadores da saliência de determinados temas, da importância que o público deve dar conforme a paginação, a localização, o destaque, o realce, a proporção e as dimensões que determinado assunto assume no respectivo jornal.

Na televisão, essa hierarquização do que é mais importante acontece de maneira um pouco diferente, de acordo com a lógica operativa e com a linguagem televisiva. Se o assunto entrou na escalada<sup>17</sup> do telejornal, se ganhou maior ou menor tempo, se ficou para o encerramento do telejornal ou se foi assunto para chamada entre os blocos do produto televisivo, tudo isso são fatores que devem ser levados em conta para a análise do agendamento televisivo. Contudo, segundo McCombs (2009), para todas as mídias, a repetição do tópico dia após dia é a mais importante mensagem de todas sobre sua importância. Ao considerarmos a capacidade diferenciada de cada meio, não podemos nos olvidar da afirmação enfática de McCombs (2006) de que os meios de comunicação são como professores, cuja principal estratégia comunicativa é a redundância. O autor explica que, uma ou outra vez, os “professores midiáticos” repetem os assuntos, por vezes, colocando uma ênfase ou simplesmente simplificando o assunto.

Segundo a Teoria do Agendamento, o público organiza sua agenda e decide quais assuntos são mais importantes a partir das saliências dadas pelos meios de comunicação de massa.

---

<sup>17</sup> Nome técnico dado à abertura do telejornal e, portanto, para as principais chamadas da edição.



Ao longo do tempo, os tópicos enfatizados nas notícias tornam-se os assuntos considerados os mais importantes pelo público. Em outras palavras, os veículos jornalísticos estabelecem a agenda pública. Estabelecer esta com o público, colocando um assunto ou tópico na agenda pública de forma que ele se torna o foco da atenção e do pensamento do público – e, possivelmente, ação – é o estágio inicial na formação da opinião pública. (MCCOMBS, 2009, p. 18)

Assim, para além de aferição quantitativa da opinião pública, é fundamental refletir sobre como as pessoas elencam e hierarquizam os assuntos por relevância nas suas agendas. Isso significa que, de um sem-número de acontecimentos, a mídia é responsável por filtrar e salientar uma determinada quantidade deles e transformá-los em notícias que comporão a agenda do público. Todavia, Cohen (1963) faz uma distinção entre a capacidade que os *mass media* têm de exercer influência significativa sobre as percepções no tocante aos assuntos mais importantes do dia e as opiniões específicas sobre esses temas: “os veículos noticiosos podem não ser bem-sucedidos em dizer às audiências sobre o que pensar. Em outras palavras, os veículos noticiosos podem estabelecer a agenda para a discussão e reflexão pública” (COHEN, 1963 apud McCOMBS, 2009, p. 19).

Segundo McCombs (2006), há uma grande diversidade nos assuntos públicos que foram examinados nos últimos 35 anos, tanto na área de economia quanto na área de direitos civis, drogas, meio ambiente, violência, uma ampla variedade de temas políticos e tantos outros temas. “El establecimiento de agenda es un efecto sólido y extendido de la comunicación de masas, y que se deriva de contenidos concretos de los medios de comunicación”<sup>18</sup> (McCOMBS, 2006, p. 82). O autor reitera que o estabelecimento da agenda, ou seja, da mídia para o público, só pode acontecer em um sistema político e midiático razoavelmente aberto.

Lippmann (2010), em *Opinião pública*, publicado inicialmente em 1922, resume a ideia de agendamento antes de ser formulada e cunhada por McCombs. Os veículos noticiosos determinam nossos mapas cognitivos porque são as “janelas ao vasto mundo além de nossa experiência direta” (MCCOMBS, 2009, p. 19). Os *mass media* construiriam, então, um pseudoambiente, e a opinião pública responde a esse pseudoambiente e não ao ambiente propriamente dito.

---

<sup>18</sup> O estabelecimento de agenda é um efeito sólido e que se estende à comunicação de massa, e que se deriva de conteúdos concretos dos meios de comunicação. [tradução própria]

A hipótese inicial dos estudos de *agenda-setting*, atualmente denominada de Teoria do Agendamento, avança no sentido de esclarecer que a mídia faz uma lista daquilo sobre o que é necessário ter uma opinião a discutir e de que os meios de comunicação exercem papel fundamental no que diz respeito a ofertar às pessoas grande parte da realidade do mundo. Cohen (1963 apud WOLF, 2001, p. 144) explica que, se a mídia não consegue dizer às pessoas como pensar, ela exerce uma “capacidade espantosa” de dizer aos leitores sobre quais temas devem pensar. Assim, os *mass media* oferecem categorias em que os leitores podem colocar esses temas, criando, de certa forma, uma dependência cognitiva dos *media*: os meios oferecem a ordem do dia dos assuntos e problemas a serem pensados e hierarquiza a importância e a prioridade segundo a ordem do dia. McCombs e Shaw (2000, p. 47) reiteram: “os leitores não ficam só a conhecer um determinado assunto, mas também ficam a saber qual a importância a atribuir a esse mesmo assunto, a partir da quantidade de informação veiculada na notícia e da posição por ela ocupada”. Nesse sentido, quando os jornalistas e editores selecionam e divulgam as notícias, eles desempenham importante papel na configuração da realidade política.

Desse modo, segundo Lang e Lang apud McCombs e Shaw (2000, p. 48), “grande parte do que as pessoas sabem chega-lhes em ‘segunda’ ou ‘terceira’ mão, através dos *media* ou de outras pessoas”. A afirmação considera, então, não apenas a existência, mas também a importância dos influenciadores digitais, presentes nas redes digitais. Isso significa que os meios de comunicação, em grande medida, são responsáveis pela formação e constituição de nosso ambiente social. Isso posto, a Teoria do Agendamento reconhece em seus estudos, a partir de 1970, o efetivo poder que a mídia e, neste caso, o jornalismo em específico, exerce sobre a opinião pública. McCombs (2006) reflete a crescente diversidade temática de agenda do público, por exemplo, e reconhece que, no século XXI, alguns temas entram e outros saem da agenda do público com mais rapidez que em décadas anteriores. A explicação para essa mudança é que há uma agenda pública mais volátil na contemporaneidade.

Brum (2003), em trabalho de revisão teórica, salienta que, se há uma “enxurrada” de informações selecionadas e dispostas de modo que algumas se constituem como capa de jornais e revistas ou ocupam algum espaço privilegiado no telejornal, o conceito se traduz em uma teoria bastante atual e próxima da realidade:

Os pesquisadores Maxwell McCombs e Donald Shaw, pioneiros na apresentação da hipótese do agendamento, ao tratar deste tema, confirmam que a mídia tem a capacidade de influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública, estabelecendo um pseudo-ambiente fabricado e montado pelos meios de comunicação. (BRUM, 2003)

Retomando a pesquisa de Lippmann, quase quatro décadas depois, McCombs e Shaw (2000) iniciaram uma investigação em Chapel Hill, na Carolina do Norte, Estados Unidos. A hipótese central dos dois pesquisadores era de que os meios de comunicação estabeleciam a agenda de temas para a campanha política, influenciando a saliência dos temas entre os eleitores. Para testar a até então hipótese do agendamento, foi feita a descrição da agenda pública, ou seja, os temas que consistiam na grande preocupação dos eleitores de Chapel Hill, e a descrição dos temas da agenda dos *media* noticiosos utilizados pelos respectivos eleitores. Depois de confrontados os conjuntos de dados, o que se pôde verificar foi que a agenda da mídia estabelece a agenda pública.

O recorte feito por McCombs e Shaw (2000) compreendeu somente eleitores indecisos durante a eleição presidencial de 1968 em Chapel Hill. Um questionário foi aplicado e os eleitores indecisos deveriam citar as questões-chave do dia de acordo com seus pontos de vista, independentemente do que os candidatos estivessem eventualmente afirmando. A partir disso, os autores fizeram um *ranking* dos temas, construindo, assim, a agenda pública. Chegaram à conclusão de que eram nove as principais fontes de informação utilizadas pelos eleitores entrevistados: cinco jornais locais, duas redes de televisão e duas revistas noticiosas. A combinação feita utilizando o método da análise de conteúdo para avaliar o efeito da comunicação de massa observou o número de matérias sobre cada assunto presente nas semanas analisadas. Cinco temas sobressaíram: a política externa, a ordem interna, a economia, o bem-estar social e os direitos civis. McCombs (2009, p. 23) relata que “havia quase uma correspondência perfeita entre os *rankings* destes temas entre os eleitores de Chapel Hill e seus *rankings* baseados na apresentação destes temas pelos veículos noticiosos durante os vinte e cinco dias prévios”. “Os autores pretendiam averiguar também se as ideias que os votantes julgavam como temas mais relevantes eram moldadas pela cobertura jornalística dos meios de comunicação” (WEAVER 1996 apud BRUM, 2003).

McCombs e Shaw (2000) registram que a ampliação dos estudos da Teoria do Agendamento se deu na eleição presidencial norte-americana de 1972, em Charlotte, cidade mais populosa do estado da Carolina do Norte, nos Estados Unidos. Observou-se que, no período que compreendia o verão e o outono, os jornais diários eram os principais responsáveis por realizar mobilização. Assim, a capacidade de agendamento era entendida pela quantidade de páginas comparada à meia hora dos jornais televisivos. Nesse caso, o *Charlotte Observer* influenciou a agenda pública nos primeiros meses de campanha. Em contraponto, as notícias televisivas não conseguiram obter o mesmo resultado. Nessa pesquisa especificamente, além de reforçar e documentar a ideia de que o jornal local tinha um efeito de agendamento no público, refutava-se a hipótese de que a agenda pública influenciava a agenda do jornal, demonstrando claramente os efeitos dos *mass media* na constituição das imagens que os eleitores tinham da realidade.

Os autores aplicaram cem questionários que cobriram um universo de eleitores com posição econômica financeira, social e racial variada. A pesquisa tomou como base uma pergunta de triagem com vistas a identificar os eleitores que ainda não tinham definido o seu candidato e, portanto, declaravam-se indecisos. A partir desse quadro, a entrevista buscava inventariar qual assunto preocupava os respectivos eleitores por aqueles dias. Considerando que os eleitores desconheciam o que políticos diziam, a investigação se propôs a entender quais as duas ou três questões deveriam receber atenção por parte do governo. De modo paralelo, foi realizada uma pesquisa cujo método se valia da análise de conteúdo dos meios de comunicação como forma de averiguar e categorizar o material como mais e menos importante em cinco jornais, dois canais nacionais de televisão<sup>19</sup> e duas revistas semanais. Para tal, foi realizada uma codificação entre televisão, jornais e revistas, e a cobertura editorial de jornais e revistas. Foram considerados:

1. Televisão: qualquer notícia de 45 segundos ou mais e/ou uma das três notícias de abertura.
2. Jornais: qualquer notícia que surgisse como manchete na primeira página ou em qualquer página sob um cabeçalho a três colunas em que pelo menos um terço da notícia (num mínimo de cinco parágrafos) fosse dedicado à cobertura de caráter político.
3. Revistas informativas: qualquer notícia com mais de uma coluna ou qualquer item que surgisse no cabeçalho no início da seção noticiosa da revista.
4. Cobertura da Página Editorial de jornais e revistas: qualquer item na posição do editorial principal (o canto

---

<sup>19</sup> Os canais de televisão foram a NBC e a CBS, com seus noticiários noturnos nacionais.

superior esquerdo da página editorial), mais todos os itens em que um terço (pelo menos cinco parágrafos) de um comentário editorial ou de um colunista era dedicado à cobertura de campanha política. (MCCOMBS; SHAW, 2000, p. 50-51)

Para efeito de análise, os autores relatam que codificaram temas em 15 diferentes categorias. Assim, destacam-se nessa teoria dois conceitos fundamentais: tematização e focalização. “É o procedimento implicitamente ligado à centralidade,<sup>20</sup> na medida em que se trata da capacidade de dar o destaque necessário (sua formulação, a maneira pela qual o assunto é exposto), de modo a chamar a atenção” (HOHFELDT, 2001, p. 202). A focalização, por sua vez, diz respeito à maneira como a mídia aborda determinado assunto, ou seja, o “como”. É a forma que os meios escolhem para apoiar, contextualizar, assumindo determinada linguagem e recursos de edição.

A conclusão a que McCombs e Shaw (2000) chegaram foi de que o mundo político é reproduzido de modo imperfeito pelos meios de comunicação, mas reiteraram que os eleitores tendem a reconhecer os assuntos presentes nos *media* como sendo importantes. Os autores sugerem a forte função de agendamento dos meios de comunicação não apenas para eleitores/receptores, mas também sua capacidade de influenciar os próprios candidatos, levando-os a incluir em suas agendas temas agendados pela mídia. Observemos o que McCombs (2006) aponta quanto ao agendamento de acordo com alguns temas dos anos 1960 e 1970:

Un análisis longitudinal de las tendencias de la opinión pública respecto a los tres temas más importantes durante los años sesenta y setenta – contaminación, drogas y energía – encontró una correlación media de +0,66 entre la agenda del público y la agenda de los telediarios nacionales del mes anterior.<sup>21</sup> (MCCOMBS, 2006, p. 95)

McCombs (2006) chega à conclusão de que a agenda do público é, em regra, um reflexo da agenda dos meios de comunicação. Interessante ressaltar que o autor afirma que o prazo para que os efeitos de agenda se efetivem pode variar de acordo

---

<sup>20</sup> Centralidade é a capacidade que os meios de comunicação têm de empolar determinado assunto, conferindo a ele relevância, hierarquia e significado.

<sup>21</sup> Uma análise longitudinal das tendências da opinião pública em relação aos três temas mais importantes durante os anos 1960 e 1970 – contaminação, drogas e energia – encontrou uma correlação média de +0,66 entre a agenda do público e a agenda dos telejornais nacionais do mês anterior. [tradução própria]

com a relação emocional que o público estabelece com a informação, podendo reduzir o tempo para que a agenda se estabeleça.

Nesse sentido, ao reconhecer o papel importante que têm os *mass media*, a Teoria do Agendamento também salienta a capacidade diferenciada de cada mídia que está relacionada também ao grau de exposição do receptor aos meios:

Uma pesquisa de McClure e Patterson (1976) sobre a campanha presidencial americana de 1972 comprova um importante esclarecimento que deve acrescentar-se à hipótese: para os consumidores de informação televisiva, o aumento de consumo não se traduz num maior efeito de agenda-setting, contrariamente ao que acontece com os grandes consumidores de informação escrita. [...] a exposição às notícias televisivas teve, invariavelmente, os menores efeitos sobre o público. (WOLF, 2001, p. 148)

Segundo Wolf (2001), as notícias televisivas são breves, rápidas, heterogêneas e contingenciadas em uma dimensão temporal limitada. Isso significa que são demasiado fragmentadas para terem um efeito de agenda significativo, tendo em vista as rotinas produtivas, a limitação espaçotemporal, as características que envolvem a televisão enquanto suporte material para as informações e as características da notícia televisiva como produto para televisão. Evidentemente, esses elementos podem constituir o que a Teoria do *Newsmaking*<sup>22</sup> denomina como distorção involuntária. “A informação televisiva quotidiana fornece, portanto, uma situação de aprendizagem impossível: o público é assediado por informações fragmentárias, totalmente inaptas para constituírem um quadro cognitivo adequado às opções que o eleitorado é chamado a fazer” (WOLF, 2001, p. 149).

Sem embargo, não podemos excluir a reflexão contemporânea de McCombs (2006) sobre o diferente poder de agenda da imprensa e da televisão. O autor assinala que, uma vez que fica compreendida e reconhecida a ideia básica do estabelecimento da agenda, o que normalmente nos apressamos a perguntar é que tipo de meio de comunicação é mais poderoso na hora de estabelecer uma agenda para o público: “[...] si la televisión o los periódicos. La mejor respuesta es: Depende”<sup>23</sup> (MCCOMBS, 2006, p. 101).

<sup>22</sup> Teoria que se ancora na sociologia das profissões e que se vale de métodos como o da observação participante para o estudo dos emissores e para a compreensão do processo de produção das notícias.

<sup>23</sup> [...] se é a televisão ou os jornais. A melhor resposta é: Depende. [tradução própria]

Além disso, o estudo de McClure e Patterson (1976), citado por Wolf (2001), sinaliza que a informação televisiva privilegia, no caso de cobertura informativa de campanhas eleitorais, controvérsias, competição e “folclore político” em detrimento da informação significativa e importante. Todavia, mesmo com o reconhecimento de que há uma incapacidade de a informação televisiva fornecer instrumentos cognitivos adequados a uma escolha política racional, a televisão, ainda que com sua informação fragmentada, fornece globalmente uma representação da política e, de algum modo, tem capacidade de agendamento, considerado por McClure e Patterson como incipiente se comparado à imprensa (escrita).

É importante considerar o que McCombs (2006) enfatiza sobre a frequência com que os estudos em *agenda-setting* consideram como unidade de análise um objeto, ou seja, um tema de preocupação pública. Para além da agenda dos objetos, o autor explica que há outro nível de estabelecimento de agenda que devemos considerar – cada um dos ditos “objetos” tem numerosos atributos, que são características e propriedades que completam a imagem dos objetos. Assim, o primeiro nível de agenda seria a transmissão da relevância dos objetos pelos meios de comunicação ao público receptor, e o segundo nível é a transmissão da relevância de um determinado atributo. Em síntese, McCombs (2006) afirma que, no contexto teórico do processo de comunicação, no sentido mais amplo, a *agenda-setting* tradicional se centrava na primeira e fundamental etapa da comunicação: obter a atenção. O estabelecimento de uma agenda de atributos se centra no passo seguinte da teoria. Desse modo, a teoria lança um feixe luminoso teórico sobre que aspectos – os atributos – do tema em questão – objeto – se tornam importantes.

Essa questão passa a ser relevante para esta pesquisa uma vez que nos leva a refletir sobre quais aspectos da temática que envolve o *crack* e os impactos sociais e de saúde que tem a droga são realçados no telejornal: “algunos atributos reciben un énfasis en las noticias y en la manera en que la gente piensa y habla de esos temas”<sup>24</sup> (MCCOMBS, 2006, p. 152). Ainda sobre esse aspecto, ressaltamos que, conforme o autor esclarece, há uma ampliação da ideia original da Teoria do Agendamento. Para além de configurar os temas importantes para o público, o estabelecimento da agenda a partir de atributos é o que define um tema e, em alguns casos, faz que a opinião

---

<sup>24</sup> [...] alguns atributos recebem uma ênfase nas notícias e na maneira como as pessoas pensam e falam sobre os temas. [tradução própria]

pública avance em relação a uma perspectiva ou em relação a uma solução privilegiada.

Existem também indícios que apontam no sentido de o modo como um objeto é enquadrado na agenda poder ter consequências mensuráveis a nível comportamental. Os atributos de uma questão alvo de ênfase na cobertura jornalística podem, por exemplo, influenciar de modo directo a orientação da opinião pública. (MCCOMBS; SHAW, 2000, p. 132)

É a partir da compreensão de McCombs e Shaw sobre os enquadramentos conferidos aos fatos sociais que se tornam notícias que este trabalho busca entender a agenda e o enquadramento dado pelo *Jornal Nacional* às notícias relativas ao consumo do *crack* e aos impactos sociais e de saúde acarretados pelo consumo da droga, pois a realidade de “segunda mão” dada pelos meios de comunicação de massa constitui uma realidade, uma noção de ambiente que é estruturada pelo relato de jornalistas – e que é importante para nós saber como se dá esse relato – sobre acontecimentos, eventos e situações que constituem o quadro de sentidos da sociedade, em grande medida fornecido, no Brasil, pela televisão, conforme aponta a PBM 2016. Adiante, no Capítulo 2, vamos apresentar as ideias a partir da Teoria do Enquadramento, desenvolvida por Goffman e suas correlações com a Teoria do Agendamento e com este trabalho.



## 2 Como? Enquadramento e construção da realidade social

Este capítulo tem por objetivo explorar a Teoria do Enquadramento a partir de autores como Goffman (1986; 2012), Porto (2002), McCombs e Shaw (2000) e McCombs (2006), Tuchman (1978), Correia (2012), Carvalho (2009), Guazina e Martinelli (2012), Neveu (2006) e Sena (2011). As definições e tipologias de enquadramento contribuem significativamente como marco teórico-metodológico para a análise do objeto empírico desta pesquisa a partir do enquadramento noticioso. Para além das definições, a correlação entre a Teoria do Agendamento e a Teoria do Enquadramento ajuda a compreender o fenômeno que diz respeito às notícias veiculada pelo *Jornal Nacional* acerca dos impactos sociais e de saúde causados pelo consumo de *crack*.

Porto (2002) ensina que, quando se discute o papel da mídia na política, frequentemente, a mídia é entendida como fonte de informação, e seu papel é tido como o de informar os cidadãos. Nesse sentido, teria papel relevante no processo de construção e ampliação do espaço público contemporâneo, conforme Habermas (2003), Thompson (2002) e Ferreira (2007), e na consolidação das práticas democráticas a partir da informação objetiva e imparcial. Apesar de a comunicação midiática ter papel preponderante na sociedade no sentido de estabelecer um espaço público, o mito da objetividade e da imparcialidade já não corresponde mais a um paradigma possível, tendo em vista suas limitações. Por isso, uma das alternativas tem sido o conceito de enquadramento (*framing*). Porto (2002), ao citar Robert Hackett (1993), considera fundamental seu argumento de que os conceitos de parcialidade e objetividade constituem um suporte teórico frágil e que já não é mais suficiente pressupor que a comunicação seja imparcial, como se os conteúdos pudessem ser objetivos e desvinculados da realidade que os cerca. Segundo Hackett (1993) apud Porto (2002), embora esses conceitos tenham valor normativo e empírico, é necessário avançar com as pesquisas sobre o papel da mídia. Sobre isso, o autor sugere a substituição do conceito de parcialidade pelo de orientação estruturada:

A noção de orientação estruturada inclui alguns aspectos característicos da idéia de parcialidade (favoritismo, distorção, etc.), mas é muito mais abrangente, já que inclui "vários tipos de orientações e relações sistemáticas que, inevitavelmente, estruturam os relatos noticiosos" (p. 128). Hackett argumenta que o conteúdo da mídia pode desempenhar um papel político e ideológico importante não apenas quando existe ou falta "objetividade" e/ou "imparcialidade", mas também quando este conteúdo é produzido a partir de uma matriz ideológica limitada. Essa matriz seria composta por um conjunto de regras e conceitos (uma "estrutura profunda") que são ativados pelos jornalistas, nem sempre de forma consciente e sem necessariamente existir uma intenção deliberada de iludir ou manipular. (PORTO, 2002, p. 2)

Dessa maneira, o conceito de enquadramento com base no conceito de orientação estruturada constitui importante instrumento teórico-metodológico para este trabalho, cujo problema norteador é a análise das agendas e dos enquadramentos produzidos e veiculados pelo *Jornal Nacional* no que se refere às notícias sobre *crack*. Complementarmente<sup>25</sup> à Teoria do Agendamento, no que McCombs e Shaw (2000) chamaram de segundo nível de efeitos, houve o reconhecimento de que a mídia agenda quando, ao empolar determinados temas, define um quadro sobre o que o público deve pensar e, dependendo da maneira como apresenta os assuntos, determina como o público pode pensar os assuntos.

Para além de refutar paradigmas como o da objetividade, o conceito de enquadramento pode completar e preencher espaços de teorias contemporâneas, como é o caso do *agenda-setting*. McCombs (2006, p. 167) afirma que a Teoria do Agendamento seguiu evoluindo. "A medida que los teóricos han ido construyendo un mapa intelectual de la influencia de la comunicación de masas sobre el público cada vez más detallado, la teoría de la agenda-setting ha ido incorporando otros conceptos y teorías de la comunicación [...]".<sup>26</sup>

Tais aproximações, convergências e avanços da Teoria do Agendamento com outras vertentes teóricas vinculou a referida teoria ao conceito contemporâneo de enquadramento. Segundo McCombs (2006, p. 170), às vezes, o conceito de enquadramento se refere a uma delimitação determinada no conteúdo midiático e,

<sup>25</sup> Conforme mencionado neste trabalho, quando formulada, a Teoria do Agendamento não considerava que as diferentes formas de apresentação dos temas pela mídia poderiam afetar o processo de agendamento. McCombs e Shaw (2000) recorreram ao conceito de enquadramento.

<sup>26</sup> À medida que os teóricos foram construindo um mapa intelectual da influência da comunicação de massa cada vez mais detalhado sobre o público, a teoria do *agenda-setting* foi incorporando outros conceitos e teorias da comunicação [...]. [tradução própria]

outras vezes, ao processo de enquadramento, à origem dos enquadramentos ou a sua difusão pelos meios de comunicação: “Aplicado a la agenda mediática, un encuadre es la idea central organizadora del contenido informativo que brinda un contexto y sugere qué es el tema mediante el uso de la selección, el énfasis, la exclusión y la elaboración”.<sup>27</sup>

A obra *Frame analysis*, do sociólogo Erving Goffman (1986), é tida como referência no uso sistemático do conceito de enquadramento. Para Porto (2002), Goffman situa a origem do conceito de enquadramento na fenomenologia, mas reconhece que teria sido Goffman quem o desenvolveu numa perspectiva teórica mais sistemática aplicada à análise das interações sociais.

Nesta obra, Goffman define enquadramentos como os princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nestes eventos. Segundo o autor, tendemos a perceber os eventos e situações de acordo com enquadramentos que nos permitem responder à pergunta: "O que está ocorrendo aqui?". Neste enfoque, enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem as pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais. (PORTO, 2002, p. 4)

Goffman (2012) acredita que, na sociedade ocidental, os indivíduos tendem a reconhecer os acontecimentos e incluí-los num quadro esquemático de interpretação. Esse quadro é designado como primário, uma vez que é convertido em algo significativo, o que de outro modo seria um aspecto da cena sem significação. Os esquemas primários, segundo Goffman (2012, p. 45), variam de acordo com o grau da organização ou a estrutura social: “Contudo, seja qual for o grau de organização, cada esquema primário permite a seu usuário localizar, perceber, identificar e etiquetar um número aparente de ocorrências concretas, definidas em seus termos”.

Os definidores primários, segundo o autor, podem ser divididos em duas grandes classes de esquemas: os naturais e os sociais. Os primeiros dizem respeito a um dado inegável e incontestado relacionado com a natureza, com a ordem natural das coisas. São ocorrências consideradas não dirigidas, não orientadas e, portanto, desprovidas de quaisquer interferências humanas. Por outro lado, Goffman (2012, p. 46) esclarece que os esquemas sociais “fornecem uma compreensão de fundo para

---

<sup>27</sup> Aplicado à agenda midiática, um enquadramento é a ideia central organizadora do conteúdo informativo que confere um contexto e sugere qual é o tema mediante o uso da seleção, da ênfase, da exclusão e da elaboração. [tradução própria]

os acontecimentos que incorporam a vontade, o objetivo e o esforço de controle de uma inteligência, de um agente vivo, sendo o principal deles o ser humano”. O autor enfatiza, então, que todos os esquemas sociais envolvem regras, que os indivíduos tendem a perceber os acontecimentos em termos de esquemas primários e que o tipo de esquema utilizado proporciona uma maneira determinada de descrever o acontecimento ao qual ele é aplicado. “Quando o sol se levanta, temos um acontecimento natural; quando se desce a persiana para impedir a entrada da luz, temos uma ação guiada” (GOFFMAN, 2012, p. 49).

Se considerarmos um conjunto de esquemas primários de determinado grupo social, perceberemos, por exemplo, que esse conjunto constitui um elemento central da cultura do grupo. Para Goffman (2012), é preciso tentar formar uma imagem do esquema de esquemas de um grupo, a saber, a partir de seu sistema de crenças, conjunto de regras. Pessoas que compartilham crenças podem, contudo, discordar a respeito de determinados assuntos a partir de diferentes formas de olhar para a realidade social e para o conjunto de valores compartilhados, uma vez que devem ser levados em conta os quadros cognitivos.

O conceito de enquadramento, então, pode ser compreendido como uma generalização que nos permite classificar e categorizar. “A noção cognitiva de *frame* (quadro) é como um conjunto de pressuposições e critérios avaliativos, dentro dos quais a avaliação da pessoa de um determinado assunto se processa” (CORREIA, 2012, p. 90).

Os enquadramentos noticiosos chamam a atenção para determinados pontos e excluem outros. Iluminar alguns atributos e obscurecer outros configura uma percepção do acontecimento, ampliando a visibilidade de uns elementos em detrimento de outros, sugerindo explicações causais e avaliações normativas sobre o fato noticiado. Os enquadramentos vão além: destacam os dados fornecidos por determinada fonte em detrimento de outra, evidenciam as ações de determinados agentes, minimizando outros, tornando-os, por vezes, sem relevância. De acordo com Correia (2012), a inclusão ou a exclusão de determinados detalhes dos acontecimentos e a atribuição de relevância ou não de determinado fato dependem da classificação ou categorização que recebem. É o que Porto (2002) definiu como padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados no jornalismo.

Referindo-se à relação existente entre a Teoria do Agendamento e os enquadramentos, McCombs (2006) elenca os argumentos convincentes como

importante elemento a ser analisado nas coberturas midiáticas. Segundo o autor, alguns atributos são mais parecidos que outros; alguns têm mais probabilidade que outros de serem incluídos regularmente nas mensagens. Ademais, alguns atributos têm mais probabilidades que outros de serem percebidos e lembrados pela audiência, independentemente da frequência com que aparecem nos noticiários ou da posição dominante da mensagem. Da mesma maneira, McCombs (2006) explica que, na interpretação da mensagem, alguns atributos vão ser considerados mais pertinentes que outros. Os argumentos convincentes, portanto, seriam os enquadramentos, uma vez que são maneiras determinadas de organizar e estruturar, com êxito junto ao público, a imagem de um objeto.

Assim como há formas de enquadrar, há problemas de enquadramento ou o que Goffman (2012, p. 372) define como enquadramento errôneo: “Em nossa sociedade muitas vezes confiamos aos especialistas a tarefa de esclarecer a ambiguidade do quadro”. O autor exemplifica com o caso da morte de um homem fruto de uma briga de bar em que, para compreender, chamamos um médico legista para determinar a causa da morte: se uma causa natural e, portanto, um definidor primário natural – aneurisma –, ou se foi vítima de um golpe, o que situa o caso num quadro social, envolvendo um agente externo. “A análise de quadros recomenda, portanto, uma base analítica para distinguir as fontes de ambiguidade. Ela nos leva também a perguntar pelas circunstâncias que fazem com que uma ambiguidade possa persistir ao longo do tempo” (GOFFMAN, 2012, p. 376). Dentre os tipos de ambiguidade, o autor cita a vaguidade e a incerteza, uma vez que têm sua contrapartida no erro a respeito das crenças espontâneas e equivocadas quanto ao modo como se devem enquadrar os acontecimentos.

Goffman (2012) alerta para o fato de que as ambiguidades podem, quando não resolvidas ou resolvidas de forma inadequada, levar ao erro. Este, por sua vez, pode levar a uma formulação e a uma execução incipiente da ação. Essa questão passa a ser importante uma vez que determinado quadro é interpretado de forma equivocada em razão da forma como foi enquadrado. De certo modo, a percepção incorreta de um fato pode envolver uma ação a partir de uma perspectiva radicalmente inaplicável e, com isso, estabelecer um conjunto de expectativas que não funcionarão. Parece ser esse o caso das notícias relativas ao *crack* no *Jornal Nacional* que serão discutidas e analisadas adiante neste trabalho. Analisemos o que Goffman (2012) explica:

[...] a questão não é apenas que um indivíduo pode incorrer em erro [...], mas que alguns desses erros vêm a ser uma questão de “enquadramento errôneo” e, conseqüentemente, o envolvem num erro sistematicamente mantido e generativo, a reprodução de um comportamento erroneamente orientado. (GOFFMAN, 2012, p. 378)

Segundo o autor, em razão da própria natureza do enquadramento, os acontecimentos assumem caráter essencialmente impreciso. Assim, ambiguidades e enquadramentos errôneos, além das disputas de quadro, podem se orientar para diferentes elementos do enquadramento, a depender, por exemplo, de qual é o feixe de orientações lançado sobre determinado acontecimento. No que concerne ao caráter ambíguo do enquadramento, observemos que Goffman (2012, p. 398) afirma que “as teorias sobre a criminalidade, por exemplo, não fornecem nenhum acordo sobre este assunto, tendendo a situar-se em dois campos, dependendo da análise que for apresentada”. Para o autor, considerar o criminoso como um doente leva a um ideal terapêutico e, portanto, a ações e estratégias terapêuticas; considerar o criminoso numa perspectiva moralista, leva a outra abordagem e, portanto, outra ação e estratégia. Isso significa que o modo como os quadros são apresentados alteram o direcionamento da compreensão da sociedade, bem como das ações orientadas dos diferentes setores envolvidos com o tema.

Observemos a definição de atributos e enquadramentos, segundo McCombs (2006):

Las descripciones de las personas, de los temas de interés público y de otros objetos en las informaciones van desde los atributos de o más simple, como la edad de alguien o el sitio donde nació, hasta atributos sumamente complejos, como el ser un conservador compasivo o un nuevo laboratorista.<sup>28</sup> (MCCOMBS, 2006, p. 172)

O que McCombs (2006) tenta esclarecer é que um enquadramento é um atributo do objeto em questão, dado que descreve o objeto. O autor ressalva, entretanto, que nem todo atributo é um enquadramento, a partir da compreensão de que o enquadramento é um ponto de vista dominante sobre o objeto, portanto uma descrição e caracterização dominantes do objeto. Assim, o enquadramento é um

---

<sup>28</sup> As descrições das pessoas, dos temas de interesse público e de outros objetos das informações vão desde os atributos do mais simples como a idade de alguém ou o lugar onde o indivíduo nasceu, até atributos sumariamente complexos, como o fato de ser conservador compulsivo ou um novo trabalhador. [tradução própria]

princípio organizador que incorpora e enfatiza determinados atributos de baixo nível e excluem outros. Na perspectiva de McCombs (2006), os enquadramentos servem como eficiente mecanismo de agrupamento de microatributos. Dessa maneira, os enquadramentos organizam e estruturam o pensamento para moldar a maneira como pensamos os temas de interesse público. Para além dos aspectos mencionados, McCombs (2006) salienta o que os enquadramentos podem gerar:

Los encuadres reclaman nuestra atención hacia los puntos de vista dominantes en esas imágenes, que no sólo sugieren qué es relevante y qué es irrelevante, sino que, de manera activa, promueven una definición del problema determinado, una interpretación causal, una evaluación moral, y/o una recomendación de tratamiento para el asunto descrito. (MCCOMBS, 2006, p. 174)<sup>29</sup>

Esse cenário se altera quando um indivíduo se encontra em dúvida ou em erro sobre o que está ocorrendo, buscando estabelecer uma interpretação correta do quadro. Dizemos, então, que a relação do indivíduo com o quadro foi clarificada. Portanto, o que Goffman (2012) defende é que o quadro organiza mais do que o sentido, pois organiza também o envolvimento.

Apesar de Goffman (2012) alertar para o fato de que a noção de esquemas primários seja insatisfatória sob a perspectiva de compreensão de regras e esquemas de determinado grupo, ele reconhece que os esquemas primários interferem na compreensão geral do funcionamento do mundo. A partir dessa perspectiva, o autor elenca cinco temas diferentes: o *complexo surpreendente*, os *interesses cosmológicos*, as *pexotadas*, a *casualidade* e, por fim, a *tensão*.

Tuchman (1978) oferece relevante contribuição no campo da comunicação no que diz respeito ao conceito de enquadramento. Segundo a socióloga, as notícias impõem um enquadramento que define e constrói a realidade. As notícias, segundo Tuchman (1978, p. 215), são “um recurso social cuja construção limita um entendimento analítico da vida contemporânea”. Ela associa as categorias de notícia e o respectivo processo de produção com a maneira como a realidade é apresentada pelos noticiários, ou seja, pelo seu enquadramento.

---

<sup>29</sup> Os enquadramentos chamam nossa atenção para os pontos de vistas dominantes nas imagens, que não só sugerem o que é e o que não é relevante, se não que, de maneira ativa, promovem uma definição do problema determinado, uma interpretação causal, uma avaliação moral, e/ou uma recomendação de tratamento para o assunto descrito. [tradução própria]

De acordo com Goffman (2012), as perspectivas primárias naturais ou sociais acessíveis aos membros de um grupo social afetam um número maior de pessoas do que apenas os participantes de determinada atividade. Os que estão a observar ou são espectadores de determinado quadro social são profundamente afetados. “Parece que dificilmente podemos olhar alguma coisa sem aplicar um esquema primário, tecendo assim conjecturas sobre o que ocorreu antes e expectativas sobre o que provavelmente vai ocorrer agora” (GOFFMAN, 2012, p. 65). A partir dessa contribuição do autor, refletimos sobre o que Tuchman (1978) infere sobre as notícias e a realidade social e entendemos que, a partir do enquadramento que determinado fato noticioso recebe, há implicações para um número maior de pessoas que, com base em suas capacidades cognitivas, podem interpretar os fatos à luz dos enquadramentos fornecidos pelos meios de comunicação ou, ainda, gerar novos quadros interpretativos da experiência e da realidade social.

Ainda nessa perspectiva, Carvalho (2009, p. 1) define que o enquadramento é uma noção rica “para esclarecer os modos como o Jornalismo se relaciona com os atores sociais”.

Parto do princípio de que as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam eventos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles; enquadramento é a palavra que eu uso para referir-se a um destes elementos básicos, tais como sou capaz de identificar. Esta é minha definição de enquadramento. Minha expressão análise do enquadramento é um slogan para referir-me, nesses termos, ao exame da organização da experiência. (GOFFMAN, 2006 apud CARVALHO, 2009, p. 4-5)

Desse modo, em determinada situação, os indivíduos buscam construir explicações a partir de suas constituições, referências e repertórios, no âmbito de suas possibilidades cognitivas. Sendo assim, sempre haverá um processo de seleção, um olhar que é lançado para um aspecto particular da cena. Por essa razão, compreender os enquadramentos jornalísticos quando a mídia narra na forma de notícia determinado acontecimento tem relação com a tentativa de dar inteligibilidade à narrativa sobre o acontecimento. Tais sentidos dados constituir-se-ão em determinada visão, dentro de uma variedade de possibilidades, mas que, por um quadro referencial e cognitivo, foi enquadrado com algum sentido específico.



O jornalismo como prática institucionalizada, os constrangimentos organizacionais daí derivados, a visão dos jornalistas sobre o que é notícia – resultado da perspectiva que eles têm sobre a própria profissão – e a tendência que as notícias têm de privilegiar posições ideológicas hegemônicas, reforçando a manutenção do status quo, dentre outros fatores, são fundamentais para uma compreensão dos modos como são promovidos os enquadramentos [...]. (CARVALHO, 2009, p. 6)

Gitlin (1980 apud PORTO, 2002, p. 6) apresenta a definição mais sistemática e clara do enquadramento. Segundo esse autor, os enquadramentos são recursos que organizam o discurso por meio de práticas específicas, como seleção, ênfase e exclusão, e, de alguma forma, constituem uma interpretação dos fatos narrados: "Os enquadramentos da mídia [...] organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorreremos às suas notícias".

Goffman (2012, p. 254) é enfático quando afirma que pretende entender "o que é que se autoriza (ou se obriga) as pessoas a tratarem como sua principal preocupação oficial, e não se na realidade o fazem ou não". Ao discutir a atividade fora de quadro, o autor explica que, durante a ocorrência de qualquer atividade enquadrada de determinada maneira, é possível que encontremos o fluxo de outra atividade sistematicamente desatendida e tratada como fora de quadro. Segundo ele, em nossa cultura, os sons produzidos a intervalos irregulares distraem mais do que os produzidos a intervalos regulares.

Sempre que um indivíduo participa de uma atividade, ele estará situado em relação a ela, o que acarreta uma exposição em determinado grau ao testemunho direto, e uma oportunidade quase no mesmo grau, de adquirir observações diretas. Estas últimas implicações do "estar situado", em conjunção com suas capacidades auditivas, geram uma série de pontos para além dos quais ele não pode obter evidência quanto ao que está ocorrendo. Ele encontrará barreiras à sua percepção, uma espécie de *fronteira evidencial* [*evidential boundary*]. Tudo o que está além dessa fronteira lhe estará oculto. Da mesma forma que se pode pensar numa atividade que proporciona possibilidades de desatender aos acontecimentos, pode-se também pensar numa atividade que proporciona a possibilidade de ocultação, abrangendo esta o conjunto de coisas que podem ocorrer para além das fronteiras evidenciais de seus participantes. (GOFFMAN, 2012, p. 270-271)

A análise acima, elaborada por Goffman (2012), sobre o que está fora do quadro ou ocultado se aproxima bastante da discussão sobre o campo do jornalismo

proposta por Guazina e Martineli (2012), as quais trazem relevantes contribuições acerca do conceito e das aplicações dos estudos de enquadramento e dos processos de seleção:

Assim, ao enquadrar, os narradores (jornalistas, apresentadores, comentaristas, etc) definem pontos de vista e hierarquizam informações, selecionando algumas em detrimento de outras. Deste modo, o resultado de qualquer trabalho com características jornalísticas é eminentemente enquadrado, isto é, organizado a partir de princípios culturais compartilhados que estão na base da decisão de selecionar. (GUAZINA, 2011 apud GUAZINA; MARTINELI, 2012, p. 110)

Portanto, a maneira como a mídia seleciona e dispõe determinado assunto conduz à formação de enquadramentos que podem ser morais, dramáticos ou violentos. Um dos aspectos citados por Guazina e Martineli (2012) diz respeito à seleção, “[...] aspecto essencial do conceito de enquadramento”. A ênfase em determinados aspectos e a omissão de outros pode ser determinante na construção de sentidos:

Quando uma informação é salientada em um texto (e aqui considera-se texto inclusive as imagens), ela se torna mais significativa e memorável para a audiência, indicando um modelo de interpretação dominante, isto é, uma orientação de interpretação a ser seguida. (ENTMAN, 1993 apud GUAZINA; MARTINELI, 2012, p 110)

De maneira próxima ao que as autoras assinalam, Neveu (2006) destaca que o estabelecimento da ordem do dia está associado à capacidade que os meios de comunicação têm de selecionar e produzir hierarquização da informação, exercendo uma influência que não diz respeito a moldar comportamentos, mas a definir os temas dignos de atenção por parte de uma coletividade a partir do enquadramento: “um conjunto, frequentemente limitado, de modos de tratamento de um assunto e seus diversos filtros que bloqueiam a cobertura dos acontecimentos que não entram nos quadros e não dispõem de mediadores sociais” (NEVEU, 2006, p. 144).

Segundo Sena (2011, p. 23), os enquadramentos apresentados – a autora se refere ao estudo realizado sobre notícias publicadas sobre o *crack* ao longo de dez anos –, porque falam sobre o mundo, são também produtores desse mundo: “As representações não são um dado de natureza, são construções sociais que revelam um jogo de forças, um cenário político”.

## 2.1 Tipos de enquadramento e classificações

O estudo de Sena (2011) a respeito de notícias publicadas sobre *crack*, ao longo da primeira década deste século, em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, revelou os seguintes enquadramentos: impunidade, descontrole social, penetração em categorias blindadas/sagradas, guerra, terror, aumento do uso de drogas/violência, atentado a valores familiares/religiosos, degradação pessoal. A autora esclarece cada uma dessas categorias. Para sistematizar e organizar melhor as informações, o Quadro 1 apresenta a categoria de enquadramento usado por Sena (2011) e a respectiva caracterização ou definição da categoria.

**Quadro 1 – Enquadramentos extraídos da pesquisa de Sena (2011)**

Enquadramento	Caracterização ou definição
Impunidade	Faz alusão a uma sensação compartilhada. Falta de penalização dos infratores ligados ao <i>crack</i> .
Descontrole social	Destaca perda de controle do povo, incapacidade de manutenção da ordem pública por parte da polícia.
Penetração em categorias blindadas	As notícias abordam profissionais de elite, como: de formação universitária, profissionais ligados à segurança pública e mulheres destacadas pelo seu padrão de beleza, como donas de casa, ou, simplesmente, pelo pertencimento ao gênero feminino e o envolvimento com o <i>crack</i> .
Terror	Foca crimes atribuídos ao <i>crack</i> .
Aumento do uso de drogas	As notícias evidenciam o aumento do número de usuários de <i>crack</i> ou o acréscimo da violência ligadas ao comércio e ao uso de drogas.
Atentado aos valores familiares/religiosos	Caracteriza-se por matérias ofensivas a valores morais da instituição família e afronta às crenças religiosas por parte de usuários e comerciantes do <i>crack</i> .
Degradação pessoal	Aborda o indivíduo destituído do grau da condição humana, as perdas que vivencia ou a violência de seus atos. Referência a perda de algo que se conquistou pelo <i>crack</i> .

Fonte: Elaboração própria a partir de SENA, 2011

Porto (2002) também oferece uma classificação dos enquadramentos. Segundo o autor, há os enquadramentos noticiosos e os interpretativos. Os enquadramentos noticiosos se referem aos padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos e estão associados ao “ângulo da notícia” no jargão jornalístico. Os enquadramentos noticiosos são resultado das escolhas feitas pelos jornalistas quanto ao formato, apresentação cujos resultados

conferem ênfase seletiva a determinados aspectos de uma realidade percebida. Por outro lado, os enquadramentos interpretativos são os padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas, incluindo as definições de problemas, avaliações das causas e dificuldades, recomendações de tratamento, entre outros aspectos. Embora os jornalistas contribuam com seus respectivos enquadramentos interpretativos, esse tipo de enquadramento tem origem em atores sociais e políticos externos à prática jornalística – são as explicações que podem ser incorporadas ou não no discurso da mídia.

Ainda sobre enquadramentos, Porto (2002) explica que a natureza complexa e contraditória das mensagens da mídia não pode ser ignorada. Por essa razão, o autor apresenta a classificação sobre a “forma” das mensagens televisivas. Segmentos restritos de enquadramento seriam aqueles que incluem somente um tipo de enquadramento interpretativo, enquanto segmentos plurais incluem mais de um enquadramento. Os segmentos plurais se dividem em: plurais-fechados, em que um dos enquadramentos é privilegiado ou enfatizado, e em plurais-abertos, em que nenhum enquadramento apresentado prevalece sobre o outro ou, nas palavras do autor, “é mais válido ou verdadeiro”. Os enquadramentos com forma “episódica” não incluem enquadramentos interpretativos.

Segundo Porto (2002), a classificação de segmentos demonstra que a mídia tende a apresentar certa diversidade de enquadramentos e, nesse sentido, contribui para privilegiar determinadas interpretações hegemônicas da realidade, especialmente aquelas fornecidas pelas fontes oficiais.

Diante do exposto acerca da Teoria do Enquadramento e das respectivas classificações que serão úteis posteriormente para este trabalho, o capítulo a seguir apresentará a história da televisão e as características relativas ao meio televisivo para que possamos compreender como se dá o processo de agendamento e enquadramento do *Jornal Nacional* em pautas sociais complexas, valendo-nos da análise da cobertura jornalística do telejornal perante o progressivo avanço do consumo do *crack* no Brasil.

### 3 Da tele-visão à televisão

Considerando que o objeto empírico deste trabalho consiste em analisar o *Jornal Nacional*, da Rede Globo, portanto, um telejornal, é necessário percorrer, do ponto de vista teórico, a história e as características do meio televisão a partir de Lange (2000) e Jost (2007). Bourdieu (1997) e Coutinho e Gouvêa (2016) ajudam a compreender o relevante papel que a televisão desempenha nas sociedades contemporâneas, construindo a realidade social a partir de reverberações de sentidos. Ainda neste capítulo, Martins da Silva (2013) ajuda a compreender o jornalismo e sua função cívica, libertária e emancipadora. Partindo dessa visão, o autor evidencia as possibilidades de tratamento que os fenômenos sociais podem receber do jornalismo, destacando o pós-jornalismo como estratégia para superação das crises atuais pelas quais a atividade jornalística passa. Bueno (2005) explicita as tensões nas relações entre redação e departamento comercial e as implicações disso no meio televisivo. Curado (2002) e Rezende (2000) elencam características importantes da televisão e do telejornalismo e, em Becker (2009; 2013; 2016), encontramos uma discussão contemporânea que leva em conta os impactos tecnológicos e o surgimento das novas mídias e a reconfiguração do meio televisivo nesse contexto.

Trazemos, ainda, as contribuições de Vizeu Jr. (2014), Porcello e Sartori (2013) e Coutinho e Gouvêa (2016) sobre a importância da televisão e um subcapítulo para apresentar a reflexão que Michaud (1989), Gomes e Cogo (1998) e Penedo (2003) fazem sobre violência na mídia e o potencial dramático do crime.

Sobre o aspecto da saúde na mídia, as reflexões de Ferrari e Moura (2009), Moura (2008), Figueiredo e Moura (2013), Tabakman (2013), Martos (2008), Iribarría e Oleffe (2011), Llistó (2011), Lima et al. (2014), Noto et al. (2013) e Acioli Neto e Santos (2015) trazem diversidade de abordagem e nos orientam sobre como a saúde vem sendo tratada na mídia e sobre como a mídia deveria cobrir os temas de saúde.

A televisão foi um dos sonhos pré-midiáticos da humanidade que, no segundo século da nossa era, marcou a possibilidade de ver à distância. Lucien de Samosate (125 d.C.-192 d.C.), retórico nascido na Síria que exerceu a profissão de advogado, viajando pela Ásia Menor, Grécia, Itália e Gália, exerceu a filosofia em Atenas, para onde se mudou, e é considerado o primeiro escritor de ficção científica. Lucien de Samosate questiona a distinção entre verdade e falsidade. Em sua obra *Histoire véritable*, ele imagina a conquista do espaço em que habitantes da Lua dispunham de

um sistema de observação sonora e visual à distância. O romance conta que isso é possível no palácio do rei:

Um espelho muito grande disposto acima de um poço, que não é extremamente profundo. Se alguém desce ao poço, ele entende tudo que é dito em nossa casa, sobre a terra e, se alguém olha esse espelho, vê todas as cidades, todas as nações, exatamente como se estivessem em meio delas. Nesta ocasião, eu vi até mesmo a minha família e todo o meu país, mas eles mesmos me viram, que eu ainda posso ter certeza. Quem não acredita que é realmente assim, se acontecer de um dia meter-se até lá, vai ver que eu falo a verdade. (LANGE, 2000)

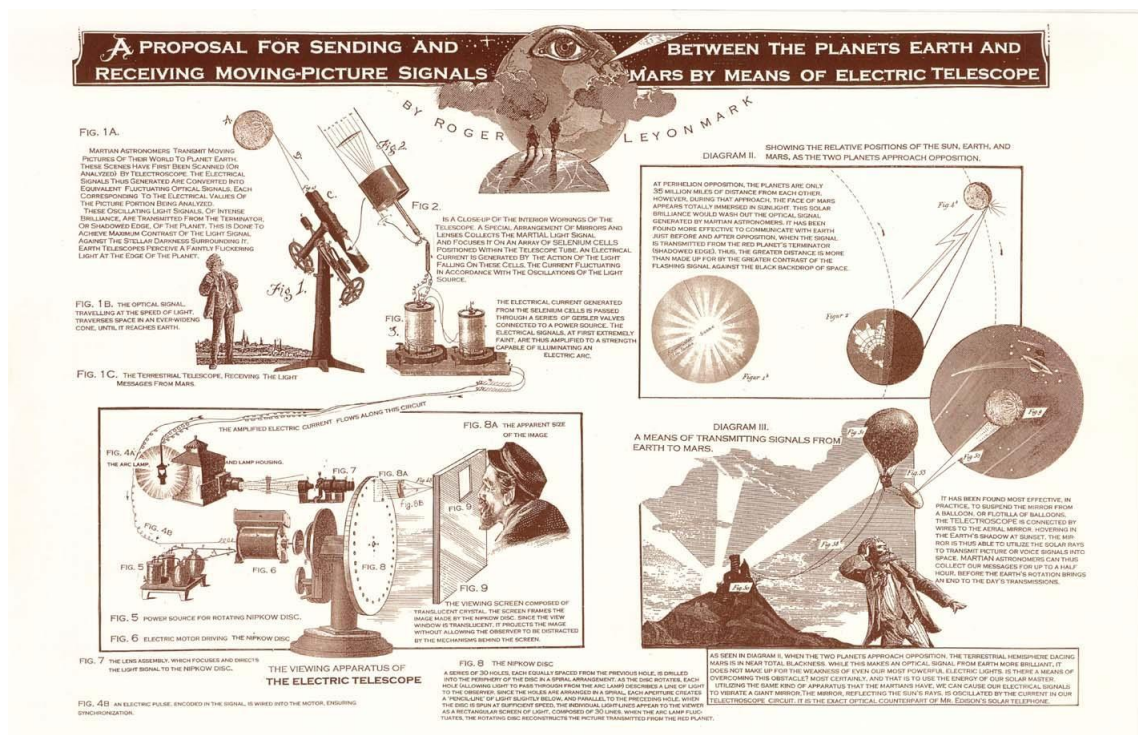


Figura 1 – Reprodução da ficção científica

Fonte: LEYONMARK In: LANGE, 2000

De acordo com Jost (2007), os espelhos cessam de refletir e permitem ir além do visível, pois dão acesso a um mundo espacialmente ausente, mas acessível de forma mágica pela televisão. “O espelho mágico é esse operador que dá ao seu utilizador a faculdade da visão a distância, que é o sentido primeiro de tele-visão” (JOST, 2007, p. 41).

Contudo, essa não foi a única tentativa de utilização dos espelhos com a finalidade de serem janelas para o mundo. Cinco anos antes do surgimento do

cinematógrafo, no romance *Le vingtième siècle, la vie électrique*, o autor Albert Robida imagina o telefonoscópio – telefone dotado de imagens nítidas que permitem ver o interlocutor ou mesmo supervisioná-lo. “Robida imagina tanto telefonoscópios colossais, colocados acima da sede de um jornal, para retransmitir imagens enviadas do mundo inteiro, como modelos de bolso” (JOST, 2007, p. 42).

Se havia uma inquietação na humanidade era o sonho da simultaneidade. No final do século XIX, foram experimentados os teatros-fones, que colocavam um domicílio em conexão com um espetáculo vivo. E é nesse contexto que a televisão aparece como complemento natural do telefone, pois tem a capacidade de fazer ver e escutar ao vivo. Todavia, o cinema – de mais fácil conquista – nasceu 30 anos antes da televisão.

Segundo Jost (2007), atribui-se a invenção da televisão ao engenheiro escocês John Baird. Em 1925, Baird fez a primeira demonstração de uma imagem televisual, em Londres, na Inglaterra. E como toda mídia, a televisão não encontrou, de modo certo, o seu lugar entre as mídias. Apareceu, primeiro, como complemento do rádio<sup>30</sup> nos anos 1930. Mas, seguindo a historicidade das mídias, da mesma forma que o cinema, a televisão se tornou um espetáculo que reúne pessoas em um mesmo lugar. Isso porque, nos anos 1930, existiam poucos aparelhos receptores, o que definiu o ato de ver televisão como uma experiência socialmente compartilhada e publicamente possível.

Em suma, a televisão é, em sua origem, o que se poderia chamar de *intermedia*: longe de se afirmar como uma mídia independente, como propriedades únicas e insubstituíveis, ela faz a síntese de técnicas e de espetáculos já existentes. Uma mídia só se constitui verdadeiramente como tal a partir do momento em que passa do estado de novidade técnica ao de elaboração de programas. Desse ponto de vista, é a partir dos anos 30 que começa esse processo para a televisão, em velocidades distintas segundo os diferentes países. (JOST, 2007, p. 44)

A televisão foi inaugurada no Brasil em 1950 por Assis Chateaubriand, e a primeira emissora a entrar no ar foi a TV Tupi. Segundo Jost (2007), o novo meio foi fruto do idealismo e das estratégias de Chateaubriand. A televisão foi conquistando o

---

<sup>30</sup> “Como comprovação, citam-se os primeiros programas exibidos na França em 1936, após a feira da TSF e que podiam ser captados pelo rádio, sem as imagens. [...] Nessas condições, não causa surpresa que a nova mídia tenha o andamento de uma *fala tele-visada*”. (JOST, 2007, p. 43 – grifo do autor)

público brasileiro e buscando alternativas para sua produção até então feita experimentalmente e sem grande profissionalismo. A partir de 1965, com a fundação da Rede Globo, por Roberto Marinho, a população brasileira acompanhou o crescimento, a profissionalização da programação e o aprimoramento técnico desse meio de comunicação. É importante ressaltar que as conquistas e evoluções que envolvem a televisão passaram por controvérsias, como o acordo celebrado entre a Globo e o grupo norte-americano Time-Life,<sup>31</sup> em 1962, fruto de inúmeras críticas e objeto de investigação.

Dando um salto histórico, cabe explicitar que o meio tele-visão, que surgiu na ficção científica e, como assinalou Jost (2007), não se constituiu imediatamente como mídia com regras operativas e sintaxe própria, atualmente, é o meio de comunicação mais utilizado pela população brasileira, segundo a PBM 2016:

A televisão permanece, segundo os entrevistados, como meio de comunicação de maior utilização para as pessoas se informarem no Brasil. Praticamente nove de cada dez entrevistados fizeram menção em primeiro ou segundo lugar à TV como o veículo preferido para obter informações. O costume de assistir televisão apresentou maior duração durante os dias de semana quando comparado aos fins de semana. Conforme a PBM, 47% dos entrevistados que declararam ver televisão assistem de segunda a sexta-feira e 27% afirmaram ver televisão preferencialmente aos sábados e/ ou domingos. Vinte e seis por cento assistem em igual proporção em dias de semana ou aos sábados e domingos. Vale reparar que, ao serem perguntados: “quantos dias da semana, de segunda a domingo, o(a) sr.(a) assiste TV?”, 77% disseram que assistem televisão os sete dias da semana. (BRASIL, 2016, p. 16)

Apesar de ser o meio de comunicação que prepondera entre os brasileiros, a mesma pesquisa aponta dados relevantes sobre a confiança das pessoas na televisão. Considerando os outros meios – rádio, jornais, revistas, *sites*, *blogs* e redes sociais –, a confiança não parece alta. Na pesquisa realizada, na média, 41% disseram confiar sempre ou muitas vezes nas notícias veiculadas por esses suportes midiáticos, e 33% confiam nos anúncios de publicidade. Essa maior confiança nas

---

<sup>31</sup> O acordo garantiu US\$ 6 milhões oriundos do grupo Time-Life que deveriam ser repassados para que a Rede Globo investisse em equipamentos e infraestrutura que garantiriam, futuramente, a hegemonia de qualidade técnica, de produção e de audiência da emissora em detrimento das outras. A legislação brasileira, porém, proibia a entrada de capital estrangeiro em empresas de radiodifusão, consideradas bem público, por utilizarem o espectro eletromagnético. Considerado ilegal, o acordo foi alvo de investigações no Congresso Nacional por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que, apesar de ter dado parecer desfavorável à Rede Globo, tempos depois, descaracterizou a sociedade entre Roberto Marinho e o grupo Time-Life (HERZ, 1983).



notícias do que nas propagandas independe do meio pesquisado. Quando analisados particularmente pela sondagem, os jornais<sup>32</sup> continuam como os meios mais confiáveis, segundo os brasileiros. A televisão e o rádio ficam com 44% da confiança da população que declarou ver televisão e ouvir rádio. Isso denota que, além de ser o meio de comunicação mais disponível e mais utilizado pela população brasileira, a televisão está em segundo lugar em nível de confiabilidade no que concerne à informação noticiosa. “A televisão é a referência única de grande parte da população que se atualiza pelos seus noticiosos” (CURADO, 2002, p. 17). Coutinho e Gouvêa (2016) afirmam que a televisão tem duplo potencial simbólico por conta de sua capacidade de representação verbal e imagética, além do alcance e da abrangência, podendo alcançar diferentes públicos.

Bourdieu (1997, p. 23), ao discutir a censura invisível da televisão, evidencia que a televisão detém “monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população”. A proposta de reflexão do autor se baseia no fato de que a televisão exerce um poder simbólico no plano das informações porque atrai a atenção para fatos que interessam a todo mundo – o que Bourdieu (1997) chama de *omnibus*. Estes seriam fatos que não devem chocar, que não envolvem conflitos e disputas, que não dividem opiniões e que formam consenso, interessando a todo mundo, sem, com isso, tocar em quaisquer coisas importantes. Assim, o autor avalia que, se o tempo – recurso tão escasso para televisão – é gasto para dizer coisas fúteis, na mesma proporção, a televisão oculta coisas preciosas. O autor ressalta que é importante considerar as pessoas que não leem nenhum jornal e que “estão devotadas de corpo e alma à televisão como fonte única de informações” (BOURDIEU, 1997, p. 23) e alerta que aqueles que preenchem o tempo raro com o vazio das variedades ofertadas na televisão se afastam das informações que são relevantes para que os cidadãos possam exercer seus direitos democráticos. De maneira enfática, Bourdieu (1997) afirma que a televisão exerce monopólio na formação de uma parcela importante das pessoas. E, nesse aspecto, o acesso às informações dos diferentes meios deve ser levado em conta, principalmente, no caso brasileiro, em que a televisão, desde sua origem, foi financiada por empresários e grupos políticos.

---

<sup>32</sup> De acordo com a pesquisa mencionada, 48% dos brasileiros que leem jornais responderam que confiam sempre ou muitas vezes nas notícias impressas.

Sob esse aspecto, orientamo-nos para uma divisão, em matéria de informação, entre aqueles que podem ler os jornais ditos sérios, se é que continuarão sérios em razão da concorrência da televisão, aqueles que têm acesso aos jornais internacionais, às emissoras de rádio em língua estrangeira, e, de outro lado, os que têm por toda bagagem política a informação fornecida pela televisão, isto é, quase nada (salvo a informação proporcionada pelo conhecimento direto dos homens e mulheres de destaque, de seu rosto, de suas expressões, coisas que os mais desprovidos culturalmente sabem decifrar – o que não contribui pouco para afastá-los de muitos responsáveis políticos). (BOURDIEU, 1997, p. 24)

Se, por um lado, conforme aponta o autor, a televisão desempenha papel preponderante na vida das pessoas, trazendo à tona e ao conhecimento público fatos que interessam a uma universalidade de pessoas, por outro, insiste que a televisão oculta outras tantas:

[...] a televisão pode, paradoxalmente, ocultar mostrando, mostrando uma coisa diferente do que seria preciso mostrar caso se fizesse o que supostamente se faz, isto é, informar; ou ainda mostrando o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é mostrado ou se torna insignificante, ou construindo-o de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde absolutamente à realidade. (BOURDIEU, 1997, p. 24)

Nesse aspecto, o sociólogo francês se atém ao fato de que os jornalistas pertencem a uma comunidade profissional que tem regras próprias, a partir de uma visão de mundo, da formação e das disposições. Ao considerar isso, Bourdieu (1997) demonstra, em suas análises, que os jornalistas selecionam nessa realidade particular categorias de percepção que lhes são próprias. Por essa razão, a metáfora mais comum e adequada “para explicar essa noção de categoria, isto é, essas estruturas invisíveis que organizam o percebido, determinando o que se vê e o que não se vê, é a dos óculos” (BOURDIEU, 1997, p. 25). Essas categorias são formadas pela história e pela educação que são constituintes e constituidoras dos jornalistas. E, assim, aos jornalistas pode-se aludir a metáfora dos óculos especiais: a partir deles, os profissionais de imprensa veem certas coisas e não veem outras tantas, mas as que os jornalistas conseguem ver veem de certa maneira, operando uma seleção e uma construção do que é selecionado.

Não obstante, é importante refletir sobre outros critérios elencados por Bourdieu (1997), igualmente importantes de serem considerados, porque alteram a forma de construir a realidade social e de informar. Para o sociólogo francês, o

jornalista é uma entidade abstrata que se diferencia por sexo, idade, nível de instrução, o jornal para o qual trabalha e o meio de informação. Desse modo, o mundo dos jornalistas é constituído por conflitos, concorrências e hostilidades, e os produtos jornalísticos são muito mais homogêneos do que se acredita:

As diferenças mais evidentes, ligadas sobretudo à coloração política dos jornais (que, de resto, é preciso dizê-lo, se descolorem cada vez mais...), ocultam semelhanças profundas, ligadas em especial às restrições impostas pelas fontes e por toda uma série de mecanismos, dos quais o mais importante é a lógica da concorrência. [...] Nada tenho, evidentemente, contra a concorrência, mas observo apenas que, quando ela se exerce entre jornalistas ou jornais que estão sujeitos às mesmas restrições, às mesmas pesquisas de opinião, aos mesmos anunciantes (basta ver com que facilidade os jornalistas passam de um jornal a outro), ela homogeneiza. (BOURDIEU, 1997, p. 31)

Assim, a produção televisiva – por mais que leve em consideração a cultura profissional, a historicidade dos jornalistas e sua formação, que conduzem a uma forma de ver as coisas do mundo – é coletiva e, por vezes, leva em conta noções preconcebidas, por exemplo, o fato de que jornalistas acreditam que todo mundo lê todos os jornais e que, se um jornal publica algo sobre algum acontecimento, outro jornal também deve fazê-lo, pois, nas redações, em grande parte do tempo, os profissionais falam de outros jornais e, em particular, “do que eles fizeram e que nós não fizemos” (BOURDIEU, 1997, p. 32). Para o autor, esse espelhamento dos veículos produz “um formidável efeito de barreira, de fechamento mental” (BOURDIEU, 1997, p. 33).

Nessa perspectiva, selecionar significa buscar o que é sensacional, dramatizando no duplo sentido, conforme explica Bourdieu (1997, p. 25): “[...] põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático, trágico”. Ao retomar a obra de Patrick Champagne, Bourdieu (1997) questiona se seria possível o jornalista mostrar os subúrbios, se assim o desejasse. E o autor conclui que seria difícil fazê-lo, considerando o caráter de simplificação e banalização da televisão, dado que não há nada mais difícil de fazer sentir do que a realidade em sua banalidade.

“É o problema que encontram os sociólogos tornar extraordinário o ordinário; evocar ‘o ordinário de maneira que as pessoas vejam a que ponto é extraordinário’” (BOURDIEU, 1997, p. 27-28). Nesse ponto, o autor questiona o fato de que os

jornalistas, ao se interessarem pelo que é extraordinário, não banalizariam, em certa medida, aquilo que é extraordinário para outrem. Sobre isso, o autor faz a seguinte ponderação, buscando refletir sobre os efeitos que os jornalistas podem produzir na vida cotidiana:

Os perigos políticos inerentes ao uso ordinário da televisão devem-se ao fato de que a imagem tem a particularidade de poder produzir o que os críticos literários chamam o *efeito de real* [grifo do autor], ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver. Esse poder de vocação tem efeitos de mobilização. Ela pode fazer existir ideias ou representações, mas também grupos. [...] o fato de relatar *to record* [grifo do autor], como repórter, implica sempre uma construção social da realidade capaz de exercer efeitos sociais de mobilização (ou de desmobilização). (BOURDIEU, 1997, p. 28)

O jornalismo e os jornalistas são, portanto, agentes importantes na construção da realidade social, capazes de fazer reverberar significados e sentidos, construindo discursos para que o público receptor compreenda a realidade na qual está inserido. Coutinho e Gouvêa (2016) consideram que, por essas características, os meios de comunicação determinam o que a opinião pública deve discutir, conforme esclarece a Teoria do Agendamento, já citada neste trabalho.

Martins da Silva (2013), ao observar a cobertura da violência nas escolas, explica que o fenômeno pode receber tratamento de impacto e constituir-se com sentido sensacionalista – o autor associa essa cobertura à imprensa de centavos ou *penny press* –, mas também pode ser noticiado e bem contextualizado, como jornais de referência. Outra abordagem epistemológica do acontecimento midiático pode ser o que o autor denomina de “campanha jornalística”, composta por uma série de matérias ou cobertura especial voltada para o tema para traduzir o problema e indicar soluções. Dessa maneira, o jornalismo contribuiria para que a violência nas escolas deixasse de ser um fato jornalístico isolado, passando a ser um tema de mobilização social. Para Martins da Silva (2013), essa contextualização iria além da dramatização recorrente no “jornalismo popular”, transpondo a característica passageira das ocorrências da realidade. Assim, o autor aponta como um dos problemas do jornalismo de “informação” o envelhecimento precoce dos temas demasiado circunstanciais, que servem apenas como “ganchos jornalísticos” – jargão utilizado nas redações de jornais –, dado o rápido esgotamento da “novidade” dos fatos.

No presente, e, portanto, da vigência do paradigma do jornalismo de “comunicação”, dificilmente uma enxurrada de episódios de agressão entre jovens escolares será “coberta” apenas no caso a caso. O mais esperado é que o veículo de comunicação, face ao seu vínculo social (para com o cidadão e com a cidadania), assuma uma *vita activa* (Hannah Arendt) perante tal contexto de violência, atuando como “parceiro” social na busca de um novo patamar de cultura de paz, ou até mesmo assuma a liderança da mobilização, como o fez o *Correio Braziliense*, quando da “campanha do trânsito” em Brasília, que resultou na institucionalização da faixa de pedestres em todo o Distrito Federal e na difusão de uma série de condutas de *Paz no Trânsito*, como o “sinal de vida”, hoje assimilado, reconhecido e respeitado por todos (a não ser por eventuais e isoladas transgressões). (MARTINS DA SILVA, 2013, p. 15)

O destaque dado pelo autor ao jornal impresso mais tradicional do Distrito Federal, na perspectiva de mobilização, indica que é possível alcançar a categoria do pós-jornalismo que ele próprio defende. O pós-jornalismo se constitui como hipótese referente à evolução do jornalismo atual, uma tentativa de superação das crises – mercadológicas e tecnológicas – pelas quais passam a atividade e o profissional da informação. Martins da Silva (2013, p. 12-13) explica que os jornalistas se colocam na condição de “missionários”, mas que “em nenhum momento o jornalismo deixa de ser um negócio – como todos, à base da relação capital-trabalho –, mas não que seja um negócio qualquer, pois se institucionaliza (e assim é reconhecido) como função cívica, libertária e emancipatória”.

Sobre essa questão, ao enfatizar a danosa aproximação entre a redação e o departamento comercial nas empresas jornalísticas como um dos fatores que desencadeiam coberturas jornalísticas comprometidas, no sentido negativo da palavra, Bueno (2005) afirma que, de outro lado, é também preciso compreender que o mundo da informação tem suas complexidades, sobretudo na área de ciência e saúde, o que dificulta a tarefa do jornalista de construir materiais informativos de melhor qualidade.

Ainda que, aparentemente, a segmentação do trabalho jornalístico, caracterizado pelas editorias ou cadernos, propicie condições para uma efetiva especialização, o que contribuiria para atenuar o problema, a prática tem demonstrado que este processo de divisão tem uma contrapartida danosa: a fragmentação ou afunilamento de foco. (BUENO, 2005, p. 3)

De acordo com Martins da Silva (2013), o jornalismo não é uma atividade qualquer ou que se encerre em uma atividade técnica e econômica, mas tem uma centralidade promotora do espaço público e constrói uma ética discursiva capaz de questionar e avaliar os cenários para buscar o bem comum. Para o autor, o jornalismo fornece elementos para os cidadãos formarem uma opinião pública, uma sociedade autorreflexiva e autodeterminada. E, no cumprimento do seu dever legitimado pela sociedade, a nova categoria do jornalismo – pós-jornalismo – compreende que é necessário empreender, oferecer um serviço, ir além dos fatos narrados, agregar valor ao produto noticioso:

Nesse novo paradigma, é preciso ir além dos fatos, é preciso recobri-los de contexto, de utilidade pública, transformando-se a função noticiosa numa espécie de serviço público. E embora sendo muito mais uma atividade privada do que estatal, faz as vezes de um serviço público. E embora seja uma atividade de mercado, procura caracterizar-se como uma militância de terceiro setor, algo como: privado, porém público. (MARTINS DA SILVA, 2013, p. 13)

Entretanto, as características da televisão, como meio de comunicação imediato, têm limitações relativas ao tempo, à operacionalidade técnica e considera valores-notícia diferenciados dos jornais impressos. É imprescindível levar em conta os processos produtivos e os atores envolvidos na produção noticiosa informativa do telejornal, preocupações que serão apresentadas ao longo deste trabalho.

### **3.1 Televisão e lógica operativa**

Para além de retomar discussões e dados importantes sobre a televisão e seu contexto de consumo no Brasil, é importante, para esta pesquisa, apresentar as características operativas de telejornais e suas peculiaridades correspondentes à produção que, de certa forma, interferem no processo de construção da informação e, por conseguinte, no modo de recepção do público.

Segundo Curado (2002), o telejornal faz parte da televisão brasileira, portanto cumpre determinação legal.<sup>33</sup> De acordo com a autora, o programa de notícias existe para oferecer conteúdo informativo que tem relevância para o público. Desse modo,

---

<sup>33</sup> “O Decreto-lei 52.795 de 31.10.1963, que trata do regulamento dos serviços de radiodifusão, estipula que as emissoras dediquem cinco por cento do horário da programação diária ao serviço noticioso” (CURADO, 2002, p. 15).

para ir ao ar, a informação precisa ser avaliada por jornalistas sob a perspectiva de sua importância – o fato deve ser avaliado para definir se é ou não notícia que deve ser divulgada. O departamento de jornalismo é composto por inúmeros profissionais que têm distintos níveis de responsabilidade e atribuições. “Como consequência, a decisão sobre o que vai ou não ao ar depende daquela pessoa ou pessoas que analisam a qualidade, o impacto e a oportunidade da divulgação da notícia” (CURADO, 2002, p. 15).

Desse modo, as pessoas envolvidas no processo de produção da notícia no telejornal definem a importância da informação, segundo critérios como abrangência, ou seja, o número de pessoas às quais a notícia pode interessar. Curado (2002, p. 16) reforça que “a notícia é a informação a serviço do público” e que “o nível do interesse do público pode variar bastante – da simples curiosidade por algum aspecto da vida de uma personalidade conhecida, ou a busca de informações sobre o funcionamento de um serviço público [...]”.

Para tal, Curado (2002) defende que a notícia de televisão deve revelar como os fatos aconteceram, identificar personagens, localizar geograficamente a ocorrência, descrever circunstâncias e contextualizá-las para dar a dimensão da amplitude e dos significados que evocam. Uma das funções da informação que se torna notícia na televisão deve ser a contribuição para que os cidadãos se sintam incluídos social ou politicamente, de modo a aumentar seu nível de conscientização acerca dos temas que impactam direta ou indiretamente, de maneira próxima ou distante, os telespectadores.

E para cumprir sua função, a televisão segue regras próprias operacionais. Por combinar som e imagem, a televisão tem uma maneira peculiar de transmitir informação. Linguagem, tempo e ritmo são singularidades que devem ser levadas em conta para que a comunicação se dê pela televisão, e uma das regras básicas para que se efetive o processo comunicacional televisivo é a clareza. O telespectador não tem como falar com o apresentador, tirar dúvidas ou pedir que a informação seja retomada. Assim, só há uma chance do ponto de vista da comunicabilidade entre o telejornal e receptor.

Não obstante, entre o processo de emissão e recepção, existe um circuito pelo qual passa a informação: do fato ou acontecimento até a notícia produzida, muitos fatores devem ser levados em conta na produção audiovisual. Segundo Curado (2002, p. 23), “uma reportagem em televisão é sempre o resultado de um trabalho feito por

uma equipe multifuncional”. Por essa razão, defende-se que a reportagem televisiva apresente os vários ângulos que são, exatamente, a soma de vários olhares que buscam o alcance da qualidade. Para que o trabalho seja realizado com sincronia e especialização, as redações televisivas têm um organograma que norteia o trabalho e divide funções. Curado (2002) esclarece que a hierarquia passa pela Chefia de Jornalismo e Chefia de Redação, que se divide em: Supervisão de Operações, Chefia de Reportagem, Editores-chefes, Administração e Treinamento. Todavia, o modelo de hierarquia apresentado é bastante simplista e generalista, uma vez que não se aplica a todas as emissoras e afiliadas da Rede Globo, por exemplo, no Brasil. Não se podem ignorar a extensão territorial e as dificuldades encontradas pelas redes de televisão para manter uma estrutura mínima que garanta qualidade de transmissão e de produção jornalística.

Por assim dizer, além da estrutura básica de composição e de produção – que não pode ser considerada regra – que interfere no produto final, existem características próprias da televisão. Segundo Rezende (2000), o principal traço distintivo desse meio é o ritmo frenético e incessante de fragmentos encadeados. De acordo com o autor, a fragmentação e a aceleração são características marcantes do meio televisivo, o que gera uma produção simbólica que segue o modelo de tempo cultural acelerado. Portanto, o tempo é um elemento onipotente que corrobora a máxima publicitária de que “tudo que vale a pena ser dito deve ser dito em 30 segundos”. E, no curto espaço de tempo dos noticiários, uma função da linguagem se sobressai: a fática, responsável por manter o contato, estabelecer vínculo entre emissor e receptor. Rezende (2000, p. 36) reconhece que é criado um clima de familiaridade, de conversa íntima, e, por isso, o telespectador espera mais da televisão: “A impressão de diálogo, de conversa pode ser tão intensa que não são raros os telespectadores que respondem às interpelações dos apresentadores de TV: ‘Boa noite’, ‘um abraço para você’, ‘venha comigo’, ‘você não pode perder essa oportunidade’”.

Dessa maneira, segundo Rezende (2000), a televisão se vale de três códigos linguísticos importantes: o icônico, o linguístico e o sonoro. O icônico é o código soberano e se refere à mensagem visual, que é multidimensional e multissensorial e se constitui como uma reprodução análoga do mundo concreto. Por essa razão, a televisão e o telejornalismo privilegiam a força expressiva da imagem. A partir dessa abordagem, é possível inferir que o conteúdo não verbal de uma comunicação supera



de longe a atenção que receberá do telespectador o conteúdo de determinado programa. Assim, é importante que o verbal e o não verbal sejam conduzidos harmonicamente, sob pena de os elementos não verbais preponderarem e terem efeitos mais duradouros no destinatário da mensagem.

Conforme certa concepção de telejornalismo, predominante no Brasil, à imagem se confere uma função primordial no processo de codificação das notícias, enquanto a palavra cumpriria um papel secundário, quase de mero complemento e suporte da informação visual. (REZENDE, 2000, p. 43)

Portanto, no que concerne à seleção noticiosa da televisão, a prioridade é dada ao aspecto visual das informações. Nesse contexto de soberania do código icônico, a palavra passaria a ter um papel submisso em relação às imagens.

### **3.2 Televisão: um meio em transição**

Apesar de os dados apresentados pela PBM 2016 indicarem a televisão como a principal mídia de informação dos brasileiros, é necessário reconhecer que, com o advento da internet e com a expansão da utilização dos dispositivos móveis, a televisão está passando por um significativo processo de transição que altera as formas de consumo das mídias, as linguagens utilizadas, bem como a oferta de conteúdos e a comercialização dos produtos que, antes restritos à televisão, agora, coexistem com as mídias digitais. Becker (2016) enfatiza que, apesar de o ambiente digital permitir o *download* de programas individualmente, superando os horários regulares das grades de programação, a televisão massiva continua sendo a principal forma de ver TV para a maioria das pessoas.

Provocadas pela globalização da indústria de mídia, pela competitividade econômica, pelo comércio internacional de produtos audiovisuais, pela emergência de novos centros de produção e de investimentos fora do mercado euro-americano, pela multiplicação e convergência das plataformas digitais, pelas diferentes apropriações das audiências em relação aos conteúdos e formatos em áudio e vídeo e pelas políticas públicas de exploração e uso dos meios, as mudanças delineiam uma televisão que

[...] se mantém e se expande no ambiente midiático virtual e atua de maneira convergente e divergente ao mesmo tempo, convidando ao trânsito, mas também congregando conteúdos e estabilizando-os sob uma grade de programação, atuando como mídia massiva e como meio digital. (BECKER, 2016, p. 59)

Assim, a televisão, segundo a autora, reivindicou para si a interatividade, característica dos meios digitais, e mantém um espectador que transita de um meio para outro, monitorando cada discurso e acompanhando a grade de programação regular das emissoras de TV. A televisão está inserida em um ambiente mais complexo, flexível e dinâmico: “nasce um novo tipo de consumo televisivo caracterizado por uma recepção fragmentada, ubíqua e assíncrona: um programa diferente em cada tela na mesma hora” (SCOLARI apud BECKER, 2016, p. 63).

Não obstante a reconfiguração da televisão, um de seus principais produtos, os noticiários, também passa por alterações na contemporaneidade. Becker (2016) cita a alteração na linguagem – que se estabelece a partir de interações entre as redes sociais – e o crescente aproveitamento de conteúdos colaborativos (amadores), como o uso de materiais – áudios, vídeos, fotos, depoimentos, comentários de pessoas envolvidas em determinado acontecimento – de colaboradores do telejornal, o que altera as estruturas rígidas de hierarquia e de produção televisiva já apresentadas, bem como as relações de poder entre produção e recepção. Entretanto, a participação da audiência não garante que circulem, nessa televisão reconfigurada, discursos de contradições da realidade capazes de aumentar o conhecimento das pessoas e promover maior compreensão da realidade, uma vez que, mesmo com a atuação e participação dos telespectadores, as reportagens ainda não são plenamente polifônicas, constituídas de trocas de experiência e visões de mundo.

[...] a TV poderia convocar o público para atuar sem deixar de contextualizar os acontecimentos, reunindo e discutindo informação e pontos de vista divergentes, abrindo mais espaços para a diversidade de vozes e para a produção colaborativa. Assim, os telejornais poderiam se constituir com mais olhos e ouvidos e com conteúdos e formatos mais inventivos. (BECKER, 2016, p. 91)

Apesar de pesquisas e indicadores demonstrarem o crescimento do acesso aos meios digitais, não se pode desconsiderar o fato de que, segundo Becker (2016), a experiência cotidiana é construída a partir dos noticiários televisivos que fornecem informações e conhecimentos dos fatos sociais transformados em notícias desde o

surgimento da televisão como meio de comunicação no Brasil, responsável por conferir realidade, experiência e pertença, incluindo fatos históricos e políticos que, no Brasil, delinearão a TV que temos hoje.

Um dos resultados das transformações e reconfigurações do telejornalismo é o fato de que, com as mídias digitais e o processo de ruptura com as regras tradicionais de produção noticiosa, o jornalista tem um papel ainda mais acentuado no que concerne a avaliar e tratar os conteúdos que lhe chegam às mãos, oriundos das redes sociais na internet. A televisão e o telejornalismo, por sua vez, “investem na reafirmação de seus lugares na construção da história cotidiana do Brasil e do mundo” (BECKER, 2016, p. 95).

Portanto, os estudos em televisão, segundo Becker (2016), apresentam duas tendências: uma que defende a continuidade da centralidade da TV aberta de massa, reafirmando a capacidade influenciadora desse meio na construção de formas de organização social; e outra que considera a TV como mais um produto da cultura digital, inserida em um contexto de interatividade. As duas tendências, porém, não garantem “uma esfera pública mais democrática nem a redução da prática da espetacularização de conteúdos e formatos” (BECKER, 2016, p. 100-101), embora as emissoras não sejam, de fato, as únicas formas de acesso dos receptores, e a TV não seja o único suporte para o conhecimento dos fatos.

Becker (2014) analisou a cobertura dos protestos de junho de 2013 pelo *Jornal Nacional* e identificou que a audiência se mostrou insatisfeita com a forma de narrar os acontecimentos por parte da mídia tradicional, inclusive o telejornal, criticado nas redes sociais por telespectadores. A observação de Becker (2014) levou a uma flexibilização do formato, ao aumento do tempo dos blocos, das matérias, das edições do telejornal e das entradas ao vivo de repórteres em diferentes partes do país para transmitir, também, a hostilidade de participantes dos protestos à Rede Globo. Apesar da mudança na cobertura, o distanciamento dos repórteres, por segurança, marcou a narrativa do telejornal com sobrevoos de helicópteros ou do alto de prédios e deu lugar à chamada mídia independente, que, ao contrário, fazia coberturas diretas do meio da multidão que protestava, trazendo informações mais completas do que aquelas previsíveis e precárias apresentadas pelo *Jornal Nacional*.

Becker (2014) chegou à conclusão de que, por mais que existam outras mídias e, portanto, outras telas além da TV, em que as audiências são capazes de construir relações entre os conteúdos da TV e das outras mídias, criando uma pluralidade de

significações das notícias e construindo uma referência própria a partir da apropriação dos telespectadores, a atuação dos cidadãos permanece restrita ao papel de intérpretes dos acontecimentos. Isso significa que as audiências ainda não são capazes de intervir, de maneira significativa, na construção das notícias televisivas. Essa constatação, porém, não exclui o fato de que, mesmo que a televisão ocupe uma centralidade no que concerne à referenciação da realidade para as audiências porque atinge quase todo o território nacional e se consolida no país como a principal fonte de informação para a maioria da população, conforme Becker (2014; 2016), Coutinho e Gouvêa (2016), Porcello e Sartori (2013) e Vizeu Jr. (2014), a televisão não exclui a possibilidade de busca crítica e a construção criativa de sentidos da experiência.

É nesse contexto de transição pelo qual a televisão e o telejornalismo brasileiros estão passando que surge a necessidade de os telejornais modificarem a linguagem verbal e não verbal com a finalidade de atingir um expressivo número de pessoas recém-chegadas ao mercado de consumo – a classe C, que, de 2003 a 2013, ganhou 31 milhões de pessoas, tornando-se o estrato social mais volumoso do país. Com objetivo de manter e ampliar a audiência, os telejornais, segundo Porcello e Sartori (2013), estão produzindo e se dirigindo a essa classe social, ao noticiar assuntos que tenham um grau de relevância e aproximação com a realidade social dos integrantes dessa nova classe.<sup>34</sup>

Os autores propõem que a adequação dos telejornais da TV aberta ao público-alvo não tenha implicações negativas no que concerne à qualidade do telejornalismo, uma vez que telespectadores “estão deixando de assistir TV aberta e preferem pagar uma TV por assinatura na busca de melhores conteúdos” (PORCELLO; SARTORI, 2013, p. 7). Sobre esse aspecto da qualidade, os autores são enfáticos ao afirmar que o telejornalismo precisa ser qualificado para manter a audiência dos que ainda permanecem assistindo à TV todos os dias, nos horários em que os telejornais são exibidos: “[...] é preciso reforçar o compromisso social do telejornalismo por seu largo alcance e por levar o mundo à casa das pessoas, informando, questionando e provocando a reflexão crítica sobre os temas que a sociedade deve discutir” (PORCELLO; SARTORI, 2013, p. 7).

Nesse aspecto, Becker (2009) destaca que as relações das empresas de comunicação com os interesses dos poderes públicos e privados limitam a construção

---

<sup>34</sup> Termo cunhado no Brasil pelo economista Marcelo Neri, então presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

de relatos jornalísticos mais elaborados, da mesma forma que as condições de produção e os recursos financeiros para investimento em coberturas são fatores limitantes para garantir coberturas mais contextualizadas e elaboradas. “Não podemos compreender o jornalismo como uma atividade filantrópica, a notícia é um produto, mas há possibilidade de trabalhar os conteúdos jornalísticos, garantindo lucros, com notícias mais contextualizadas” (BECKER, 2009, p. 107).

### 3.3 Jornalismo, televisão e violência

As regras operativas do jornalismo incluem critérios de importância que serão descritos no Capítulo 4. Esses critérios são chamados de valores-notícia, e boa parte deles conta com o componente da violência para se fortalecer como registro de notabilidade nos meios noticiosos. Bourdieu (1997, p. 55) argumenta que “o mundo do jornalismo é um microcosmo que tem leis próprias e é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos”.

Chritcher et al. (2016) observam que as notícias são moldadas a partir de consensos – regras, padrões, meios de ações legítimos e institucionalizações – da sociedade. Aquilo que transgride é, portanto, ilegítimo. Nesse contexto se insere o crime. Erikson (1966 apud CHRITCHER et al., 2016) afirma que boa parte do que chamamos de notícia está associada a desvios comportamentais e respectivas consequências. Sendo assim, transformar os crimes em notícias é, de certa forma, reforçar as normas da sociedade: reafirmando “a moralidade consensual da sociedade, desenrola-se perante nós uma peça de moralidade moderna na qual o ‘demônio’ é expulso tanto simbólica quanto fisicamente da sociedade pelos seus guardiões – a política e a magistratura” (CHRITCHER et al., 2016, p. 327). Assim, o crime não se diferencia, em termos de valores-notícia, de outras notícias, mas o que lhe confere caráter especial é a violência. Segundo Chritcher et al. (2016, p. 328), “qualquer crime pode ser levantado à visibilidade noticiosa se a violência lhe estiver associada, visto a violência ser talvez o supremo exemplo das ‘consequências negativas dos valores-notícia’”.

Por isso, é importante compreender como se dá a relação do jornalismo com a temática da violência, uma vez que estudos apresentados por Saporì, Sena e Silva (2010) observam uma correlação entre o *crack* e a violência. Apesar disso, Curado (2002) ressalva que, por mais que existam limites e regras próprias de funcionamento, o jornalista está sujeito a enfrentar situações em que, havendo risco para si e para terceiros, deve ser feita avaliação cuidadosa da difusão das informações.

Pesquisas sobre os efeitos da violência na tela no comportamento das pessoas ainda não são conclusivas. É claro, porém que a exposição da violência provoca, em algumas pessoas, uma sensação de desconforto. A apresentação excessiva de cenas violentas, a sua banalização, também parece ter o poder de dessensibilizar parte do público. (CURADO, 2002, p. 157)

Quanto a essa questão, a autora reflete sobre as notícias que envolvem o uso de drogas e que interessam particularmente a este trabalho: “Demonstração do uso de drogas também é desnecessário. Cenas explícitas de métodos de consumo de drogas ilegais não trazem nenhum benefício jornalístico” (CURADO, 2002, p. 158).

De acordo com Penedo (2003), o crime é um fenômeno multifacetado que tem grande incidência nos meios de comunicação dos quais partem discursos sobre infração, atores envolvidos e múltiplas ameaças que o crime oferece à estabilidade da sociedade e à paz social. A autora destaca que o potencial de noticiabilidade do crime ganha ainda maior ênfase se levarmos em conta a concorrência entre os meios noticiosos que buscam histórias de grande impacto em que a violência tem um estímulo muito poderoso. Bourdieu (1997, p. 57) também reflete sobre esse aspecto: “A concorrência econômica entre as emissoras ou os jornais pelos leitores e pelos ouvintes ou, como se diz, pelas fatias de mercado realiza-se concretamente sob a forma de uma concorrência entre os jornalistas, [...] o furo”. Por vezes, a busca da audiência faz que emissoras espetacularizem cenas do cotidiano que têm grande apelo, como cenas violentas e dramatizações.

O crime revela-se como matéria muito apelativa no resgate da atenção do público, tendo em conta o potencial dramático e emotivo das suas histórias, através das quais se perscruta o lado mais sombrio e enigmático da natureza humana, acicatando os olhares voyeuristas, exacerbando sentimentos. Mas é em simultâneo matéria projectiva de tensões e desequilíbrios sociais, donde se revêem e avaliam grupos e instâncias e se parte para um exame da vida colectiva que transcende, em larga medida, a experiência individual e subjectiva de vitimização. (PENEDO, 2003, p. 13)

Jost (2007, p. 21) enfatiza que a televisão é a única mídia que mobiliza a atenção de todas as outras. Gomes e Cogo (1998) esclarecem que a televisão tem, entre os gêneros, o informativo, o qual tem o poder de pôr o telespectador dentro dos acontecimentos, tornando-o, além de testemunha ocular, participante do processo. O fato de a televisão possibilitar a transmissão ao vivo lhe dá um caráter de

instantaneidade e de verossimilhança muito grande. “O horizonte da vida e a interpretação do mundo da vida são mediatizados pela ação e presença dos meios de comunicação social na vida das pessoas, cujos passos, do nascimento à morte, são acompanhados por estes meios” (GOMES; COGO, 1998, p. 41).

Se é a televisão que cria boa parte da referência de mundo que têm os indivíduos na sociedade, Michaud (1989), ao discutir mídia e violência, desvela que a mídia precisa de acontecimentos e vive do sensacional. “A violência, com a carga de ruptura que ela veicula, é, por princípio, um alimento privilegiado para a mídia, com vantagem para as violências espetaculares, sangrentas ou atrozes sobre as violências consideradas comuns, banais e instaladas” (MICHAUD, 1989, p. 49). Por ser meio que se vale de texto e imagem, a televisão é capaz de consolidar imagens e construir uma referência de ambiente para os indivíduos receptores: “[...] as imagens são enganosas: ainda que cada uma seja autêntica, podemos selecioná-las, montá-las, legendá-las e reenquadrá-las, podemos, sobretudo, mostrá-las ou não mostrá-las de jeito nenhum. As imagens da violência não escapam dessas distorções” (MICHAUD, 1989, p. 49). O autor assinala ainda que é esse potencial que a televisão, em especial, tem de trazer os acontecimentos ao vivo, por exemplo, que pode revelar possibilidades de desinformação por retenção da informação ou por excesso de informação.

Sobre isso, Jost (1997, p. 100) relembra a transmissão televisiva do atentado ao World Trade Center, em 2001, questionando se teria sido uma violência inconcebível por conta das imagens de horror mostradas nas transmissões: “Se esse fosse o caso, como explicar que tantos telespectadores não puderam desprender-se desse espetáculo? Um gosto pelo mórbido? Um sadismo inerente à posição de espectador? Talvez um e outro”. O autor afirma que, num primeiro ponto de vista, o telespectador sabia que um drama se desenrolava, mas ele estava distante do acontecimento. De outro lado, os telespectadores começaram a se habituar às imagens de cinegrafistas nas ruas se solidarizando com pessoas que tentavam sobreviver em meio aos destroços. Nesse aspecto, para Jost (1997), é importante separar a violência do mundo da violência da imagem.



A imagem da violência faz ver um acontecimento, que se sabe violento, sem necessariamente mostrá-lo de forma violenta: ela apresenta o mundo com um olhar distante, carente de solidariedade. A imagem violenta permite viver o acontecimento, porque ela constrói, por sua enunciação, uma humanidade atrás da câmera, de tal maneira que é possível que certas imagens, mesmo não mostrando, possam tornar-se, apesar disso, violentas. (JOST, 1997, p. 101)

Desse modo, é possível inferir que, *grosso modo*, as notícias relativas ao consumo do *crack* estão inseridas em um contexto de violência, de criminalidade. Estudo realizado por Sena (2011) demonstrou que o contexto de violência urbana não diz respeito somente ao *crack* ou às drogas e àqueles que estão envolvidos com ela – traficantes e usuários. “Vivenciamos uma dimensão de violência cotidiana nas relações de todas as naturezas, das familiares às de trânsito, cujas consequências atingem a toda a sociedade de maneira indiscriminada” (SENA, 2011, p. 21). Apesar desse diagnóstico, a autora observa que a mídia traz, de maneira recorrente, as drogas ilícitas como responsáveis diretas pelo aumento da violência urbana e, nesse contexto, sugere que a hegemonia da mídia na construção dos discursos sobre a violência seja colocada em debate.

Entretanto, o consumo do *crack* passa também pelas políticas públicas de enfrentamento à produção, à comercialização e ao consumo da droga que são inerentes à saúde pública e, portanto, não estão restritas exclusivamente às políticas de segurança pública e ao tema da criminalidade, da violência e da marginalização. Isso nos leva a acreditar que discutir o agendamento do *Jornal Nacional* na perspectiva da cobertura jornalística especializada de saúde é fundamental para este trabalho.

### **3.4 Saúde e drogas: o que há em comum na cobertura jornalística?**

Conforme Tabakman (2013), há uma zona de tensionamento no que concerne às questões de saúde na mídia. Para a autora, o tema é de interesse da população em geral da mesma forma que a comunicação de massa se tornou importante. A ressalva que a autora faz é que, mesmo sendo uma temática emergente, nenhuma universidade prepara os estudantes para atender essa demanda, o que resulta em uma cobertura jornalística incipiente ou com qualidade duvidosa em alguns casos.

Moura (2008) contribui para a discussão ao identificar dois paradigmas antagônicos para a comunicação em saúde.<sup>35</sup> O paradigma da *ação pós-dano* (“apenas remediar”) e o paradigma da *ação anterior ao dano* (“participação e prevenção”), que indicam uma alternativa para participação dos cidadãos naquilo que diz respeito aos seus direitos e deveres quanto à própria saúde e a de outros atores sociais. Usando o exemplo do consumo de cigarro, Moura (2008) defende que esse consumo seria, até segunda ordem, um problema apenas de quem é fumante, excluindo a responsabilidade daquele que fuma de promover fumantes passivos nos ambientes que frequenta. Quando essa compreensão unilateral do problema do consumo do cigarro é disseminada pela mídia, percebe-se o paradigma de ação pós-dano. Não há prevenção, esclarecimento ou conscientização para que o indivíduo que fuma reflita sobre seus papéis sociais no sentido de se preocupar com a saúde do outro, exposto às nocivas consequências da fumaça do cigarro.

Dines (2005) salienta que o jornalismo tem responsabilidade grande quando cobre temas relativos a medicina e saúde. Segundo o autor, todas as esferas da vida são igualmente importantes, mas, quando a cobertura se refere a medicina e saúde, assim como informação e prevenção caminham juntas, desinformação e tragédia são inseparáveis.

Iribarría e Oleffe (2011, p. 112) defendem que os principais pilares para a promoção da saúde são, num primeiro momento, a adoção de comportamentos saudáveis, a facilidade de acesso à informação e a confiança nas informações. Os autores enfatizam que a informação de qualidade pode ser elemento determinante para o cuidado e a prevenção da saúde, especialmente na prevenção do uso de drogas: “[...] debemos de poder garantizar a los usuarios que la información recibida sea de calidad. Solo así podremos adoptar conductas de auto-cuidado”.

Llistó (2011) indica caminhos para orientar a prevenção e o uso de drogas. Para a autora, é necessário considerar novos formatos de comunicação dos jovens, como a internet, os *chats*, os telefones celulares, entre outros. A autora reconhece a

---

<sup>35</sup> Segundo Lima et al. (2014), comunicação em saúde é um conceito vinculado à ideia de um modelo dialógico que respeite a cultura e os saberes dos usuários, levando em conta a conjuntura da realidade da assistência em saúde no país. Esse conceito considera fundamental que se estabeleça o ato comunicativo dialógico entre profissionais da saúde e usuários para que as práticas em promoção da saúde se efetivem. Segundo Moura (2008), esse conceito reflete o paradigma preventivo e participativo para a comunicação em saúde.

necessidade de informação sobre os riscos do consumo de drogas e da importância de admitir o problema de dar visibilidade ao tema de forma adequada:

Lo que sí sabemos es que para que un riesgo o peligro sea detectable y visible debe estar socialmente definido, explicado y assumido como tal. Para ello la labor de los expertos juega un papel primário y básico, y posteriormente los medios de comunicación contribuyen a su definición y transmisión social.<sup>36</sup> (LLISTÓ, 2011, p. 135)

A autora identifica estratégias de prevenção, como a influência sobre as subculturas juvenis, em que devem ser considerados os meios de comunicação, a música, a publicidade e os elementos simbólicos que chegam aos jovens. Outra proposta feita pela autora é que sejam elaboradas informações mais específicas que tratem dos efeitos de drogas legais e ilegais. Llistó (2011) recomenda que as informações sobre as drogas sejam divulgadas com periodicidade para que o público jovem seja alcançado.

Nessa perspectiva, é importante compreender as características da cobertura jornalística sobre saúde no Brasil, uma vez que o consumo do *crack* no país deve ser considerado como tema de saúde pública, conforme renomadas pesquisas.

Segundo Tabakman (2013), a imprensa diária entedia os leitores e é necessário questionar por que aquilo que realmente interessa às pessoas sai uma vez por semana em suplementos:

A saúde chega quase diariamente às capas dos jornais de todo o mundo e isso responde a uma estratégia clara. É uma reação à queda gradual na leitura de jornais, que começou a ser justificada em anos recentes não só pelo avanço dos meios digitais mas simplesmente de tédio do leitor. (TABAKMAN, 2013, p. 12)

A autora demonstra que o tema saúde ocupava, junto com casa, comida, moda e viagens, o segundo lugar depois de notícias sobre comunidade nos Estados Unidos. Em duas décadas, a categoria saúde pessoal quintuplicou seu espaço, conforme demonstrou estudo que analisou mais de 6 mil matérias jornalísticas de 16 veículos diferentes. “A televisão, segundo se depreende do informe, assumiu a vanguarda: a

---

<sup>36</sup> O que sabemos é que para que um risco ou perigo seja detectável e visível, deve estar socialmente definido, explicado e reconhecido como tal. Para isso, o trabalho dos experts tem um papel primário e básico, e posteriormente os meios de comunicação contribuem para sua definição e transmissão social. [tradução própria]

porcentagem de notícias sobre saúde aumentou 12 vezes nesse período” (TABAKMAN, 2013, p. 10).

Para compreender o cenário da comunicação em saúde no Brasil, retomamos o que esclarecem Bueno (1996) e o *Dicionário da Educação Profissional em Saúde* (2009) sobre o modelo campanhista das políticas de saúde dos anos 1970, no Brasil, concebido a partir das campanhas sanitárias para combater epidemias como febre amarela, peste bubônica e varíola. A partir de um entendimento militar de que os fins justificavam os meios e de que o uso da violência e a autoridade deveriam pautar as ações de saúde, o modelo campanhista implementou programas de vacinação obrigatória, desinfecção de espaços públicos e domiciliares e ações de medicalização.

Moura (2008) cita o modelo campanhista ao resgatar o histórico de mudanças que ocorreram na comunicação em saúde no Brasil para a compreensão dos dois paradigmas já apresentados. Nos anos 1980, o modelo campanhista conviveu com a crítica às práticas tradicionais de comunicação e educação em saúde graças às mudanças nos paradigmas de comunicação e ciências sociais, à conjuntura do país, ao surgimento de universidades, à articulação de profissionais do movimento da reforma sanitária e à mobilização da população, de organizações não governamentais e de setores do governo, além da crise da previdência social. “A década de 1980 traz nova concepção de saúde como um direito conquistado” (MOURA, 2008, p. 125). Como consequência, a mudança do conceito de política de saúde para o conceito de saúde pública resultou na reforma sanitária e na descentralização política e administrativa do Sistema Único de Saúde (SUS).

Essas mudanças na perspectiva de saúde no Brasil contribuíram para alterar a forma de fazer comunicação em saúde no país. “Começa a surgir, então, a ideia de acesso como subsídio à participação popular no controle/gestão dos serviços. E, por sua vez, a noção de acesso à informação passa a ser associada à necessidade de garantir tal acesso” (MOURA, 2008, p. 125). Porém, a pesquisadora considera que um tipo de comunicação emergiu no fim do século XX e início do século XXI – a *comunicação de risco*: “Entende-se por comunicação de risco toda informação que aponta para um dano potencial, logo um dano futuro que pode vir ou não a ser concretizado. Dessa forma, a *comunicação de risco*, a princípio, está muito associada ao paradigma preventivo” (MOURA, 2008, p. 129 – grifos nossos).

A tendência da comunicação de risco é danosa aos cidadãos, uma vez que, ao divulgar qualquer informação de algo com risco potencial e, portanto, que pode vir a

ser evitado, a mídia divulga como “um dano em potencial com o qual a pessoa tem alto percentual de conviver concretamente e pouca chance de evitá-lo” (MOURA, 2008, p. 130). É possível, em certa medida, explicar a onipresença do consumo do *crack* e o caráter de senso comum atribuído ao tema nas coberturas informativas que enfatizam o assunto como irremediável, senão com tratamento compulsório – as internações. Partindo da emergência do conceito de comunicação de risco, pode-se compreender que há uma carência no que concerne à saúde como direito social e no reconhecimento de que saúde e comunicação têm muito mais a dialogar do que vemos nos meios de comunicação de massa na forma de matérias e outras possibilidades.

Ao perceber a saúde como direito, a esfera da comunicação e seus produtos e serviços informativos (notícias, reportagens, editoriais, coberturas especiais) ou de entretenimento (seriados de TV, publicidade e propaganda, cinema, vídeo, etc.) irão tratar o risco em saúde como algo que pode ser de fato evitado não só pela ação do cidadão, mas também como uma articulação social em rede. (MOURA, 2008, p. 130)

Sobre essa articulação social em rede, Moura (2008) é enfática ao propor que ações se desenvolvam a partir do Estado, da sociedade civil, do setor empresarial, considerando suas respectivas estruturas, para promover a saúde e melhorar a qualidade da comunicação em saúde no Brasil.

Ao buscar compreender a cobertura noticiosa televisiva sobre o câncer de mama, Coutinho e Gouvêa (2016, p. 5) explicam que a televisão pode ser um reflexo dos sentidos vigentes em torno da doença, mas pode também influenciar a (des)mistificação do assunto: “Nesse sentido, a imprensa assume uma função preponderante para desmistificar o assunto; mas, para isso, precisa encontrar uma fórmula, um modo de fazer que dê conta das complexidades inerentes desse tipo de cobertura.”

Iribarría e Oleffe (2011) defendem o acesso à informação de qualidade e sinalizam para a necessidade de elaborar pautas de cuidados pessoais que vão se converter em cuidados coletivos:

La construcción de la salud como valor central em los jóvenes y em la población em general, se apoya cada vez más em la propia elaboración de pautas de cuidados personales y em sus propias decisiones acerca de los riesgos que se quieren assumir. Estos riesgos resultan particularmente relevantes cuando aluden a la utilización de drogas. (IRRIBARRÍA; OLEFFE, 2011, p. 112-113)<sup>37</sup>

Segundo Lima et al. (2014), o tema comunicação em saúde tem despertado interesse, principalmente, a partir do estabelecimento de relações horizontais e democráticas, pela humanização do atendimento em saúde e pelo empoderamento do indivíduo atendido nos sistemas de saúde. Apesar de a pesquisa versar sobre a comunicação entre profissionais de saúde e usuários dos serviços de saúde, e não a mídia propriamente dita, Lima et al. (2014) trazem um conceito interessante para ser pensado no âmbito desta pesquisa: a (des)comunicação.

A (des)comunicação constitui uma dessas barreiras, que se efetiva por meio de filtros perceptivos os quais podem mudar a mensagem para ouvir o que o receptor deseja, bem como expressar mensagens contraditórias de forma não verbal, pela postura corporal assumida. (LIMA et al., 2014, p. 1.363)

Partindo do conceito apresentado por Lima et al. (2014), poderíamos refletir sobre os aspectos dos filtros (Teoria do *Gatekeeping*) no processo de produção das informações relativas à saúde nos meios de comunicação, bem como nas questões relativas à cultura e às normas institucionalizadas, conforme nos alerta Acioli Neto e Santos (2015), que contribuem, em certa medida, para alterar a compreensão da realidade, em específico do consumo de *crack* no país, e de quais caminhos ou alternativas são viáveis e possíveis para a redução dos danos.

Tabakman (2013) afirma que a imprensa carece da tradição que tem, por exemplo, a cobertura de guerras, comícios eleitorais ou até desastres naturais. De outro lado, por parte das fontes – os médicos –, a comunicação não é algo que se aprenda na faculdade. De qualquer forma, são problemas que precisam ser resolvidos. A imprensa é atraída por fatos não rotineiros, ou seja, pela exceção. Noto et al. (2013) explicam que, para estabelecer uma parceria construtiva com a imprensa, é necessário identificar os jornalistas mais bem preparados, informados e

---

<sup>37</sup> A construção da saúde como valor central em jovens e na população em geral, se apoia cada vez mais na elaboração de pautas de cuidados pessoais e em suas próprias decisões acerca dos riscos que se pretendem assumir. Estes riscos resultam particularmente relevantes quando fazem alusão às drogas. [tradução própria]

interessados na temática. “Matérias escritas por jornalistas mais preparados e sensibilizados com a questão tendem a apresentar melhor qualidade e, conseqüentemente, contribuem com processos de mudanças construtivas” (NOTO et al., 2013, p.288). Martos (2008) destaca o importante papel que os meios de comunicação têm no sentido de esclarecer, criar hábitos de saúde para a população, entretanto pondera a deficiência de formação acadêmica e profissional no que concerne ao preparo de jornalistas e de profissionais da área de saúde:

[...] también hemos de aceptar que ni los profesionales sanitarios tienen una formación adecuada en comunicación, ni los periodistas entienden de salud, lo que obliga a estos dos sectores profesionales a entenderse y a trabajar unidos, si realmente se quiere conseguir que los ideales de salud, esos que todos queremos alcanzar para lograr vivir más años y sobre todo disfrutarlos, puedan llegar hasta su población diana que, desde luego, está compuesta por la totalidad de los ciudadanos. (MARTOS, 2008, p. 79)<sup>38</sup>

De acordo com Bueno (1996), a cobertura da mídia sobre saúde é fragmentada, com foco na doença, espetacularizada, responsável por legitimar o discurso da competência, no qual o profissional, especialista na área de saúde, é o único capaz de dialogar sobre o tema, o que se traduz em um discurso nada democrático e verticalizado. Bueno (2005) afirma ainda que, em geral, os textos sobre saúde refletem a exposição de dramas individuais, com apelo emocional, trazendo a solução terapêutica como sinônimo de esperança, felicidade, responsável por elevar a autoestima e a qualidade de vida dos indivíduos que serão submetidos a ela. Nesse aspecto, o discurso midiático, segundo Bueno (2005), coloca o indivíduo no plano de consumidor de serviços de saúde à venda, e não como cidadão capaz de alterar a realidade social a partir da participação e prevenção e do seu protagonismo como usuário dos serviços de saúde.

Estudos como os de Ferrari e Moura (2009) e Noto et al. (2013) registram que a mídia tem caráter fatalista e evidencia a doença. Os autores asseveram que reportagens que abordem de forma informativa e contextualizada o tema saúde – cobertura sobre prevenção do uso de drogas e debates sobre a melhoria da qualidade

---

<sup>38</sup> [...] também temos de aceitar que nem os profissionais de saúde têm uma formação adequada em comunicação, nem os jornalistas entendem de saúde, o que obriga estes setores profissionais a se entender e a trabalhar unidos se realmente se pretende conseguir que os ideais de saúde, esses que todos queremos alcançar para conseguir viver mais anos e sobretudo desfrutá-los, possam chegar até a população geral que, é claro, está composta pela totalidade dos cidadãos. [tradução própria]

de vida – são, em geral, raras. Nesse aspecto, a cobertura jornalística em saúde se distancia da função precípua do jornalismo e da função social da imprensa e falha como mediadora de um debate público importante. Em estudo que analisou a cobertura sobre saúde em quatro jornais de circulação nacional, Ferrari e Moura (2009, p. 13) identificaram que “a imprensa colabora para o distanciamento das questões sociais do cidadão e não o valoriza como interessado nos assuntos de saúde presentes na questão da vigilância sanitária”.

Estudo sobre os sentidos e os efeitos sociais da informação televisiva em saúde mostra que a percepção dos estados de saúde e doença na contemporaneidade está diretamente associada com o sentido que a mídia dá a esses temas. Segundo Coutinho e Gouvêa (2016, p. 3), os meios de comunicação são instrumentos de produção simbólica que interferem no comportamento e na opinião de cada indivíduo: “Trata-se, assim, de uma relação dupla de consumo e cidadania, visto que a informação sobre saúde emerge como um produto de interesse da indústria cultural e, concomitantemente, corresponde a dois direitos fundamentais: de comunicação e de saúde”.

Nesse mesmo sentido, Moura (2008) esclarece que há peculiaridades e características da comunicação em saúde que devem ser consideradas na produção da informação diferente da cobertura informativa feita para uma organização pública ou privada. Em regra, segundo a autora, há uma postura acrítica tanto na produção de informações oficiais quanto na seleção dos meios informativos. Essa inadequação da cobertura informativa em saúde com as necessidades da área pressupõe o receptor, destinatário da informação, como população-alvo e, portanto, apenas como consumidor, reduzindo-o a um enfoque passivo não apenas em relação às informações, mas também em relação à própria saúde.

Temos assistido, com frequência, à ruptura dos limites que, tradicionalmente, separam, nos jornais e revista, a redação do departamento comercial. A aproximação entre o processo autêntico de produção jornalística e a circulação de informações de interesse estritamente comercial é deletéria porque compromete, a curto e a médio prazo, a credibilidade mesma da mídia, enquanto formadora de opinião. (BUENO, 2005, p. 2)



Nessa mesma perspectiva, Ferrari e Moura (2009), ao discutirem o risco sanitário a partir da imprensa e do cidadão, alertam para a qualidade da abordagem do tema na imprensa. Segundo as autoras, a função da imprensa no jornalismo científico, responsável por divulgar o conhecimento científico, não é neutra, e, sim, política, portanto enseja a disputa de poder entre fontes na construção de sentidos, no processo produtivo da notícia. A imprensa, por sua vez, é responsável, em grande medida, por administrar os sentidos das informações do campo científico, influenciando visões de mundo. Noto et al. (2013) também ressaltam esse aspecto da neutralidade jornalística, uma vez que, segundo esses autores, é possível observar tendências nas coberturas, como as expressões: “Trata-se de um abismo...”, “O uso de drogas... é um bom exemplo do horror...”, “o flagelo da droga”.

Na perspectiva de Bueno (2005), Ferrari e Moura (2009) esclarecem que a comunicação em saúde e a cobertura jornalística do tema estão estruturadas a partir da noção da imprensa como empresa capitalista, refletindo todo um arsenal de questões relativas ao capital, entre elas, a diversidade de públicos. Para adequar e popularizar o conhecimento científico, o jornalismo introduziu novas palavras no vocabulário da população, mas intensificou o mito das “verdades absolutas”.

Para simplificar e tornar a mensagem compreensível aos diferentes públicos, em meios diversos, o jornalismo omite informações, às vezes, contraditórias e discordantes que, se divulgadas de forma mais contextualizada, poderiam reduzir ruídos, diminuir o caráter alarmista das informações veiculadas, além de a imprensa atuar, de fato, como esclarecedora dos assuntos de saúde que atingem a população, ampliando as condições de cidadania do público e reduzindo a noção de que esse público receptor das informações sobre saúde deve ser compreendido somente como consumidor. Bueno (2005, p. 3) explica que, em função da setorização e da divisão do trabalho nas redações, a cobertura de uma pauta, por exemplo, de saúde ou ciência, pode ficar comprometida: “Quando trabalhada em uma editoria específica, não apenas pode destacar um aspecto em detrimento de outros, como pode simplesmente ignorar muitos deles, o que compromete a sua cobertura e a sua recepção”.

Coutinho e Gouvêa (2016, p. 14-15), ao discutir a cobertura da televisão sobre câncer de mama, constatam que a mídia televisiva “insiste em construir narrativas marcadas pela ‘mesmice’”, valendo-se de velhos símbolos e da presunção de que conhece os problemas das mulheres que têm câncer de mama. Portanto,

segundo os autores, há uma montagem, no contexto audiovisual, que pretende dar conta de reforçar os estereótipos da doença, deixando de lado aspectos importantes que se tornam menos relevantes quando não são inseridos na agenda da mídia, mantendo-se sempre o senso comum que engendra os conhecimentos da população sobre o tema. “A TV deixa evidente [...] a capacidade de explorar a sensibilidade pela composição visual e sonora, estabelecendo um relato ficcional – pela dramatização e pela forma de composição –, com uma ‘carcaça de verossimilhança’” (COUTINHO; GOUVÊA, 2016, p. 14-15).

Coutinho e Gouvêa (2016) salientam que os problemas sociais – nesse caso, os autores se referem especialmente ao câncer, mas podemos estender ao problema do consumo de drogas – pouco problematizados pela mídia aumentam a dificuldade de aceitação e de enfrentamento da doença. Da mesma forma que indicam que a luta contra o câncer não é uma batalha só de quem tem a doença, mas se estende para o campo social e moral, o problema das drogas pode ser compreendido como um problema que atinge o indivíduo – enquanto organismo – e inclui uma luta com a sociedade, suas regras e os padrões institucionalizados, o que inclui discutir moralidade. Nesse sentido, para resolver o problema do silenciamento e da exclusão desses temas ou mesmo a cobertura televisiva superficial e verossímil, Coutinho e Gouvêa (2016) defendem a ideia de que é preciso falar mais sobre o câncer e ir além. O jornalismo, para os autores, precisa excluir mitos, preconceitos, ampliar as pluralidades de vozes e opiniões, evitar reducionismos – muito comuns na linguagem televisiva –, discursos que não comunicam algo significativo sobre o tema e as informações descontextualizadas em virtude da não compreensão do tema ou da característica de simplificação da televisão.

[...] o jornalismo tem um importante papel que não pode se restringir à simples ação de contar seus casos e dramatizá-los, como se faz em ficção. Falamos, portanto, de debates, aprofundamentos, dar visibilidade a ingerências e a demandas que, na prática, caracterizam o sistema. (COUTINHO; GOUVÊA, 2016, p. 14)

Esse aspecto da superficialidade, da fragmentação do discurso e da adoção do discurso da internação compulsória, por exemplo, de usuários de *crack*, reforçando preconceitos é reiterado por Moretzsohn (2012), da Universidade Federal Fluminense, no *site* do *Observatório da Imprensa*.

A demonização das drogas, e desta droga em particular – que é mais simples porque seus viciados estão mais expostos, visíveis e identificáveis pela sua degradação física –, facilita a articulação do discurso clássico da repressão violenta a um discurso supostamente científico que legitima essa violência ao dizer que não há saída senão a internação compulsória. (MORETZSOHN, 2012)

Segundo Noto et al. (2013), a pesquisa da Agência Nacional dos Direitos da Infância (Andi), publicada em 2005, mostra que a sociedade brasileira não tem referenciais suficientes sobre a questão das drogas, nem dos impactos sociais e individuais que essas substâncias podem gerar. Nessa conjuntura de desconhecimento, o papel do jornalista como fonte de informação se torna ainda mais importante. “Diante de uma quase unanimidade do discurso repressivo, resta pouco espaço na mídia para jornalistas que apresentem pensamentos divergentes, e, por esse motivo, o debate público fica claramente prejudicado pela falta de pluralidade de ideias” (NOTO et al., 2013, p. 288).

A cientificidade da cobertura jornalística de saúde esbarra nas fontes de informação e na simplificação dos assuntos abordados na mídia (FERRARI; MOURA, 2009; TABAKMAN, 2013), contribuindo, muitas vezes, para a polarização dos temas em benéfico e maléfico, ou no discurso verticalizado e estereotipado de temáticas como a das drogas. Tabakman (2013) questiona o interesse público e o interesse do público. Segundo a autora, os médicos valorizam a informação por sua transcendência, os jornalistas, pelo interesse público, e os empresários, pela capacidade de atrair o público. A equação, segundo ela, não é simples de ser resolvida nem harmonizada para o bem da saúde pública.

Por essa razão, a autora elaborou um quadro didático com os assuntos de maior interesse das pessoas, os temas mais importantes, os que dão mais retorno aos médicos e os mais complicados. Sobre os assuntos que mais interessam as pessoas, psicólogos e sociólogos, Tabakman (2013) defende que existem vários níveis de necessidades que as pessoas buscam satisfazer por meio da mídia. O primeiro diz respeito à necessidade de sobrevivência (busca de informações sobre prevenção do HIV); o segundo está ligado à necessidade de manter ou melhorar a qualidade da sobrevivência (alimentação saudável, controle da pressão arterial); o terceiro está associado à diversão (sexualidade e outros temas que proporcionam conversas e estimulam o pensamento).

No que concerne aos temas mais importantes, a autora destaca que se deve levar em conta o papel crescente da mídia na divulgação dos temas sobre saúde pública, e isso está associado às normas de prevenção e detecção precoce de enfermidades. Os problemas cardiovasculares, por exemplo, ameaçam passar do quinto ao primeiro lugar até 2020. Segundo Tabakman (2013), a prevenção e a divulgação de informações devem ser colocadas em evidência. O segundo lugar, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), será ocupado pelos problemas relacionados à saúde mental. De outro lado, estão os temas que dão mais retorno aos médicos – fontes de informação dos jornalistas.

Para a autora, não existe uma única resposta para os assuntos de maior interesse por parte da mídia, mas ondas e modismos – HIV, obesidade, sexualidade, psiquiatria. Por fim, o quadro explicita quais são os temas mais complicados. No entanto, a autora ressalva que, mesmo quando o assunto é complicado, essa dificuldade pode ser superada numa conjugação de esforços entre fontes (médicos) e jornalistas. Na lista dos temas mais complexos, o consumo de drogas é o que ganha destaque, pois, segundo a autora, é abordado pelos veículos de quatro maneiras diferentes: i) *aterrorizante*, centrado nos problemas que gera; ii) *moralista*, condenado como comportamento antissocial e autodestrutivo; iii) *técnico-científico*, com dados e estatísticas; e iv) *policialesco*, carente do lado médico. “Todos esses enfoques têm suas limitações e, qualquer que tenha sido o teor adotado, não é raro que o meio receba críticas posteriores” (TABAKMAN, 2013, p. 109).

Por isso, segundo a autora, os médicos precisam entender as limitações e a lógica jornalística e, de certa forma, isso envolve qualidade de comunicação, produção de bons *releases* e, de algum modo, o *lobby* para convencer os jornalistas de que o tema constitui novidade importante. Esse diagnóstico é reforçado pela pesquisa da autora no Hospital Israelita Albert Einstein, de São Paulo:

[...] perguntei a um grupo de médicos qual era hoje a principal fonte de informação sobre saúde de seus pacientes. A resposta foi clara: 90% disseram que era a mídia, 55% achavam que essa informação de massa tinha influência média ou alta nas decisões médicas das pessoas e 85% lamentavam que o nível de qualidade dessa informação era médio ou baixo e 55% estavam convencidos de que a mídia piorava a relação dos médicos com os pacientes. (TABAKMAN, 2013, p. 21-22)

Se, de um lado, os médicos precisam conhecer as lógicas operativas, de outro, os jornalistas precisam compreender melhor seu público. Para Tabakman (2013), a necessidade de explicar os termos da área é o maior diferencial do jornalismo de saúde. Para isso, é preciso traduzir a informação médica. Para além da compreensão, as pessoas – leitores/espectadores – devem ser conquistadas por meio de técnicas. A autora sugere que, antes de começar a redigir, o jornalista conte a história mentalmente, simulando estar contando aos avós – em tese, com menos interesse e conhecimento do que o jornalista que investigou e fez entrevistas. Essa seria uma forma de organizar e hierarquizar a informação. Essa orientação recai também sobre a preocupação que o jornalista deve ter com o público leitor. “Os jornalistas, em geral, não conhecem seu público. Partem de uma ideia confusa e bem simples que é a de pensar que são iguais a ele, e desconfiam de todo debate que se oponha às suas crenças” (TABAKMAN, 2013, p. 81). É nesse ponto que ela reclama o “pré-conceito” dos jornalistas de que leitores gostam de ler muito. A estratégia, portanto, apontada por Tabakman, é a utilização de imagens e recursos gráficos que busquem uma representação simbólica.

O jornalista e professor de Cultura de la Imagen da Universidad de Navarra Miguel Urabayen (2011) costuma comparar a página completa de um jornal ou revista, com texto e imagens, com uma orquestra, na qual cada instrumento contribui com seu som especial para o resultado harmônico desejado. (TABAKMAN, 2013, p. 90)

Tanto a forma didática quanto a informação de credibilidade passam pela Teoria do *Newsmaking*. Ao retomar essa teoria, Tabakman (2013) esclarece que a fonte, para ser credenciada, deve ter poder e autoridade; capacidade de fornecer informação útil e crível; incentivos (e relação com a ética profissional); proximidade dos jornalistas; eficiência (no que concerne ao tempo e às limitações dos meios de comunicação). Por isso, é importante refletir sobre os interesses que levam as fontes a divulgar informações – de acordo com interesses e intenções ocultas. Assim, a autora explica que o jornalista, ao ser treinado, desenvolve um conhecimento crítico sobre cada fonte.

O jornalismo de registro é um amplificador de ideias e de dados alheios, fácil de manipular e geralmente de menor prestígio. O jornalismo investigativo exige mais conhecimento, às vezes também mais coragem, sempre dá mais trabalho e, com frequência, mais prestígio. (TABAKMAN, 2013, p. 29-30)

Para Curado (2002), a televisão e o telejornalismo, especificamente, trabalham com a ideia de recorrer a especialistas. Para tal, é preciso reconhecer que, em cada corporação, há “facções divididas ideologicamente”. Por isso, o jornalista precisa ancorar o direcionamento das pautas e resguardar o público do achismo, buscando o resguardo em instituições que reflitam um segmento ostensivo da corporação: conselhos de classe, Associação Médica Brasileira, dentre outros.

Tabakman (2013) categoriza as fontes em: especialistas; publicações científicas validadas; *releases*; empresas, ONG e outros grupos de interesse; congressos; material jornalístico (atual ou de arquivo); pacientes e familiares; celebridades e internet (buscadores gerais, como o Google, e exclusivos para certos suportes de informação, como imagens ou sons). Mesmo assim, a autora alerta para o fato de que, na web, qualquer curandeiro com um computador e um *modem* pode dar conselhos médicos em um *blog* ou pelo Twitter:

A falta de veracidade deve ser sempre alvo de suspeitas. É a atitude mais saudável. James Anderson, estudioso do impacto dos computadores sobre a medicina, destacou certa vez 60 sites que sugeriam tratamentos para a diarreia infantil comum: 80% deles continham erros. (TABAKMAN, 2013, p. 55)

Por essa razão, a cobertura jornalística de saúde é importante para este trabalho. A questão das drogas – especificamente do consumo do *crack* – tem relação com as políticas públicas de saúde, mesmo que essa constatação não seja evidente na cobertura informativa. Conforme Tabakman (2013), observam-se a falta de agenda da mídia e a exclusão de alguns assuntos ou temas no discurso midiático. É importante salientar que a presença ou ausência de determinados assuntos e a maneira como são noticiados pela mídia devem ser considerados neste trabalho. Segundo a autora, a mídia pode salvar vidas, induzir mudanças, vender produtos, criar ídolos ou destruir credibilidades. Um exemplo é a falta de agenda da mídia para o fato de que o câncer é curado em metade dos casos. Isso porque o que é realçado pela mídia é que a doença é “uma grande e penosa enfermidade” (TABAKMAN, 2013, p. 125). O antídoto seria a divulgação de histórias de cura no enfrentamento ao obituário.

Noto et al. (2013) enfatizam que a mídia de massa tem se tornado cada vez mais fonte de influência de percepção social. Nesse cenário, a mídia pode ser uma importante ferramenta para ações de prevenção ao uso do álcool e de outras drogas, mas também pode ser fonte de banalização, incentivo ou distorção de aspectos importantes relativos às drogas:

[...] nossa percepção individual sobre 'drogas' é influenciada pela forma como o contexto social, do qual fazemos parte, discute e apresenta o tema. O contexto, assim passa a ser fonte de informação e formação de crenças e atitudes sobre determinado assunto. (NOTO et al., 2013, p. 277)

Os autores sustentam que a mídia tende ao exagero quando cobre drogas ilegais, trazendo, com frequência, termos pejorativos como “viciados”, “drogados”, “maconheiros” e reproduzindo estereótipos, equívocos de informação e manchetes sensacionalistas.<sup>39</sup> Conforme Noto et al. (2013), frequentemente, ao produzir as informações, os jornalistas têm de alterar as manchetes para que chamem mais atenção e, por conseguinte, aumentem as vendas dos veículos para os quais trabalham. Além disso, ao tornar sensacional a repercussão sobre o uso de drogas, os conteúdos colocam num mesmo patamar usuários esporádicos e dependentes. Sobre isso, Acioli Neto e Santos (2015) demonstraram preocupação quando, em 2007, identificaram, no período de 16 meses, 300 matérias sobre *crack* em que “as notícias veiculavam o uso do *crack* no âmbito de danos individuais ou sociais, ressaltando aspectos do tráfico e da repressão, assim como da violência decorrente desse processo” (ACIOLI NETO; SANTOS, 2015, p. 18). Acioli Neto e Santos (2015) revelam ainda que, apesar da emergência alardeada sobre o consumo do *crack* na mídia, as publicações excluem, por exemplo, o consumo controlado e, portanto, racional da droga.

Noto et al. (2013, p. 279) afirmam que a frequência de matérias publicadas sobre álcool no Brasil é menor do que o de drogas ilegais, como *crack*, cocaína e maconha: “Uma questão de grande dimensão do ponto de vista epidemiológico, como a violência associada ao álcool, pode ser ofuscada por outra que, embora muito impactante, apresenta menor dimensão epidemiológica, como a violência associada

---

<sup>39</sup> “Sensacionalismo é a produção de noticiário que extrapola o real, que superdimensiona o fato” (ANGRIMANI, 1995, p. 16).

ao *crack*". Pesquisa realizada pela Andi, em que se analisaram textos jornalísticos sobre drogas entre 2002 e 2003, revelou que 28% desses conteúdos associaram o tema das drogas a algum tipo de violência ou crime, o que, segundo os pesquisadores, serve apenas para estimular o medo, afastar e dificultar práticas de cuidado entre profissionais de saúde e usuários das drogas.

Acioli Neto e Santos (2015, p. 22) destacam que existem regras, convenções e uma matriz normativa, socialmente compartilhadas e aceitas, que estabelecem controles sociais informais, como o padrão de consumo de determinada droga: "São essas normatizações que indicam quais substâncias podem ser usadas e em que circunstâncias, podendo ser informais e partilhadas no cotidiano ou formalizadas por legislação". Podemos entender que, entre as drogas que podem ser usadas, estão o álcool e o cigarro, por exemplo; de outro lado, o *crack* se enquadraria no rol de drogas que não podem ser usadas.

Essas normatizações, segundo Acioli Neto e Santos (2015), atuam como ferramenta de controle social informal, e os estereótipos servem para organizar e dar sentido aos discursos dominantes com a finalidade de justificar e explicar a ordem institucional – principalmente a jurídica, no caso das drogas. A construção de sentidos deturpada por parte da mídia pode gerar consequências graves no que concerne às ações de estratégias de controle e das práticas de cuidado com os usuários de *crack*, uma vez que "[...] os estereótipos construídos em relação ao usuário de *crack* remetiam o consumo a uma relação de abandono das responsabilidades [...]" (ACIOLI NETO; SANTOS, 2015, p. 80).

Para os autores, a categoria trabalho é relevante para definir os padrões de consumo, uma vez que regula horários e ocasiões em que a droga pode ser usada. O trabalho seria um mediador entre o uso compulsivo e o uso controlado, mas também está diretamente associado à possibilidade de consumir, de adquirir bens, inclusive a própria droga. Por essa razão, os autores esclarecem que, por mais que o trabalho desempenhe um papel de mediador no consumo do *crack*, a ausência de obrigações e responsabilidades – provimento da casa ou de alguém – pode determinar que o trabalho seja um meio para conseguir a droga.

Interpretações erradas também produzem efeitos colaterais nas informações. Segundo a autora, informar não é sinônimo de educar. Um exemplo é o fato de que um músico argentino ficou em coma após um acidente vascular cerebral (AVC). Os meios de comunicação se detiveram à doença, mas 34,1% dos meios não foram



capazes sequer de mencionar um só sintoma de alerta do AVC. Por essa razão, a autora alerta para os riscos de a produção informativa jornalística atrapalhar a relação entre médicos e pacientes e, de algum modo, errar o caminho da promoção à saúde, tomando a rota do fundamentalismo sanitário e se colocando como obstáculo à saúde pública.

Tabakman (2013) destaca a importante e crescente preocupação com a conservação da saúde entre a população. Mas, em resumo, as camadas menos favorecidas continuarão padecendo de doenças que poderiam ser prevenidas. O velho paciente cede, gradativamente, o lugar para o *e-patient*, que não se limita ao que padece do problema de saúde, mas envolve os que o rodeiam e busca informações. “A informação privada agora está, em maior ou menor grau, disponível para todos. As novas tecnologias não conseguem manter o segredo profissional que o velho médico de família garantia” (TABAKMAN, 2013, p. 194).

A autora aponta novos caminhos dos profissionais em comunicação e veículos, demonstrando que as informações da mídia podem empoderar ou vulnerabilizar as questões relativas à saúde e as pessoas diretamente ligadas a elas. O jornalismo de saúde precisa, portanto, amadurecer, fazendo um jornalismo menos de consultório e mais social, por exemplo. Em razão disso, Tabakman (2013) enfatiza que

[...] a medicina não é, ou pelo menos não deve ser, um assunto jornalístico como qualquer outro. [...] A certeza da morte, já que se trata disso, deixa o destinatário das notícias de saúde mais vulnerável. Em muitas pessoas, essa vulnerabilidade dá um poder imenso ao outro”. E é nesse ponto que ela alerta: “Poder para ajudar, poder para prejudicar. (TABAKMAN, 2013, p. 199).

Assim, em nosso entendimento, o jornalismo tem potencial fundamental na sociedade contemporânea de produzir sentidos, construir realidades sociais e permitir que os cidadãos desfrutem de melhores conteúdos informativos que, por sua vez, melhoram as condições de cidadania. Portanto, se há essa linha tênue apontada por Tabakman (2013) do “poder para ajudar, poder para prejudicar”, interessa-nos compreender melhor esse novo cenário em que o jornalismo, por vezes e razões as mais diversas, algumas conhecidas (valores-notícia) e outras não, deixa adormecer ou faz emergir certos temas em detrimento de outros. Ao silenciar ou mesmo deixar cair no esquecimento temáticas como a do consumo do *crack*, podemos afirmar que há lacunas no jornalismo, a despeito de sua função precípua ser

informar com qualidade, prestar um serviço público ao cidadão e garantir o bem comum a partir do esclarecimento de questões, temas e novos cenários e/ou realidades. É o que defende McCombs (2009, p. 15-16): “Em boa medida, o jornalismo está estabelecido na tradição de contadores de histórias. Contudo, bom jornalismo é mais do que simplesmente contar uma boa história. É contar histórias que possuam utilidade cívica significativa”.

Inferimos, portanto, que o jornalismo deve ir além do factual, contextualizando e propiciando um cenário favorável para a consolidação de uma cidadania plena aos cidadãos. No caso da cobertura informativa do consumo do *crack*, noticiar o consumo em si, o crescimento no número de usuários da droga e a dramatização do contexto de utilização da droga não conduz a transformações na sociedade e contribui tão somente para criar estigmas, estereótipos e representações deturpadas, sem propor avanços de forma a prestar um serviço de qualidade ao cidadão. A partir desse ponto de vista, avaliar a cobertura do jornal de maior audiência da televisão aberta brasileira se torna fundamental não apenas para produção de uma crítica, mas para sugerir encaminhamentos que transformem a qualidade da cobertura do tema relativo à cobertura do consumo do *crack* e de como isso pode se processar, considerando as rotinas e práticas idiossincráticas do jornalismo e dos jornalistas. O próximo capítulo apresenta o objeto empírico de pesquisa – critérios e princípios apresentados pela Rede Globo que pautam o *Jornal Nacional*.

### **3.5 Temáticas de saúde silenciadas na mídia**

Considerando que a mídia tem papel preponderante nas sociedades contemporâneas e que boa parte da população brasileira se informa ainda pela televisão, é significativo refletir a respeito do silenciamento da mídia sobre alguns temas e a excessiva cobertura de outros. Noelle-Neuman (2017) desenvolveu estudos sobre a opinião pública a partir da perspectiva política de mudança de voto e/ou posições políticas em contextos políticos e de eleições. A teoria, que recebeu o nome de Espiral do Silêncio, pode elucidar em que medida a mídia, e seu caráter ubíquo<sup>40</sup>, tende a silenciar determinados temas, interferindo na opinião pública, no grau de conhecimento ou desconhecimento das pessoas sobre determinado assunto

---

<sup>40</sup> Conceito apresentado por Noelle-Neuman que reforça a ideia de que a mídia é onipresente.

a partir dos conceitos de acumulação – excesso de exposição de determinados temas na mídia –, e de consonância – maneira semelhante de os meios de comunicação produzirem e veicularem notícias sobre um mesmo tema.

Coutinho e Gouvêa (2016, p. 14) afirmam que a informação tem posição central nas questões de saúde pública. Ao mesmo tempo, quanto ao câncer de mama, o que é silenciado é igualmente relevante na relação de trocas linguísticas: “[...] aquela informação que se quer esconder, independentemente de quem seja o interesse; é possível inferir que a saúde mobiliza questões de poder”. Os autores enfatizam que o ato deliberado ou não de esconder ou interditar determinados assuntos leva a que somente um grupo privilegiado tenha acesso a esse assunto e, por conseguinte, haja a manutenção de preconceitos e discriminação. No caso do consumo de drogas – em especial o *crack*, droga estigmatizada social e culturalmente, o desconhecimento, as generalizações e as simplificações resultantes da não inclusão do tema na agenda da mídia e dos cidadãos podem acarretar danos à noção de realidade que as pessoas têm sobre o consumo da droga e suas consequências individuais e coletivas.

Figueiredo e Moura (2013), em estudo sobre a saúde dos povos indígenas na mídia, defendem que o silêncio é uma forma de violência simbólica que obtém submissão. Ao constatar que a cobertura da imprensa sobre a saúde dos povos indígenas não é polifônica e não rompe o silenciamento na esfera discursiva, as autoras asseveram que:

O efeito de sentido do silenciamento é uma ordem do discurso institucional que se instaura. Ordem do discurso poderia ser compreendida como as leis, regras e normas que autorizam ou desautorizam o que pode ser dito, onde pode ser dito e por quem; ou o que deve ser calado. (FIGUEIREDO; MOURA, 2013, p. 81)

Levando em conta o aspecto do silêncio, estudo realizado por Moreira et al. (2015) mostrou que, da mesma forma que há um silenciamento na mídia de temáticas importantes como a saúde indígena (FIGUEIREDO; MOURA, 2013), são tímidas as publicações científicas brasileiras sobre o *crack* no período de 1990 a 2013 na base de dados Scielo. Moreira et al. (2015) afirmam ter encontrado 59 ocorrências de artigos que se referiam ao *crack* no Brasil ao longo de mais de três décadas, desde as primeiras ocorrências em São Paulo. O que os autores identificaram é que há uma hegemonia do campo da saúde na produção científica sobre o tema, constando apenas um artigo das ciências sociais.

Isto revela importante lacuna na produção nacional de áreas do conhecimento como sociologia e antropologia, que, tradicionalmente, lidam com aspectos intrinsecamente ligados ao *crack*, como violência, população de rua, descriminalização das drogas e juventude. (MOREIRA et al., 2015, p. 1.058).

Além desse aspecto, observou-se que a maioria dos artigos científicos está ligada às áreas de psiquiatria/psicologia e saúde pública. As temáticas mais presentes são risco associado e tratamento, chamando atenção a escassa quantidade de publicações sobre políticas públicas que lidam com o problema do *crack*, o que pode ser interpretado, segundo os autores, como uma forma ressonante da raríssima publicação em ciências sociais, área que, tradicionalmente, analisa e avalia as políticas públicas.

Temporalmente, o tema teve baixa produção de artigos nos anos 1990, mas esteve efetivamente silenciado nos anos de 2000 e 2001, quando não houve nenhuma publicação sobre o assunto. Em 2002, houve uma publicação de artigo científico sobre *crack* e, até meados de 2006, na base Scielo, somente nove produções foram publicadas. De 2008 a 2012, 43 artigos foram publicados, representando quase 43% do total, com destaque para os anos de 2011 e 2012. Sobre essa questão, Moreira et al. (2015) explicam a lentidão da produção científica sobre temáticas emergentes:

O aumento extremamente recente no número de artigos está relacionado ao espraiamento da questão do *crack* por todo o País e à resposta do governo federal a este espraiamento, o Plano '*Crack é Possível Vencer*'. É neste cenário sociopolítico que há mobilização entre os pesquisadores, revelando, por um lado, a contemporaneidade dos problemas e, por outro, certa lentidão da academia em se envolver com uma questão social grave e complexa. (MOREIRA et al., 2015, p. 1058)

Nessa mesma trajetória de estudos, foram identificadas duas pautas de agenda política que culminaram em indicações de cinco ações políticas que deveriam ser implementadas. A primeira está relacionada à política de saúde, e a segunda aponta para a superação da concepção de que o usuário de *crack* está fadado a perder suas relações sociais e a morrer por causa do consumo da droga. No que concerne às ações, nenhuma estava associada à qualificação da divulgação das informações pelos meios de comunicação. Todas as ações estavam associadas a questões de investimentos em pesquisa, capacitação e qualificação de gestores e profissionais dos

serviços de saúde, amplo debate técnico sobre resultados obtidos em pesquisas sobre a fissura do usuário, adequação e valorização da política de redução de danos e expansão e qualificação da rede de atenção básica e de serviços voltados para o usuário que consome *crack* e outras drogas. Podemos inferir que os temas da agenda política são igualmente excludentes quando não consideram a importância da mídia para atuar de forma colaborativa e participativa como instância importante na construção da realidade social sobre o consumo do *crack* no Brasil e nos quadros de referência para a sociedade brasileira. Isso implica diretamente desconhecimento sobre o consumo do *crack* e perpetuação de estereótipos e estigmas sobre a droga, o uso e as consequências sociais e individuais de quem consome essa droga.

#### 4 Princípios e características da produção jornalística

Este capítulo tem por objetivo esclarecer os princípios que regem a lógica da produção jornalística, bem como as características dessa atividade profissional, fundamentos significativos para a compreensão do fenômeno que pretendemos estudar. O percurso que fizemos neste capítulo passa pelo reconhecimento de Lippmann (2010) de que nossa experiência é pautada, em grande medida, pelos meios de comunicação. Traquina (2005a) nos oferece um importante aporte sobre os valores-notícia e sobre as regras próprias do fazer jornalístico. Sem embargo, foi importante retomar Neveu (2006) para compreender a história do jornalismo, e Charron e Bonville (2016) trazem importantes definições sobre o jornalismo e a atividade profissional, historicizando os tipos de jornalismo.

Lippmann (2010) tem como tese a ideia de que os veículos noticiosos são janelas para o mundo, além de experiência concreta e direta, e que esses *media* determinam nossos mapas cognitivos relativos a esse mundo. Se interpretarmos o pensamento de Lippmann, entenderemos que as notícias são, em grande medida, responsáveis por nos fornecer um quadro da realidade em que vivemos e que, por vezes, não temos condições de acompanhar, conferir de perto ou vivenciar. Segundo Lippmann (2010), o jornalismo é a atividade mediadora, o jornalista, o mediador, e as notícias são responsáveis por construir a realidade social e dar sentido aos acontecimentos que irrompem na realidade.

Durante a Guerra Civil norte-americana, o General William Tecumseh Sherman foi informado de que três jornalistas foram capturados e executados pelas forças rebeldes. Comentou o General: “Ótimo. Agora vamos ter notícias do Inferno antes do pequeno almoço. (TROTTA 1992 apud TRAQUINA, 2005a, p. 61)

Para os não membros da comunidade jornalística, o mundo jornalístico parece ser um mundo de notícias vindo “do inferno”. A observação de Sherman assemelha-se a inúmeras críticas ao jornalismo na época contemporânea e prevê a existência de um meio mediático dominado pela televisão há mais de cem anos. (TRAQUINA, 2005a, p. 61)

Como refletir sobre o jornalismo sem compreender suas regras próprias de operacionalidade? Como é possível exercer a crítica sobre o fazer profissional sem conhecer suas linhas-guia norteadoras? Foi com base nessas inquietações que este capítulo se tornou importante na construção teórico-metodológica deste trabalho.

Considerando que o objeto empírico desta investigação é o telejornal *Jornal Nacional*, da Rede Globo, e levando em conta que o resultado, ou seja, o produto que vai ao ar e que chega aos lares brasileiros é fruto de uma complexa rede de produtores e intensa negociação realizada por repórteres, produtores e editores que compõem a redação, apresentar, discutir e articular as teorias que perpassam a produção de notícias tornou-se relevante.

Diante de inúmeros acontecimentos, como é possível decifrar quais os relatos deverão se tornar notícia? Simplificando, é possível afirmar que notícia é tudo o que é importante e/ou interessante ou, segundo Traquina (2005a, p. 19), os jornalistas responderiam à luz de uma ideologia profissional que “o jornalismo é a realidade”. Em certa medida, considerando o acordo tácito não formalmente expresso, porém simbolicamente firmado entre jornalistas e leitores/ouvintes/telespectadores, há verdade, até certo ponto, na afirmação de que “o jornalismo é a realidade”. Esse acordo consiste no fato de dar credibilidade ao jornalismo que, por sua vez, produz notícias que não são inventadas e, portanto, não constituem objeto de ficção. A propósito, essa é uma condição inerente à atividade jornalística e que corresponde a uma fronteira importante: o jornalismo está para a realidade como a telenovela está para a ficção. Mesmo assim, Traquina (2005a) esclarece que:

[...] muitas vezes essa “realidade” é contada como uma telenovela, e aparece quase sempre em pedaços, em acontecimentos, uma avalanche de acontecimentos perante a qual os jornalistas sentem como primeira obrigação dar resposta com notícias rigorosas e se possível confirmadas, o mais rapidamente possível perante a tirania do fator tempo. (TRAQUINA, 2005a, p. 20)

Assim, segundo Traquina (2005a), o jornalismo é um conjunto de “estórias”, e os jornalistas são os “modernos contadores de estórias” da sociedade contemporânea. Essas “estórias” dizem respeito à vida cotidiana e fazem menção a tragédias ou a triunfos que, por vezes, criam personagens na forma de arquétipos, como herói, vilão ou vítima inocente, como nas estórias mitológicas da tradição grega, egípcia, entre outras.

Neveu (2006) traz contribuições significativas ao resgatar a história do jornalismo desde a perspectiva francesa, tentando responder a uma inquietação sobre o que é o jornalismo e se essa atividade poderia ser considerada uma profissão. Baseado nos pressupostos funcionalistas, o jornalismo talvez não se enquadrasse

como profissão, uma vez que não entraria na categoria sociológica de “profissões organizadas”. Isso porque, para a tradição funcionalista, uma “profissão” pressupõe condições de acesso formal à atividade (formação com diploma, certificado); certo monopólio sobre a atividade que a rege (como o conselho de medicina ou mesmo a ordem dos advogados); a profissão dispõe, ainda, de uma cultura e de uma ética. Neveu (2006) questiona se não seriam as bases do pensamento funcionalista que estariam gerando problemas para classificar o jornalismo como “profissão”. Assim, o autor assinala a noção de “profissão de fronteira”, portanto uma faixa móvel, defendida por Ruellan (1993). A partir dessa perspectiva, “a imprecisão profissional teria, então, vantagens consideravelmente maiores do que seus inconvenientes, como a fraqueza de um registro deontológico” (NEVEU, 2006, p. 40).

Charron e Bonville (2016) discutem os tipos de jornalismo em quatro períodos de sua história, considerando as peculiaridades para conceber e praticar a atividade – o que os autores chamam de paradigma jornalístico. A primeira fase histórica é o *jornalismo de transmissão*,<sup>41</sup> associado ao contexto de surgimento dos primeiros jornais no século XVII, período em que os impressores eram responsáveis pela recolha e difusão de gazetas com informações e anúncios que seriam enviados aos impressores. Estes, por sua vez, funcionavam como elo entre as fontes das informações e os leitores. “Nem o gazeteiro, nem o jornalista têm nessa época uma verdadeira identidade discursiva, que só vai ser assumida com o *jornalismo de opinião*<sup>42</sup> no início do século XIX” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 29). O *jornalismo de opinião* passou, então, a ser o espaço de expressão e de combates políticos, colocando o jornal a serviço de lutas políticas. Todavia, a limitação dos recursos tecnológicos e as altas taxas de analfabetismo dificultavam a expansão e o crescimento desse tipo de jornalismo para um público maior.

Foi a partir do desenvolvimento do comércio, da melhoria das condições de transporte e da crescente industrialização surgida com a Revolução Industrial que o jornal passou a ser visto como um negócio interessante, uma vez que a publicidade começava a despontar como oportunidade de negócio. Aliado a isso, empresários perceberam que investir em conteúdos de interesse da população, contemplando um grande número de leitores em detrimento dos debates políticos – característicos do *jornalismo de opinião* –, poderia ser uma forma de ampliar o eleitorado. O momento

---

<sup>41</sup> Gazeteiro.

<sup>42</sup> Redatores políticos são os responsáveis por fazer jornal.



era propício para o desenvolvimento do *jornalismo de informação*,<sup>43</sup> tendo em vista a melhoria das condições técnicas para a consolidação de uma rede de notícias (ferrovias, telégrafo e telefone), além da melhoria de acesso aos insumos (papel mais barato, rotativas a vapor etc). Esse tipo de jornalismo apareceu no final do século XIX e início do século XX, entre os anos de 1880 e 1910, e se manteve até os anos 1920.

O desenvolvimento econômico, as inovações técnicas e o movimento de desregulamentação no setor midiático favoreceram o surgimento do *jornalismo de comunicação*:

A imprensa escrita cotidiana e as grandes redes de televisão, que dominavam a indústria da mídia, veem suas parcelas de mercado esfacelar-se em proveito de uma nova mídia, mais especializada, mais inovadora e que respeita menos as normas estabelecidas. [...] Para se distanciar de uma concorrência exacerbada pela superabundância de mensagens, a mídia e os próprios profissionais da informação devem tanto se distinguir dos concorrentes como se preocupar mais com as preferências do público. Os jornalistas deixam transparecer mais abertamente sua subjetividade e tentam estabelecer com o público, cada vez mais “especializado”, laços de convivência e de intersubjetividade. (CHARRON E BONVILLE, 2016, p. 30)

Segundo Neveu (2006, p. 167), o “jornalista de comunicação” é um “perito em formas eficazes”, buscando oferecer ao público-alvo informações que convirjam para os interesses, bem como para o conforto do público. “[...] o jornalista não se limita a fornecer ‘notícias’, mas contribui para também organizar a complexidade do mundo, para ajudar no confronto com as pressões do cotidiano”.

Hamilton (1917) apud Bonville (2016) define que o jornalismo é “uma forma de manejar um fragmento de notícia”, e o jornalista, “um profissional que lida com notícias”. O jornalismo passou, então, a ser definido como atividade regida por convenções e, portanto, gozava de certa estabilidade entre leitores e entre os próprios profissionais de imprensa. Essas regras ou convenções não são naturais; ao contrário, emergem da ação dos jornalistas, mantendo entre os pares de profissionais um acordo tácito ou explícito sobre a oportunidade de ajustar os comportamentos profissionais a essas convenções.

Considerando essa atividade que se resume, de forma bem reduzida, em “contar histórias” e esse profissional que se traduz no “contador de histórias”, cabe aqui

---

<sup>43</sup> Surgimento do termo repórter.

uma reflexão sobre as características que engendram a profissão e a comunidade profissional que a constitui. Portanto, a compreensão teórica que se tem do jornalismo parte da primeira “teoria” para explicar por que as notícias são como são – a Teoria do Espelho: porque a realidade assim as determina. A Teoria do Espelho, bastante criticada e colocada em xeque, cedeu lugar no campo teórico para a teoria da ação pessoal ou Teoria do *Gatekeeper*.

Essa teoria teve como inspiração os estudos sobre os alimentos que compõem o cardápio de uma casa, realizados pelo psicólogo social Kurt Lewin, em 1947. À luz da triagem feita por Lewin, David Manning White desenvolveu a noção de que o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas, nas quais os fluxos de notícias devem passar por diversos portões – *gates* – que nada mais são do que as zonas-filtro selecionadoras em que pessoas são responsáveis por uma decisão dentre inúmeras decisões, até que um acontecimento se torne notícia. A pesquisa realizada por White e publicada em 1950 foi realizada em um jornal de médio porte norte-americano com um jornalista de meia idade. O método utilizado consistia na anotação das razões pelas quais o jornalista rejeitava ou não algumas notícias. Assim, o estudo de White sinaliza que as decisões do jornalista eram subjetivas, calcadas em juízos de valor baseados em um conjunto de experiências, atitudes e expectativas do *gatekeeper*.

A Teoria do *Gatekeeper* privilegia os produtores de notícia – os jornalistas –, portanto, uma abordagem teórica microssociológica que se baseia no indivíduo, e desconsidera aspectos organizacionais ou macrossociológicos. Traquina (2005a) cita White para explicar os procedimentos teórico-metodológicos adotados para compreender por que algumas notícias são e outras não são inseridas no jornal:

É somente quando analisamos as razões apresentadas por “Mr. Gate” para a rejeição de quase nove décimos das notícias (na sua procura do décimo para o qual tem espaço) que começamos a compreender como a comunicação de “notícias” é extremamente subjetiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do “gatekeeper”. Neste caso particular, os 56 enunciados apresentados podem ser divididos em duas categorias principais: 1) rejeição do incidente devido à sua pouca importância, 2) seleção a partir de muitos relatos do mesmo acontecimento. (TRAQUINA, 2005a, p. 150-151)

Contudo, a Teoria do *Gatekeeper* e os fundamentos assinalados por White vão ser colocados em xeque pela teoria organizacional de Warren Breed, em que o pesquisador insere o jornalista no seu contexto mais imediato – a organização para a qual trabalha –, dando ênfase a um processo de socialização dentro de uma cultura organizacional, e não dentro de uma cultura profissional.

Sem embargo, o fluxo produtivo e as características dos seus produtores não podem ser apreendidos sob viés simplificador – só os estudos dos emissores ou só da empresa jornalística –, carecendo de uma abordagem mais global, que leve em conta a cultura jornalística como um todo. Para tal, se apresentam os valores-notícia como aspecto fundamental da cultura profissional que contribui para o esclarecimento, de modo objetivo e prático, da natureza das notícias. “Pareceria que a perspicácia noticiosa é o conhecimento sagrado, a capacidade secreta do jornalista que o diferencia das outras pessoas” (TUCHMAN 1978 apud TRAQUINA, 2005a, p. 62).

Todavia definir o que é notícia e conhecer as regras operativas que determinam por que um assunto é objeto de publicação e outro não, não é tarefa para apenas uma resposta. Citando a socióloga norte-americana Gaye Tuchman, Traquina (2005a) afirma que os jornalistas invocam a posse de uma capacidade que sequer conseguem definir, um pouco em função de como a cultura profissional privilegia o saber instintivo em detrimento do saber reflexivo. Apesar de existirem críticos<sup>44</sup> dos estudos sobre os valores-notícia, é consenso que eles apresentam um padrão geral bastante estável e previsível.

Nessa perspectiva, surgem os critérios de noticiabilidade que orientam as rotinas produtivas e oferecem aos jornalistas condições para processamento dos fatos em notícias. Por isso, em resposta ao questionamento “como é que os acontecimentos se tornam notícia”, Galtung e Ruge (1965) apud Traquina (2005a) enumeraram 12 valores-notícia, conforme o Quadro 2.

---

<sup>44</sup> Traquina (2005b), ao citar os valores-notícia, afirma que Stuart Hall critica a natureza dos valores-notícia, definindo-os como uma das estruturas mais opacas do jornalismo.

**Quadro 2 – Descrição dos valores-notícia**

<b>Valores-notícia</b>	<b>Descrição</b>
1 – Frequência	Quando a frequência do acontecimento é próxima da frequência do meio noticioso.
2 – Amplitude	Quanto maior for a amplitude do sinal de um meio noticioso, maior será a capacidade de o acontecimento ser noticiável e ter amplitude.
3 – Clareza	Quanto mais claro for descrito o acontecimento, maior suas chances de receber atenção do público.
4 – Significância	Relacionado ao impacto que pode ter no leitor e também corresponde à avaliação sobre a proximidade cultural.
5 – Consonância	Liga o acontecimento que será selecionado com uma pré-imagem mental em que o “novo” acontecimento é construído em função de uma “velha” imagem.
6 – Inesperado	Dentro dos limites do significante e do consonante, é o inesperado ou raro que atrai a atenção.
7 – Continuidade	Capacidade de o acontecimento ter continuidade, desdobramentos futuros que possam repercutir nos órgãos de imprensa.
8 – Composição	Diz respeito à necessidade de se compor um noticiário equilibrado.
9 – Referências a nações de elite	Em regra, as ações de nações de elite são mais importantes do que as ações dos outros.
10 – Referências a pessoas de elite	Em regra, as ações das pessoas de elite são mais importantes do que as ações dos outros.
11 – Personalização	Os acontecimentos são, geralmente, apresentados a partir da ação de um sujeito ou de uma coletividade.
12 – Negatividade	As notícias negativas satisfazem melhor o critério de frequência; as notícias negativas são mais facilmente consensuais no sentido de sua negatividade; as notícias negativas são mais consonantes com algumas pré-imagens da contemporaneidade; as notícias negativas são mais inesperadas do que as positivas.

Fonte: GALTUNG; RUGE, 1965 apud TRAQUINA, 2005a, p. 69 a 71

De acordo com os autores, esses valores-notícia podem ter maior ou menor importância e, em geral, os acontecimentos apresentam mais de um valor-notícia. Wolf (2001) destaca que esses valores são negociados a partir de uma complexa e rápida observação dos emissores que já têm em mente, com certa clareza, condições de avaliar os acontecimentos e seus valores na realidade cotidiana da cultura profissional.

Essa ideia é reiterada por uma equipe de pesquisadores que defende que os valores-notícia são “múltiplos, entrecruzados, e não são fáceis de classificar pelo analista de pesquisa” (ERICSON; BARANECK; CHAN, 1987 apud TRAQUINA, 2005a, p. 73) e que elabora uma lista de valores-notícia, conforme o Quadro 3.

**Quadro 3 – Descrição dos valores-notícia**

<b>Valores-notícia</b>	<b>Descrição</b>
Simplificação	O acontecimento precisa ser identificado como significativo de maneira clara e deve estar associada à proximidade cultural.
Dramatização	Acontecimento importante com uma indicação de desenvolvimento dramático. Isso envolve a disponibilidade do acontecimento, a proximidade cultural, quem está envolvido, entre outros fatores.
Personalização	Segundo os autores, a dramatização está ligada ao valor-notícia personalização: o fato de uma personalidade pública estar envolvida pode ser um fator decisivo para julgar o acontecimento como noticiável. Se um crime é cometido por uma figura proeminente, há maiores chances de ser noticiável.
Continuidade	Quanto à possibilidade de evolução futura do acontecimento, o acontecimento é mais noticioso se for contínuo a acontecimentos prévios.
Inesperado	O inesperado pode ser bom ou mau, mas o inesperado com aspectos negativos parece ter mais valor-notícia. Notícia ruim é notícia boa para os meios noticiosos.
Infração	Infração de leis, má gestão, mau comportamento de alguma autoridade ou funcionário de instituição. Esse valor-notícia atribui ao jornalismo a função de policiamento da sociedade, traduzido num policiamento informativo. O escândalo está contido no valor-notícia de infração e um exemplo conhecido mundialmente é o caso <i>Watergate</i> , que, de certa forma, consolidou os jornalistas como “cães de guarda” das instituições democráticas.

Fonte: ERICSON; BARANEK; CHAN, 1987 apud TRAQUINA, 2005a, p. 73-76

Traquina (2005a) também estabelece uma lista de valores-notícia,<sup>45</sup> criando duas categorias: os valores-notícia de seleção e os valores-notícia de construção. Traquina (2005a) retoma a importante consideração de Wolf (2001) sobre o fato de que os valores-notícia estão presentes ao longo de todo o processo de produção da notícia – seja na seleção ou na elaboração dela.

“Para Wolf, os valores-notícia de seleção referem-se aos critérios que os jornalistas utilizam na seleção dos acontecimentos, isto é, na decisão de escolher um acontecimento como candidato à sua transformação em notícia e esquecer outro acontecimento” (TRAQUINA, 2005a, p. 78). Assim, Wolf divide os valores-notícia de seleção em subgrupos: os critérios substantivos – relacionados diretamente aos acontecimentos – e os critérios contextuais – que dizem respeito ao contexto de produção das notícias. O Quadro 4 pretende tornar didático e compreensível os critérios definidos por Traquina (2005a) e suas categorizações:

<sup>45</sup> À luz de Bourdieu (1997), Traquina afirma que os jornalistas têm óculos particulares que são os valores-notícia.

**Quadro 4 – Descrição dos valores-notícia de seleção – critérios substantivos**

<b>Valor-notícia</b>	<b>Descrição</b>
Morte	Onde há morte, há jornalista. Todo ser humano tornar-se-á notícia pelo menos um dia: no dia de sua morte.
Notoriedade	Corresponde à notoriedade do ator principal do acontecimento: celebridades, importância hierárquica.
Proximidade	Tem a ver com a proximidade geográfica, mas também com a proximidade cultural.
Relevância	Está relacionado à preocupação de informar o público sobre fatos que são relevantes e têm impactos sobre a vida das pessoas, sobre o país, sobre a nação.
Novidade	A comunidade interpretativa dos jornalistas se interessa pela “primeira vez”. E para que um acontecimento seja retomado, é necessário haver algo novo.
Tempo	É um valor-notícia na forma da atualidade, mesmo que essa esteja retomando fatos que aconteceram em anos, décadas anteriores.
Notabilidade	Capacidade de o acontecimento ser visível, tangível. Pode se dividir em: quantidade de pessoas envolvidas no acontecimento; inversão – o que é contrário do normal; o insólito: o ladrão que devolve o carro que roubou, os bombeiros que apagam o fogo com leite, entre outros; a falha, ou seja, o defeito, o não funcionamento correto; e o excesso ou escassez, por exemplo, quando a temperatura atinge níveis desconhecidos ou alarmantes, ou o aumento no indicador de chuvas.
Inesperado	O que irrompe e surpreende a comunidade jornalística, é o mega-acontecimento, um acontecimento com enorme noticiabilidade e que altera a rotina de produção da redação. Exemplo: World Trade Center.
Conflito ou controvérsia	Diz respeito ao acontecimento que envolve violência física ou simbólica entre os atores envolvidos. A violência física tem mais apelo porque transgredir a normalidade dos eventos. É uma ruptura na ordem social. “O uso da violência marca a distinção entre os que são fundamentais da sociedade e os que estão fora dela”.
Infração	Está ligado ao valor-notícia da violência. É violência propriamente dita, a violação, a transgressão às regras. Daí podemos compreender a importância do crime para os meios noticiosos. O crime é visto como um fenômeno permanente e recorrente.

Fonte: TRAQUINA, 2005a, p. 79-88

O valor-notícia de notabilidade interessa para nosso trabalho, uma vez que a notabilidade é um alerta para a forma como o campo jornalístico privilegia a cobertura de acontecimentos, e não as problemáticas. E isso alerta também para o fato de que o jornalista tem uma atividade essencialmente prática, constituindo uma tribo que luta cotidianamente contra a tirania do tempo, envolvendo-se pouco ou reportando pouco aquilo que tem maior grau de complexidade, mas mantendo hierarquicamente na lista de publicações o que é da ordem do factual.

Ao retomar o pensamento de Tuchman, Traquina (2005a) afirma que os acontecimentos estão concretamente enterrados na teia da facticidade, mas que as problemáticas não:

A invisibilidade dos processos e das problemáticas exige poder de resposta por parte do campo jornalístico, exige meios para fazer a cobertura de algo não-definido no espaço e no tempo, exige tempo para elaborar a cobertura e, ironicamente, o subterfúgio do tempo [...] para os ligar à atualidade. (TRAQUINA, 1998 In: TRAQUINA, 2005a, p. 83)

No que concerne aos valores-notícia de seleção, os critérios contextuais dizem respeito ao contexto de produção das notícias. São eles: disponibilidade, visualidade, equilíbrio, concorrência. Os valores-notícia de construção são os de simplificação, amplificação, relevância, personalização e dramatização. À exceção do critério de visualidade e concorrência, todos os outros já foram descritos. E esses dois valores-notícia, em particular, serão descritos no Quadro .

**Quadro 5 – Descrição dos valores-notícia de seleção contextuais**

<b>Valores-notícia</b>	<b>Descrição</b>
Visualidade	Corresponde à avaliação quanto à existência de elementos visuais, como fotografias, filme. No jornalismo televisivo, esse valor-notícia é fator de noticiabilidade fundamental. Há imagens? Qual é a qualidade delas? A existência de bom material visual pode ser determinante na seleção do acontecimento como notícia.
Concorrência	Bourdieu já destacou o mundo do jornalista como dividido entre conflitos, concorrências e hostilidades. As empresas jornalísticas buscam uma situação em que têm, e a concorrência não, o furo, o que dá maior valor à notícia.

Fonte: TRAQUINA, 2005a, p. 88-91

Traquina (2005a) destaca que fazem parte dos valores-notícia de construção critérios de seleção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na produção das notícias. Nesse grupo estão: simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização e consonância.

Embora as categorizações acima sejam esclarecedoras e organizem o trabalho diário de uma redação, é importante ressaltar que esses valores-notícia fazem parte da cultura profissional e são partilhados pelos membros da comunidade jornalística, portanto não são imutáveis. Para além desses critérios, a política editorial pode interferir no processo de seleção dos acontecimentos de diferentes maneiras, seja pelo realce ou pelo desprezo de algum acontecimento, pela redução ou pela ampliação de sua importância ou, ainda, pelo enquadramento que o veículo dá ao

acontecimento. Ademais, os valores-notícia estão intrinsecamente ligados às rotinas produtivas. Por exemplo, o fato de fontes manterem contato constante com jornalistas pode influenciar o jornalista na percepção que terá dos acontecimentos.

Mesmo com a rotinização dos processos redacionais, Traquina (2005a, p. 96-97) defende que “o inesperado é o momento mágico incontornável de qualquer filme de Hollywood sobre jornalistas; os jornalistas entram em ação; num ritmo frenético de luta heroica contra o tempo e em dedicação ao imperativo de informar os cidadãos”. Ao citar Tuchman, Traquina (2005a) discorre sobre as tipificações dos acontecimentos para controlar o trabalho. Tuchman (1978) define como acontecimento noticioso excepcional – *What a story!* – aquele que transforma a rotina, tumultuando e criando um clima de excitação na redação, fazendo consenso entre a comunidade jornalística. Outras tipificações possíveis são os acontecimentos noticiosos localizados, as *hard news* não programadas que aparecem subitamente e devem ser processadas rapidamente; os acontecimentos noticiosos em continuação, intencionais ou pré-anunciados; os acontecimentos noticiosos em desenvolvimento associados a uma “estória súbita” e, portanto, distinto das *hard news* porque não são programados; e as *soft news*, que são relativas às fraquezas humanas.

Além dos critérios estabelecidos, não se pode perder de vista o fato de que os jornalistas estão inseridos em um mundo – o mundo do trabalho – em que são estabelecidas hierarquias e regras que, à luz da sociologia do trabalho e das organizações, compreende o fato de que o jornalista – ao contrário de algumas falsas percepções – não é um profissional liberal da informação. “[...] as habilidades de todo jornalista se desenvolvem e se constroem dentro dos limites de uma estrutura de interdependência com sua hierarquia, seus colegas e suas fontes que nenhuma conversa fiada sobre a liberdade de autor pode magicamente dissipar” (NEVEU, 2006, p. 76). Sobre essa perspectiva, o autor assinala a constante tensão entre tempo e o desafio de transformar as contribuições de serviços e de profissionais em um todo coerente e organizado. Essa relação tensa entre o trabalho e o tempo, segundo Neveu (2006, p. 76), “proíbe as deliberações prolongadas”.

Para além das questões temporais, há que se considerar que o processo de produção das notícias implica rigorosa divisão do trabalho que se traduz na especialização do trabalho dos jornalistas. As seções ou editorias são um exemplo disso. Ao longo das décadas do século XX, as tradicionais editorias (jornalismo político, social, esportivo e judiciário) se somaram, a partir dos anos 1970, às novas



editorias (saúde, educação, comunicação). Segundo Mauriac apud Neveu (2006, p. 84), o jornal é uma “fôrma” e, portanto, “uma máquina que concretiza um acontecimento num modelo interpretativo”. Assim, as editorias funcionam como instrumento para a percepção da realidade e como filtro das definições implícitas e explícitas feitas pelos jornalistas sobre “seus assuntos”. “A divisão em editoria ainda manifesta aqui sua importância: um fato terá mais chances de ser promovido a acontecimento se fizer sentido para uma editoria, se encontrar nela um ponto de ancoragem institucionalizada” (NEVEU, 2006, p. 92). Ao desenvolver a discussão, o autor questiona:

[...] qual é o custo, em termos de inteligibilidade do mundo social, dos processos de triagem que privilegiam frequentemente a fragmentação do acontecimento em detrimento das evoluções sociais em profundidade e o emocional em detrimento de um distanciamento analítico? (NEVEU, 2006, p. 92-93)

É fato que o valor de uma informação está associado à intertextualidade midiática, ou seja, mensurar a importância de uma informação depende do que as outras publicações falam dela. Esse tipo de prática define a “circulação circular” da informação, que gera impactos no funcionamento dos órgãos informativos. “Ele produz também efeitos dos quais o mais evidente é um funcionamento em coro da imprensa, polarizando sobre os mesmos temas, superpondo as mesmas temáticas e produzindo por isso um retraimento do espaço de questões dignas de cobertura” (NEVEU, 2006, p. 94).

Apesar da existência de critérios de seleção e códigos relativos ao exercício profissional do jornalismo, Herreros (2003) apud Becker (2009) afirma que é necessário fazer uma releitura dos critérios de noticiabilidade já definidos a partir de cenários históricos anteriores para que possam ser reelaborados, considerando a contemporaneidade e as novas demandas da realidade social. Se essa reelaboração ocorrer, é possível que o jornalismo contribua com valores e práticas que venham a colaborar com a vida social e para o desenvolvimento do país. Nessa mesma linha, é importante considerar que, além dos critérios de noticiabilidade e da hierarquização da estrutura organizacional do trabalho jornalístico, as fontes de informação conhecidas como definidores primários desempenham papel relevante para a indexação dos temas abordados pela mídia. Os definidores primários são as fontes de maior peso, consideradas mais importantes (governo e grandes empresas), pois

surgem como facilitadores da profissionalização. São fontes que têm reconhecida representatividade e *status* institucional. Por sua vez, definidores secundários se caracterizam pela sua marginalidade e pelo pouco peso social. São limitados a responder ou contestar a definição do problema – definido pelos definidores primários – dentro de um exíguo espaço fornecido pela mídia. “As rotinas jornalísticas impelem a imprensa a procurar primeiro a informação com essas fontes, que dispõem a partir daí do poder de “definir” a situação, de “enquadrá-la” (NEVEU, 2006, p. 98).

A partir do exposto, o próximo capítulo apresenta a história do *Jornal Nacional*, objeto empírico analisado nesta pesquisa, as características do telejornal e a maneira como Bonner (2009) define o *Jornal Nacional* enquanto produto editorial.

## 5 *Jornal Nacional*: objeto empírico observável

O presente trabalho tem por objeto empírico o telejornal *Jornal Nacional* (JN), considerado um dos produtos jornalísticos audiovisuais de maior audiência da televisão aberta brasileira. Dados de 2017 do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) indicam que a Rede Globo é líder de audiência entre as emissoras de televisão aberta. O *Jornal Nacional* registrou 28,1 pontos de audiência em 2017<sup>46</sup> e, no período, figurou entre os três programas de maior audiência da emissora<sup>47</sup>. Por isso, é importante fazer um levantamento histórico e contextual do telejornal, dos princípios editoriais norteadores e da história da emissora que o exhibe, com vistas a esclarecer o lugar do *Jornal Nacional* no contexto televisivo e telejornalístico brasileiro.

A Rede Globo foi inaugurada em 26 de abril de 1965 (MEMÓRIA GLOBO, 2004). Embora o telejornalismo já fizesse parte da grade de programação da emissora com importantes e pioneiros jornais, como *TeleGlobo*, *Ultranotícias* e *Jornal da Globo* – esse último, ao sair do ar, deu lugar ao *Jornal Nacional* –, o telejornal foi o primeiro em rede nacional que marcou época, já que, até então, a cobertura televisiva tinha limitações no que concerne a alcance: a programação ainda era incipiente e bastante regional. A Rede Globo, até aquele momento, era considerada uma emissora legítima e excessivamente carioca.

Contudo, o arsenal técnico<sup>48</sup> de que dispunha a Rede Globo, associado à realização de importantes coberturas jornalísticas,<sup>49</sup> levou a emissora a ficar conhecida entre cariocas e paulistas. Foi com a transmissão jornalística da chegada do homem à Lua<sup>50</sup> que a Rede Globo garantiu, pela primeira vez, a liderança na

<sup>46</sup> Dados de audiência, segundo o Ibope, no período de 06 de fevereiro a 12 de março de 2017.

<sup>47</sup> O *Jornal Nacional* ocupou a terceira posição no período analisado pelo Ibope. Os dois primeiros lugares ficaram, respectivamente, para a novela do horário nobre da emissora e para o programa *Big Brother Brasil*.

<sup>48</sup> A hegemonia da Rede Globo no que concerne à qualidade técnica é passível de discussão e crítica por parte de estudiosos. Acordo ilegal realizado entre a emissora de Roberto Marinho e o grupo norte-americano Time-Life foi denunciado por Carlos Lacerda dois meses depois da inauguração da emissora. Tal acordo feria o artigo 160 da Constituição, considerando que – por pertencer ao espectro eletromagnético e este ser um bem público – a emissora não poderia sofrer a intervenção e/ou orientação intelectual e administrativa de empresas estrangeiras, considerando a televisão como uma concessão pública (HERZ, 1983).

<sup>49</sup> No livro *Jornal Nacional: a notícia faz história*, são citados três momentos importantes da Rede Globo: a enchente de 1966, o lançamento da *Apolo 9* e a primeira transmissão via satélite.

<sup>50</sup> “O repórter Hilton Gomes narrou a chegada dos astronautas direto dos estúdios da TV Globo, no Jardim Botânico. Um trabalho marcante, como ele mesmo conta: ‘Acompanhamos o lançamento da *Apolo 11*, eu e a equipe lá em Cabo Kennedy, e voamos para o Rio, fomos direto para o estúdio. Quando chegamos, a nave estava se aproximando da Lua e tivemos que narrar simultaneamente o

audiência em São Paulo. O *Jornal Nacional* passou a cumprir o papel de interligar o país por ser transmitido em rede nacional a partir de 1º de setembro de 1969, segundo Memória Globo (2004).

Na estreia, o telejornal foi apresentado por Hilton Gomes e Cid Moreira. E, para selar o pioneirismo, o texto lido por Hilton Gomes apresentava essa característica penetrante e de longo alcance: “O *Jornal Nacional*, da Rede Globo, um serviço de notícias integrando o Brasil novo, inaugura-se neste momento: imagem e som de todo o país”. O jornalista Cid Moreira encerrou: “É o Brasil ao vivo aí na sua casa. Boa noite” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 4).

A primeira mulher a apresentar o *Jornal Nacional* foi Márcia Mendes. Depois dela, homens e mulheres dividiram a bancada do telejornal: Sérgio Chapelin, William Bonner, Carlos Nascimento, Lilian Witte Fibe, substituída por Fátima Bernardes e Patrícia Poeta. Em circunstâncias diversas, o telejornal já foi apresentado por Renato Machado, Mylena Ciribelli, Evaristo Costa, Alexandre Garcia, Ana Paula Araújo, Carla Vilhena, Chico Pinheiro, Giuliana Morrone, Heraldo Pereira, Sandra Annenberg e William Waack. Atualmente, William Bonner e Renata Vasconcellos dividem a bancada do telejornal, que já recebeu o Prêmio Emmy Internacional de Jornalismo.<sup>51</sup>

### **5.1 *Jornal Nacional* por Bonner: características, critérios e modo de fazer**

Consideramos significativo trazer o ponto de vista do apresentador e editor-chefe do telejornal, William Bonner, sobre o *Jornal Nacional*. Tomamos o cuidado de assinalar que a obra publicada por Bonner (2009) é considerada uma referência, apesar de trazer a visão a partir de onde Bonner observa o telejornal. O objetivo de trazer algumas ideias centrais é examinar, avaliar e discutir os aspectos editoriais mencionados pelo editor do telejornal e contrapor a essa visão nossas observações científicas. De acordo com Bonner (2009), o *Jornal Nacional* é um programa jornalístico de televisão e:

---

diálogo dos três astronautas. E, com toda aquela preocupação, as emoções iam surgindo enquanto eles falavam” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 23).

<sup>51</sup> O prêmio é concedido pela Academia Internacional das Artes & Ciências Televisivas a programas televisivos que tenham sido produzidos e transmitidos fora dos Estados Unidos. O anúncio da premiação é realizado em Nova Iorque e conta com a participação de líderes de mídia de mais de 50 países e 500 empresas do ramo de televisão, incluindo internet.

Por ser jornalístico, apresenta temas comuns aos jornais impressos, aos programas jornalísticos de rádio, aos sites da internet voltados para notícias e, em parte, às revistas semanais de informação. Por ser um programa de televisão, procura apresentar esses temas com a linguagem apropriada ao veículo: com um texto claro, para ser compreendido ao ser ouvido uma única vez, ilustrado por imagens que despertem o interesse do público por eles – mesmo que não sejam temas de apelo popular imediato. (BONNER, 2009, p. 13)

Considerando essa visão, torna-se fundamental traduzir os critérios que norteiam a produção do *Jornal Nacional*. Como veículo informativo noticioso, o telejornal busca o chamado furo jornalístico, que se traduz em informação de grande impacto que não tenha sido veiculada por nenhum outro órgão de imprensa. O que há de interessante no furo é a escassez, o valor, o fato de ser ostensivo e simbólico. Se, por um lado, o *Jornal Nacional* tem características muito próximas aos outros veículos no que concerne ao furo, por outro, Bonner (2009, p. 14) explica que existem “peculiaridades que nenhum outro possui”. Segundo o editor-chefe e autor da obra *Jornal Nacional: modo de fazer*, uma das mais importantes peculiaridades é o número de pessoas que buscam informações no telejornal.

O JN está disponível a todos os brasileiros com acesso à energia elétrica e uma televisão diante dos olhos. Esse cidadão poderá viver no campo, em local ermo, onde o sinal terrestre de TV não alcance sua antena. Ainda assim, uma parabólica será capaz de capturar o *Jornal Nacional* diretamente do satélite. Nisso, o JN se afasta abissalmente dos jornais impressos, que dependem de uma logística de distribuição física própria para vencer a geografia e chegar aos leitores. Jornais impressos são pagos, enquanto o JN é gratuito. Além do fato incontornável de que jornais são produtos voltados exclusivamente para cidadãos alfabetizados. (BONNER, 2009, p. 15)

A citação acima explicita a necessidade de o telejornal didatizar<sup>52</sup> os assuntos que sejam de interesse público. Por isso, uma das premissas norteadoras do trabalho dos profissionais envolvidos no processo de produção de material jornalístico destinados ao *Jornal Nacional* é a extensão e o alcance das veiculações: o material é disponibilizado para cidadãos de todas as regiões brasileiras e para fora do país, de todas as faixas etárias, orientações sexuais, estratos socioeconômicos, faixas de renda diversas, credos, cores, posicionamentos políticos e níveis de escolaridade. Assim, de acordo com Bonner (2009, p. 17), “O *Jornal Nacional* tem por objetivo

---

<sup>52</sup> Característica didática das notícias. Está relacionada a capacidade de se fazer compreender.

mostrar aquilo que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo naquele dia, com isenção, pluralidade, clareza e correção”. Esse objetivo descrito por Bonner (2009) e divulgado amplamente em palestras a estudantes universitários se assenta na universalidade do público a quem se destina o telejornal.

Bonner (2009) explica que são critérios primários para o telejornal a abrangência, a gravidade das implicações, o caráter histórico, o peso do contexto e a importância do todo. A partir desses critérios é que se define o que entra e o que sai do espelho do *Jornal Nacional*. Por abrangência, entende-se que “quanto maior o universo de pessoas atingidas por um fato, maior a probabilidade de ser publicado” (BONNER, 2009, p. 95). Isso significa que notícias que envolvem um maior número de pessoas, além de ter mais chance de serem veiculadas no *Jornal Nacional*, tendem a ter maior dimensão espaço-temporal.

Outro critério considerado, segundo Bonner (2009), é o da gravidade das implicações. Isso significa que quanto maior for a gravidade de um fato, maior a possibilidade de se tornar notícia no telejornal.

O público, em geral, se pergunta, frequentemente, por que diabos o jornalismo traz tantas notícias ruins. Infelizmente, na lista de temas publicados nos melhores órgãos de imprensa, elas são muito mais numerosas. Aos não jornalistas inconformados ou aborrecidos com esse fato, é preciso explicar que é da própria natureza do jornalismo apontar o que está errado para que seja corrigido. Mostrar o que está ruim para que seja melhorado. Denunciar os que se corrompem para que sejam punidos. Expor os que estão em dificuldades para que possam ser ajudados. A utilidade social do jornalismo é exatamente a de proporcionar que tudo isso aconteça – e que os cidadãos tenham instrumentos para exercer seus direitos plenamente. Informação é um instrumento valiosíssimo nesse processo. (BONNER, 2009, p. 96)

Esse excerto reitera o papel, a função e a razão de ser do jornalismo na perspectiva de construção do conhecimento, produção de sentido, emancipação do sujeito com vistas ao exercício da cidadania. É importante destacar que essa é uma visão defendida por Bonner (2009) e que encontra ressonância em outras importantes referências, mas que deverá ser discutida posteriormente neste trabalho.

## 5.2 Princípios editoriais do *Jornal Nacional* segundo as Organizações Globo

As Organizações Globo disponibilizam, em sua página oficial na internet, os princípios editoriais norteadores. O documento público se divide em: preâmbulo, com a definição de jornalismo, seguido de três seções que dizem respeito aos atributos da informação de qualidade: procedimentos que o jornalista deve ter diante de fontes, público, colegas e veículo para o qual trabalha e os valores cuja defesa, segundo o documento, deve ser um imperativo do jornalismo.

Para este trabalho, interessa compreender qual é a diretriz que norteia a definição de jornalismo para os produtos editoriais das Organizações Globo:

[... ] jornalismo é o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas. Qualquer fato e qualquer pessoa: uma crise política grave, decisões governamentais com grande impacto na sociedade, uma guerra, uma descoberta científica, um desastre ambiental, mas também a narrativa de um atropelamento numa esquina movimentada, o surgimento de um buraco na rua, a descrição de um assalto à loja da esquina, um casamento real na Europa, as novas regras para a declaração do Imposto de Renda ou mesmo a biografia das celebridades instantâneas. O jornalismo é aquela atividade que permite um primeiro conhecimento de todos esses fenômenos, os complexos e os simples, com um grau aceitável de fidedignidade e correção, levando-se em conta o momento e as circunstâncias em que ocorrem. É, portanto, uma forma de apreensão da realidade. (GLOBO.COM)

Considerando o exposto, o documento informa que “pratica jornalismo todo veículo cujo propósito central seja conhecer, produzir conhecimento, informar” (GLOBO.COM). A ideia é reiterada quando o texto explicita que os veículos das Organizações Globo terão como propósito conhecer, produzir conhecimento e informar. E, no que se refere aos procedimentos dos jornalistas, um dos itens elencados pela emissora é que, nos casos em que as reportagens exijam conhecimento técnico, deve ser feita, obrigatoriamente, consulta a especialistas: “Nenhum jornalista precisa ser médico, químico, biólogo ou historiador. Mas, por isso mesmo, para não errar em assuntos técnicos, todo jornalista precisa se socorrer de assessoria especializada, ouvindo sempre mais de um técnico toda vez que o assunto for controverso” (GLOBO.COM).

Nessa mesma orientação sobre o fazer jornalístico e o fazer televisivo, o manual de telejornalismo da Rede Globo direciona para um olhar sobre a televisão que inclui o fato de que a mensagem televisiva reflete uma complexa intervenção de signos de natureza diversa e em contínua interação.

Respeitar a palavra é muito importante no texto da televisão. Imprescindível, no entanto, *é não esquecer que a palavra está casada com a imagem*. O papel da palavra é enriquecer a informação visual. Quem achar que a palavra pode competir com a imagem está completamente perdido. Ou o texto tem a ver com o que está sendo mostrado ou o texto trai a sua função. (REDE GLOBO DE TELEVISÃO, 1985, p. 11 – grifos nossos)

A despeito da definição de jornalismo para as Organizações Globo e os princípios norteadores para os jornalistas que produzem informação para os produtos editoriais da emissora, é preciso refletir, do ponto de vista histórico, a importância dada pelo telejornal de maior audiência da emissora às temáticas complexas que envolvem saúde pública e consumo de drogas. Em obra que retrata a história do *Jornal Nacional*, é possível identificar que, a partir de 1977, a Embratel iniciou a operação do Sistema Brasileiro de Telecomunicações por Satélite (SBTS), integrando-se ao Intelsat, e a Rede Globo assumiu uma posição vantajosa em face dos veículos concorrentes graças ao maior alcance de sinais.

É nesse período que há registros do *Jornal Nacional* realizando coberturas na área de ciência e saúde, como a matéria sobre o nascimento do primeiro bebê de proveta, em 1978; o surgimento da síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA), na década de 80 do século XX; a cópia geneticamente perfeita de uma ovelha adulta, conhecida como Dolly, em 1997; e a transmissão do Projeto Genoma, que decifra o código genético humano, em 2000.

Um dos destaques históricos para a cobertura do telejornal sobre drogas foi a reportagem veiculada em 2001 que integrava uma série de reportagens feitas por Tim Lopes e Flávio Fachel no conjunto de favelas do Alemão, no Rio de Janeiro. A reportagem tratou da feira livre das drogas no Alemão e foi exibida no dia 3 de agosto de 2001, com três minutos e trinta segundos de duração. O apresentador William Bonner fez a *chamada* para a reportagem: “O *Jornal Nacional* de hoje começa com imagens de um território sem lei. Como numa feira livre, traficantes vendem drogas no meio da rua, num conjunto de doze comunidades do Rio. Andam armados entre os



60 mil moradores sem serem incomodados pela polícia”. Pela *chamada*, citada em Bonner (2009), podemos inferir que a temática drogas, no telejornal, foi considerada pauta de destaque, uma das coberturas importantes da história do telejornal.

### 5.3 *Jornal Nacional*: um telejornal de referência?

Termo bastante empregado nas pesquisas em jornalismo no Brasil e no mundo, “jornalismo de referência” é uma expressão que guarda uma pluralidade de significações e tentativas de conceituação por parte dos pesquisadores. Conforme pesquisa realizada por Zamin (2014), a partir da análise de publicações durante um período de 15 anos, esse termo recebe diferentes conceitos e características a depender da origem das pesquisas, da localização no globo e do tipo de veículo a ser analisado. Ao todo, foram analisadas 13 publicações que usam a expressão, tanto brasileiras quanto estrangeiras, e que fazem esforço para conceituar ou delinear as características comuns do que vem a ser jornalismo de referência, podendo ser utilizada como recorte de *corpus*, estratégia metodológica ou partir da leitura que se faz da qualidade do jornalismo. Segundo o levantamento feito por Zamin (2014, p. 939), nas diferentes perspectivas apresentadas por pesquisadores brasileiros e internacionais, é possível conceituar jornalismo de referência como “aquele que serve interna e externamente de referência – tanto para a elite formadora de opinião, como para os meios de comunicação – sobre uma parcela do mundo público, qual seja, o país ao qual se dirige”.

Se considerarmos essa definição de jornalismo de referência, podemos inferir que o *Jornal Nacional* atende aos requisitos que o conceito estabelece. Observamos, por exemplo, o quadro elaborado por Zamin (2014) que define categorias para as características do jornalismo de referência a partir do levantamento feito pela autora. Ao analisar os 13 trabalhos publicados sobre o tema, Zamin define cinco categorias: i) contrato de informação; ii) forma; iii) instâncias de produção; iv) lócus de observação; e v) natureza da audiência. Para cada uma dessas categorias, a autora estabelece características, respectivamente: i) tradição, credibilidade, seriedade, reflexão e orientação internacional; ii) hierarquia da informação, diagramação sóbria, sofisticação estilística, apelo cosmopolita; iii) jornalistas, espaço público, fontes diversas; iv) espaço público, economia, relações internacionais; e v) leitor competente do mundo, saberes complexos, agente social, cidadão cosmopolita, líder de opinião, jornalistas, meios de comunicação. Mesmo que essa análise verse sobre os jornais impressos, no que concerne à forma, por exemplo, o *Jornal Nacional* apresenta os atributos mencionados. Poderíamos, por exemplo, interpretar a diagramação sóbria como a qualidade de edição audiovisual do telejornal.

## 6 Caminhos para compreensão do “factual” no jornalismo

Este capítulo propõe uma definição do caráter factual das notícias e da relação delas com o jornalismo e com o telejornalismo. A partir de Sousa (2001), Charron e Bonville (2016), Wolf (2002), Lage (2005), Rodrigues (2016), Schudson (2011), Weaver (2016), Barbeiro e Lima (2002), Vizeu Jr. (2014) e Rezende (2000), buscamos compreender e contextualizar a factualidade para o jornalismo brasileiro e, especificamente, para o telejornalismo, recorrendo a definições e interpretações dos autores à luz de teorias e análises de produtos telejornalísticos.

A necessidade de desenvolver o presente capítulo para compreender o factual à luz da teoria e dos principais autores que dialogam sobre o tema surgiu da interpretação das entrevistas realizadas com os profissionais responsáveis por fazer as reportagens sobre o consumo do *crack* e suas implicações sociais para o *Jornal Nacional* no período analisado. Portanto, ao identificar que grande parte desses profissionais identificou e definiu seu trabalho como o resultado de uma cobertura do factual, reconhecemos a relevância de nos debruçarmos sobre o que vem a ser a factualidade no contexto do jornalismo e do telejornalismo. Destacamos ainda que nossa referência no telejornalismo busca compreensões e comparações com a mídia impressa, conforme nos esclarece Weaver (2016). A razão desse resgate e da comparação está na história do desenvolvimento dos meios de comunicação no Brasil, que revela que a televisão herdou, em grande medida, da imprensa escrita modos de fazer, valores e profissionais, até que o meio se estabelecesse como uma mídia com regras operativas próprias.

De acordo com o *Minidicionário Houaiss* (2009), o verbete “factual” está relacionado ao que é fato, verdadeiro, real, palpável ou ocorrido. Tem existência ou veracidade constatada ou constatável. Ainda segundo esse dicionário, o factual se atém aos fatos, sem buscar interpretá-los.

Charron e Bonville (2016) afirmam que, historicamente, o foco do jornalismo se desloca cada vez mais para o acontecimento, e esse deslocamento e a consequente transformação implicam um regime de informação baseado no fluxo rápido de referentes de tipo factual. Rodrigues (2016, p. 51) define o acontecimento como o ponto zero da significação e explica que “[...] uma das regras da prática jornalística consiste em afirmar que a opinião é livre, mas que os fatos são soberanos”. Assim, o acontecimento se refere a tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história e,

portanto, quanto mais imprevisível, maior a probabilidade de se tornar notícia e de integrar o discurso jornalístico.

No jornalismo de transmissão, por exemplo, Charron e Bonville (2016) demonstram que as informações, mesmo quando evidentes, eram difundidas até para que o jornal desempenhasse um papel social de utilidade. Não significa, contudo, dizer que o evento não está presente, mas que o evento em si não é o referente típico do jornalismo de transmissão datado do século XVII, em que as notícias eram, comumente, relativas à perda de plantios em razão de pouca chuva ou do barco que era esperado e naufragara, entre outros eventos.

Em contraposição ao jornalismo de transmissão, o jornalismo de informação tem o factual como principal referente. Recorremos às palavras dos autores para compreender a importância do factual para esse tipo de jornalismo:

As ocorrências desse tipo, aquelas que manifestam uma ruptura em relação a um estado do mundo natural ou social, são privilegiadas. As ocorrências que não exibem de início essa característica, em particular as atividades discursivas, devem poder ser transformadas em evento para se tornarem aceitáveis para o jornal. [...] A forte densidade do fluxo de informação que ultrapassa em muito a superfície de impressão obriga o jornal a descartar os acontecimentos relativos à atividade rotineira das instituições sociais e a privilegiar os acontecimentos que oferecem um coeficiente de novidade maior, uma maior distância da norma. (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 204)

Para além do jornalismo de informação, no jornalismo de comunicação, a densidade do fluxo de informação ultrapassa muito o espaço do jornal e, por conseguinte, o pseudoacontecimento é o referente típico dessa forma de jornalismo. Os pseudoacontecimentos se referem, nesse caso, à busca de espaço na imprensa, pleiteada por atores políticos, organizações e empresas que, na tentativa de superar a enorme concorrência do fluxo informacional, desenvolvem estratégias para chamar a atenção do público. “A tendência à ‘factualização’ das ocorrências e dos fenômenos é acompanhada por um aumento do *grau de novidade* imposto às ocorrências presentes no jornal” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 205 – grifo no original). Assim, em contexto de baixo fluxo de informações, qualquer nova ocorrência, por mais banal que pareça ou seja, merecerá ser relatada. Em contraposição, em contexto de alto fluxo de informação, a novidade não é suficiente, pois muitas ocorrências disponíveis para publicação têm essa característica. Assim, no jornalismo de comunicação, é

necessário buscar o aspecto singular em cada ocorrência e, depois, suas respectivas ocorrências singulares.

Para Sousa (2001), a factualidade é um critério de valoração do que é susceptível de se tornar notícia. Sobre esse aspecto, Altheide (1979 apud SOUSA, 2001) sugere que a forma de abordar o mundo, levando em conta o carácter factual, tem uma tendência descontextualizadora do acontecimento para recontextualizá-lo no seio do noticiário.

Vizeu Jr. (2014) também identificou essa característica quando realizou uma análise da estrutura do *RJTV1*, telejornal regional da Rede Globo, exibido no Rio de Janeiro, que contemplou entrevistas com os profissionais envolvidos na produção do telejornal. Ao mapear o que o telejornal oferecia de factual, o autor explicou que o editor-chefe distribuía as matérias ao longo dos blocos a partir dos seguintes critérios: um factual forte, um fato que tenha interesse e atinja o maior número de pessoas e que tenha uma boa imagem. “É nesse processo, bem como no da edição, que o mundo é recontextualizado. Os fatos que foram retirados do seu contexto na rua agora são reorganizados de acordo com a lógica de produção do telejornal” (VIZEU JR., 2014, p. 87).

Embora a análise de Vizeu Jr. (2014) tenha localizado o aspecto em um telejornal regional, a afirmação do autor sobre a recontextualização do mundo a partir de processos parece bastante significativa se entendermos que os processos e padrões de processamento da notícia até que ela vá ao ar reconfiguram o acontecimento e reorganizam a noção de realidade para a audiência. Destacamos também o fato de que o autor reconhece a presença do factual forte no referido telejornal.

Wolf (2002) identifica esse aspecto da noticiabilidade como um elemento de distorção involuntária, ao passo que as coberturas jornalísticas têm limitações de tempo e recursos. Nessa perspectiva, Sousa (2001) esclarece que:

[...] a notícia resultaria, portanto, de um processo organizado e estrangido de fabrico que nela deixaria as suas marcas, até porque só seria notícia o que fosse perspectivado como notícia no seio da cultura profissional dos jornalistas e da cultura própria do meio social envolvente. Excepto em casos excepcionais, só seria notícia o que pudesse ser processado pela organização noticiosa sem grandes sobressaltos ou complicações no ciclo produtivo. (SOUSA, 2001, p. 44)

De acordo com Sousa (2001, p. 23), o espírito do novo jornalismo factual está consubstanciado pela frase pronunciada, em 1856, por um correspondente da Associated Press, em Washington: “O meu trabalho é comunicar factos; as minhas instruções não permitem qualquer tipo de comentário sobre os factos, sejam eles quais forem”. Para o autor, o jornalismo se tornou mais noticioso e factual, características que, em certa medida, também tornaram a atividade jornalística mais sensacionalista. Desse modo, seleção, síntese da informação e linguagem factual foram valores transmitidos de geração em geração e se tornaram traços da cultura profissional, recebendo o nome de Novo Jornalismo.

A ponderação feita por Lage (2005) sobre a factualidade e o interesse público parece razoável. Ao explicar que a diferença entre notícia e reportagem começa pela pauta, Lage (2005) esclarece que pautas de reportagem são, em regra, mais completas, pois reúnem informações disponíveis sobre o tema ou evento e sugestões de tratamento editorial. As pautas fornecem sugestões quanto a abordagem e previsões de custos e prazos de produção. “Em televisão, é provável que se façam pesquisas prévias e, com base nelas, um pré-roteiro com essa finalidade” (LAGE, 2005, p. 141). Quanto a isso, o autor pondera que nem toda reportagem precisa de um gancho, uma vez que o paradoxo é a principal matriz do jornalismo. Assim, na compreensão de Lage (2005), é necessário considerar a oportunidade de determinados temas em razão da necessidade informacional das comunidades e da sociedade. Por essa razão, a reportagem se torna necessária na medida em que, cada vez mais, os homens contemporâneos buscam explicações sobre os fenômenos. “Nenhuma formação escolar ou acadêmica dá conta das transformações a que se assistem, atualmente, ao longo da vida. E o que é mera novidade para alguns poderá funcionar como indicador para pesquisas aprofundadas de um especialista ou aficionado” (LAGE, 2005, p. 142).

Caberá, portanto, segundo Lage (2005), ao jornalista definir o que é científico e o que tem fundamento ético para reportar aos cidadãos. Essa seria uma condição *sine qua non* para a profissão cumprir sua função, do contrário, eximindo-se dela, o jornalismo tornar-se-ia pernicioso. Entre as tensões profissionais, o reconhecimento do factual passa a ter um fundamento no processo de produção, ratificando que, em razão da necessidade de os jornalistas transformarem rapidamente acontecimentos em notícias, houve a necessidade de serem adotados procedimentos destinados a defender os jornalistas de críticas e processos. Resumidamente, os procedimentos

seriam: citação de fontes com credibilidade, descrição factual de ocorrências verificáveis, confronto entre fontes, verificação de fatos narrados, entre outras estratégias. O fato de o conceito de objetividade ter evoluído para uma noção de fé nos fatos, conforme nos orienta Schudson (1988 apud SOUSA, 2001), revela, em certa medida, a contradição existente entre a função precípua do jornalismo e as rotinas produtivas segundo regras operacionais que privilegiam o carácter factual.

Se, por um lado, as regras operativas e as rotinas produtivas organizam e oferecem certa constância para o trabalho jornalístico, por outro, há críticas à padronização dos processos e ao estabelecimento de um *modus operandi*. Sobre as transformações no jornalismo, Schudson (2011, p. 146) avalia que o jornalismo se tornou um trabalho 24/7: “[...] não é um ritmo de trabalho alimentado pela paixão, [...] mas um ritmo de trabalho alimentado pela cafeína. É um ritmo de trabalho sem pausas. É um ritmo de trabalho que faz lembrar Charlie Chaplin na linha de montagem”.

Se Schudson (2011) estiver correto em sua formulação, parece fazer sentido o que Weaver (2016) propõe em termos de semelhanças e proximidades entre notícias de jornal impresso e de televisão: ambas consistem num relato atual de acontecimentos atuais. Essa máxima revela um paradoxo para o jornalismo: conseguir um relato dos acontecimentos que a experiência e a crítica afirmem ser coerente, equilibrado e fidedigno. Isso, segundo Weaver (2016), resulta da dupla contemporaneidade – o fato de o jornalismo considerar o presente como assunto e como a perspectiva de tempo em que é descrito, elaborado e produzido. Nessa perspectiva, o autor reconhece que essa dificuldade é algo dado, inerente, para o qual não há qualquer solução: “o melhor que se pode esperar é o reconhecimento dessa mesma dificuldade, o esforço sério para lidar com ela, a diminuição generalizada de clamores e expectativas em redor” (WEAVER, 2016, p. 399). Nesse aspecto, o que Weaver (2016) nos aponta é que a televisão e os jornais, de forma muito parecida, partilham do apelo e da dificuldade da contemporaneidade, e essa proximidade entre os dois meios resulta na sustentação da crítica de que a televisão está sob maior pressão de tempo e, por conseguinte, menos equilibrada na apresentação de seus conteúdos. Para o autor, essa crítica é falsa.

Outro aspecto elencado por Weaver (2016) é a semelhança entre a cobertura das notícias no jornal impresso e no jornal televisivo, uma vez que a reportagem é a descrição daquilo que um observador, com base no acontecimento em questão, viu e ouviu. As características da reportagem, portanto, segundo o autor, são: o concreto,

o imediato e a fidelidade à particularidade dos acontecimentos. Entretanto, o testemunho apresenta falhas, dada a instabilidade para narrar a complexidade e a ambiguidade dos fenômenos reportados pelos *media*. As alterações também podem ocorrer no ato de “espremer a notícia” e em momentos em que os jornalistas procuram uma boa “estória” para contar. Essas seriam, para Weaver (2016), as patologias a que estão sujeitos os jornais impressos e televisivos.

Não se pode perder de vista o fato de que as notícias de jornal e televisão são semelhantes porque são produzidas por organizações com características e objetivos especiais.

Para mim é óbvio que, em comparação com as notícias dos jornais, os noticiários em televisão não são apenas “mais um”. Apesar de muitas características partilhadas, os jornais e a televisão diferem em vários aspectos fundamentais e, por consequência, tendem a dar forma a percepções públicas e a opiniões de diferentes maneiras. (WEAVER, 2016, p. 398)

A notícia é colhida e escrita por pessoas cuja ocupação a tempo inteiro é colher e escrever notícias. [...] Inevitavelmente, a notícia reflete o *ethos* especializado da comunidade jornalística e é moldada pela sua estrutura e processos, ainda que a intenção da notícia seja dirigir-se e personificar as preocupações gerais do cidadão médio. (WEAVER, 2016, p. 399)

Embora as ponderações de Weaver (2016) acerca das estruturas organizacionais e do *ethos* jornalístico sejam esclarecedoras, passaremos, a seguir, à discussão do papel do factual no telejornalismo e das respectivas contradições entre o factual se apresentar como ponto de partida ou como razão de ser do telejornalismo.

### **6.1 O factual no telejornalismo: apenas o ponto de partida e não a razão de ser**

Segundo Barbeiro e Lima (2002), a reportagem é a principal fonte de matérias exclusivas do telejornalismo. Rezende (2000) descreve cinco formatos para o jornalismo informativo: nota, notícia, reportagem, entrevista e indicador. Reportagem é o formato mais comum utilizado no telejornalismo brasileiro, em especial no telejornal em questão, o *Jornal Nacional*. O autor define a reportagem como a matéria jornalística que fornece um relato ampliado de um acontecimento, mostrando causas, correlações e repercussões. A reportagem é constituída de: *cabeça*, *off*, *boletim*,



*sonoras* (entrevistas) e *pé*, todavia, segundo o autor, a estrutura descrita não é rígida, podendo apresentar ou não os elementos citados.

“Quanto ao assunto tratado, divide-se em dois tipos: factual, relativa a acontecimentos do dia-a-dia, chamada de matéria quente, que requer divulgação imediata, sob pena de perder a atualidade e necessário impacto sobre o público” (REZENDE, 2000, p. 157). Outra tipologia é a reportagem cujo assunto classifica-a como *feature*, referente a assuntos de interesse permanente, que não necessitam do atributo da atualidade, também chamada de matéria fria ou de gaveta. Rezende (2000) faz uma análise comparativa entre telejornais e reconhece que o *Jornal Nacional* e os demais que se concentram em horário nobre da televisão brasileira se atêm ao factual. Sem embargo, o autor ressalva que, por vezes, o telejornal apresenta conteúdos de outros gêneros, como o diversional e o interpretativo.

Embora reconheça o caráter de factualidade dos acontecimentos narrados pelo *Jornal Nacional*, Rezende (2000) faz uma reflexão acerca do que ele denomina como gênero utilitário ou de serviço e compreende que matérias jornalísticas que prestam algum tipo de serviço ao público não se encaixam em um gênero determinado, sequer em uma das categorias, como: informativa e opinativa. Qualquer que seja o formato apresentado de um problema ou fenômeno divulgado pelo telejornal em que haja a intenção de esclarecer, orientar ou mesmo despertar a sua consciência enquanto telespectador tem extrema relevância e interesse público.

Não importa, portanto, que o assunto abordado seja de saúde pública – como evitar uma doença contagiosa –, ligado à área de educação – as propriedades de um método pedagógico – ou que fique no nível trivial de uma receita de um prato regional: o que interessa mesmo é o valor que essa informação possa ter para a audiência. E, às vezes, nem é preciso ir tão longe. A simples divulgação de indicadores meteorológicos ou financeiros ajuda o telespectador a tomar decisões de seu interesse. (REZENDE, 2000, p. 159)

A diferença elementar apontada por Weaver (2016, p. 401) entre o jornal impresso e o noticiário televisivo é que o primeiro se organiza no espaço, enquanto o segundo se organiza no tempo, portanto “é muito mais coerentemente organizada e coesa”. O jornal impresso seria o *menu a la carte*, enquanto o telejornal seria o *table d’hôte*: uma coleção de “estórias” selecionadas e organizadas para serem vistas de forma integral pelo telespectador. “O resultado é que o noticiário televisivo contém muito menos ‘estórias’, e as que contém são cuidadosamente escolhidas devido ao

seu interesse e são apresentadas como um pacote relativamente coerente e integrado” (WEAVER, 2016, p. 401). A partir desse entendimento, o autor esclarece que o noticiário televisivo tende a apresentar interpretação única, unificada dos acontecimentos do dia como um todo. Segundo Weaver (2016), essa interpretação unificada do noticiário televisivo tem impacto na forma como entendemos e elaboramos o que vemos no telejornal, traduzindo os acontecimentos do dia como bons, maus, promissores, desencorajadores, dramáticos, aborrecidos ou qualquer outra interpretação. Quando isso acontece, estamos pensando do mesmo modo que o telejornalismo. E, quanto a esse aspecto, há uma diferença significativa entre o jornal impresso e o televisivo: no primeiro, os acontecimentos raramente têm uma identidade temática tão clara.

Contraopondo a ideia de que a notícia da televisão seja ligeira, superficial e não sofisticada, em comparação com a notícia do impresso, Weaver (2016) reconhece que há uma oposição no que comum e habitualmente estamos acostumados a pensar:

Contudo, a realidade é exatamente o oposto, como se prova olhando os “guiões” de apenas algumas pequenas histórias filmadas. Atendendo ao fato de que a “estória” de jornal é mais longa e contém mais dados em bruto, a verdade é que vulgarmente é a “estória” de televisão a mais analítica, a mais consistente, bem como a que mais insistentemente vai além da superfície dos acontecimentos para evidenciar as tendências e os significados dos assuntos da atualidade. A que consegue expor de forma mais integrada e coerente as descobertas do repórter, e a que constitui o meio mais flexível e sofisticado de repertório. (WEAVER, 2016, p. 402)

Em um primeiro momento, a noção de noticiário televisivo, apresentada pelo autor como um tipo de jornalismo mais denso e completo que o jornal impresso, parece equivocada. Mas o autor apresenta elementos e argumentos para que consideremos a pertinência de seu pensamento. No noticiário televisivo, informações, narrativas, som e imagens são selecionados e organizados para ilustrar o tema e fornecer o desenvolvimento necessário. Ao contrário do que, em regra, pensamos, Weaver (2016, p. 403) é enfático ao sustentar que os acontecimentos jornalísticos, entendidos como os *happenings* jornalísticos, “são apenas a ocasião da notícia televisiva, não a sua *raison d’être*”, ou seja, sua razão de ser. O pensamento do autor vai em uma contracorrente, ao passo que ele reconhece que um número significativo de notícias televisivas, em regra, dramatiza, coloca em evidência ou trata os acontecimentos como “epifenômenos de fenômenos” (WEAVER, 2016, p. 404).

Várias conclusões emergem das diferenças estruturais entre a notícia de jornal e a de televisão. Uma conclusão, evidentemente, é que a notícia de televisão é uma forma muito mais flexível e intelectualmente moldável do que a variedade do jornal: mais “interpretativa”, menos influenciável pelo fluxo diário de acontecimentos e menos submetida à estrita perspectiva temporal do jornal, que é de apenas um dia. Se a televisão faz uso adequado desta capacidade ou a desperdiça, essa é outra questão. (WEAVER, 2016, p. 404)

Diante das palavras e da reflexão do autor, temos de reconhecer que esta é outra forma de compreensão da televisão. A noção de que o acontecimento e sua característica de factualidade seja o ponto de partida do noticiário televisivo nos agrada, e parece-nos interessante o contraponto que Weaver (2016) faz quando afirma que, se, por um lado, os acontecimentos – e as características de factualidade que estão implícitas neles – são apenas a ocasião da notícia televisiva, por outro, parece plausível que não sejam a razão de ser do telejornalismo.

Diante do exposto acerca da Teoria do Agendamento (Capítulo 2), da Teoria do Enquadramento (Capítulo 2), dos aspectos históricos e das regras operativas da televisão e do telejornalismo (Capítulo 3), dos princípios jornalísticos (Capítulo 4), da historicização sobre o *Jornal Nacional* e as perspectivas de Bonner (2009) acerca do telejornal (Capítulo 5) e das reflexões sobre o factual no jornalismo e no telejornalismo apresentadas nesse capítulo, apresentaremos a seguir o fenômeno do consumo do *crack* e as implicações sociais do uso da droga.

## 7 Geopolítica dos impactos sociais e de saúde a partir do consumo do *crack*

De acordo com Llistó (2011), o uso, o abuso e a dependência de drogas, nas dimensões atuais, são problemas da maior gravidade que as sociedades ocidentais modernas têm enfrentado. A autora enfatiza que o uso de drogas afeta todos os setores da população, com repercussões dramáticas na esfera individual, familiar, social e no que diz respeito à economia.

Por tomar como ponto de partida as reportagens veiculadas no *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack*, este trabalho busca compreender o conceito, o contexto de surgimento e de evolução da droga, num prisma plural e multifacetado, incluindo as diferentes formas de olhar para a droga. Na perspectiva das ciências médicas, há 25 anos, o vício em *crack* se transformou em um dos principais problemas de saúde pública no mundo, inclusive no Brasil (LARANJEIRA; RIBEIRO, 2012).

O *crack* é elaborado a partir do pisoteio de folhas de coca, juntamente com querosene, ácido sulfúrico diluído e bicarbonato de sódio. É uma droga de coloração branca, primariamente consumida como uma pedra fumada em cachimbo, lata de refrigerante ou copo plástico. Os cristais, expostos ao fogo, estalam, daí a denominação: *crack*.

O conceito de droga é extremamente polissêmico. Seus significados abrangem tudo que se ingere e que não constitui alimento, embora alguns alimentos também possam ser designados como drogas: bebidas alcoólicas, especiarias, tabaco, açúcar, chá, café, chocolate, mate, guaraná, ópio, cânhamo, assim como inúmeras outras plantas e remédios. (CARNEIRO, 2005, p. 5)

É importante descrever e conceituar o *crack*, mas é imprescindível localizar o uso da droga no âmbito social e cultural. MacRae (2010) citado por Carneiro (2005) circunscreve o conceito da droga com base em configurações e significados socioculturais de determinado contexto histórico. Assim, o conceito de qualquer droga – e neste trabalho nos debruçamos sobre o *crack* – é construído socialmente em consonância com processos sociais e históricos de cada sociedade.

Na contemporaneidade, o *crack* é interpretado, simbolicamente, em uma posição diferenciada das outras drogas. Ele é compreendido socialmente como o responsável pela maioria dos problemas de nossa sociedade, [...] não entrando nas pautas de discussão veiculadas pelo governo, dentre outros setores da sociedade. (SAPORI; MEDEIROS, 2010, p. 15-16)

Isso indica que o *crack* é considerado droga ilícita e seu consumo é compreendido como problema social,<sup>53</sup> mesmo que o tema do vício em *crack* ainda não tenha sido inserido na agenda das pessoas como problema de saúde pública, cuja maior ênfase recai sobre violência e criminalidade. Há divergências, portanto, entre autores no que concerne a esse enquadramento. Se, para o governo, foram implantadas políticas públicas na área de saúde para conter ou combater o problema do *crack*, por outro lado, o discurso da mídia – em especial o do telejornal objeto desta pesquisa – tergiversa sobre o tema.

Albuquerque (2010) retoma o conceito de consumo para compreender o lugar do *crack* nas sociedades contemporâneas. Para isso, busca em Zygmunt Bauman<sup>54</sup> um feixe teórico para analisar a questão do consumo das drogas. Albuquerque (2010, p. 17) defende que uma das categorias importantes para análise do *crack* é o consumo: “a chamada ‘síndrome consumista’ se configura como uma resposta ao vazio dos cidadãos, que procuram, em uma profusão de narrativas ‘disponibilizadas no mercado’, o preenchimento de suas angústias e referenciais”. Assim como roupas, carros e outros objetos assumem o papel de mercadorias alternativas aos problemas da vida contemporânea, as drogas desempenham essa mesma função.

E é no contexto de problemas sociais que se insere o consumo do *crack*, droga que tem chamado a atenção tanto dos meios de comunicação quanto das instituições públicas e da sociedade. De acordo com Albuquerque (2010), há uma tendência discursiva na mídia de associar o vício em *crack* à destruição de lares e à violência, reforçando o estigma da droga como personagem ou sujeito provocador de problema social. Se iniciarmos uma tentativa de observar o consumo do *crack* cronologicamente em relação a outras drogas, as décadas de 1960 e 1970 foram os anos da maconha

---

<sup>53</sup> Segundo Maurício Fiore (2005), problema social está relacionado ao caráter discursivo e derivacional de contextos históricos específicos, no caso, por exemplo do campo de estudos das drogas.

<sup>54</sup> “A sociedade de consumo tem por base a premissa de satisfazer os desejos humanos de uma forma que nenhuma sociedade do passado pôde realizar ou sonhar. A promessa de satisfação, no entanto, só permanecerá sedutora enquanto o desejo continuar irrealizado; o que é mais importante enquanto houver uma suspeita de que o desejo não foi plena e totalmente satisfeito” (BAUMAN, 2007, p. 106).

e do LSD.<sup>55</sup> Entre os anos de 1970 e 1980, a cocaína passou a ser utilizada por artistas, pessoas de estratos sociais mais abastados, atletas, resultando num crescimento mundial do número de usuários da droga. Nos Estados Unidos, a cocaína foi uma droga estigmatizada por ter como principais usuários as camadas mais populares negras. Foi nesse período que o *crack* surgiu como uma epidemia. “Em meados do ano de 1980, na região caribenha, ocorreram as primeiras fabricações do *crack*. Trabalhadores de refinarias de cocaína descobriram a possibilidade de produção do *crack* a partir de rejeitos e sobras de sua produção” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 26-27). Em uma perspectiva histórica, o *crack* surgiu entre 1984 e 1994, em bairros pobres e marginalizados de Los Angeles, Nova Iorque e Miami. O consumo dessa droga se dava geralmente em grupos, em lugares abandonados e em condições precárias.

Segundo Agar (2003), citado por Albuquerque (2010), três fatores explicam a irrupção do consumo do *crack* nos Estados Unidos: é uma droga de fácil produção, é uma resposta à demanda de consolidação socioeconômica das classes menos favorecidas estadunidenses e reduz custos de produção ao mesmo tempo em que aumenta os lucros de traficantes. Assim, a soma desses fatores configurou uma nova forma de comercialização – em vez de grandes grupos organizados, novas classes sociais se consolidam no comércio pulverizado, característica do modo de produção artesanal e distribuição individual.

Nos anos 80, o *crack* foi estrategicamente correlacionado pela mídia estadunidense aos grupos negros e hispânicos, como se o uso dessa substância atingisse apenas a esses estratos sociais. Porém, como apontado nos estudos de Agar, via-se um panorama muito diferente, pois era notório que diferentes segmentos sociais utilizam a substância. Na contemporaneidade, vemos que o uso do *crack* se difundiu em âmbito global, independentemente de classe social, *status quo*, idade ou opção sexual. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 29)

Segundo esse autor, existem aspectos simbólicos dos impactos sociais e de saúde provados pelo consumo do *crack*. O trabalho de Medeiros (2008 apud ALBUQUERQUE, 2010) demonstra que as imagens negativas criadas sobre o uso do *crack* e o estigma resultante disso dificultam a inserção do usuário de *crack* no

---

<sup>55</sup> LSD é a sigla para a palavra alemã *Lysergsäurediethylamid*, uma das mais potentes substâncias alucionógenas à base de ácido lisérgico, descoberto em 1938 pelo químico Albert Hofmann nos laboratórios Sandoz.

mercado de trabalho. A dificuldade se dá pelos efeitos paranoicos e compulsivos característicos do uso do *crack* e pela imagem depreciativa – configurando o contexto de uma droga destrutiva e perigosa – dos usuários da droga. Para a autora, o uso prolongado da droga reforça o comportamento antissocial, uma vez que as relações dos usuários passam a estar ligadas direta ou indiretamente às possibilidades de acesso à droga.

Em publicação de 2014, o neurocientista Carl Hart explica cientificamente a visão que temos consolidada das drogas. Hart (2014, p. 22-23) questiona, em sua obra, “de que maneira as ideias equivocadas sobre drogas, vício e raça distorcem nossa visão de vidas?”, “por que achamos que o uso de drogas significa vício e que o principal resultado do consumo de drogas é a degradação?”. O autor busca desconstruir o que sabemos sobre as drogas e defende que é importante pensar de maneira crítica sobre a informação apresentada como científica, uma vez que as pessoas, mesmo com boas intenções, podem se deixar enganar. Sobre esse aspecto, Hart (2014, p. 25) ensina que, para compreender assuntos complexos, evitando equívocos e distorções decorrentes de um ou dois casos que talvez não sejam representativos ou típicos, é necessário buscar provas empíricas: “O contrário da prova empírica é a informação episódica, incapaz de nos dizer se as histórias ouvidas constituem discrepâncias ou casos comuns”.

Em regra, associam-se os altos índices de desemprego, por exemplo, ao *crack*. Todavia, para Hart (2014), esses indicadores não sucederam à utilização da droga. Segundo o autor, boa parte do que se sabe ou se tem publicado sobre o assunto tem a ver com o mau entendimento de causas e efeitos. Os discursos circundantes sobre o *crack* responsabilizam a droga pela pobreza, pelo racismo institucionalizado, dentre outras questões que nem sempre aparecem de maneira tão óbvia. Ao retomar a política de combate às drogas estabelecida nos Estados Unidos a partir do governo de Richard Nixon, Hart (2014) assinala que, embora na contemporaneidade o *crack* não seja mais uma preocupação central dos políticos ou dos meios de comunicação, 1/3 dos negros do sexo masculino nascidos depois dos anos 2000 passará pela prisão se não houver a adoção de uma política e compreensão diferenciada.

Nas palavras de Albuquerque (2010), as características psicoativas da droga, o contexto de consumo e o ritual de utilização contribuem para a estigmatização dos usuários de *crack* como indivíduos que não cumprem sua função social na sociedade:

Nessa perspectiva, é possível compreender que os usuários de *crack* são identificados como 'párias' da sociedade e, por falta de alternativa no mercado formal, são levados a optar por um estilo de vida marginalizado. Para sobreviver, eles acabam se inserindo em trabalhos informais ou 'bicos'. Alguns desses usuários acabam se associando ao comércio de drogas e ao crime, não só para suprir necessidades básicas de sobrevivência como também para a manutenção de seu uso. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 32)

Llistó (2011), na mesma perspectiva, salienta o fato de que o foco na medicalização dos usuários de droga, ao desconsiderar as questões individuais e sociais em um contexto socioantropológico, também contribui para etiquetar os indivíduos usuários de drogas segundo estereótipos construídos socialmente e que supõem estigmatização.

É igualmente interessante o registro que Hart (2014) faz com base em suas pesquisas e experiências em laboratório. Segundo o pesquisador, a ansia não é a maior preocupação dos usuários de droga. "Os verdadeiros problemas desses pacientes estavam relacionados, sobretudo, a coisas práticas, como o custo alto da habitação e outras necessidades essenciais" (HART, 2014, p. 248). A partir de sua experiência cultural concreta narrada em sua obra, o autor revela que as pessoas viciadas em drogas não eram movidas apenas pelas drogas. Para além disso, ele identificou que esses indivíduos não eram mais antissociais ou criminosos do que muitas outras pessoas com as quais Hart crescera. Segundo Hart (2014, p. 259), as pessoas não pareciam totalmente dominadas pela ansia de consumir drogas; pelo contrário, elas buscavam recompensas por meio das drogas. E foi a partir de suas pesquisas que o pesquisador constatou em laboratório que, "mesmo em um ambiente com drogas, as pessoas viciadas não são meros escravos da ansia. Elas fazem escolhas racionais".

Observamos que a não realização pessoal, por exemplo, é uma das razões que levam o indivíduo a consumir drogas. Llistó (2011) estudou as estratégias de prevenção ao consumo de drogas a partir do perfil dos consumidores de diferentes substâncias, como cocaína, maconha e drogas sintéticas. A autora constata que o início do consumo de drogas está associado a problemas, como: tentativa de fuga de um presente ocasionado por um passado que desagrada o dependente químico, na busca de superar as dificuldades do indivíduo; algum acontecimento concreto ou o ócio, no sentido de o indivíduo não ter uma ocupação; um ciclo de infelicidade que conduz a um maior consumo e que alimenta ainda mais o quadro de infelicidade; e a



dependência do consumo é vista pelo indivíduo como ameaça aos aspectos satisfatórios da vida ou como maneira de frear alguma circunstância indesejável ou alcançar uma situação da vida que era desejável.

Conforme Hart (2014), os padrões de comportamento reforçados pelos meios de comunicação interferem sobremaneira na forma como compreendemos o uso de drogas, em especial, do uso do *crack*, droga intrinsecamente ligada à economia. Um indivíduo que pertence a um estrato social mais alto e, portanto, com mais acesso a empregos e fontes alternativas de significado, propósito, poder e prazer, além de melhores condições para cuidar da saúde mental, tem menos chances de se tornar viciado. Na mesma perspectiva, atualmente, existe toda uma literatura que contempla a oferta de reforços alternativos e que essa é uma medida muito mais eficaz para o tratamento do vício, se comparada com ações punitivas, como o encarceramento.

Por isso, ainda que os meios de comunicação tenham insistido durante anos em que era iminente a expansão do *crack* para outras classes, a droga nunca chegou a “devastar” os subúrbios afluentes nem a conquistar percentuais significativos de jovens de classe média ou alta. Embora a proporção de pessoas viciadas em *crack* nos bairros pobres fosse baixa, sem dúvida era maior do que na classe média, exatamente como acontece, com outros vícios, entre eles o álcool. O dinheiro às vezes é uma forma de afastar as pessoas das consequências. Além disso, traz consigo mais motivos para se abster. Alguém de status socioeconômico é obrigado a fazer coisas incompatíveis com o estado de intoxicação. Tornar-se um viciado equivale a renegar o próprio nicho social. (HART, 2014, p. 262)

Interessante destacar que Llistó (2011) afirma que os indivíduos manifestam o desejo de abandonar o consumo para melhorar a qualidade de vida e que a maioria deles tem bom conceito de si mesma – quando exclui o fato de usar drogas. A autora constata, ainda, que “Los individuos manifiestan un deseo de consideración social, ligado a su sentimiento de desconsideración social por sus problemas de adicciones. Algunos individuos refieren rechazo social (em ocasiones ligado a racismo)”<sup>56</sup> (LLISTÓ, 2011, p. 129). As considerações de Llistó (2011) dialogam com as de Hart (2014) no que concerne à necessidade que os indivíduos têm de usar substâncias químicas uma vez que os dependentes de droga consideram não terem recebido reconhecimento social e não terem satisfeito suas necessidades básicas.

---

<sup>56</sup> Os indivíduos manifestam um desejo de consideração social, ligado a seu sentimento de desconsideração social pelos seus problemas de dependência. Alguns indivíduos se referem à rechaço social (em ocasiões ligadas ao racismo). [tradução própria]

Ao contrário da cocaína – associada ao prazer que coloca os usuários em uma condição social diferenciada no tocante ao *status* social, quase como algo glamoroso –, o *crack* está associado à imagem de autodestruição, de miséria e de falta de controle, constituindo-se como o “luxo dos marginais”, conforme Albuquerque (2010). Além disso, ao contrário de outras drogas, o *crack* não oferece nenhuma imagem que se associe ao prazer, nem traz o cenário de realização da sociedade capitalista e do mundo consumista, conforme Bauman (2007). Embora especialistas afirmem que a droga não proporciona prazer, provocando o efeito paranoico e negativo, alguns dos usuários entrevistados por Albuquerque (2010) relataram que a droga proporciona “algo muito bom”. Contudo, o autor afirma:

[...] o *crack* é um produto ambivalente, típico da contemporaneidade, pois, ao mesmo tempo que corresponde a uma “pílula mágica” que promove a realização instantânea do prazer, por outro lado, aponta para a inviabilidade de um modo de vida pautado no consumo excessivo de uma substância considerada destruidora. [...] podemos afirmar que o usuário de *crack* é considerado como a escória da sociedade de consumo, pois ele não se adapta ao mundo competitivo do trabalho e restringe sua vida ao consumo e à aquisição do *crack*. Ao mesmo tempo, o usuário se realiza a partir do uso da droga que, metaforicamente, “consome o próprio consumidor”. O *crack* vai além de uma transubstanciação: ele inverte papéis, transformando-se em sujeito, enquanto o usuário passa a ser um objeto consumível. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 33)

Simbolicamente, o consumo do *crack* é compreendido por Albuquerque (2010, p. 35) como parte de uma estrutura que estabelece regras, promove manutenções normativas e mecanismos de exclusão, o que reforça e legitima ainda mais a necessidade de abordagens críticas, transversais e multidisciplinares que ajudem a compreender a problemática social contemporânea que se constitui no fenômeno do aumento do consumo do *crack*.

A pesquisa de Llistó (2011), por exemplo, uniu a perspectiva socioantropológica a partir da escuta da vida do indivíduo e da natureza de suas relações com as substâncias químicas – as drogas – e, segundo a autora, se diferenciou do modelo medicamentoso dominante que “etiqueta y classifica a los sujetos según los estereótipos construídos socialmente, como adictos, drogadictos, toxicómanos, alcohólicos, etc... que se supone um estigmatización” (LLISTÓ, 2011, p.132). A autora é enfática ao assinalar que somente a redução do aspecto médico em benefício de aspectos sociais e emocionais, sob uma perspectiva integral e multidisciplinar, poderia

ter maior eficácia preventiva. Ao contextualizar as ações de prevenção na Espanha, a autora defende que as políticas sanitárias adotadas tendem a reforçar a medicalização do problema sem considerar outros aspectos importantes: sociais, antropológicos e culturais.

### **7.1 O consumo do *crack* no Brasil: droga conhecida pela imprensa e pela polícia**

É importante ressaltar que o Brasil teve diferentes momentos e ciclos no que se refere às drogas e aos problemas ocasionados por elas. A maconha foi introduzida no país por africanos trazidos para o Brasil na condição de escravos e é uma das drogas mais conhecidas e consumidas até os dias atuais, segundo Albuquerque (2010). A cocaína e a heroína constituem outro ciclo importante que contava com o consumo de integrantes da elite brasileira. Inicialmente, a cocaína era comercializada livremente no Brasil. Em 1938, segundo Resende (2008), é que a droga foi proibida. O Brasil iniciou, então, a luta contra as drogas tomando uma série de medidas de intolerância e combate aos entorpecentes.

No Brasil, os registros disponíveis sobre a chegada do *crack* estão vinculados à cobertura da imprensa ou à ação de órgãos policiais. Foi a partir dos anos 1990 que o Brasil tomou conhecimento – com as primeiras apreensões da Polícia Federal – de um tipo de droga de maior impacto social, considerando os efeitos sobre os usuários e o preço relativamente barato e, por conseguinte, de fácil acesso. De 1993 a 1997, segundo Perrenoud e Ribeiro (2012), as apreensões aumentaram em 166 vezes. A geografia do *crack* apresentada pelas pesquisas nas áreas de saúde, por exemplo, demonstra que a droga surgiu, inicialmente, em bairros da zona leste de São Paulo para, depois, avançar para a região da Estação da Luz, conhecida e divulgada nos órgãos de imprensa como *cracolândia*. Um dos fatores que contribuíram para a emergência do *crack* como droga no Brasil foi a correlação de uma droga barata com cenários de exclusão social e repressão policial.

A primeira pesquisa sobre consumo de *crack* no Brasil foi realizada em São Paulo e se constituiu numa etnografia com 25 usuários vivendo em comunidades. O perfil era de “homens, com menos de 30 anos, desempregados, com baixa escolaridade e poder aquisitivo, provenientes de famílias desestruturadas” (PERRENOUD; RIBEIRO, 2012, p. 34-35). O trabalho intitulado *Uso do crack em São*

*Paulo: fenômeno emergente?*, publicado em 1994, revelou que a causa mais frequente de morte entre esses indivíduos era o homicídio. A investigação apontou, ainda, que, dos 131 usuários internados em clínicas para desintoxicação, 18% morreram cinco anos após receberem alta, segundo Perrenoud e Ribeiro (2012). Outro levantamento sobre o consumo do *crack* e os desafios sociais impostos pelo consumo da droga foi realizado em Belo Horizonte por Sapori, Sena e Silva (2010), a ser detalhado adiante. Esse estudo chegou à conclusão de que existe uma relação entre homicídios e *crack*, mas há singularidades nessa relação que devem ser levadas em conta. No Rio de Janeiro e em Porto Alegre, também foram realizadas pesquisas que correlacionaram o número de homicídios ao tráfico de drogas.

Dez anos depois do surgimento da droga no Brasil, houve o anúncio de uma possível redução do consumo de *crack* em São Paulo por parte de instituições ligadas à infância e órgãos de imprensa, de acordo com o que nos esclarece Sapori, Sena e Silva (2010). Acreditou-se nessa hipótese porque, nos Estados Unidos, houve redução do consumo da droga, mas a explicação para a diminuição do uso do *crack* nos Estados Unidos estava creditada ao investimento estadunidense em pesquisa e em políticas públicas. Todavia, ao contrário do que foi anunciado, os levantamentos domiciliares de 2001 e 2005 demonstraram que o consumo de *crack* dobrou no Brasil.<sup>57</sup>

De acordo com a *Pesquisa Nacional sobre o Uso de Crack: Quem São os Usuários de Crack e/ou Similares do Brasil? Quantos São nas Capitais Brasileiras?*, estudos realizados no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 documentaram o consumo de *crack* fora de São Paulo. Um estudo realizado em Salvador, Bahia, relativo a comportamentos sexuais e infecções de transmissão sexual e/ou sanguínea, demonstrou que, na capital baiana, o *crack* começava a ser evidenciado aos olhos da sociedade e dos meios de comunicação.

Apesar do crescimento indicado nos levantamentos, segundo Perrenoud e Ribeiro (2012, p. 35), “nunca existiram políticas públicas específicas para o *crack* e seus usuários, apesar de a demanda ser a que mais cresceu entre as drogas ilícitas

---

<sup>57</sup> O estudo realizado em Belo Horizonte por Sapori; Sena; Silva (2010) no capítulo *A relação entre o comércio do crack e a violência urbana na região metropolitana de Belo Horizonte* assinala que os anos de 1997 a 2005, a capital mineira apresentou índices significativos de homicídios associados ao comércio de drogas ilícitas. Também cabe ressaltar que, é nesse período, que há o que os pesquisadores categorizaram como explosão do mercado ilegal do *crack* na capital mineira.

nos últimos anos”. O consumo passou a estar associado à infecção pelo vírus HIV e à violência contra e entre os usuários de *crack*.

O *crack* começou a ser associado ao crescimento dos indicadores de criminalidade e do número de homicídios, conforme aponta Bruck (2013). O estudo de Sousa et al. (2012) apontou como hipótese principal o fato de que a imagem do usuário de drogas, estigmatizada e carregada de preconceitos, é projetada e reforçada pela mídia. A autora constatou que os usuários têm espaços nos jornais no enquadramento dos modelos prontos, desprovidos de polifonia, com as fontes oficiais com voz garantida e confundida com a voz do próprio jornal, que tem um discurso muito semelhante ao discurso do poder e com crédito de versão fiel do real.

A análise de Acioli Neto et al. (2012) reforça o que Sousa et al. (2012) observou. Ao analisar 283 matérias publicadas em jornais de ampla circulação na cidade de Recife, entre 2007 e 2008, identificaram que os jornais veiculam discursos sobre o *crack* que colocam o usuário em situação de fragilidade e sob forte angústia, o que o torna incapaz de lutar contra a dependência da droga. Por sua vez, as estratégias de tratamento são baseadas na internação, única alternativa para solucionar o problema de uso da droga. E as notícias referentes ao *crack* relacionam a droga com a criminalidade. Portanto, “os sentidos construídos pela imprensa sobre o *crack* parecem ancorar-se na ideia de loucura e violência”. O levantamento feito por Acioli Neto et al. (2012) sobre a mídia não deixa de convergir para a experiência concreta de Hart (2014): “Na minha vida, portanto, ficava perfeitamente claro que o crime nem sempre, ou nem mesmo com frequência, era motivado por drogas, e muitas vezes não se relacionava com elas. A maioria dos meus colegas furtava em lojas, tomassem eles drogas ou não” (HART, 2014, p. 112).

O estudo de Sena (2011) contextualiza a realidade brasileira em que o Estado é clamado por ofertar ou não segurança aos sujeitos sociais e, de outro lado, os sujeitos passam a ser culpabilizados pela condição social na qual estão inseridos, considerando o fato de que, a depender das atividades que realizam, geram uma sociedade violenta e insegura. “Nesse processo parece ser inegável a participação da mídia nacional na construção dessas representações, que se tornaram hegemônicas, e no debate que se seguiu em arenas políticas e sociais das mais variadas nuances” (SENA, 2011, p. 3). A autora se dedicou a estudar a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ao analisar matérias jornalísticas publicadas ao longo de dez anos (2000 a 2010), identificou que a mídia abordou as notícias sobre o *crack* numa perspectiva de

autonomização da droga e vitimização da sociedade. Alicerçado por um discurso polarizado, havia, de um lado, os sujeitos “possuídos” pela droga, portanto violentos e degradados; e de outro, os responsáveis pela situação – os traficantes; e, no terceiro polo, o poder público, representado pela polícia, com prisões, apreensões e combate no contexto de guerra e violência.

Na contramão do discurso midiático, uma pesquisa do Escritório de Estatísticas Judiciais do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, citada por Hart (2014), analisou dados de 1997 a 2004 e constatou que apenas um terço dos presos tinha cometido crimes sob influência de drogas. Hart (2014) critica a mídia na medida em que entende que os meios de comunicação interferem, de forma nociva, na forma como percebemos a realidade social sobre o *crack*:

O estereótipo é que o *crack* costuma levar ao crime, ao transformar as pessoas em predadoras violentas. Num estudo fundamental, foram examinados os homicídios ocorridos em Nova Iorque em 1988, ano em que 76% dos detidos haviam consumido cocaína, segundo resultados dos testes feitos após a detenção. Quase 2 mil homicídios foram analisados. Quase metade deles não estava relacionado a drogas. [...] Devemos ter em mente que esse estudo se realizou em um ano no qual os meios de comunicação estavam cheios de histórias sobre viciados “loucos por *crack*”. (HART, 2014, p. 114)

Outra pesquisa realizada com jornal de grande circulação no território baiano confirma o enfoque reducionista da mídia no tocante às drogas baseado na análise de 97 reportagens publicadas (SOUZA; OLIVEIRA, 2008). Segundo Souza e Oliveira (2008), o jornal associa as drogas com a violência, atribui às substâncias psicotrópicas a responsabilidade pelos crimes, divulgam imagens estereotipadas dos indivíduos envolvidos com drogas, centrando-se basicamente no sexo masculino, de etnia negra e residente em bairros periféricos. Em consonância com o que apresentou Sena (2011) sobre os enquadramentos da mídia, há um registro da ausência do protagonismo feminino no contexto das drogas, caracterizando uma ancoragem no gênero feminino – culturalmente entendido como mais passivo, naturalmente mais dócil, portanto menos propenso a atitudes violentas.

Para Rui (2014, p. 88), não há consenso sobre o caráter epidêmico do *crack* no Brasil e “se trata de um fenômeno que envolve uma série de outros engajamentos e vulnerabilidades que, [...] não se reduzem ao ‘materialismo médico’, embora o integre”. Segundo a autora, o fenômeno do *crack* envolve fatores sociais, econômicos,

políticos, morais, policialescos, legais e urbanísticos. Por isso, a autora questiona o fato de a saúde pública ter se tornado uma das linguagens mais autorizadas para pensar a vida social. Quando se posiciona sobre esse aspecto, a inquietação que a autora nos apresenta é quanto ao conjugado de fatores que o *crack* envolve no tecido social e, contraditoriamente, o fato de que a questão se centra em um polo que é o da saúde pública. Este trabalho não tem por objetivo entrar nessa seara, mas, ao discutir o agendamento e o enquadramento das edições do telejornal, poderá indicar como esse fenômeno vem sendo enquadrado e tematizado na perspectiva da cobertura midiática, e não das políticas de governo.

Sobre esse aspecto, Hart (2014) é enfático ao criticar os meios de comunicação como fonte de desinformação sobre as drogas ao insuflarem histeria no que concerne às drogas, ao utilizarem fontes de informação não adequadas no contexto complexo que é a utilização das drogas. Além disso, o autor não é otimista quanto a uma mudança na cobertura dos meios noticiosos:

Fica parecendo que surge uma “nova droga mortal” quase a cada ano. E invariavelmente se entrevista algum policial ou político, alertando dos riscos que essa droga apresenta para seus filhos. (Naturalmente, não deveria ser um policial nem um político eleito o profissional convocado para educar a opinião pública sobre os possíveis efeitos das drogas). Em geral, depois de passada a histeria, descobrimos que a substância em questão não era tão perigosa quanto se dizia. Na verdade, nem sequer era nova. Mas, a essa altura, novas leis foram promulgadas, impondo penalidades mais duras pela posse e distribuição da suposta droga nova e perigosa. Não sou otimista quanto à possibilidade de que os meios de comunicação venham em breve a mudar sua maneira de informar sobre o tema. As reportagens sobre drogas são *sexy*, e o sexo serve para vender qualquer coisa, de jornais a documentários. (HART, 2014, p. 314)

Os estudos sobre consumo e venda do *crack* compreendem que, a partir do momento que a droga começa a se disseminar, redes de conexões entram em funcionamento de forma estruturada:

[...] pequenos empreendedores, gerentes e ‘solados’ atuam na venda e circulação da droga. Não sem motivos, a droga é associada à ampliação das situações de risco social e pessoal: aumento da violência e criminalidade, ao fortalecimento de grupos criminosos, ao crescimento do número de moradores de rua, à desagregação familiar, entre outros. (BRUCK, 2013, p. 176)

Essas características guardam semelhanças com o que descrevem Duailibi et al. (2012) quando afirmam que o perfil dos usuários do *crack* corresponde aos indivíduos do sexo masculino, jovens e adultos jovens, com baixa escolaridade, desempregados, provenientes de famílias desestruturadas e de baixa renda. De acordo com os autores, em regra, usuários de *crack* já foram usuários de outras drogas, como álcool, tabaco e maconha. Há também, segundo os autores, um padrão específico do consumo do *crack*:

Entre os usuários de *crack*, o padrão compulsivo de consumo é o mais recorrente, com duração de vários dias e múltiplos episódios, intercalados, muitas vezes, por crimes aquisitivos devido à falta de dinheiro para comprar mais droga e por interrupção condicionada à exaustão física e psicológica. (DUALIBI et al., 2012, p. 44)

Essas características de consumo da droga explicam os riscos a que estão expostos os envolvidos com o consumo do *crack*: os efeitos da droga em si, a violência própria do crime de tráfico e o de viverem, em regra, nas ruas.

Conforme Bruck (2013; 2015), apesar de o *crack* já ser uma droga relativamente conhecida no Brasil, ainda existem mitos e muito desconhecimento sobre os aspectos que a envolvem. Um deles diz respeito aos efeitos, que, na maioria das vezes, se apresentam como um agir sobre o indivíduo usuário da droga. Sobre isso, Duailibi et al. (2012) esclarecem que o maior grau de dependência do *crack* em relação à cocaína, por exemplo, está associado ao uso mais frequente da droga, em maior quantidade e ao fato de o usuário ter mais sensibilidade aos efeitos da substância. A dependência também pode ser mais severa quando os usuários são iniciantes, se comparada à dependência de usuários de cocaína que passam a fazer uso de *crack*.

Por sua vez, o perfil sociodemográfico descrito por Duailibi et al. (2012) do usuário de *crack*, somado ao crescente aumento do consumo e às novas formas de sustento do vício, tem agravado os riscos associados à marginalização, dificultando a adesão aos tratamentos.



[...] pesquisas retratam que o uso de *crack* vem se iniciando em idades cada vez mais precoces, alastrando-se pelo País e por todas as classes sociais, com facilidade de acesso e quase sempre antecedido do consumo de álcool e/ou tabaco. Desse modo, as políticas públicas brasileiras deveriam prevenir o consumo nessas populações, visando primeiramente a instalação e a manutenção de programas efetivos de prevenção de consumo de drogas lícitas e atentando, também à geopolítica das drogas. (DUALIBI et al., 2012, p. 48)

Nappo, Ribeiro e Sanchez (2012) afirmam que a presença do consumo do *crack* entre a população brasileira já caminha para a terceira década e envolve questões de saúde pública. Quando se traça o perfil do usuário de *crack* no Brasil, já descrito, pode-se acrescentar o fato de o indivíduo não ter vínculos empregatícios formais e, em geral, ser isolado socialmente. O isolamento social e físico também é uma estratégia da utilização da droga, que é consumida em locais abandonados, com pouca visibilidade social, com a finalidade de evitar a violência dos meios coletivos, o estigma relativo ao uso. Ao fazê-lo de forma escondida, a população de usuários de *crack* torna ainda mais escondidos e inacessíveis quaisquer tipos de intervenções. Mas a maioria dos usuários opta pelo uso da droga em grupos, aumentando as chances de embates interpessoais, utilização em maior quantidade e riscos de overdose. De acordo com Nappo, Ribeiro e Sanches (2012), ao longo de 20 anos de estudos, percebeu-se a inclusão de mulheres no grupo de usuários de *crack*, e isso faz parte do movimento natural de mudança da droga.

Definida como droga dos guetos – desde seu surgimento, o *crack* é uma droga restrita à população marginalizada tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos –, uma característica persiste desde os anos 1990: os estudos revelam que o *crack* continua sendo uma droga usada por populações em situações de vulnerabilidade. Para Nappo et al. (2012, p. 52), ao longo desses anos, o consumo de drogas é uma importante questão de saúde pública, porque o uso “parece ter se alastrado de forma não mais circunscrita aos guetos, tampouco à população marginalizada”. Os autores sustentam essa afirmação ao apresentar pesquisa realizada em 27 capitais brasileiras entre a população universitária e identificar a presença do *crack* nesse grupo. Além disso, a mídia anuncia a evidência da droga em diferentes contextos sociais, não se restringindo mais a guetos, populações marginalizadas ou à crackolândia.

Esse aspecto é importante uma vez que desvela que, no rol de utilizadores da droga, estão indivíduos pertencentes a outras classes sociais, com diferentes níveis econômicos e de sociabilidade. Embora outras classes também façam uso da droga,

o uso do *crack* – geralmente por longos períodos contínuos – gera o esgotamento físico e psíquico do usuário, levando-o a se abster dos cuidados pessoais básicos, como alimentação, sono e higiene pessoal, independentemente do estrato social ao qual pertence. Desse modo, para além de ser uma droga que não está mais restrita às classes econômica e socialmente marginalizadas, o *crack* tem efeitos negativos na condição geral da saúde física, na deterioração dos vínculos sociais e no envolvimento com atividades ilícitas.

Assim, uma das consequências do uso contínuo é a criminalidade. É comum que usuários de *crack* se envolvam em roubos, sequestros e atividades ligadas ao *crack*, deixando o indivíduo vulnerável em relação à morte. No Brasil, as altas taxas de homicídio são explicadas menos pelos efeitos psicofarmacológicos da droga e mais pelas questões externas: riscos apresentados pelo sistema de venda de drogas. Isso se agrava quando, para arrecadar recursos, a prostituição é identificada, aumentando as chances de contaminação por HIV. Esse dado é importante de ser realçado em função dos constantes estigmas produzidos pela mídia de que o *crack* tem correlação direta com os indicadores de violência pelos efeitos que a droga produz nos indivíduos que a utilizam.

Sapori, Sena e Silva (2010) questionam se o *crack* é uma droga que traz mais violência ou se é responsável pelo aumento das taxas de homicídios em Belo Horizonte. Ao cruzar dados de indiciamento por homicídios com as entrevistas com delegados de polícia responsáveis por setores de narcóticos e entorpecentes de Minas Gerais, ex-usuários de *crack* e traficantes, os autores concluem que a violência é própria das redes de comercialização de drogas ilícitas, e menos dos efeitos psicofarmacológicos da droga. “O caráter de ilegalidade dessa atividade comercial, num contexto de elevada demanda pelo produto por ela oferecido, tende a fomentar situações de conflito resolvidas mediante o uso da força física” (SAPORI; SENA; SILVA, 2010, p. 76). A conclusão dos autores é baseada em um estudo realizado com redes de empreendedores e com bocas de venda de *crack*.

Finalmente, a violência que se verifica nas redes de bocas diz respeito à decisão mercadológica pela venda do *crack*. Tudo o que foi destacado sobre os efeitos farmacológicos, aliado à inserção dessa droga em populações pobres, nos leva a considerar que estamos vivendo uma situação de vitimização dos pobres. A intensidade dos conflitos na rede de bocas é maior do que na rede de empreendedores. O processo de endividamento no comércio do *crack*

tende a ser mais intenso do que no comércio da cocaína em pó, a despeito de o *crack* ser a cocaína na forma de pedra. E tal endividamento mais acentuado resulta dos efeitos farmacológicos singulares do *crack* em relação à cocaína em pó. O *crack* gera consumidores mais compulsivos e, conseqüentemente, mais endividados, conforme é relatado pelos traficantes entrevistados. O “derrame” da droga acaba sendo mais frequente na rede de bocas do que na rede de empreendedores. Os dados obtidos permitem-nos concluir, então, que o mercado do *crack* tende a disseminar a violência nas regiões onde predomina, incrementando a incidência de roubos e principalmente de homicídios. Em outros termos, o tráfico do *crack* tem o potencial de gerar epidemias de homicídios. (SAPORI; SENA; SILVA, 2010, p. 78)

Com o fim de caracterizar o usuário de *crack*, recente pesquisa da Fiocruz e publicada na *Pesquisa Nacional sobre o Uso de Crack: Quem São os Usuários de Crack e/ou Similares do Brasil? Quantos São nas Capitais Brasileiras?* demonstra que há um predomínio de usuários não brancos nas cenas de uso, ou seja, cerca de 20% dos usuários de *crack*/similares no Brasil eram de cor branca. A pesquisa cita o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assinalando que os não brancos constituíam aproximadamente 52% da população brasileira. A analogia feita por essa pesquisa é que há uma sobre-representação de pretos e pardos em contextos de vulnerabilidade social e, nesse contexto, no uso de *crack*.

No que corresponde à moradia, 40% dos usuários de *crack* no Brasil se encontravam em situação de rua. A pesquisa ressalva que isso não significa que esse contingente esteja necessariamente morando nas ruas, mas que passa parte significativa do seu tempo nas ruas. No Brasil, 74,9% usam o cachimbo para fumar a pedra do *crack*, 51,8% usam latas de refrigerantes e cervejas e 28,3% relataram fumar as pedras em copo plástico, segundo pesquisa da Fiocruz (2014). Além disso, uma das características do consumo do *crack* é o compartilhamento desses objetos, o que gera impacto no usuário no tocante à transmissão de doenças por compartilhamentos, como: hepatites virais e HIV. Nas capitais, o consumo médio é de 16 pedras por dia por usuário, enquanto que, no interior, 11 pedras são consumidas diariamente.

Rui (2014) avalia o cenário brasileiro a partir do advento do consumo do *crack* e sua disseminação, configurando a expressão máxima e contemporânea dos problemas sociais do Brasil. Em seu estudo etnográfico a partir dos programas de redução de danos nas cidades de São Paulo e Campinas, a autora apresenta, de forma articulada, os efeitos do uso da substância e os processos sociais imediatos de rejeição não apenas à droga, mas também aos seus usuários. Adriana Prates (2013

apud RUI, 2014) afirma que há uma sensação de *déjà vu* nas similaridades entre o advento da epidemia de Aids e da igual suposição para o *crack*, pois ambas mobilizaram o governo a financiar pesquisas, dialogar com estudiosos, incentivar estratégias comunitárias e, ainda, favorecer a estratégia de redução de danos como legítima para abordar as questões mencionadas. Essas epidemias revelariam o potencial de cidadania e de mobilização em determinados contextos.

Para Rui (2014), os programas de redução de danos (PRD) são uma forma diferente de o Estado entrar em contato com uma população que, ao longo da história brasileira, foi fundamentalmente vista ora como problema legal ou policial, ora sob viés moral. Assim, o abuso de drogas passa de um problema de segurança pública, de clínica psiquiátrica ou de desvio individual para uma questão de saúde pública. O antes delinquente passa a ser paciente, propondo a prevenção coletiva ordenada pelo poder público. O que antes era desvio e dependência passa a ser risco sanitário, conforme explicita Rui (2014, p. 79): “inscrevendo-os no espaço público como um objeto de política”.

Rui (2014) considera importante a definição do termo saúde pública:

[...] nota que a saúde pública parece ser constituída por um descompasso: ela é frequentemente criticada pelo controle que exerce sobre os corpos e condutas (seguindo uma leitura possível, mas enviesada, do trabalho de Michel Foucault em torno das noções de biopoder) e, no entanto, quando observada e descrita empiricamente, ela aparece, na maioria das vezes, falha, precária, ineficaz e distante. Longe de ser uma contradição, segundo o autor, mais fértil é notar que a saúde pública se constitui precisamente desses arranjos discordados, se elaborando de modo cambaleante entre a retórica e o pragmatismo. (RUI, 2014, p. 79)

A despeito de ser ou não uma questão somente de saúde pública – e esse posicionamento não torna as políticas públicas menos importantes para nosso trabalho –, nossa intenção de investigação busca uma compreensão que envolve as ciências sociais, as ciências médicas, a psicologia e a política, a partir do que é produzido midiaticamente num contexto de construção social da realidade, conforme Tuchman (1978).

Estudos em jornalismo apontam para o entendimento de que a notícia tem papel importante na construção social da realidade (CORREIA, 2012). Nessa perspectiva, a atividade jornalística e os enunciados produzidos a partir dela não se limitam à reprodução da realidade; ao contrário, contribuem para a construção social

dessa realidade. Assim, o jornalismo e o produto da atividade dos jornalistas, portanto, as notícias, intervêm nas condições e no modo como a realidade é percebida. Os jornalistas não são observadores passivos. São construtores ativos da realidade a partir de elementos como a linguagem e a organização da apresentação dos acontecimentos, considerando o fato de que esses elementos não são neutros ou inocentes. O que Correia (2012) esclarece é que os meios de comunicação constroem representações e relatos da realidade com base nas configurações e convenções a que estão submetidos os jornalistas e a atividade jornalística, a saber, os constrangimentos organizacionais e as regras operativas de cada meio e da atividade jornalística propriamente dita, por exemplo.

Na prática cotidiana de produção de notícias, o jornalismo fornece enquadramentos do mundo que permitem ao cidadão integrar a novidade constante nos esquemas cognitivos moldados pela vida cotidiana. Neste sentido, desempenha uma difícil função social, a tarefa de traduzir conhecimentos de fontes especializadas de acordo com as competências da audiência, gerando um tipo de conhecimento exotérico sintonizado com o mundo da vida. (CORREIA, 2012, p. 101)

Para Berger e Luckmann (2004, p. 11), “a realidade é construída socialmente”, e a sociologia do conhecimento tem a tarefa de analisar de que forma isso se dá. É precisamente esse “conhecimento” que constitui o tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir. “A sociologia do conhecimento, portanto, deve tratar da construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 30). Os autores reconhecem a relatividade social das questões da realidade e do conhecimento. Assim, o que é real para uns pode não ser para outros. Da mesma forma, o conhecimento do criminoso é diferente do conhecimento do criminalista.

Para esta pesquisa, interessa, portanto, reconhecer que o que é produzido pelos jornalistas sobre os impactos sociais e de saúde a partir do consumo do *crack* é fruto de uma ou mais interpretações que, subjetivadas, passam a ter sentido e dar coerência ao mundo. “A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 35).

Não obstante essa perspectiva da coerência do mundo, no Capítulo 2, mencionamos o fato de que a interpretação da realidade se dá a partir de quadros – *frames* – à luz da Teoria do Enquadramento. Convergindo para essa noção, Berger e

Luckmann (2004) assinalam que a apreensão da vida diária se dá em uma realidade ordenada:

A realidade da vida cotidiana aparece já objetivada, isto é, constituída por uma ordem de objetos que foram designados como objetos antes de minha entrada na cena. A linguagem usada na vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado para mim. (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 38)

Portanto, a noção de que o jornalismo empresta sentido à vida cotidiana dos indivíduos, bem como de que os jornalistas, com seus repertórios e regras operativas da atividade jornalística, constroem a realidade social, indica caminhos para a análise do fenômeno que pretendemos observar para compreender como se dá o processo de agendamento e enquadramento do *Jornal Nacional* em pautas sociais complexas, valendo-nos da análise da cobertura jornalística do *Jornal Nacional* perante o progressivo avanço do consumo do *crack* no Brasil

Na Parte II, a seguir, apresentaremos os procedimentos metodológicos e as etapas de produção deste trabalho, seguidos de descrição, análise e triangulação metodológica dos resultados obtidos.

## PARTE II

### 8 Procedimentos metodológicos

O percurso teórico-metodológico adotado nesta tese para identificar o processo de agendamento e enquadramento jornalístico da pauta do *crack* na cobertura jornalística do telejornal de maior audiência da televisão brasileira – o *Jornal Nacional* – compreendeu procedimentos analíticos quantitativos e qualitativos. Por vezes, a pesquisa quantitativa nas ciências sociais aplicadas não é tão valorizada por ser considerada reducionista. Na realidade, todo procedimento analítico, seja ele quantitativo ou qualitativo, tem, em certa medida, um caráter reducionista.

Inicialmente, a escolha do telejornal deveu-se ao fato de ser o de maior audiência e, em um segundo momento, identificamos que, no Brasil, até o momento, não foram realizados estudos aprofundados que conjugam os conhecimentos da área de comunicação e saúde, especificamente sobre o consumo do *crack* no meio televisivo. Alcançamos e abordamos pesquisas significativas com esse mote na mídia impressa, todavia a televisão – meio de comunicação mais acessível e com maior penetração na sociedade brasileira, que cumpre a função primeira de informar a população, de acordo com a PBM 2015 – ainda carece de investigação no que concerne a essa temática.

Com o objetivo de melhor compreender o processo de agendamento e enquadramento jornalístico adotado na cobertura da pauta do *crack* no Brasil e suas implicações sociais, partimos para uma análise cuidadosa de quais procedimentos analíticos deveriam ser utilizados para alcançar os objetivos propostos deste trabalho. Perdendo de vista a rotineira confusão conceitual entre metodologia, método e técnica, este trabalho parte das inquietações iniciais e evolui a partir de leituras feitas e pré-análises da fase inicial da pesquisa.

O projeto inicial aprovado na seleção de doutorado previa estudar as reportagens do *Jornal Nacional* que tinham sido veiculadas com a temática da internação compulsória de usuários de *crack*. Entretanto, no decorrer da pesquisa, identificamos que o problema do consumo do *crack* no Brasil era muito mais complexo: entendemos, então, a necessidade de ampliar a mostra e incluir na análise o que havia sido veiculado sobre a droga – *crack* – nos últimos cinco anos no telejornal, considerando a importância do *framing temporal* das reportagens veiculadas a partir

da perspectiva teórica de McCombs (2006; 2009), que considera o agendamento como um efeito da mídia no médio e no longo prazo. Portanto, em um processo de construção do problema de pesquisa, retornamos à questão primeira do *crack* – o consumo da droga e suas implicações sociais – no telejornal. Entendemos que tratar da cobertura sobre a internação compulsória de usuários de *crack* sem, antes, compreender a dinâmica informativa do *crack* propriamente dita no telejornal seria dar um passo largo sem subsídios anteriores, o que poderia representar um ponto de fragilidade investigativa. Esse procedimento de retorno e de evolução da pesquisa é explicado por Conway e McKeley apud Stumpf (2006, p. 53): “[...] os problemas de pesquisa não se materializam do nada, eles evoluem com o próprio indivíduo”.

Os procedimentos metodológicos envolveram as seguintes etapas de pesquisa: **Etapa 1 – Pesquisa exploratória de teoria; Etapa 2 – Revisão bibliográfica; Etapa 3 – Pesquisa exploratória de coleta de dados; Etapa 4 – Análise de conteúdo; Etapa 5 – Entrevistas; e Etapa 6 – Triangulação metodológica da teoria e triangulação metodológica entre métodos.**

### **Etapa 1 – Pesquisa exploratória de teoria**

Nessa etapa, utilizamos a pesquisa exploratória para identificar estudos já existentes e publicações disponíveis sobre o tema deste trabalho com vistas à familiarização com o fenômeno a ser investigado. A pesquisa exploratória também foi levada em conta no levantamento das reportagens sobre o consumo do *crack* e suas implicações produzidas e veiculadas pelo *Jornal Nacional* no período de 2012 a 2017 para identificar elementos de repetição, ausências e possíveis categorias a serem observadas mais detidamente.

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas. (GIL, 2008, p. 27)



Assim, a etapa 1 consistiu na busca de autores, pesquisas e estudos que orientassem quanto ao fenômeno a ser estudado. Essa etapa foi fundamental para que pudéssemos avançar na construção dos prismas teóricos a partir da etapa 2.

## **Etapa 2 – Revisão bibliográfica**

Essa etapa consistiu na construção de um escopo teórico que orientasse quanto a teorias, abordagens de pesquisa que pudessem servir como “feixes de luz” sobre o objeto de estudo empírico desse trabalho.

O levantamento bibliográfico não foi feito de forma linear. Como pondera Stumpf (2006, p. 53), dissertações e teses seguem uma forma típica que, por vezes, obedece a uma linearidade: “No entanto, a revisão da literatura, embora tenha um lugar certo no projeto e no relatório de pesquisa, precede até mesmo a definição do problema e acompanha constantemente o trabalho”. Esta foi uma característica deste trabalho: o percurso de leituras foi contínuo e, em diferentes momentos da elaboração desta tese, foram acrescentadas reflexões teóricas que poderiam contribuir com a perspectiva teórica-metodológica a ser adotada à medida que leituras, interpretações e inferências tomavam forma.

## **Etapa 3 – Pesquisa exploratória de coleta de dados**

Concomitante à etapa 2, percebemos a necessidade de mapear os dados que envolvem o fenômeno estudado – a cobertura jornalística do *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais decorrentes do uso da droga.

Essa fase consistiu na pesquisa exploratória de coleta de dados, em que identificamos a disponibilidade de conteúdo no *site* da Globo Play e definimos o recorte temporal – 2012 a 2017 – do telejornal, incluindo na análise as reportagens veiculadas no *Jornal Nacional* no período de cinco anos. Identificamos 31 reportagens, as quais foram descritas textualmente na etapa 4.

## **Etapa 4 – Análise de conteúdo**

Durante a etapa 2 e a etapa 3, foi necessário manter contato mais próximo com o objeto empírico. Nessa perspectiva, valemo-nos dos conhecimentos em análise de conteúdo enquanto método de pesquisa, apropriando-nos do que Henry e Moscovici (1968 apud BARDIN, 2011, p. 38) esclarecem: “[...] tudo o que é dito ou

escrito é suscetível de ser submetido a uma análise de conteúdo”. Considerando o campo da comunicação, cabe lembrar a passagem:

A análise de conteúdo é um conjunto de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (BARDIN, 2011, p. 37)

O método proposto comporta em si a ideia de tematização, bem como nos fornece elementos para fazer inferências que estão para além dos textos em si, utilizando “[...] a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem” (BARDIN, 1979, p. 46).

A opção pela análise de conteúdo também se deu pelo fato de considerarmos que esse é o método base utilizado pela Teoria do Agendamento proposta por Maxwell McCombs e Donald Shaw, de modo que a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo observado tenha por finalidade a interpretação do fenômeno e a produção de inferências. Segundo Herscovitz (2010, p. 123), ainda que uma parte da humanidade desaparecesse, se ainda existirem livros, revistas, jornais, filme, arquivos com discursos, entre outros, teríamos material suficiente para “interpretar a vida social de uma época”. A autora é enfática ao reconhecer que a análise de conteúdo seria um dos métodos mais eficientes para compreender a civilização a partir da capacidade de fazer inferências sobre os arquivos disponíveis. “Pode ser utilizada para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos” (HERSCOVITZ, 2010, p. 123).

Embora o método já fosse aplicado em outras áreas das ciências sociais, a base teórica da análise de conteúdo da comunicação surgiu nas décadas de 20 e 30 do século XX. A análise de conteúdo da mídia surgiu com um dos pais fundadores dos estudos em comunicação nos Estados Unidos, Harold Lasswell, em 1927. Shoemaker e Reese (1996 apud HERSCOVITZ, 2010, p. 124) esclarecem as possibilidades de compreensão científica a partir desse método: “A análise de conteúdo da mídia, por fim, ajuda-nos a entender um pouco mais sobre quem produz e quem recebe a notícia e também a estabelecer alguns parâmetros culturais, implícitos e a lógica organizacional por trás das mensagens”. Não obstante,

reconhecemos que nenhum método científico produz resultados totalmente objetivos, conforme nos alerta Berger e Luckmann (2004) quando salientam que não existe método científico perfeito. O método científico, porém, que é bem construído e bem conduzido tem mais chances de responder às perguntas propostas de forma mais fidedigna.

Este trabalho levará em conta as abordagens das análises quantitativas e qualitativas. De acordo com Fonseca Junior (2006), a ênfase na análise de conteúdo esteve ligada ao florescimento do jornalismo sensacionalista nos Estados Unidos no final do século XIX.

Ao assumir a perplexidade da sociedade civil diante desse fenômeno, as primeiras escolas norte-americanas do jornalismo adotaram a análise quantitativa de periódicos como critério de objetividade científica. Desencadeou-se, então, um “fascínio pela contagem e pela medida, [...]” chegando-se a mensurar o grau de “sensacionalismo” nos textos da imprensa. (FONSECA JUNIOR, 2006, p. 282)

Apesar da supremacia do discurso da objetividade científica, que se traduz como a busca da precisão dos resultados a partir da identificação de variáveis específicas, entendemos e esclarecemos que esta pesquisa, ao se valer da análise de conteúdo enquanto método, reconhece a importância da análise quantitativa. Ao valorizar a etapa das inferências da análise de conteúdo, entendemos que a análise qualitativa é condição *sine qua non* para a realização deste trabalho.

A análise qualitativa, ao contrário do que os críticos da análise de conteúdo afirmam, é integrante dela, pois, como reconhece Bardin (2011, p. 27), a análise qualitativa “leva em conta a presença ou a ausência de uma característica do conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomada em consideração”. Assim, na análise de conteúdo, a inferência é considerada uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada, amenizando, em alguma medida, o impacto da herança positivista na análise de conteúdo.

Ainda na etapa 4, definimos categorias de análise a partir do material que encontramos na fase de coleta de dados descrita na etapa 3. A análise levou em conta

os 12 meses dos anos de 2012 a 2016<sup>58</sup> e os nove meses do ano de 2017<sup>59</sup>, totalizando 57 meses de análise do *Jornal Nacional*. Ao longo desse período, as reportagens foram acompanhadas pelo *site* do telejornal a partir do cadastro no Google Play que permite acesso a todo o conteúdo do telejornal na íntegra. O procedimento de coleta das reportagens aconteceu da seguinte forma: acessamos o ano de interesse, depois o mês e, em seguida, verificamos cada dia individualmente para identificar a ocorrência de alguma reportagem associada ao consumo do *crack*.

Elaboramos uma planilha no programa Microsoft Excel como forma de organizar e tabular os dados obtidos. Nessa planilha, identificamos o tempo da reportagem, o título e o *link* de acesso para facilitar o trabalho de análise, realizado posteriormente. O levantamento resultou na Tabela 1 que será explorada e descrita posteriormente, no Capítulo 9, referente à análise.

**Tabela 1 – CONTEÚDOS JORNALÍSTICOS VEICULADOS NO JN**

Ano	Unidade de análise	Reportagem	Nota seca	Nota coberta	Chamada
2012	18	12	01	03	02
2013 <sup>60</sup>	13	11	02	00	00
2014	03	03	00	00	00
2015	03	02	00	01	00
2016	00	00	00	00	00
2017	04	04	00	00	00

Fonte: Elaboração própria

Diante dos dados empíricos quantitativos e qualitativos e de inferências iniciais oriundas da etapa 4, reconhecemos a importância de dialogar com as práticas jornalísticas e, portanto, com os jornalistas e especialistas no assunto. Essa necessidade levou à etapa 5, a seguir.

<sup>58</sup> Havia uma expectativa de incluir na amostra os anos de 2010 e 2011 com o objetivo de verificar, a cobertura do tema no início da segunda década do século XXI. Entretanto, o *site* do telejornal disponibiliza de forma irregular o conteúdo nesses dois anos, de modo que não se traduziria numa amostra fiel ao conteúdo veiculado, podendo ser leviano considerar que nesses dois anos não tivesse havido nenhuma cobertura sobre o consumo do *crack* no telejornal.

<sup>59</sup> O ano de 2017 foi analisado até o momento de fechamento do trabalho da tese, uma vez que deveriam ser considerados os prazos de revisão e defesa do trabalho.

<sup>60</sup> Há uma particularidade no ano de 2013 importante de ser mencionada: foi realizada uma série de reportagens sobre o consumo do *crack* por uma equipe de reportagem do *Jornal Nacional* distribuídas em quatro dias do telejornal.

## Etapa 5 – Entrevistas

Diante da complexidade do fenômeno – o consumo do *crack* – e a relação existente entre a realidade social e o jornalismo, buscamos na etapa 5 compreender as interpretações subjetivas a partir dos repórteres que produziram as reportagens. O método de entrevistas (PEREIRA, 2014) foi o que orientou a etapa 5.<sup>61</sup> Buscamos nos orientar a partir de entrevistas de pesquisas com jornalistas conforme nos esclarece Pereira (2014, p. 48) ao analisar as carreiras profissionais dos jornalistas: “Em trabalhos recentes, temos discutido o status da entrevista de pesquisa no jornalismo, em particular em estudos sobre identidade profissional”. Pereira (2014) pondera que o método tem limites e potencialidades como modalidades de investigação do mundo social, sinalizando que o pesquisador necessita ter capacidade de lidar com mecanismos que objetivem e generalizem conclusões.

As entrevistas “revelariam a forma como as pessoas buscam lidar com seus problemas em situações concretas” (PEREIRA, 2014, p. 48). Mas esse método de investigação não deve se desconectar da necessidade de romper com a estrutura do discurso do entrevistado. Por isso, as informações obtidas por meio de entrevistas devem ser confrontadas mediante a utilização de um repertório de categorias de análise. Nesta pesquisa, as categorias de análise foram definidas a partir dos capítulos teóricos que orientaram a construção da metodologia de investigação e da pesquisa exploratória das edições do telejornal. As entrevistas realizadas com os jornalistas que cobriram o consumo do *crack* e suas implicações sociais, portanto, esclareceram aspectos importantes da rotina produtiva e do processo de produção das reportagens. Ao confrontá-las com o material empírico, o resultado pode ser esclarecedor na medida em que o pesquisador compreenda as interpretações subjetivas que os entrevistados atribuem às suas próprias experiências.

Ao analisar as carreiras profissionais, Pereira (2014) explica que as entrevistas devem ser levadas em conta a partir de dois aspectos: a situação de escolha – no caso de um estudo sobre a trajetória profissional – e a contextualização da ocorrência narrada – que são as inferências a partir da análise dos dados da entrevista. Neste trabalho, pretendemos adaptar o trabalho desenvolvido por Pereira (2014) e, no primeiro aspecto, considerar a “situação de produção da reportagem”. Seguiremos os apontamentos feitos pelo autor quanto aos cuidados que se deve ter

---

<sup>61</sup> A íntegra das entrevistas realizadas com os 11 jornalistas responsáveis por cobrirem o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga no *Jornal Nacional* consta nos Apêndices (vide página 409).

na aplicação desse método, como: utilizar categorias de análise com vistas a funcionar como ponto de encontro entre a subjetividade e as generalizações; evitar a descrição demasiada ao utilizar as entrevistas realizadas; desconstruir o discurso do entrevistado e objetivar os dados para produção de resultados generalizáveis; e, por fim, ter cuidado especial com o fato de que o jornalista é um especialista no uso da palavra e, portanto, pode, como jornalista, se antecipar às expectativas do pesquisador e gerir e controlar a sua imagem. Assim, o método de entrevistas de pesquisas com jornalistas pode contribuir significativamente para o trabalho, entretanto, como todo método de investigação, carece de cuidados e controle por parte do pesquisador.

Ainda na etapa 5, entrevistamos por telefone e por *e-mail* 11 repórteres responsáveis por cobrir, para o *Jornal Nacional*, o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga. Embora essas entrevistas tenham sido todas realizadas em 2017, registramos que, na fase de qualificação do trabalho, no ano de 2015, entrevistamos por telefone o especialista em comunicação, jornalista responsável pela chefia da Assessoria de Comunicação da Fiocruz por dez anos e pesquisador na área de Ciência, Mídia e Divulgação Científica, Wagner Barbosa de Oliveira (OLIVEIRA, 2015).<sup>62</sup> O roteiro de entrevista realizada com o jornalista e pesquisador da Fiocruz contemplou questionamentos sobre o agendamento da mídia a partir dos estudos realizados pela Fiocruz sobre o consumo do *crack*, a prática de envio de releases e a relação com o *Jornal Nacional*, por exemplo, em qual temática o assunto se enquadra na perspectiva da Fundação, entre outros questionamentos apresentados nos Apêndices de nosso trabalho.

As entrevistas com os repórteres basearam-se em questionamentos sobre o processo de produção das reportagens, sobre os “ganchos” jornalísticos que justificaram a produção jornalística envolvendo a cobertura do consumo do *crack* e das implicações sociais da droga, sobre os temas de maior importância para o telejornal, sobre em que temática se enquadraria a questão do consumo do *crack*, sobre a experiência dos repórteres com o assunto e como foi o processo de apuração e produção para a realização da cobertura jornalística. Entre outras questões, as perguntas feitas aos repórteres, buscaram compreender se o jornalismo poderia realizar o *advocacy* de temáticas como a do consumo do *crack*, como é feito com a

---

<sup>62</sup> A íntegra da entrevista com Wagner Barbosa de Oliveira (2015) consta nos Apêndices (vide página 487).

cobertura jornalística de outros temas, como câncer de mama, câncer de próstata e prevenção de suicídio.

Consideramos, ainda na etapa 5, que o neurocientista Carl Hart (2017),<sup>63</sup> professor de Psicologia e Psiquiatria da Universidade de Columbia e pesquisador na área de drogas, poderia contribuir com a análise, tendo em vista a abordagem do pesquisador acerca das relações estabelecidas entre a divulgação dos estudos sobre o vício em *crack*. Nossa iniciativa de entrevistá-lo partiu, inicialmente, da leitura da obra *Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas* (HART, 2014) e, posteriormente, da análise da reportagem<sup>64</sup> feita pelo jornalista Fábio Turci – e pertencente ao nosso *corpus* – sobre como a cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos, combateu o consumo do *crack*. A entrevista com Hart (2017) foi feita por videoconferência, pelo aplicativo Skype, durante a qual abordamos especificamente a relação existente entre a cobertura midiática e os usos de *crack*. Essa tessitura metodológica salienta que, neste trabalho, lançamos mão de métodos, bem como de teorias, de acordo com o que identificávamos ser necessário para melhor compreender o fenômeno.

A partir da etapa 5, o trabalho avançou no sentido de buscar uma metodologia que reunisse os dados levantados a partir dos diferentes métodos e nos apoiasse no sentido de que esta pesquisa pudesse se tornar o mais confiável possível. Buscamos, então, compreender o fenômeno na etapa 6, que apresentaremos a seguir.

### **Etapa 6 – Triangulação metodológica da teoria e triangulação metodológica entre métodos**

Apresentaremos a seguir as razões por que adotamos a triangulação metodológica da teoria e a triangulação metodológica entre métodos como última etapa do processo metodológico da pesquisa. Nessa etapa, reunimos as evidências identificadas tanto no que concerne aos marcos teóricos utilizados em nosso trabalho quanto no que tange aos dados identificados na análise empírica da tese.

“Uma evidência que foi triangulada é mais confiável”. A citação do professor de Educação da Universidade de Illinois, nos Estados Unidos, Robert E. Stake, nos fornece, em certa medida, confiabilidade na triangulação metodológica para análise e

---

<sup>63</sup> A íntegra da entrevista com Carl Hart (2017) consta nos Apêndices (vide página 455).

<sup>64</sup> *Crack chegou a Nova Iorque há 30 anos e prefeitura declarou guerra à droga* veiculada pelo *Jornal Nacional* em 27 de maio de 2017.

consideração acerca do fenômeno que estamos estudando nesta pesquisa. Por essa razão, buscamos conceituar a triangulação metodológica a partir de diferentes perspectivas e autores e identificar que tipo de triangulação adotaríamos nesta pesquisa. É certo que todo procedimento de pesquisa tem vantagens e desvantagens. Fígaro (2014) é enfática ao considerar que não existe método certo ou errado. A autora nos esclarece que “há método adequado ao que se quer saber” (FÍGARO, 2014, p. 130). Todavia, a triangulação metodológica assegura que as evidências extraídas a partir da aplicação desse procedimento metodológico tornam-se mais confiáveis em função da combinação de diferentes métodos de pesquisa, diferentes ferramentas de coleta de dados, entre outras possibilidades.

De acordo com Stake (1995) citado por Feuerschütte e Zappellini (2015), o principal desafio de um pesquisador é conferir significado às conclusões obtidas em um estudo científico. O autor considera que a triangulação metodológica é um meio para que o pesquisador compreenda os dados reunidos em uma investigação. Assim, segundo Stake (2011; 2005) citado por Feuerschütte e Zappellini (2015), a triangulação metodológica consiste em um método que utiliza dados adicionais para validar ou ampliar as interpretações feitas pelo pesquisador, adotando diferentes percepções para esclarecer o significado pela repetição das observações ou interpretações.

Denzin e Lincoln (2005) citados por Feuerschütte e Zappellini (2015) conceituam a triangulação metodológica como a combinação de metodologias diferentes para analisar o mesmo fenômeno, de modo a consolidar a construção de teorias sociais, assegurando compreensão do fenômeno em profundidade e garantindo rigor, riqueza e profundidade ao trabalho. Flick (2009) citado por Feuerschütte e Zappellini (2015) acredita que a triangulação metodológica consiste na combinação de diferentes métodos, grupos de estudos, ambientes, períodos de tempo e perspectivas teóricas para a compreensão do fenômeno investigado.

Fígaro (2014) analisa a utilização da triangulação metodológica nas pesquisas em comunicação. Segundo a autora, no campo da comunicação, a triangulação metodológica pode e deve ser utilizada, já que esse tipo de procedimento agrega ganhos efetivos em termos de amadurecimento dos grupos e dos coletivos de pesquisadores. Assim, a triangulação serve à pesquisa, contribuindo para que os resultados alcançados possam ser verificados a partir de variados aspectos: métodos, fontes, espaços, tempos, pesquisadores e teorias diferentes.



Dada a diversidade de autores, perspectivas teóricas e conceitos (STAKE, 1995; DENZIN E LINCOLN (2005); FLICK, 2009 apud Feuerschütte e Zappellini (2015) e FÍGARO, 2014) acerca do que vem a ser a triangulação metodológica, optamos por considerar a triangulação metodológica como um procedimento metodológico que combina diferentes métodos de coleta e de análise de dados, diferentes amostras ou objetos, diferentes perspectivas teóricas e diferentes momentos com o objetivo de conferir significados às conclusões obtidas. Dessa forma, a triangulação metodológica contribui para a compreensão dos dados reunidos em uma mesma investigação, considerando a validação ou ampliação das interpretações feitas pelo pesquisador, a partir da repetição das observações ou interpretações com a finalidade de esclarecer determinado fenômeno.

Denzin e Lincoln (2005) citados por Feuerschütte e Zappellini (2015) buscaram classificar as tipologias de triangulação. O autor distinguiu a triangulação de dados, de investigadores, da teoria e a triangulação metodológica. Assim, a triangulação de dados consiste no uso de diferentes fontes de dados, sem, com isso, utilizar métodos diferentes. O uso de diferentes observadores ou entrevistadores detecta e minimiza eventuais vieses ou tendências do pesquisador, de forma que pessoas diferentes possam examinar a mesma situação e comparar os dados. Na triangulação da teoria, os dados são abordados usando-se perspectivas teóricas e hipóteses diversas. E a triangulação metodológica propriamente dita se divide, na classificação de Denzin e Lincoln (2005) citados por Feuerschütte e Zappellini (2015), em triangulação de métodos – uso de escalas diferentes ou formas distintas de se obter dados – e triangulação entre métodos – combinação de formas de coleta distintas. Stake (1995) citado por Feuerschütte e Zappellini (2015) defende que as múltiplas abordagens do problema de pesquisa em um único estudo servem para iluminar ou anular as influências externas, bem como confirmam as descrições dos dados e as interpretações acerca dos dados.

Ainda sobre a triangulação, Flick (2009) citado por Feuerschütte e Zappellini (2015) esclarece que existem três opções de triangulação: convergência de resultados, complementação, divergência ou contradição. A triangulação de convergência de resultados acontece quando os resultados das pesquisas quanti e qualitativas confirmam parcial ou totalmente uns aos outros; a triangulação de complementação revela que os resultados se concentram em diferentes aspectos da questão de pesquisa e, sendo complementares, permitem visualizar um quadro mais

amplo da realidade investigada; a triangulação de divergência ou contradição acontece quando os dados obtidos por uma metodologia de pesquisa podem ser distintos daqueles coletados com a outra, o que exige novo estudo que esclareça teórica ou empiricamente a divergência e dê conta das razões e motivações por trás dela.

Diante do exposto, compreendemos que a triangulação é uma alternativa para a validação do conhecimento e se coloca como um mecanismo para a construção do conhecimento científico. Segundo Stake (2010), devemos triangular os dados para aumentar a certeza de que interpretamos corretamente as informações levantadas.

Para Stake (2010), na pesquisa qualitativa, o pesquisador triangula as evidências encontradas para observar e interpretar os dados obtidos de mais de um ponto de vista. Nos estudos em administração, a triangulação tem sido utilizada e tem apresentado um duplo ganho: em alguns casos, os administradores tomam medidas a partir de projetos de avaliação externa, considerando que a equipe está mais bem preparada para reunir essas evidências. Isso pode levar os pesquisadores a se sentirem mais confiantes de quem tem o significado correto ou pode fazer que os pesquisadores identifiquem que precisam examinar as diferenças para verificar significados múltiplos importantes.

Assim, Stake (2010) conclui que, se uma descrição é trivial ou inquestionável, há pouca necessidade de triangular; se uma descrição for relevante, mas discutível, há alguma necessidade de triangular; se os dados são evidências de uma afirmação principal, há muita necessidade de triangular; se uma declaração é uma interpretação de uma pessoa, há pouca necessidade de triangular a validade da declaração. Conforme Stake (2010), às vezes, a triangulação ajuda o pesquisador a reconhecer que a situação é mais complexa do que a primeira observação feita. Quando o conhecimento está sendo construído, dois observadores não constroem exatamente da mesma forma. Embora a confirmação completa não seja possível, pode-se compreender o fenômeno estudado a partir de múltiplas visões e garantir que a compreensão não seja enviesada.

Portanto, esta pesquisa sobre como o *Jornal Nacional* agenda e enquadra o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga se baseia na triangulação de teoria e na triangulação entre métodos, tipologias classificadas por Denzin (2013), e adota a perspectiva de que, diante dos resultados obtidos, podemos ter como resultados a triangulação de convergência, de complementação ou de divergência e

contradição (FLICK, 2009 apud FEUERSCHÜTTE; ZAPPELLINI, 2015). O fato de encontrarmos resultados díspares convergentes, complementares ou divergentes em uma mesma pesquisa não nos afasta da possibilidade de compreender o fenômeno e, ao contrário, alerta-nos sobre a complexidade do fenômeno estudado. Embora nossa compreensão seja de que a triangulação metodológica possa conferir um grau maior de confiança dos resultados obtidos, reconhecemos que existem aspectos do fenômeno observado que não foram analisados. Nesse sentido, esclarecemos que esta pesquisa utiliza a triangulação metodológica como forma de entender parte do fenômeno investigado, reconhecendo as potencialidades e as limitações dos métodos utilizados.

A seguir, apresentaremos a **Etapa 4 – Análise de conteúdo** (Capítulos 9 a 12), a **Etapa 5 – Entrevistas** (Capítulo 11 e 12 e Apêndice – vide página 439) e a **Etapa 6 – Triangulação metodológica da teoria e triangulação metodológica entre métodos** (Capítulo 13) com o objetivo de explicar o processo de agendamento e enquadramento da cobertura jornalística do *Jornal Nacional* sobre o consumo do crack e as implicações sociais da droga no período de 2012 a 2017.

## **9 Descrição das reportagens sobre o consumo do crack exibidas no *Jornal Nacional* de 2012 a 2017**

Nesse capítulo, apresentamos a descrição e a análise de conteúdo, conforme Bardin (1979; 2011), de todas as reportagens exibidas no *Jornal Nacional* (JN), da Rede Globo, no período de janeiro de 2012 a setembro de 2017, totalizando 31 reportagens que trataram do consumo do crack e das implicações sociais do consumo do crack. À luz de autores e teorias mencionadas na pesquisa exploratória e na revisão bibliográfica, esta fase do trabalho consiste na **Etapa 4 – Análise de conteúdo**. Essa etapa descreve o material empírico e apresenta a análise de conteúdo das reportagens conforme as categorias elencadas a partir dos prismas teóricos utilizados em nosso trabalho.

### **9.1 Seleção do material analisado**

O *Jornal Nacional* tem, em média, uma hora de duração, considerando os intervalos comerciais. Para o levantamento e mapeamento das reportagens, foi utilizado o aplicativo Globo Play, do site *globo.com*, cuja assinatura foi feita para

permitir visualizar a íntegra da programação do telejornal. Após o *login*, obtivemos acesso ao conteúdo do *Jornal Nacional*, organizado por ano, mês e dia de veiculação das edições. Para visualizar e mapear o material analisado, passamos pelas seguintes telas:

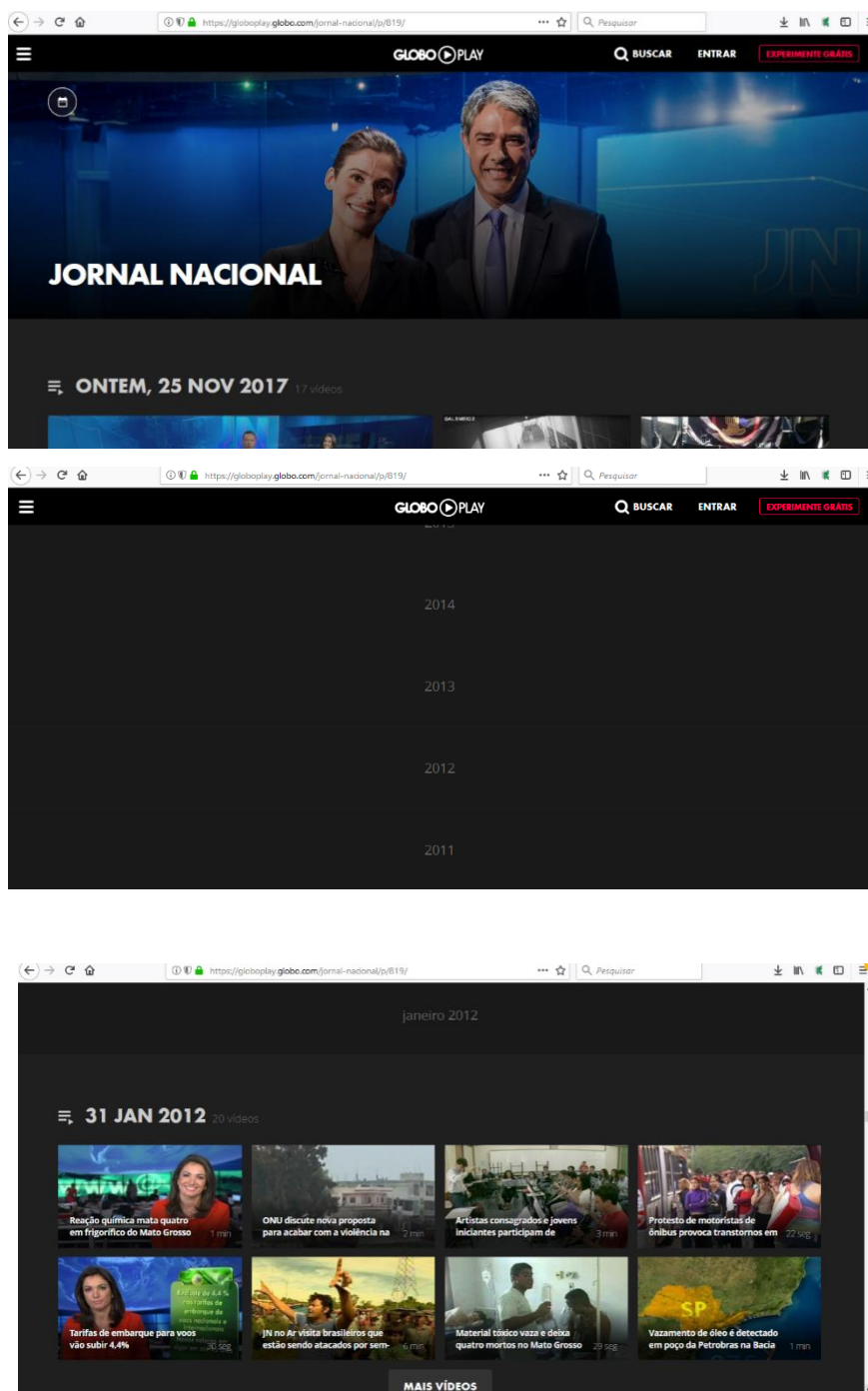
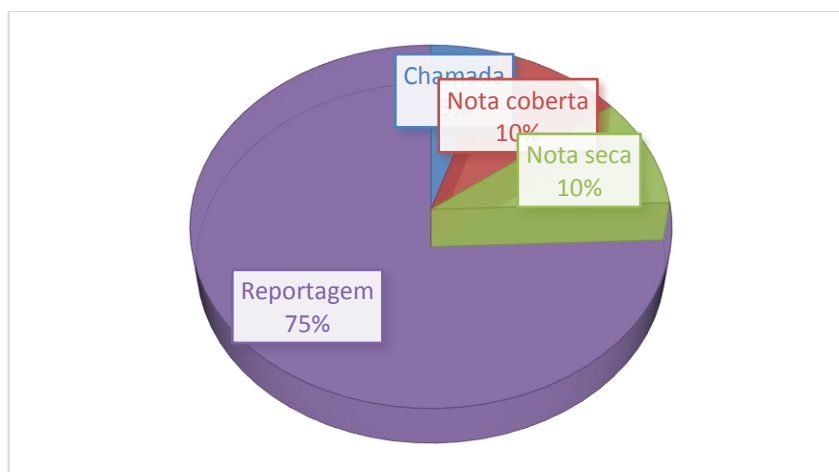


Figura 2 – Telas do JN no site globo.com

A partir disso, acessamos todas<sup>65</sup> as edições do telejornal exibidas no período de janeiro de 2012 a setembro de 2017, o que permitiu verificar a existência de materiais jornalísticos sobre consumo do *crack* e as implicações sociais do consumo do *crack*. A intenção inicial era selecionar os conteúdos jornalísticos veiculados pelo *Jornal Nacional* desde o início da segunda década do século XXI, porém o *site* não disponibiliza o conteúdo na íntegra nos anos que antecedem o ano de 2012. O levantamento resultou em 31 reportagens, quatro notas secas, quatro notas cobertas e duas chamadas, conforme demonstramos na

Figura 3.



**Figura 3 – Porcentagem de conteúdos jornalísticos veiculados no JN**

Fonte: Elaboração própria

Para efeito de análise, interessa-nos o conteúdo das reportagens produzidas pelos repórteres entrevistados nesta tese. Assim, o trabalho considera 19 reportagens, embora as outras 12 sejam levadas em conta como dado quantitativo. Cada reportagem será considerada como uma unidade de análise, conforme orienta Bardin (1979; 2011).

Nos Quadros 7 e 8, apresentamos, a cada ano, as reportagens que registraram o consumo do *crack* e as implicações sociais do uso da droga. Esse quadro foi organizado para deixar em evidência o título que cada reportagem recebeu no *site* do *Jornal Nacional*, a data, a duração e o repórter responsável pelo trabalho.

<sup>65</sup> O dia 1º de junho de 2015, no entanto, não estava disponível durante o período de coleta, o qual foi realizado no mês de setembro de 2017.

**Quadro 6 – Reportagens do JN sobre o consumo do crack exibidas em 2012**

Repórter	Duração	Data	Título
Ismar Madeira	4'14"	24/02	Consumo de <i>crack</i> atinge 90% das cidades brasileiras
Alan Severiano	2'56"	24/02	<i>Crack</i> é responsável por duas internações compulsórias por dia para tratamento em SP
César Menezes	2'30"	02/03	Viciados em <i>crack</i> se espalham por várias regiões de São Paulo
Graziela Azevedo	2'22"	24/03	Crianças e jovens viciados em <i>crack</i> motivam ação especial da Justiça de São Paulo
Eduardo Tchao	3'12"	09/04	Bandos assaltam cidadãos nas ruas do centro do Rio
César Galvão	2'52"	26/07	Intervenção do governo não diminui consumo de <i>crack</i> em São Paulo
César Galvão	2'27"	10/09	Nova cracolândia assusta moradores da zona sul de São Paulo
Giuliano Tamura	1'23"	18/10	Policiais prendem 40 pessoas que vendiam pedras de <i>crack</i> para trabalhadores rurais
André Trigueiro	2'19"	23/10	Prefeitura do Rio anuncia que adultos dependentes de <i>crack</i> terão internação compulsória
Paulo Gonçalves	1'37"	31/10	Sete viciados em <i>crack</i> foram assassinados de madrugada em São Carlos (SP)
Pedro Bassan	2'28"	08/11	Vício do <i>crack</i> faz aumentar número de órfãos e crianças abandonadas no Rio de Janeiro
Pedro Bassan	3'20"	09/11	Novos flagrantes de usuários de <i>crack</i> são registrados no Rio de Janeiro

Fonte: Elaboração própria

**Quadro 7 – Reportagens do JN sobre o consumo do crack exibidas em 2013**

Repórter	Duração	Data	Título
César Menezes	3'07"	23/01	Usuários de <i>crack</i> se misturam aos traficantes e dificultam controle da droga <a href="https://globoplay.globo.com/v/2363656/programa/">https://globoplay.globo.com/v/2363656/programa/</a>
Lília Teles	2'32"	19/02	Adultos dependentes de <i>crack</i> começam a ser internados de forma involuntária no Rio <a href="https://globoplay.globo.com/v/2416092/">https://globoplay.globo.com/v/2416092/</a>
Lília Teles	1'56"	20/02	Usuários de <i>crack</i> do Rio voltam a ser vistos na Avenida Brasil <a href="https://globoplay.globo.com/v/2418240/programa/">https://globoplay.globo.com/v/2418240/programa/</a>
Giulliana Morrone	1'55"	21/02	Homem pede para ser acorrentado para tentar se livrar da dependência do <i>crack</i> <a href="https://globoplay.globo.com/v/2420456/programa/">https://globoplay.globo.com/v/2420456/programa/</a>

Renato Biazzini	2'24"	25/02	Internação compulsória de dependentes de <i>crack</i> completa um mês <a href="https://globoplay.globo.com/v/2427408/">https://globoplay.globo.com/v/2427408/</a>
Bette Luchese	4'28"	20/05	Vício do <i>crack</i> alcança índios em aldeia do Amazonas <a href="https://globoplay.globo.com/v/2585960/">https://globoplay.globo.com/v/2585960/</a>
Bette Luchese	3'37"	21/05	<i>Crack</i> também faz vítimas entre trabalhadores das lavouras <a href="https://globoplay.globo.com/v/2588271/programa/">https://globoplay.globo.com/v/2588271/programa/</a>
Bette Luchese	3'29"	23/05	<i>Crack</i> causa dependência em garimpeiros do Sertão Baiano <a href="https://globoplay.globo.com/v/2592683/programa/">https://globoplay.globo.com/v/2592683/programa/</a>
Bette Luchese	5'07"	24/05	Brasil é o maior consumidor de <i>crack</i> do mundo, segundo estudo da Unifesp <a href="https://globoplay.globo.com/v/2594935/">https://globoplay.globo.com/v/2594935/</a>
José Roberto Burnier	2'40"	20/09	Filhos de viciadas em <i>crack</i> já chegam ao mundo com muitos problemas <a href="https://globoplay.globo.com/v/2838464/">https://globoplay.globo.com/v/2838464/</a>

Fonte: Elaboração própria

**Quadro 8 – Reportagens do JN sobre o consumo do crack exibidas em 2014**

Repórter	Duração	Data	Título
Renato Biazzzi	2'31"	14/01	Dependentes químicos vão ganhar emprego, hospedagem e alimentação em SP
Fábio Turci	2'	16/01	Dependentes de crack têm primeiro dia de trabalho em projeto de São Paulo
Zileide Silva	2'20"	21/08	Ex-viciado abre mão do dinheiro para se livrar do crack

Fonte: Elaboração própria

**Quadro 9 – Reportagens do JN sobre o consumo do crack exibidas em 2015**

Repórter	Duração	Data	Título
Jonas Campos	2'36"	20/06	Especialistas apontam que o crack é um dos maiores responsáveis pela violência no RS
César Galvão	1'	01/12	Polícia prende 11 suspeitos de abastecer crackolândia em São Paulo

Fonte: Elaboração própria

**Quadro 20 – Reportagens do JN sobre o consumo do crack exibidas em 2017 (janeiro a setembro)**

Repórter	Duração	Data	Título
Alberto Gaspar	2,35'	18/01	Na crackolândia de São Paulo, a madrugada foi de violência
César Galvão	3'	22/05	Polícia desmonta crackolândia de SP, mas usuários de crack voltam
José Roberto Burnier	3'30"	25/05	Prefeitura de SP e MP discutem ações na crackolândia
Fábio Turci	1'58"	27/05	Crack chegou a Nova Iorque há 30 anos e prefeitura declarou guerra à droga

Fonte: Elaboração própria

Em 2015, fizemos contato com o setor Globo Universidade<sup>66</sup> das Organizações Globo, que se define como responsável por fazer a interlocução entre as pesquisas nas universidades e a empresa. Após preencher os formulários solicitados, encaminhar parte do texto da qualificação da tese e um roteiro de possíveis perguntas

<sup>66</sup> O contato foi feito inicialmente via formulário preenchido no *site* <https://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/o-globo-universidade.ghtml> – acesso em 14 dez. 2015. Posteriormente, foi feito contato via *e-mail* com o membro da equipe Juan Crisafulli que manteve contatos telefônicos.



ao responsável, Juan Crisafulli, identificamos limitações quanto à atuação do setor, pois, nas inúmeras tentativas de contato via *e-mail* e por telefone, o responsável informava não ter, até aquele momento, obtido qualquer resposta efetiva e concreta da gestão das Organizações Globo quanto à concessão de entrevistas para a tese.

Diante da dificuldade em conseguir formalmente, via setor responsável, o contato e a realização das entrevistas com os repórteres, foi necessário construir outro caminho de contato. Para tal, utilizamos a rede social Facebook e *e-mails* institucionais obtidos em pesquisas realizadas junto a profissionais da emissora. Por exemplo, em outubro de 2017, fizemos contato com a universidade em que o repórter Ismar Madeira atua como coordenador do curso de Jornalismo e, então, iniciamos o trabalho de garimpo de contatos e tentativas de entrevistas. Esse contato, seja por Facebook, seja por *e-mail*, consistiu em explicação, concisa e objetiva, do trabalho de doutoramento e da necessidade de entrevistar cada repórter, sugerindo que isso fosse feito por telefone, *e-mail* ou Skype.

No Quadro listamos os repórteres que concederam entrevista por telefone ou por *e-mail*, os que, mesmo contatados, se negaram a dar entrevista e aqueles contatados via *e-mail* institucional, mas que não responderam. No Quadro 12 incluímos também os casos em que não foi possível fazer contato com o repórter.

**Quadro 11 – Repórteres entrevistados e não entrevistados**

Nome do repórter	Cargo ocupado	Forma de realização da entrevista <sup>67</sup>
Ismar Madeira	Repórter especial	Por telefone
Giuliano Tamura	Repórter	Por telefone
Graziela Azevedo	Repórter	<i>E-mail</i>
César Menezes	Repórter especial	<i>E-mail</i>

<sup>67</sup> N/A1: o contato foi feito por Facebook e, posteriormente, por *e-mail*. Não aceitou conceder entrevista porque considerou não se recordar com detalhes do processo de produção e do contexto, pois a reportagem foi exibida em 2012. Mesmo com a indicação do *link*, o repórter considerou a dificuldade do tempo em que a reportagem fora exibida; N/A2: o contato foi feito via Facebook a partir do aplicativo Messenger. A repórter especial chegou a aceitar conceder entrevista. Apesar de a autora deste trabalho flexibilizar os horários e dias possíveis para a realização da entrevista, a repórter informava que tinha limitações de agenda, de modo que, depois de inúmeras tentativas, a repórter especial não respondeu mais aos contatos. N/A3: o contato foi feito por *e-mail* e o editor-chefe respondeu: “Lamento, mas não dou entrevistas há alguns anos porque os pedidos são numerosos. Agradeço a compreensão. Abraço”. Insistimos no contato, justificando a pertinência da participação por meio de entrevista do editor-chefe na pesquisa, e a resposta foi: “Professora, peço desculpas. Mas não abro exceções, exatamente em respeito à isonomia de tratamento a todas as universidades. Conto com sua compreensão. Abraço”. Entendendo que metodologicamente a negativa de concessão de entrevista também é um elemento significativo a ser analisado, não insistimos mais em contatá-lo; N/R: não respondeu aos *e-mails*; N/C: não conseguimos contato via *e-mail* ou por telefone.

Fábio Turci	Correspondente da Globo em Nova Iorque	<i>E-mail</i>
Eduardo Tchao	Repórter especial	Por telefone
Renato Biazzini	Repórter especial	Por telefone
Pedro Bassan	Repórter especial	Por telefone
Giulliana Morrone	Apresentadora do Bom Dia Brasil	Por telefone
César Galvão	Repórter especial	Por telefone
Lília Teles	Repórter especial	Por telefone
Alan Severiano	Correspondente da Globo em Nova Iorque	N/A1
Zileide Silva	Repórter especial	N/R
José Roberto Burnier	Repórter especial	N/R
Jonas Campos	Repórter da RBS TV, afiliada Globo	N/C
Paulo Gonçalves	Repórter da EPTV, afiliada Globo	N/C
Bette Luchese	Repórter especial	N/A2
William Bonner	Editor-chefe	N/A3

Fonte: Elaboração própria

Todas as entrevistas realizadas por telefone foram gravadas e degravadas para integrar o presente trabalho. As gravações foram autorizadas pelos repórteres, que aceitaram ser entrevistados com a condição de que o conteúdo das entrevistas não fosse divulgado em outros órgãos ou veículos de imprensa e somente fosse utilizado para esta pesquisa de doutoramento. As entrevistas aconteceram no período de outubro a novembro de 2017. Optamos pela descrição textual de cada reportagem conforme consta nos Apêndices (vide página 409).

## **10 Descrição das reportagens sobre o consumo do crack no *Jornal Nacional***

Este capítulo tem por objetivo descrever as 31 reportagens selecionadas para a análise, mesmo que o cerne do trabalho se concentre nas unidades de análise cujas entrevistas foram realizadas com os repórteres. A descrição se apresenta de forma cronológica, considerando o aspecto temporal da exibição das reportagens e o caráter cumulativo que podem ter. A descrição, portanto, se inicia pelo ano de 2012 e termina com as reportagens exibidas até setembro de 2017.

### **10.1 Reportagens sobre o consumo de *crack* exibidas no *Jornal Nacional* em 2012**

Em 2012, o *Jornal Nacional* exibiu 12 reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais do uso da droga. Os repórteres responsáveis pela cobertura jornalística ao longo do ano, na sequência apresentada pelo telejornal, foram: Ismar Madeira (MADEIRA, 2017), Alan Severiano, César Menezes (MENEZES, 2017), Eduardo Tchao (TCHAO, 2017), Graziela Azevedo (AZEVEDO, 2017), Giuliano Tamura (TAMURA, 2017), André Trigueiro, Paulo Gonçalves, Pedro Bassan (BASSAN, 2017) e César Galvão (GALVÃO, 2017). Não foi possível entrevistar os repórteres<sup>68</sup> Alan Severiano, André Trigueiro e Paulo Gonçalves; os demais concederam entrevista por telefone e, no caso do repórter César Menezes, por *e-mail*. A descrição textual de cada reportagem e de cada entrevista consta no Apêndice (vide página 409), e, ao final, explicitamos a importância que cada uma delas tem para este trabalho.

#### **10.1.1 Reportagem 1/31 exibida em 24/02/2012: *Consumo de crack atinge 90% das cidades brasileiras***

Essa reportagem foi exibida em 24 de fevereiro de 2012 e durou quatro minutos e quatorze segundos. Ismar Madeira, repórter especial do *Jornal Nacional*, foi o

---

<sup>68</sup> Em contato pelo aplicativo Messenger do Facebook, o repórter Alan Severiano afirmou que não poderia contribuir com a pesquisa de doutorado e que não concederia entrevista para nosso trabalho em razão de não se recordar da reportagem.

responsável pelo trabalho e foi entrevistado por telefone pela autora desta tese. A reportagem integrou a escalada do telejornal e figurou como o primeiro e principal assunto da ordem do dia do telejornal. A chamada para a reportagem ocupou 23 segundos dos 52 segundos do tempo total da escalada. A chamada para a reportagem sobre o consumo do *crack* em regiões pobres de Minas Gerais antecedeu uma chamada sobre a morte de uma adolescente que caiu de um brinquedo em um parque de diversões em São Paulo e outra sobre os indicados para o Oscar, tradicional premiação mundial do cinema na edição de 2012.

A reportagem narrou o problema do consumo do *crack* no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, região conhecida nacionalmente pelos baixos indicadores sociais e por integrar o Sertão Nordestino. O editor-chefe e apresentador William Bonner deu ênfase ao fato de o consumo do *crack* ser um problema de saúde e ter surgido nos grandes centros urbanos brasileiros, transformando-se em um dos maiores desafios para as autoridades de todo o país. O apresentador citou a pesquisa da Confederação Nacional dos Municípios que registra consumo do *crack* em nove de cada dez municípios brasileiros. A apresentadora Patrícia Poeta complementou a informação, dizendo ser uma situação que os repórteres (repórter e cinegrafista) comprovaram no Vale do Jequitinhonha.

Ismar Madeira começou a reportagem descrevendo a cidade de Araçuaí, Minas Gerais, como parte de uma região pobre, de um povo simples. A reportagem destacou a vida de um senhor que sempre “trabalhou duro para ganhar a vida com dignidade” e estava enfrentando o problema de ter o filho envolvido com *crack*. O pai do rapaz de 16 anos, usuário de *crack*, contou que teve vários produtos de sua loja roubados pelo filho para vender e consumir a droga e que descobriu tardiamente o vício do filho. O repórter afirmou que, na casa, “já não tem mais o que roubar. Ficaram só alguns móveis. No quarto, o material usado para consumir *crack*”. Em uma *sonora*, o repórter perguntou ao rapaz: “Enquanto tem você fuma?”. E o rapaz respondeu que sim. Ismar Madeira explicou que “o problema na família é em dobro. O filho mais novo também se viciou em *crack*. Aos 11 anos de idade”. A reportagem mostrou novamente o pai dos meninos dizendo que a droga chegou de repente “para destruir a gente, veio pra acabar com a vida da gente”.

O município de Itaobim, Minas Gerais, próximo a Araçuaí, também foi mostrado na reportagem. Ali o tráfico tomou conta das ruas em várias “bocas de fumo”, locais conhecidos pelo tráfico de drogas. O repórter afirmou que, em todo o Vale do

Jequitinhonha, em Minas Gerais, o consumo do *crack* veio acompanhado de violência. Segundo Ismar Madeira, no município de Itaobim, o volume de apreensões da droga cresceu 73% nos últimos dois anos e que jovens têm perdido a vida envolvidos com o tráfico. O repórter mostrou a sepultura de dois irmãos que morreram com 15 e 17 anos, e a avó das vítimas foi entrevistada para explicar que os jovens morreram em função de dívidas com drogas. O repórter anunciou que os roubos e furtos se tornaram frequentes e, nesse momento, entrou uma *sonora* com um tenente da Polícia Militar de Minas Gerais explicando que, principalmente em Araçuaí, os roubos e furtos aumentaram para a manutenção do vício.

Outro jovem falou na reportagem e mostrou as marcas da violência oriunda do vício. O repórter ouviu a mãe desse jovem a qual “passou a usar um método radical para impedir que ele saia de casa pra usar *crack*”. A mãe disse que havia mais de um ano prendia o rapaz na cama com um cadeado e uma corrente e que isso “resolvia” o problema, pois ele não saía para usar a droga. O rapaz voltou a falar e disse que toda noite a mãe o prendia na cama e que ele achava bom para não sair e usar droga. O repórter destacou que, no Vale do Jequitinhonha, não existia nenhum programa de atendimento aos dependentes de drogas.

A secretária de Desenvolvimento Social de Araçuaí foi ouvida na reportagem e revelou que “o problema chegou ao interior [...] mas o tratamento desse problema ainda não veio”. Um especialista, o sociólogo Luiz Flávio Saporì, foi ouvido na reportagem e foi enfático:

Não há como tratar bem o usuário do *crack*, em algumas instâncias, se não houver uma internação para desintoxicação, e essa internação, muitas vezes, tem que ser forçada. Se não fizermos isso, o problema vai continuar se avolumando no Brasil. Há indícios de que ele já está presente em mais de 90% dos municípios. É um fenômeno de norte a sul, de leste a oeste. Não há mais dúvida: vivemos uma grave epidemia de uso do *crack*, de consumo do *crack* no Brasil<sup>69</sup>.

A reportagem citou exemplos de que é possível superar o problema do consumo da droga e narrou a história de um policial militar formado em enfermagem com pós-graduação em dependência química que ajuda famílias, voluntariamente, há dez anos, visitando as pessoas de casa em casa, no improviso. Um rapaz desempregado que era viciado em *crack* havia 15 anos pediu ajuda ao policial depois

---

<sup>69</sup> Palavras do sociólogo Luiz Flávio Saporì para a reportagem de Ismar Madeira veiculada em 2012.

que levou um tiro na perna. O rapaz, que já estava sem usar droga havia quatro meses, foi ouvido pela reportagem e disse que considerava a ajuda que recebeu fundamental. Ele citou Deus e as pessoas que o ajudaram, fazendo referência também ao policial militar que fez o trabalho voluntário com a ajuda de empresários da região. O rapaz também afirmou que o vício da droga começa quando o indivíduo experimenta e que ele ainda teve tempo – fazendo menção a que muitos não conseguem se livrar do consumo da droga a tempo.

Ocupando lugar de destaque no *Jornal Nacional*, essa reportagem mostrou o problema do consumo do *crack* no interior do país, a dificuldade de atendimento aos dependentes químicos pela inexistência da oferta do serviço público, o drama de familiares que convivem com o problema, a luta por parte de usuários para parar de usar a droga, além de ações individuais de membros da sociedade civil no sentido de contribuir para a mudança da realidade social. Para esta pesquisa, a reportagem apresenta elementos importantes para análise, considerando ter aparecido na escalada do telejornal, o tempo que ocupou no telejornal, além das fontes ouvidas e o contexto em que o problema é apresentado. Essa reportagem será analisada no Capítulo 11, tendo em vista que o repórter – Ismar Madeira – responsável pelo trabalho jornalístico foi entrevistado.

### **Síntese descritiva da reportagem 1/31 exibida em 24/02/2012**

A reportagem descrita tem como pauta central o aumento do consumo do *crack* e as implicações sociais do consumo da droga em municípios do interior do Brasil. O material jornalístico mostra que a droga está se alastrando pelo país. O repórter Ismar Madeira (MADEIRA, 2017) foi entrevistado em 30 de outubro de 2017 e, por essa razão, compõe o *corpus* de 19 reportagens selecionadas para análise neste trabalho.

#### **10.1.2 Reportagem 2/31 exibida em 24/02/2012: *Crack é responsável por duas internações compulsórias por dia para tratamento em SP***

Exibida no dia 24 de fevereiro de 2012, mesmo dia em que a reportagem 1/31 foi ao ar, essa reportagem ocupou dois minutos e cinquenta e seis segundos. O repórter responsável pela cobertura foi Alan Severiano. A apresentadora Patrícia Poeta abriu a reportagem mostrando que o consumo do *crack* é responsável por quase duas internações compulsórias de usuários de *crack* por dia na Grande São

Paulo. Ela anunciou que o repórter Alan Severiano mostraria como a internação compulsória funciona e quais são os cuidados necessários “para que o dependente da droga seja recuperado”.

O repórter começou descrevendo os sintomas comuns de quem usa *crack* no início do tratamento: “alucinações, ansiedade, confusão mental”. Alan Severiano apresentou dados quantitativos e informou que, das 61 pessoas internadas na clínica municipal, 14 foram internadas contra a vontade. Um taxista foi apresentado como usuário de droga que, tendo morado na rua durante um ano, foi levado para a clínica pelos pais. O rapaz disse que achava que estava sendo preso, mas percebeu aos poucos que estava sendo libertado das drogas.

Em seguida, o repórter citou um levantamento do Ministério Público que registrou, nos últimos oito anos, que mais de cinco mil pessoas foram internadas contra a vontade na Grande São Paulo. Segundo o repórter, a lei de internação compulsória de 2001 considera pedidos feitos pela família ou pela Justiça, desde que acompanhada por laudo médico indicando a internação. Quando o pedido é feito pela família, a clínica tem até 72 horas para comunicar o Ministério Público como forma “de evitar abusos”. Um promotor explicou os casos em que, comumente, pode haver abuso. Entretanto, de acordo com o promotor entrevistado, nem sempre o poder público é avisado, e isso ocorre em razão da multiplicação das clínicas clandestinas. O taxista que apareceu no início da reportagem frequentou uma delas e denunciou que apanhava na clínica. Um juiz, também fonte do telejornal, disse que é preciso fiscalizar a qualidade do serviço e defende a internação compulsória quando o usuário de drogas põe em risco a própria vida ou a de outras pessoas. O juiz falou que seria “uma irresponsabilidade do Estado, da sociedade, deixá-los ao léu, deixá-los na rua, literalmente como para quase que um suicídio assistido”.

Um homem identificado pelo telejornal como administrador foi ouvido pelo repórter e contou que parte da sua memória estava em anotações feitas nas ruas onde, durante seis anos, morou. O administrador contou: “Comecei a andar pelas vielas de esgotos, andar por debaixo das ruas, mesmo o tempo todo como se fosse um rato, por causa da paranoia, o desespero, porque eu achava que estava todo mundo me perseguindo”. O repórter contextualizou a fala do rapaz dizendo que ele foi internado 25 vezes, cinco contra a vontade, inclusive a última. O ex-usuário disse:

Se não tivesse ficado contra a minha vontade esses 30 a 40 dias, eu não teria engatado essa primeira para ter entrado nesse tratamento de um ano, um ano e meio que eu precisei me submeter. Hoje a sensação é muito boa, hoje eu tô há oito anos que eu tô limpo, eu me casei e tem sido tudo cada vez melhor.<sup>70</sup>

O encerramento foi feito por William Bonner, que disse: “Todo mundo diz que *crack* basta experimentar, que é uma vez só e a pessoa fica viciada”.

A reportagem foi exibida na mesma edição da reportagem de Ismar Madeira e interessa a esta pesquisa por integrar a ordem do dia no *Jornal Nacional*. Apesar de o repórter Alan Severiano não ter sido entrevistado, a reportagem interessa na medida em que complementa o conteúdo da primeira e porque se propõe a explicar a lei da internação compulsória, bem como as ocorrências delas em São Paulo.

### **Síntese descritiva da reportagem 2/31 exibida em 24/02/2012**

A reportagem tem como pauta central o aumento do número de internações compulsórias de usuários de *crack* em São Paulo e esclarece os procedimentos para as internações. O repórter Alan Severiano foi contatado, todavia não foi entrevistado, uma vez que alegou não se recordar da reportagem. Portanto, a reportagem 2/31 não compõe o *corpus* de análise deste trabalho.

#### 10.1.3 Reportagem 03/31 exibida em 02/03/2012: *Viciados em crack se espalham por várias regiões de São Paulo*

A reportagem exibida em 2 de março de 2012 ocupou dois minutos e trinta segundos do telejornal. O repórter responsável pela cobertura foi César Menezes, que concedeu entrevista para a autora desta tese via *e-mail*. A apresentadora Patrícia Poeta enfatizou, na apresentação, que dois meses “depois da operação da polícia, da prefeitura e do governo de São Paulo na cracolândia, o problema se espalhou pelo centro e migrou para outras regiões da cidade”. Bonner complementou a informação de que viciados em *crack* “são encontrados até na frente do Tribunal de Justiça”. César Menezes afirmou que, no “quarteirão que ficou conhecido como cracolândia, no centro de São Paulo, não se vê mais a droga sendo usada no meio da rua. Até o fim do ano passado, carros e pedestres evitavam o território dominado por traficantes

---

<sup>70</sup> *Sonora* com um ex-usuário de *crack* ouvido na reportagem de Alan Severiano, exibida em 2012.



e dependentes”. O repórter contextualizou o cenário do centro de São Paulo e foi enfático ao ponderar que “a mudança não significou uma solução. Bastou virar a esquina para encontrar um grupo de usuários e registrar mais uma cena de violência”. Nesse momento, apareceu um indivíduo com um coco na mão, atirando-o no vidro de um carro que parecia ser o da equipe de reportagem.

A passagem do repórter trouxe a medida feita pelas autoridades estaduais e municipais a partir da operação: desde o dia 2 de janeiro de 2012, houve 299 internações, 293 prisões e a apreensão de 65 kg de drogas. O repórter afirmou que a população reclamava porque “o problema saiu da cracolândia, mas se espalhou pela cidade, só que em grupos menores”, e ouviu um morador da zona norte de São Paulo, para onde os frequentadores da cracolândia foram. “Onde tem uma periferia ou alguma coisa parecida, eles estão passeando por lá, tão parecendo uns zumbis por lá”, diz a personagem. O repórter explicou que, para a Polícia Militar, a dispersão já era esperada e ouviu o comandante da Polícia Militar de São Paulo: “Ali a polícia atuou para quebrar a logística do tráfico, resgatar aquele espaço público e para deixar os outros órgãos trabalhar”. A coordenadora do programa de apoio aos usuários de drogas de São Paulo (saúde mental) também foi ouvida e confirmou a migração de dependentes para outros bairros: “Eles aumentaram o número de pessoas dentro desses pontos, com isso a secretaria está trabalhando no sentido do fortalecimento da nossa rede psicossocial para receber e acolher esses casos e encaminhar dentro da lógica do tratamento”. O repórter mostrou imagens de um grupo de pessoas – inclusive crianças e adolescentes – consumindo *crack* durante a tarde na Praça da Sé, na frente do Tribunal de Justiça. César Menezes afirmou que o desembargador entendeu que aquela seria a hora de toda a sociedade enfrentar o problema: “Isto faz com que as nossas consciências fiquem sempre ativas e que a gente não se esqueça de fazermos justiça para essas crianças e adolescentes. O Estado não pode se ausentar da vida das pessoas”. A reportagem se encerrou na fala do desembargador, que foi bastante enfática.

Essa reportagem expôs o consumo do *crack* na cidade de São Paulo, destacando que, apesar de ações das instituições de segurança pública, o consumo de drogas no centro da cidade apenas mudou de lugar. Como unidade de análise, a reportagem interessa a esta tese porque, por meio das fontes ouvidas, das imagens e dos textos que a compõem, o repórter afirma que o problema permanece e que o consumo de drogas acontece, paradoxalmente, à luz do dia, em frente ao prédio do

Tribunal da Justiça, órgão que, em princípio, deveria promover ações para reduzir o uso de drogas. César Menezes concedeu entrevista por *e-mail* e, partindo da entrevista com o repórter, temos elementos para buscar a compreensão da cobertura feita.

### **Síntese descritiva da reportagem 3/31 exibida em 02/03/2012**

A reportagem tem como pauta central o resultado da ação policial no centro de São Paulo, que dispersou os usuários de *crack* para outras regiões da cidade. O repórter César Menezes foi contatado e concedeu entrevista para a autora deste trabalho por *e-mail* no dia 13 de novembro de 2017. Por essa razão, a reportagem 3/31 compõe o *corpus* de 19 reportagens analisadas.

#### 10.1.4 Reportagem 4/31 exibida em 24/03/2012: *Crianças e jovens viciados em crack motivam ação especial da Justiça de São Paulo*

No dia 24 de março de 2012, essa reportagem foi exibida e durou dois minutos e vinte e dois segundos. A repórter Graziela Azevedo foi quem conduziu o trabalho e concedeu entrevista via *e-mail*. A apresentadora anunciou a reportagem informando que, em São Paulo, juízes visitaram crianças e adolescentes viciados em *crack* “antes de decidir qual será o destino deles”. Graziela Azevedo mostrou o que ela chamou na reportagem de “um dos melhores abrigos de São Paulo”, onde vivem 20 crianças e adolescente que “conheceram a pobreza, a violência, o abandono e as drogas”. A repórter ouviu uma adolescente que disse que trabalhava durante o dia e estudava à noite. Outro adolescente foi ouvido e disse que estudava, trabalhava e não ficava parado, pois mantinha a mente ocupada. Ambos foram ouvidos com voz e imagem distorcidas. A repórter contextualizou que, para chegar a essa fase em que estavam, “cercados de cuidados e olhando para o futuro, o caminho não foi fácil e nem sempre a Justiça ajudou”. A adolescente voltou a falar e disse que os órgãos competentes achavam que a melhor opção seria a Fundação Casa ou a clínica, sem pensar no contexto familiar.

A coordenadora do abrigo apareceu em seguida e disse:

Não é uma ação de compreensão do que está acontecendo, até porque o menino já chega na Vara, no Conselho Tutelar, nessa rede, como culpado ou como inviável e como culpado ou inviável, ou você serve para ser atendido de determinado ou de determinado jeito.<sup>71</sup>

Na passagem, a repórter explicou que, para que a intervenção da Justiça fosse mais eficiente e funcionasse mais rapidamente, um grupo de desembargadores, promotores, juízes e defensores públicos decidiu deixar seus gabinetes e ir ao encontro das crianças e adolescentes que usam *crack*. A experiência surgiu no serviço da prefeitura onde estavam internados 33 jovens com menos de 18 anos. O *off* da repórter tem parte do texto: “Aos servidores da Justiça que vieram para cá, se juntaram representantes das áreas da Habitação, Trabalho, Assistência Social e Saúde”. Um juiz foi entrevistado e disse que ali a decisão era compartilhada: “Geralmente, juiz tem um trabalho muito solitário, ele decide sozinho. Aqui eu decido com todos. Não é só a visão do Judiciário, é a visão de todos. Eu imagino que, com isso, o adolescente e a criança saem melhor atendidos”.

A repórter informou que o caso discutido no dia foi o de uma jovem usuária de *crack* internada havia cinco meses. A mãe da jovem, que não via a filha havia sete meses, foi encontrada e levada ao local onde a jovem foi internada. Um desembargador foi ouvido e disse que, ao sair, a adolescente iria para uma residência terapêutica, onde deveria permanecer, e explicou o posicionamento da Justiça quanto ao problema do consumo de drogas: “Nós estamos querendo agora correr atrás da demanda ao invés da demanda vir ao nosso encontro”.

A reportagem buscou destacar o fato de que atores ligados ao Judiciário iniciaram um trabalho pioneiro na tentativa de compreender de forma multidisciplinar e mais contextualizada o problema do consumo do *crack* para a tomada de decisões judiciais. As falas dos representantes do Poder Judiciário são relevantes na medida em que demonstram mudança de perspectiva nas ações, mostrando atores mais proativos como servidores públicos que lidam com o problema diariamente. Também são importantes as falas dos jovens atendidos no abrigo e parece bastante significativa a fala da coordenadora do abrigo, que sugere que o trabalho feito até o momento com adolescentes e crianças por parte das autoridades competentes é insuficiente em função da complexidade do problema que é o consumo de *crack*. A entrevista por *e-mail* com a repórter Graziela Azevedo (AZEVEDO, 2017) contribui

---

<sup>71</sup> Palavras da coordenadora do abrigo, fonte da entrevista de Graziela Azevedo exibida em 2012.

para que essa reportagem seja relevante para esta análise, uma vez que permite entender como foi feito o trabalho jornalístico.

### **Síntese descritiva da reportagem 4/31 exibida em 24/03/2012**

A reportagem tem como pauta central o trabalho de juízes em parceria com outros profissionais com o objetivo de compreender o contexto das crianças e dos adolescentes usuários de *crack*. A repórter Graziela Azevedo concedeu entrevista por *e-mail* em 6 de novembro de 2017. Por essa razão, a reportagem 4/31 compõe o *corpus* de 19 reportagens analisadas.

#### 10.1.5 Reportagem 05/31 exibida em 09/04/2012: *Bandos assaltam cidadãos nas ruas do Centro do Rio*

Exibida no dia 9 de abril de 2012, essa reportagem teve duração de três minutos e doze segundos e integrou a escalada no *Jornal Nacional* durante dez segundos: “Nós estamos preparando o *Jornal Nacional* dessa segunda-feira e você vai ver flagrantes de gangues viciadas em *crack* que praticam assaltos em bando no centro do Rio”. A chamada do telejornal dividiu espaço com mais outros três assuntos: a adolescente de 14 anos que foi libertada de cativo e defendeu o sequestrador, primo da vítima; o encontro da presidente Dilma Rousseff com o presidente dos Estados Unidos Barack Obama para discutir política monetária; e o estudo recente que comprovou que jogar futebol dói muito.

A reportagem de Eduardo Tchao foi apresentada por William Bonner, que enfatizou: “A reportagem que abre esta edição do *Jornal Nacional* é o registro de uma equipe que voltou ao local em que esteve há quatro meses. Naquela ocasião, os repórteres mostraram bandidos fazendo vítimas à luz do dia numa das principais avenidas do Rio de Janeiro”. A apresentadora Patrícia Poeta abriu a reportagem com o seguinte texto: “Pois agora, Eduardo Tchao e Júnior Alves encontraram uma cracolândia na região que deveria ser uma das mais seguras da cidade”.

O repórter Eduardo Tchao, por meio de um *off* com imagens aéreas e terrestres da região e utilizando recursos gráficos, contextualizou geograficamente o espaço denominado como cracolândia e os impactos do consumo de *crack* na região:

Centro da cidade. Este é o prédio do Comando Militar do Leste, é o Quartel General do Exército, responsável pela defesa em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Ao lado, fica o prédio da Secretaria de Segurança do Estado. Colado à Central do Brasil, por onde passam, todos os dias, mais de 600 mil pessoas que usam o trem. Aqui nesta região, nasceu uma crackolândia. Fica cheia a maior parte do dia. São homens, mulheres e crianças que consomem a droga livremente. Este menor fuma na calçada. As pessoas passam. Às vezes, soldados do Exército chegam com cassetete, aqui prendem o menino, que desaparece, mas volta logo depois<sup>72</sup>.

Um major do Exército deu entrevista em seguida: “Essa falta de noção faz com que ele volte ao vício, mesmo depois de ter sido assistido por diversos órgãos, retorne ao vício, retorne para cá e acabe sendo assim um problema contínuo que nós temos que enfrentar, assim como outros locais da cidade”.

Na reportagem, Eduardo Tchao fez uma passagem afirmando que quatro meses antes a reportagem esteve no local e registrou uma série de assaltos a menos de 300 metros da crackolândia e que os assaltos continuam, mas os “bandidos atacam em bando”. O repórter narrou como aconteciam os assaltos e identificou a característica da atuação dos usuários de *crack*. O comandante da Polícia Militar explicou:

Só hoje no novo policiamento que nós implantamos aqui, prendemos cinco menores, isso só hoje, e vários deles tinham já passagem na delegacia, só que é uma briga ingrata para a Polícia Militar, só que estamos todos os dias aqui diuturnamente, tentando resolver esse problema.

Um cidadão foi ouvido: “Não há a menor condição de se conviver mais assim. Olha só pra você dar uma olhada, tão jogando pedra no ônibus lá, enquanto você tá gravando aqui comigo”. O encerramento foi feito pelo apresentador William Bonner: “A Secretaria de Segurança do Rio informou que, a partir de segunda-feira, policiais a cavalo vão reforçar o patrulhamento em torno da Central do Brasil”.

Essa reportagem interessa a esta pesquisa uma vez que integra a escalada como um dos assuntos mais importantes da edição do telejornal e tem tempo de exibição significativo no *Jornal Nacional*. Além disso, trouxe a contextualização geográfica da região onde, em regra, se concentra o consumo do *crack* no Rio de Janeiro, além de afirmar que o problema do consumo de drogas persiste, mesmo com

---

<sup>72</sup> Parte do texto de Eduardo Tchao na reportagem exibida em 2012.

a atuação policial. Essa unidade de análise chama a atenção particularmente por preponderar as fontes policiais e pela utilização das palavras: “bandidos”, “menor”, “gangue”, “quadrilha”, “ladrão”, em referência aos usuários de *crack*. Eduardo Tchao (TCHAO, 2017) concedeu-nos entrevista e a reportagem passa a figurar entre as 19 reportagens que selecionamos para análise.

### **Síntese descritiva da reportagem 5/31 exibida em 09/04/2012**

A reportagem tem como pauta central a violência no Rio de Janeiro em função da ação dos usuários de *crack*. O repórter Eduardo Tchao foi entrevistado nos dias 7 e 8 de novembro de 2017. Portanto, a reportagem 4/31 compõe o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho.

#### 10.1.6 Reportagem 6/31 exibida em 26/07/2012: *Intervenção do governo não diminui consumo de crack em São Paulo*

Essa reportagem foi exibida em 26 de julho de 2012 e teve duração de dois minutos e cinquenta e dois segundos no telejornal. A cobertura jornalística foi do repórter especial César Galvão e foi anunciada pelo apresentador William Bonner da seguinte maneira: “A Universidade Federal de São Paulo divulgou o resultado de um estudo sobre os dependentes que frequentavam a cracolândia, seis meses depois da intervenção do poder público na área”. A reportagem se iniciou com imagens cobertas pelo *off* do repórter mostrando uma barraca de *camping* que servia para proteger os usuários do vento quando acendiam o cachimbo do *crack*, usuários que se escondiam atrás de arbustos, pessoas agitadas pelo uso da droga em terrenos baldio, em síntese, as imagens mostraram locais públicos utilizados pelos usuários da droga. As imagens mostraram também um muro construído seis meses antes pela prefeitura “para separar os frequentadores da cracolândia do trânsito pesado de São Paulo”.

O repórter informou que essa ação não adiantou porque os usuários abriram uma passagem por onde as pessoas passavam para comprar a droga e se tornou o “balcão do *crack*”. Um buraco no viaduto também era usado para consumo da droga. Na reportagem, César Galvão explicou, com base na pesquisa da Unifesp, que a mudança de comportamento dos usuários de *crack* poderia estar ligada à repressão: o estudo revelou que 70% dos usuários da droga migraram do centro de São Paulo, logo após o poder público ter tomado medidas para acabar com uma das maiores

cracolândias do país. Um personagem narrou como era a abordagem dos consumidores de *crack*: “Eles abordam aí no meio da rua mesmo. Leva bolsa, leva celular, leva dinheiro, leva tudo, leva carteira. A polícia sempre tá aí. Mas... não dá jeito”. O repórter apresentou dados da pesquisa: 70% dos entrevistados pela pesquisa disseram que continuavam comprando *crack* com facilidade e 80% continuavam usando a mesma quantidade da droga. A reportagem ouviu também o coordenador de Saúde Mental da Unifesp:

A gente sabe que o narcotráfico é muito mais organizado do que a gente imagina, então a substância nunca vai faltar. Não adianta tentar ficar cercando essas pessoas para que elas, na carência, busquem ajuda. A gente tem apoio para oferecer não só médico, mas especialmente social. Acho que essa é a postura mais interessante.<sup>73</sup>

O repórter apresentou dados fornecidos, em nota, pela Prefeitura de São Paulo: em três anos, foram realizadas mais de 200 mil abordagens e três mil internações de dependentes de drogas na região central da cidade. A secretária de Justiça de São Paulo explicou que o consumo de *crack* em lugares fechados facilita a identificação dos dependentes: “A atuação dos agentes de saúde, de assistência social para convencer o dependente químico a buscar ajuda, internação, ajuda médica, pode ser facilitada”. A reportagem chega ao final com a constatação: “Aos poucos, quem não foi para tratamento está voltando para a velha cracolândia na Luz. No grupo, quase todos são homens que usam o *crack* e estão cada vez mais agressivos”.

No que concerne a esta pesquisa, essa reportagem trouxe um estudo científico que revela que a repressão e as iniciativas do governo de São Paulo não surtiram efeitos para acabar com a “cracolândia”. Para isso, o repórter ouviu o pesquisador da Unifesp, a secretária de Justiça do Estado, que deu enfoque para o trabalho da assistência social e demonstrou que, ao ar livre, é difícil controlar e tratar o vício em *crack*, indicando a necessidade da internação. Um cidadão, com a voz distorcida, foi ouvido e narrou a rotina de assaltos do local, destacando que, mesmo que a polícia estivesse atuando na região, o uso de droga e os assaltos continuavam acontecendo. Na reportagem, foram usadas as expressões: “homens”, “usuários”, “agitação do rapaz”, “frequentadores”, “consumidores de *crack*”, “dependentes”, “dependentes de

---

<sup>73</sup> *Sonora* do coordenador de saúde mental da Unifesp na reportagem de César Galvão, veiculada em 2012.

drogas” para identificar os usuários de *crack*. Consideramos também, para efeito de análise, que o repórter César Galvão (GALVÃO, 2017) concedeu-nos entrevista por telefone, contribuindo para nossa compreensão do fenômeno.

### **Síntese descritiva da reportagem 6/31 exibida em 26/07/2012**

A reportagem tem como pauta central estudo realizado pela Unifesp que revelou que, após seis meses das intervenções do poder público, o consumo do *crack* persistiu. O repórter César Galvão aceitou ser entrevistado e a entrevista foi realizada por telefone no dia 1º de novembro de 2017. Portanto, a reportagem 5/31 compõe o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho.

#### 10.1.7 Reportagem 7/31 exibida em 10/09/2012: *Nova cracolândia assusta moradores da zona sul de São Paulo*

A reportagem foi apresentada por Heraldo Pereira no dia 10 de setembro de 2012. O apresentador abriu a reportagem dizendo: “Moradores de um bairro da zona sul de São Paulo estão assustados com o surgimento de uma nova cracolândia na região. Veja na reportagem de César Galvão e Robinson Cerantula”. César Galvão iniciou a reportagem, narrando que “a luz assustadora do *crack* já era vista nas noites do bairro Cidade Dutra, na zona sul. Agora, a droga chegou de vez, a qualquer hora do dia. [...] Quando ninguém dá dinheiro, alguém vira vítima”. O repórter entrevistou um rapaz que teve a bicicleta roubada no cruzamento, com voz e imagem distorcidas. O personagem disse: “A gente necessita passar desse caminho e eles ofendem, roubam a gente, que não tem nada a ver”. O repórter mostrou imagens de como se dava o consumo do *crack* e afirmou que o uso da droga acontecia de forma tão discreta que “nem chama a atenção da polícia”. O repórter explicou como funcionava o compartilhamento do cachimbo para fumar a pedra embaixo de árvores e atrás de cavaletes de campanha de candidatos. Quem não tinha cachimbo usava uma lata de refrigerante. A reportagem também ouviu um menino de 12 anos que tinha casa, mas morava na rua. Ele disse que usava, em média, 20 pedras por dia.

Em seguida, o repórter disse que motoristas ficavam apreensivos só de parar no sinal vermelho. O medo também estava afastando os pedestres e afugentando os clientes das lojas da região. Ele relatou que a polícia fez uma ação naquele dia e foram abordadas 30 pessoas – todas já tinham usado todas as pedras. Um cidadão,



possivelmente comerciante da localidade, disse que, depois de 17h30, ninguém mais ia àquela região porque tinha medo. A dona de uma autoescola foi entrevistada e disse que só depois de ter adotado uma trava pesada é que parou o assalto na autoescola. Segundo César Galvão, no fim de semana, a prefeitura fez uma limpeza no “canteiro do *crack*”, mas horas depois os usuários tinham retornado para pedir dinheiro e comprar mais droga. No encerramento, Heraldo Pereira informou a nota da prefeitura sobre o trabalho da equipe que percorria a área oferecendo ajuda aos usuários. Informou, ainda, que, naquele ano, 15 pessoas foram encaminhadas para tratamento e que São Paulo tinha um hospital com 80 leitos para tratamento de usuários de droga e 25 centros de atendimentos para usuários de álcool e drogas.

A reportagem caracterizou a região de São Paulo denominada, pelo telejornal, como “nova cracolândia” e contextualizou a alteração da realidade social em razão de assaltos a pessoas que passavam por ali, inclusive, aquelas que tinham comércio na região. Mesmo com operações da prefeitura para retirar os usuários de *crack* do local e com a reclamação dos cidadãos, o consumo da droga se tornou tão corriqueiro que já não chamava a atenção de policiais que faziam ronda no local. A reportagem figura entre as unidades de análise consideradas nesta tese, uma vez que foi possível entrevistar o repórter César Galvão (GALVÃO, 2017) por telefone.

### **Síntese descritiva da reportagem 7/31 exibida em 10/09/2012**

A reportagem tem como pauta central a violência na cidade de São Paulo fruto do surgimento de uma “nova cracolândia”. César Galvão aceitou ser entrevistado. A entrevista foi realizada por telefone no dia 1º de novembro de 2017. Portanto, a reportagem 7/31 compõe o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho.

#### **10.1.8 Reportagem 8/31 exibida em 18/10/2012: *Policiais prendem 40 pessoas que vendiam pedras de crack para trabalhadores rurais***

Com um minuto e vinte e três segundos, essa reportagem tratou da apreensão de pessoas que vendiam *crack* para trabalhadores rurais em Borebi, município do interior de São Paulo com dois mil habitantes. A cobertura foi feita pelo repórter Giuliano Tamura e exibida no dia 18 de outubro de 2012. O apresentador Heraldo Pereira chamou a reportagem: “Policiais civis e militares prenderam hoje no interior de São Paulo 40 integrantes de quadrilhas que vendiam pedras de *crack* para

trabalhadores rurais”. O repórter, responsável por cobrir municípios do interior de São Paulo, abriu a reportagem, informando que dez traficantes foram presos após a interceptação, durante dois meses, de 50 mil ligações telefônicas autorizadas pela Justiça. Em uma das gravações, um traficante ameaçou um usuário de *crack* que lhe devia dinheiro. O diálogo foi: “Se vira, eu tenho conta pra pagar, irmão. Você pegou. Você se vira com as consequências. Se vira! Vai lá no seu pai, na sua mãe. Se vira!”. Em outra gravação telefônica, o usuário ofereceu um carneiro para quitar a dívida com o traficante.

O repórter relatou que, em outras quatro cidades, 30 suspeitos de fazer parte de uma quadrilha de traficantes também foram presos e, segundo a polícia, vendiam a droga para trabalhadores rurais. O delegado ouvido pela reportagem contextualizou o problema do uso de drogas: “Pessoas que trabalham o dia todo, mas que no final da tarde, principalmente, vão atrás dos traficantes de caminhão, de trator, oferecendo bens pessoais. Então, isso deixa claro que, infelizmente, não existe cidade, hoje em dia, livre do vício da droga”. O apresentador encerrou a reportagem, informando que oito adolescentes detidos na operação foram encaminhados à Vara da Infância e da Juventude.

A reportagem é importante para esta análise, considerando o fato de que o município tem apenas dois mil habitantes e enfrenta o problema do consumo do *crack*. Como unidade de análise, percebe-se o enfoque policial na ação. Além disso, o repórter Giuliano Tamura (TAMURA, 2017) foi entrevistado por telefone, e o conteúdo da entrevista poderá ajudar a compreender a cobertura jornalística do fenômeno.

### **Síntese descritiva da reportagem 8/31 exibida em 18/010/2012**

A reportagem tem como pauta central a apreensão de pessoas que vendiam drogas para trabalhadores rurais no interior de São Paulo. O repórter Giuliano Tamura concedeu entrevista por telefone no dia 31 de outubro de 2017. Portanto, a reportagem 8/31 compõe o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho.

#### 10.1.9 Reportagem 9/31 exibida em 23/10/2012: *Prefeitura do Rio anuncia que adultos dependentes de crack terão internação compulsória*

Com dois minutos e vinte e nove segundos, a reportagem de André Trigueiro, exibida no dia 23 de outubro de 2012, foi apresentada por Patrícia Poeta:

A Prefeitura do Rio de Janeiro anunciou uma medida contra o consumo de *crack*, que é um problema comum hoje no Brasil inteiro. E a decisão vai provocar muito debate. A partir do início do ano que vem, os dependentes da droga vão ser internados. Queiram ou não.<sup>74</sup>

André Trigueiro abriu a reportagem, informando:

Para as autoridades de Saúde, o *crack* já é uma epidemia. Algumas estimativas dão conta de que mais de um milhão de brasileiros consomem a droga. No Rio, com a recente ocupação da favela do Jacarezinho, que abrigava a maior crackolândia da cidade, os usuários da droga passaram a ocupar outros bairros. Agora, o prefeito Eduardo Paes pretende tornar obrigatória a internação de adultos dependentes de *crack*. E anunciou a criação, em caráter emergencial, de 600 vagas para internação.<sup>75</sup>

A reportagem trouxe uma *sonora* do prefeito em que ele disse que seria necessário partir para a internação compulsória de adultos porque o usuário de *crack* estava numa situação em que não conseguia tomar decisão.

Na passagem, o repórter explicou a polêmica: “A medida causa polêmica”. Houve quem defendesse, lembrando que uma lei federal autoriza a internação obrigatória de dependentes adultos em situações extremas desde que se comprove que ele oferece risco de vida a si próprio ou aos outros. Já os críticos temem o desrespeito à lei. Um juiz ouvido pela reportagem foi enfático: “Não se pode imaginar que essas pessoas simplesmente serão retiradas das ruas para que as ruas fiquem mais bonitas. É necessária a preocupação com a atenção a essas pessoas”. O repórter contextualizou um programa de internação involuntária em Maceió, mas esclareceu que eram necessários o consentimento da família e a autorização da Justiça. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, comentou a proposta: “Quero conhecer melhor qual que é a proposta. Nós temos parâmetros legais para que isso aconteça e o Ministério da Saúde sempre busca seguir a lei”. Uma psiquiatra foi ouvida pelo repórter e alertou para as condições básicas para o serviço acontecer: “Para cada 15 pessoas, no mínimo, dois a três psicólogos, tem que ter um médico de plantão por dia e, no mínimo, dois enfermeiros para cada 15 pacientes. Isso é o mínimo para ter

---

<sup>74</sup> Palavras de Patrícia Poeta na reportagem de André Trigueiro em 2012.

<sup>75</sup> Texto de André Trigueiro em reportagem exibida em 2012.

um bom tratamento”. A Prefeitura de São Paulo disse que só faria a internação compulsória se houvesse indicação médica.

Nessa reportagem, destacou-se a controvérsia do projeto de internação compulsória de adultos no Rio de Janeiro e apresentaram-se opiniões divergentes sobre a proposta apresentada pela prefeitura. O repórter André Trigueiro não concedeu entrevista para esta pesquisa, portanto a reportagem vai figurar nesta análise como dado quantitativo.

### **Síntese descritiva da reportagem 9/31 exibida em 23/10/2012**

A reportagem tem como pauta central a decisão de o Rio de Janeiro iniciar as internações compulsórias de adultos usuários de *crack*. O repórter André Trigueiro foi contatado por *e-mail*, chegou a sinalizar positivamente no sentido de conceder entrevista, porém, depois de algumas mensagens, cessou o contato. A reportagem 9/31 não compõe o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho.

#### 10.1.10 Reportagem 10/31 exibida em 31/10/2012: *Sete viciados em crack foram assassinados de madrugada em São Carlos (SP)*

Exibida em 31 de outubro de 2012, essa reportagem teve duração de um minuto e trinta e sete segundos, sob a responsabilidade do repórter Paulo Gonçalves. O apresentador William Bonner fez a chamada: “Em São Carlos, no interior de São Paulo, sete viciados em *crack* foram assassinados de madrugada”. A reportagem foi iniciada com um *off* do repórter, que informou que, no final da tarde, o Instituto Médico Legal (IML) começou a liberar os corpos das vítimas da chacina. Segundo informações, “todos eram usuários de droga e passavam a grande parte do tempo na rua. A mãe de uma das vítimas disse que sofria com o vício do filho”. Em uma *sonora*, a mãe de um dos mortos na chacina declarou que a família inteira sofria com o problema. Por meio de simulação, as cenas descritas por testemunhas e pela investigação foram mostradas. Pela manhã, outros dois corpos foram encontrados. A delegada que investigava se os assassinatos foram cometidos pelas mesmas pessoas explicou a linha de investigação. O repórter encerrou, informando que, com as mortes do dia, a cidade de São Carlos registrou 11 mortes com características de execução.

A reportagem trouxe dados quantitativos da violência que envolve pessoas ligadas ao consumo de drogas. A unidade de análise referente a essa reportagem não

será considerada para efeito da análise qualitativa deste trabalho, tendo em vista que não foi possível fazer contato com o repórter Paulo Gonçalves, da EPTV, emissora afiliada Globo.

### **Síntese descritiva da reportagem 10/31 exibida em 31/10/2012**

A reportagem tem como pauta central o assassinato de sete pessoas viciadas em *crack* em São Carlos, interior do estado de São Paulo. Como não houve contato com o repórter Paulo Gonçalves, a reportagem 10/31 não compõe o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho.

#### 10.1.11 Reportagem 11/31 exibida em 08/11/2012: *Vício do crack faz aumentar número de órfãos e crianças abandonadas no Rio de Janeiro*

A reportagem exibida no dia 8 de novembro de 2012 teve dois minutos e vinte e oito segundos de duração e foi conduzida pelo repórter especial do *Jornal Nacional* Pedro Bassan. O repórter narrou a ida e a volta dos usuários de *crack* resultante da ação da operação para acolher os viciados em *crack*. No texto da reportagem, estão presentes as expressões: “dezenas de viciados começaram a fugir, atravessando loucamente a Avenida Brasil”, “homem se arrisca, passando a poucos centímetros dos carros”, “horas perambulando e cruzando a pista”, “adultos foram recolhidos”, “três mil pessoas frequentam as nove cracolândias que se espalham pela cidade”, “desde março do ano passo, mais de cinco mil dependentes foram recolhidos”. O repórter contextualizou a reportagem sobre as crianças órfãs nascidas de mães usuárias de *crack*: “Quando a mãe consome *crack* durante a gravidez, o filho já nasce sentindo falta da droga no corpo. São comuns as crises de abstinência já nos primeiros meses de vida. Nos abrigos, as crianças precisam de atenção especial”.

A juíza da Vara da Infância e Adolescência foi entrevistada e disse: “Morando na cracolândia, temos muitas mulheres adultas grávidas que têm filho de nove em nove meses e que não sabem quem é o pai em razão da prostituição, em razão da degradação total do local”. A coordenadora do abrigo explicou como se comportam os filhos, ainda bebês, das usuárias de *crack*: “Eles têm convulsões, têm tremores, sudoreses, ficam muito agitados, não conseguem dormir direito. É um quadro muito complicado”. O encerramento é significativo para esta análise, pois o repórter tentou dimensionar os impactos do problema do consumo do *crack*: “É um mal que assusta

duplamente: quando se espalha nas ruas e quando se prolonga no tempo”. Após o encerramento, a reportagem voltou para a bancada e a apresentadora Patrícia Poeta disse que a Prefeitura do Rio de Janeiro adotaria a internação compulsória e que o projeto seria colocado em prática no início de 2013.

Para esta pesquisa, essa reportagem assume especial importância, pois mostrou que, mesmo com a ação do poder público numa tentativa de acolhimento aos consumidores de *crack*, muitos retornam para as ruas no dia seguinte. Para além do episódio relacionado ao retorno das pessoas ao local em que se consome *crack*, a reportagem destacou o aumento de crianças órfãs nascidas de mães usuárias da droga. Pedro Bassan (BASSAN, 2017) foi entrevistado para este trabalho e, no dia seguinte a essa reportagem, o repórter fez outra cobertura jornalística sobre *crack* para o *Jornal Nacional*.

### **Síntese descritiva da reportagem 11/31 exibida em 08/11/2012**

A reportagem tem como pauta central o aumento do número de crianças órfãs filhas de mães usuárias de *crack* e os danos causados à saúde das crianças em função do vício. O repórter Pedro Bassan concedeu entrevista por telefone, e a reportagem 11/31 compõe o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho.

#### 10.1.12 Reportagem 12/31 exibida em 09/11/2012: *Novos flagrantes de usuários de crack são registrados no Rio de Janeiro*

Exibida no dia 9 de novembro de 2012, essa reportagem teve duração de três minutos e vinte segundos e se iniciou com a narração do repórter Pedro Bassan sobre a rotina dos usuários de *crack* que dividiam o espaço com carros em meio ao trânsito intenso. O repórter deu detalhes sobre o cotidiano da “nova cracolândia” do Rio de Janeiro e mostrou os pontos de venda da droga, contextualizando a origem das “cracolândias” na cidade e os riscos a que estavam expostos e sintetizou: “O dia a dia dos viciados é uma travessia perigosa”. Foram usadas as expressões: “o *crack* é um mal” e “pedestres entorpecidos”, além de afirmar que “o combate a essa epidemia anda lentamente”.

Segundo o repórter, em 2011, o governo lançou um programa para enfrentar o *crack* (Plano de Combate ao *Crack*) que previa a abertura de mais de 13.800 vagas de tratamento para dependentes químicos em todo o país até 2014. Em um ano, só

foram criadas 574. Na data da reportagem, havia 78 consultórios no país, só três no Rio de Janeiro: em média, um consultório para cada mil viciados da cidade. A meta da prefeitura, segundo a reportagem, era criar mais de 300 consultórios. A Prefeitura do Rio de Janeiro informou que adotaria a internação compulsória no início do ano seguinte, mas, naquele momento, existiam somente 44 leitos municipais especializados. Um olhar sobre apenas uma das “cracolândias” já revelava que seria preciso muito mais.

Um pesquisador da Fiocruz foi ouvido e avaliou os consultórios de rua: “É uma ideia extremamente importante, mas eu acho que a gente está muito no início ainda disso. E a gente conta com esse tipo de serviço instalado em muito poucas comunidades. É uma coisa que tem que aumentar muito”. O encerramento foi feito pelo repórter: “No morro do Cajueiro, na zona norte do Rio, dezenas de pessoas se aglomeram em busca da droga. E até um usuário numa cadeira de rodas. Todos eles esperando por ajuda ou pela próxima pedra de *crack*”.

A apresentadora Patrícia Poeta, na bancada do telejornal, concluiu a reportagem com uma *nota pé*, informando que o telejornal procurou representantes dos governos federal, estadual e municipal, que não quiseram gravar entrevista. Afirmou que, em nota, o Ministério da Saúde disse que investiu R\$ 600 milhões na expansão da rede pública de atendimento aos dependentes químicos em todo o Brasil; a Prefeitura do Rio declarou que enfrentava o problema de forma constante e estava elaborando um plano de ação para o tratamento dos viciados; e a Polícia Militar do Rio de Janeiro declarou que, de setembro do ano anterior até aquele momento, apreendeu mais de cem mil pedras de *crack*.

A reportagem deu continuidade ao que foi exibido no dia anterior pelo telejornal e que foi coberto pelo mesmo repórter, Pedro Bassan. Essa unidade de análise é relevante, pois buscou contextualizar e detalhar a rotina dos usuários de *crack* e trouxe elementos significativos acerca das expressões utilizadas para narrar os acontecimentos e as ações dos governos quanto ao consumo do *crack*.

### **Síntese descritiva da reportagem 12/31 exibida em 09/11/2012**

A reportagem tem como pauta central as ações realizadas no Rio de Janeiro com o objetivo de conter o vício do *crack*. Todavia, o material jornalístico apresenta a reincidência do vício entre os usuários. O repórter Pedro Bassan concedeu entrevista

por telefone e a reportagem 12/31 é apresentada um dia após a reportagem 10/31, compondo o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho.

## **10.2 Reportagens sobre o consumo de crack exibidas no Jornal Nacional em 2013**

Nesta pesquisa, encontramos dez reportagens referentes ao consumo do *crack* no *Jornal Nacional* em 2013. As reportagens são descritas a seguir, e os repórteres responsáveis foram: Lília Teles (2017), Giulliana Morrone (2017), Renato Biazzi (2017), César Menezes (2017), Bette Luchese (responsável por uma série de reportagens exibidas em maio) e José Roberto Burnier. Para efeito de análise, foram entrevistados quatro dos seis repórteres responsáveis pela cobertura do assunto no *Jornal Nacional*: Lília Teles (2017), Giulliana Morrone (2017) e Renato Biazzi (2017) concederam entrevista por telefone e César Menezes (2017), por *e-mail*.

### **10.2.1 Reportagem 13/31 exibida em 19/02/2013: *Adultos dependentes de crack começam a ser internados de forma involuntária no Rio***

Exibida em 19 de fevereiro de 2013 com dois minutos e trinta e dois segundos, essa reportagem mostrou que os usuários são recolhidos, mas voltam. A repórter explicou que, antes, os que eram recolhidos voltavam para a “cracolândia”, mas, com a ação daquele dia, só poderiam sair com autorização dos médicos. Foram mostradas imagens das ações dos agentes, da fuga, dos usuários de *crack* envolvidos em brigas e andando entre carros. A repórter especial para o *Jornal Nacional*, Lília Teles, narrou a ação no centro do Rio: “Com o apoio de policiais, bombeiros e guardas municipais, os agentes começaram a recolher os viciados. Entre eles: jovens e crianças que reagiram. Mas foram levados à força. Duas adolescentes escaparam pela passarela”. Ela também usou a expressão: “um trator desmontou o acampamento do *crack*”. Segundo a repórter, 30 pessoas foram internadas involuntariamente em cinco hospitais do Rio e 61 aceitaram receber tratamento e foram encaminhadas para abrigos. Quem não foi levado porque conseguiu fugir, horas depois, estava de volta consumindo a droga.

A reportagem ouviu um cidadão comum que teve um filho envolvido com drogas e disse sentir tristeza com a situação da “cracolândia”. A repórter destacou que muitos



dos usuários de *crack* que ficavam na Avenida Brasil já haviam sido recolhidos em operações anteriores porque a prefeitura não tinha como forçá-los a permanecer nos abrigos. A diferença era que, com as novas medidas, os recolhidos só poderiam sair com autorização dos médicos. O secretário municipal de Governo explicou o entendimento da ação da internação:

Os profissionais de saúde entenderam que elas necessitavam, mesmo contra a vontade delas, de um tratamento, de irem para um hospital ou porque elas estavam correndo risco de vida ou porque eventualmente não tinham mais condição de decidir por si próprias se o melhor é se tratar ou não.<sup>76</sup>

Uma psiquiatra e especialista em dependência química foi ouvida e disse: “Se você não faz um tratamento psicológico adequado com medicações apropriadas, esse dependente vai sair da internação e vai recair com toda certeza”. O secretário municipal de Desenvolvimento Social descreveu como seria realizado o trabalho: “As nossas equipes da Secretaria de Desenvolvimento Social vão fazer o acompanhamento individualizado, vão procurar as famílias, vamos nas casas, vamos procurar cada nexos possível que possa existir daquela pessoa para tentar encontrar esperança para ela”. O encerramento foi feito pelo apresentador William Bonner: “A Prefeitura do Rio disse ainda que os usuários recolhidos serão cuidados como pacientes, mas não explicou como vai mantê-los internados contra a vontade deles”.

Lília Teles (2017) foi entrevistada e sua reportagem pertence a uma sequência de reportagens exibidas pelo telejornal na segunda quinzena de fevereiro de 2013. Portanto, como unidade de análise, a reportagem reúne fatores importantes para esta análise.

### **Síntese descritiva da reportagem 13/31 exibida em 19/02/2013**

A reportagem tem como pauta central a internação involuntária de adultos no Rio de Janeiro. Lília Teles concedeu entrevista por telefone e a reportagem 13/31 compõe o *corpus* de 19 reportagens analisadas.

---

<sup>76</sup> *Sonora* do secretário municipal de Governo na entrevista de Lília Teles, exibida em 2013.

### 10.2.2 Reportagem 14/31 exibida em 20/02/2013: *Usuários de crack do Rio voltam a ser vistos na Avenida Brasil*

A reportagem tem um minuto e cinquenta e seis segundos, foi coberta pela repórter Lília Teles e exibida no dia 20 de fevereiro de 2013. No telejornal, foi apresentada por William Bonner, que destacou que, no Rio de Janeiro, usuários de *crack* podiam ser vistos novamente na Avenida Brasil, um dia depois do início da internação de adultos por orientação médica. Nessa reportagem, mostrou-se a ação de agentes da assistência social no sentido de encaminhar usuários de *crack* para tratamento no hospital no Rio e ganhou destaque o fato de que usuários de *crack* continuavam no mesmo lugar e alguns foram recolhidos porque não tinham forças para resistir aos agentes. A equipe pôde entrar na enfermaria, mas não pôde gravar imagens.

A repórter iniciou narrando: “Os usuários de *crack* estão no mesmo lugar e se arriscando na frente dos carros. Alguns, de tão debilitados, não têm forças para resistir à ação dos agentes. Os dependentes recolhidos hoje também foram encaminhados para hospitais públicos do Rio”. São comuns as expressões “viciados”, “pacientes” e frases que buscam contextualizar as imagens e o fato, como: “chegaram desidratados e desorientados. Estavam sem comer, sem banho e sem dormir há mais de uma semana”, “dois jovens têm o vírus HIV e uma adolescente foi diagnosticada com tuberculose”, “foram atendidos por um clínico geral, um psiquiatra e psicólogos”. A fala do secretário municipal de Governo serve para explicar o tipo de tratamento/serviço oferecido: medicamentos eram ministrados e fazia-se a contenção dos dependentes para que não atentassem, de forma violenta, contra si mesmos ou contra outras pessoas. O coordenador de Atendimento Psiquiátrico da Prefeitura do Rio de Janeiro foi enfático ao dizer que: “Será oferecida a oportunidade de eles abandonarem aquele estilo de vida. Ao contrário do que muita gente pensa, eles desejam abandonar”. O encerramento se deu com a fala do coordenador de atendimento psiquiátrico, o qual trouxe uma interpretação que ia de encontro, segundo ele, ao que a maioria das pessoas pensa sobre a disposição de os usuários de *crack* abandonarem o vício.

A reportagem é parte de uma sequência de reportagens exibidas no *Jornal Nacional* sobre as internações compulsórias no Rio de Janeiro. Lília Teles (TELES, 2017) concedeu entrevista por telefone e o fato de essa reportagem trazer uma fonte

que aponta dissonância entre o senso comum é um elemento importante para esta pesquisa.

### **Síntese descritiva da reportagem 14/31 exibida em 20/02/2013**

A reportagem tem como pauta central o fato de que, um dia após o início da internação involuntária de adultos no Rio de Janeiro, usuários de *crack* são facilmente encontrados na Avenida Brasil, região movimentada do centro do Rio. Lília Teles concedeu entrevista por telefone e a reportagem 14/31 compõe o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho.

#### 10.2.3 Reportagem 15/31 exibida em 21/02/2013: *Homem pede para ser acorrentado para tentar se livrar da dependência do crack*

Exibida no dia 21 de fevereiro de 2013 com duração de um minuto e cinquenta e cinco segundos, essa reportagem foi gravada em Samambaia, Distrito Federal, e conduzida pela repórter Giulliana Morrone. A apresentadora Patrícia Poeta chamou a reportagem de Giulliana Morrone, destacando a história de um rapaz de Brasília que pedia para ser acorrentado para se livrar do uso de drogas. A reportagem contou a história de um dependente químico que pediu para ser acorrentado pela mãe numa tentativa de se livrar da dependência do *crack*. O rapaz tinha, à época, 25 anos, usava droga desde os 15 e conheceu o *crack* quatro anos antes. Porém, em um dos dias que o rapaz pediu para tirar as correntes dos pés, a mãe saiu de casa e, quando voltou, ele tinha fugido para comprar *crack*. A repórter narrou: “A família conta que ele passou a roubar objetos da casa, pedir esmola nas ruas para comprar drogas”.

A *sonora* do rapaz tem o seguinte conteúdo: “Eu sou mais pedir pra botar essa corrente na minha perna pra mim ficar dentro de casa e aguentar aqui mesmo que eu fique sentindo mal com a fissura do negócio, do que eu sair para rua arriscado a morrer”. A família recebeu a ajuda de um vizinho que “convenceu uma clínica particular a levá-lo para tratamento”, explicou a repórter. Quando o rapaz apareceu sendo levado para a clínica, ele disse: “Eu vou falar pra quem tiver ouvindo essa reportagem aí... Não entra nessa droga aí não. É raiva, é ódio, tudo junto. É cinco segundos de céu quando usa e o resto tudo de inferno”. A repórter disse que aquele dia representou esperança para a mãe do rapaz. “A gente cria um filho para ele viver

uma vida de sucesso, aí de repente, você... É como se puxasse o tapete. Ele vai sair disso”, relatou a mãe do rapaz, que chorou muito na entrevista.

Essa reportagem foi considerada nesta análise, tendo em vista que Giulliana Morrone (MORRONE, 2017) foi entrevistada e que a reportagem trouxe como fontes de informação apenas o usuário de *crack* e a mãe. Além disso, como unidade de análise, compõe uma sequência de conteúdos exibidos na mesma semana pelo *Jornal Nacional*.

### **Síntese descritiva da reportagem 15/31 exibida em 21/02/2013**

A reportagem tem como pauta central o drama de um jovem rapaz viciado em *crack* que pede para ser acorrentado como forma de evitar consumir a droga. Giulliana Morrone concedeu entrevista por telefone e a reportagem 15/31 compõe o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho.

#### 10.2.4 Reportagem 16/31 exibida em 23/01/2013: *Usuários de crack se misturam aos traficantes e dificultam controle da droga*

A reportagem foi exibida no dia 23 de janeiro de 2013 e abriu a edição do *Jornal Nacional* com três minutos e sete segundos de duração. O repórter especial César Menezes foi quem cobriu o assunto para o telejornal. O apresentador William Bonner chamou a reportagem, dizendo que a maior cidade brasileira implantou, naquela semana, um serviço para facilitar a internação compulsória de usuários de *crack*. Os repórteres demonstraram por que o consumo de *crack* é tão difícil de ser combatido. Segundo a reportagem, a grande oferta e o preço baixo facilitavam o consumo do *crack*. A polícia tentava evitar a entrada da droga. Mas a reação era a violência contra qualquer um que se aproximasse do grupo. A reportagem citou a pesquisa da Confederação Nacional dos Municípios, segundo a qual 98% dos municípios têm problema com *crack*, dados sobre a quantidade da droga que chegava ao país e afirmou que os dados apontavam para o aumento da droga no Brasil. O repórter narrou:

Essas imagens foram gravadas na cracolândia, no centro de São Paulo. O homem à direita do vídeo é um dependente químico, mas ele também vende a droga. Uma pequena quantidade para um usuário, depois para outro. Até que ele mesmo se senta e consome o *crack* no meio de um grupo que o vício tirou da família, do emprego e deixou na rua. Fora de casa e sem renda, o dependente faz qualquer coisa para alimentar um vício que é mais forte do que ele. Pede esmola, se prostitui, rouba, vende o que tiver nas mãos, até um pedaço da próxima pedra de *crack* que ele vai fumar. E assim ele participa de uma espécie de microtráfico difícil de combater.<sup>77</sup>

O representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública explicou a dificuldade para tratar o assunto, afirmando que não seria possível criar uma zona de contenção absoluta porque eram vários traficantes da droga e, segundo ele, no momento em que um traficante era preso, outros três entravam no lugar daquele.

O secretário de Segurança Pública do Estado São Paulo concordou que o microtráfico complicava ainda mais o problema que cresceu na última década, mas disse que a polícia precisava encontrar formas de vencer a dificuldade. Destacou o trabalho da Polícia Civil, que era mais demorado para identificar as pessoas ligadas aos microtraficantes para prender essas pessoas.

O repórter apresentou o entendimento de uma pesquisadora da Unifesp: “Para esta psiquiatra que estuda a dependência química, as ações de combate ao *crack* não são feitas de forma coordenada, nem têm base científica. Ela defende a realização de um estudo nacional para redefinir o combate às drogas”. Na sequência, veio a fala da psiquiatra e pesquisadora: “O fenômeno drogas é um fenômeno importante, ele precisa ser cuidado, ele angustia a população, ele gera epidemias. A gente sabe pouco o que fazer no Brasil”.

O encerramento foi feito por William Bonner na bancada do telejornal por meio de uma *nota pé*:

A Justiça determinou hoje a primeira internação compulsória de um viciado desde que o serviço de atendimento começou a funcionar em São Paulo. O dependente deve ficar internado pelo menos 30 dias em unidade da rede pública ou privada, custeada pelo estado. O número de ligações diárias para o serviço subiu nessa semana: de 140 para 300.<sup>78</sup>

---

<sup>77</sup> Texto de César Menezes para o *Jornal Nacional* em 2013.

<sup>78</sup> Texto é de William Bonner na reportagem de César Menezes em 2013.

### **Síntese descritiva da reportagem 16/31 exibida em 23/01/2013**

A reportagem tem como pauta central o problema do microtráfego e da dificuldade de reconhecer usuários e traficantes de *crack* nos espaços denominados como “cracolândias” em São Paulo. César Menezes concedeu entrevista por *e-mail* e a reportagem 16/31 compõe o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho.

#### 10.2.5 Reportagem 17/31 exibida em 25/02/2013: Internação compulsória de dependentes de crack completa um mês

A reportagem teve dois minutos e vinte e quatro segundos de duração e foi exibida no dia 25 de fevereiro de 2013. A cobertura foi do repórter especial Renato Biazzini. O apresentador William Bonner informou que um mês e uma semana depois da disponibilização do serviço que facilitou a internação dos dependentes de *crack* em São Paulo, apesar da controvérsia envolvendo internação compulsória, não houve nenhum caso registrado de internação de pessoas contra a própria vontade, por decisão da Justiça. Bonner destacou que os pedidos de tratamento aumentaram de 30 por semana para 60 pedidos de tratamento de dependentes químicos por dia.

Renato Biazzini começou contando a história emocionante de um pai que queria internar o filho: “Seu Edmundo se emociona porque conseguiu a chance que tanto queria para o filho de 18 anos”. O pai, bastante emocionado, falou na reportagem. O filho explicou por que pediu para ser internado: “Por causa do meu pai, da minha família toda, por causa de mim mesmo”. Renato Biazzini citou dados da Secretaria de Saúde: desde o dia 21 de janeiro, ocorreram 244 internações voluntárias e 17 involuntárias, a pedido da família e com aprovação médica. O repórter destacou que, mesmo sem autorizar nenhuma internação compulsória, os juizes e promotores de plantão vinham fiscalizando os serviços prestados pelas equipes de saúde.

O repórter apresentou o juiz que analisou 70 casos e disse que uma parte se referia a pedidos de internação que não foram cumpridos, apesar da recomendação médica. A reportagem exemplificou com a *sonora* de uma mãe de dependente químico que demorou mais de 90 dias para internar o filho, mesmo com laudo médico: “Eu espero que meu filho seja tratado, que eu possa cuidar dele, dar comida pra ele, porque nem comer ele não come”.

“A questão das vagas, me parece que há uma falta de comunicação operacional e logística entre as centrais de vagas do município de São Paulo e do

estado de São Paulo”, afirmou o juiz. O governador de São Paulo Geraldo Alckmin rebateu: “Não há nenhuma dificuldade no diálogo. Nós estamos fazendo aí um mutirão avançando em todas as vagas em hospitais públicos do estado e também do setor privado”.

A reportagem apresentou a controvérsia entre a fala do juiz, responsável por fiscalizar o trabalho das equipes de saúde, e a fala do governador de São Paulo. Renato Biazzi (BIAZZI, 2017) concedeu entrevista e a reportagem se propôs a cobrir o assunto após um mês do início do trabalho que facilitou as internações. A reportagem, portanto, constitui-se como importante unidade de análise para este trabalho.

### **Síntese descritiva da reportagem 17/31 exibida em 25/02/2013**

A reportagem tem como pauta central o balanço de um mês após o início das internações compulsórias de usuários de *crack* em São Paulo. Renato Biazzi concedeu entrevista por telefone e a reportagem 17/31 compõe o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho.

#### 10.2.6 Reportagem 18/31 exibida em 20/05/2013: *Vício do crack alcança índios em aldeia do Amazonas*

Essa reportagem integrou uma série de reportagens do *Jornal Nacional* cuja repórter, Bette Luchese, viajou pelo Brasil para compreender a extensão do problema do consumo do *crack*. A série foi constituída de quatro reportagens exibidas em dias seguidos do mês de maio de 2013. O apresentador William Bonner chamou a reportagem de quatro minutos e vinte e oito segundos com o seguinte texto: “Nesta semana, o *Jornal Nacional* vai exibir uma série de reportagens especiais sobre uma praga que se espalha no Brasil inteiro: o consumo de *crack*”. No primeiro material exibido na série, a repórter Bette Luchese informou que o telejornal comprovou uma suspeita: “Não existe mais área livre do *crack* no nosso país. A droga capaz de viciar em oito segundos chegou a comunidades que pareciam estar a salvo”.

O problema do consumo do *crack* foi apresentado a partir de cenas de violência – que se assemelhavam a cenas de conflitos urbanos –, conforme relatou a repórter; roubos e furtos praticados por jovens índios para consumo de *crack*; alcoolismo, que, segundo a reportagem, potencializa os efeitos da droga; dificuldade de convencer os

jovens a trabalhar nas aldeias; e facilidade de acesso à droga – indicada por um policial federal que contextualizou geograficamente a região próxima de fornecedores de droga.

### **Síntese descritiva da reportagem 18/31 exibida em 20/05/2013**

A reportagem teve como pauta central o avanço do consumo do *crack* em regiões do país antes consideradas livres da droga. Bette Luchese não foi entrevistada, apesar das tentativas feitas no aplicativo Messenger, do Facebook. A reportagem é a primeira de uma série de quatro e não compõe o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho.

#### 10.2.7 Reportagem 19/31 exibida em 21/05/2013: *Crack também faz vítimas entre trabalhadores das lavouras*

A segunda reportagem da série sobre *crack* durou três minutos e trinta e sete segundos e foi apresentada por Patrícia Poeta, que sinalizou que, no tocante

[...] à saúde pública, é muito mais fácil reduzir os danos de uma doença antes que ela se transforme em epidemia porque, depois que a contaminação se espalha entre milhares de vítimas, toda ação de controle acaba se tornando muito mais complexa e é mais ou menos isso que o Brasil está vendo acontecer hoje com o *crack*.<sup>79</sup>

Bette Luchese gravou familiares e usuários de *crack* em lavouras do Mato Grosso do Sul e afirmou que o consumo do *crack* “é uma praga”. O presidente do Conselho Antidrogas do Ministério da Saúde foi ouvido e comentou a demora do governo federal em reconhecer a situação de epidemia do *crack*. Ele afirmou, em entrevista, que, à época, já havia uma situação de pandemia que poderia levar o país ao caos.

### **Síntese descritiva da reportagem 19/31 exibida em 21/05/2013**

A reportagem teve como pauta central o consumo do *crack* e as consequências do uso da droga em lavouras no Mato Grosso do Sul. Bette Luchese não foi entrevistada, apesar das tentativas feitas no aplicativo Messenger, do Facebook. Por

---

<sup>79</sup> Texto de Patrícia Poeta na reportagem de Bette Luchese, exibida em 2013.



essa razão, a reportagem – segunda de uma série de quatro – não compõe o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho.

#### 10.2.8 Reportagem 20/31 exibida em 23/05/2013: Crack causa dependência em garimpeiros do Sertão Baiano

A terceira reportagem da série sobre *crack* exibida no *Jornal Nacional* teve duração de três minutos e vinte e nove segundos e apresentou a “praga” (como o telejornal anuncia) nos garimpos do sertão baiano. Bette Luchese mostrou o cotidiano arriscado do trabalho dos garimpeiros e entrevistou usuários de *crack* e um rapaz que não usava a droga e já havia visto morrer, no garimpo, sete pessoas viciadas em *crack*. A reportagem ouviu um delegado da Polícia Civil que contextualizou o problema no interior da Bahia.

#### **Síntese descritiva da reportagem 20/31 exibida em 23/05/2013**

A reportagem teve como pauta central o consumo do *crack* em regiões de garimpo do sertão baiano. Bette Luchese não foi entrevistada, apesar das tentativas feitas no aplicativo Messenger, do Facebook. Por essa razão, a reportagem – terceira de uma série de quatro – não compõe o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho.

#### 10.2.9 Reportagem 21/31 exibida em 24/05/2013: *Brasil é o maior consumidor de crack do mundo, segundo estudo da Unifesp*

A quarta e última reportagem da série de reportagens do *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack* teve duração de cinco minutos e sete segundos e se iniciou com a história de um viciado que, depois de ser preso, foi liberado. A repórter entrevistou Sérgio Harfouche, promotor e presidente do Conselho Estadual Antidrogas do Ministério da Saúde, que enfatizou que não dava para continuar lidando com o usuário de *crack* como se ele tivesse a escolha de usar a droga e reforçou a ideia de que o usuário de *crack* precisa ser levado à abstinência por vontade própria ou não.

A reportagem ouviu também Regina Miki, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, que revelou que a política de encarceramento dos usuários não deu certo e

reconheceu que o consumo de *crack* não é um problema só de segurança pública, mas de saúde pública que afeta a segurança pública.

Paulo Amarante, pesquisador da Fiocruz, em entrevista, disse:

Como é que se para uma dependência? Se não tiver um mínimo de adesão da pessoa, um mínimo de desejo? Se a questão está crescendo no país, é necessário que se constitua uma política regular de Estado permanente aonde este serviço seja constituído com certo planejamento, com consistência, com recursos.<sup>80</sup>

A repórter informou que, segundo os pesquisadores, um em cada 95 brasileiros já teria “caído na armadilha do *crack*”. Ronaldo Laranjeira, pesquisador em saúde mental, disse:

Este é o maior mercado consumidor de *crack* do mundo. Acho que não tem local, região ou mesmo cidade que esteja imune do acesso do mercado do *crack* no Brasil. Nós temos aí um amadorismo das políticas federais que é incompatível com a dimensão do problema. A sociedade precisa saber que, se nós continuarmos nesse amadorismo, nós vamos continuar pagando um preço alto com as grávidas usando o *crack*, com os adolescentes usando o *crack* e com um custo para as famílias muito grande.<sup>81</sup>

A última reportagem da série trouxe informações sobre os investimentos feitos pelo governo federal em dezembro de 2011 a partir do lançamento de um programa de combate ao *crack* e anunciou a abertura de mais de 13 mil leitos para usuários de álcool e drogas em todo o país. A previsão era investir R\$ 4 bilhões até 2014. Segundo a Casa Civil da Presidência da República, até aquele momento, haviam sido gastos R\$ 1,2 bilhão, 30% do total. Ao final da reportagem, usuários comentaram o que fizeram para consumir *crack* e afirmaram que queriam se livrar do vício.

### **Síntese descritiva da reportagem 21/31 exibida em 24/05/2013**

A reportagem teve como pauta central as ações, em termos de políticas públicas, para conter o consumo do *crack* no país. Bette Luchese não foi entrevistada, apesar das tentativas feitas no aplicativo Messenger, do Facebook. Por essa razão, a reportagem – quarta e última de uma série – não compõe o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho.

---

<sup>80</sup> Paulo Amarante, pesquisador da Fiocruz, em reportagem de Bette Luchese, em 2013.

<sup>81</sup> Ronaldo Laranjeira, pesquisador em saúde mental, em reportagem de Bette Luchese, em 2013.

10.2.10 Reportagem 22/31 exibida em 20/09/2013: *Filhos de viciadas em crack já chegam ao mundo com muitos problemas*

A reportagem é de José Roberto Burnier, repórter com quem não conseguimos contato para a realização de entrevista, e teve a duração de dois minutos e quarenta segundos. A apresentadora trouxe informação de um estudo da Fiocruz sobre o consumo de *crack* no Brasil que concluiu que quase metade das mulheres viciadas engravidou pelo menos uma vez depois de começar a consumir a droga. O repórter mostrou a maternidade especializada em gravidez de alto risco e citou a pesquisa da Fiocruz, segundo a qual, em geral, os bebês nascem prematuros e exigem cuidados especiais. O repórter ouviu o diretor do hospital e informou que, segundo ele, o *crack* ingerido pela mãe ataca a parede da placenta, interfere no crescimento e na oxigenação do bebê e pode levar à morte súbita. Quando o bebê resiste, em geral, nasce irritadiço, muito excitado e agitado e, dependendo do tempo que a criança foi exposta às drogas, outros problemas podem surgir. Na *sonora* do diretor do hospital, ele detalhou os efeitos da droga na vida da criança.

Em uma das passagens, o repórter destacou que “o *crack* é uma droga tão devastadora” que, em alguns casos, é responsável por afastar a criança da mãe definitivamente. O coordenador de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo foi ouvido e descreveu como funcionava a identificação da família extensiva nesses casos em que a mãe abandona o bebê. Ele disse que, quando não há essa possibilidade, as crianças vão para abrigos e lá permanecem por tempo indeterminado.

**Síntese descritiva da reportagem 22/31 exibida em 20/09/2013**

A reportagem teve como pauta central as consequências do consumo do *crack* para grávidas. José Roberto Burnier não foi entrevistado, apesar das tentativas feitas pelo *e-mail* institucional do repórter. Por essa razão, a reportagem não integra o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho.

### 10.3 Reportagens sobre o consumo de *crack* exibidas no *Jornal Nacional* em 2014

Em 2014, o *Jornal Nacional* apresentou apenas três reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga. O ano foi marcado por eventos mundiais no cenário esportivo, como a Copa do Mundo e as eleições majoritárias. Em nossa busca, na coleta de dados, foram encontradas as reportagens de Renato Biazzi (BIAZZI, 2017), Fábio Turci (TURCI, 2017) e Zileide Silva. A repórter Zileide Silva não respondeu aos nossos pedidos de entrevistas encaminhados *e-mail* e pelo aplicativo Messenger, da rede social Facebook.

#### 10.3.1 Reportagem 23/31 exibida em 14/01/2014: *Dependentes químicos vão ganhar emprego, hospedagem e alimentação em SP*

A reportagem de Renato Biazzi teve duração de dois minutos e trinta e um segundos e foi exibida no dia 14 de janeiro de 2014. A apresentadora Ana Paula Araújo anunciou que a cidade de São Paulo começou “mais uma tentativa de combater o consumo de *crack*”. “Dependentes químicos vão ganhar hospedagem, alimentação e emprego”. Renato Biazzi mostrou imagens da desmontagem de barracos de madeira por equipes da Prefeitura de São Paulo e disse que essa era uma “nova tentativa de acabar com a cracolândia que concentra dependentes de *crack* no centro da cidade”. Os dependentes, aproximadamente 300 pessoas, trabalhariam na limpeza da cidade e no recolhimento de materiais recicláveis. O programa previa quatro horas por dia de trabalho e duas horas de requalificação profissional. Como contrapartida, a prefeitura oferecia três refeições diárias, R\$ 15,00 (quinze reais) por dia trabalhado com pagamento semanal, além de hospedagem em hotéis recentemente reformados e cadastrados no programa.

O repórter mostrou as dependências de um dos hotéis e explicou como funcionaria o programa: “Outro ponto do programa é mais polêmico. Os dependentes não serão obrigados a fazer tratamento médico, mas os que quiserem serão encaminhados”, afirmou o repórter. O secretário municipal de Saúde de São Paulo complementou:

O tratamento é pra que essa pessoa reconstrua a tua vida, reconstrua a vida dela e pra que possa ver que ela possa ser feliz, ela possa buscar no trabalho, no emprego, na reestruturação dos amigos, da família. E a saúde eu acho que é um passo importante pra isso, pra ele buscar seu bem-estar integral.<sup>82</sup>

Em entrevista, uma psiquiatra condenou a falta de tratamento: “Eu acho que é uma medida ingênua, bem-intencionada, mas infelizmente boas intenções não funcionam numa situação tão grave como essa. Então, eu não vejo muita coerência de você promover a reinserção antes de fazer o tratamento”. O repórter ouviu uma dependente química que aprovava a ideia do programa e planejava um recomeço: “É um bom trabalho, pegar meu filho e ter minha casa”. O repórter interveio e afirmou: “Ser feliz?”. E a dependente química respondeu: “Com certeza, se Deus quiser”.

A apresentadora Ana Paula Araújo encerrou a reportagem com o seguinte texto: “A Prefeitura de São Paulo afirmou que o programa mostrado na reportagem tem mesmo como objetivo a reinserção social e voltou a dizer que o tratamento da dependência não é obrigatório para os participantes do programa, mas que será oferecido para os que pedirem”.

A reportagem interessa a esta pesquisa, considerando que o repórter Renato Biazzi (BIAZZI, 2017) concedeu entrevista para a pesquisa e porque constitui uma sequência de duas reportagens no início do ano de 2014. Além disso, apresenta controvérsias entre as ações do poder público e a opinião de pesquisadores da área de saúde.

### **Síntese descritiva da reportagem 23/31 exibida em 14/01/2014**

A reportagem tem como pauta central as ações de inclusão da Prefeitura de São Paulo com o objetivo de combater o consumo do *crack*. Renato Biazzi foi entrevistado e, por essa razão, a reportagem 23/31 integra o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho.

---

<sup>82</sup> *Sonora* do secretário municipal de Saúde de São Paulo, reportagem de Renato Biazzi, em 2014.

### 10.3.2 Reportagem 24/31 exibida em 16/01/2014: *Dependentes de crack têm primeiro dia de trabalho em projeto de São Paulo*

A apresentadora Ana Paula Araújo chamou a reportagem de Fábio Turci com duração de dois minutos e um segundo, exibida no dia 16 de janeiro de 2014. O repórter iniciou com o seguinte texto: “Pra quem vive como escravo da droga, trabalho já não faz parte da rotina. Por isso, foi preciso ensinar como seria esse dia diferente”. “Bastou colocar o uniforme para alguns se sentirem mudando de lado”, narrou o repórter. Dois usuários de *crack* foram ouvidos. O primeiro deles disse: “Como nós era tratado como lixo, agora nós vai limpar o lixo, né?”. A usuária de *crack* disse: “Eu tô bem, entendeu? Se minha mãe tiver vendo, for ver essa entrevista, ela vai estar mais feliz ainda, entendeu, do que eu, eu acho, porque ela também é gari”.

O repórter descreveu o funcionamento do trabalho de gari, a duração e o valor pago pela prefeitura. A secretária de Assistência Social de São Paulo foi ouvida e afirmou que a rotina se estabeleceria com tranquilidade, apesar dos problemas enfrentados, previstos pelo governo. Fábio Turci destacou que o programa previa capacitações e que ninguém seria obrigado a largar a droga para ser atendido no programa. A reportagem mostrou que a prefeitura limpou a área da “cracolândia”, desmontando barracas onde a maioria dos usuários de *crack* estava morando. “Melhoras pra minha vida e pra vida de todos”, comentou um usuário de *crack*.

Segundo a reportagem, a ação da prefeitura dividiu a “cracolândia” em duas áreas distintas: uma em que as ruas estão sendo limpas, barracas desmontadas, as pessoas encaminhadas a hotéis e a trabalho; e a outra em que continuavam a venda e o consumo da droga. A prefeitura comprometeu-se a atender essa segunda área em outra etapa do programa. O repórter finalizou com o seguinte texto: “Nesta área degradada de São Paulo, onde a droga impera há anos e o poder público nunca conseguiu fazer muita coisa, quem já está sendo atendido espera que agora funcione”. Após esse trecho, um usuário da droga atendido pelo programa disse: “Segurar porque uma oportunidade, se você não segurar, ela pode ó, pelas suas mãos, escapar, então, você tem que segurá-la”.

Essa reportagem foi exibida dois dias depois da reportagem de Renato Biazzini no *Jornal Nacional*. Fábio Turci concedeu (TURCI, 2017) entrevista via *e-mail* e a reportagem é relevante como unidade de análise, pois contextualizou o programa da Prefeitura de São Paulo e deu voz aos usuários de *crack*.

### **Síntese descritiva da reportagem 24/31 exibida em 16/01/2014**

A reportagem teve como pauta central o primeiro dia de trabalho de usuários de *crack* em um projeto cujo objetivo era combater o consumo de *crack* em São Paulo. Fábio Turci concedeu entrevista por *e-mail*, portanto a reportagem 24/31 integra o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho.

#### 10.3.3 Reportagem 25/31 exibida em 21/08/2014: *Ex-viciado abre mão do dinheiro para se livrar do crack*

A reportagem de Zileide Silva foi apresentada por Ana Paula Araújo, apresentadora do *Jornal Nacional*, e teve duração de dois minutos e vinte segundos no dia 21 de agosto de 2014. A chamada foi: “Você vai ver agora na reportagem da Zileide Silva a história de um homem que trocou uma recompensa em dinheiro pelo tratamento para se livrar da droga”. A única fonte da reportagem foi o personagem identificado como o marceneiro Adailson Carvalho, apresentado pelo texto da repórter Zileide Silva como “um marceneiro de mão cheia. As ferramentas ele ganhou por causa da qualidade do serviço. Profissão que aprendeu ainda criança olhando outro marceneiro em Redenção, no Pará”.

Zileide Silva contou que havia cinco anos que a história do marceneiro mudara “por causa do *crack* que ele conheceu quando foi morar em São Paulo, antes de vir morar em Brasília”. Em seguida, o personagem apareceu nas imagens e se descreveu: “Eu vivia na insanidade e eu sofria por saber que minha mãe estava sofrendo por mim. Então eu sofria dos dois lados, então isso aí acabava eu mais ainda”.

A repórter contou a história do rapaz – “O Adailson perdeu o emprego, se afastou da família, passou a viver nas ruas” – e mostrou os resultados usando a expressão “dias sem uso da droga, aumento de peso e reinserção social pelo trabalho” com a finalidade de contextualizar o fato de ele não estar mais usando droga. O ex-dependente químico ensinava o ofício de marceneiro a outros pacientes que faziam tratamento voluntário na ONG Salve a Si. Nas palavras da repórter, o que Adailson realmente queria era “virar uma página”. O personagem, então, finalizou afirmando: “O que eu quero agora é reconstruir minha vida. Ter oportunidade de fazer reparações

para as pessoas que eu causei dano, que eu contrariei. Tudo isso aí eu quero na minha vida. A droga me tirou tudo isso aí”.

Essa reportagem chama atenção por focar um personagem que protagoniza a reportagem. Ele é a única fonte que fala e ocupa um tempo significativo no telejornal. Ao longo desta pesquisa, tentamos vários contatos com a repórter Zileide Silva com a finalidade de entrevistá-la, embora nossos contatos não tenham sido respondidos.

#### **Síntese descritiva da reportagem 25/31 exibida em 21/08/2014**

A reportagem teve como pauta central a história de um ex-dependente químico que recusou dinheiro para se livrar do consumo de *crack*. Zileide Silva não foi entrevistada, apesar das tentativas feitas pelo *e-mail* institucional da repórter e do aplicativo Messenger, do Facebook. Por essa razão, a reportagem 25/31 não integra o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho.

#### **10.4 Reportagens sobre o consumo de *crack* exibidas no *Jornal Nacional* em 2015**

Em 2015, duas reportagens sobre o consumo do *crack* e suas implicações foram exibidas no *Jornal Nacional*, uma no dia 20 de junho e outra no dia 1º de dezembro, coberturas feitas, respectivamente, pelos repórteres Jonas Campos e César Galvão (GALVÃO, 2017). As reportagens estão descritas a seguir, porém não conseguimos contato com Jonas Campos para entrevistá-lo.

##### **10.4.1 Reportagem 26/31 exibida em 20/01/2015: *Especialistas apontam que o crack é um dos maiores responsáveis pela violência no RS***

A reportagem de Jonas Campos, repórter da afiliada da Globo RBS TV, teve dois minutos e trinta e seis segundos de duração e foi exibida no dia 20 de junho de 2015. O repórter iniciou dizendo: “Uma praga que se espalha rapidamente”. Em seguida, ouviu um ex-usuário de *crack* que comentou como era a vida no período em que usou *crack*. Um delegado da Polícia Civil do Rio Grande do Sul foi ouvido e vinculou a violência às drogas. A reportagem mostrou que o tráfico acontecia próximo ao prédio da Secretaria de Segurança Pública. A reportagem ouviu um tenente coronel da Brigada Militar do Rio Grande do Sul que explicou a dificuldade do combate ao



tráfico. A coordenadora do Centro de Atenção Psicossocial também foi ouvida e falou sobre o que entendia por recuperação a partir da fala dos dependentes químicos atendidos.

Apesar de ter duração significativa no *Jornal Nacional*, essa reportagem não entra no escopo desta pesquisa, pois o repórter Jonas Campos não foi entrevistado, uma vez que não conseguimos qualquer forma de contato com o repórter.

### **Síntese descritiva da reportagem 26/31 exibida em 20/01/2015**

A reportagem teve como pauta central o consumo do *crack* como causador de maior violência no estado do Rio Grande do Sul. Não foi possível o contato com o repórter Jonas Campos, por essa razão a reportagem 26/31 não integra o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho.

#### 10.4.2 Reportagem 27/31 exibida em 01/12/2015: *Polícia prende 11 suspeitos de abastecer crackolândia em São Paulo*

A reportagem exibida no dia 1º de dezembro de 2015 é de César Galvão e teve duração de um minuto e vinte e seis segundos. Heraldo Pereira apresentou a reportagem e o repórter contextualizou o local, no centro de São Paulo, por onde passavam 800 pessoas por dia. Nas palavras do repórter, esse local parecia um “feirão de drogas”. O repórter narrou como foi a operação de investigação e explicou a rota da droga que abastecia o mercado consumidor de São Paulo e Rio de Janeiro. Um delegado foi ouvido e encerrou a matéria dizendo que a prisão das pessoas e a apreensão de dinheiro fruto do tráfico de *crack* eram “o combate a esse tipo de traficante, sem dúvida alguma, é um golpe ao crime organizado”.

César Galvão (GALVÃO, 2017) foi entrevistado e a reportagem é considerada uma unidade de análise para o presente trabalho porque apresenta a perspectiva do consumo da droga a partir do viés da segurança pública.

### **Síntese descritiva da reportagem 27/31 exibida em 01/12/2015**

A reportagem teve como pauta central a prisão de 11 suspeitos de alimentar o espaço de consumo de *crack* – “crackolândias” – em São Paulo. César Galvão foi entrevistado por telefone, portanto a reportagem 27/31 integra o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho.

### **10.5 Em 2016, o *Jornal Nacional* não apresentou reportagens sobre o consumo do *crack***

Não podemos deixar de considerar o fato de que, em 2016, o telejornal não exibiu nenhuma reportagem relativa ao consumo do *crack*. O conteúdo do *Jornal Nacional*, nesse ano, se concentrou em temáticas relativas aos jogos olímpicos de 2016, ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, ao zika vírus, e aos casos de microcefalia acarretados pelo zika vírus, dentre outros temas.

### **10.6 Reportagens sobre o consumo de *crack* exibidas no *Jornal Nacional* em 2017**

Em 2017, as reportagens exibidas sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais decorrentes do uso da droga no *Jornal Nacional* são do mês de janeiro a setembro. Quatro reportagens foram ao ar: uma em janeiro e três em maio, cobertas, respectivamente, pelos repórteres Alberto Gaspar, César Galvão (GALVÃO, 2017), José Roberto Burnier e Fábio Turci (TURCI, 2017). Foram entrevistados os repórteres César Galvão (GALVÃO, 2017), por telefone, e Fábio Turci (TURCI, 2017), por *e-mail*. Não conseguimos contato com o repórter Alberto Gaspar, por não identificarmos formas de contato com o repórter. No caso de José Roberto Burnier, enviamos solicitações pelo *e-mail* institucional do repórter, porém não obtivemos resposta.

#### **10.6.1 Reportagem 28/31 exibida em 18/01/2017: *Na cracolândia de São Paulo, a madrugada foi de violência***

A reportagem de Alberto Gaspar, exibida em 18 de janeiro de 2017, teve duração de dois minutos e trinta e cinco segundos. A apresentadora Renata Vasconcelos anunciou dizendo que a área de São Paulo conhecida como “cracolândia” teve muita violência durante a madrugada. O repórter mostrou imagens da região e explicou que as imagens só foram possíveis porque foram feitas a distância. Enquanto isso, alguns usuários de *crack* alertavam e intimidavam o repórter cinematográfico, dizendo que o lugar era a área da “cracolândia”. A Secretaria de

Segurança Pública informou que o tumulto durante a madrugada teve início com um conflito entre moradores de rua e pessoas que frequentavam um culto religioso.

O repórter ouviu voluntários que atuavam na “cracolândia” e criticaram a ação da tropa de choque. A voluntária narrou que um deficiente físico foi agredido com cassetete. Um policial ficou ferido por coquetel molotov. Lojas foram saqueadas e imagens de câmeras de segurança mostraram pessoas invadindo o local e furtando produtos. Um supervisor de loja também foi ouvido e, segundo ele, os comerciantes estavam “acostumados com roubos”, mas que aquele episódio se enquadrava em “vandalismo”. Renata Vasconcelos encerrou, afirmando que, segundo a Secretaria de Segurança Pública, o único registro formal de pessoa ferida foi o do policial.

Essa reportagem ocupou um tempo significativo no *Jornal Nacional*, mas não integra esta análise, uma vez que não foi possível fazer contato com o repórter Alberto Gaspar para entrevistá-lo.

### **Síntese descritiva da reportagem 28/31 exibida em 18/01/2017**

A reportagem teve como pauta central a violência na madrugada de São Paulo. O repórter Alberto Gaspar não foi entrevistado, portanto a reportagem 28/31 não integra o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho.

#### 10.6.2 Reportagem 29/31 exibida em 22/05/2017: *Polícia desmonta crackolândia de SP, mas usuários de crack voltam*

A reportagem exibida no dia 22 de maio de 2017 teve duração de dois minutos e cinquenta e sete segundos. A apresentadora Renata Vasconcelos anunciou a reportagem de César Galvão. O repórter mostrou a região da “cracolândia” e como foi a operação da polícia para a apreensão de drogas, armas e equipamentos utilizados no tráfico de *crack*. Mostrou, ainda, que a equipe de limpeza da prefeitura conseguiu limpar as ruas, o que até então não tinha sido feito em razão da permanência dos traficantes no local, denominado pelo repórter como “feira de drogas”. O repórter disse que 51 pessoas foram presas por tráfico de drogas. Há uma *sonora* do diretor do Denarc: “Nós atacamos os traficantes. Os traficantes foram presos. Aqueles que não foram presos serão. E esse é nosso trabalho”.

Segundo a reportagem, mesmo com a ação da polícia, os usuários de *crack* retornaram ao local e continuaram consumindo a droga livremente, porém começaram

a ser abordados por agentes de saúde. A ação resultou no atendimento de 150 pessoas que aceitaram algum tipo de tratamento, embora muitas pessoas continuassem nas ruas. Um especialista em dependência química foi entrevistado e disse: “Como é que eu vou conseguir convencer uma pessoa que tá ausente, não consigo falar com ele. Se ele não tiver abstinente 30, 40 dias, essa pessoa não dialoga comigo. Eu tô conversando mais é com o cachimbo que ele tá usando”.

O secretário estadual de Saúde de São Paulo disse: “Quando uma operação dessas tira o fluxo fácil da droga, ele procura o atendimento espontaneamente. Aqueles que não vierem nós vamos, proativamente, tentar convencê-los a serem tratados”. O repórter encerrou com informações atualizadas a respeito das ações policiais durante a noite.

A reportagem integra esta análise, uma vez que mostrou as ações do estado no sentido de conter o consumo de *crack* na região conhecida como *cracolândia*, por considerar fontes de informações da área da saúde e da segurança pública e por ocupar um tempo significativo no telejornal. Devemos destacar que a reportagem integrou uma sequência de coberturas feitas em uma mesma semana do mês de maio e o fato de o repórter César Galvão (GALVÃO, 2017) ter sido entrevistado para esta pesquisa.

### **Síntese descritiva da reportagem 29/31 exibida em 22/05/2017**

A reportagem teve como pauta central o desmonte de espaços usados para o consumo de *crack* em São Paulo e o retorno dos usuários de *crack* para a “*cracolândia*”. A reportagem 29/31 integra o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho, tendo em vista que César Galvão concedeu entrevista por telefone.

#### **10.6.3 Reportagem 30/31 exibida em 25/05/2017: *Prefeitura de SP e MP discutem ações na cracolândia***

A reportagem de José Roberto Burnier, exibida no dia 25 de maio de 2017, teve três minutos e trinta segundos de duração e foi apresentada por Renata Vasconcelos. O repórter afirmou que os integrantes de movimentos sociais eram contrários às ações da prefeitura e do governo de São Paulo na “*cracolândia*”. A secretária de Direitos Humanos avaliou como desastrosa a ação policial do domingo, dia 21 de maio, e pediu demissão após a declaração.

Segundo o repórter, após quatro dias de operação policial na região, a “cracolândia” mudou de lugar. O repórter ouviu usuários que não foram cadastrados nos serviços de assistência social e disse que a prefeitura havia pedido à Justiça para internar dependentes químicos contra a vontade deles. O Ministério Público reagiu contrariamente ao pedido, por meio de uma *sonora* de uma promotora pública. A prefeitura rebateu e classificou como “pedido cirúrgico” a alternativa de internar compulsoriamente. O prefeito de São Paulo, João Doria, discutiu correções do projeto com o Ministério Público e a reportagem foi encerrada com a fala do prefeito.

### **Síntese descritiva da reportagem 30/31 exibida em 25/05/2017**

A reportagem teve como pauta a discussão e a avaliação das ações realizadas na mesma semana pelo poder público em espaços de consumo de *crack* em São Paulo. A reportagem 30/31 não integra o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho, tendo em vista que o repórter José Roberto Burnier não respondeu aos nossos contatos de pedido de entrevista.

#### 10.6.4 Reportagem 31/31 exibida em 27/05/2017: *Crack chegou a Nova Iorque há 30 anos e prefeitura declarou guerra à droga*

A reportagem do correspondente especial do *Jornal Nacional* em Nova Iorque, Fábio Turci, teve duração de um minuto e cinquenta e oito segundos e foi exibida no dia 27 de maio de 2017, após duas outras reportagens sobre o assunto exibidas naquela semana. A apresentadora do *Jornal Nacional*, Sandra Annenberg, chamou a reportagem: “A prefeitura de Nova Iorque declarou guerra ao *crack* quando a droga virou um problema de saúde pública décadas atrás. Os métodos foram polêmicos, mas acabaram com as cracolândias de lá”.

O repórter abriu a reportagem com imagens que cobrem o *off*:

Quando o *crack* chegou a Nova Iorque, em 1984, já era consumido em outras cidades, como Miami e Los Angeles. Ainda assim, era uma droga desconhecida e as autoridades não estavam preparadas pra ela. O *crack* começou a ser consumido nas ruas do Bronx, distrito mais pobre e afastado do centro da cidade. E, por ser muito barato, logo se espalhou por outros bairros: Harlem, Washington Heights, Hell’s Kitchen, Village, Alphabet City. Traficantes, muitos deles armados, e usuários se espalhavam pelas ruas. Policiais à paisana começaram a identificar e a prender traficantes. Agentes invadiram casas onde o

*crack* era processado e embalado. Em 1990, dois em cada três assassinatos na cidade estavam ligados às drogas, principalmente ao *crack*. Nos anos seguintes, Rudolph Giuliani foi eleito prefeito e endureceu ainda mais a repressão policial. Foi a chamada política de tolerância zero. Até gente que dormia na rua poderia ser presa. Nova Iorque multiplicou por seis o número de policiais do departamento de narcóticos. Uma lei federal determinava cinco anos de prisão para quem fosse pego com cinco gramas de *crack*. Em dez anos, perto de 900 mil pessoas foram presas por envolvimento com drogas.<sup>83</sup>

A *passagem* do repórter atualizou a informação:

É difícil imaginar que há 30 anos era um perigo andar nas ruas como em bairros como esse aqui, o Village, por exemplo. Os números mostram que a forte repressão policial mandou para a prisão muito mais os pobres, a maioria negros, que consumiam a droga mais barata. Para alguns estudiosos, o *crack*, não só aqui em Nova Iorque, mas nos Estados Unidos como um todo, teve um ciclo de apenas uma geração. Os jovens de hoje que se envolvem com drogas preferem outras substâncias.<sup>84</sup>

A reportagem de Fábio Turci tem especial interesse para esta pesquisa, pois contextualiza, no curto espaço de tempo que teve no telejornal, a experiência dos Estados Unidos com o consumo do *crack*. Além disso, se baseia em estrutura diferenciada das demais, com apenas *off* e passagem do repórter, sem ter utilizado *sonoras* de entrevistados para compor o material jornalístico. Como unidade de análise, apresenta um contraponto entre as medidas adotadas em Nova Iorque para combater o consumo do *crack* e a realidade atual. Fábio Turci (TURCI, 2017) concedeu entrevista e, portanto, a reportagem integra a análise.

### **Síntese descritiva da reportagem 31/31 exibida em 27/05/2017**

A reportagem teve como pauta central como a prefeitura de Nova Iorque tratou o problema do consumo de *crack* e integra o *corpus* de 19 reportagens analisadas neste trabalho, tendo em vista que Fábio Turci concedeu entrevista por *e-mail* para nossa pesquisa.

A descrição pormenorizada e a síntese descritiva apresentadas anteriormente permitem uma compreensão acerca do conteúdo veiculado nas reportagens exibidas pelo *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga.

---

<sup>83</sup> Parte do texto de Fábio Turci na reportagem exibida em 2017.

<sup>84</sup> Parte do texto de Fábio Turci na reportagem exibida em 2017.

Observamos que, em regra, as reportagens retratam o consumo do *crack* como epidêmico e como um problema social de difícil solução. As fontes de informação são, geralmente, ligadas a órgãos públicos e instituições vinculadas a saúde e segurança pública e concentram a cobertura do fenômeno nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Diante da descrição das 31 reportagens veiculadas no *Jornal Nacional*, no período de 2012 a 2017, sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga, já apresentadas, ainda na etapa 4, seguiremos com a análise sobre o agendamento e o enquadramento das 19 reportagens consideradas nesta pesquisa para efeito de análise, uma vez que os repórteres responsáveis por essas reportagens concederam entrevista.

## 11 Um olhar a partir das teorias do agendamento e do enquadramento

A partir da descrição pormenorizada e da síntese descritiva das 31 reportagens veiculadas no *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga apresentadas anteriormente, passamos, a seguir, à análise de conteúdo (AC) das 31 reportagens selecionadas. Para compreender o processo de agendamento e o enquadramento da cobertura do *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais do consumo da droga a partir das 31 reportagens veiculadas no *Jornal Nacional* esta fase integra a etapa 4 da pesquisa e utiliza o referencial teórico-metodológico apresentado por Bardin (1979; 2011). A AC foi realizada a partir de uma análise quanti e qualitativa das reportagens selecionadas as quais denominamos como unidades de análise. Inicialmente, dividimos a análise por ano, de forma crescente, portanto das reportagens exibidas no *Jornal Nacional* durante os 12 meses de 2012 a 2016 e durante os nove meses de 2017. Consideramos as seguintes categorias de análise para a AC, a partir da perspectiva de McCombs (2006; 2009) apresentadas nos Capítulos 11 e 12:

- a) Saliência
- b) Tempo
- c) Repetição
- d) Focalização
- e) Atributos

### 11.1 Reportagens sobre o consumo do *crack* veiculadas em 2012

No ano de 2012, o *Jornal Nacional* veiculou 12 reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais decorrentes do uso da droga. As reportagens foram exibidas no seguinte intervalo de tempo: duas em fevereiro (dia 24, com chamada antes de o telejornal ter início), duas em março, uma em abril (dia 9, com uma chamada antes de o telejornal ter início), uma em julho, uma em setembro, três em outubro e duas em novembro. De acordo com as categorias indicadas – Saliência, Tempo, Repetição, Focalização e Atributos –, das 12 reportagens que abordam o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga no *Jornal Nacional* no ano de 2012, nove serão analisadas, uma vez que se referem às reportagens cujos repórteres conseguimos entrevistar. A análise correspondente às entrevistas será apresentada



no Capítulo 12 desta tese. As três reportagens que restaram – cujos repórteres não foram entrevistados – não serão analisadas, todavia servem como dados quantitativos, os quais foram apresentados no Quadro com indicação dos motivos pelos quais não conseguimos entrevistar os respectivos repórteres.

No que tange à Categoria Saliência, nossa análise verificou que o *Jornal Nacional* exibiu reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais do consumo da droga em oito dos 12 meses do ano de 2012, sendo que o tema foi veiculado pelo menos uma vez em cada um dos oito meses. Em 24 de fevereiro de 2012, o assunto foi destaque em chamada antes do início do telejornal, e duas reportagens foram exibidas na edição. O trecho que se refere ao *crack* diz: “Você vai ver que, em todo o país, o *crack* tem se alastrado rapidamente. 90% das cidades brasileiras já têm registro de consumo dessa droga. Ela está destruindo uma região de Minas, conhecida pela pobreza da população. Os nossos repórteres vão mostrar hoje o sofrimento das famílias, que acabam vítimas dessa epidemia”. As duas reportagens exibidas na respectiva edição versavam sobre o aumento do consumo do *crack* no Brasil e sobre as internações compulsórias em São Paulo, respectivamente, produzidas pelos repórteres especiais Ismar Madeira – entrevistado por telefone para a presente pesquisa – e Alan Severiano, que não foi entrevistado.

Em 9 de abril de 2012, o assunto foi destaque no telejornal, e o consumo do *crack* foi assunto para chamada do telejornal. A apresentadora Patrícia Poeta convida: “[...] e você vai ver flagrantes de gangues viciadas em *crack*, que praticam assaltos em bando no centro do Rio. [...]”. A reportagem exibida na edição do dia é do repórter especial Eduardo Tchao, entrevistado para nossa pesquisa.

Segundo McCombs (2009), o agendamento televisivo difere do agendamento dos outros meios em função da lógica operativa e da linguagem da televisão. Deve-se considerar se o assunto entrou na escalada, se ganhou maior ou menor tempo, se ficou para o encerramento do telejornal ou se foi assunto para a chamada entre os blocos.

O que podemos identificar sobre a presença da Categoria Saliência do tema em 2012 no *Jornal Nacional* é que as três reportagens que foram destaques no telejornal por terem sido “chamadas”, alcançaram tempo superior a quarenta e cinco segundos cada uma, tempo considerado significativo para codificação de conteúdo televisivo e análise do agendamento em pesquisa realizada por McCombs e Shaw

(2000) nas eleições presidenciais norte-americanas, em Charlotte, cidade mais populosa do Estado da Carolina do Norte, nos Estados Unidos.

A reportagem de Ismar Madeira que reportou o crescimento do consumo de *crack* no estado de Minas Gerais teve duração de quatro minutos e quatorze segundos, e a reportagem de Alan Severiano que noticiou as internações compulsórias de usuários de *crack* em São Paulo teve duração de dois minutos e cinquenta e seis segundos, ambas veiculadas na edição do *Jornal Nacional* de 24 de fevereiro de 2012. A reportagem de Eduardo Tchao veiculada em 9 de abril de 2012 no telejornal sobre as gangues que assaltavam cidadãos no centro da cidade do Rio de Janeiro teve duração de três minutos e doze segundos. Portanto, as três reportagens que foram destaque na chamada das duas edições do *Jornal Nacional* ocuparam tempo superior ao codificado por McCombs e Shaw (2000) na pesquisa mencionada. Considerando o fato de que a apresentadora “chamou” o assunto do *crack* no início do telejornal, os telespectadores tendem a acompanhar o telejornal por causa do tema principal do dia. Tanto a reportagem de Ismar Madeira quanto a de Alan Severiano e a de Eduardo Tchao constituem três unidades de análise importantes no que concerne à Categoria Saliência para o que a Teoria do Agendamento compreende como assuntos importantes para os meios de comunicação.

Ainda sobre a Categoria Saliência, considerando as 12 reportagens veiculadas ao longo do ano de 2012 sobre o consumo do *crack* no *Jornal Nacional*, identificamos que não houve nenhuma reportagem com menos de quarenta e cinco segundos e, desse modo, entendemos que o assunto, em 2012, teve importância no *Jornal Nacional*. No Quadro apresentamos referências acerca da Categoria Tempo e da Categoria Repetição, ambas identificadas e selecionadas para esta análise, uma vez que, apresentadas pela Teoria do Agendamento (McCombs, 2006; 2009), a Categoria Tempo nos dá condições de avaliar, na perspectiva do telejornal, quanto tempo foi dedicado ao assunto do consumo do *crack*. Metodologicamente, analisar a Categoria Repetição nos indica o grau de redundância operada na estratégia de comunicação noticiosa. Assim, quanto maior a repetição de determinados assuntos, maior o agendamento e o grau de influência da mídia sobre o público no tocante a determinados assuntos. A Repetição, segundo McCombs (2009), tem a ver com o caráter didático e pedagógico dos meios de comunicação:

Este processo de aprendizagem contínuo e virtualmente invisível é uma instância cívica de um fenômeno maior, a aprendizagem casual dos *mass media*. Muito tempo atrás, Paul Lazarsfeld descreveu a comunicação de massa como uma sala de aula informal onde os estudantes continuamente entram e saem, algo muito parecido ao que fazem alguns estudantes nas salas de aula formais, nas quais nem sempre prestam atenção plena mesmo quando estão fisicamente presentes. Mas as pessoas aprendem dos *mass media*. Elas aprendem um montão de fatos, muitos dos quais elas incorporam em suas imagens e atitudes sobre uma variedade de objetos. Elas também aprendem sobre os mais importantes temas do momento, incorporando a agenda dos *mass media* em suas próprias agendas dos tópicos centrais do que a sociedade enfrenta. (McCOMBS, 2009, p. 80)

**Quadro 12 – Reportagens do JN sobre o consumo do crack exibidas em 2012**

Repórter	Categoria Tempo	Data	Categoria Repetição	Título
Ismar Madeira	4'14"	24/02	R	Consumo de <i>crack</i> atinge 90% das cidades brasileiras
Alan Severiano	2'56"	24/02	R	<i>Crack</i> é responsável por duas internações compulsórias por dia para tratamento em SP
César Menezes	3'	02/03	R	Viciados em <i>crack</i> se espalham por várias regiões de São Paulo
Graziela Azevedo	2'22"	24/03	R	Crianças e jovens viciados em <i>crack</i> motivam ação especial da Justiça de SP
Eduardo Tchao	3'12"	09/04	-	Bandos assaltam cidadãos nas ruas do centro do Rio
César Galvão	2'52"	26/07	-	Intervenção do governo não diminui consumo de <i>crack</i> em São Paulo
César Galvão	2'27"	10/09	-	Nova cracolândia assusta moradores da zona sul de São Paulo
Giuliano Tamura	1'23"	18/10	R	Policiais prendem 40 pessoas que vendiam pedras de <i>crack</i> para trabalhadores rurais
André Trigueiro	2'19"	23/10	R	Prefeitura do Rio anuncia que adultos dependentes de <i>crack</i> terão internação compulsória
Paulo Gonçalves	2'	31/10	R	Sete viciados em <i>crack</i> foram assassinados de madrugada em São Carlos (SP)
Pedro Bassan	2'28"	08/11	R	Vício do <i>crack</i> faz aumentar número de órfãos e crianças abandonadas no RJ
Pedro Bassan	3'20"	09/11	R	Novos flagrantes de usuários de <i>crack</i> são registrados no Rio de Janeiro

Legenda: Na tabela, R indica a presença da Categoria Repetição.<sup>85</sup> No ano de 2012, o JN veiculou 12 reportagens sobre o consumo do *crack*. Das 12 reportagens veiculadas em 2012, somente três não serão objeto de análise, uma vez que a autora deste trabalho não entrevistou os respectivos repórteres.<sup>86</sup>

Fonte: Elaboração própria

<sup>85</sup> Consideramos Categoria Repetição quando o assunto se repete em dias seguidos ou no mesmo mês. Segundo McCombs (2009), a Categoria Repetição na Teoria do Agendamento está associada ao caráter didático, à redundância dos temas para melhor fixar ou até mesmo simplificar o assunto.

<sup>86</sup> Não foi possível entrevistar Alan Severiano, André Trigueiro e Paulo Gonçalves.

Ao todo, o *Jornal Nacional* dedicou, ao longo de 12 meses do ano de 2012, trinta e um minutos e treze segundos para reportagens que se referiram ao consumo de *crack* e as implicações sociais da droga. Todas as reportagens exibidas ultrapassaram os quarenta e cinco segundos considerados parâmetros como fator de agendamento no estudo de McCombs e Shaw (2000), o que indica que, no que concerne à Categoria Saliência do tema e à Categoria Tempo das reportagens, houve uma tentativa, por parte do telejornal, de agendar o assunto, buscando inserir o tema na agenda do telespectador.

No que concerne à Categoria Repetição, ao analisarmos o Quadro , observamos que o *Jornal Nacional* veiculou duas reportagens em uma mesma edição de fevereiro; depois, duas, sendo uma no início de março e outra no final de março; e uma em abril. Há um intervalo de dois meses sem nenhuma reportagem sobre o assunto. Em julho, o telejornal veiculou mais uma reportagem sobre o tema; em agosto, não há nenhuma menção ao consumo do *crack* no *Jornal Nacional*; em setembro, o telejornal veiculou uma reportagem; em outubro, foram exibidas três reportagens, concentradas em uma quinzena; e, em novembro, duas reportagens foram exibidas em dias seguidos, dando a ideia de sequência, continuidade do assunto, o que pode ser observado até pela repetição do repórter Pedro Bassan, entrevistado para esta pesquisa.

Segundo McCombs (2009), repetir o assunto dia após dia é a mais relevante mensagem de todas sobre a importância do assunto. Quando o autor esclarece sobre a repetição, também orienta quanto à principal estratégia comunicativa: a redundância. Os meios de comunicação são como professores midiáticos que repetem os assuntos, enfatizando ou simplificando o tema.

Desse modo, no que concerne à Categoria Saliência, identificamos que o *Jornal Nacional*, no ano de 2012, deu destaque ao consumo do *crack* e às implicações sociais da droga, uma vez que, ao analisar as reportagens, percebemos que, o telejornal abriu blocos e considerou o assunto importante, na medida em que deu destaque também nas chamadas das edições.

A Categoria Tempo também indica que o telejornal, ao longo do ano de 2012, somando as 12 reportagens veiculadas, dedicou tempo significativo para a cobertura jornalística do consumo do *crack* e das implicações sociais da droga. O *Jornal Nacional* dedicou trinta e um minutos e treze segundos ao tema no ano de 2012, o

que equivale a quase uma edição completa do telejornal em dias considerados com a programação normal. Segundo Bonner (2009), a duração da edição do *Jornal Nacional* varia de acordo com a extensão de cada programa, com o volume de comerciais planejados para exibição, podendo chegar a 31 minutos ou mais. Além disso, o tempo de cada edição varia de acordo com a demanda<sup>87</sup> do dia: um dia mais cheio de notícias necessita de uma edição com duração maior.

Para efeito de análise segundo a Teoria do Agendamento, consideramos também a Categoria Focalização. Observamos como o assunto foi agendado no *Jornal Nacional* nas 19 reportagens consideradas em nossa análise em virtude das entrevistas concedidas pelos repórteres. Para tanto, ao assistirmos às reportagens objeto desta análise, procuramos identificar a forma escolhida pelo *Jornal Nacional* para apoiar, contextualizar, assumindo determinada linguagem e recursos de edição. A análise de cada reportagem acerca da Categoria Focalização será apresentada detidamente, por ordem cronológica, conforme demonstramos no Quadro .

**Quadro 13 – Reportagens do JN sobre o consumo do crack exibidas em 2012 e analisadas a partir da Categoria Focalização**

Repórter	Data	Título
Ismar Madeira	24/02	Consumo de crack atinge 90% das cidades brasileiras
César Menezes	02/03	Viciados em crack se espalham por várias regiões de São Paulo
Graziela Azevedo	24/03	Crianças e jovens viciados em crack motivam ação especial da Justiça de São Paulo
Eduardo Tchao	09/04	Bandos assaltam cidadãos nas ruas do centro do Rio
César Galvão	26/07	Intervenção do governo não diminui consumo de crack em São Paulo
César Galvão	10/09	Nova cracolândia assusta moradores da zona sul de São Paulo
Giuliano Tamura	18/10	Policiais prendem 40 pessoas que vendiam pedras de crack para trabalhadores rurais
Pedro Bassan	08/11	Vício do crack faz aumentar número de órfãos e crianças abandonadas no Rio de Janeiro
Pedro Bassan	09/11	Novos flagrantes de usuários de crack são registrados no Rio de Janeiro

Fonte: Elaboração própria

<sup>87</sup> Bonner (2009) cita os eventos do atentado ao World Trade Center em 2001, o desastre com o voo A-320 da TAM em São Paulo em 2007 e a morte do Papa João Paulo II em 2005.

### 11.1.1 – 24 de fevereiro de 2012: *Consumo de crack atinge 90% das cidades brasileiras*

A reportagem veiculada pelo *Jornal Nacional* em 24 de fevereiro de 2012 e apresentada pelo repórter Ismar Madeira, entrevistado para esta pesquisa (MADEIRA, 2017), teve duração de quatro minutos e catorze segundos e apresentou entrevistados envolvidos com os dependentes de *crack*, como familiares e os próprios usuários da droga. Todavia esses personagens – terminologia utilizada no jornalismo para indicar as fontes de informação que ilustram pessoas diretamente envolvidas com os fatos sociais – apresentam a droga como algo que age sobre o indivíduo dependente de *crack*. A droga assume um poder quase mitológico, como esclarece Bruck (2013), e é agente, é sujeito, enquanto o usuário se torna passivo em face dos poderes dos efeitos do *crack*. Vejamos a passagem da reportagem em que o pai de dois usuários de *crack* em Araçuaí, Minas Gerais, entrevistado pela reportagem, desabafa: “Essa droga chegou aí de repente. Ela veio para destruir a gente. Veio pra acabar com a vida da gente”.

O tom da reportagem é de alarde, como podemos identificar na *chamada* gravada pela apresentadora Patrícia Poeta, em que ela usa a palavra “alastrado” para se referir ao *crack*, destacando o caráter de destruição da droga e o fato de ter se tornado uma “epidemia” que faz “vítimas”:

Você vai ver que, em todo o país, o *crack* tem se alastrado rapidamente. 90% das cidades brasileiras já têm registro de consumo dessa droga. Ela está destruindo uma região de Minas, conhecida pela pobreza da população. Os nossos repórteres vão mostrar hoje o sofrimento das famílias, que acabam vítimas dessa epidemia.<sup>88</sup>

A droga é apresentada pela reportagem como problema de saúde pública: o repórter explica que não há centros para atendimento de dependentes químicos na região, porém, ao longo da reportagem, o consumo do *crack* passa a ser tratado como problema de polícia, e a única fonte especialista entrevistada é um sociólogo. A *cabeça*<sup>89</sup> traz dados de que o consumo do *crack* se “espalha” pelo país, como uma situação que se torna incontrolável: “Um problema de saúde que surgiu nos maiores

---

<sup>88</sup> *Chamada* da apresentadora Patrícia Poeta na edição do *Jornal Nacional* de 24/02/2012.

<sup>89</sup> É um texto lido pelo apresentador e dá o gancho para a reportagem que será exibida na sequência.

centros urbanos brasileiros passou a ser também um desafio para as autoridades de todo o país. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios, o consumo de *crack* já tem registros em nove de cada dez cidades”. O *off*<sup>90</sup> do repórter reforça a ideia de que há um descontrole da situação e de que mesmo as pequenas cidades têm problemas com o consumo de *crack* e as implicações sociais da droga:

A poucos quilômetros de Araçuaí, em Itaobim, é principalmente à noite que o tráfico toma conta das ruas, em várias bocas de fumo. Em todo o Vale do Jequitinhonha, o consumo do *crack* veio acompanhado do aumento da violência. No município de Itaobim, o volume de apreensões da droga cresceu 73% nos últimos dois anos. E jovens têm perdido a vida, envolvidos com o tráfico. Aqui foi enterrado Kaíque, assassinado aos 15 anos de idade. Do outro lado do cemitério está a sepultura do irmão dele, Johni, morto aos 17 anos. A avó diz que os adolescentes deviam dinheiro aos traficantes.<sup>91</sup>

Além do texto do apresentador e do repórter, a reportagem apresentou a entrevista com um sociólogo que sentencia o problema do *crack* como uma “grave epidemia”: “Há indícios de que ele já está presente em mais de 90% dos municípios brasileiros, é um fenômeno de norte a sul, de leste a oeste. Não há mais dúvida: vivemos uma grave epidemia de uso do *crack*, consumo de *crack* no Brasil”.

Uma das opções apresentadas pela reportagem para ajudar os dependentes químicos na ausência do Estado é a ação comunitária: a ajuda de um enfermeiro que tem pós-graduação em dependência química que oferece apoio aos dependentes químicos. No *off*, o repórter afirma que a iniciativa popular tem tentado resolver o problema que o Estado não resolve:

Mas há exemplos de que é possível superar o problema. Há dez anos, Abrão visita as famílias de dependentes químicos em Itaobim. Passou a buscar ajuda para quem pedia. Foi assim que Douglas largou o vício. Pediu socorro depois de levar um tiro na perna. [...] O PM formado em enfermagem, com pós-graduação em dependência química, vem improvisando no socorro às vítimas do *crack*. Conseguiu o apoio de empresários, de clínicas ligadas a igrejas e da Secretaria Municipal de Saúde. Douglas está há quatro meses sem usar droga, depois de quase 15 anos de dependência.<sup>92</sup>

---

<sup>90</sup> Texto gravado pelo repórter em estúdio que tem o objetivo de cobrir as imagens captadas no local onde foi feita a reportagem.

<sup>91</sup> Trecho do *off* do repórter Ismar Madeira na reportagem exibida em 24/02/2012.

<sup>92</sup> Trecho do *off* do repórter Ismar Madeira na reportagem exibida em 24/02/2012.

O tom de alarde e de perigo atribuído ao consumo do *crack* e às implicações do uso da droga é reforçado, ainda, em dois momentos da reportagem que demonstram descontrole sobre a situação, abandono do poder público e dificuldade por parte de dependentes químicos e familiares em conter o vício de quem usa a droga. Observemos o trecho da reportagem:

Repórter: E a senhora usa essa corrente e esse cadeado há quanto tempo com ele?

Mãe de dependente de *crack*: Já tem... Acho que já tem mais de um ano. Resolve porque aí tira... Pra ele não ir pra rua, né?

Repórter: Toda noite ela te prende cama?

Dependente de *crack*: Toda noite...

Repórter: E o que você acha disso?

Dependente de *crack*: Bom uai, pra mim não ir pra rua usar droga.<sup>93</sup>

Para além do exposto, observamos que a droga se apresenta com um poder supremo sobre o indivíduo, conforme entrevista realizada com um ex-dependente químico: “O vício da droga é experimentar ela. Eu, graças a Deus, tive tempo ainda. Mas tem vários que não tem tempo mais”.

Portanto, inferimos que a reportagem de Ismar Madeira veiculada no *Jornal Nacional* apresenta o consumo do *crack* e suas implicações sociais como um problema individual, quando retrata a ausência da rede pública de atendimento aos dependentes químicos e quando apresenta como alternativa o tratamento a partir de iniciativas da comunidade, projetando em ações de iniciativa individual a possibilidade de solução para o problema. Podemos observar no trecho da reportagem em que o repórter entrevista um dependente de *crack* que estava havia quatro meses sem usar a droga: “Mas há exemplos de que é possível superar o problema. [...] Foi assim que Douglas largou o vício. Pediu socorro depois de levar um tiro na perna. O que você considera tenha sido fundamental para a sua recuperação?” O personagem entrevistado responde: “Ajuda. Primeiramente Deus, segundo, as pessoas que me ajudaram”. Desse modo, percebemos que o problema do consumo de *crack* passa a ser individual e resolvido no improviso, quando o Estado não é atuante na questão. Observemos mais uma passagem da reportagem referente ao texto do repórter: “O PM formado em enfermagem, com pós-graduação em dependência química, vem

---

<sup>93</sup> Diálogo entre o repórter e a mãe de um dependente e entre o repórter e o dependente na reportagem de Ismar Madeira, exibida em 24/02/2012.



improvisando no socorro às vítimas do *crack*. Conseguiu o apoio de empresários, de clínicas ligadas a igrejas e da Secretaria Municipal de Saúde”.

O consumo do *crack* e suas implicações sociais também é tratado pelo telejornal, na reportagem em análise, como um problema de polícia, conforme identificamos no trecho do texto do repórter: “Em todo o Vale do Jequitinhonha, o consumo do *crack* veio acompanhado do aumento da violência. No município de Itaobim, o volume de apreensões da droga cresceu 73% nos últimos dois anos. E jovens têm perdido a vida, envolvidos com o tráfico”. Da mesma forma, o problema da violência e, portanto, de polícia, é revelado pela fala, na reportagem, da avó de dois adolescentes mortos vítimas do consumo e tráfico de *crack*, que contou para o repórter a ameaça feita aos adolescentes: “Se vocês não voltarem pra gangue de novo, nós vamos te matar, nós vamos matar vocês, todos dois”.

Não obstante o tema ser tratado como problema individual de quem consome a droga e como caso de polícia, conforme anunciado pelo apresentador William Bonner no início da reportagem, o consumo do *crack* também é retratado pelo material telejornalístico analisado como um problema de saúde, porém isso aparece de forma bastante sutil na *cabeça* da reportagem – “Um problema de saúde que surgiu nos maiores centros urbanos brasileiros passou a ser também um desafio para as autoridades de todo o país.” – e em uma única parte do texto do repórter: “No Vale do Jequitinhonha, não existe nenhum programa de atendimento aos dependentes de drogas”. Todavia, quando tratado como de saúde pública, o consumo do *crack* e suas implicações sociais têm como solução a internação dos dependentes.

Desse modo, realçamos que, ao avançar, a Teoria do Agendamento esclarece que, no contexto teórico do processo de comunicação, no sentido mais amplo, a *agenda-setting* tradicional se centrava na primeira e fundamental etapa da comunicação: obter a atenção. O estabelecimento de uma agenda de atributos se centra no passo seguinte da teoria. A teoria lança um feixe luminoso teórico sobre que aspectos – os atributos – do tema em questão – objeto – se tornam importantes. Essa perspectiva da Teoria do Agendamento nos leva a refletir sobre quais aspectos da temática que envolve o consumo do *crack* e os impactos sociais e de saúde que tem a droga são realçados no telejornal. Segundo McCombs (2006), alguns atributos recebem ênfase nas notícias e na maneira como as pessoas pensam e falam dos temas. Assim, os atributos realçados pela reportagem de Ismar Madeira a partir da Categoria Focalização observados foram:

- a) O consumo do *crack* se alastra para cidades do interior;
- b) Usuários de *crack* são dominados pela droga;
- c) Famílias são destruídas;
- d) Aumenta a violência e a criminalidade;
- e) O consumo do *crack* é uma epidemia no Brasil;
- f) O consumo do *crack* é um problema de segurança pública;
- g) O consumo do *crack* é um problema de saúde pública;
- h) Possíveis soluções: o indivíduo buscar ajuda individualmente ou por meio de internação voluntária ou compulsória.

11.1.2 – 2 de março de 2012: *Viciados em crack se espalham por várias regiões de São Paulo*

A reportagem veiculada pelo *Jornal Nacional* em 2 de março de 2012 e gravada pelo repórter César Menezes, entrevistado para esta pesquisa (MENEZES, 2017), tem duração de dois minutos e 30 segundos e apresenta o consumo do *crack* e suas implicações sociais como um problema sem solução – uma vez que, mesmo com operações feitas pela polícia, pela Prefeitura de São Paulo e pelo governo do estado de São Paulo, o consumo da droga persiste em diferentes pontos da cidade conforme a *cabeça*: “Dois meses depois da operação da polícia, da prefeitura e do governo de São Paulo na cracolândia, o problema se espalhou pelo centro e migrou para outras regiões da cidade”.

Observamos que a reportagem mostrou que as ações, denominadas pelo repórter de operações – termo que se aproxima da linguagem policial –, funcionaram somente como paliativo para o consumo do *crack* na região conhecida como cracolândia, no centro de São Paulo, capital. O repórter registra uma imagem de um flagrante de agressão contra a equipe de reportagem: “Mas a mudança não significou uma solução, bastou virar a esquina para encontrar um grupo de usuários e registrar mais uma cena de violência”. E uma personagem entrevistada por César Menezes confirma a situação: “Aonde tem uma periferia ou alguma coisa parecida, eles estão passeando por lá. Estão parecendo zumbis por lá”.

Nessa reportagem, são ouvidas três fontes: um comandante da Polícia Militar, um desembargador e a coordenadora de saúde mental de algum órgão da cidade de São Paulo não identificado na reportagem. Todavia, o que se destaca no conteúdo do

material jornalístico são os dados estatísticos que versam sobre apreensões e prisões e constituem a *passagem*<sup>94</sup> do repórter – “As autoridades municipal e estadual medem o resultado da operação com números: desde o dia 2 de janeiro, 299 dependentes químicos foram internados para tratamento, 293 pessoas foram presas em flagrante e foram apreendidos 65 quilos de drogas” –, o que indica que a reportagem focaliza o consumo do *crack* e suas implicações sociais significativamente na perspectiva de polícia.

O descontrole e o desafio das autoridades de enfrentar o consumo do *crack* é retratado na reportagem em diferentes momentos: quando ainda no estúdio, o apresentador lê a *cabeça* da reportagem – “Viciados em *crack* são encontrados agora até na frente do Tribunal de Justiça” – e, ao final, quando o repórter grava um *off* com objetivo de introduzir a *sonora*<sup>95</sup> de um desembargador entrevistado – “Hoje um grupo de 40 pessoas, que incluía menores de idade, consumia *crack* às 4 da tarde na praça da Sé, bem na frente do Tribunal de Justiça”.

Inferimos que a *sonora* do desembargador, no contexto da reportagem, da maneira como foi editada, se apresenta sem um gancho, uma vez que, com algum esforço, é possível, depois de assistir algumas vezes ao conteúdo, deduzir que o desembargador se refere às imagens, ao caos instalado, à frequência do uso do *crack*, a quantas implicações sociais a droga tem trazido aos usuários e à população. Vejamos o trecho que antecede e o trecho da *sonora* do desembargador:

*Off* repórter: Hoje um grupo de 40 pessoas, que incluía menores de idade, consumia *crack* às 4 da tarde na praça da Sé, bem na frente do Tribunal de Justiça. Para esse desembargador, é hora de toda a sociedade enfrentar de vez o problema.

*Sonora* desembargador: Isto faz com que as nossas consciências fiquem sempre ativas, e que a gente não se esqueça de fazermos justiça para essas crianças e adolescentes. O Estado não pode se ausentar da vida das pessoas.<sup>96</sup>

Apesar de parecer deslocada a fala do desembargador, possivelmente pelo uso do pronome demonstrativo “isto”, e não haver nada próximo como referência, a segunda sentença da *sonora* do desembargador parece bastante significativa como encerramento da reportagem quando ele aponta a necessidade de o Estado ter

<sup>94</sup> Passagem é um texto lido pelo repórter em que há a presença do repórter na tela.

<sup>95</sup> *Sonora* é uma entrevista de televisão gravada com fonte de informação que aparece na tela.

<sup>96</sup> Trechos da reportagem de César Menezes, exibida no dia 02/03/2012.

responsabilidades com a vida dos indivíduos. Observamos o pronome demonstrativo e realçamos a dúvida e a dificuldade gerada na sentença e no contexto da fala do desembargador, uma vez que Curado (2002) orienta quanto à clareza, regra básica para que o processo comunicacional se efetive na televisão, já que o telespectador não tem como falar com o apresentador ou tirar dúvidas com o repórter ou ainda retomar a informação. Adiantamos o aspecto de análise das características do meio televisivo, considerando o fato de que esse elemento tem interferência na focalização, portanto no “como” o assunto do consumo do *crack* passa a ser agendado e focalizado no telejornal, em específico nessa reportagem analisada.

A reportagem do *Jornal Nacional* exibida no dia 2 de março de 2012 e em análise, portanto, apresentou o consumo do *crack* como um problema que incomoda a população de São Paulo, conforme podemos observar na *sonora* de uma moradora da região entrevistada pelo repórter: “Aonde tem uma periferia ou alguma coisa parecida, eles estão passeando por lá. Estão parecendo zumbis por lá”. A reportagem mostrou, ainda, que o consumo do *crack* atrapalha o ritmo de trabalho da cidade, de acordo com o *off* do repórter: “Até o fim do ano passado, carros e pedestres evitavam o território dominado por traficantes e dependentes”.

Além dos aspectos realçados, a reportagem apresentou o consumo do *crack* como um problema sem solução por maiores que fossem os esforços municipais e estaduais. A dificuldade de solucionar o problema e a persistência do consumo da droga ficaram evidentes na *passagem* do repórter:

As autoridades municipal e estadual medem o resultado da operação com números: desde o dia 2 de janeiro, 299 dependentes químicos foram internados para tratamento, 293 pessoas foram presas em flagrante e foram apreendidos 65 quilos de drogas. Nas ruas, a população reclama, o problema saiu da cracolândia, mas se espalhou pela cidade, só que em grupos menores.<sup>97</sup>

A *passagem* do repórter também esclarece que o problema do consumo de *crack* e as implicações do uso da droga são tratados quase exclusivamente como caso de polícia que poderia ser resolvido – entretanto não teve o êxito esperado – com encarceramento, apreensão de entorpecentes e ação policial por meio de um sistema

---

<sup>97</sup> Trecho da passagem do repórter César Menezes na reportagem exibida no dia 02/03/2012.

de vigilância de 24 horas. A necessidade de vigilância foi enfatizada pelo *off* do repórter: “Agora, a tranquilidade é vigiada 24 horas por dia [...]”.

Identificamos, portanto, a partir da análise do agendamento, os atributos elencados por McCombs (2006) no que concerne à evolução da Teoria do Agendamento. Os atributos se referem aos aspectos de conteúdo noticioso realçados pela reportagem:

- a) Ineficácia da ação das autoridades em face de um problema crônico;
- b) Persistência do consumo do *crack* nas ruas;
- c) Dados quantitativos de apreensões e prisões;
- d) Registros de violência;
- e) Consumo do *crack* como problema de segurança pública;
- f) Necessidade de o Estado se fazer presente.

#### 11.1.3 – 24 de março de 2012: *Crianças e jovens viciados em crack motivam ação especial da Justiça de São Paulo*

A reportagem de Graziela Azevedo (AZEVEDO, 2017), entrevistada para esta pesquisa, teve duração de dois minutos e vinte e dois segundos e, no que concerne à Categoria Focalização, trouxe uma dimensão bastante humanizada e contextualizada do tratamento que a Justiça, à época, estava oferecendo aos dependentes químicos, usuários de *crack*.

A repórter iniciou o material jornalístico mostrando um dos melhores abrigos de São Paulo e entrevistando uma adolescente dependente química que relatou um pouco da realidade em que vive, confrontando com o que, via de regra, as autoridades decidiam antes da chamada “ação especial da Justiça de São Paulo”, conforme noticiou a reportagem: “Eles acham que a melhor opção é Fundação Casa ou clínica. Eles nunca pensam assim: vamos ver essa família como tá?”. A coordenadora do abrigo, entrevistada pela repórter, é enfática ao dizer o quanto, em regra, as autoridades são negligentes quando tratam o destino de crianças e adolescentes envolvidas com drogas:

Não é uma ação de compreensão do que está acontecendo, e até porque o menino já chega na vara, no conselho tutelar, nessa rede, como culpado ou como inviável. E como culpado ou inviável, ou você serve para ser atendido de um determinado jeito, ou de determinado jeito.<sup>98</sup>

Inferimos, portanto, que há, na fala da coordenadora do abrigo, o que Sena (2011) nos alerta sobre a culpabilização dos sujeitos sociais no que tange ao consumo do *crack* e no que respeita à condição social na qual estão inseridos. Portanto a reportagem, ao trazer a respectiva *sonora*, alertou sobre esse aspecto.

A reportagem mostrou, ainda, imagens que demonstram a ação conjunta de equipes multidisciplinares das áreas de habitação, saúde, trabalho e assistência social atuando com a área judicial para compreender a complexidade dos casos das crianças e dos adolescentes que consomem *crack*. O trecho da passagem da repórter ajudou a ilustrar:

Para que a intervenção da Justiça aconteça mais rapidamente, seja mais eficiente, um grupo de desembargadores, juízes, promotores e defensores públicos decidiu deixar seus gabinetes, e ir ao encontro de crianças e adolescentes que usam *crack*. A experiência começou nesse serviço da prefeitura, onde estão internados 33 jovens com menos de 18 anos.<sup>99</sup>

Observamos que, ao humanizar (1), conforme o trecho da passagem da repórter “Para que a intervenção da Justiça aconteça mais rapidamente, seja mais eficiente, um grupo de desembargadores, juízes, promotores e defensores públicos decidiu deixar seus gabinetes e ir ao encontro de crianças e adolescentes que usam *crack*.”; ao contextualizar (2), conforme o texto do *off* da repórter “Mas para estarem assim, cercados de cuidados e olhando para o futuro, o caminho não foi fácil. Nem sempre a Justiça ajudou”; e ao detalhar (3) o trabalho da Justiça com relação ao atendimento de crianças e adolescentes dependentes químicos, de acordo com o *off* da repórter “A experiência começou nesse serviço da prefeitura, onde estão internados 33 jovens com menos de 18 anos. Aos servidores da Justiça que vieram pra cá, se juntaram representantes das áreas da habitação, trabalho, assistência social e saúde”; a reportagem dessa edição do *Jornal Nacional* agenda o assunto

---

<sup>98</sup> Palavras da coordenadora do abrigo, entrevistada na reportagem de Gabriela Azevedo no dia 24/03/2012.

<sup>99</sup> Trecho da *passagem* da repórter Gabriela Azevedo na reportagem exibida no dia 24/03/2012.

como um problema que pode ser contornado ou minimamente solucionado pela Justiça numa perspectiva mais humanizada, próxima dos cidadãos que necessitam de ajuda do Poder Judiciário, associada a outros setores da sociedade em uma ação integrada. Essa integração para solucionar o problema do consumo do *crack* e suas implicações sociais esteve presente na *sonora* de um juiz entrevistado por Graziela Azevedo: “Geralmente, o juiz tem um trabalho muito solitário, decide sozinho. Aqui eu decido com todos. Não é só a visão do Judiciário, é a visão de todos. Eu imagino que, com isso, o adolescente, a criança, saem melhores atendidos”.

A partir da análise do agendamento em um primeiro nível, identificamos os atributos – segundo nível de agendamento que corresponde aos realces dados pelos *media* a determinados assuntos – de acordo com McCombs (2006) na reportagem em análise, apresentada por Graziela Azevedo no *Jornal Nacional*. Segundo McCombs (2006), os atributos se referem ao conteúdo noticioso e ao respectivo realce dado pelos *media* a certos aspectos da notícia.

- a) Tentativa de humanizar o problema do consumo de *crack*;
- b) Ênfase na perspectiva dos personagens dependentes químicos;
- c) Demonstração da eficiência do trabalho do Judiciário.

#### 11.1.4 – 9 de abril de 2012: *Bandos assaltam cidadãos nas ruas do Centro do Rio*

A reportagem exibida na edição do *Jornal Nacional* do dia 9 de abril de 2012 tem duração de três minutos e doze segundos e foi produzida pelo repórter Eduardo Tchao, entrevistado para esta pesquisa (TCHAO, 2017). Além de ter feito parte da chamada do telejornal, abre a edição do dia com a *cabeça*: “A reportagem que abre essa edição do *Jornal Nacional* é o registro de uma equipe que voltou ao local em que esteve há quatro meses. Naquela ocasião, os repórteres mostraram pessoas assaltando e fazendo vítimas à luz do dia em uma das principais avenidas do Rio de Janeiro”. Segundo McCombs (2009), o fato de um conteúdo ter sido destaque porque integrou a chamada do telejornal e/ou porque abriu a edição do dia também é um fator relevante que deve ser levado em conta na análise do agendamento midiático televisivo.

No que tange à Categoria Focalização, observamos que a reportagem de Eduardo Tchao exhibe imagens de notória contradição da realidade reportada: nas

mesmas ruas onde há prédios em que se definem estratégias de segurança de Estado, o consumo do *crack* acontece nas calçadas e ruas próximas. Podemos identificar a complexidade do tema consumo do *crack* e as implicações sociais da droga apresentada pela reportagem no *off* do repórter e nas imagens que mostram as cenas narradas pelo texto:

Centro da cidade, este é o prédio do Comando Militar do Leste, é o quartel general do Exército, responsável pela defesa em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Ao lado, fica o prédio da Secretaria de Segurança do Estado. Colado à Central do Brasil, por onde passam, todos os dias, mais de 600 mil pessoas que usam o trem. Aqui nesta região, nasceu uma crackolândia. Fica cheia a maior parte do dia. São homens, mulheres e crianças, que consomem a droga livremente.<sup>100</sup>

O texto do repórter e as imagens evidenciam a situação de naturalidade do consumo da droga em uma região onde circulam mais de 600 mil pessoas por dia e a contraditória condição de consumo do *crack* em uma área da cidade do Rio de Janeiro onde existem prédios públicos ligados à área de segurança pública sem nenhum controle efetivo por parte das autoridades – situação denunciada pela reportagem. O *off* do repórter demonstra que a situação é, em certa medida, um paradoxo e que o consumo da droga está fora de controle do Estado.

Uma das *sonoras* feitas pelo repórter é com o major do Comando Militar do Leste, que desabafa:

Essa falta de noção faz com que ele volte ao vício, mesmo que depois de assistido pelos diversos órgãos, retorne ao vício, retornem para cá. E acaba sendo assim, um problema contínuo que nós temos que enfrentar, assim como outros locais da cidade.<sup>101</sup>

A fala da autoridade militar, fonte oficial na categorização do jornalismo, focaliza o consumo da droga como problema insolúvel mesmo com a atuação de órgãos competentes no atendimento aos dependentes químicos, restando à força policial realizar o trabalho de enfrentamento do consumo do *crack* na cidade.

Sena (2011) esclarece, em estudo realizado sobre conteúdo jornalístico, que a mídia abordou as notícias sobre o *crack* sob uma perspectiva de autonomização da droga e vitimização da sociedade, polarizando os discursos. Na análise que fizemos

---

<sup>100</sup> Trecho do *off* do repórter Eduardo Tchao na reportagem exibida em 09/04/2012.

<sup>101</sup> Palavras do major do Comando Militar do Leste na reportagem exibida em 09/04/2012.



da reportagem do *Jornal Nacional* do dia 9 de abril de 2012, identificamos a autonomização da droga quando o policial diz: “Essa falta de noção faz com que ele volte ao vício [...]”; a polarização do discurso policial: “E acaba sendo assim, um problema contínuo que nós temos que enfrentar, assim como outros locais da cidade”, em um contexto que, segundo Sena (2011), é de guerra e violência, pois a polícia busca combater o consumo de *crack* continuamente, todavia os dependentes químicos sempre retornam ao mesmo local ou migram para locais próximos.

A *passagem* do repórter fornece a ideia da persistência do consumo da droga, da violência na forma de roubos e furtos ilustrados pelas imagens e também pelos dados estatísticos fornecidos pelos órgãos oficiais:

Quatro meses atrás, nossa equipe gravou uma série de assaltos a menos de 300 metros da Cracolândia. Os assaltos continuam, mas com uma diferença: os bandidos agora atacam em bando. A gangue tem pelo menos oito assaltantes. É formada por maiores e menores de idade. Um deles rouba o cordão de uma mulher, que ainda tenta reagir. Na maioria das vezes, a quadrilha atua em dupla. Em poucos segundos, um menor de camisa branca arranca a pulseira de uma senhora e corre. Um camelô ainda tenta segurá-lo, mas ele é mais rápido. O comparsa de camisa preta, que está na mesma calçada, puxa o cordão do pescoço de uma outra vítima. Este menor troca de camisa para não ser reconhecido pela PM. Contamos pelo menos quatro diferentes. Reparem nesta cena, o ladrão esconde a pulseira roubada dentro da boca para não ser flagrado pela polícia. De três meses para cá, a Polícia Militar pôs uma cerca de ferro nas calçadas e diz ter aumentado o patrulhamento. Mas os números mostram: em fevereiro do ano passado, houve 70 roubos na região. Em fevereiro deste ano, foram 77. Os furtos passaram de 283 para 380.<sup>102</sup>

A entrevista com um coronel da Polícia Militar da cidade do Rio de Janeiro também é apresentada como ilustração da dificuldade de a polícia conter o problema do consumo de *crack* no centro da cidade:

Só hoje, novo policiamento que nós implantamos aqui, prendemos cinco menores. E isso só hoje. E vários deles tinham já passagem na delegacia. Só que é uma briga ingrata para a Polícia Militar, mas estamos todos os dias aqui, diuturnamente, tentando resolver esse problema.<sup>103</sup>

<sup>102</sup> Trecho da *passagem* do repórter Eduardo Tchao na reportagem exibida em 09/04/2012.

<sup>103</sup> Palavras do coronel da Polícia Militar da cidade do Rio de Janeiro na reportagem exibida em 09/04/2012.

Enquanto os órgãos de segurança pública se apresentam na reportagem como alternativa para resolver o problema do consumo do *crack* e as implicações sociais da droga, observamos na fala dos entrevistados, representantes oficiais dos respectivos órgãos, que as autoridades policiais e de segurança pública estão distantes de conseguir uma ação efetiva para solucionar a situação complexa que se apresenta. Por outro lado, identificamos na fala das autoridades que dados quantitativos de apreensões de drogas e prisões de dependentes químicos ou traficantes são tomados como estatísticas, como se ações como essas, repetidas vezes, pudessem, no médio e no longo prazo, conter o problema do consumo e da venda de *crack*.

Inferimos, portanto, que as falas das autoridades policiais na reportagem de Eduardo Tchao tendem a enquadrar o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga como problema de segurança pública que gera violência quando a polícia não consegue solucionar. A seguinte passagem do repórter evidencia o problema de difícil solução: “Quatro meses atrás, nossa equipe gravou uma série de assaltos a menos de 300 metros da cracolândia. Os assaltos continuam, mas com uma diferença: os bandidos agora atacam em bando”. Identificamos também que conter o problema passa pelo sistema de vigilância, de encarceramento e de apreensões de drogas, mas que a própria polícia reconhece não ser eficiente nesse aspecto. A entrevista com um comandante da PM do Rio de Janeiro exemplifica a tensão entre as ações e os resultados – “Só que é uma briga ingrata para a Polícia Militar, mas estamos todos os dias aqui, diuturnamente, tentando resolver esse problema” – e deixa claro, pela expressão “briga ingrata”, que o consumo do *crack* tem “poderes” superiores aos da polícia. Essa passagem, portanto, nos lembra o que Acioli Neto et al. (2012) identificaram ao analisar jornais de ampla circulação na cidade de Recife, no período de 2007 a 2008: os jornais veiculam discursos sobre o *crack* que relacionam a droga com a criminalidade, ancorando o consumo da droga e suas consequências na ideia de loucura e violência, o que gera uma sociedade violenta e insegura. Retomamos o que Sena (2011) concluiu de seus estudos: a mídia representa o *crack* a partir de um discurso polarizado entre os sujeitos “possuídos” pela droga; os responsáveis pela situação – os traficantes –; e, num terceiro polo, o poder público, representado pela polícia, aparece representado a partir de prisões, apreensões e combate no contexto de “guerra e violência”. Nessa reportagem, observamos os três polos, porém destacamos o enfoque das imagens de violência, o discurso das autoridades sobre tentativa de contenção da violência e a paradoxal fragilidade da polícia em conter o

consumo do *crack* e, por fim, os indivíduos “possuídos” que, segundo a reportagem, por consumirem a droga, praticam furtos e roubos.

A situação de caos e desordem social é reforçada ao final da reportagem com a *sonora* de um pedestre: “Não há a menor condição de se conviver mais assim. Olha, só pra você dá uma olhada, estão jogando pedra no ônibus, lá. Na hora que você que está gravando aqui comigo”. A fala do cidadão é acompanhada das imagens que mostram as cenas de depredação. Observamos, com esse trecho, que a sociedade, representada na fala do cidadão, também já não tolera mais o consumo do *crack* e as implicações sociais que o consumo da droga acarreta. Segundo Chritcher et al. (2016), uma das formas de reforçar as normas da sociedade é transformar os crimes em notícias, reafirmando a moralidade que é consenso na sociedade. Segundo os autores, o “demônio” é expulso tanto simbólica quanto fisicamente pelas instâncias guardiãs da sociedade. Para Saporì e Medeiros (2010), o consumo do *crack* é compreendido socialmente como responsável pela maioria dos problemas de nossa sociedade. De fato, é o que observamos na fala do pedestre que circula nas ruas do Rio de Janeiro e dá seu depoimento.

Ao final, o apresentador lê a *nota pé* em estúdio: “A Secretaria de Segurança do Rio informou que, a partir de segunda-feira, policiais a cavalo vão reforçar o patrulhamento em torno da Central do Brasil”. Segundo McCombs (2009), o encerramento de um conteúdo televisivo interfere no agendamento e no enquadramento temático. Ao fechar a reportagem com a nota da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, transmite-se a ideia de que “policiais a cavalo” poderão melhorar as condições de segurança das ruas da cidade e reduzir os impactos do consumo do *crack*. Notamos, ainda, que a informação, ao ser deixada para o final, dá a ideia de que a situação tenderá a ficar sob controle e um novo clima de “relativa tranquilidade” se estabelece em face das imagens de violência e do clima de tensão estabelecidos nas imagens e no texto do *off* e da passagem do repórter.

No que diz respeito aos atributos – segundo nível de agendamento –, de acordo com McCombs (2006), percebemos que a reportagem apresentou os seguintes realces no conteúdo jornalístico apresentado:

- a) O consumo do *crack* é um problema de segurança pública;
- b) O *crack* está associado ao aumento da violência e da criminalidade;
- c) Usuários de *crack* são “dominados” pela droga;
- d) O problema só pode ser combatido pela força policial.

### 11.1.5 – 26 de julho de 2012: *Intervenção do governo não diminui consumo de crack em São Paulo*

A reportagem de César Galvão (GALVÃO, 2017), repórter entrevistado para esta pesquisa, tem duração de dois minutos e cinquenta e dois segundos e tem como gancho jornalístico a divulgação de um estudo da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) sobre os dependentes químicos que frequentavam a crackolândia seis meses depois das ações do poder público. Devemos destacar que tais ações são apenas citadas na *cabeça*, porém, nesta análise detalhada da cobertura do *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais do uso da droga ao longo do ano de 2012, entendemos que as ações mencionadas pelo apresentador eram as ações retratadas nas reportagens analisadas anteriormente.

No que corresponde à Categoria Focalização, identificamos que a reportagem conduz o assunto a partir do contexto atual do consumo do *crack* na crackolândia em regiões da cidade de São Paulo para as quais os usuários da droga se dispersaram após, possivelmente, as ações de “repressão”, expressão utilizada no texto da *passagem* do repórter. Observamos que as imagens conduzem à contextualização de como ocorre o consumo da droga, quais são as novas estratégias de venda e de uso do *crack*, os novos locais de consumo e de que a ação do poder público apenas alterou a rotina dos dependentes químicos viciados em *crack* sem ter, com isso, um efetivo impacto na redução do consumo da droga e de suas implicações sociais.

A situação do consumo do *crack* após as ações do poder público é alterada, todavia continua existindo. O texto do repórter deixa evidente que o consumo de *crack*, apesar de persistir e de ser um problema complexo, se torna invisível para alguns: “Quem passa de carro em frente ao terreno baldio, cercado por grades, não vê a agitação do rapaz que acaba de fumar uma pedra”.

A reportagem é bastante contextualizadora no que concerne à realidade e ao cenário atual de consumo da droga. O estudo mencionado na *cabeça* da reportagem aparece depois, na *passagem* do repórter:

A mudança de comportamento dos usuários de *crack* pode estar ligada à repressão. Uma pesquisa feita pela Universidade Federal de São Paulo mostra que 70% dos consumidores da droga migraram do centro de São Paulo logo depois que o poder público tentou acabar com uma das maiores crackolândias do país.<sup>104</sup>

Esse trecho indica que novamente a repressão é uma das formas utilizadas pelo poder público de conter o problema, todavia se apresenta como ineficaz.

A violência é retratada quando a reportagem destaca que os dependentes químicos só saem dos locais de consumo em busca de dinheiro, a partir da fala de um entrevistado: “Eles abordam aí no meio da rua mesmo, leva bolsa, leva celular, leva dinheiro, leva tudo, carteira... A polícia está sempre aí. Mas... não dá jeito”. Ao mesmo tempo que denuncia a violência de forma banal e rotineira, o homem cita a presença da polícia e reconhece a inoperância para resolver o problema.

Uma fonte, considerada especialista pela categorização feita nos estudos relativos às fontes de informação no jornalismo, é entrevistada. Trata-se de Marcelo Ribeiro, responsável pela pesquisa da Unifesp:

A gente sabe que o narcotráfico é muito mais organizado do que a gente imagina, então a substância nunca vai faltar, não adianta tentar ficar cercando essas pessoas, para que na carência busquem ajuda. A gente tem apoio a oferecer, não só médico, mas especialmente social. Acho que essa é a postura mais interessante.<sup>105</sup>

A *sonora* do pesquisador trata da lei da oferta e da procura da droga e da simplificação com que vem sendo tratado o vício no sentido de que as ações têm buscado manter os dependentes em abstinência para que procurem ajuda.

Nesse aspecto, o que conseguimos inferir é que o pesquisador demonstra na declaração para o telejornal que o indivíduo não é capaz de fazer escolhas. Na contramão da declaração do pesquisador da Unifesp, Hart (2014), pesquisador da Universidade de Columbia, realizou pesquisas em laboratório nas quais identificou que, mesmo em um ambiente com drogas, as pessoas viciadas não eram meros escravos da ânsia. Elas faziam escolhas racionais. Por outro lado, o pesquisador da Unifesp, na reportagem, salientou a necessidade de oferecer apoio social e não apenas medicamentoso aos dependentes químicos. Retomamos o que Llistó (2011)

---

<sup>104</sup> Trecho da *passagem* do repórter César Galvão na reportagem exibida em 26/07/2012.

<sup>105</sup> Palavras de fonte entrevistada na reportagem de César Galvão, exibida em 26/07/2012.

afirma quando assinala que somente a redução do aspecto médico em benefício de aspectos sociais e emocionais, numa perspectiva integral e multidisciplinar, poderia ter maior eficácia preventiva. Segundo a autora, com base em estudos realizados na Espanha, as políticas sanitárias adotadas tendem a reforçar a medicalização do problema sem considerar os outros aspectos importantes: sociais, antropológicos e culturais. Assim, identificamos de forma sutil, na *sonora* do pesquisador da Unifesp, que há a tentativa de demonstrar que a solução para o problema do consumo de *crack* no Brasil não deve ser só a medicamentosa.

Todavia, a *sonora* com a secretária de Justiça do Estado de São Paulo contradiz a ponderação feita por Marcelo Ribeiro sobre tentativa de integrar práticas para além da medicalização para conter o consumo do *crack* e as implicações sociais geradas pelo uso da droga: “A atuação dos agentes de saúde de assistência social para convencer o depende químico a buscar ajuda, internação, ajuda médica pode ser facilitada”, pois há um reforço no sentido de que a ajuda oferecida pelo Estado é a ajuda médica.

O encerramento da reportagem é significativo para nossa análise do agendamento e do consumo do *crack* no *Jornal Nacional*. O *off* do repórter é coberto por imagens de violência e consumo da droga: “Aos poucos, quem não foi para o tratamento está voltando para a velha cracolândia, na Luz. No grupo, quase todos são homens, que usam o *crack* e estão cada vez mais agressivos”. A imagem e o contexto que são realçados pela reportagem para o telespectador são de que quaisquer ações realizadas pelos poderes públicos são ineficientes diante de uma droga tão devastadora, capaz de agir sobre o indivíduo que a consome e sobre a sociedade vitimada pelos impactos gerados pelo seu consumo. Nesse caso, tanto o indivíduo que usa *crack* quanto a sociedade se tornam passivos diante de um agente dotado de “poderes especiais” – o *crack*, capaz de vitimar e deixar em colapso a sociedade e os órgãos responsáveis por garantir o equilíbrio da sociedade.

Souza e Oliveira (2008), em estudo sobre as reportagens veiculadas em um jornal de Salvador, na Bahia, concluíram que o jornal associa as drogas com o fenômeno da violência, atribui às substâncias psicotrópicas a responsabilidade pela prática de crimes, divulgam imagens estereotipadas dos indivíduos envolvidos com drogas, centrando-se basicamente no sexo masculino, de etnia negra e residente em bairros periféricos. De fato, as imagens que encerram a reportagem mostram dois homens adultos e negros brigando no meio da rua.

Identificamos que essa reportagem apresentou os seguintes atributos como segundo nível de agendamento. Tais atributos, segundo McCombs (2006), se referem aos aspectos do fato social realçados pelo conteúdo noticioso:

- a) Observa-se persistência do consumo do *crack* nas ruas;
- b) Pesquisas científicas reforçam que o problema continua existindo;
- c) Há registros de violência;
- d) O problema do *crack* é de saúde pública com foco na medicalização e internação;

#### 11.1.6 – 10 de setembro de 2012: *Nova crackolândia assusta moradores da Zona Sul de São Paulo*

A reportagem exibida pelo *Jornal Nacional*, de César Galvão, repórter por nós entrevistado (GALVÃO, 2017), tem duração de dois minutos e vinte e sete segundos. No que tange à Categoria Focalização, a reportagem apresenta o consumo do *crack* e as implicações sociais acarretadas pela droga como problema que persiste e subsiste mesmo com a atuação do poder público e como problema social crônico que gera violência e transtornos para a população. Segundo a reportagem, há uma nova área de consumo de *crack*, em região nobre da cidade de São Paulo, a zona sul, onde, teoricamente, a droga não deveria existir. Segundo os estudos de Nappo et al. (2012), a mídia anuncia a evidência da droga em diferentes contextos sociais, não se restringindo a guetos, populações marginalizadas ou à tradicional crackolândia.

Observamos ainda que o consumo do *crack* é mostrado pela reportagem como cada vez mais precoce e sem controle. A entrevista feita com um menino de 12 anos que fuma 20 pedras por dia exemplifica a situação: “[...] um menino de 12 anos que tem casa, mas mora na rua. Quantas pedras você fuma por dia?”. Segundo Duailibi et al. (2012), o uso do *crack* vem se iniciando em idades cada vez mais precoces, alastrando-se pelo país e por todas as classes sociais e com facilidade de acesso e quase sempre antecedido do consumo de álcool e/ou tabaco.

A *sonora* de um ciclista que teve uma bicicleta roubada por um usuário de *crack* dá a dimensão do quanto a sociedade entende que o consumo do *crack* é um problema externo a ela, é um problema que não diz respeito aos cidadãos: “A gente necessita passar nesse caminho e eles ofendem, roubam a gente, que não tem nada a ver”. A entrevista indica o que Albuquerque (2010) assinala ao abordar como a

sociedade enxerga e considera o usuário de *crack*: “como a escória da sociedade de consumo”, uma vez que restringe sua vida ao consumo e à aquisição do *crack*. O texto da passagem do repórter ilustra o cenário de medo em função dos roubos e furtos na região onde se consome *crack*: “Motoristas ficam apreensivos só de parar no sinal vermelho. O medo também está afastando os pedestres e afugentando os clientes do comércio”. A *sonora* com um comerciante reforça o quanto o consumo do *crack* tem gerado uma sensação de insegurança e medo para a população: “Depois de quatro e meia, cinco horas, ninguém vem mais nessa área, entendeu? Tem medo”. A reportagem destaca também como a população tenta se proteger da ação violenta dos dependentes de *crack*: “Depois da última invasão, a dona da autoescola usa uma trava pesada na porta”. Na *sonora* com a dona de uma autoescola que teve o estabelecimento invadido por dependentes químicos, ela diz: “Só assim que parou o assalto dentro da autoescola”. Hart (2014) explica que o estereótipo difundido pela mídia é de que o *crack* costuma levar ao crime, ao transformar as pessoas em predadoras violentas. Todavia, o autor não concorda com essa perspectiva, pois, em seus estudos, Hart (2014) analisou dados do Departamento de Justiça dos Estados Unidos entre os anos de 1997 a 2004 e constatou que apenas um terço dos presos tinha cometido crimes sob influência de drogas. Estudo brasileiro realizado com 60 apenados de um presídio de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, constatou correlação entre o uso de drogas – principalmente o uso de álcool –, reincidência criminal e tipologia de crimes – roubo com agressividade. A pesquisa de Tavares et al. (2012) constatou alta frequência de episódio depressivo entre os apenados em um contexto em que, segundo as autoras, o tratamento disponibilizado na penitenciária aos detentos é punitivo e generalizado, excluindo a possibilidade de acompanhamento individual ou qualquer política de atenção à saúde e de assistência social. Segundo as autoras, se houver compreensão e intervenção interdisciplinar nos fenômenos violentos e suas respectivas correspondências com a vida do sujeito, o comportamento violento poderá ser modificado.

Diante do exposto, notamos que há uma atribuição, por parte da população, refletida pela reportagem, dos crimes e da violência praticados na região da zona sul de São Paulo aos dependentes químicos de *crack*, o que pode não corresponder à verdade, uma vez que não há dados efetivos sobre os furtos e roubos que ocorrem na região, bem como de suas motivações, e que, conforme estudo realizado por Hart (2014) e Tavares et al. (2012), não necessariamente estão diretamente associados



ao consumo do *crack*. Ao contrário, o estudo de Tavares et al. (2012), realizado em penitenciária no sul do Brasil, coloca em evidência o consumo de álcool como a principal droga responsável por roubos e por contextos de agressividade, diferentemente das evidências da reportagem em análise.

O *off* do repórter é coberto por imagens de mendicância de moradores de rua: “No fim de semana, a prefeitura limpou o canteiro do *crack*. Mas, algumas horas depois, os usuários estavam de volta, pedindo dinheiro para comprar mais droga”. O termo “limpou” nos remete à ideia de que a área estava suja. Nappo et al. (2012) pesquisam a natureza do consumo do *crack* no Brasil e fazem uma análise sobre como os usuários de *crack* são percebidos pela sociedade. Os dependentes químicos são quase sempre representados pela mídia como indivíduos degradados, vulneráveis, sem cuidados com o corpo, com a imagem e com a higiene pessoal, condição que também identificamos e se reflete nos espaços comuns compartilhados pelos dependentes químicos nas ruas onde fazem uso da droga.

A *nota pé* do apresentador Heraldo Pereira altera a perspectiva do agendamento e o enquadramento do consumo do *crack* e suas implicações sociais na reportagem de César Galvão como tema de violência conforme iniciamos esta análise e fecha com um enquadre e foco na área de saúde pública:

A Prefeitura de São Paulo informou que, toda semana, uma equipe percorre a área oferecendo ajuda aos usuários de drogas, e que, neste ano, 15 pessoas foram encaminhadas para tratamento. São Paulo tem hoje uma rede pública com 25 centros de atendimento para dependentes de álcool e de drogas, além de um hospital de apoio integral, com 80 leitos.<sup>106</sup>

Inferimos que todo o percurso da reportagem agenda o consumo do *crack* como situação complexa que gera violência, degradação humana e transtornos para a sociedade uma vez que não é solucionada pelas autoridades. Todavia, a nota da prefeitura lida ao final pelo apresentador muda a perspectiva e qual focalização o assunto recebe, assumindo enfoque de saúde.

De acordo com McCombs (2006), os atributos são realces fornecidos pelo conteúdo noticioso a determinado fato social. Na análise da reportagem, identificamos os seguintes atributos no segundo nível de agendamento, segundo McCombs (2006):

---

<sup>106</sup> *Nota pé* do apresentador Heraldo Pereira na edição do *Jornal Nacional* do dia 10/09/2012.

- a) Observa-se a persistência do consumo do *crack* nas ruas;
- b) O consumo de *crack* é um problema de segurança pública;
- c) O problema do consumo do *crack* atinge a população;
- d) Há registros de violência;
- e) O consumo de *crack* é um problema de saúde pública com foco na medicalização e internação.

11.1.7 – 18 de outubro de 2012: *Policiais prendem 40 pessoas que vendiam pedras de crack para trabalhadores rurais*

A reportagem exibida na edição do *Jornal Nacional* do dia 18 de outubro de 2012 é do repórter Giuliano Tamura, por nós entrevistado (TAMURA, 2017), e teve duração de um minuto e vinte e três segundos. Nesta análise, identificamos que o *Jornal Nacional* agenda o consumo do *crack* e as implicações sociais como tema de segurança pública em um contexto de violência. Portanto, no que tange à Categoria Focalização, a contextualização da temática, os aspectos realçados no consumo da droga estão associados ao contexto policial, de violência e do tráfico de drogas. Podemos exemplificar a violência por meio do *off* do repórter: “Numa das gravações, um usuário é ameaçado pelo traficante, a quem deve dinheiro”.

A *cabeça* da reportagem indica que a droga, de fato, se alastrou pelo país, atingindo, inclusive, trabalhadores rurais, cidadãos que, pela distância geográfica dos grandes centros urbanos, estariam “livres” da venda e, conseqüentemente, do consumo da droga: “Policiais civis e militares prenderam hoje, no interior de São Paulo, 40 integrantes de quadrilhas que vendiam pedras de *crack* para trabalhadores rurais”. A autoridade policial enfatiza a penetração da droga, o caráter epidêmico e a condição de risco em que o consumo do *crack* coloca a sociedade: “Então, isso deixa claro que, infelizmente, não existe cidade hoje em dia livre do vício da droga”. Todavia, uma sentença da *sonora* do delegado responsável pelas prisões chama a atenção: “Pessoas que trabalham o dia todo, mas que no final da tarde, principalmente, vão atrás dos traficantes, de caminhão, de trator, oferecendo bens pessoais”.

Observemos o que Acioli Neto e Santos (2015) revelam sobre a emergência alardeada sobre o consumo do *crack* na mídia: segundo os autores, as publicações excluem o consumo controlado e, portanto, racional da droga. Sobre esse aspecto, os autores acreditam que existem normatizações que atuam como ferramenta de

controle social informal, e os estereótipos organizam e dão sentido aos discursos dominantes com o objetivo de justificar e explicar a ordem institucional. De acordo com Acioli Neto e Santos (2015), os estereótipos construídos e difundidos sobre usuário de *crack* remetem o consumo ao abandono das responsabilidades.

Segundo os pesquisadores, o trabalho é uma categoria relevante para definir os padrões de consumo entre o uso compulsivo e o uso controlado. Especificamente no exemplo dado pelo delegado na entrevista concedida ao repórter Giuliano Tamura, identificamos que os trabalhadores rurais fazem uso controlado do *crack*, uma vez que, como disse o delegado, trabalham durante o dia e depois consomem a droga, trocando bens adquiridos com o trabalho por *crack*. Esse é um aspecto que aparece na reportagem, mas não se destaca, uma vez que quase sempre o consumo de *crack* é retratado como consumo descontrolado que leva o usuário ao uso compulsivo da droga, situação que compromete suas responsabilidades e dificulta a obtenção e manutenção de trabalho ou emprego regular e, portanto, de reinserção social dos indivíduos que consomem *crack*.

O aspecto, todavia, que mais se destaca e tem ênfase nessa reportagem são as prisões dos traficantes, o que nos leva a compreender que o assunto é agendado nessa edição como tema de segurança pública que envolve violência e que, para ser resolvido, necessita da ação policial.

A Teoria do Agendamento indica que, de acordo com o enfoque de determinado conteúdo, podemos identificar, em um segundo nível de análise, uma lista de atributos do tema abordado. Na reportagem em análise, identificamos os seguintes atributos que se relacionam à Categoria Focalização, oriunda do conceito apresentado por McCombs (2006):

- a) O consumo de *crack* é um problema de segurança pública;
- b) O consumo do *crack* gera violência;
- c) O consumo do *crack* é uma epidemia no Brasil;
- d) Não existe localidade livre do vício do *crack*.

#### 11.1.8 – 8 de novembro de 2012: *Vício do crack faz aumentar número de órfãos e crianças abandonadas no Rio de Janeiro*

A reportagem exibida na edição do *Jornal Nacional* do dia 8 de novembro de 2012, cujo repórter, Pedro Bassan (BASSAN, 2017), foi entrevistado para esta

pesquisa, teve duração de dois minutos e vinte e oito segundos. No que tange à Categoria Focalização, identificamos que o *Jornal Nacional* agenda o assunto com o enfoque de saúde pública, voltado à internação compulsória de dependentes químicos. Entretanto, a reportagem buscou trazer uma perspectiva humanizada, demonstrando, com informações, dados e pesquisas, quais são os impactos na saúde de bebês de mães viciadas em *crack*: “E assim, as maiores vítimas do *crack* são as que nunca usaram a droga. Hoje em dia no Rio de Janeiro, a maioria das crianças que podem ser adotadas, foi abandonada por pais viciados”.

Identificamos a Categoria Focalização e o respectivo enfoque dado ao consumo do *crack* e às implicações sociais da droga no *Jornal Nacional* a partir da contextualização da reportagem em momentos como os textos que constituem os *offs* do repórter: “Desde março do ano passado, mais de cinco mil dependentes químicos foram recolhidos [...]”, “Segundo os especialistas, nas cracolândias se propagam o HIV, a sífilis e a tuberculose”, “Quando a mãe consome *crack* durante a gravidez, o filho já nasce sentindo falta da droga no corpo, e são comuns as crises de abstinência já nos primeiros meses de vida” e a *nota pé* da apresentadora Patrícia Poeta: “A Prefeitura do Rio já anunciou que vai adotar a internação involuntária de viciados em *crack* para tratamento”.

O consumo do *crack* e as implicações sociais do uso da droga são retratados pela reportagem como uma situação persistente, recorrente, de difícil solução, conforme o texto do *off* do repórter – “Eles foram e voltaram. Hoje, usuários de *crack* fumavam a pedra à luz do dia, na Ilha do Governador, zona norte do Rio” – coberto por imagens de usuários de *crack* fumando pedras da droga em plena luz do dia. Observamos que o termo “operação” aparece no texto do *off* do repórter quando se refere à ação de acolhimento por parte da assistência social: “Ontem, neste mesmo lugar, o cenário era bem diferente. Uma operação para acolher dependentes da droga [...]”. O termo “operação” tem como sentido ação ou procedimento organizado, todavia é bastante utilizado no jornalismo com o sentido de exercício militar, embora na reportagem, é inserido no contexto de um procedimento de atendimento por parte de assistentes sociais para acolhimento de dependentes químicos.

A situação de consumo do *crack* parece fora de controle, pois, mesmo com a ação dos órgãos competentes, os dependentes químicos resistem ao atendimento, conforme o texto do *off* do repórter:

Uma operação para acolher dependentes da droga deu início a um corre-corre, dezenas de viciados começaram a fugir, atravessando loucamente a Avenida Brasil, uma das mais movimentadas do país. Repare como este homem se arrisca, passando a poucos centímetros dos carros. Eles ainda ficaram horas perambulando e cruzando a pista.<sup>107</sup>

As imagens que cobrem o *off* são de usuários de *crack* fugindo da ação da prefeitura e mostram a apreensão de dependentes químicos e viciados de volta aos pontos de consumo de *crack* depois da ação realizada. O trecho que descreve os usuários de *crack* nas ruas reforça os estereótipos difundidos pela mídia: indivíduos descontrolados e sem condições de racionalizar riscos. Além disso, identificamos o uso do termo “loucamente” como reforço de um estado psicológico em que há ausência de sanidade. Hart (2014, p. 114) menciona em seus estudos pesquisa realizada durante um ano em que os meios de comunicação “estavam cheios de histórias sobre viciados ‘loucos por *crack*’”.

O *off* do repórter deixa clara a dificuldade de tratamento e de solução da situação complexa que envolve o consumo do *crack* nos grandes centros urbanos: “[...] mesmo assim quarenta e sete adultos foram recolhidos, mas trinta e dois já tinham deixado o abrigo”. Outro trecho do *off* também reforça essa ideia: “Desde março do ano passado, mais de cinco mil dependentes químicos foram recolhidos, mas a secretaria diz que a missão não é fácil, porque 90% voltam para as ruas”. Duailibi et al. (2012) descrevem o perfil sociodemográfico do usuário de *crack* que, somado ao crescente aumento do consumo e às novas formas de sustento do vício, tem agravado os riscos associados à marginalização, dificultando a adesão aos tratamentos. Identificamos, portanto, que esse aspecto é realçado na reportagem de Pedro Bassan na edição do *Jornal Nacional* do dia 8 de novembro de 2012.

Diante do exposto, verificamos que os atributos realçados na reportagem, segundo o que nos esclarece a Teoria do Agendamento são:

- a) O consumo do *crack* é um problema de saúde pública com foco na internação compulsória;
- b) Os usuários de *crack* são “dominados” pela droga;
- c) Há tentativa de humanizar o problema do consumo de *crack*.

---

<sup>107</sup> *Off* do repórter Pedro Bassan na reportagem de 08/11/2012.

11.1.9 – 9 de novembro de 2012: *Novos flagrantes de usuários de crack são registrados no Rio de Janeiro*

A última reportagem sobre o consumo do *crack* exibida no *Jornal Nacional* em 2012 foi do repórter Pedro Bassan, entrevistado para nossa pesquisa (BASSAN, 2017), e teve duração de três minutos e vinte segundos. O texto da *cabeça* chama a reportagem a partir do que seria uma “novidade”, os “novos flagrantes do consumo de *crack*”: “No Rio de Janeiro, nossos repórteres registraram novos flagrantes do consumo de *crack* e, desta vez, os dependentes montaram um acampamento numa das avenidas mais movimentadas da cidade”. O caráter de novidade, de “novos flagrantes”, pode ser interpretado à luz do que Hart (2014, p. 314) esclarece no contexto de novas drogas e a relação dos meios de comunicação no que concerne à divulgação de informação sobre drogas: “Fica parecendo que surge uma ‘nova droga mortal’ quase a cada ano. E invariavelmente se entrevista algum policial ou político, alertando dos riscos que essa droga apresenta para seus filhos”.

No que tange à Categoria Focalização, em nossa análise, a reportagem tem enfoque na saúde pública, principalmente na medicalização, na internação compulsória e na reincidência do problema, no retorno dos usuários de *crack* para as ruas, mesmo depois de ações da Prefeitura do Rio no sentido de acolher os dependentes químicos. Podemos identificar o respectivo enfoque no seguinte trecho da reportagem que constitui o *off* do repórter:

No fim de 2011, o Ministério da Saúde anunciou um plano de combate ao *crack* que prevê a abertura de mais de treze mil e oitocentas vagas de tratamento para dependentes químicos em todo o país até 2014. Em um ano, só foram criadas quinhentas e setenta e quatro. Como a grande maioria de usuário abandona o tratamento e volta para as *cracolândias*, os especialistas defendem um atendimento em consultórios de ruas.<sup>108</sup>

Uma das fontes entrevistadas pelo repórter é um pesquisador da Fiocruz, o qual avalia a implantação de consultórios de rua no tratamento do usuário de *crack*: “É uma ideia extremamente importante, mas acho que a gente está muito no início ainda disso. A gente conta com esse tipo de serviço instalado em muito poucas comunidades, isso é uma coisa que tem que aumentar muito”. Na fala do pesquisador,

---

<sup>108</sup> *Off* do repórter Pedro Bassan na reportagem de 09/11/2012.

identificamos, pelo contexto, a ponderação de que o país está começando a tratar o problema do consumo do *crack*, apesar de, na reportagem, o problema se apresentar como epidêmico, conforme *off* do repórter: “Os pontos de consumo vão se multiplicando sem controle, e o combate a essa epidemia anda lentamente”. Apesar do crescimento do consumo de *crack* indicado nos levantamentos e de a demanda ser a que mais cresceu entre as drogas ilícitas nos últimos anos, segundo Perrenoud e Ribeiro (2012), nunca houve políticas públicas específicas para *crack* e usuários.

A reportagem apresentou o consumo do *crack* deixando de acontecer em locais de menor visibilidade e começando a ocorrer em locais públicos, de forma naturalizada. A *passagem* do repórter revela isso com bastante clareza:

As cracolândias começaram embaixo de viadutos, de trás de tapumes, longe dos olhos da multidão. Agora o *crack* é um mal que toma conta da avenida mais movimentada do Rio de Janeiro, nos horários de maior trânsito. Aqui na Avenida Brasil, passam duzentos e vinte mil carros por dia.<sup>109</sup>

De acordo com Nappo et al. (2012), o isolamento social e físico era uma estratégia da utilização da droga que era consumida em locais abandonados, com pouca visibilidade social, com a finalidade de evitar a violência dos meios coletivos, o estigma relativo ao uso ao longo dos anos 1990. Ao fazê-lo de forma escondida, a população de usuários de *crack* tornava ainda mais escondidos e inacessíveis quaisquer tipos de intervenções. Todavia, há uma mudança no perfil do usuário e do consumo do *crack* apontado pelos autores e que pode ser ilustrado no trecho da reportagem em que se destaca que antes a droga era consumida em locais de menor visibilidade, porém, atualmente, passou a ser consumida em locais de muito movimento nas ruas do Rio de Janeiro.

Os usuários são retratados pela reportagem como indivíduos possuídos pela droga, conforme outro estudo (BRUCK, 2013). A presença de termos como “entorpecidos”, “perdem a noção do perigo”, “o dia a dia dos viciados é uma travessia perigosa”, “correndo, andando e até dançando. É assim que os usuários de *crack* arriscam a vida várias vezes por dia” demonstra que a droga assume poderes sobre o indivíduo, que se torna passivo, indefeso, sem condições de avaliar riscos, vivendo

---

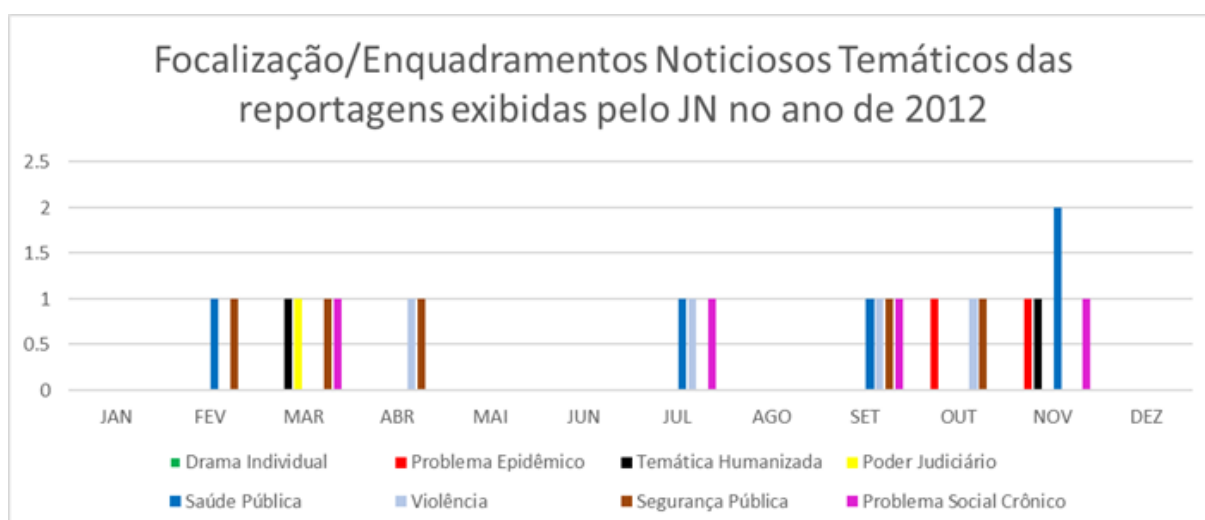
<sup>109</sup> *Passagem* do repórter Pedro Bassan na reportagem de 09/11/2012.

perigosamente, incapaz de exercitar o instinto de preservação da vida em razão dos efeitos da droga.

Assim, identificamos que os atributos realçados e, portanto, no que concerne à Categoria Focalização, advinda do conceito da Teoria do Agendamento na reportagem em análise, são:

- a) O consumo do *crack* é um problema de saúde pública com foco na internação compulsória;
- b) Usuários de *crack* são “dominados” pela droga;
- c) O consumo do *crack* é uma epidemia no Brasil;
- d) Observa-se persistência do consumo do *crack* nas ruas.

Na Figura 4 ilustramos os enquadramentos identificados nas reportagens exibidas pelo *Jornal Nacional* ao longo do ano de 2012. Disponibilizamos em cores diferentes as ocorrências dos enfoques encontrados nas reportagens analisadas por meio da Categoria Focalização no ano de 2012, por mês de ocorrência. Conforme podemos observar, a cobertura jornalística do telejornal acerca do consumo do *crack* e as implicações sociais da droga privilegia os enfoques de saúde pública e segurança pública, representados na Figura 4, respectivamente, com as cores azul-escuro e marrom.



**Figura 4 – Focalização/Enquadramentos Noticiosos Temáticos das reportagens exibidas pelo JN no ano de 2012**

Fonte: Elaboração própria



## 11.2 Reportagens sobre o consumo do *crack* veiculadas em 2013

Em 2013, o *Jornal Nacional* veiculou 11 reportagens sobre o consumo do *crack* e suas implicações sociais. As reportagens foram exibidas no seguinte intervalo de tempo: uma em janeiro (no dia 23/01, a reportagem abre a edição do telejornal), quatro em fevereiro (nos dias 19, 20, 21 e 25/02), quatro em maio que integraram uma série de reportagens conduzidas pela repórter especial Bette Luchese (exibidas nos dias 20, 21, 23 e 24/05) e uma em setembro (20/09), última reportagem do ano que retratou o consumo do *crack* e as implicações sociais do uso da droga no *Jornal Nacional* no ano de 2013. De acordo com as categorias indicadas anteriormente – Saliência, Tempo, Repetição, Focalização e Atributos –, apresentaremos a seguir a análise das 11 reportagens exibidas ao longo de 2013 no *Jornal Nacional*.

No que tange à Categoria Saliência, esta análise verificou que o *Jornal Nacional* exibiu reportagens sobre o consumo do *crack* e suas implicações sociais em quatro dos 12 meses do ano de 2013. O tema foi veiculado uma vez em janeiro e quatro vezes em fevereiro e foi tratado no *Jornal Nacional* pelo menos uma vez em cada um dos quatro meses em que o assunto foi veiculado no telejornal.

Em 23 de janeiro de 2013, o *crack* foi *chamada* do telejornal: “Olá, você vai ver no *Jornal Nacional*: ameaça do *crack*, nossos repórteres mostram o que diferencia esse tipo de tráfico de outras drogas e as dificuldades para combatê-lo”. O assunto foi destaque porque abriu a edição do dia do *Jornal Nacional*, conforme a *cabeça*:

A maior cidade brasileira implantou, nesta semana, um serviço para facilitar a internação compulsória de viciados em *crack*, e a gente viu isso aqui no *Jornal Nacional*. E a reportagem que abre esta edição é sobre o tráfico dessa droga devastadora. Os nossos repórteres mostram porque ele é tão difícil de ser combatido.<sup>110</sup>

Levando em conta a Categoria Saliência, identificamos que a reportagem em destaque no *Jornal Nacional* teve duração de três minutos e sete segundos e foi produzida pelo repórter especial César Menezes, entrevistado para esta pesquisa (MENEZES, 2017). McCombs e Shaw (2000) esclarecem que o agendamento televisivo tem peculiaridades que devem ser consideradas durante a análise. Nesse caso, o tempo da reportagem – superior a quarenta e cinco segundos, parâmetro

<sup>110</sup> *Chamada* do telejornal, na edição de 23/01/2013.

utilizado por McCombs e Shaw (2000) para análise do agendamento televisivo – chamou a atenção, além de a reportagem ter sido chamada na escalada do telejornal e ter aberto a edição do dia, apontando um importante fator de agendamento do assunto pelo *Jornal Nacional*. Esta foi a única reportagem sobre o consumo do *crack* que ganhou surpreendente destaque ao longo do ano de 2013 no telejornal.

Ainda sobre a Categoria Saliência, considerando as 11 reportagens veiculadas ao longo do ano de 2013 sobre o consumo do *crack* no telejornal, identificamos que não houve nenhuma reportagem com menos de quarenta e cinco segundos e, desse modo, entendemos o que o assunto teve importância no *Jornal Nacional* no ano de 2013. No Quadro 3 trazemos referências acerca da Categoria Tempo e da Categoria Repetição, identificadas e selecionadas para esta análise:

**Quadro 3 – Reportagens do JN sobre o consumo do *crack* exibidas em 2013**

Repórter	Categoria Tempo	Data	Categoria Repetição	Título
César Menezes	3'07"	23/01		Usuários de <i>crack</i> se misturam aos traficantes e dificultam controle da droga
Lília Teles	2'32"	19/02	R	Adultos dependentes de <i>crack</i> começam a ser internados de forma involuntária no Rio
Lília Teles	1'56"	20/02	R	Usuário de <i>crack</i> do Rio voltam a ser vistos na Avenida Brasil
Giulliana Morrone	1'55"	21/02	R	Homem pede para ser acorrentado para tentar se livrar da dependência do <i>crack</i>
Renato Biazzzi	2'24"	25/02	R	Internação compulsória de dependentes de <i>crack</i> completa um mês
Bette Luchese	2'52"	20/05	R	Vício do <i>crack</i> alcança índios em aldeia do Amazonas
Bette Luchese	2'27"	21/05	R	<i>Crack</i> também faz vítimas entre trabalhadores das lavouras
Bette Luchese	1'23"	23/05	R	<i>Crack</i> causa dependência em garimpeiros do Sertão Baiano
Bette Luchese	2'19"	24/05	R	Dependente de <i>crack</i> é internado contra a própria vontade em São Paulo
José Roberto Burnier	2'40"	20/09	-	Filhos de viciadas em <i>crack</i> já chegam ao mundo com muitos problemas

Legenda: Na tabela, R indica a presença da Categoria Repetição. No ano de 2013, o JN veiculou 11 reportagens sobre o consumo do *crack*. Das 11 reportagens veiculadas em 2013, cinco reportagens não serão objeto de análise, uma vez que a autora deste trabalho não entrevistou os respectivos repórteres<sup>111</sup>.

Fonte: Elaboração própria

<sup>111</sup> Não foi possível entrevistar os repórteres Bette Luchese e José Roberto Burnier. Luchese foi contatada pelo aplicativo Messenger, do Facebook, disse que concederia entrevista, porém não conseguimos concretizar a entrevista. José Roberto Burnier não foi entrevistado, pois não conseguimos fazer contato com o repórter por meio do *e-mail* institucional.

Ao todo, o *Jornal Nacional* dedicou, ao longo de 12 meses do ano de 2013, vinte e um minutos e trinta e cinco segundos para reportagens que se referiram ao consumo de *crack* e as implicações sociais da droga. Todas as reportagens exibidas ultrapassaram os quarenta e cinco segundos considerados parâmetro como fator de agendamento no estudo de McCombs e Shaw (2000), o que indica que, no que concerne à Categoria Saliência do tema e à Categoria Tempo das reportagens, houve uma tentativa por parte do telejornal de agendar o assunto.

No que concerne à Categoria Repetição, ao analisarmos o Quadro 3, observamos que o *Jornal Nacional* veiculou quatro reportagens praticamente em dias seguidos<sup>112</sup> do mês de fevereiro; depois quatro reportagens em dias seguidos do mês de maio que integraram uma série de reportagens conduzida pela repórter especial Bette Luchese.

É importante retomar as palavras de McCombs (2009) quando afirma que repetir o assunto dia após dia é a mais importante mensagem de todas sobre a importância do assunto. Com isso, destaca a principal estratégia comunicativa: a redundância. Os meios de comunicação repetem os assuntos, enfatizando ou simplificando o tema.

Ainda acerca das reportagens exibidas em 2013, do total de 11 reportagens, cinco serão analisadas com relação à Categoria Focalização, uma vez que se referem às reportagens cujos repórteres foram entrevistados pela autora desta tese (MENEZES, 2017; BIAZZI, 2017; MORRONE, 2017; TELES, 2017).

Para efeito de análise segundo a Teoria do Agendamento, consideramos a Categoria Focalização. Observamos o “como” o assunto foi agendado no *Jornal Nacional*. Para tanto, ao assistirmos às reportagens objeto desta análise, procuramos identificar a forma que o telejornal escolheu para apoiar, contextualizar, assumindo determinada linguagem e recursos de edição. A seguir, faremos essa análise detidamente de cada reportagem por ordem cronológica. No Quadro 4 reunimos as reportagens do *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack* exibidas em 2013 e que serão analisadas neste trabalho a partir da Categoria Focalização.

---

<sup>112</sup> No mês de fevereiro de 2013, uma reportagem é exibida no dia 19 (terça-feira), outra no dia 20 (quarta-feira), outra no dia 21 (quinta-feira). No dia 22 (sexta-feira) e no dia 23 (sábado) não são exibidas reportagens sobre o consumo do *crack* no telejornal. Porém, no dia 25 (segunda-feira), o tema retorna à agenda do *Jornal Nacional*.

**Quadro 4 – Reportagens do JN sobre o consumo do *crack* exibidas em 2013 e analisadas a partir da Categoria Focalização**

Repórter	Data	Título
César Menezes	23/01	Usuários de <i>crack</i> se misturam aos traficantes e dificultam controle da droga
Lília Teles	19/02	Adultos dependentes de <i>crack</i> começam a ser internados de forma involuntária no Rio
Lília Teles	20/02	Usuário de <i>crack</i> do Rio voltam a ser vistos na Avenida Brasil
Giulliana Morrone	21/02	Homem pede para ser acorrentado para tentar se livrar da dependência do <i>crack</i>
Renato Biazzi	25/02	Internação compulsória de dependentes de <i>crack</i> completa um mês

Fonte: Elaboração própria

#### 11.2.1 – 23 de janeiro de 2013: *Usuários de crack se misturam aos traficantes e dificultam controle da droga*

A primeira reportagem objeto de nossa análise do ano de 2013 sobre o consumo de *crack* e as implicações sociais do uso da droga exibida no *Jornal Nacional* é a de maior destaque do ano no telejornal uma vez que foi chamada na escalada do noticiário e foi a que abriu a edição do telejornal. A reportagem de César Menezes, repórter especial entrevistado em nossa pesquisa (MENEZES, 2017), teve duração de três minutos e sete segundos e, no que tange à Categoria Focalização, identificamos que o telejornal agendou o consumo de *crack* em dois polos: saúde pública, com foco na internação compulsória; e segurança pública, com foco na violência, na apreensão de drogas e na prisão de traficantes, apesar de, ao longo da reportagem, serem retomadas informações sobre ações no sentido de “tratar” os dependentes químicos.

A reportagem abre como tema de saúde pública, mas destaca o tráfico da droga e, então, desloca o assunto para a temática de segurança pública. Vejamos a *cabeça* da reportagem:

A maior cidade brasileira implantou, nesta semana, um serviço para facilitar a internação compulsória de viciados em *crack*, a gente isto no JN. E a reportagem que abre esta edição é sobre o tráfico dessa droga devastadora. Os nossos repórteres mostram porque ele é tão difícil de ser combatido.<sup>113</sup>

<sup>113</sup> Cabeça da reportagem de César Menezes, exibida no dia 23/01/2013.

Extraímos da reportagem os trechos que exemplificam o enquadramento do assunto como de saúde pública e destacamos a utilização de, somente, uma fonte especialista da área da pesquisa em saúde no Brasil ao longo da reportagem, uma professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), importante centro de pesquisa em dependência química e estudos sobre o consumo do *crack* no Brasil. O *off* do repórter César Menezes trouxe a opinião da psiquiatra da Unifesp e denuncia a incoerência e a contradição das ações contra o consumo do *crack* no Brasil: Para essa psiquiatra que estuda a dependência química, as ações de combate ao *crack* não são feitas de forma coordenada, nem têm base científica. Ela defende a realização de um estudo nacional para redefinir o combate às drogas”. A *sonora* com a pesquisadora é sentenciadora no sentido de afirmar que o consumo de *crack* é epidêmico e que o Brasil não sabe ainda o que fazer com o problema: “O fenômeno drogas é um fenômeno importante. Ele precisa ser cuidado, ele angustia a população, ele gera epidemias. A gente sabe pouco o que fazer no Brasil”. A *nota pé* também retratou o assunto como de saúde pública:

A Justiça determinou hoje a primeira internação compulsória de um viciado, desde que o serviço de atendimento começou a funcionar em São Paulo. O dependente deve ficar internado pelo menos 30 dias em unidade da rede pública ou privada custeada pelo estado. O número de ligações diárias para o serviço subiu nessa semana: de 140 para 300.<sup>114</sup>

Todavia, ao analisar a reportagem, identificamos que a reportagem recebe enfoque de segurança pública. Há prevalência de fontes dessa área, como o representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, além de dados citados no texto do repórter serem fornecidos por órgãos oficiais da área de segurança pública. Quando recebe o enfoque de segurança pública, o consumo do *crack* é agendado como gerador de violência e insegurança, e o tom da reportagem é de alarmismo. Na reportagem, as autoridades policiais ficam no polo representado por quem trava uma luta contra o consumo da droga, quem defende a sociedade do mal maior – o consumo, o tráfico, e a ação dos dependentes químicos. Observemos o texto do *off* do repórter: “A polícia

---

<sup>114</sup> *Nota pé* da reportagem de César Menezes, exibida no dia 23/01/2013.

tenta evitar a entrada da droga. Mas a reação é a violência contra qualquer um que se aproxime do grupo”. Em seguida, a equipe de reportagem indicou a possibilidade de serem agredidos pelos consumidores e traficantes de *crack*: “Tem muita gente com pedra. Dá ré, dá ré”, potencializando o clima de insegurança, de caos e de descontrole nas regiões onde se consome *crack*.

A *sonora* do representante do Fórum Nacional de Segurança Pública demonstra a limitação do poder público ligado à segurança para conter o problema. Portanto, o consumo do *crack* e as implicações decorrentes da droga passam a ter um poder que supera as estratégias e forças policiais: “A gente não consegue estabelecer uma zona de contenção absoluta. Não é um único traficante, são vários. No momento em que você prender um, você terá dois ou três no lugar”. Segundo o *off* do repórter, a autoridade em segurança pública do Estado de São Paulo reconhece a dificuldade de combater o tráfico: “O secretário da Segurança Pública de São Paulo concorda que o microtráfico complica ainda mais um problema que cresceu na última década. Porém, o secretário afirma que a polícia precisa encontrar formas de vencer essa dificuldade”. A impotência da polícia no combate ao tráfico e a entrada de drogas no país é explicitada por meio de uma arte gráfica com o objetivo de didatizar a informação para o telespectador, uma vez que a informação contém dados e números difíceis de serem compreendidos na linguagem televisiva se não forem tratadas adequadamente: “A quantidade da droga que chega ao país tem aumentado. Em 2001, a polícia de São Paulo apreendeu 189 quilos de *crack*. No ano passado, foram quase três mil quilos”.

Portanto, o que observamos na análise da reportagem sob a perspectiva da Categoria Focalização é que a reportagem de César Menezes mostra um cenário de violência, de tráfico de drogas, de enfrentamento do poder policial e, ao mesmo tempo, de impotência e fragilidade das instituições de segurança pública em face de uma droga que assume o controle da sociedade e demonstra sua onipresença no país. O *off* do repórter logo no início da reportagem comprova a onipresença da droga: “Em 2010, a Confederação Nacional dos Municípios fez uma pesquisa com 3.950 prefeituras. 98% delas responderam que têm problemas com o consumo do *crack*”.

O texto da *passagem* do repórter na reportagem em análise ilustra a complexidade que envolve o consumo do *crack*, a degradação dos dependentes químicos, a falta de controle sobre o vício e, portanto, o uso compulsivo do *crack*, a

dificuldade de manter vínculos familiares e sociais e empregatícios, conforme nos esclarecem Nappo et al. (2012).

O homem à direita do vídeo é um dependente químico. Mas ele também vende a droga. Uma pequena quantidade para um usuário. Depois, para outro. Até que ele mesmo se senta e consome o *crack* no meio de um grupo que o vício tirou da família, do emprego e deixou na rua. Fora de casa e sem renda, o dependente faz qualquer coisa para alimentar um vício, que é mais forte do que ele. Pede esmola, se prostitui, rouba, vende o que tiver nas mãos. Até um pedaço da próxima pedra de *crack* que vai fumar.<sup>115</sup>

Assim, inferimos que a reportagem concentra o enquadramento do consumo do *crack* na temática de segurança pública, em subtemas como violência e tráfico de drogas, apesar de trazer informações da saúde pública, ter como gancho ação do Estado de São Paulo relativa à internação compulsória e entrevistar especialista na área de saúde.

No que concerne aos atributos correspondentes ao segundo nível de agendamento, conforme McCombs (2006), identificamos os seguintes pontos realçados na reportagem e associados à Categoria Focalização, oriunda da Teoria do Agendamento.

- a) O consumo do *crack* é um problema de segurança pública;
- b) O consumo do *crack* é um problema de saúde pública, com foco na internação compulsória;
- c) Autoridades policiais não conseguem solucionar o problema do consumo e do tráfico do *crack*;
- d) Usuários de *crack* são “dominados” pela droga;
- e) O consumo do *crack* é uma epidemia no Brasil;
- f) Há persistência do consumo do *crack* nas ruas.

---

<sup>115</sup> Passagem do repórter César Menezes, em reportagem exibida no dia 23/01/2013.

### 11.2.2 – 19 de fevereiro de 2013: *Adultos dependentes de crack começam a ser internados de forma involuntária no Rio*

A reportagem em análise constitui a primeira de uma sequência de reportagens sobre o consumo do *crack* exibidas no *Jornal Nacional* no mês de fevereiro de 2013 e foi gravada pela repórter especial Lília Teles, entrevistada em nossa pesquisa (TELES, 2017). A reportagem teve duração de dois minutos e trinta e dois segundos. Do ponto de vista da Categoria Focalização, a reportagem agenda o assunto como de saúde pública com foco na internação compulsória e na medicalização dos dependentes químicos. Entretanto, a reportagem utiliza termos como “operação”, jargão bastante usado no contexto policial para se referir às ações relativas ao atendimento de usuários de *crack* na cidade do Rio de Janeiro, e “recolhidos”, quando o telejornal se refere aos dependentes químicos no sentido de terem sido “apanhados” por equipes de profissionais, como bombeiros, policiais e guardas municipais. Assim, o que identificamos é que uma ação voltada à internação e, portanto, relativa à área de saúde pública se realiza com apoio de forças policiais e militares, conforme o trecho do *off* da repórter:

Uma das principais vias de acesso ao Rio ficou fechada por meia hora. Com apoio de policiais, bombeiros e guardas municipais, os agentes começaram a recolher os viciados, entre eles, jovens e crianças que reagiram, mas foram levados à força. Duas adolescentes escaparam pela passarela.<sup>116</sup>

A reportagem afirma que o problema do consumo do *crack* persiste nas ruas do Rio de Janeiro – “Quem não foi levado porque conseguiu fugir, poucas horas depois, já estava de volta à área, usando a droga”. – e que a violência é uma constante entre os usuários da droga, que, em razão dos efeitos do *crack*, não têm instinto de preservação e arriscam a vida em um contexto de degradação: “No canteiro central, um casal briga e depois corre entre os carros”.

A sociedade é retratada como vítima das implicações do consumo do *crack*. A *sonora* com um homem que viveu o problema de drogas no contexto familiar dá a dimensão da complexidade ao ver as cenas das ações com os dependentes químicos:

---

<sup>116</sup> *Off* da repórter Lília Teles em reportagem exibida no dia 19/02/2013.



“Eu sinto muita tristeza no meu coração, porque tenho filho, tenho neto e eu perdi um filho no tráfico, eu sei como é duro”.

O *off* da repórter, coberto por imagens do consumo do *crack* nas ruas do Rio de Janeiro, mostra a persistência do problema, a dificuldade do poder público em solucionar a questão e o “encarceramento” e o “isolamento” dos dependentes como única alternativa para resolver o problema já que, por vontade própria, o indivíduo, dominado pela droga, sem condições de fazer escolhas e distante de vínculos sociais e familiares, não consegue se livrar do vício.

Muitos desses usuários de *crack* reunidos aqui na Avenida Brasil, já foram recolhidos em operações anteriores, mas acabaram voltando às ruas porque a prefeitura não tinha como forçá-los a permanecer nos abrigos. A diferença para a operação de hoje, é que aqueles foram levados contra a vontade, só podem sair com a autorização dos médicos.<sup>117</sup>

A fragilidade e a dificuldade de realizar decisões racionais em decorrência da compulsão pelo uso da droga e dos efeitos que ela provoca no indivíduo são reforçadas por uma autoridade do Município do Rio de Janeiro em *sonora* concedida à repórter:

Profissionais de saúde entenderam que elas necessitavam, mesmo contra a vontade delas, de um tratamento, de irem ao um hospital, ou porque elas estavam correndo risco de vida, ou que eventualmente não tinham mais condição de decidir por si próprio ou achar se tratar ou não.<sup>118</sup>

Notamos que o secretário municipal de Governo do Rio de Janeiro fala à reportagem em nome de profissionais de saúde e entendemos que, nesse caso, a fala dele desautoriza a fala dos profissionais de saúde. Todavia, essa é uma escolha feita pelo telejornal no processo de produção e edição da reportagem. Ao criticar os meios de comunicação quanto à divulgação das informações sobre as drogas e os seus efeitos, Hart (2014) esclarece que, em regra, os meios de comunicação entrevistam algum policial ou político alertando sobre os riscos que a droga – no caso, o *crack* – representa. Hart (2014) critica a escolha das fontes de informação interlocutoras das

---

<sup>117</sup> *Off* da repórter Lilia Teles em reportagem exibida no dia 19/02/2013.

<sup>118</sup> Autoridade do Município do Rio de Janeiro em *sonora* concedida à repórter Lilia Teles em reportagem exibida no dia 19/02/2013.

informações na mídia. O pesquisador afirma que, naturalmente, não deveria ser um policial nem um político eleito o profissional convocado para educar a opinião pública sobre os possíveis efeitos das drogas.

Entretanto, o foco da reportagem na medicalização é reforçado pela *sonora* da psiquiatra, que avalia que não basta internar, é preciso tratar do ponto de vista psicoterápico e de medicamentos: “Se você não faz um tratamento psicológico adequado, com medicações apropriadas, esse dependente vai sair da internação e vai recair com toda certeza”. Notamos que a *sonora* da psiquiatra foi sentenciadora quanto ao futuro de quem consome *crack*, determinando um caminho sem volta para o dependente químico que não se trata com medicamentos e com terapias. Llistó (2011) reconhece o importante papel que os meios de comunicação e os especialistas têm na divulgação sobre os riscos e na disseminação de informação para conscientizar e prevenir sobre o consumo de drogas. Todavia a autora, ao reconhecer o problema do consumo das drogas como um dos maiores problemas das sociedades contemporâneas, salienta o fato de que as ações e políticas põem foco na medicalização dos usuários de droga e desconsideram questões individuais e sociais em um contexto socioantropológico mais amplo, reproduzindo estereótipos que geram estigmatizações da sociedade em relação aos dependentes químicos.

Na mesma matéria jornalística, em entrevista durante coletiva de imprensa, o secretário municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro tende a mencionar uma preocupação das autoridades da cidade no sentido multidisciplinar, incluindo o sujeito e suas questões mais individuais como forma de as ações se aproximarem de possibilidades de solução para o problema:

As nossas equipes da Secretaria de Desenvolvimento Social irão fazer o acompanhamento individualizado, vão procurar as famílias, vamos nas casas, vamos procurar cada nexos possível que possa existir naquela pessoa para tentar encontrar esperança pra ela.<sup>119</sup>

Segundo Albuquerque (2010), o consumo do *crack* é entendido como parte de uma estrutura que estabelece regras, promove manutenções normativas e mecanismos de exclusão, o que reforça e legitima ainda mais a necessidade de abordagens críticas, transversais e multidisciplinares que ajudem a compreender a

---

<sup>119</sup> Palavras do secretário municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro por ocasião de uma entrevista coletiva e mostrada na reportagem de Lilia Teles, exibida no dia 19/02/2013.

problemática social contemporânea. Apesar de a *sonora* com o secretário trazer essa informação significativa que converge para a avaliação de Albuquerque (2010), a fala aparece somente no final da reportagem e tem seu valor reduzido em detrimento das demais fontes e informações. A *nota pé* também tira o foco dessa avaliação transversal e multidisciplinar e coloca o foco novamente na internação compulsória: “A Prefeitura do Rio disse ainda que os usuários recolhidos serão cuidados como pacientes, mas não explicou como vai mantê-los internados contra a vontade deles”.

A partir da análise feita, identificamos que a reportagem exibida em 19 de fevereiro de 2013 no *Jornal Nacional* tem como atributos de segundo nível de agendamento (MCCOMBS, 2006) os seguintes elementos:

- a) O consumo do *crack* é um problema de saúde pública, com foco na medicalização e na internação compulsória;
- b) Usuários de *crack* são “dominados” pela droga;
- c) O consumo do *crack* é uma epidemia no Brasil;
- d) Há persistência do consumo do *crack* nas ruas;
- e) As fontes de informação utilizadas pelo telejornal na reportagem nem sempre são as adequadas para tratar o assunto.

#### 11.2.3 – 20 de fevereiro de 2013: *Usuários de crack do Rio voltam a ser vistos na Avenida Brasil*

A reportagem sobre o consumo do *crack* e suas implicações sociais exibida no *Jornal Nacional* no dia 20 de fevereiro de 2013 também foi gravada pela repórter Lília Teles, entrevistada em nossa pesquisa (TELES, 2017), teve duração de um minuto e cinquenta e seis segundos e parece repercutir a reportagem do dia anterior. Na linguagem jornalística, *suíte* é o jargão utilizado para um assunto que, quando divulgado, gera novos conteúdos a partir de seus desdobramentos ou da ocorrência de fatos novos. Ao ser analisada a partir da Categoria Focalização, a reportagem exibida pelo telejornal sobre o consumo de *crack* e as implicações sociais da droga foi agendada como assunto de saúde pública com foco na internação compulsória, na medicalização e na necessidade do uso da força física para garantir que os dependentes químicos aceitem o tratamento. Isso pode ser verificado no seguinte trecho do *off* da repórter – “Alguns, de tão debilitados, não têm força para resistir à ação dos agentes. Os dependentes recolhidos hoje também foram encaminhados

para hospitais públicos do Rio.” – e na *sonora* do secretário municipal de Governo do Rio de Janeiro: “Vai desde, obviamente, a aplicação de medicamentos, enfim, de remédios, até o fato de manter a pessoa imobilizada para que ela não cometa nenhum ato de agressão contra outra pessoa ou contra ela mesma”.

A partir dos dois trechos destacados, identificamos que tanto no *off* da repórter quanto na fala da autoridade política há a necessidade de contenção dos dependentes químicos por meio de força física para garantir que os usuários de *crack* possam ser atendidos. Além disso, relembramos o que Hart (2014) alerta sobre a difusão das informações a respeito de drogas e fontes utilizadas pelos meios de comunicação. No caso específico da reportagem em análise, um secretário municipal, representante político, dá informações relativas à área de saúde pública e sobre decisões da área médica. Segundo Hart (2014), essas informações não deveriam ser fornecidas por um político, como foi o caso, mas por uma fonte com expertise na área de saúde.

A situação de abandono por parte da sociedade e da família em relação aos indivíduos que consomem *crack* identificada em nosso trabalho foi também estudada por Duailibi et al. (2012), ocasião em que os autores, traçaram o perfil do usuário de *crack* e a história natural do consumo. Em nossa pesquisa, podemos perceber o realce dado pela reportagem no texto da passagem da repórter quando se refere aos dependentes químicos internados: “Nenhum deles foi procurado pela família. Segundo a prefeitura, o tempo de permanência nos hospitais é de cinco dias em média, depois todos serão encaminhados para clínicas, para continuar o tratamento contra o vício”. Essa situação de abandono e degradação é reforçada pelo trecho em que a repórter detalha a condição física degradada dos pacientes internados:

Todos os dependentes internados aqui têm entre 18 e 22 anos. Chegaram desidratados e desorientados, estavam se comer, sem banho e sem dormir há mais de uma semana. Foram atendidos por um clínico geral, um psiquiatra e psicólogos, que fizeram exames de sangue. Dois jovens tem o vírus HIV e uma adolescente foi diagnosticada com tuberculose e está no isolamento [...].<sup>120</sup>

As características presentes no texto da repórter e que descrevem o perfil do usuário de *crack* guardam semelhanças com o que descrevem Duailibi et al. (2012) em estudo realizado sobre o perfil dos usuários de *crack*. Os autores afirmam que o

---

<sup>120</sup> Passagem da repórter Lília Teles em reportagem exibida no dia 20/02/2013.

perfil dos usuários do *crack* corresponde aos indivíduos do sexo masculino, jovens e adultos jovens, com baixa escolaridade, desempregados, provenientes de famílias desestruturadas e de baixa renda.

A *sonora* com um psiquiatra e coordenador de atendimento da Prefeitura do Rio de Janeiro encerra a reportagem, apontando que, ao contrário do senso comum, os usuários de *crack* têm vontade de deixar o vício: “Será oferecida a oportunidade deles abandonarem aquele estilo de vida. Ao contrário do que muita gente pensa, eles desejam abandonar”. Coutinho e Gouveia (2016), ao analisarem a cobertura da mídia sobre o câncer de mama, explicam que, no contexto audiovisual, aspectos importantes da doença são deixados de lado e se tornam menos relevantes em função do reforço de estereótipos da doença, situação que contribui para se perpetuar o senso comum que engendra os conhecimentos da população sobre o tema. No caso da *sonora*, o psiquiatra é enfático ao dizer “ao contrário do que muita gente pensa”, portanto, os dependentes químicos desejam abandonar o vício.

Considerando a análise da reportagem exibida pelo *Jornal Nacional* no dia 20 de fevereiro de 2013, identificamos os seguintes atributos realçados pelo telejornal quanto ao agendamento do consumo do *crack* e as implicações sociais da droga:

- a) O consumo do *crack* é problema de saúde pública, com foco na medicalização e na internação compulsória;
- b) Usuários de *crack* são indivíduos degradados;
- c) O consumo do *crack* é uma epidemia no Brasil;
- d) Há persistência do consumo do *crack* nas ruas;
- e) As fontes de informação utilizadas pelo telejornal na reportagem nem sempre são as adequadas para tratar o assunto.
- f) Fonte de informação na área de saúde tenta desmistificar senso comum sobre vício em *crack*.

Com base na lista de atributos (MCCOMBS, 2006) elencadas acima, inferimos que a reportagem em análise contextualiza o consumo do *crack* como problema de saúde pública que pode ser resolvido com medicalização e internação compulsória. No que concerne à Categoria Focalização, esse é o contexto da abordagem do telejornal para o consumo do *crack*.

11.2.4 – 21 de fevereiro de 2013: *Homem pede para ser acorrentado para tentar se livrar da dependência do crack*

A reportagem exibida no *Jornal Nacional* no dia 21 de fevereiro de 2013 foi gravada em Samambaia, região administrativa do Distrito Federal, a 30 quilômetros de distância de Brasília, pela repórter Giuliana Morrone, repórter que entrevistamos para esta pesquisa (MORRONE, 2017), e teve duração de um minuto e cinquenta e cinco segundos. A reportagem retrata o drama individual de um rapaz viciado em *crack* e os problemas enfrentados por ele e pela família em decorrência do vício. Portanto, esta análise indica que, no que tange à Categoria Focalização, a reportagem agendou e enquadrou o consumo do *crack* como drama individual cuja única alternativa é a internação em clínica especializada e em contexto de completa ausência do Estado, considerando que a recuperação depende exclusivamente do indivíduo ou da ação comunitária em torno dele.

A *cabeça* da reportagem denota a situação de descontrole que a droga pode causar no indivíduo, levando-o ao vício e incapacitando-o para controlar, de forma racional, a utilização da droga: “Em Brasília, um rapaz tem passado os dias acorrentado para tentar se livrar da dependência do *crack*.”. A única racionalidade que o dependente químico parece ter tido foi a de pedir que fosse acorrentado para não sair de casa e, conseqüentemente, evitar o consumo da droga, conforme o texto do *off* da repórter: “Correntes e cadeados fazem parte da rotina de uma família devastada pelo *crack*. E quem pede para usá-los é o filho”. Destacamos ainda o termo “devastada” para descrever a condição da família vítima das conseqüências de ter um familiar viciado em *crack*.

A *sonora* do rapaz viciado em *crack* retrata a maneira como o indivíduo se torna passivo em face das ações e dos efeitos da droga que passa a ser sujeito na vida do dependente químico. O trecho da entrevista descreve o que ele pensa sobre ser acorrentado pela mãe, sobre o que a droga lhe causa e sobre os riscos e a violência a que está exposto quando sai para consumir *crack*: “Eu sou mais pedir para botar essa corrente na minha perna, para *mim* ficar dentro de casa e aguentar aqui, mesmo que eu fique sentindo mal, com a fissura do negócio, do que sair pra rua e ser arriscado a morrer”. Saporì et al. (2010) explicam que é comum que usuários de *crack* se envolvam em roubos, sequestros e atividades ligadas ao *crack*. Nesses casos, os indivíduos se tornam vulneráveis à morte. Entretanto, de acordo com os autores, no

Brasil, as altas taxas de homicídio são explicadas menos pelos efeitos psicofarmacológicos da droga e mais pelas questões externas, como riscos apresentados pelo sistema de venda de drogas. Inferimos que talvez o rapaz entrevistado na reportagem tenha se referido a esse tipo de risco quando mencionou a expressão “e ser arriscado a morrer”.

O descontrole do dependente químico, viciado em *crack*, a supremacia da droga em detrimento do indivíduo e a compulsão pelo uso são características reforçadas pelo texto da passagem da repórter: “Hoje a mãe contou que ele estava se sentindo tranquilo e tirou as correntes dos pés dele. A mãe saiu de casa e, quando voltou, ele tinha fugido para comprar *crack*”. Duailibi et al. (2012) explicam que o padrão compulsivo de consumo é o mais recorrente.

O *off* contextualiza a reincidência do consumo do *crack* por parte do rapaz e as consequências do consumo da droga para a família e para pessoas próximas da família, como vizinhos. O caso do dependente químico de Samambaia que virou notícia no *Jornal Nacional* é uma situação individual que se torna pauta nacional e ganha destaque pela ajuda que o dependente químico e a mãe recebem dos vizinhos. Destaca, ainda, a ação coletiva dos vizinhos no sentido de contribuir com um drama individual que o Estado desconhece: “Na rua, em Samambaia, a 30 quilômetros do centro de Brasília, todos os vizinhos sabem do vício. Um deles convenceu uma clínica particular a levá-lo para tratamento”. Observamos que o tipo de ajuda que a família recebe é o tratamento em uma clínica e, novamente, identificamos que a internação e a medicalização se apresentam como as únicas alternativas capazes de gerar esperança na recuperação de dependentes químicos viciados em *crack*.

Sobre esse aspecto, Hart (2014) fez pesquisas em laboratório e comprovou que os verdadeiros problemas dos pacientes usuários de drogas estão relacionados com questões práticas da vida cotidiana, por exemplo, necessidades essenciais como custos de vida com habitação, e não a ânsia para consumir *crack*, ao contrário do que o senso comum faz pensar. Hart (2014) constatou, em laboratório, que as pessoas viciadas não eram meras escravas da ânsia, pois também eram capazes de fazer escolhas racionais. Por mais absurdo que pareça a ideia de o rapaz pedir para ser acorrentado, identificamos que, quando o dependente químico faz o pedido à mãe, está fazendo uma escolha minimamente racional, uma vez que, dominado pela droga, na compulsão pelo uso, na ânsia do consumo de *crack*, um indivíduo seria incapaz de pedir para ser impedido de usar a droga.

A ação devastadora da droga na vida do indivíduo é reforçada pela *sonora* do dependente químico, que tenta aconselhar as pessoas a não usarem *crack* porque, segundo ele, o *crack* é uma droga perversa e devastadora: “Vou falar para quem tiver ouvindo essa reportagem *aí, ó*: não entre nessa droga *aí, não*. Porque é raiva, é ódio, é tudo junto, é cinco segundos de céu quando usa, e o resto, tudo de inferno”. Albuquerque (2010) explica que o *crack* é um produto ambivalente: promove a realização instantânea do prazer e, por outro lado, aponta para a inviabilidade de um modo de vida pautado pelo consumo excessivo de uma droga considerada destruidora. O *off* da repórter após a *sonora* do dependente químico reforça o poder devastador da droga e, de algum modo, a condição irrecuperável do indivíduo que consome *crack*: “O tratamento pode levar meses e pode não levar a uma recuperação. Mas hoje é um dia para dona Glória ter esperanças”.

Apesar de a reportagem destacar o drama individual de um dependente, de uma família em específico, do reforço de estigmas e estereótipos de que a droga assume uma condição de sujeito e o indivíduo que consome o *crack* passa a ser o objeto consumível, conforme defende Albuquerque (2010), o que observamos é que a reportagem finaliza com um tom de esperança na fala da mãe do dependente químico que, em meio ao desespero de ver o filho ser levado para a clínica de recuperação, agarra-se no tratamento médico como única alternativa para salvar o filho do vício: “A gente cria um filho para viver uma vida de sucesso, *aí* de repente você... é como se puxasse seu tapete. Ele vai sair disso”.

Diante da análise que fizemos da reportagem, identificamos que o *Jornal Nacional* realçou os seguintes atributos, de acordo com o que McCombs (2006) ensina sobre o segundo nível de agendamento:

- a) O *crack* é uma droga devastadora;
- b) Quem é viciado em *crack* consome compulsivamente a droga;
- c) Para se livrar do vício, o indivíduo precisa ser internado em clínicas especializadas;
- d) Há riscos de que o indivíduo não consiga se recuperar do vício em *crack*;
- e) O indivíduo comete crimes para consumir a droga;
- f) O consumo do *crack* leva à violência, por vezes, à morte.

Assim, a partir da análise do segundo nível de agendamento – os atributos –, realces presentes no conteúdo jornalístico, segundo McCombs (2006), identificamos



que a reportagem agenda o consumo do *crack* como uma droga devastadora, que faz vítimas, de difícil ou quase impossível recuperação, que pode levar o indivíduo à morte. Esse seria o contexto relativo à Categoria Focalização, oriunda dos conceitos da Teoria do Agendamento.

11.2.5 – 25 de fevereiro de 2013: *Internação compulsória de dependentes de crack completa um mês*

A reportagem exibida na edição do *Jornal Nacional* do dia 25 de fevereiro de 2013 foi produzida pelo repórter especial Renato Biazzzi, entrevistado em nossa pesquisa (BIAZZI, 2017), e teve duração de dois minutos e vinte e quatro segundos. Identificamos em nossa análise que, no que concerne à Categoria Focalização, o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga foram agendados como saúde pública com foco na internação compulsória e na medicalização, reforçando a supremacia do discurso técnico-científico e médico como único discurso válido e aceitável. Segundo Moretzsohn (2012), a demonização das drogas, especificamente do *crack*, “facilita a articulação do discurso clássico da repressão violenta a um discurso supostamente científico que legitima essa violência ao dizer que não há saída senão a internação compulsória”.

A *cabeça* da reportagem dá indícios de que o telejornal assume a internação como única alternativa viável para a recuperação do dependente químico:

O serviço que facilita a internação dos dependentes de *crack* em São Paulo completou um mês na semana passada e, apesar daquela controvérsia sobre a possibilidade de viciados serem internados por ordem da Justiça, contra a própria vontade, não foi registrado nenhum caso desse tipo. Mas a procura de tratamento aumentou de 30 por semana para 60 dependentes químicos por dia.<sup>121</sup>

A ideia de que a internação é a única via possível é reforçada pelo *off* do repórter Renato Biazzzi: “Seu Edmundo se emociona porque conseguiu a chance que tanto queria para o filho de 18 anos”.

---

<sup>121</sup> Cabeça da reportagem de Renato Biazzzi, exibida em 25/02/2013.

Ao contrário do que o senso comum tende a reforçar e do que, conforme Hart (2014), os meios de comunicação refletem, os indivíduos consumidores de *crack* conseguem fazer escolhas racionais. O *off* do repórter demonstra a escolha feita pelo rapaz, dependente de *crack*, mesmo que a escolha feita tenha sido pela internação: “O pedido de ajuda partiu do próprio dependente”. E a entrevista com o usuário de *crack* explica as suas razões para pedir que fosse internado para tratamento: “Por causa do meu pai, minha família toda, né? Por causa de mim mesmo”.

O telejornal utiliza recursos gráficos didáticos para apresentar os números e indicadores do número de internações referentes aos dados apurados pelo repórter e apresentados na reportagem. “Desde o dia 21 de janeiro, 261 viciados foram internados em hospitais, a maioria por vontade própria, 17 de forma involuntária, ou seja, a pedido da família e com aprovação médica”. Nesse trecho, além de a tentativa de o *Jornal Nacional* melhorar as condições de compreensão dos telespectadores sobre os dados, inferimos que há um reforço da ideia pelo telejornal de que a internação é um caminho viável para recuperar dependentes químicos, seja ela compulsória ou por vontade própria do dependente ou ainda pela vontade da família. A ideia de que a internação é a saída pode ser percebida na entrevista, presente na reportagem, com a mãe de um viciado em *crack* que aguardou 90 dias para conseguir internar o filho e que vê, no tratamento médico, uma possibilidade para que o filho realize atividades essenciais, como alimentação, que não realizava, segundo ela, em razão do vício em *crack*: “Eu espero que meu filho seja tratado, para que eu possa cuidar dele, possa dar comida pra ele, que nem comer ele não come”.

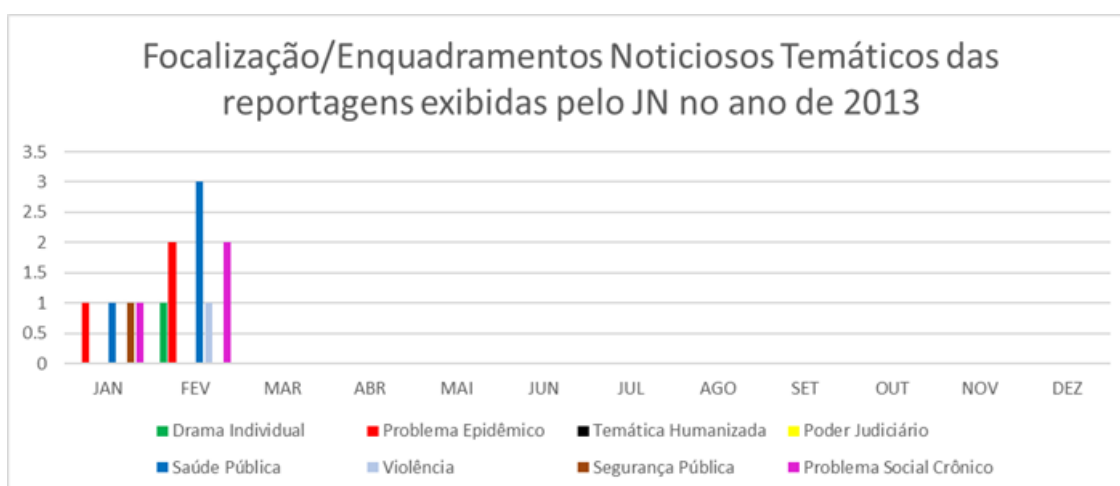
Destacamos em nossa análise que, no que concerne ao agendamento do consumo do *crack* e as implicações sociais do consumo da droga, identificamos que a reportagem agenda o tema como de saúde pública, com foco na internação e na medicalização, busca entrevistar personagens para exemplificar a realidade de quem convive com o vício ou quem convive com os viciados em *crack*. Todavia, as fontes oficiais entrevistadas são políticas, ligadas ao governo ou à Justiça, como um juiz que acompanha as internações e comenta, na entrevista, que há dificuldades nos procedimentos burocráticos e o então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que contesta a fala do juiz e reforça que o Estado está fazendo esforço além do previsto para encaminhar a situação. Embora a reportagem tenha recebido enfoque como tema de saúde pública, nenhuma fonte da área médica ou representante de órgãos de saúde pública foi entrevistada.

Desse modo, identificamos como atributos de agendamento, no caso da reportagem exibida no *Jornal Nacional* no dia 25 de fevereiro de 2013, os seguintes atributos apresentados por McCombs (2006):

- a) O consumo do *crack* é problema de saúde pública, com foco na internação e na medicalização;
- b) A internação é a única possibilidade de tratamento para dependentes de *crack*;
- c) As fontes de informação utilizadas pelo telejornal na reportagem nem sempre são as adequadas para tratar o assunto;
- d) Apesar do vício em *crack*, os indivíduos conseguem fazer escolhas racionais.

No que concerne à Categoria Focalização, a reportagem exibida pelo *Jornal Nacional* contextualiza o consumo do *crack* como problema de saúde pública que precisa, necessariamente, de intervenção médica e que, apesar do vício em *crack*, os indivíduos usuários conseguem fazer escolhas racionais.

Na Figura 5 ilustramos os temas identificados a partir da análise da Categoria Focalização nas reportagens exibidas pelo *Jornal Nacional* no ano de 2013 e analisadas neste trabalho.



**Figura 5 – Focalização/Enquadramentos Noticiosos Temáticos das reportagens exibidas pelo JN no ano de 2013**

Fonte: Elaboração própria

Na Figura 5, observamos a concentração de reportagens analisadas sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga veiculadas no *Jornal Nacional* cujos repórteres nos concederam entrevistas com o enfoque na área de saúde pública, identificada na Figura 5 com a cor azul-escuro, bem como a focalização em segurança pública e violência, demonstradas, respectivamente, com as cores marrom e azul-claro.

### 11.3 Reportagens sobre o consumo do *crack* veiculadas em 2014

Em 2014, o *Jornal Nacional* veiculou três reportagens sobre o consumo do *crack* e suas implicações sociais. As reportagens foram exibidas no seguinte intervalo de tempo: duas em janeiro (nos dias 14 e 21/01) e uma em agosto (dia 21/08). De acordo com as Categorias Saliência, Tempo, Repetição, Focalização e Atributos. Inicialmente, apresentaremos a análise das Categorias Saliência, Tempo e Repetição das três reportagens exibidas ao longo de 2014.

No que tange à Categoria Saliência, nossa análise verificou que o *Jornal Nacional* exibiu reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais do consumo da droga em somente dois dos 12 meses do ano, sendo que o tema foi veiculado duas vezes em janeiro e uma vez em agosto, o que representa a presença do tema em somente 20% do telejornal ao longo do ano. Identificamos que o ano de 2014 foi marcado por ocorrências como: eleições majoritárias e Copa do Mundo, evento esportivo sediado no Brasil. O consumo do *crack* e as implicações sociais decorrentes do uso da droga, portanto, quase não foi agendado ao longo de 2014 pelo *Jornal Nacional*, não oferecendo para nossa análise, no que concerne à Categoria Saliência, nenhum dado relevante, uma vez que o telejornal exibiu somente três reportagens ao longo de 12 meses. Reforçamos nossa afirmação a partir do que McCombs (2009) afirma acerca do agendamento televisivo quanto à Categoria Saliência: nenhuma das reportagens foi destaque na escalada do telejornal ou abriu a edição do dia em que foram exibidas; nenhuma das reportagens em análise encerrou a edição do dia do *Jornal Nacional*; proporcionalmente, a quantidade de reportagens ao longo do ano é bastante insignificante, portanto não houve repetição do tema dia após dia.

Todavia, as reportagens exibidas em 2014 que tiveram como foco o consumo do *crack* e as implicações sociais do uso da droga tiveram tempo superior a dois

minutos, portanto superior a quarenta e cinco segundos, parâmetro utilizado pelos estudos de McCombs e Shaw (2000) para análise do agendamento televisivo.

Ao contrário das análises apresentadas relativas às reportagens exibidas no *Jornal Nacional* nos anos de 2012 e 2013, não identificamos a Categoria Repetição ao longo de 2014 na análise do agendamento do telejornal sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga. No Quadro 5 ilustramos a Categoria Tempo identificada e selecionadas para ser analisada em nosso trabalho.

**Quadro 5 – Reportagens do JN sobre o consumo do *crack* exibidas em 2014**

Repórter	Categoria Tempo	Data	Categoria Repetição	Título
Renato Biazzi	2'31"	14/01	-	Dependentes químicos vão ganhar emprego, hospedagem e alimentação em SP
Fábio Turci	2'02"	16/01	-	Dependentes de <i>crack</i> têm primeiro dia de trabalho em projeto de São Paulo
Zileide Silva	2'20"	21/08	-	Ex-viciado abre mão do dinheiro para se livrar do <i>crack</i>

Legenda: Na tabela, R indica a presença da Categoria Repetição. No ano de 2014, o JN veiculou 03 reportagens sobre o consumo do *crack*. Das 3 reportagens veiculadas em 2014, uma não será objeto de análise, uma vez que a autora deste trabalho não entrevistou o respectivo repórter.<sup>122</sup>

Fonte: Elaboração própria

Ao todo, o *Jornal Nacional* dedicou, ao longo de 12 meses do ano de 2014, seis minutos e cinquenta e três segundos para reportagens que se referiram ao consumo de *crack* e as implicações sociais da droga.

Para efeito de análise, segundo a Teoria do Agendamento, consideramos a Categoria Focalização. Observamos o “como” o assunto foi agendado no telejornal. Para tanto, ao assistirmos às reportagens objeto de nossa análise, procuramos identificar a forma que o *Jornal Nacional* escolheu para apoiar, contextualizar, assumindo determinada linguagem e recursos de edição. Essa análise faremos detidamente de cada reportagem por ordem cronológica.

<sup>122</sup> A autora deste trabalho não conseguiu entrevistar a repórter Zileide Silva, embora tenham sido feitas tentativas pelo e-mail institucional da repórter e pelo aplicativo Messenger, do Facebook.

**Quadro 6 – Reportagens do JN sobre o consumo do *crack* exibidas em 2014 e analisadas a partir da Categoria Focalização**

Repórter	Categoria Tempo	Data	Categoria Repetição	Título
Renato Biazzi	2'31"	14/01	-	Dependentes químicos vão ganhar emprego, hospedagem e alimentação em SP
Fábio Turci	2'02"	16/01	-	Dependentes de <i>crack</i> têm primeiro dia de trabalho em projeto de São Paulo

Fonte: Elaboração própria

No

Quadro 6, apresentamos a lista das reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga, veiculadas em 2014 pelo *Jornal Nacional*, que serão analisadas a seguir, segundo a Categoria Focalização, tendo em vista que os repórteres Renato Biazzi (2017) e Fábio Turci (2017), que produziram os materiais jornalísticos, foram entrevistados para esta pesquisa.

11.3.1 – 14 de janeiro de 2014: *Dependentes químicos vão ganhar emprego, hospedagem e alimentação em SP*

A reportagem exibida no *Jornal Nacional* no dia 14 de janeiro de 2014 sobre o consumo do *crack* e as implicações da droga teve duração de dois minutos e trinta e um segundos e foi produzida pelo repórter Renato Biazzi, entrevistado em nossa pesquisa (BIAZZI, 2017). No que concerne à Categoria Focalização, identificamos que o telejornal agenda o consumo do *crack* como problema social complexo que pode ser solucionado com oferta de trabalho e de condições básicas de sobrevivência. O texto da *cabeça* convida o telespectador a ver a reportagem: “A cidade de São Paulo começou hoje mais uma tentativa de combater o consumo de *crack*. Dependentes químicos vão ganhar hospedagem, alimentação e emprego”.

Uma das fontes entrevistadas, a secretária municipal de Assistência Social de São Paulo, destaca o caráter voluntário da ação para recuperar dependentes de *crack* que consomem a droga e vivem no centro da cidade: “Foi absolutamente voluntário. Quem quer participar, quem não quer participar. É um grande desafio, mas é um caminho que a gente está buscando”. O *off* e a passagem do repórter explicam o programa, didatizam o assunto e o funcionamento da ação:

Os dependentes vão ter que trabalhar na limpeza da cidade e no recolhimento de materiais recicláveis. Serão quatro horas por dia de trabalho e duas horas em programas de qualificação profissional. Em troca, a prefeitura oferece três refeições diárias e R\$ 15 por dia trabalhado, com pagamento semanal. Além de hospedagem em um dos cinco hotéis cadastrados. Os hotéis foram todos reformados há pouco tempo e se parecem com esse aqui: que tem até uma sala de convivência com sofás para os novos hóspedes. Agora a gente mostra uma das suítes com banheiro pequeno, mas com chuveiro elétrico. E aqui no quarto, um armário e camas com espaço para, no máximo, três pessoas.<sup>123</sup>

---

<sup>123</sup> *Off* do repórter Renato Biazzi, na reportagem exibida em 14/01/2014.

Observamos que, na reportagem, o repórter faz esforço para demonstrar, por meio do texto e das imagens, que o Programa Braços Abertos da Prefeitura de São Paulo pretende oferecer aos dependentes químicos condições elementares de sobrevivência: habitação, alimentação e renda. Hart (2014) reconhece, por meio de suas pesquisas em laboratório, que os verdadeiros problemas dos pacientes viciados em *crack* estão relacionados a dificuldades práticas que eles vivenciam, como custos altos de habitação e outras responsabilidades que a vida em sociedade lhes imputa. Assim, identificamos, a partir desta pesquisa, que a reportagem apresenta, *a priori*, um contexto favorável para que o dependente químico consiga se recuperar do vício.

Todavia, o discurso da internação e da medicalização é hegemônico, como alertou Moretzsohn (2012), e, ao mesmo tempo que o repórter destaca as qualidades do programa da prefeitura, o texto traz a nuance de crítica oriunda do discurso médico-científico: “Outro ponto do programa é mais polêmico. Os dependentes não serão obrigados a fazer tratamento médico. Mas os que quiserem vão ser encaminhados”. A entrevista realizada com o secretário municipal de Saúde de São Paulo reforça – embora seja ele uma fonte política e não da área médica – a ideia de que deve haver a internação para recuperação do dependente de *crack*:

O tratamento é pra que essa pessoa reconstrua tua vida. Reconstrua a vida dela e possa ver que ela possa ser feliz. Que ela possa buscar no trabalho, no emprego, a reestruturação dos amigos, da família, e a saúde. Acho que é um passo importante pra isso, pra ele buscar o seu bem-estar integral.<sup>124</sup>

Observemos que, ao contrário do que as pesquisas indicam, a fala do secretário de Saúde inverte a ordem: primeiro, o dependente faz o tratamento médico para, depois, conseguir o emprego, a reestruturação familiar e o restabelecimento da saúde. Acioli Neto e Santos (2015) identificam que a categoria trabalho é relevante para definir os padrões de consumo, uma vez que regula horários e ocasiões em que a droga pode ser usada. O trabalho, segundo os autores, seria um mediador entre o uso compulsivo e o uso controlado.

---

<sup>124</sup> Palavras do secretário municipal de Saúde de São Paulo, em *sonora* na reportagem de Renato Biazzini, exibida em 14/01/2014.



O reforço normativo e institucional da fala autorizada do discurso médico sobre a necessidade de internação para recuperação do dependente químico aparece no seguinte trecho: “A médica psiquiátrica condena a falta de tratamento”. A entrevista da médica na reportagem é sentenciadora quando julga “ingênuas” as ações realizadas pela prefeitura diante de “uma situação tão grave”, acentuando ainda mais o caráter epidêmico do consumo do *crack* na sociedade: “Eu acho que é uma medida ingênua, bem-intencionada, mas infelizmente boas intenções não funcionam numa situação tão grave como essa. Então, eu não vejo muita coerência de você promover a reinserção antes de fazer o tratamento”.

A declaração da médica psiquiatra é contraposta pela entrevista feita com uma dependente química que aprovou o programa: “Arrumar um trabalho, pegar meu filho e ter minha casa. E ser feliz. Com certeza, se Deus quiser”. Inferimos pela fala da personagem entrevistada na reportagem de Renato Biazzini que o que ela busca, mesmo consumindo *crack*, é ter uma vida em condições normais: um lugar para morar, um trabalho em que possa ser remunerada, cuidar do filho e ser feliz. Llistó (2011) destaca que os indivíduos manifestam o desejo de abandonar o consumo da droga para melhorar a qualidade de vida e que a maioria dos indivíduos tem bom conceito de si mesmos – quando excluem o fato de usarem drogas.

A *nota pé* lida pela apresentadora reforça o discurso da prefeitura:

A Prefeitura de São Paulo afirmou que o programa mostrado na reportagem tem mesmo como objetivo a reinserção social. E voltou a dizer que o tratamento da dependência não é obrigatório para os participantes do programa, mas que será oferecido para os que pedirem.<sup>125</sup>

Inferimos que, nesse caso, a prefeitura, ao criar o Programa Braços Abertos, não pretende internar compulsoriamente, apesar de oferecer tratamento médico. Todavia, reconhecemos, pela análise do texto da *nota pé*, que a prefeitura não adota como único caminho viável para recuperação do dependente químico a internação médica e apoia o programa na reinserção dos indivíduos a partir da oferta de condições básicas de sobrevivência, como: alimentação, trabalho e renda, condições das quais, possivelmente, em razão do consumo da droga, os indivíduos estão distanciados já há certo período.

---

<sup>125</sup> *Nota pé* da reportagem exibida em 14/01/2014.

Quanto aos atributos (MCCCOMBS, 2006) realçados na reportagem, esta análise de conteúdo identificou os seguintes:

- a) O consumo do *crack* é um problema social complexo;
- b) A Prefeitura de São Paulo propôs ações efetivas para a recuperação de dependentes de *crack*;
- c) Para ser solucionado, o problema depende da reinserção social do indivíduo a partir de condições básicas para a sobrevivência;
- d) Observa-se o protagonismo de mulher viciada em *crack* no sentido de se tornar autônoma;
- e) Mantém-se a hegemonia do discurso da internação e da medicalização para recuperar dependentes de *crack*.

A reportagem do *Jornal Nacional* em análise esclarece, portanto, que, no que concerne à Categoria Focalização, o consumo do *crack* foi apresentado pelo telejornal como problema social complexo que depende da reinserção social do indivíduo.

#### 11.3.2 – 16 de janeiro de 2014: *Dependentes de crack têm primeiro dia de trabalho em projeto de São Paulo*

A reportagem de Fábio Turci, repórter entrevistado por esta pesquisa (TURCI, 2017), foi exibida no *Jornal Nacional* dois dias depois da reportagem de Renato Biazzi e teve duração de dois minutos e dois segundos. Constitui objeto de nossa análise, tendo em vista que o repórter especial Fábio Turci concedeu entrevista para nosso trabalho, elucidando questões acerca do processo produtivo jornalístico. No que concerne à Categoria Focalização, identificamos que o consumo do *crack* é agendado pelo telejornal como problema social complexo que pode ser solucionado a partir da reinserção social dos dependentes químicos com oferta de trabalho, renda e condições básicas para a sobrevivência.

O texto da *cabeça* anuncia o conteúdo da reportagem: “Viciados em *crack* tiveram hoje seu primeiro de trabalho num programa novo de recuperação em São Paulo. Eles vão receber também comida e moradia”. De acordo com o texto, observamos que, além do trabalho, os viciados em *crack* terão casa para morar e comida para se alimentar. A rotina de trabalho e de responsabilidades, segundo Acioli Neto e Santos (2015), não permite o uso compulsivo da droga, porém, para quem usa

compulsivamente *crack*, é impossível manter vínculos empregatícios e sociais. O *off* do repórter Fábio Turci demonstra a realidade apontada pelos autores: “Pra quem vive como escravo da droga, trabalho já não faz parte da rotina. Por isso foi preciso ensinar como seria esse dia diferente”. Outro *off* do repórter reforça a ideia de que o trabalho é uma categoria importante para a reinserção de viciados em *crack*: “Bastou colocar o uniforme para alguns se sentirem mudando de lado”.

O *off* do repórter esclarece o funcionamento do programa:

O programa também prevê cursos de capacitação que ainda não têm data para começar. Ninguém é obrigado a largar a droga para ser atendido pelo programa. Funcionários da prefeitura continuaram desmontando barracas na rua onde centenas de pessoas, na maioria usuários de *crack*, estavam morando. O endereço deles por enquanto é em pequenos hotéis no entorno.<sup>126</sup>

Desse modo, na análise da reportagem de Fábio Turci, percebemos o contexto a que Hart (2014) se refere nos estudos sobre vício em *crack* a respeito da necessidade de os indivíduos satisfazerem suas necessidades básicas e a possibilidade de uso controlado da droga, destacada por Acioli Neto e Santos (2015).

Nessa reportagem, foram ouvidos três viciados em *crack*. Identificamos o protagonismo dos dependentes químicos que foram entrevistados e puderam expressar suas opiniões acerca das novas ações da prefeitura. Em regra, os meios de comunicação retratam os usuários de *crack* como indivíduos violentos que, sob os efeitos da droga, são agressivos e desprovidos de qualquer condição de fazer escolhas racionais, embora a reportagem de Fábio Turci subverta essa máxima. A reportagem encerra com a entrevista de um deles: “Segurar, porque é uma oportunidade, se você não segurar, ela pode, ó, pelas suas mãos, escapar, então você tem que segurá-la”. Llistó (2011) reitera a perspectiva de desejo de mudança de vida por parte de quem usa a droga. A autora assinala que somente a redução do aspecto médico em benefício de aspectos sociais e emocionais, sob uma perspectiva integral e multidisciplinar, poderia ter maior eficácia preventiva. Nessa reportagem, identificamos que as ações da prefeitura preveem reduzir o aspecto médico e privilegiar os aspectos sociais, e isso foi retratado e realçado pela reportagem.

---

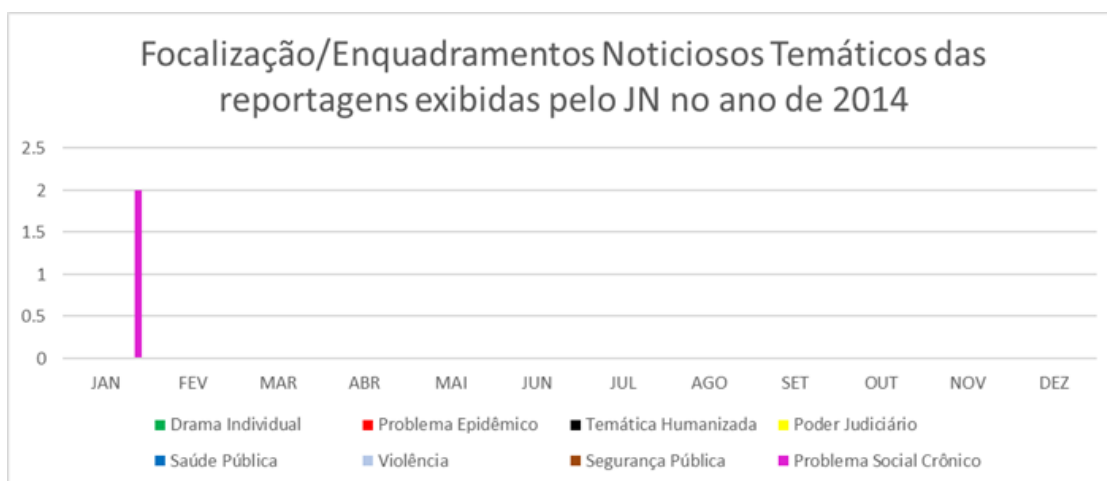
<sup>126</sup> *Off* do repórter Fábio Turci, na reportagem exibida em 16/01/2014.

Desse modo, esta análise resultou na identificação dos seguintes atributos (MCCOMBS, 2006) realçados na reportagem exibida no *Jornal Nacional* no dia 16 de janeiro de 2014:

- a) O consumo do *crack* é um problema social complexo;
- b) A Prefeitura de São Paulo propôs ações efetivas para a recuperação de dependentes de *crack*;
- c) O combate ao consumo de *crack* depende da reinserção social do indivíduo a partir de condições básicas para a sobrevivência;
- d) Observa-se protagonismo de viciados em *crack* com direito a voz no telejornal.

A lista de atributos acima está associada ao contexto em que o telejornal insere as questões relativas ao consumo do *crack* na reportagem analisada, cujo realce coloca o problema como de difícil solução, portanto complexo, uma vez que os indivíduos necessitam, segundo a reportagem, de reinserção social.

Na Figura 6 ilustramos os enfoques identificados nas reportagens veiculadas no *Jornal Nacional* ao longo do ano de 2014 sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga.



**Figura 6 – Focalização/Enquadramentos Noticiosos Temáticos das reportagens exibidas pelo JN no ano de 2014**

Fonte: Elaboração própria

Identificamos, na Figura 6, que as duas reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga veiculadas em 2014 pelo *Jornal Nacional* tiveram

como enfoque o consumo da droga como problema social crônico, representado na Figura 6 pela cor cinza.

#### 11.4 Reportagens sobre o consumo do *crack* veiculadas em 2015

Em 2015, o *Jornal Nacional* veiculou duas reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga. As reportagens foram exibidas no seguinte intervalo de tempo: uma em junho (dia 20/06) e uma em dezembro (dia 1º/12). Nossa análise se baseou nas Categorias Saliência, Tempo, Repetição, Focalização e Atributos. As duas reportagens veiculadas pelo telejornal ao longo de 2015 serão analisadas de acordo com as Categorias Saliência, Tempo e Repetição.

No que tange à Categoria Saliência, nossa análise verificou que o *Jornal Nacional* exibiu reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais do consumo da droga em somente dois dos 12 meses de 2015, sendo que o tema foi veiculado uma vez em junho e uma vez em dezembro, o que representa a presença do tema em somente 20% do telejornal ao longo do ano. O tema consumo do *crack* e as implicações sociais decorrentes do uso da droga, portanto, teve agendamento inexpressivo no *Jornal Nacional* em 2015, não oferecendo para esta análise, no que concerne à Categoria Saliência, nenhum dado relevante, uma vez que o telejornal exibiu somente duas reportagens ao longo de 12 meses. Identificamos que nenhuma das reportagens foi destaque na escalada do telejornal ou abriu a edição do dia em que foram exibidas e nenhuma encerrou a edição do dia do *Jornal Nacional*; proporcionalmente, a quantidade de reportagens ao longo do ano é bastante insignificante, portanto não houve repetição do tema dia após dia.

No que concerne à Categoria Tempo, as duas reportagens exibidas em 2015 que tiveram como foco o consumo do *crack* e as implicações sociais do uso da droga tiveram tempo superior a um minuto, portanto superior a quarenta e cinco segundos, parâmetro utilizado por McCombs e Shaw (2000) para análise do agendamento.

Ao contrário das análises apresentadas relativas às reportagens exibidas no *Jornal Nacional* nos anos de 2012 e 2013, não identificamos a Categoria Repetição ao longo de 2015 na análise do agendamento do telejornal sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga. No Quadro 7 ilustramos a Categoria Tempo identificada e selecionadas para esta análise.

**Quadro 7 – Reportagens do JN sobre o consumo do crack exibidas em 2015**

Repórter	Categoria Tempo	Data	Categoria Repetição	Título
Jonas Campos	2'36"	20/06	-	Especialistas apontam que o <i>crack</i> é um dos maiores responsáveis pela violência no RS
César Galvão	1'26"	01/12	-	Polícia prende 11 suspeitos de abastecer Cracolândia em São Paulo

Legenda: No ano de 2015, o JN veiculou 02 reportagens sobre o consumo do *crack*. Das 02 reportagens veiculadas em 2015, uma reportagem não será objeto de análise, uma vez que a autora deste trabalho não entrevistou o respectivo repórter.

Fonte: Elaboração própria

Ao todo, o *Jornal Nacional* dedicou, ao longo de 12 meses do ano de 2015, três minutos e sessenta e dois segundos para reportagens que se referiram ao consumo de *crack* e as implicações sociais da droga.

Para efeito de análise, segundo a Teoria do Agendamento, consideramos a Categoria Focalização. Observamos “como” o assunto foi agendado no *Jornal Nacional*. Para tanto, ao assistirmos às reportagens objeto de nossa análise, procuramos identificar a forma que o telejornal escolheu para apoiar, contextualizar, assumindo determinada linguagem e recursos de edição.

**Quadro 19 – Reportagens do JN sobre o consumo do crack exibidas em 2015 e analisadas a partir da Categoria Focalização**

Repórter	Data	Título
César Galvão	01/12	Polícia prende 11 suspeitos de abastecer Cracolândia em São Paulo

Fonte: Elaboração própria

#### 11.4.1 – 1º de dezembro de 2015: *Polícia prende 11 suspeitos de abastecer cracolândia em São Paulo*

A reportagem de César Galvão, repórter entrevistado em nossa pesquisa (GALVÃO, 2017), teve duração de um minuto e vinte e seis segundos e foi exibida na edição do *Jornal Nacional* do dia 1º de dezembro de 2015. No que tange à Categoria Focalização, identificamos que o telejornal agenda o consumo do *crack* como tema de segurança pública, portanto associado a violência.

O *off* do repórter, coberto por imagens da região onde se consome *crack* em São Paulo e com um recurso de edição gráfica que mostra a rota do tráfico no Brasil,

a situação de insegurança acarretada pelo consumo de *crack* e a dificuldade da polícia de investigar esse tipo de tráfico:

Oitocentas pessoas passam dia e noite nesse lugar no centro de São Paulo, que mais parece um feirão de drogas. O Departamento de Narcóticos levou seis meses para identificar 15 pessoas que, segundo a polícia, abastecem a cracolândia. Onze foram presas hoje. Na capital, os investigadores entraram em uma casa nessa favela perto da cracolândia em busca de um traficante, mas ele tinha fugido. Cinco mulheres foram presas. Entre elas está Elisabeth dos Santos Moura, apontada pela polícia como uma das chefes do tráfico de drogas na cracolândia. Na casa dela, em Sorocaba, no interior, os investigadores encontraram dinheiro – R\$ 40 mil reais, que seriam usados para importar *crack*. Elisabeth é sócia dessa outra mulher, que fugiu.<sup>127</sup>

O caráter epidêmico do consumo do *crack* é reforçado pelo *off* do repórter César Galvão: “A polícia diz não acreditar que a cracolândia vá acabar. Mas espera dificultar a chegada da droga”. Contudo, notamos que a operação de investigação, de prisão traficantes e de apreensão de drogas representa algum avanço para as autoridades policiais no sentido de combater o consumo e o tráfico de *crack*, conforme podemos exemplificar com a *sonora* do delegado entrevistado: “O combate a esse tipo de traficante, sem dúvida alguma, é um golpe no crime organizado”. Inferimos que a reportagem retrata o consumo do *crack* em um contexto de segurança pública em que a fonte oficial é a autoridade policial e em que a própria fonte reconhece a dificuldade de resolver a situação. Embora a ação policial e os resultados dela tenham sido agendados pelo *Jornal Nacional*, observamos que há um reforço da onipotência das cracolândias em São Paulo.

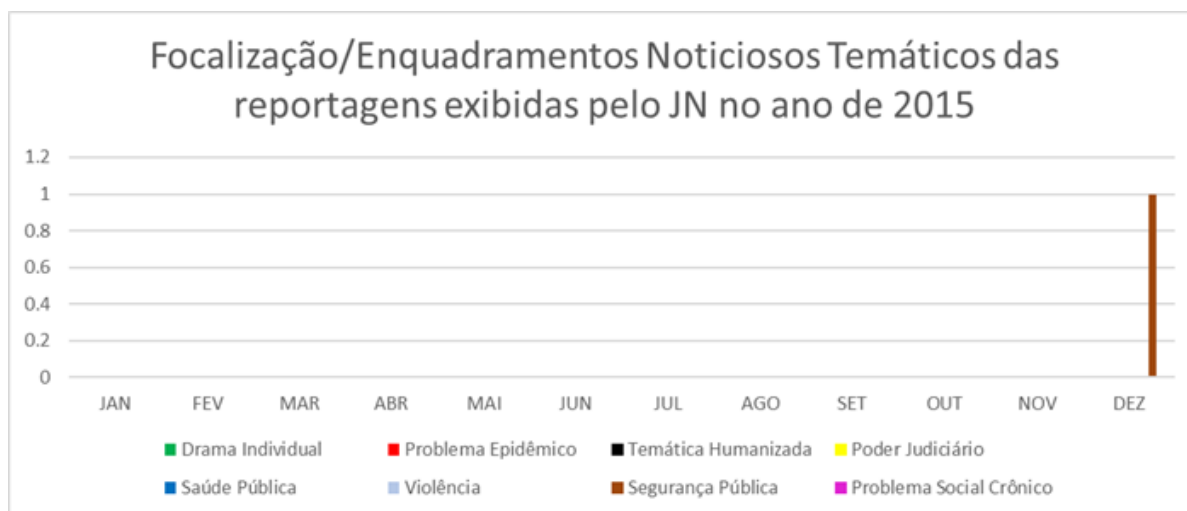
Desse modo, quanto aos atributos concernentes ao segundo nível de agendamento apresentado por McCombs (2006) no tocante ao consumo de *crack* na reportagem, esta análise de conteúdo identificou os seguintes realces que estão associados à Categoria Focalização:

- a) Cracolândias são espaços onipotentes;
- b) O consumo de *crack* é um problema de segurança pública;
- c) Autoridades policiais não conseguem solucionar o problema do consumo e do tráfico do *crack*.

---

<sup>127</sup> *Off* do repórter César Galvão em reportagem exibida em 01/12/2015.

Esta análise, portanto, compreende que os espaços denominados pelo telejornal como cracolândias são onipotentes e a questão do consumo do *crack* é apresentada aos telespectadores como problema de segurança pública sem solução, tendo em vista a fragilidade das forças policiais. Na Figura 7 consideramos somente uma reportagem objeto desta análise para demonstrar a Categoria Focalização.



**Figura 7 – Focalização/Enquadramentos Noticiosos Temáticos das reportagens exibidas pelo JN em 2015**

Fonte: Elaboração própria

Na Figura 7, podemos observar que a única reportagem veiculada no *Jornal Nacional* sobre o consumo do crack e as implicações sociais da droga, no que concerne a Focalização, está identificada pela cor cinza e teve como enfoque o fato de ser um problema social crônico. O repórter César Galvão foi entrevistado e, por isso, figura nesta análise.

### 11.5 Reportagens sobre o consumo do *crack* veiculadas em 2017

Em 2017, o *Jornal Nacional* veiculou, ao longo de nove meses<sup>128</sup> selecionados para análise, quatro reportagens sobre o consumo do *crack* e suas implicações sociais. As reportagens foram exibidas no seguinte intervalo de tempo: uma em janeiro (dia 18/01) e três em maio (nos dias 22, 25 e 27/05). Nossa análise considerou as Categorias: Saliência, Tempo, Repetição, Focalização e Atributos.

<sup>128</sup> Em 2017, foram analisados somente nove meses de telejornal, tendo em vista a necessidade de fecharmos recorte temporal para análise, conclusão e defesa de nossa pesquisa.



No que tange à Categoria Saliência, nossa análise verificou que o *Jornal Nacional* exibiu reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais do consumo da droga em dois dos nove meses selecionados para nossa Análise de Conteúdo, sendo que o tema foi veiculado uma vez em janeiro e três vezes em maio. No que concerne à Categoria Saliência, identificamos que as reportagens veiculadas selecionadas não foram destaque no *Jornal Nacional*: nenhuma delas constituiu chamada na escalada do telejornal, abriu o telejornal ou o bloco do noticiário, ou, ainda, encerrou a edição. Apesar do tempo de todas as reportagens ter sido superior a quarenta e cinco segundos, parâmetro utilizado por McCombs e Shaw (2000), não consideramos que o *Jornal Nacional* tenha conferido saliência ao consumo do *crack* e as implicações sociais ao longo dos nove meses de 2017.

No

Quadro 8 apresentamos referências acerca da Categoria Tempo e da Categoria Repetição, identificadas e selecionadas nas reportagens que versam sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga para nossa análise.

**Quadro 8 – Reportagens do JN sobre o consumo do crack exibidas em 2017**

Repórter	Categoria Tempo	Data	Categoria Repetição	Título
Alberto Gaspar	2'35"	18/01	-	Na cracolândia de São Paulo, a madrugada foi de violência
César Galvão	2'57"	22/05	R	Polícia desmonta cracolândia de SP, mas usuários de crack voltam
José Roberto Burnier	3'30"	25/05	R	Prefeitura de SP e MP discutem ações na Cracolândia
Fábio Turci	1'58"	27/05	R	Crack chegou a Nova Iorque há 30 anos e prefeitura declarou guerra à droga

Legenda: No ano de 2017, o JN veiculou 04 reportagens sobre o consumo do crack. Das 04 reportagens veiculadas em 2017, duas reportagens não serão objeto de análise, uma vez que a autora deste trabalho não entrevistou os respectivos repórteres.<sup>129</sup>

Fonte: Elaboração própria

Ao todo, o *Jornal Nacional* dedicou, ao longo de nove meses do ano de 2017, dez minutos e vinte segundos para reportagens que se referiram ao consumo de crack e as implicações sociais da droga. Todas as reportagens exibidas ultrapassam os quarenta e cinco segundos considerados parâmetros como fator de agendamento no estudo de McCombs e Shaw (2000).

No que concerne à Categoria Repetição, ao analisar o

<sup>129</sup> A autora deste trabalho não conseguiu entrevistar o repórter Alberto Gaspar, pois não conseguiu nenhuma forma de contato com o repórter e José Roberto Burnier que, embora tenha enviado e-mail para o endereço institucional do jornalista, o mesmo não respondeu às mensagens.

Quadro 8, observamos que o *Jornal Nacional* veiculou três reportagens praticamente em dias seguidos<sup>130</sup> do mês de maio, o que reforça a tese de McCombs (2009) de que repetir o assunto dia após dia é a mais importante mensagem de todas sobre a importância do assunto. Quando o autor discorre sobre a repetição na análise do agendamento também ensina a principal estratégia comunicativa: a redundância. O autor considera que meios de comunicação são como professores midiáticos que repetem os assuntos, enfatizando ou simplificando o tema.

Para efeito de análise, segundo a Teoria do Agendamento, consideramos a Categoria Focalização para compreender como o *Jornal Nacional* agendou e enquadrou o consumo do *crack* e as implicações sociais do consumo da droga.

---

<sup>130</sup> No mês de maio, uma reportagem é exibida no dia 22 (segunda-feira), outra no dia 25 (quinta-feira), outra no dia 27 (sábado).

**Quadro 9 – Reportagens do JN sobre o consumo do *crack* exibidas em 2017 e analisadas a partir da Categoria Focalização**

<b>Repórter</b>	<b>Data</b>	<b>Título</b>
César Galvão	22/05	Polícia desmonta Cracolândia de SP, mas usuários de <i>crack</i> voltam
Fábio Turci	27/05	<i>Crack</i> chegou a Nova Iorque há 30 anos e prefeitura declarou guerra à droga

Fonte: Elaboração própria

No

Quadro 9, podemos identificar as duas reportagens veiculadas no *Jornal Nacional*. Os repórteres nos concederam entrevistas. A seguir, apresentaremos a análise das reportagens a partir da Categoria Focalização.

11.5.1 – 22 de maio de 2017: *Polícia desmonta crackolândia de SP, mas usuários de crack voltam*

A reportagem de César Galvão, repórter entrevistado para esta pesquisa (GALVÃO, 2017), exibida no *Jornal Nacional* da edição do dia 22 de maio de 2017, teve duração de dois minutos e trinta e cinco segundos e, no que concerne à Categoria Focalização, agendou o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga como problema de segurança pública associado à violência. Todavia, ao longo da reportagem, notamos uma mudança no enfoque do assunto para a temática de saúde pública, com foco na internação e na medicalização.

A *cabeça* da reportagem indica que é uma ação da polícia com apoio da área médica, reiterando a necessidade de tratamento médico para recuperação dos dependentes químicos: “No dia seguinte à operação da polícia paulista para prender traficantes na região conhecida como crackolândia, agentes de saúde tentaram convencer os dependentes químicos a receber tratamento”.

O *off* do repórter César Galvão contextualiza a situação que os policiais encontraram na região da Sé, em São Paulo, onde a operação da polícia aconteceu:

Segundo a polícia, debaixo das barracas, 150 pessoas vendiam *crack*, maconha e cocaína, tudo separado em pratos e em bandejas em cima das mesas. Bandidos armados atiravam para espantar os guardas civis e disparavam contra as autoridades que tentassem entrar. Ontem, logo que amanheceu, mil policiais ocuparam a região. Atiradores de elite, bombas. Cinquenta e uma pessoas foram presas por tráfico de drogas.<sup>131</sup>

Observamos que o texto e as imagens exibidas na reportagem dão conta de um cenário de “guerra”, conflito e combate entre a autoridade policial e os traficantes de drogas. A sensação de quem assiste às imagens se divide em dois polos: de um lado, uma cidade em estado de completo descontrole, desordem, dominada pelas drogas; de outro, indivíduos sem condições de fazer escolhas racionais, persistindo no vício e, mesmo com a oferta de ajuda – tratamento médico –, continuando a fumar *crack* compulsivamente. O *off* do repórter reforça os estereótipos disseminados pela mídia a respeito do indivíduo que consome *crack* e comprova que o problema do *crack* é epidêmico e de difícil solução:

Depois da ação, dependentes químicos que frequentavam o local se espalharam por ruas do centro de São Paulo. Hoje de manhã, grupos fumavam *crack* debaixo das marquises dos prédios e na frente de um museu, perto da cracolândia. Também tinha gente distribuindo as drogas. Os usuários que ficaram na cracolândia eram procurados pelos agentes de saúde. Cento e cinquenta aceitaram algum tipo de tratamento, mas muita gente continua pelas ruas.<sup>132</sup>

O discurso médico é hegemônico na reportagem e pode ser percebido na entrevista realizada, na reportagem, com o especialista em dependência química que desabafa e questiona a situação: “Como é que eu vou conseguir convencer uma pessoa que está ausente? Eu não consigo falar com ele. Se ele não estiver abstinente 30, 40 dias, essa pessoa não dialoga comigo. Eu estou conversando mais é com o cachimbo que ele está segurando”. Esse trecho revela que a fala autorizada dos especialistas da área de saúde reitera o discurso da internação e da medicalização como o único caminho para recuperar o dependente de *crack*, evidenciando características como o fato de o indivíduo não conseguir controlar a ânsia do consumo da droga, ser incapaz de fazer escolhas racionais e ficar, sob o efeito da droga, “possuído”. Assim, se reproduzem estigmas, inverdades e estereótipos acerca dos

---

<sup>131</sup> *Off* do repórter César Galvão em reportagem exibida em 22/05/2017.

<sup>132</sup> *Off* do repórter César Galvão em reportagem exibida em 22/05/2017.

efeitos da substância, desconsiderando importantes estudos científicos já realizados, conforme Hart (2014).

A repressão violenta que legitima o discurso da internação e da medicalização, conforme Moretzohn (2012), também esteve presente na entrevista do secretário estadual de Saúde: “Quando uma operação dessa tira o fluxo fácil da droga, ele procura atendimento espontaneamente. Aqueles que não vierem nós vamos proativamente tentar convencê-los a serem tratados”. Inferimos, a partir dos elementos apresentados pela reportagem, que o problema do consumo do *crack* e as implicações sociais da droga podem ser solucionados por meio de violência e repressão policial e de internação e tratamento médico.

Além disso, identificamos que a reportagem enfatiza o caráter epidêmico, insolúvel e persistente do consumo do *crack* em São Paulo, sobretudo, no *off* do repórter César Galvão: “Durante o dia, ainda teve gente que apenas juntou os objetos e saiu caminhando, sem rumo. Agora à noite, o batalhão de choque da PM cercou ruas do centro da cidade, ocupadas por usuários que deixaram a cracolândia”.

Desse modo, identificamos os seguintes pontos realçados no que concerne aos atributos, conceito desenvolvido por McCombs (2006) e que nos levam a identificar o enfoque dado pelo *Jornal Nacional* ao consumo do *crack* e suas implicações sociais:

- a) O consumo do *crack* é um problema de segurança pública, com foco na violência;
- b) O consumo do *crack* só pode ser resolvido com a repressão da polícia e a internação e a medicalização;
- c) Os indivíduos que consomem *crack* não conseguem fazer escolhas racionais;
- d) O consumo do *crack* é uma epidemia no Brasil.

Os atributos acima, correspondentes a um segundo nível de agendamento proposto por McCombs (2006), indicam que a reportagem exibida no *Jornal Nacional* contextualiza o tema como problema de segurança pública que, além da repressão policial, exige intervenção por meio de medicalização e internação dos usuários, os quais, nessa reportagem, são apresentados como incapazes de fazer escolhas racionais diante de uma epidemia que assola o país.



### 11.5.2 – 27 de maio de 2017: *Crack chegou a Nova Iorque há 30 anos e prefeitura declarou guerra à droga*

A reportagem exibida no dia 27 de maio de 2017 no *Jornal Nacional* foi produzida por Fábio Turci, repórter especial e entrevistado para nossa pesquisa (TURCI, 2017), e teve duração de um minuto e cinquenta e oito segundos. O repórter contextualizou o combate ao *crack* na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos. Considerando a sequência de reportagens exibidas ao longo do mês de maio de 2017, inferimos que se trata de uma tentativa do telejornal de demonstrar como – nos Estados Unidos, onde o *crack* surgiu – as autoridades encaminharam ações para reduzir os impactos dos problemas acarretados pelo consumo e pelo tráfico da droga.

A *cabeça* da reportagem anuncia um cenário de guerra entre a Prefeitura de Nova Iorque e a droga. O entendimento que temos a partir da *cabeça* da reportagem é de que o tema, nos Estados Unidos, é de saúde pública, mesmo apresentando métodos polêmicos, segundo o discurso do *Jornal Nacional*: “A Prefeitura de Nova Iorque declarou guerra ao *crack* quando a droga virou um problema de saúde pública, décadas atrás. Os métodos foram polêmicos, mas acabaram com as *cracolândias* de lá”.

A reportagem de Fábio Turci historiciza o surgimento do *crack* nos Estados Unidos, e o telejornal se vale dos recursos gráficos para didatizar as informações relativas às localidades e à geografia do tráfico e do consumo do *crack*. O texto em *off* do repórter dá conta das ações de repressão na área de segurança pública empenhadas em “combater” a droga e a violência por ela acarretada:

Traficantes – muitos deles, armados – e usuários se espalhavam pelas ruas. Policiais à paisana começaram a identificar e a prender traficantes. Agentes invadiram casas onde o *crack* era processado e embalado. Em 1990, dois em cada três assassinatos na cidade estavam ligados às drogas, principalmente ao *crack*. Nos anos seguintes, Rudolph Giuliani foi eleito prefeito e endureceu ainda mais a repressão policial. Foi a chamada política de Tolerância Zero. Até gente que dormia na rua poderia ser presa. Nova Iorque multiplicou por seis o número de policiais do Departamento de Narcóticos. Uma lei federal determinava cinco anos de prisão para quem fosse pego com cinco gramas de *crack*. Em dez anos, perto de 900 mil pessoas foram presas por envolvimento com drogas.<sup>133</sup>

<sup>133</sup> *Off* do repórter Fábio Turci em reportagem exibida em 27/05/2017.

Essa reportagem mostra que, nos Estados Unidos, o problema do *crack* foi combatido com o uso da força policial e de leis severas: prisões, apreensões, aumento no número do efetivo de policiais e redução do nível de tolerância foram as máximas estadunidenses para lutar contra a droga. O texto da *passagem* do repórter reflete uma constatação sobre o preconceito e o estigma existente em torno do consumo e dos indivíduos que consomem *crack*: “É difícil imaginar que há 30 anos era um perigo andar na rua em bairros como esse aqui, o Village, por exemplo. Os números mostram que a forte repressão policial mandou para a prisão muito mais os pobres, na maioria, negros, que consumiam a droga mais barata”.

Hart (2014) elucida que os padrões de comportamento reforçados pelos meios de comunicação interferem sobremaneira na forma como compreendemos a questão do uso de drogas, em especial, do *crack*. Indivíduos que pertencem a um estrato social mais alto, portanto com mais acesso a empregos e fontes alternativas de significado, propósito, poder e prazer, além de melhores condições para cuidar da saúde mental, têm menos chances de se tornarem viciados. Na mesma perspectiva, o autor lembra que, atualmente, existe toda uma literatura que contempla a oferta de reforços alternativos e que essa é uma medida muito mais eficaz para o tratamento do vício, se comparada com ações punitivas, como o encarceramento. Diante disso, percebemos que as medidas adotadas pelos Estados Unidos para combater o *crack* não dialogam com os estudos de Hart (2014) e, de algum modo, identificamos, na *cabeça* da reportagem, que o *Jornal Nacional* também não concorda com os métodos adotados nos Estados Unidos.

Embora Hart (2014) reconheça que na contemporaneidade o *crack* não seja mais uma preocupação central dos políticos ou dos meios de comunicação, segundo o autor, 1/3 dos negros do sexo masculino nascidos depois dos anos 2000 passará pela prisão se não houver a adoção de uma política e compreensão diferenciada.

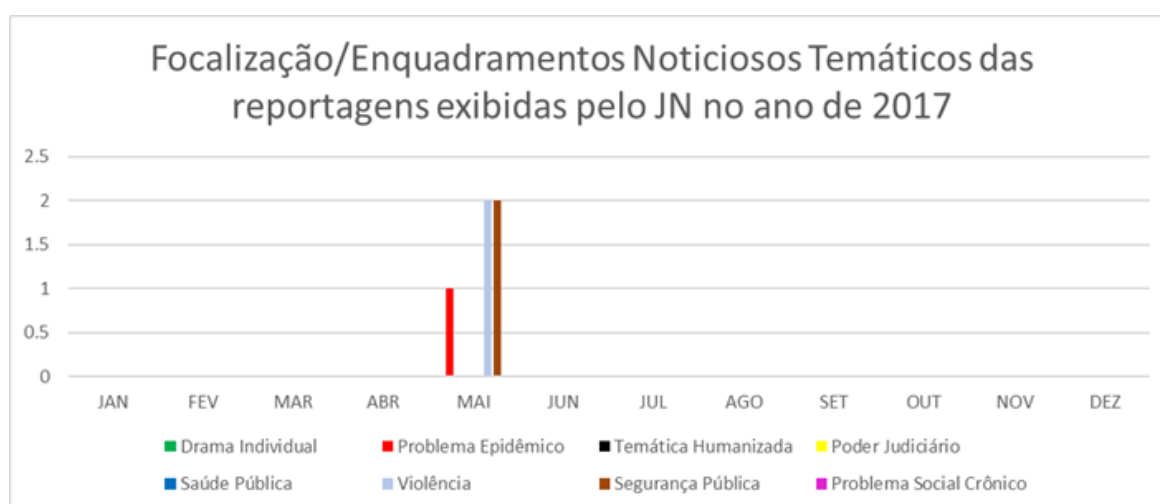
Para McCombs (2006), ao noticiar os fatos sociais, os *media* realçam determinados aspectos que são os atributos. Na reportagem de Fábio Turci, os atributos realçados foram:

- a) A solução para o problema do consumo do *crack* em Nova Iorque esteve associada a políticas de segurança pública;
- b) O problema do consumo do *crack* em Nova Iorque foi solucionado com ações de encarceramento;
- c) As *cracolândias* de Nova Iorque foram extintas;

- d) A violência estava associada ao consumo de drogas, em especial, ao consumo do *crack*.

Por meio da Análise de Conteúdo das reportagens exibidas pelo *Jornal Nacional* no período de 2012 a 2017 que tiveram como temática principal o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga, identificamos o enfoque dado pelo telejornal à Categoria Focalização, bem como os atributos realçados pelo noticiário em cada uma delas.

Na Figura 8 ilustramos os enquadramentos das reportagens identificados no ano de 2017 no *Jornal Nacional*.



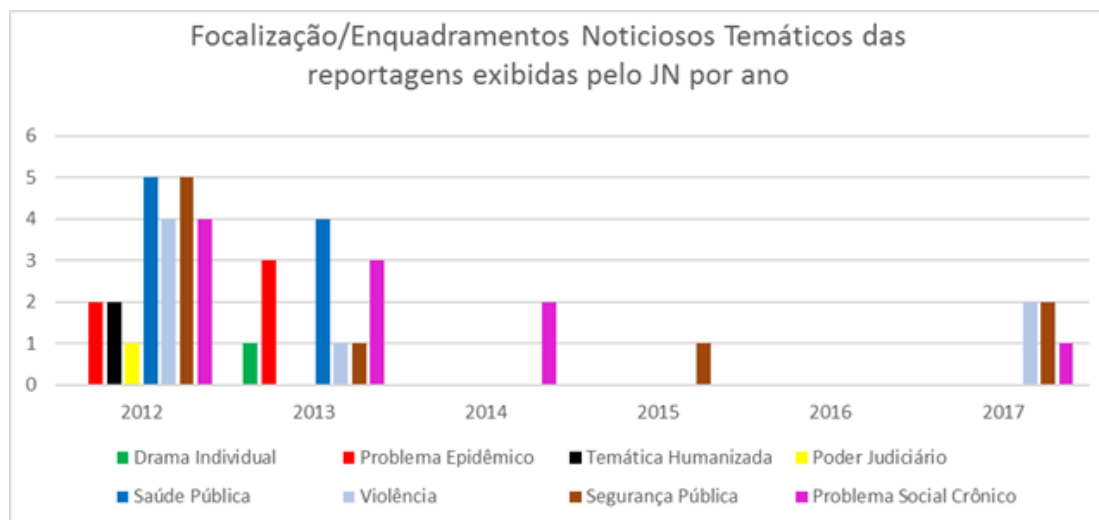
**Figura 8 – Focalização/Enquadramentos Noticiosos Temáticos das reportagens exibidas pelo JN em 2017**

Fonte: Elaboração própria

Na Figura 8, identificamos que houve preponderância de dois enfoques nas duas reportagens analisadas: segurança pública e violência, representados, respectivamente, pelas cores verde e marrom.

No período de 2012 a 2017, selecionado para análise das reportagens do *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga, identificamos os enfoques que receberam as reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga. Este trabalho utilizou a análise de conteúdo das reportagens, tendo como ponto de partida a Categoria Focalização, conforme a Figura 9 mostra. No eixo horizontal, identificamos o período temporal e, por cores, identificamos os enfoques encontrados. Os enfoques que predominaram no período

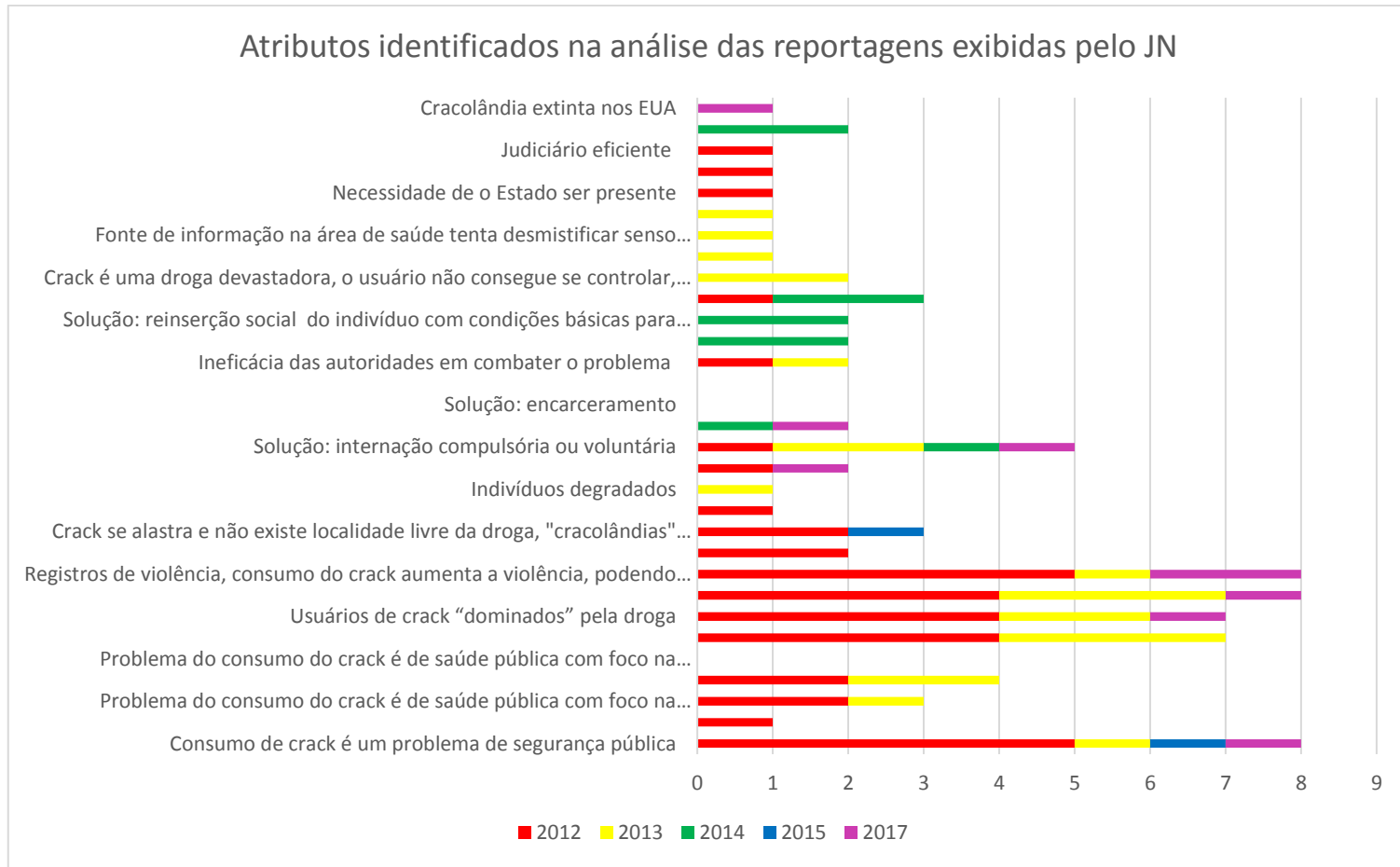
de cinco anos analisados, levando em conta as reportagens que versaram sobre o consumo do *crack* e as implicações decorrentes da droga, foram: segurança pública, saúde pública, violência, problema social crônico e problema social epidêmico.



**Figura 9 – Focalização/Enquadramentos Noticiosos Temáticos identificados para as reportagens veiculadas no JN sobre o consumo do crack e as implicações sociais da droga**

Fonte: Elaboração própria

Na Figura 10, há informações acerca dos atributos encontrados nas reportagens analisadas de 2012 a 2017. Utilizamos cores para diferenciar o período temporal (a que ano se refere a informação) e, no eixo horizontal, apresentamos a quantidade de vezes que os atributos identificados apareceram. A análise identificou os principais atributos no que concerne ao consumo de *crack*: é um problema de segurança pública e gera violência, e o consumo de *crack* é um problema de saúde pública, com foco na medicalização e na internação. Com isso, compreendemos que, da forma como o assunto é apresentado pelo *Jornal Nacional*, o consumo da droga se apresenta, via de regra, como um problema de polícia e de saúde.



**Figura 10 – Atributos identificados na análise das reportagens exibidas pelo JN**

Fonte: Elaboração própria

**Quadro 10 – Quadro-resumo das focalizações e atributos das reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga exibidas no JN entre 2012 e 2017**

2012			
Data	Manchete	Focalização/Enquadramento (HOHFELDT, 2001; Goffman, 1986; 2012; Porto, 2002)	Atributos (MCCOMBS, 2006)
24/02/2012	Consumo de <i>crack</i> atinge 90% das cidades brasileiras	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Segurança pública</li> <li>• Saúde pública</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O consumo do <i>crack</i> se “alastra” para cidades do interior;</li> <li>• Usuários de <i>crack</i> são “dominados” pela droga;</li> <li>• As famílias são destruídas;</li> <li>• Observa-se aumento da violência e criminalidade;</li> <li>• O consumo do <i>crack</i> é uma epidemia no Brasil;</li> <li>• O consumo do <i>crack</i> é um problema de segurança pública;</li> <li>• O consumo do <i>crack</i> é um problema de saúde pública;</li> <li>• Possíveis soluções: o indivíduo buscar soluções individualmente ou por meio de internação voluntária ou compulsória.</li> </ul>
02/03/2012	Viciados em <i>crack</i> se espalham por várias regiões de São Paulo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Problema social crônico</li> <li>• Segurança pública</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É ineficaz a ação das autoridades diante de um problema crônico;</li> <li>• Observa-se a persistência do consumo do <i>crack</i> nas ruas;</li> <li>• Destacam-se dados quantitativos de apreensões e prisões;</li> <li>• Há registros de violência;</li> <li>• O consumo do <i>crack</i> é um problema de segurança pública;</li> <li>• Há necessidade de o Estado se fazer presente.</li> </ul>
24/03/2012	Crianças e jovens viciados em <i>crack</i> motivam ação especial da Justiça de São Paulo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Temática humanizada</li> <li>• Poder Judiciário</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Observa-se tentativa de humanizar o problema do consumo de <i>crack</i>;</li> <li>• Evidencia-se a perspectiva dos personagens dependentes químicos;</li> <li>• Demonstra-se a eficiência do trabalho do Judiciário.</li> </ul>
09/04/2012	Bandos assaltam cidadãos nas ruas do centro do Rio	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Segurança pública</li> <li>• Violência</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O consumo do <i>crack</i> é um problema de polícia;</li> <li>• Observa-se aumento da violência e da criminalidade;</li> <li>• Usuários de <i>crack</i> são “dominados” pela droga;</li> <li>• O problema só pode ser combatido pela força policial.</li> </ul>
26/07/2012	Intervenção do governo não diminui consumo de <i>crack</i> em São Paulo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Problema social crônico</li> <li>• Violência</li> <li>• Saúde pública</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Observa-se persistência do consumo do <i>crack</i> nas ruas;</li> <li>• Pesquisas científicas reforçam que o problema continua existindo;</li> <li>• Há registros de violência;</li> </ul>

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• O problema do <i>crack</i> é de saúde pública com foco na medicalização e internação.</li> </ul>
10/09/2012	Nova cracolândia assusta moradores da zona sul de São Paulo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Problema social crônico</li> <li>• Segurança pública</li> <li>• Violência</li> <li>• Saúde pública</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Observa-se a persistência do consumo do <i>crack</i> nas ruas;</li> <li>• O consumo de <i>crack</i> é um problema de segurança pública;</li> <li>• O problema do consumo do <i>crack</i> atinge a população;</li> <li>• Há registros de violência;</li> <li>• O problema do <i>crack</i> é de saúde pública com foco na medicalização e internação.</li> </ul>
18/10/2012	Policiais prendem 40 pessoas que vendiam pedras de <i>crack</i> para trabalhadores rurais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Segurança pública</li> <li>• Violência</li> <li>• Problema epidêmico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O consumo do <i>crack</i> é um problema de segurança pública;</li> <li>• O consumo do <i>crack</i> gera violência;</li> <li>• O consumo do <i>crack</i> é uma epidemia no Brasil;</li> <li>• Não existe localidade livre do vício do <i>crack</i>.</li> </ul>
08/11/2012	Vício do <i>crack</i> faz aumentar número de órfãos e crianças abandonadas no Rio de Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Saúde pública</li> <li>• Temática humanizada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O consumo do <i>crack</i> é um problema de saúde pública com foco na internação compulsória;</li> <li>• Usuários de <i>crack</i> são “dominados” pela droga;</li> <li>• Observa-se a tentativa de humanizar o problema do consumo de <i>crack</i>.</li> </ul>
09/11/2012	Novos flagrantes de usuários de <i>crack</i> são registrados no Rio de Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Saúde pública</li> <li>• Problema epidêmico</li> <li>• Problema social crônico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O consumo do <i>crack</i> é um problema de saúde pública com foco na internação compulsória;</li> <li>• Usuários de <i>crack</i> são “dominados” pela droga;</li> <li>• O consumo do <i>crack</i> é uma epidemia no Brasil;</li> <li>• Observa-se persistência do consumo do <i>crack</i> nas ruas.</li> </ul>
<b>2013</b>			
23/01/2013	Usuários de <i>crack</i> se misturam aos traficantes e dificultam controle da droga	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Segurança pública</li> <li>• Saúde pública</li> <li>• Problema social crônico</li> <li>• Problema epidêmico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O consumo do <i>crack</i> é um problema de segurança pública;</li> <li>• O consumo do <i>crack</i> é um problema de saúde pública com foco na internação compulsória;</li> <li>• Autoridades policiais não conseguem solucionar o problema do consumo e do tráfico do <i>crack</i>;</li> <li>• Usuários de <i>crack</i> são “dominados” pela droga;</li> <li>• O consumo do <i>crack</i> é uma epidemia no Brasil;</li> <li>• Observa-se persistência do consumo do <i>crack</i> nas ruas.</li> </ul>

19/02/2013	Adultos dependentes de <i>crack</i> começam a ser internados de forma involuntária no Rio	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Saúde pública</li> <li>• Problema epidêmico</li> <li>• Problema social crônico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O consumo do <i>crack</i> é problema de saúde pública, com foco na medicalização e na internação compulsória;</li> <li>• Usuários de <i>crack</i> são “dominados” pela droga;</li> <li>• O consumo do <i>crack</i> é uma epidemia no Brasil;</li> <li>• Observa-se persistência do consumo do <i>crack</i> nas ruas;</li> <li>• As fontes de informação utilizadas pelo telejornal na reportagem nem sempre são as adequadas para tratar o assunto.</li> </ul>
20/02/2013	Usuários de <i>crack</i> do Rio voltam a ser vistos na Avenida Brasil	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Saúde pública</li> <li>• Problema epidêmico</li> <li>• Problema social crônico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O consumo do <i>crack</i> é um problema de saúde pública com foco na medicalização e na internação compulsória;</li> <li>• Usuários de <i>crack</i> são indivíduos degradados;</li> <li>• O consumo do <i>crack</i> é uma epidemia no Brasil;</li> <li>• Observa-se persistência do consumo do <i>crack</i> nas ruas;</li> <li>• As fontes de informação utilizadas pelo telejornal na reportagem nem sempre são as adequadas para tratar o assunto;</li> <li>• Fonte de informação na área de saúde tenta desmistificar senso comum sobre vício em <i>crack</i>.</li> </ul>
21/02/2013	Homem pede para ser acorrentado para tentar se livrar da dependência do <i>crack</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Drama individual</li> <li>• Violência</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O <i>crack</i> é uma droga devastadora;</li> <li>• Quem é viciado em <i>crack</i> consome compulsivamente a droga;</li> <li>• Para se livrar do vício, o indivíduo precisa ser internado em clínicas especializadas;</li> <li>• Há riscos de que o indivíduo não consiga se recuperar do vício em <i>crack</i>;</li> <li>• Para consumir a droga, o indivíduo comete crimes;</li> <li>• O consumo do <i>crack</i> leva à violência, por vezes, à morte.</li> </ul>
25/02/2013	Internação compulsória de dependentes de <i>crack</i> completa um mês	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Saúde pública</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O consumo do <i>crack</i> é um problema de saúde pública com foco na internação e na medicalização;</li> <li>• A internação é a única possibilidade de tratamento para dependentes de <i>crack</i>;</li> <li>• As fontes de informação utilizadas pelo telejornal na reportagem nem sempre são as adequadas para tratar o assunto;</li> <li>• Apesar do vício em <i>crack</i>, os indivíduos conseguem fazer escolhas racionais.</li> </ul>
<b>2014</b>			



14/01/2014	Dependentes químicos vão ganhar emprego, hospedagem e alimentação em SP	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Problema social crônico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O consumo do <i>crack</i> é um problema social complexo;</li> <li>• A Prefeitura de São Paulo propõe ações efetivas para a recuperação de dependentes de <i>crack</i>;</li> <li>• Para ser solucionado, o problema depende da reinserção social do indivíduo a partir de condições básicas para a sobrevivência;</li> <li>• Observa-se protagonismo de mulher viciada em <i>crack</i> no sentido de se tornar autônoma;</li> <li>• É hegemônico o discurso da internação e da medicalização para recuperar dependentes de <i>crack</i>.</li> </ul>
16/01/2014	Dependentes de <i>crack</i> têm primeiro dia de trabalho em projeto de São Paulo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Problema social crônico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O consumo do <i>crack</i> é um problema social complexo;</li> <li>• A Prefeitura de São Paulo propõe ações efetivas na recuperação de dependentes de <i>crack</i>;</li> <li>• Para ser solucionado, o problema depende da reinserção social do indivíduo a partir de condições básicas para a sobrevivência;</li> <li>• Observa-se protagonismo de viciados em <i>crack</i> com direito à voz no telejornal.</li> </ul>
<b>2015</b>			
01/12/2015	Polícia prende 11 suspeitos de abastecer crackolândia em São Paulo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Segurança pública</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As crackolândias são espaços onipotentes;</li> <li>• O consumo do <i>crack</i> é um problema de segurança pública;</li> <li>• As forças policiais, por mais que ajam, não conseguem combater o consumo e o tráfico de <i>crack</i>.</li> </ul>
<b>2017</b>			
		<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>
22/05/2017	Polícia desmonta crackolândia de SP, mas usuários de <i>crack</i> voltam	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Segurança pública</li> <li>• Violência</li> <li>• Problema epidêmico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O consumo do <i>crack</i> é um problema de segurança pública com foco na violência;</li> <li>• O consumo do <i>crack</i> só pode ser resolvido com a repressão da polícia e a internação e a medicalização;</li> <li>• Os indivíduos que consomem <i>crack</i> não conseguem fazer escolhas racionais;</li> <li>• O consumo do <i>crack</i> é uma epidemia no Brasil.</li> </ul>

<b>27/05/2017</b>	<i>Crack</i> chegou a Nova Iorque há 30 anos e prefeitura declarou guerra à droga	<ul style="list-style-type: none"><li>• Segurança pública</li><li>• Violência</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• A solução para o problema do consumo do <i>crack</i> em Nova Iorque esteve associada a políticas de segurança pública;</li><li>• O problema do consumo do <i>crack</i> em Nova Iorque foi solucionado com ações de encarceramento;</li><li>• As crackolândias de Nova Iorque foram extintas;</li><li>• A violência estava associada ao consumo de drogas, em especial, ao consumo do <i>crack</i>.</li></ul>
-------------------	---	---	--

Fonte: Elaboração própria

Ainda na etapa 4, após analisarmos as categorias Saliência, Tempo, Repetição, Focalização e Atributos, passaremos a apresentar a análise das reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais decorrentes do uso da droga veiculadas no *Jornal Nacional*, no período de 2012 a 2017, a partir da perspectiva teórica fornecida pelos autores.

A análise a seguir apresentará um diálogo entre as reportagens, as entrevistas com os repórteres, os autores que auxiliaram na compreensão do fenômeno e nas reflexões acerca do fenômeno que estamos investigando e à luz das entrevistas realizadas com especialistas, como Hart (2017) e Oliveira (2015), em diálogo com as teorias abordadas neste trabalho.

A próxima reflexão versará sobre o caráter factual como fator de agendamento das reportagens veiculadas pelo *Jornal Nacional* a partir do que disseram os repórteres entrevistados acerca do conteúdo do material produzido.

## 12 O factual como fator de agendamento sobre o consumo do *crack* no *Jornal Nacional*

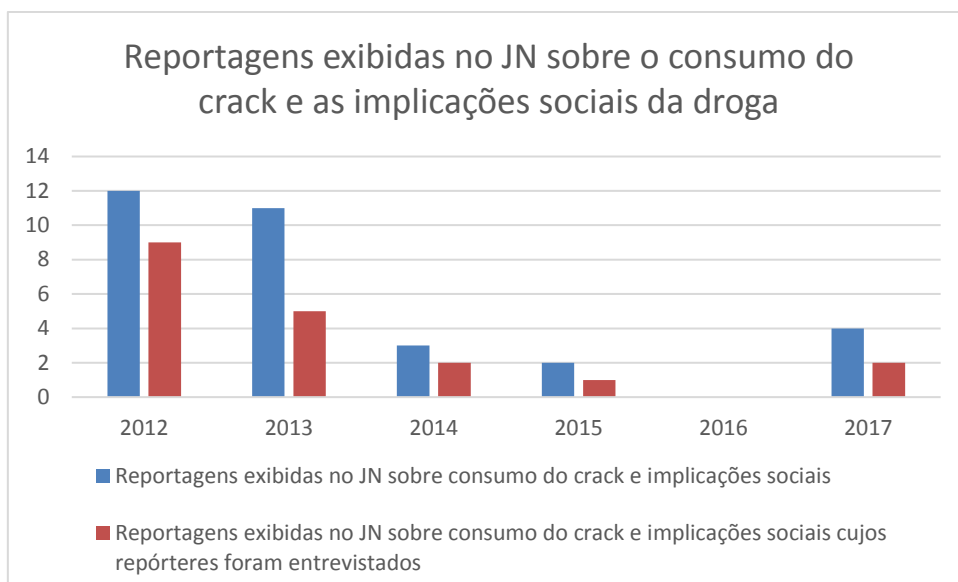
Esse capítulo tem por objetivo apresentar a análise das reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga veiculadas no *Jornal Nacional*, no período de 2012 a 2017, à luz das abordagens teóricas e dos autores apresentados neste trabalho nas etapas 2 e 3 – revisão bibliográfica e pesquisa exploratória de coleta de dados, em diálogo com a etapa 4 – análise de conteúdo – das 19 reportagens, cujos repórteres foram entrevistados para esta pesquisa (etapa 5).

Apresentaremos, portanto, a análise, buscando compreender como se dão o agendamento e o enquadramento do *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack* no período selecionado, considerando as entrevistas como instrumental teórico-metodológico. Ressaltamos que as entrevistas com os repórteres foram realizadas em 2017 e estão descritas na íntegra (vide Apêndices na página 409). Salientamos que os repórteres responderam aos questionamentos da entrevista como jornalistas que cobriram uma ou mais pautas sobre o consumo do *crack* para o *Jornal Nacional*, embora tenham sido enfáticos ao afirmar que não falavam em nome da linha editorial do telejornal.

Identificamos que o factual, nomenclatura utilizada pelos repórteres nas entrevistas realizadas e em nosso trabalho a partir de autores apresentados no Capítulo 6, corresponde ao valor-notícia *Significância* presentes no Capítulo 4 apresentados por Galtung e Ruge (1965) apud Traquina (2005a); *Dramatização* e *Inesperado* com sentido negativo na classificação de Ericson; Baranek; Chan (1987) apud TRAQUINA (2005a) e na classificação de Traquina (2005a) correspondendo aos valores-notícia de seleção – critérios substantivos de *Relevância*, *Notabilidade*, *Conflito ou Controvérsia* e *Infração*. No que concerne aos valores-notícia de seleção contextuais, o consumo do *crack* e as implicações sociais decorrentes do uso da droga parecem atender ao critério de *Visualidades*. Conforme nossa análise, o factual corresponde à tipologia das *hard news*, de acordo com Tuchman (1978).

Na Figura 11, apresentamos o total de reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga veiculadas pelo *Jornal Nacional* no período de 2012 a 2017 e o total de reportagens cujos repórteres foram entrevistados e, portanto, se inserem nesta análise quantitativa e qualitativa. Identificamos 31 reportagens sobre o assunto no *Jornal Nacional*. Desse total, selecionamos, para análise quantitativa e

qualitativa, 19 reportagens. Entendemos que o universo de 19 reportagens seria significativo para a análise sobre o enquadramento e o agendamento da cobertura do *Jornal Nacional* no período analisado, uma vez que corresponde a 61,29% do total de reportagens veiculadas no telejornal.



**Figura 11 – Reportagens exibidas no JN sobre o consumo do crack e as implicações sociais da droga**

Fonte: Elaboração própria

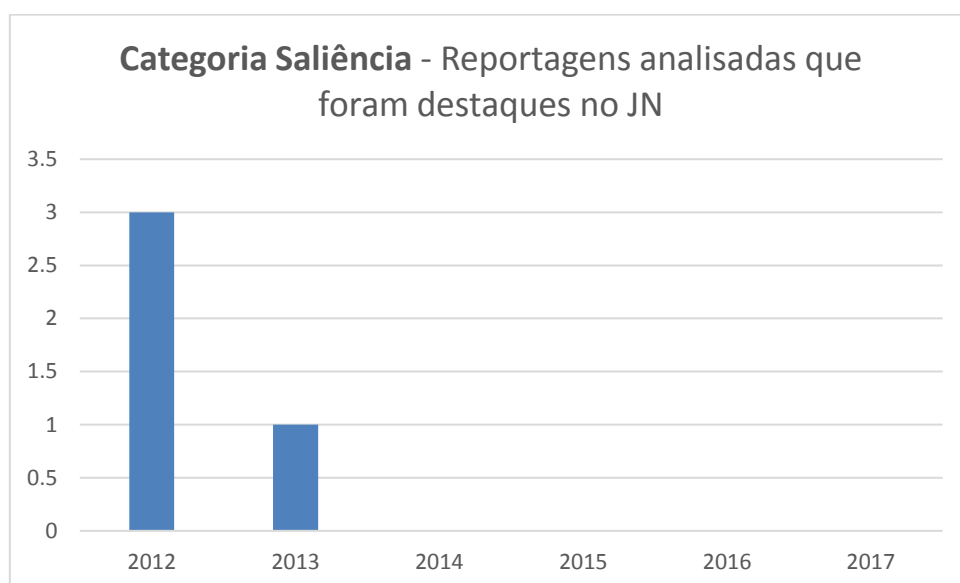
De acordo com McCombs (2006), a Teoria do Agendamento esclarece que, pela redundância, principal estratégia dos *media*, os meios de comunicação se tornam “professores midiáticos”, pois repetem os assuntos, dando ênfase a alguns aspectos noticiados ou simplificando outros assuntos. Para Lippmann (2010), as experiências e os conhecimentos acerca do mundo com o qual devemos nos envolver está fora do alcance e distante de nosso campo de visão, conseqüentemente, grande parte do ambiente ou do quadro de referencialidades dos indivíduos é fornecida pelos *media*. Embora McCombs (2006) reconheça que alguns temas são experienciáveis de forma direta, outros tantos não o são, e em face desses temas que os *media* exercem um papel fundamental no sentido de oferecer uma lista daquilo sobre o que é necessário saber, conhecer, ter opinião.

Lippmann (2010) afirma que os veículos de notícia determinam os nossos mapas cognitivos porque funcionam como janelas para o mundo amplo e vasto que ultrapassa nossa experiência. Desse modo, a mídia tem importância significativa na

reconfiguração do mundo, na composição do entendimento que as pessoas têm da realidade social. Portanto, consideramos, com base na Teoria do Agendamento, as seguintes categorias para a análise de conteúdo das reportagens: Saliência, Tempo, Repetição, Focalização e Atributos.

- **Categoria Saliência:** “factualização”, impactos na realidade social e concorrência temática são definidores para a cobertura sobre o consumo do *crack* no *Jornal Nacional*

Na análise, identificamos que a Categoria Saliência está presente no agendamento do *Jornal Nacional* sobre o consumo de *crack* e as implicações sociais da droga nos anos de 2012 e 2013, conforme a Figura 12.



**Figura 12 – Categoria Saliência – reportagens analisadas que foram destaques no JN**

Fonte: Elaboração própria

Na Figura 12, identificamos que a Categoria Saliência está evidenciada nos anos de 2012 e 2013 em três reportagens veiculadas no *Jornal Nacional* no mês de fevereiro do ano de 2012 e uma reportagem do mês de janeiro de 2013, considerando que as respectivas reportagens foram destaque no telejornal, uma vez que estiveram presentes na *escalada* do *Jornal Nacional*. No ano de 2012, o telejornal veiculou reportagens em 8 dos 12 meses do ano; no ano de 2013, o *Jornal Nacional* veiculou reportagens sobre o assunto em apenas 4 meses, considerando os 12 meses do ano.

Segundo McCombs e Shaw (2000), os *media* são capazes de atribuir determinado grau de importância a determinados assuntos, de acordo com a hierarquização e a prioridade com que esses assuntos são apresentados na ordem do dia, bem como pela quantidade de informação veiculada por determinado *media*.

O repórter Ismar Madeira (2017) foi um dos repórteres entrevistados para este trabalho, responsável pela primeira reportagem que foi destaque na edição do *Jornal Nacional* e que teve maior duração (4'14") entre as reportagens sobre o assunto exibidas no ano de 2012 no telejornal. Durante a entrevista, Ismar Madeira explica a motivação da pauta. Segundo ele, a pauta partiu dos dados de uma pesquisa de 2011 da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) que indicavam o que o repórter denominou de "interiorização do *crack*":

Então, eu não me lembro direito qual era a fonte, mas você disse essa [referindo-se à informação da autora desse trabalho quanto à pesquisa mencionada na reportagem ser da CNM], e a partir dessa fonte a gente avaliou os dados da pesquisa e foi aos locais apontados pela pesquisa como locais onde havia um impacto muito grande dessa interiorização do *crack*. (MADEIRA, 2017)

Na entrevista, o repórter enfatizou a importância da pesquisa para subsidiar a reportagem: "Então esses dados partiram de uma pesquisa respeitada e aí a gente foi verificar *in loco* como isso tava acontecendo na vida das pessoas e como isso tava afetando essas comunidades [...] (MADEIRA, 2017).

Ismar Madeira (2017) explicou que o *Jornal Nacional* é um jornal factual: "Como factual são os fatos que vão ser levados a público. Então é o que aconteceu. O que acontecer é o que vai entrar no jornal". Esclareceu ainda que, para tratar de temas complexos – como o do consumo do *crack* e as implicações sociais decorrentes dele –, "[...] o ideal seria que a gente tivesse a reportagem, mas, além da reportagem, um debate a fundo do assunto, levando especialistas. Mas não é em qualquer produto jornalístico que isso cabe" (MADEIRA, 2017).

Ao longo da entrevista, o repórter negou que exista uma lista de temas sobre os quais o *Jornal Nacional* deve dar destaque ou cobrir jornalisticamente com alguma periodicidade e explicou que, depois de dialogada com a chefia de reportagem e com o editor, a orientação foi no sentido de tentar humanizar os dados da pesquisa da CNM: "A conversa inicial, muito provavelmente, deve ter sido em torno disso: vamos fazer uma reportagem humanizada. Vamos ver o que números trazem, como são

essas pessoas, como elas vivem e quais são os problemas que elas levantam em relação a esse tema” (MADEIRA, 2017).

A reportagem sobre o consumo do *crack*, veiculada em abril de 2012 e produzida pelo repórter Eduardo Tchao, foi destaque no telejornal, integrando uma das *chamadas* do *Jornal Nacional*. Em entrevista, o jornalista defendeu que, quando produzida, a pauta pode se tornar factual: “Então, é porque eu produzi isso lá, eu produzi e virou factual. Quando você produz, aí vira uma coisa que você direciona pro factual, aí vale a pena né, entendeu?” (TCHAO, 2017). O repórter ponderou também que a cidade do Rio de Janeiro estava muito ligada aos escândalos políticos de corrupção da Operação Lava Jato – conjunto de operações da Polícia Federal que atua em investigações e cumprimento de mandados de prisão desde 2014:

O Rio de Janeiro hoje tá muito ligado à Lava Jato viu, com o Sérgio Cabral, entendeu? Embora não deixe de olhar, como se diz, o factual das drogas né. De qualquer maneira não tenho dúvidas que o Rio de Janeiro hoje tá muito virado pra essas coisas em relação à política, né?. (TCHAO, 2017)

Em virtude do grande fluxo informacional, característica do jornalismo de comunicação abordado por Charron e Bonville (2016), há tendência à factualização dos acontecimentos. Nesse caso, segundo os autores, a novidade não é suficiente, pois muitas ocorrências disponíveis para publicação têm essa característica. Assim, é necessário buscar o aspecto singular em cada ocorrência e, depois, suas respectivas ocorrências singulares. Inferimos que o trecho da entrevista do repórter pode ser analisado e compreendido à luz de Charron e Bonville (2016), uma vez que o repórter declarou ter “produzido” o factual e, portanto, nesta análise, o jornalista teria “factualizado” um fenômeno já existente na realidade, já noticiado no telejornal, para que o assunto pudesse integrar a pauta do *Jornal Nacional*.

O repórter César Menezes (2017) explicou que as duas reportagens produzidas por ele e que contribuíram para que identificássemos a Categoria Saliência nesta análise de conteúdo, nos anos de 2012 e 2013, partiram de acontecimentos factuais. Em 2012, a reportagem surgiu de uma ação policial; em 2013, da decisão de internação compulsória dos usuários de *crack* e da dificuldade de redução do consumo de *crack*, conforme destaque dado pelo apresentador William Bonner: “E a reportagem que abre essa edição é sobre o tráfico dessa droga devastadora. Os



nossos repórteres mostram por que ele é tão difícil de ser combatido”. O repórter disse que o conteúdo só foi ao ar porque tinha um caráter de factualidade:

[...] mas com o cuidado de ir além do fato. Desde a manhã daqueles dias, o assunto vinha sendo tratado por vários telejornais da Globo e por vários outros veículos. Para publicá-los às 20h30 [horário em que o telejornal tradicionalmente vai ao ar], tivemos tempo de ir além com dados e análises de especialistas. (MENEZES, 2017)

O repórter Renato Biazzi (2017), responsável pela cobertura de duas reportagens sobre o consumo do *crack* no *Jornal Nacional* – uma em 25 de fevereiro, que entra na análise da Categoria Saliência, e outra em 2014, não considerada para análise da referida categoria – explicou que as pautas tiveram motivações factuais e que houve grande dependência das fontes ligadas ao Poder Judiciário, e que, embora o *Jornal Nacional* se interesse por cobrir a temática do consumo do *crack*, outros assuntos têm concorrido com o assunto: “A pauta é muito variável. Ultimamente tem sido a Lava Jato, o *impeachment*, corrupção, a pauta política/polícia, elas são preponderantes. [...] O tema do *crack* sempre tem bastante interesse” (BIAZZI, 2017).

No que tange à Categoria Saliência, ao entrevistar o repórter Eduardo Tchao (2017), percebemos a defesa do que seria pauta para o *Jornal Nacional*, na visão do repórter, e que definiria o grau de importância do fenômeno a ser objeto de cobertura jornalística pelo *Jornal Nacional*: “Aqui você sabe que já morreram só esse ano 116 policiais militares, então é muito PM morto. [...] Então, o *crack*, eu volto a falar pra você, não chega, não tá na frente dos PM mortos, entendeu?” (TCHAO, 2017). O que o repórter esclarece na entrevista é que, na visão dele, o assunto relativo ao consumo do *crack* e as implicações sociais da droga concorre, por exemplo, com escândalos políticos e com outras pautas, como o número de policiais mortos no Rio de Janeiro.

O agendamento do consumo do *crack* e das consequências do uso da droga depende, portanto, na visão do repórter, da concorrência com outros assuntos importantes que acontecem na cidade do Rio de Janeiro:

Você tá querendo centralizar muito o *crack*, entendeu? E o *crack* é apenas um detalhe da violência no Rio. Por mais que seja o seu estudo, é apenas um detalhe, entendeu? Porque na verdade é violento. É por causa do *crack* sim. Mas tem outros problemas quando existem mais de mil favelas no Rio. [...] O *crack* tá entre as preocupações. [...] O cidadão carioca hoje é refém da violência. (TCHAO, 2017)

O repórter comentou a violência no Rio de Janeiro e sustentou que ela está mais associada com a ação de milícias e do tráfico de drogas – cocaína e maconha – que com o consumo do *crack*: “Muitas famílias deixaram de sair à noite porque ficam com medo, entendeu? E não tem nada a ver com o *crack*. [...] Então, você tem que entender que a violência não tem nada a ver com o *crack* [...]” (TCHAO, 2017). Embora, em entrevista, o repórter considere que o Rio está violento e que essa violência não esteja relacionada com o *crack*, as imagens e o texto da reportagem evidenciam a violência associada ao consumo de *crack*.

A entrevista com o repórter Ismar Madeira (2017) esclareceu que, na visão do repórter, há uma dificuldade muito grande de contemplar o público do *Jornal Nacional*, uma vez que é um jornal “abrangente”. O repórter exemplificou que, por meio da linguagem, do sotaque, das fontes utilizadas já conhecidas em determinadas regiões, as coberturas podem se tornar mais próximas da realidade local. Isso, de acordo com a entrevista de Madeira (2017), justificaria uma cobertura “mais local e regional” – nos jornais locais – e menos abrangente, como no *Jornal Nacional*: “[...] já os traços nos jornais locais é muito mais próximo. [...] o que realmente interessa àquelas pessoas ali no Pará que pode ser diferente das pessoas no Rio Grande do Sul”. Ismar Madeira reforçou, na entrevista, a ideia de que os jornais locais são os grandes responsáveis pela cobertura de assuntos complexos – como o consumo do *crack* – de forma mais específica, uma vez que – do ponto de vista local – seriam capazes de cobrir a realidade de modo mais aproximado: “Então, esses telejornais conversam direto com aquele público especificamente, não o *Jornal Nacional*” (MADEIRA, 2017).

Embora Madeira (2017) considere alguns critérios para que as pautas jornalísticas possam alcançar o público a partir da proximidade com a realidade local, o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga foram noticiados na mesma reportagem como um problema que atinge 90% dos municípios brasileiros, conforme dados da pesquisa da CNM, o que significa que o consumo da droga é um problema social complexo e bastante abrangente, razão pela qual foi selecionado como pauta para o *Jornal Nacional*, conforme os critérios de seleção descritos por Bonner (2009) e reiterados por Madeira (2017). No entanto, o repórter pondera a abrangência do *Jornal Nacional*: “[...] tem que falar com a pessoa do Norte do país, do Sul do país, do Sudeste, com diferentes níveis de instrução, com diferentes informações culturais. Então é complicado. É difícil ser tão abrangente assim” (MADEIRA, 2017).

Nosso roteiro de entrevista com Ismar Madeira contemplou uma pergunta sobre a possibilidade de o jornalismo pautar o tema a partir da noção de *advocacy*, explicitada por Martins da Silva (2013). O repórter respondeu da seguinte forma:

[...] não sei se cabe ao jornalismo ficar fazendo campanha de combate ao *crack*. Cabe ao jornalista dar voz e espaço a quem faz as campanhas, no caso, pessoas que fazem um trabalho bacana. [...] eu acho que o jornalista tem que fazer coberturas. Coberturas relevantes do que está acontecendo. [...] Mas é claro que se houver alguma campanha e ela for relevante, o jornalismo tem que dar voz a isso. (MADEIRA, 2017)

Segundo entrevista concedida por Menezes (2017) para este trabalho, a atividade jornalística não deve se envolver com a escolha de temáticas ou com campanhas: “Existem temas importantes demais para que isso seja possível. O *crack* é um assunto recorrente – deve ser mesmo – porque os ganchos também o são”.

Na mesma linha de pensamento, a repórter Graziela Azevedo (2017), em entrevista para este trabalho, refutou que o jornalismo deva fazer campanha e reiterou que o caminho para a abordagem jornalística do tema já está sendo feita: “Acho que o caminho para a abordagem jornalística do tema das drogas já está sendo trilhado, seja nos telejornais onde o tema é constantemente abordado, seja nos programas jornalísticos e mesmo de entretenimento”. A repórter atribuiu essa responsabilidade – de fazer campanhas de prevenção – aos departamentos de *marketing* ou de responsabilidade social de órgãos públicos e de empresas e afirmou que as Organizações Globo já fazem isso.

Consideramos que as respostas dos repórteres (AZEVEDO, 2017; MADEIRA, 2017; MENEZES, 2017) para a questão parecem aludir ao paradigma da objetividade jornalística, um paradigma frágil e colocado em confronto por teorias como a Teoria do Enquadramento, utilizada neste trabalho de pesquisa.

Embora Madeira (2017), em entrevista, tenha ponderado a responsabilidade de o jornalismo fazer campanha de prevenção ao consumo do *crack* e os repórteres Menezes (2017) e Azevedo (2017), também em entrevista, considerarem não ser papel do jornalismo fazer campanhas sobre uma temática – mesmo que relevante –, o repórter Pedro Bassan (2017) definiu, em entrevista concedida para esta pesquisa, que o consumo do *crack* é uma questão cada vez mais relevante:

Então eu acho que sim, que precisa campanha pra cumprir esse papel [...] é um papel sim da imprensa que deve ser cumprido sim, orientar né, além de retratar, orientar, a gente tenta cumprir esse papel na medida do possível, mas como a gente vê o *crack* é um problema que está escapando entre os nossos dedos e acho que os dedos de todos né, de todos que lidam com o problema, [...] o problema parece maior que a gente tava preparado para enfrentar, né? (BASSAN, 2017)

Retratar a realidade é a função do *Jornal Nacional* segundo a maioria dos repórteres entrevistados para esta pesquisa. No entanto, em entrevista, o repórter Pedro Bassan (2017) afirmou que, em razão da relevância do tema no Brasil, a imprensa – termo que ele usou para se referir à mídia, de modo geral, ao jornalismo – deve cumprir esse papel de dar visibilidade ao tema, orientando, prevenindo e, como é de praxe, retratando o assunto a partir da realidade social.

O jornalista Giuliano Tamura (2017), por sua vez, afirmou, em entrevista, que nunca tinha pensado na possibilidade de o jornalismo fazer campanha sobre a prevenção do consumo do *crack*, embora essa ideia lhe parecesse interessante: “Eu nunca tinha parado para pensar que de repente a gente pudesse trabalhar como o Outubro Rosa, que precisa de uma cumplicidade muito forte, como o Novembro Azul, que também tem uma publicidade muito forte, numa questão, o Setembro Amarelo também, que a gente pudesse trabalhar essa questão do *crack*, é muito bom”.

A repórter Lília Teles (2017), também entrevistada e responsável por duas reportagens exibidas em dias seguidos do mês de fevereiro (dias 19 e 20) de 2013 no *Jornal Nacional*, acredita que a publicização da temática do consumo do *crack* e das implicações decorrentes dele pelo jornalismo, é fundamental e contribui para mudar a realidade social:

Uma das armas que a gente tem é justamente a informação. [...] Quanto mais você informar as pessoas, os jovens, principalmente, sobre o risco que corre com esse *crack*, quanto mais você expuser os riscos que ele oferece pra vida e pra saúde. [...] Eu reconheço que a cobertura acaba sendo pequena, mas também é tanta coisa que acontece, né. Mas eu acho que o que não pode é deixar, de tempos em tempos tem que se voltar realmente a falar isso. Uma campanha como essa [referindo-se a campanhas nacionais como Outubro Rosa, Novembro Azul, citadas na entrevista pela autora do trabalho] talvez? Talvez sim, né? Talvez uma campanha bem intensiva em função dessa coisa de falar do *crack*, acho que pode ser uma forma de ajudar, o que não dá é pra esquecer. (TELES, 2017)

Segundo Lília Teles (2017), a pouca densidade e, portanto, a pouca cobertura jornalística sobre o consumo do *crack* passa pelas questões de raça e de estrato social. Essa, porém, não é uma característica do jornalismo, segundo Teles (2017); é uma característica das políticas públicas e dos atores envolvidos no combate ao avanço da droga:

Eu tenho uma visão que eu acho meio revoltante assim, que tem um grupo que eu acho que é preto, pobre e mora longe, sabe. Que aí entram esses usuários de *crack*. Incomoda, mas não tá muito perto de mim, né. Aquela coisa que incomoda a cidade, mas tá longe da Zona Sul, sabe? É isso. Se tivesse uma cracolândia aqui na Zona Sul, talvez a coisa fosse mais, talvez as ações fossem mais voltadas pra isso, mais objetivas. (TELES, 2017)

Entretanto, em entrevista concedida para esta pesquisa, o repórter César Galvão (2017) discorda da ideia de que o jornalismo poderia fazer campanhas e atribuiu essa responsabilidade aos órgãos públicos:

Eu não acho que é uma questão jornalística. Eu acho que é uma questão governamental mesmo. O governo gasta tanto dinheiro com publicidade, tem que ter uma iniciativa pública para isso. Para se fazer essa campanha, como foi feito com o cigarro. Todas essas campanhas partiram da iniciativa pública. O governo tinha que ter esse incentivo porque, quando você coloca [áudio ruim], tanto o veículo de comunicação como [áudio ruim] podem fazer. Então, eu acho que é uma iniciativa de comunicação pública. (GALVÃO, 2017)

A entrevista com o repórter Eduardo Tchao (2017) esclareceu que criar pautas que abordem a prevenção ao consumo do *crack* é muito difícil:

[...] depende muito das redações. Quem vai querer ou não vai querer eu não sei. Às vezes essa necessidade, e eu volto a dizer, em São Paulo foram feitas muitas matérias. Agora aqui no Rio não chegou a esse nível ainda. O pessoal ainda não tá preocupado com isso [referindo-se à droga]. Então não existe essa preocupação ainda nas redações do Rio. Por enquanto, por enquanto. (TCHAO, 2017)

Ao analisar o trecho da reportagem, poderíamos entender que o consumo do *crack* e as implicações da droga se concentram mais como um problema social em São Paulo e menos no Rio de Janeiro ou em outras regiões do país. Todavia, a pesquisa da CNM revelou que 90% dos municípios brasileiros já tinham sido atingidos pelo consumo da droga, o que nos leva a compreender que o consumo do *crack* não

é um problema localizado e restrito a uma cidade ou a outra, embora o repórter Tchao (2017) tenha afirmado que a população não estava preocupada com o consumo do *crack* no Rio.

Outra análise que podemos fazer é que, no trecho da entrevista do repórter Eduardo Tchao (2017) – “O pessoal ainda não tá preocupado com isso. Então não existe essa preocupação ainda nas redações do Rio” –, é possível observar a evidência de que, para ser pauta para as redações, o assunto precisaria “tocar” de maneira significativa a realidade social, provocando alterações, deformações, atingindo um nível de preocupação por parte da sociedade, seja por deformar a realidade, seja por causar interrupções da regularidade, seja por provocar rupturas com a normalidade da vida cotidiana, o que, segundo Tchao (2017), não teria acontecido ainda no Rio de Janeiro.

Na lista dos temas mais complexos, o consumo de drogas é o que ganha destaque. De acordo com Tabakman (2013), o assunto das drogas é abordado pelos veículos de quatro maneiras diferentes: *aterrorizante*, centrado nos problemas que gera; *moralista*, condenando como um comportamento antissocial e autodestrutivo; *técnico-científico*, com dados e estatísticas, e *policialesco*, carente do lado médico. Identificamos que o que o repórter Tchao (2017) disse em entrevista pode ser reflexo da cobertura jornalística estigmatizada e enquadrada em algumas dessas categorias apresentadas por Tabakman (2013).

Ao contrário da visão do repórter Tchao (2017) explicitada em entrevista para esta pesquisa, a repórter Lília Teles (2017), também em entrevista para esta pesquisa, relembra o contexto de quando retornou de Nova Iorque, cidade em que morou no período de 2006 a 2010, e de como o *crack* alterou o cenário da cidade do Rio de Janeiro: “[...] quando eu voltei em 2010, era uma coisa que tinha se alastrado pelo Brasil inteiro, por ali naquelas pequenas aldeias de pescadores do Nordeste, sabe? Tudo ficou violento, tudo ficou muito perigoso em função do *crack*. [...]”. A cobertura feita por ela em 2013 estava ligada aos acontecimentos factuais que, segundo a repórter, na cidade do Rio de Janeiro era grave: “Se eu não me engano, era ali na altura do Parque União, onde ainda tem uma cracolândia muito forte, são dois lugares do Rio onde a situação ainda é muito ‘braba” (TELES, 2017).

Retomando a Teoria do Agendamento, o estudo realizado por McCombs e Shaw (2000) na eleição presidencial de 1968, na cidade de Chapel Hill, revelou que a agenda da mídia estabeleceu a agenda pública. O trecho da entrevista com o

repórter Eduardo Tchao (2017) em que ele refletiu sobre a possibilidade de pautas de prevenção em relação ao consumo de *crack*, mostra que, se a população ainda não estava preocupada com o consumo da droga no Rio de Janeiro, numa relação simples de causa e efeito, as redações jornalísticas também, conseqüentemente, não teriam essa preocupação, pelo menos até a realização da entrevista com o repórter. A partir do relato do repórter, a mídia estabeleceria a agenda pública somente após ser pautada pela sociedade. Notamos, nesse ponto, uma contradição entre o fazer jornalístico do repórter e o fazer jornalístico baseado em premissas cidadãs cuja função precípua é informar com qualidade, prestar um serviço público ao cidadão e garantir o bem comum a partir do esclarecimento de questões, temas e novos cenários e/ou realidades: “[...] os veículos noticiosos podem estabelecer a agenda para a discussão e reflexão pública” (COHEN, 1963 apud McCOMBS, 2009, p. 19). A partir da entrevista com o repórter Tchao (2017), inferimos que o consumo do *crack* e as implicações sociais acarretadas pela droga não se tornaram, na opinião do repórter, um mote para pautas jornalísticas no Rio de Janeiro. Conseqüentemente, ao não pautar o assunto, a mídia não estaria se esforçando para que o tema fosse agendado e se tornasse uma discussão na agenda pública para reflexão pública.

O repórter Pedro Bassan (2017), no ano de 2012, foi responsável por duas reportagens seguidas em duas edições diferentes do *Jornal Nacional* no mês de novembro (dias 08 e 09) sobre o consumo do *crack*: a primeira retratou as crianças órfãs de mães usuárias de *crack*, e a segunda registrou os flagrantes de usuários de *crack* no Rio de Janeiro. Ao contextualizar, em entrevista para esta pesquisa, o consumo do *crack* na cidade do Rio de Janeiro, o jornalista Bassan (2017) salientou que o problema do consumo da droga no Rio de Janeiro pareceu alarmante assim que o repórter voltou de Portugal e se deparou com uma situação “epidêmica” nas ruas do Rio de Janeiro. Para esta pesquisa, o jornalista contextualizou, ainda, o fato de que o consumo do *crack* era muito mais disseminado e antigo na cidade de São Paulo. “[...] os traficantes do Rio não gostavam do *crack*, não deixavam o *crack* entrar por ser uma droga muito barata. E eles tentavam ainda vender outras drogas mais caras” (BASSAN, 2017). No Capítulo 7, apresentamos a geopolítica do consumo do *crack* no Brasil e um dos fatores, apontados por estudiosos, que contribuíram para a emergência do *crack* como droga no Brasil foi a correlação de uma droga barata com cenários de exclusão social e repressão policial.

Ainda nesse contexto, Bassan (2017) explicou que, como cidadão e morador, percebeu que houve uma diminuição do consumo do *crack* nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Na entrevista, questionamos o porquê de o *Jornal Nacional* ter feito uma cobertura mais frequente nos anos de 2012 e de 2013 e, depois, o assunto não ter sido tão frequente nas edições dos anos seguintes: “Então, enfim, a gente tenta se debruçar a cada hora sobre o problema mais urgente, digamos assim, né? Por isso que talvez as reportagens não sejam tão frequentes como teriam sido, eu imagino” (BASSAN, 2017). Sobre a relevância do consumo do *crack* e da pauta do *Jornal Nacional*, Bassan (2017) explicou que a realidade tem sido “avassaladora”, razão pela qual muitos temas importantes estariam em uma “fila”, esperando para serem tratados pelo telejornal, porém a temática da corrupção teria tomado a cena pública:

Tenho certeza que há uma fila de temas relevantes esperando pra ser tratados, mas nossa realidade dos últimos anos tem sido tão frenética, tão avassaladora né, que muitas vezes o governo não permite outros olhares a não ser sobre os fatos mais urgentes, mais palpáveis e mais importantes, tanto que a corrupção acabou tomando conta de tudo, né?. (BASSAN, 2017)

Na entrevista que nos concedeu, repórter Pedro Bassan (2017) explicou como surgiu a pauta da segunda reportagem sobre os usuários de *crack* que atravessavam a Avenida Brasil:

[...] certamente, a Globo, outros veículos, pessoas passando pela Avenida Brasil foram os primeiros a terem contato com esse problema. E aí passou nosso reflexo de ‘olha, tem gente atravessando a rua, parece que são usuários de *crack*’. O primeiro reflexo é o trânsito, quando causa o primeiro congestionamento, né? Agora, a gente tenta, evidentemente, desde o primeiro momento, tentar olhar mais e descobrir o que é que tá acontecendo, causas, consequência do problema. E aí foi quando nós, aí você descobre que a última reportagem foi em novembro no *Jornal Nacional*, é porque, certamente, houve muito mais reportagens. É que nem todas vão pra rede, pra rede nacional, pro *Jornal Nacional*. Tenho certeza que, no noticiário local do Rio de Janeiro, o tema foi tratado muito mais vezes sobre muitos outros aspectos. Na rede nacional, virou uma abordagem também minimamente clara porque o nosso trabalho está sujeito a erros, pela agilidade que ele exige, né? Então, a gente minimamente tentou aprofundar e denominar as consequências disso, além dessas pessoas que atravessaram a rua daquela forma. (BASSAN, 2017)



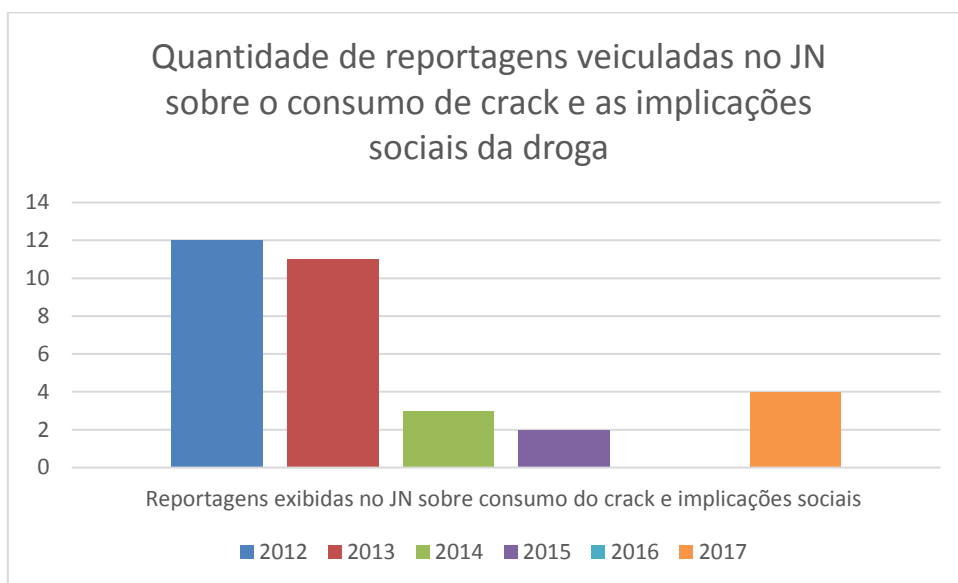
O trecho da entrevista com o repórter Bassan (2017) dá uma dimensão de como a pauta da reportagem surgiu e de que aspectos foram levados em consideração: pessoas atravessando a avenida, possivelmente usuários de *crack*, que geraram problemas no trânsito da cidade. Identificamos pelo trecho da entrevista com o repórter Bassan (2017) que o contexto de consumo da droga em áreas públicas, a céu aberto e a permanência dos usuários de *crack* nas vias públicas acarretam incômodo à sociedade.

Na entrevista com Bassan (2017), o repórter pondera que, se o *Jornal Nacional* tivesse duas horas todos os dias, ainda assim, o telejornal não daria conta da realidade: “Como vamos abordar os temas relevantes? Os temas hoje em dia são relevantes e urgentes, tudo que é relevante mas não é urgente acaba ficando em segundo plano, infelizmente”. O consumo do *crack*, segundo o que o repórter Bassan (2017) afirmou em entrevista, estaria entre os temas relevantes, mas não constituiria a lista de temas relevantes e urgentes: “Eu acho que sem dúvidas o *crack* está na fila junto com outros temas. [...] Acho que é isso que eu falei, né, não deixa de ser relevante, mas os assuntos urgentes, relevantes e urgentes são tantos, que o *crack* junto com outros temas, acabam tendo que esperar”.

O repórter César Menezes foi responsável por duas reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga, uma exibida em 2012 e outra em 2013, período em que observamos a presença da Categoria Saliência na cobertura do *Jornal Nacional*. Na reportagem de 2012, o repórter retratou a disseminação do consumo de *crack* na cidade de São Paulo. Em entrevista para nossa pesquisa, o jornalista Menezes (2017) reconheceu a importância do tema e afirmou que o jornalismo tem dado importância à temática e citou uma série de reportagens feitas por ele para o *Jornal da Globo*, embora tenha reconhecido que não há como a televisão, em especial o *Jornal Nacional*, dar maior atenção ao assunto, uma vez que o telejornal teria outros temas a tratar. Sobre a concorrência de temas importantes, a opinião de Menezes (2017) se aproxima da opinião do repórter Bassan (2017) nas entrevistas concedidas pelos dois repórteres para este trabalho. Porém, Menezes (2017) pondera o fator tempo como um limitador para as reportagens televisivas: “Uma reportagem de TV é curta e consegue ouvir apenas algumas fontes. Não há nem pode haver a intenção de esgotar um assunto em dois ou três minutos”.

Identificamos também que a Categoria Saliência, presente nas reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga nos anos de 2012 e

2013, tem relação com o fato de que, em 2012 e 2013, o telejornal cobriu o assunto com mais frequência – observação que também reforça a ênfase dada pelo telejornal e, portanto, a presença da Categoria Saliência na cobertura do assunto do *Jornal Nacional* anos de 2012 e 2013. Do total de reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga no telejornal, os anos de 2012 e 2013 foram responsáveis por 71,87% de reportagens veiculadas.



**Figura 13 – Quantidade de reportagens veiculadas no JN sobre o consumo de crack e as implicações sociais da droga**

Fonte: Elaboração própria

Destacamos a série de reportagem sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga da repórter Bette Luchese, veiculada pelo *Jornal Nacional*, que contribuiu para aumentar a visibilidade do tema no telejornal. Ao todo, foram quatro reportagens ao longo de 2013. Embora as reportagens não tenham sido consideradas como unidades de análise neste trabalho, uma vez que não conseguimos entrevistar a repórter, representam um dado quantitativo relevante: as quatro reportagens de Bette Luchese somaram, aproximadamente, nove minutos do total de vinte e quatro minutos e quinze segundos de reportagens exibidas no *Jornal Nacional* em 2013, portanto quase metade do tempo do telejornal dedicado a noticiar o consumo do *crack* naquele ano foi planejado e não corresponde às *hard news* (TUCHMAN, 1978), ao factual, conjunto de características do acontecimento imprescindíveis para definir o que é notícia para o *Jornal Nacional*, segundo Bonner (2009).

Em entrevista para esta pesquisa, a repórter Graziela Azevedo (2017) explicou que a temática do consumo do *crack* pode ser agendada no médio e no longo prazo para os telespectadores já que o *Jornal Nacional*, segundo a repórter, tem mantido o assunto em pauta:

Cada formato tem suas especificidades. Nós chamados *hard news* as reportagens mais curtas e específicas, mas acompanhando os telejornais as pessoas vão tendo uma ideia geral dos problemas. É assim com o uso do *crack* que há anos vem sendo tratado no *Jornal Nacional*. (AZEVEDO, 2017)

A repórter reconheceu o consumo do *crack* como um problema grave que tem “um impacto terrível na saúde física e mental do usuário e o esgarçamento do tecido familiar e social” (AZEVEDO, 2017). Graziela Azevedo foi responsável por uma reportagem de dois minutos e vinte e dois segundos exibida em 2012 sobre a ação especial da Justiça da cidade de São Paulo no sentido de compreender a complexidade vivenciada por crianças e jovens viciados em *crack* antes de uma decisão judicial. Segundo a repórter (AZEVEDO, 2017) durante entrevista concedida para esta pesquisa, não foi intenção da reportagem esclarecer ou contextualizar a problemática em torno do *crack*: “[...] mas mostrar aquela ação que estava começando naquele dia (e que acho que não seguiu adiante, mais uma política que seguiu pequena e acabou).”

Segundo Porto (2002), existem dois tipos de enquadramentos: o episódico e o temático. O enquadramento episódico dado ao conteúdo jornalístico faz que as pessoas atribuam a responsabilidade pelos problemas enfrentados pela sociedade a indivíduos, em vez de atribuí-los a forças ou fatores sociais mais amplos. O que a repórter Azevedo (2017) afirma, em entrevista, revela a tendência de o jornalismo, enquanto atividade profissional que se norteia pelo paradigma da objetividade, e dos jornalistas, enquanto categoria profissional, se eximirem da responsabilidade de ir além do fato, fornecer interpretações, embora a reportagem produzida pela repórter Graziela Azevedo e exibida no *Jornal Nacional* o faça. O trecho da fala da repórter na entrevista indica que ela, enquanto profissional do jornalismo, observa e reconhece a descontinuidade das políticas públicas no que concerne à prevenção e redução de danos em relação ao consumo de *crack*.

Na entrevista que a jornalista Teles (2017) nos concedeu, a repórter pondera o fator tempo como um limitador no *Jornal Nacional*. Ela nos explicou que, como o telejornal trabalha com a ideia de relatar o factual, as matérias são muito curtas e os repórteres tendem a reportar os fatos com o conhecimento que têm e com uma sonora de um especialista:

Acho que pro factual assim, eu acho que a gente acaba fazendo é... como as matérias são mais curtas, essa aí [referindo-se a uma das matérias produzidas por ela em 2013 e veiculadas no telejornal], por exemplo, de 1'56" é até grande, o *Jornal Nacional* tem uma média de 1'30", então, pro factual, acho que a gente consegue com o conhecimento que a gente tem, com o que você via acontecendo ali funciona, e mais uma sonora de alguém que seja inteirado daquele assunto. (TELES, 2017)

Ainda em entrevista, Teles (2017) pondera que assuntos complexos como o consumo do *crack* mereceriam mais atenção de produção, de pesquisa, de especialização por parte dos repórteres, embora ela reconheça a dificuldade de colocar isso em prática em função das rotinas produtivas: “[...] é preciso que a gente trabalhe junto com alguém que a gente acaba não se especializando muito nisso porque a gente cobre tudo, né? Absolutamente tudo. Então a gente acaba não se especializando” (TELES, 2017).

Na entrevista com Giuliano Tamura (2017), o repórter explicou que a pauta de um minuto e vinte e três segundos entrou para o *Jornal Nacional* porque, em 2012, segundo o repórter, circulava, entre os moradores do interior de São Paulo, o senso comum de que o interior de São Paulo tinha oportunidade de trabalho, de qualidade de vida e de segurança. Todavia, o senso comum foi refutado pela presença do *crack* nas cidades do interior:

[...] estamos convivendo com o mesmo problema de droga, de uma droga muito complicada que é o *crack*, não só nos grandes centros urbanos do Brasil, mas como também em regiões mais entre aspas ‘tranquilas’, e com uma qualidade de vida, vamos dizer, até que, [...] expressiva como o interior de São Paulo. [...] Então, eu acho que é nesse sentido que a pauta acabou se desenvolvendo. (TAMURA, 2017)

Segundo o Tamura (2017), após os escândalos políticos, entrar para o *Jornal Nacional* se tornou um desafio para as praças:<sup>134</sup>

O que acontece de uns tempos para cá é que, infelizmente, na nossa percepção, o *crack* era uma pauta, as drogas eram uma pauta em evidência na Globo, era um assunto sempre tratado. Não que hoje não seja, mas antes era tratado de uma outra maneira. O que acontece com essa crise política é que, infelizmente, o noticiário de Brasília toma hoje 50% do tempo dos noticiários nacionais. Ou seja, a gente de praça do interior, a gente perdeu espaço. (TAMURA, 2017)

Em entrevista, Tamura (2017) procurou explicar o valor-notícia do consumo do *crack* e das implicações sociais da droga para o agendamento do tema no *Jornal Nacional* em face dos desafios da concorrência com outros temas, como a corrupção e a crise política:

[...] eu acho que, infelizmente, o *crack*, agora uma percepção, eu acho que o *crack* tomou uma proporção entre aspas ‘tão normal’, tão normal hoje em dia, que para ter uma pauta de *crack* hoje a gente teria que ter uma coisa muito diferente, ou um jeito de tráfico muito diferente, ou uma maneira de preparar o *crack* de um jeito muito diferente, para conseguir emplacar uma matéria em rede nacional. Agora, se for só apreensão por apreensão, usuário por usuário, eu acho que isso, infelizmente, a gente não conseguiria, apesar de ser um problema gravíssimo no Brasil, eu acho que a gente não teria espaço no telejornal, entendeu?. (TAMURA, 2017)

Outra questão abordada pelo repórter Giuliano Tamura (2017) sobre a cobertura do *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga foi o fato de que, por apresentar baixo custo, a droga é consumida por pessoas de estratos sociais mais baixos e, por essa razão, talvez “[...] o *crack* foi deixado, foi relegado aí a uma segunda ou terceira classe de consumo, de doença”. O repórter ponderou, ainda, que as implicações sociais da droga ficam “por conta da pessoa”, referindo-se ao usuário, e explicou a falta de interesse da mídia na cobertura do assunto:

---

<sup>134</sup> Afiliadas são as divisões regionais (empresas) da Rede Globo. Praça corresponde à divisão de uma determinada afiliada (regional), sendo definida, em regra, pelo nome da cidade polo regional em que estão sediadas as emissoras. Tamura (2017) é repórter da TV Tem, afiliada da Rede Globo em Bauru, São Paulo, que atua em diversas cidades daquela região, com suas respectivas emissoras (praças) em cada cidade.

[...] que é a dependência, a questão que as pessoas acabam se isolando da sociedade, tendo uma vida paralela, já que não conseguem a reinserção. [...] não sou especialista nessa área, mas é a percepção que eu tenho, pelo fato de ser uma droga que tem um custo, que é uma droga potencialmente muito forte, que a pessoa fica viciada nela, mas ao mesmo tempo tem um valor mais baixo, ela acaba perdendo um pouco o interesse até da cobertura, enfim, da mídia no geral. (TAMURA, 2017)

De acordo com o que disse o repórter, podemos perceber que o contexto em que se inserem os usuários de *crack* e como são estigmatizados pela sociedade reflete, em certa medida, na visão que o jornalista expressa sobre o assunto. Identificamos que o estrato social ao qual, via de regra, pertencem os usuários de *crack*, o baixo custo da droga e a exclusão social dos viciados em *crack* contribuem para reduzir o interesse da mídia pela cobertura do assunto.

O jornalista César Galvão (2017) foi responsável por duas reportagens sobre o consumo do *crack* exibidas em 2012 – ano que identificamos a forte presença da Categoria Saliência – no *Jornal Nacional* e uma reportagem em 2017 – ano em que não identificamos a presença da Categoria Saliência nas reportagens e na cobertura do *Jornal Nacional*. De acordo com a entrevista com o repórter Galvão (2017), o consumo do *crack* e o cotidiano das “cracolândias” é um assunto de interesse nacional pela dimensão que as “cracolândias” têm na cidade de São Paulo.

Enfim, a cracolândia realmente chama a atenção. Ela bloqueia um trecho do centro de São Paulo importantíssimo, né? Centros históricos, áreas culturais, centros de comércio. Então, muita gente passa por lá e muita gente vê e é afetado por aquilo. Só por isso já é pauta constante, né? Já é assunto constante no jornalismo. Ali, por exemplo, pra você ter ideia, desembarcam pessoas que vêm de vários países, como Bolívia, Paraguai, Colômbia, de ônibus. Passam por ali pessoas que vão em direção à 25 de Março, que é um centro comercial. Então, ali não circulam só paulistanos. Circulam pessoas que vêm de todo o país e de outros países também. Isso ajuda a decidir que é pauta, né? Uma outra questão é a quantidade de pessoas que passam dias, meses e até anos ali consumindo drogas. Tem gente que viveu ali por mais de 15 anos. Gente que veio de outros estados também, gente que veio de todos os lugares do país. Então, isso é o princípio da discussão para que a cracolândia de São Paulo vire uma pauta nacional. (GALVÃO, 2017)

Em entrevista para esta pesquisa, o jornalista César Galvão (2017) reforça a necessidade de haver uma novidade, um fato novo para que o assunto se torne pauta para o *Jornal Nacional*:

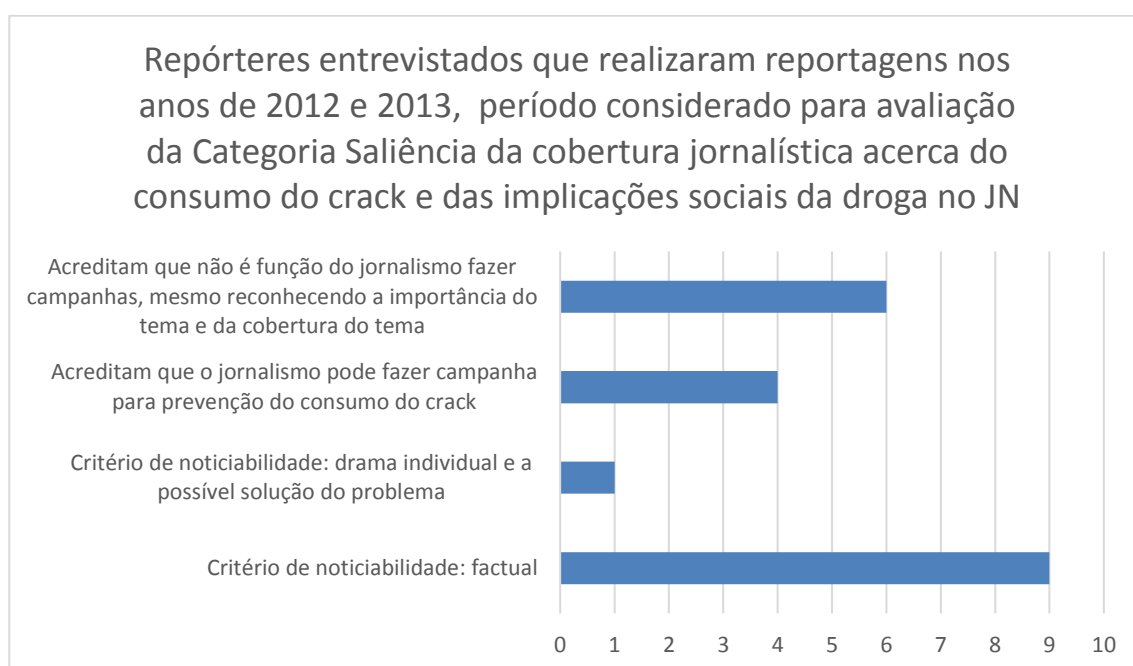
O *crack*, por exemplo, é tema. Basta que o *crack* tenha um fato novo, como em maio [referindo-se à reportagem feita pelo repórter e veiculada em 2017], por exemplo, que teve aquela grande operação na cracolândia, que eles tiraram as barracas, apreenderam drogas. Depois daquela operação em maio, nós fizemos várias grandes matérias contando da imigração das pessoas, a redução da chegada da droga, o lugar onde chegava. Então, quando tem um fato, o jornal publica, né? [...] Assuntos em tais pontos de saúde, assuntos de tais pontos em política, não. Tem que ter um fato novo. (GALVÃO, 2017)

Apesar de 90% dos repórteres entrevistados – considerando apenas o espectro dos repórteres que cobriram o assunto para o *Jornal Nacional* no período de maior presença da Categoria Saliência, portanto, nos anos de 2012 e 2013 – para esta pesquisa afirmarem a característica factual como determinante na cobertura do *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack*, a jornalista Giuliana Morrone (2017) explicou que, ao retomar a lembrança da cobertura que fez para o *Jornal Nacional* em 2013 sobre um usuário de *crack* que pedia para ser acorrentado pela mãe na região administrativa de Samambaia, Distrito Federal, o que chamou a atenção dela para a pauta foi o fato de mostrar um drama individual, considerando a dificuldade de superação do vício e a tentativa de vislumbrar uma solução para o problema do consumo do *crack*: “Então era uma coisa assim, de mostrar o drama, de mostrar o que acontece, o caminho e tentar uma solução, né?” (MORRONE, 2017). A repórter fez questão de salientar que conhecia – em 2013 e até o momento da entrevista para esta pesquisa – muito pouco sobre o problema do consumo do *crack* e avaliou criticamente a reportagem que fez:

Eu gostaria que eu tivesse me aprofundado mais, pra ser honesta. Ali eu contei aquele drama, né, e não foi muito, não me aprofundi muito porque era uma reportagem diária ali, eu tava contando 1m30s, você tem que contar uma história ali, daquele drama que o público assiste, né?. (MORRONE, 2017)

Na entrevista, a repórter (MORRONE, 2017) não se lembrou de como o assunto chegou à redação e se tornou pauta, se teria sido porque a produção viu a história em outro jornal ou se foi ela mesma quem descobriu. Entendemos, com isso, que a reportagem em questão não obedeceu ao critério factual do *Jornal Nacional*.

A Figura 14 destaca alguns pontos realçados em nossa análise sobre a Categoria Saliência a partir das entrevistas realizadas com os repórteres responsáveis pela cobertura do *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga. Identificamos na Figura 14 que o factual é o elemento preponderante na definição do que vai se tornar notícia no *Jornal Nacional* e que, embora os jornalistas entrevistados acreditem que o consumo do *crack* é um problema social grave e complexo, na visão desses profissionais, o jornalismo não tem como função realizar campanhas – *advocacy*.



**Figura 14 – Repórteres entrevistados que realizaram reportagens nos anos de 2012 e 2013, período considerado para avaliação da Categoria Saliência da cobertura jornalística acerca do consumo do crack e das implicações sociais da droga no JN**

Fonte: Elaboração própria

Dando prosseguimento às etapas 4 (análise de conteúdo) e 5 (entrevistas), identificamos que a Categoria Saliência esteve presente nos anos de 2012 e 2013 e que, por ser um assunto complexo (BRUCK, 2013), demanda cobertura mais cuidadosa por parte do telejornal. Todavia, identificamos que o fator tempo – limitação



no meio televisivo, agravada pelo tempo escasso no *Jornal Nacional* – é um dos desafios para que o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga se torne pauta e seja um tema agendado no *Jornal Nacional* no período analisado. Somado a isso, o *Jornal Nacional*, por definição, está vinculado ao factual enquanto conceito teórico que norteia a prática dos repórteres. Do universo de dez repórteres responsáveis pelas reportagens que conferiram destaque ao tema no período de 2012 a 2013, na análise sobre a Categoria Saliência, 90%, portanto nove, defenderam o factual como critério de noticiabilidade para o telejornal, embora tenhamos em nosso recorte uma reportagem da repórter Giulliana Morrone sobre um drama individual que não teria obedecido ao critério do que vem a ser novidade para o *Jornal Nacional*.

Os repórteres responsáveis por reportagens exibidas no período compreendido entre 2012 a 2013 e entrevistados para esta pesquisa foram unânimes no reconhecimento do consumo do *crack* como problema social de grande relevância. Entretanto, 60% dos repórteres,<sup>135</sup> quando questionados sobre a possibilidade de o jornalismo fazer campanhas, com o sentido de *advocacy* (MARTINS DA SILVA, 2013), para conscientizar e prevenir o consumo do *crack*, foram enfáticos em dizer que não é papel do jornalismo fazer campanhas e atribuíram a responsabilidade da prevenção aos órgãos públicos envolvidos com o assunto, aos setores de *marketing* e de comunicação pública, reduzindo a atividade jornalística ao compromisso de retratar a realidade, acompanhando o curso dos acontecimentos sociais. Todavia, 40% dos repórteres<sup>136</sup> considerados na análise da Categoria Saliência reconheceram que o jornalismo poderia desenvolver um papel fundamental na conscientização, informação e prevenção do consumo do *crack* e dos impactos sociais da droga na sociedade se desenvolvessem campanhas nos moldes do Outubro Rosa e do Novembro Azul, buscando dar mais visibilidade e agendar o assunto para a sociedade, embora tenham reconhecido a dificuldade de se operacionalizar esse tipo de *advocacy* em função da concorrência de outros temas igualmente importantes e das rotinas de produção.

### **12.1 Tempo *versus* relevância: o tempo instintivo e institucional como valor-notícia e fator decisivo para o agendamento no *Jornal Nacional***

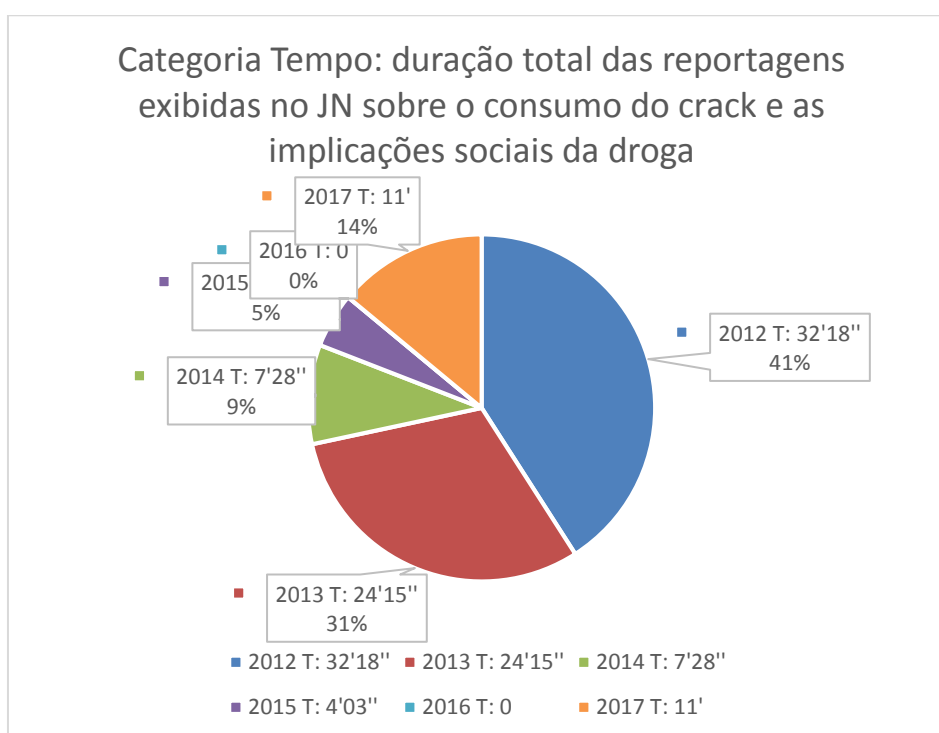
---

<sup>135</sup> Madeira (2017), Menezes (2017), Azevedo (2017), Tchao (2017), Galvão (2017) e Morrone (2017).

<sup>136</sup> Tamura (2017), Bassan (2017), Teles (2017) e Biazzi (2017).

Nas etapas 4 (análise de conteúdo) e 5 (entrevistas), selecionamos 31 reportagens produzidas por 11 diferentes repórteres e veiculadas no *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga no período de 2012 a 2017. Desse total, consideramos 19 reportagens produzidas pelos 11 repórteres<sup>137</sup> que concederam entrevista para nossa pesquisa. Na análise apresentada no Capítulo 11, observamos as Categorias Saliência, Tempo e Repetição e Atributos.

Na Figura 15, mostramos o tempo total destinado a reportagens sobre o consumo do *crack* no *Jornal Nacional*, por ano, e a porcentagem correspondente. Observamos que as cores azul e laranja se referem às reportagens produzidas nos anos de 2012 e 2013 que concentraram maior tempo de duração das reportagens.



**Figura 15 – Categoria Tempo: duração total das reportagens**

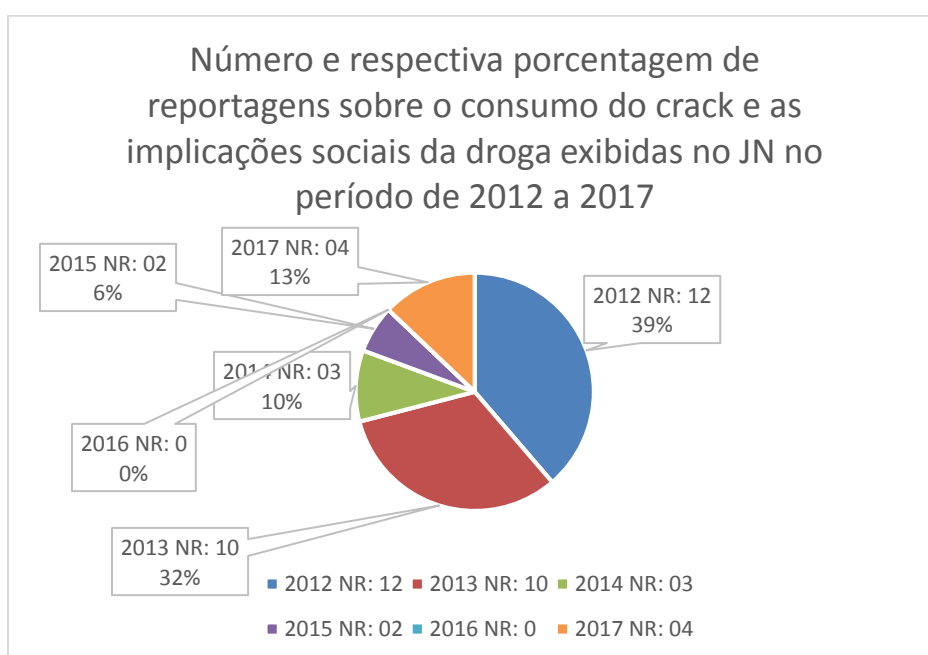
Fonte: Elaboração própria

Conforme a Figura 15, as reportagens sobre o consumo do *crack* com maior tempo se concentraram nos anos de 2012 e 2013 com, respectivamente trinta e dois minutos e dezoito segundos e vinte e quatro minutos e quinze segundos. O *Jornal Nacional* tem duração, em média de trinta e um minutos. Bonner (2009) reconhece

<sup>137</sup> Madeira (2017), Menezes (2017), Azevedo (2017), Tchao (2017), Galvão (2017), Tamura (2017), Bassan (2017), Biazzi (2017), Teles (2017), Morrone (2017) e Turci (2017).

que esse tempo pode variar de acordo com a grade de programação da Rede Globo. Assim, entendemos que, em um ano, o telejornal veiculou, em termos de tempo de reportagem, o equivalente a uma edição média do *Jornal Nacional*. Em 2013, o tempo total de reportagens sobre o assunto foi de vinte e quatro minutos e quinze segundos, conforme a Figura 15.

Na Figura 16, podemos observar o percentual da concentração de tempo das reportagens sobre o consumo de *crack* e as implicações sociais da droga exibidas pelo *Jornal Nacional*. As cores azul e laranja indicam que, respectivamente, nos anos de 2012 e 2013, o telejornal apresentou um número maior de reportagens, 12 e 10, o que correspondeu a, respectivamente, 39% e 32%. Na Figura 16, inferimos que, quando o *Jornal Nacional* dá saliência ao tema, na mesma proporção, dedica mais tempo ao assunto.



**Figura 16 – Número e respectiva percentagem de reportagens sobre o consumo do crack e as implicações sociais da droga exibidas no JN - 2012-2017**

Fonte: Elaboração própria

Esta análise não se restringe à questão quantitativa, portanto consideramos importante entender quanto tempo, em média, teve cada uma das reportagens no período de 2012 a 2017. Para tal, consideramos o tempo total das reportagens veiculadas a cada ano e dividimos pelo número de reportagens (unidades) veiculadas no respectivo ano e encontramos os dados apresentados na Quadro 2.

**Quadro 23 – Quantidade de reportagens e tempo médio**

ANO	Número de Reportagens	Tempo Médio de Reportagem
2012	12	3'11"
2013	10	2'42"
2014	3	2'48"
2015	2	2'02"
2016	0	0'
2017	4	3'15"

Fonte: Elaboração própria

Nesse sentido, com esses dados, podemos identificar que o tempo médio das reportagens veiculadas sobre o consumo do *crack* no *Jornal Nacional* foi superior ao tempo considerado médio pelo repórter Giuliano Tamura (2017), em entrevista concedida para este trabalho:

[...] eu não posso escrever uma tese sobre o *crack* que simplesmente não vai entrar. É o formato do produto. Então, a gente trabalha com o jornalismo, é um produto de televisão que vai ter um minuto, um minuto e meio no máximo. E isso no máximo. Com sonoras decupadas, com texto, com passagem e tudo”.

O repórter Ismar Madeira (2017), em entrevista para este trabalho, defende a característica factual do *Jornal Nacional* a partir do formato enquanto produto telejornalístico e em conformidade com o que o telespectador espera do telejornal e reforça a premissa de que o *Jornal Nacional* tem um tempo médio para as reportagens:

E aí várias reportagens feitas por telejornais factuais como o Jornal Nacional, Jornal da Record, da Band, o que vai ser feito? Vai ser feita a reportagem de um minuto e meio, dois minutos, que vai tratar do assunto e informar o espectador, porque é o que espera o espectador daquele telejornal. É para isso, ele já sabe qual é o formato do jornal. (MADEIRA, 2017)

Ao abordar a questão do tempo no *Jornal Nacional*, Bonner (2009) sustenta que, em dias repletos de temas factuais relevantes, o tempo disponível para a edição terá uma importância maior que a habitual na seleção e na forma como os conteúdos serão exibidos.

Teremos de ser rigorosos e mais obsessivamente seletivos, portanto. E ainda mais rigorosos na busca da concisão. [...] Nós acreditamos, no *Jornal Nacional*, que 30 segundos de informação podem levar uma parte dos nossos espectadores a buscar informações adicionais num jornal impresso no dia seguinte. Ou a pesquisar o assunto na internet. (BONNER, 2009, p. 110)

Segundo McCombs (2009), para todas as mídias, a repetição do tópico dia após dia é a mais importante mensagem de todas sobre sua importância na perspectiva da Teoria do Agendamento. Embora tenhamos discutido, anteriormente, a Categoria Saliência, que versa sobre a relevância e o realce dado pelo *Jornal Nacional* no que concerne às reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga, entendemos que a análise da Categoria Repetição associada à Categoria Tempo poderia permitir uma análise mais qualitativa em relação ao nosso objeto empírico.

Para a análise da Categoria Repetição, consideramos que os tópicos – as reportagens veiculadas no *Jornal Nacional* – tenham sido exibidos, pelo menos, no mesmo mês. Assim, ao analisar os cinco anos do telejornal – 2012 a 2017 – chegamos ao seguinte entendimento: das 12 reportagens veiculadas no *Jornal Nacional* em 2012, nove se enquadraram na Categoria Repetição, conforme o Quadro 11.

**Quadro 11 – Categoria Repetição nas reportagens exibidas no *Jornal Nacional* no ano de 2012**

<b>Categoria Tempo</b>	<b>Data</b>	<b>Categoria Repetição</b>	<b>Título da reportagem</b>
4'14"	24/02	R	Consumo de <i>crack</i> atinge 90% das cidades brasileiras
2'56"	24/02	R	<i>Crack</i> é responsável por duas internações compulsórias por dia para tratamento em SP
3'	02/03	R	Viciados em <i>crack</i> se espalham por várias regiões de São Paulo
2'22"	24/03	R	Crianças e jovens viciados em <i>crack</i> motivam ação especial da Justiça de São Paulo
1'23"	18/10	R	Policiais prendem 40 pessoas que vendiam pedras de <i>crack</i> para trabalhadores rurais
2'19"	23/10	R	Prefeitura do Rio anuncia que adultos dependentes de <i>crack</i> terão internação compulsória
2'	31/10	R	Sete viciados em <i>crack</i> foram assassinados de madrugada em São Carlos (SP)
2'28"	08/11	R	Vício do <i>crack</i> faz aumentar número de órfãos e crianças abandonadas no Rio de Janeiro
3'20"	09/11	R	Novos flagrantes de usuários de <i>crack</i> são registrados no Rio de Janeiro

Fonte: Elaboração própria

No Quadro 11, observamos que as reportagens sobre o consumo do *crack* exibidas no *Jornal Nacional* em 2012 se concentraram nos meses de fevereiro (duas), março (duas), outubro (três) e novembro (duas). Em novembro, as reportagens do repórter Pedro Bassan são exibidas em dias seguidos (dias 08 e 09), como se fossem uma sequência de acontecimentos, apesar de a reportagem que retrata o aumento do número de órfãos e crianças abandonadas na cidade do Rio de Janeiro não ter relação direta com a reportagem sobre os flagrantistas de usuários de *crack* na mesma cidade.

No Quadro 12, identificamos a Categoria Repetição no ano de 2013. Do total de 10 reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga veiculadas no *Jornal Nacional* em 2013, oito se enquadram na Categoria Repetição. No mês de fevereiro (respectivamente, dias 20 e 21), por exemplo, a repórter Lília Teles cobriu duas reportagens – uma sobre a internação involuntária de adultos na cidade do Rio de Janeiro e, no dia seguinte, o retorno de usuários de *crack* na Avenida Brasil, na mesma cidade. Apesar de as reportagens de Lília Teles terem sido veiculadas em dias consecutivos, as abordagens de pauta foram diferentes.

As duas reportagens de Lília Teles (dias 20 e 21) veiculadas em fevereiro de 2013 se somaram a outras duas: uma de Giulliana Morrone (dia 21) e outra de Renato Biazzini (dia 25). A reportagem de Giulliana Morrone se debruçou sobre uma temática individual – que a repórter mesma reconheceu em entrevista concedida para este trabalho – e a reportagem de Renato Biazzini deu continuidade às duas reportagens anteriores de Lília Teles. A Categoria Repetição, portanto, se mostra bastante presente no mês de fevereiro de 2013.

No mesmo ano, no mês de maio, quatro reportagens se enquadraram na Categoria Repetição. As reportagens exibidas em maio (dias 20, 21, 23 e 24) de 2013 integraram uma série de reportagens produzidas por Bette Luchese sobre a interiorização do consumo do *crack* no Brasil. No entanto, a série de reportagens de Bette Luchese não constitui o que os repórteres entrevistados para esta pesquisa e Bonner (2009) sugerem como premissa básica para integrar a pauta do *Jornal Nacional*: o factual. A série<sup>138</sup> de reportagens, segundo Memória Globo (2004), tem por objetivo fornecer ao telespectador uma abordagem mais aprofundada dos assuntos, ainda que os divida em capítulos. Na edição comemorativa aos 35 anos do

---

<sup>138</sup> As séries de reportagem foram implementadas na Rede Globo por Evandro Carlos de Andrade. As séries se propõem a se prolongar por toda a semana nos telejornais da emissora.

*Jornal Nacional*, Memória Globo (2004) lista os temas tratados no telejornal: contrabando de armas, uso de agrotóxicos, reciclagem de lixo, situação do idoso, menores infratores, casas de jogos ilegais e drogas nas escolas. Identificamos que a temática droga aparece como uma cobertura de série de reportagens no *Jornal Nacional* no contexto escolar, embora não verse sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga.

Carlos Henrique Schroder (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 321) afirma que o aprofundamento na abordagem de alguns temas através das séries jornalísticas deu mais solidez ao telejornalismo da Rede Globo: “Foi um marco, porque deu mais credibilidade e trouxe um amadurecimento ao telejornalismo, que sempre foi acusado de superficialidade”.

Embora a série de reportagens seja significativa como unidade de análise na Categoria Repetição no tocante ao agendamento do *Jornal Nacional* referente à cobertura do consumo do *crack* e das implicações sociais da droga, não conseguimos entrevistar Bette Luchese, o que inviabiliza a análise de conteúdo mais pormenorizada.

**Quadro 12 – Categoria Repetição nas reportagens exibidas no Jornal Nacional no ano de 2013**

Repórter	Categoria Tempo	Data	Categoria Repetição	Título
Lília Teles	2'32"	19/02	R	Adultos dependentes de <i>crack</i> começam a ser internados de forma involuntária no Rio
Lília Teles	1'56"	20/02	R	Usuário de <i>crack</i> do Rio voltam a ser vistos na Avenida Brasil
Giulliana Morrone	1'55"	21/02	R	Homem pede para ser acorrentado para tentar se livrar da dependência do <i>crack</i>
Renato Biazzì	2'24"	25/02	R	Internação compulsória de dependentes de <i>crack</i> completa um mês
Bette Luchese	2'52"	20/05	R	Vício do <i>crack</i> alcança índios em aldeia do Amazonas
Bette Luchese	2'27"	21/05	R	<i>Crack</i> também faz vítimas entre trabalhadores das lavouras
Bette Luchese	1'23"	23/05	R	<i>Crack</i> causa dependência em garimpeiros do Sertão Baiano
Bette Luchese	2'19"	24/05	R	Dependente de <i>crack</i> é internado contra a própria vontade em São Paulo

Fonte: Elaboração própria

Nos anos de 2014 e 2015, não identificamos a Categoria Repetição. No ano de 2016, não foi veiculada nenhuma reportagem sobre o consumo do *crack* no *Jornal*

*Nacional*. A Categoria Repetição volta a aparecer no ano de 2017, considerando três reportagens veiculadas no mês de maio (dias 22, 25 e 27), respectivamente, dos repórteres: César Galvão, José Roberto Burnier e Fábio Turci.

Sendo assim, retomamos as formulações de McCombs (2006) sobre a Teoria do Agendamento. O autor explica que os meios de comunicação são como professores, cuja principal estratégia comunicativa é a redundância, e que, uma ou outra vez, os “professores midiáticos” repetem os assuntos, por vezes, colocando uma ênfase ou simplesmente simplificando o assunto. À luz da teoria e no permanente diálogo entre o material empírico – as reportagens exibidas no *Jornal Nacional* e selecionadas no período de 2012 a 2017 –, e considerando as entrevistas realizadas com os repórteres responsáveis pelas reportagens, identificamos que o telejornal concentra a cobertura jornalística sobre o consumo do *crack* nos anos de 2012 e 2013 e, após um lapso temporal de três anos, retoma o assunto e coloca o consumo de *crack* e as implicações sociais da droga na agenda do telejornal.

McCombs (2006) esclarece que, como “professores midiáticos”, os *media* colocam ênfase ou simplificam o assunto. Observamos que a ênfase dada às reportagens pode ser mais bem compreendida pela análise da Focalização e dos Atributos, que será apresentada ao longo deste trabalho. Entretanto, identificamos que o fator tempo, e, portanto, a Categoria Tempo, interfere diretamente no caráter didático das reportagens, seja no que concerne à contextualização, à riqueza da abordagem feita pelo *Jornal Nacional*, considerando o processo de produção, edição e apresentação ligados à rotina produtiva do telejornal. Notadamente, nesse processo de produção, consideramos a seleção das fontes de informação, bem como a pluralidade ou não dessas fontes, que se convertem na pluralidade ou não dos pontos de vistas apresentados e que, conseqüentemente, interferem na compreensão do assunto e na forma como ele será agendado.

Destacamos o tempo de duração das reportagens que, na totalidade das unidades de análise consideradas para efeito desta análise de conteúdo, foram superiores ao considerado parâmetro nas pesquisas realizadas por McCombs e Shaw (2000) durante as eleições presidenciais da cidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, que considerou, para análise do agendamento televisivo, a média de quarenta e cinco segundos. As reportagens do *Jornal Nacional* selecionadas no período de 2012 a 2017 foram, na totalidade, superiores a um minuto. Apesar de, em entrevista para esta pesquisa, 100% dos repórteres terem colocado o fator tempo



como limitador da produção jornalística no *Jornal Nacional*, nenhuma reportagem foi exibida com tempo inferior ao parâmetro estabelecido nos estudos de McCombs e Shaw (2000). Em entrevista, a repórter Lília Teles (2017) reforça o tempo médio das reportagens do telejornal independentemente do assunto a ser tratado:

Acho que pro factual, assim, eu acho que a gente acaba fazendo é... como as matérias são muito curtas, essa aí, por exemplo, de 1m56s é até grande, o *Jornal Nacional* tem uma média de 1min e meio, então pro factual acho que a gente consegue com o conhecimento que a gente tem, com o que você via acontecendo ali funciona, e mais uma sonora de alguém que seja inteirado daquele assunto. (TELES, 2017)

Em entrevista para esta pesquisa, o repórter Giulliano Tamura (2017) contextualiza a dificuldade espaço-temporal do *Jornal Nacional* e o desafio de contextualizar e didatizar temas complexos em razão do tempo do telejornal:

Então, a gente tenta fazer a cobertura mais correta possível. Talvez não seja a melhor nessa questão da contextualização, mas aí eu digo assim... matérias com mais contextualização, talvez nós necessitássemos de mais tempo, entendeu? E dependendo da edição do jornal diário, é aquele registro, é aquela situação e não tem como a gente desenvolver mais ou discutir, não digo mais a fundo, mas assim, escutar outras fontes. A gente tem um conteúdo mais restrito. (TAMURA, 2017)

O repórter Fábio Turci (2017) também abordou a questão do tempo em entrevista concedida por *e-mail* para esta pesquisa e fez menção ao telejornalismo diário e aos produtos televisivos que apresentam séries de reportagens:

No jornalismo diário, no entanto, o tamanho das reportagens depende das notícias do dia, do espaço que cada uma tem, da disponibilidade de fontes capacitadas a debater, etc. Também é preciso levar em conta reportagens que são feitas dentro de um contexto de cobertura maior, na qual o assunto é tratado durante vários dias, com várias reportagens e debate mais amplo. (TURCI, 2017)

Graziela Azevedo (2017) explicou que as reportagens dos telejornais cuja característica é das *hard news*, as notícias são mais curtas e específicas e atribuiu ao telespectador a responsabilidade de compreensão das notícias apresentadas:

Nós chamados *hard news*, as reportagens são mais curtas e específicas, mas, acompanhando os telejornais, as pessoas vão tendo uma ideia geral dos problemas. É assim com o uso do *crack* que há anos vem sendo tratado no Jornal Nacional. (AZEVEDO, 2017)

Embora a jornalista tenha simplificado o fazer jornalístico, justificando-se na característica da categoria *hard news*, Curado (2002), ao discutir o papel e a importância da televisão, explica que a televisão tem por missão revelar como os fatos aconteceram, identificando personagens, descrevendo circunstâncias e contextualizando o assunto de forma a dimensionar a amplitude e os significados evocados pelas ocorrências a serem noticiadas. Segundo a autora, uma das funções da informação que se torna notícia na televisão deve ser a contribuição para que os cidadãos se sintam incluídos social ou politicamente, de modo a aumentar seu nível de conscientização acerca dos temas que impactam direta ou indiretamente, de maneira próxima ou distante, os telespectadores.

Todavia, em entrevista concedida para esta pesquisa, o repórter Renato Biazzi (2017) pondera as possibilidades para que temáticas complexas – como a do consumo do *crack* – sejam mais bem cobertas pela mídia e as dificuldades enfrentadas pelos jornalistas na rotina diária do trabalho:

A questão é que a gente muitas vezes é visto como culpado por muita coisa, podendo retratar uma realidade que talvez retrate a pobreza de alternativas aí para debater esse problema do *crack*. Isso acaba refletindo no nosso trabalho também. Talvez a gente realmente tenha que buscar outras formas de abordar esse tema, com fontes profissionais, do poder público, dos pontos acadêmicos que a gente conhece. (BLAZZI, 2017)

As teorias do jornalismo são esclarecedoras na medida em que ponderam a complexidade do trabalho dos jornalistas a partir de questões organizacionais, relativas ao produto noticioso, entre outras questões. Identificamos que a Categoria Tempo e a Categoria Repetição, observadas nesta análise de conteúdo refletem a definição do que é notícia. Traquina (2005a), ao citar Gaye Tuchman, afirma que os jornalistas invocam a posse de uma capacidade que sequer conseguem definir. Segundo os autores, isso se dá porque a cultura profissional privilegia o saber instintivo, em detrimento do saber reflexivo. Apesar de os valores-notícia serem objeto de crítica por parte de alguns estudiosos, é fato que esses valores refletem um padrão estável e, até certo ponto, preciso daquelas características que devem ser atendidas

para que um fato se torne noticiável. Entendemos, a partir disso, que a Categoria Tempo é balizadora para os jornalistas entrevistados nesta pesquisa e para o *Jornal Nacional*, tendo em vista que as decisões de incluir ou excluir da lista do telejornal passa pela questão do tempo das reportagens. Os valores-notícia relativos a critérios substantivos – ao conteúdo das notícias – contemplam o tempo como um valor-notícia. Embora, enquanto critério substantivo, esse valor-notícia se refira especificamente ao conteúdo e, portanto, esteja diretamente associado à atualidade e não especificamente à duração das reportagens, identificamos a necessidade de refletirmos no tempo enquanto um valor-notícia relativo ao produto.

Os valores-notícia relativos ao produto dizem respeito à disponibilidade de materiais e características específicas do produto informativo, entre características relativas ao acesso, à dramaticidade e capacidade de entretenimento e as qualidades técnicas e organizativas do material jornalístico. No que concerne ao produto, à notícia propriamente dita, a *brevidade* é um valor-notícia importante. “O relato deve estar adequado aos limites do noticiário, seja a dimensão característica do jornal – standard ou tabloide – seja a duração do noticiário de rádio ou televisão” (HOHFELDT, 2001, p. 211).

Assim, a partir desta análise, realçamos que a Categoria Tempo é fator determinante para a constituição da pauta do *Jornal Nacional*. De acordo com as entrevistas realizadas com os repórteres responsáveis pela cobertura do consumo do *crack* e as implicações sociais da droga, identificamos que o fator tempo não é um balizador somente para as notícias relativas ao tema desta pesquisa, porém é um valor-notícia norteador para todos os assuntos que têm potencial para compor o conteúdo do telejornal. As notícias, sejam elas relativas ao consumo do *crack* ou de outra natureza, devem se enquadrar no limite balizador de tempo estabelecido pelo telejornal, conforme esclarece Bonner (2009), interiorizado e praticado instintivamente conforme as entrevistas realizadas com os repórteres do *Jornal Nacional* para esta pesquisa. Nesse aspecto, o caráter didático reforçado por McCombs e Shaw (2000) e por Curado (2002) ficam em segundo plano em detrimento do fator tempo.

Retomando o que Schudson (2011, p. 146) definiu sobre o trabalho do jornalista: “[...] não é um ritmo de trabalho alimentado pela paixão, [...] mas um ritmo de trabalho alimentado pela cafeína. É um ritmo de trabalho sem pausas. É um ritmo de trabalho que faz lembrar Charlie Chaplin na linha de montagem”. Em entrevista para nossa pesquisa, o repórter Pedro Bassan (2017) revelou a dificuldade do trabalho

jornalístico em face do fator tempo e a relação de importância dos temas para cobertura jornalística no *Jornal Nacional*:

Tenho certeza que há uma fila de temas relevantes esperando pra ser tratados, mas nossa realidade dos últimos anos tem sido tão frenética, tão avassaladora, né, que muitas vezes o governo não permite outros olhares a não ser sobre os fatos mais urgentes, mais palpáveis e mais importantes, tanto que a corrupção acabou tomando conta de tudo, né? Então, enfim, estamos vivendo anos intensos, né, como não vivemos antes. Então, eu acho muito extremo, de extrema relevância, não só o *crack*. O *crack* entre os mais relevantes, mas muitos outros temas estão, digamos, numa fila esperando uma abordagem mais cuidadosa, né? Agora, a realidade que eu tive realmente é avassaladora, eu tenho 20 anos de experiência em televisão, 25 de experiência com em jornalismo geral, né, não me lembro de um outro período que a gente chama de *hardnews*, factual, de notícia urgente e relevante e que de fato deva ser contado, tenha tomado tanto tempo assim. (BASSAN, 2017)

Além do repórter Pedro Bassan (2017), os outros dez jornalistas relataram nas entrevistas que identificam o consumo do *crack* e as implicações sociais decorrentes da droga como assunto relevante para o telejornal, embora não seja o único tema de importância para o telejornal. A importância do assunto está diretamente associada às consequências provocadas pelo consumo do *crack* à sociedade nas diferentes regiões do país. Nesse aspecto, o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga são assuntos relevantes para o *Jornal Nacional* por 100% dos repórteres entrevistados para esta pesquisa, e o grau de importância do assunto está relacionado com a factualidade do tema.

Em contraposição, os espaços de consumo da droga nas diferentes regiões do país têm rotina específica evidenciada nas entrevistas com os repórteres. Apesar de os usuários de *crack* estarem todos os dias nos mesmos lugares – as *cracolândias* – e se tornarem uma situação rotineira para a população, no sentido de que é uma cena recorrente na realidade dos grandes centros e das cidades do interior, conforme o relato jornalístico de Bette Luchese (2017) e de Giulliano Tamura (2017), o grau e a importância também são dimensionados pela rotina que, de algum modo, parece “sujar os olhos” do jornalismo, do jornalista e do *Jornal Nacional*. O assunto é importante, porém deve obedecer a dois critérios fundamentais para que entre na pauta do *Jornal Nacional*: à factualidade e ao fator tempo.

No que concerne à Categoria Repetição, houve repetição da veiculação das reportagens relativas ao consumo do *crack* e as implicações sociais da droga no *Jornal Nacional*, e essa repetição, em alguma medida, sinaliza redundância, no sentido de abundância do tema nas edições do telejornal nas quais indicamos a presença da Categoria Repetição. Na perspectiva da Teoria do Agendamento, a redundância está associada à disposição abundante da informação e ao caráter didático dos “professores midiáticos”, portanto à repetição dos conteúdos jornalísticos dia após dia.

A seguir, faremos uma análise dos enquadramentos e dos atributos das reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais decorrentes do consumo da droga e integra as etapas 4 (análise de conteúdo) e 5 (entrevistas).

## **12.2 Análise dos enquadramento e atributos das reportagens sobre o consumo do *crack* no *Jornal Nacional* de 2012 a 2017 e das entrevistas realizadas com os repórteres do *Jornal Nacional***

Nessa seção, apresentamos a análise correspondente à cobertura jornalística do *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga no período de 2012 a 2017, com foco nas entrevistas realizadas com os repórteres<sup>139</sup> entrevistados para esta pesquisa. Ao todo, foram 31 reportagens, das quais 19 foram produzidas pelos 11 jornalistas e serão analisadas a seguir. Essa seção integra as etapas 4 (análise de conteúdo) e 5 (entrevista) do procedimento metodológico.

Para efeito de análise no que concerne à Categoria Enquadramento, entendido como princípio organizador que incorpora e enfatiza determinados atributos e, portanto, determina um ponto de vista dominante; e à Categoria Atributos, que pode ser compreendida como diferentes aspectos ou atributos que envolvem determinada questão ou problema, no caso desta pesquisa, o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga, vamos considerar apenas as 19 reportagens cujos repórteres concederam entrevista: Ismar Madeira, César Menezes, Graziela Azevedo, Eduardo Tchao, César Galvão, Giuliano Tamura, Pedro Bassan, Renato Biazzi, Lília Teles, Giulliana Morrone, Fábio Turci.

---

<sup>139</sup> Madeira (2017), Menezes (2017), Azevedo (2017), Tchao (2017), Galvão (2017), Tamura (2017), Bassan (2017), Biazzi (2017), Teles (2017), Morrone (2017) e Turci (2017).

As formulações tradicionais sobre a Teoria do Agendamento consideram o conceito de Focalização – cuja análise já foi apresentada – como determinante em *agenda-setting*. As formulações mais recentes, segundo McCombs (2009), acrescentam os conceitos de Enquadramento e de Atributos. Segundo McCombs (2009), os enquadramentos têm sido descritos como um esquema de interpretação que chama nossa atenção para as perspectivas dominantes das imagens que não se restringem a sugerir o que é relevante e irrelevante, contudo também promovem um problema particular de definição, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o assunto descrito. A agenda de atributos foca na habilidade dos meios noticiosos de influenciar a maneira como capturamos os objetos a partir do tema central e dos aspectos destacados do tema.

Diante do exposto, os conceitos de enquadramento e atributos são fundamentais para esta pesquisa sobre o enquadramento e o agendamento do *Jornal Nacional* no que concerne às reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga. Se as imagens em nossa cabeça (LIPPMANN, 2010) são produzidas em função do que noticia a mídia, a Teoria do Agendamento de atributos e a convergência desse conceito com a o conceito de enquadramento traz uma profundidade adicional ao conhecimento do que vem a ser a influência da mídia e de como esses padrões de atributos encontrados nas notícias interferem no que o público pensa sobre os temas públicos com determinados enfoques da mídia – nesse caso, especificamente do *Jornal Nacional*, no período correspondente à análise das reportagens sobre consumo do *crack* e suas implicações sociais.

Retomamos as ideias de Porto (2002), que, ao citar Hackett (1993), provoca a necessidade de refletir sobre a fragilidade dos conceitos de parcialidade e objetividade e, que, ao mesmo tempo em que pondera o valor normativo e empírico dos dois conceitos, considera necessário substituir o termo “parcialidade” pelo termo “orientação estruturada”.

Segundo a argumentação de Hackett e citada por Porto (2002), a objetividade e a imparcialidade podem desempenhar papel ideológico e político importante quando produzidas por uma matriz ideológica limitada. Essa matriz, de acordo com Hackett (1993) citado por Porto (2002), são regras e conceitos que, quando ativados pelos jornalistas, nem sempre têm a intenção consciente e deliberada de manipular, de iludir. O conceito de enquadramento desenvolvido por Goffman (1986; 2012) se aproxima da Teoria do Agendamento na medida em que essa teoria vai se

desenvolvendo, a partir de aportes teóricos de outros autores. Em razão da importância da discussão teórica, retomamos o que McCombs (2006) nos explica: às vezes, o conceito de enquadramento se refere a uma delimitação determinada no conteúdo midiático e, outras vezes, ao processo de enquadramento, à origem dos enquadramentos ou à sua difusão pelos meios de comunicação. “Aplicado a la agenda mediática, un encuadre es la idea central organizadora del contenido informativo que brinda un contexto y sugere qué es el tema mediante el uso de la selección, el énfasis, la exclusión y la elaboración”.<sup>140</sup> (MCCOMBS, 2006, p. 170).

Assim, a análise apresentada a seguir integra as etapas 4 (análise de conteúdo) e 5 (entrevistas). Consideramos as informações apresentadas no Quadro 23 que dialogam com as perspectivas teóricas apresentadas anteriormente e com as entrevistas realizadas com os repórteres. Para efeito de organização do trabalho, a análise dos enquadramentos e atributos das reportagens faz parte de uma das dimensões que trataremos no Capítulo 12 que corresponde à análise a partir da Triangulação Metodológica.

- **Análise dos enquadramentos e dos atributos das reportagens veiculadas no *Jornal Nacional* em 2012 e das entrevistas com os respectivos repórteres**

Do total de 12 reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga veiculadas em 2012 pelo *Jornal Nacional*, nove serão objeto desta análise, uma vez que correspondem à reportagens produzidas pelos repórteres Ismar Madeira, César Menezes, Graziela Azevedo, Eduardo Tchao, César Galvão, Giuliano Tamura e Pedro Bassan no que concerne à Categoria Enquadramento e à Categoria Atributos.

- **Consumo de *crack* é problema de saúde e de segurança pública, embora nenhuma fonte especialista em saúde pública tenha sido ouvida na reportagem**

A reportagem de Ismar Madeira ouviu um representante da Polícia Militar, uma secretária de Desenvolvimento Social de Araçuaí, no Estado de Minas Gerais, um sociólogo, pessoas viciadas na droga, familiares de usuários de *crack*, um ex-usuário da droga e um voluntário disposto a ajudar as pessoas que queriam deixar o vício. Apesar de a reportagem ter se apresentado, inicialmente, como de saúde pública, no

---

<sup>140</sup> Aplicado à agenda midiática, um enquadramento é a ideia central organizadora do conteúdo informativo que confere um contexto e sugere qual é o tema mediante o uso da seleção, da ênfase, da exclusão e da elaboração. [tradução própria]

decorrer da reportagem, identificamos a forte ênfase na temática de segurança pública. Entretanto, ao final da reportagem, a *sonora* de um sociólogo retomou, novamente, a questão para a temática de saúde pública, mesmo que a fonte – um sociólogo – não fosse um especialista na área de saúde. A *sonora* com uma secretária de Desenvolvimento Social também reforçou o enquadramento do consumo da droga na temática de saúde pública – ao utilizar a palavra tratamento – mesmo não sendo profissional da área. A palavra tratamento na *sonora* da secretária de Desenvolvimento Social remeteu à ideia, no contexto da reportagem, de que, para diminuir o consumo do *crack*, é necessário fazer *tratamento*, intervenção terapêutica, legitimando a perspectiva médica para solucionar o vício em *crack*.

Retomamos as ideias de Bueno (2005) em que o autor esclarece que os textos sobre saúde refletem a exposição de dramas individuais, com apelo emocional, trazendo a solução terapêutica como sinônimo de esperança, felicidade, responsável por elevar a autoestima e a qualidade de vida dos indivíduos que serão submetidos a ela. Bueno (2005) explica que o indivíduo é colocado no plano de consumidor de serviços da área de saúde que estão à venda – nesta análise, exemplificamos a partir das clínicas públicas ou privadas especializadas em internação de viciados em *crack*, e não como cidadão capaz de alterar a realidade social a partir da participação e da prevenção e do seu protagonismo como usuário dos serviços de saúde.

Embora a *cabeça* da reportagem lida pelo apresentador William Bonner apresente o tema como de saúde pública: “Um problema de saúde que surgiu nos maiores centros urbanos brasileiros passou a ser também um desafio para as autoridades de todo o país”, a reportagem de Ismar Madeira apresenta um desvio no que concerne ao uso de fontes de informação: nenhum especialista em saúde foi entrevistado e quem sentencia o consumo do *crack* como problema de saúde pública, bem como a extensão da problemática, é um sociólogo, apresentando, na reportagem, como solução, o tratamento terapêutico e a internação compulsória: “Não há como tratar bem o usuário do *crack* em algumas instâncias, se não houver uma internação para desintoxicação. E essa internação, muitas vezes, tem que ser forçada. Se não fizermos isso, o problema vai continuar se avolumando no Brasil”.

De acordo com Moura (2008), a inadequação da cobertura jornalística em saúde coloca o receptor da informação em saúde como consumidor passivo não apenas com relação às informações, mas também em relação à própria saúde. Estudos como os de Ferrari e Moura (2009) e Noto et al. (2013) asseveram que



reportagens que abordem de forma informativa e contextualizada o tema da saúde – cobertura sobre prevenção do uso de drogas e debates sobre a melhoria da qualidade de vida – são, em geral, raras. Segundo Coutinho e Gouvêa (2016), a percepção que as pessoas têm de saúde e doença, na contemporaneidade, está associada aos sentidos e efeitos sociais da informação na televisão.

Ismar Madeira (2017), em entrevista, explicou que a reportagem foi baseada no factual e, por conseguinte, no resultado da pesquisa de 2014 da CNM: “[...] a gente não pretendia fazer uma afirmação a respeito. Na verdade, nos chamou a atenção os dados sobre a interiorização do uso do *crack*”. Em relação à compreensão acerca do consumo do *crack* e das implicações sociais da droga, o repórter definiu que viu a questão como problema social que engloba tanto a área de saúde quanto a de segurança: “Na verdade, a gente viu como o principal problema o problema social. Porque é o que engloba tudo isso que você tá falando. Tanto saúde quanto polícia”. O repórter justificou a tematização e o enquadramento do assunto nos dois temas – saúde e segurança, uma vez que, segundo Madeira (2017), as prefeituras não conseguiam atender as pessoas viciadas em *crack* e, portanto, era um assunto de saúde pública, e, por outro lado, havia a ocorrência de crimes, mortes, roubos em função do uso do *crack* e, portanto, era um assunto de segurança pública.

De acordo com McCombs (2009, p. 137 – grifo do autor), aplicado à agenda midiática, “um enquadramento é a ‘ideia central’ que organiza o conteúdo noticioso que por sua vez fornece um contexto e sugere sobre o que o assunto trata através do uso de *seleção, ênfase, exclusão e elaboração*”. Os enquadramentos, portanto, são esquemas de interpretação. Lançando o feixe luminoso da teoria, identificamos que a reportagem de Ismar Madeira recebeu o enquadramento noticioso temático de: saúde pública (1) e segurança pública (2).

Ainda de acordo com o conceito de enquadramento, identificamos a presença dos enquadramentos interpretativos na reportagem analisada. Segundo Porto (2002), os enquadramentos interpretativos são padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento, entre outras questões. O autor explica que essas interpretações são promovidas por diferentes agentes sociais. No caso da cobertura jornalística, essas interpretações são promovidas pelas fontes de informação utilizadas nas reportagens. Embora os jornalistas também contribuam com suas respectivas interpretações, consideramos aqui os enquadramentos

interpretativos oriundos de contexto social mais amplo que podem ser incorporadas ou não pela mídia.

Nesta análise, vamos considerar que os enquadramentos interpretativos foram fornecidos às reportagens analisadas por meio das fontes de informação e identificaremos quais foram as interpretações que prevaleceram sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga, bem como que atores sociais prevaleceram e influenciaram os processos de enquadramento interpretativo do *Jornal Nacional*. Considerando a reportagem de Ismar Madeira, identificamos que, ao levar em conta a pesquisa da CNM de 2014, ao ouvir fontes de informação viciadas em *crack*, familiares de viciados em *crack*, um ex-viciado na droga, um voluntário, um representante da Polícia Militar, uma representante da Secretaria de Desenvolvimento Social e um sociólogo, a reportagem de Ismar Madeira fornece um quadro interpretativo de que o consumo do *crack* é um problema social complexo e crônico, um drama humano, um problema de segurança pública e de saúde pública, embora nenhuma fonte de saúde tenha sido ouvida.

Destacamos que a fonte com maior poder de influência na reportagem foi o sociólogo, que, ao final da reportagem, sentenciou o consumo do *crack* como epidêmico cuja solução seria a internação compulsória das pessoas viciadas na droga. Identificamos, ainda, que, ao selecionar as fontes de informação para compor a reportagem, Ismar Madeira inclui a perspectiva dos indivíduos envolvidos com a droga e das famílias dos indivíduos que consomem *crack*, via de regra, fontes marginalizadas pela cobertura jornalística, considerando as normatizações, regras e instituições sociais. De acordo com Serrano (1999), as fontes institucionais organizadas e profissionalizadas são as que mais acesso têm aos *media*, “constituindo um importante sustentáculo das relações de poder instituídas, aspecto acentuado por Gaye Tuchman que coloca a questão de saber até que ponto os *media* são um agente de legitimação da ordem existente”. Nesta análise, compreendemos que o repórter Ismar Madeira, ao utilizar fontes envolvidas diretamente com o problema do consumo do *crack* e das implicações sociais da droga, apresenta uma abordagem diferenciada, tendo em vista que o acesso a essas fontes – usuários de *crack* e familiares dos usuários – tem suas peculiaridades na rotina jornalística. Sendo assim, no que concerne ao enquadramento interpretativo, a reportagem exibida pelo *Jornal Nacional* e produzida por Ismar Madeira apresenta as interpretações

dominantes sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga, mas também contempla a inserção das interpretações, via de regra, excluídas pela mídia.

Ainda quanto aos enquadramentos interpretativos, a reportagem se enquadra no segmento plural-fechado. Ao definir que a presença ou a ausência de mais de um enquadramento nos segmentos do conteúdo da mídia contribui para superar debilidades relativas aos estudos de enquadramentos da mídia, Porto (2002) esclarece que os segmentos plurais-fechados incluem mais de um enquadramento e, nesse caso, considera privilegiar ou enfatizar um enquadramento em detrimento do outro. O enquadramento interpretativo que prevalece na reportagem é o da saúde pública com foco na internação compulsória.

- **Agenda de atributos da reportagem consumo de *crack* atinge 90% das cidades brasileiras, de Ismar Madeira**

McCombs (2009) explica que, no contexto da cobertura noticiosa sobre economia, a cobertura jornalística e as ideias das pessoas sobre um assunto tão complexo podem envolver muitos diferentes aspectos ou atributos.

Assuntos públicos, como todos os outros objetos, têm atributos. Alguns aspectos dos assuntos, ou seja, alguns atributos são enfatizados nas notícias e sobre como as pessoas pensam e falam sobre estes temas. [...] A agenda dos atributos amplia nossa compreensão de como as notícias da mídia formatam a opinião pública nos assuntos do dia”. Um conjunto de atributos associado ao recorrente tópico da economia consiste de problemas específicos do momento, suas causas percebidas e as soluções propostas para estes problemas. Outro, mais limitado, conjunto de atributos consiste de argumentos a favor e contra para as soluções propostas aos problemas econômicos. (MCCOMBS, 2009, p. 124-126)

Levando em consideração as definições do autor para a agenda de atributos, ou seja, para o conjunto de atributos mais recorrentemente associados a determinado tópico, esta análise de conteúdo da reportagem de Ismar Madeira identificou o seguinte conjunto de atributos relacionados ao consumo do *crack* na reportagem *Consumo de crack atinge 90% das cidades brasileiras*, o que forma a Categoria Atributos, conforme o quadro

Quadro 13.

**Quadro 13 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem Consumo de crack atinge 90% das cidades brasileiras cujo enquadramento noticioso temático foi Saúde Pública e Segurança Pública**

Atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem	Trecho da reportagem
Aumento do consumo do crack no país gerou epidemia e se alastrou para cidades do interior;	<i>Cabeça</i> lida pelo apresentador; pela pesquisa da CNM; sonora com uma secretária de Desenvolvimento Social; imagens que mostram o consumo do crack à noite em cidades do interior.
Usuários de crack “dominados” pela droga, incapazes de fazer escolhas;	<i>Passagem</i> do repórter; sonora com o pai de dois adolescentes viciados em crack; sonora com viciados em crack; sonora com a mãe de um viciado em crack; imagens que mostram usuários de crack em situação degradante; imagem de usuário que pede para ser acorrentado para não usar a droga.
Famílias destruídas pelo consumo da droga;	<i>Sonora</i> com o pai de dois adolescentes viciados em crack; sonora com a avó de dois adolescentes mortos pelo tráfico de drogas; sonora com a mãe de um viciado em crack; imagens da casa simples do pai de dois adolescentes viciados em crack e do labor do pai; imagens de cemitério onde foram sepultados dois jovens vítimas do vício e do tráfico.
Aumento da violência e criminalidade;	<i>Passagem</i> do repórter; sonora com um representante da Polícia Militar; sonora com a avó de dois adolescentes mortos pelo tráfico de drogas; sonora com o pai de dois adolescentes viciados em crack; off do repórter; imagens de cemitério onde foram sepultados dois jovens vítimas do vício e do tráfico; imagens de um jovem com cicatrizes no corpo; imagem com ex-usuário de crack que tomou um tiro na perna.
Consumo do crack é uma epidemia no Brasil;	<i>Cabeça</i> da reportagem lida pelo apresentador William Bonner; off do repórter; sonora com sociólogo.
Consumo do crack é um problema de saúde pública;	<i>Cabeça</i> da reportagem lida pelo apresentador William Bonner; off do repórter; sonora com sociólogo; sonora com uma representante da secretaria de Desenvolvimento Social.
Consumo do crack é um problema de segurança pública;	<i>Sonora</i> com um representante da Polícia Militar; <i>passagem</i> e off do repórter; sonora com avó de dois adolescentes mortos pelo tráfico de drogas; sonora com pai de dois adolescentes viciados em crack; imagens da Polícia Militar; imagens de um jovem com cicatrizes pelo corpo.
Possíveis soluções: o indivíduo buscar soluções individualmente ou por meio da internação compulsória.	Off do repórter; sonora e imagens com ex-viciado em crack; imagens com voluntário que vai de porta em porta oferecer ajuda.

Fonte: Elaboração própria

Desse modo, compreendemos que a reportagem de Ismar Madeira apresentou o consumo do *crack* enquadrado nos temas de saúde pública e segurança pública, apresentou interpretações dominantes e excluídas, com segmento plural-fechado em saúde pública com foco na internação compulsória dos usuários de *crack*. A partir da análise dos atributos apresentados na reportagem, nos trechos mencionados, identificamos que o telejornal elaborou o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga como: consumo epidêmico crescente e interiorizado (1); usuários de *crack* dominados pela droga, incapazes de fazer escolhas (2); famílias destruídas (3); que gera aumento da violência e da criminalidade (4); problema de segurança pública (5); problema de saúde pública (6); cuja busca pela solução do problema deve ser individual ou por meio de internação compulsória (7).

- **Consumo de *crack* é um problema social crônico e depende do Estado para ser solucionado. Ações da polícia e da área de saúde foram realçadas no contexto da reportagem**

A reportagem de César Menezes ouviu um representante da Polícia Militar, uma moradora da Zona Norte da cidade de São Paulo, uma coordenadora do programa de Saúde Mental e um desembargador. A reportagem se apresentou, inicialmente, como problema social crônico de difícil solução para as autoridades. Os dados apresentados por meio de arte gráfica no telejornal mostraram o número de internações, prisões e apreensões realizados em determinado período e as imagens veiculadas ao longo da reportagem conferem enquadramento noticioso temático de segurança pública (1) de difícil solução.

O contexto de apresentação da reportagem de César Menezes mostrou imagens de violência, de persistência do consumo do *crack* em plena luz do dia na cidade de São Paulo, a angústia de uma moradora da região que se incomoda com a presença dos usuários de *crack* e descreve os indivíduos como “zumbis”. Fica evidenciado na reportagem que, mesmo com a ação da polícia, da Prefeitura de São Paulo e do governo do Estado de São Paulo, o problema persiste e incomoda a população, uma vez que ocupa o espaço público. Em entrevista concedida por *e-mail*, Menezes (2017) reconhece que a ação policial foi o gancho jornalístico para a realização da reportagem para o *Jornal Nacional*. Embora a reportagem se concentre na ação policial, Menezes (2017) defendeu, em entrevista, que “Vários ângulos foram tratados, no espaço exíguo que uma reportagem de televisão permite” (MENEZES,

2017). O repórter complementou dizendo: “saúde e segurança, principalmente” – referindo-se às duas reportagens produzidas por ele no período analisado do *Jornal Nacional* – a primeira em 2012 e a segunda em 2013. Observamos que os “vários ângulos” tratados pelo repórter se reduziram, na reportagem de 2012, à temática de segurança pública. O enquadramento noticioso temático em segurança pública identificado nesta análise de conteúdo da reportagem, portanto, tem consonância com o que afirmou o repórter em entrevista, embora, não tenhamos identificado os “vários ângulos” e tenhamos registrado somente um ângulo para a cobertura do consumo do *crack* e as implicações sociais da droga: o enquadramento noticioso temático em segurança pública.

Ao final da reportagem, a *sonora* com um desembargador volta a enquadrar o consumo do *crack* como problema social crônico. O trecho da entrevista tende a enfatizar que a persistência do consumo da droga nos grandes centros urbanos reforça a importância de as pessoas refletirem sobre o futuro das crianças e adolescentes viciados em *crack* e de o Estado tomar medidas eficazes no sentido de encaminhar soluções para o problema do consumo do *crack* e as implicações sociais da droga. De acordo com o exposto, identificamos que o enquadramento noticioso da reportagem considera etiquetar imediatamente o consumo do *crack* como problema de segurança pública (1).

As imagens que contextualizam a reportagem, incluindo momentos do uso da droga e a agressão de um usuário de *crack* contra o carro da equipe de reportagem, arremessando um coco, narradas pelo repórter como “mais uma cena de violência”, bem como a apresentação dos dados sobre internações, apreensões e prisões por meio de artes gráficas, reforçam a associação feita comumente pelo jornalismo entre desvios comportamentais e as consequências desses desvios. Retomamos o que discutimos anteriormente neste trabalho sobre os reforços da norma social quando o jornalismo transforma crimes em notícias, reafirmando que “a moralidade consensual da sociedade, desenrola-se perante nós uma peça de moralidade moderna na qual o ‘demônio’ é expulso tanto simbólica quanto fisicamente da sociedade pelos seus guardiões – a política e a magistratura” (CHRITCHER et al., 2016, p. 327). Percebemos que a reportagem trouxe exatamente o contexto de persistência de um problema social crônico e de polícia nas diferentes regiões da cidade de São Paulo e, como fontes de informação, um desembargador, um policial militar e uma coordenadora de um programa da prefeitura que apresenta a internação como medida

terapêutica para solucionar o problema. Sapori, Sena e Silva (2010) observam, em suas pesquisas, uma correlação entre o *crack* e a violência.

Michaud (1989) esclarece que a televisão é capaz de consolidar imagens e construir uma referência de ambiente para os telespectadores. Segundo o autor, mesmo as imagens sendo autênticas, é possível que sejam selecionadas, montadas, legendadas e reenquadradas. De acordo com Michaud (1989), o jornalismo pode, inclusive, escolher mostrar ou não mostrar uma imagem. A seleção e a escolha da apresentação das imagens feitas, por exemplo, na reportagem de César Menezes, em que o carro da equipe de reportagem é agredida com um coco por um usuário de *crack*, evidenciam o que o autor nos explica. O texto do repórter narra a imagem: “Bastou virar a esquina para encontrar um grupo de usuários e registrar mais uma cena de violência”. Em televisão, entendemos que texto e imagem conformam um determinado contexto e, no caso explicitado anteriormente, a imagem do usuário de *crack* arremessando um coco no vidro do carro de reportagem associado com o texto do repórter que é “mais uma cena de violência” contribui significativamente para a construção de uma noção de violência relacionada ao consumo do *crack* e, por conseguinte, etiqueta o consumo da droga e as implicações decorrentes do uso de *crack* como problema de polícia, de segurança pública.

Analisamos a reportagem sob a perspectiva dos enquadramentos interpretativos. A interpretação que prevalece é de que o consumo do *crack* é um problema de segurança pública que culmina em um problema social crônico. Portanto, os enquadramentos interpretativos identificados na reportagem foram: segurança pública (1) e problema social crônico (2). Na mesma análise, os atores sociais – fontes de informação – que prevalecem e influenciam os processos de enquadramento do telejornal são: um representante da Polícia Militar e o desembargador cuja entrevista encerra a reportagem. Assim, do ponto de vista do enquadramento interpretativo, tanto a autoridade policial quanto o representante da Justiça interferem na produção de sentidos e nos realces dados ao consumo do *crack* como problema de segurança pública e um problema social crônico, prevalecendo as interpretações dominantes.

Ainda quanto aos enquadramentos interpretativos, a reportagem de César Menezes se enquadra no segmento plural-fechado, uma vez que inclui mais de um enquadramento e, nesse caso, considera privilegiar ou enfatizar um enquadramento em detrimento do outro. O enquadramento interpretativo de segmento plural-fechado que prevalece na reportagem é o da segurança pública, uma vez que toda a narrativa



telejornalística aponta para o conflito e o confronto entre as imagens de viciados em *crack* – entre eles crianças e adolescentes – na frente de prédios e espaços públicos, a necessidade de ação policial e de vigilância 24 horas, bem como a persistência do consumo do *crack*, mesmo com as operações da polícia.

- **Agenda de atributos da reportagem Viciados em crack se espalham por várias regiões de São Paulo, de César Menezes**

McCombs (2009) explica que a abordagem da Teoria do Agendamento baseada na agenda de atributos examina os padrões de ênfase, o tom das mensagens da mídia e as consequências desses atributos das agendas para a reflexão e o comportamento do público. A análise de conteúdo da reportagem de César Menezes identificou o seguinte conjunto de atributos relacionados ao consumo do *crack* na reportagem *Viciados em crack se espalham por várias regiões de São Paulo*, o que forma a Categoria Atributos, conforme o Quadro 14.

**Quadro 14 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem Viciados em crack se espalham por várias regiões de São Paulo**

<b>Atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem</b>	<b>Trecho da reportagem</b>
Ineficácia da ação das autoridades frente a um problema crônico;	<i>Cabeça</i> lida pela apresentadora Patrícia Poeta; <i>cabeça</i> lida pelo apresentador William Bonner; <i>off</i> do repórter César Menezes; <i>sonora</i> com moradora da Zona Norte de São Paulo.
Persistência do consumo do <i>crack</i> nas ruas;	<i>Cabeça</i> lida pela apresentadora Patrícia Poeta; <i>cabeça</i> lida pelo apresentador William Bonner; <i>off</i> do repórter César Menezes; <i>sonora</i> com moradora da Zona Norte de São Paulo; <i>sonora</i> com uma coordenadora de Saúde Mental.
Dados quantitativos de internações, prisões e apreensões;	<i>Passagem</i> do repórter e <i>sonora</i> de um policial militar.
Registros de violência;	<i>Passagem</i> do repórter; <i>off</i> do repórter; imagens de um usuário de <i>crack</i> arremessando um coco contra o carro da equipe de reportagem.
Consumo do <i>crack</i> é um problema de segurança pública;	<i>Sonora</i> com um representante da Polícia Militar; imagens de usuários de <i>crack</i> consumindo a droga no centro da cidade de São Paulo; <i>off</i> do repórter que registra cenas de violência.
Necessidade de o Estado se fazer presente.	<i>Sonora</i> com uma coordenadora do programa de Saúde Mental e com um desembargador.

Fonte: Elaboração própria

A reportagem de César Menezes se enquadra no enquadramento noticioso temático de segurança pública, dado que apresentou interpretações dominantes acerca do tema, com segmento plural-fechado com foco em segurança pública. Identificamos os atributos mencionados anteriormente a partir da correspondência com os elementos e argumentos apresentados no quadro que estiveram presentes na estruturação da reportagem identificam a seguinte ênfase sobre a cobertura jornalística do consumo do *crack* e as implicações sociais da droga no *Jornal Nacional*: a constatação da ineficácia da ação das autoridades frente a um problema social crônico (1); a persistência do consumo de *crack* nas ruas (2); apresentação de dados quantitativos de apreensões e prisões (3); registros de violência (4); o consumo do *crack* é um problema de segurança pública (5) e, por fim, a constatação de que é necessário que o Estado se faça presente (6).

- **Consumo do *crack* é um drama social e deve ser tratado de forma humanizada pela Justiça**

A reportagem de Graziela Azevedo ouviu crianças e adolescentes dependentes de *crack*, além da coordenadora de um abrigo, um juiz e um desembargador. A reportagem apresentou o consumo do *crack*, inicialmente, como temática humanizada, em que a esfera de poder que protagonizou o discurso foi o Judiciário. A tentativa de humanizar a cobertura jornalística sobre o consumo do *crack* foi apresentada na reportagem a partir das imagens das crianças e adolescentes usuários de *crack* que explicaram nas entrevistas como estavam vivendo no abrigo, considerado um dos melhores abrigos da cidade de São Paulo, segundo o *off* da repórter. A descrição da repórter Graziela Azevedo deu o tom da reportagem: “Mas para estarem assim, cercados de cuidados e olhando para o futuro, o caminho não foi fácil. Nem sempre a Justiça ajudou”. Em entrevista por *e-mail* concedida para esta pesquisa, Azevedo (2017) explicou que a pauta nasceu de um factual que foi o Poder Judiciário iniciando um novo tipo de serviço de atendimento aos jovens com problemas com drogas e o fato de o assunto se enquadrar em um drama social que gera muita preocupação na sociedade. Percebemos, pelo relato da repórter, a tentativa de humanizar o assunto:

Lembro que nesse caso específico fomos a um abrigo muito interessante com gente realmente comprometida em apurar e dar um novo rumo aos jovens que lá estavam. Todos estavam estudando e encontrando oportunidades de trabalho, além disso havia um trabalho de assistência social com as famílias. (AZEVEDO, 2017)

Embora a repórter reconheça a temática como um drama social que carece de ações efetivas para solucionar o problema que impacta a vida das pessoas, Azevedo (2017) esclarece que “[...] o drama do *crack* tem várias facetas, o mais triste e dramático é o impacto terrível na saúde física e mental do usuário e o esgarçamento do tecido familiar e social [...]”. Em entrevista, a repórter contextualizou a cobertura jornalística do *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack*, bem como as ações para tentar sanar o problema:

Temos coberto a difícil solução disso em São Paulo com ações que vem sendo muito criticadas por mais espalhar que resolver o problema. Sem ação conjunta de inteligência e repressão ao tráfico (grande e pequeno) e sem um grande esforço de saúde pública e assistência social para os dependentes e suas famílias, parece difícil dar conta da complexidade do problema. É o que temos mostrado em nossas reportagens. (AZEVEDO, 2017)

Salientamos que, em entrevista, a repórter contextualiza o consumo do *crack* como problema social complexo que exige ações de diferentes instituições e políticas sociais. Embora a repórter tenha feito essa contextualização em entrevista, o consumo do *crack* foi enquadrado na reportagem de Azevedo (2017) como enquadramento noticioso temático drama social (1) cuja ação para solucionar o drama social se originava nas ações da Justiça (2) e, portanto, da lei, uma vez que a intervenção da Justiça por meio de desembargadores, juízes, defensores públicos e outras equipes multidisciplinares poderiam, segundo a reportagem, mudar a realidade e o futuro das crianças e adolescentes usuários de *crack*.

Identificamos que os enquadramentos interpretativos que prevaleceram na reportagem analisada foi o de que o consumo do *crack* é um drama humano social complexo que atinge crianças e adolescentes e que pode ser solucionado com a ação de profissionais do Poder Judiciário. A solução terapêutica é apresentada ao final, pela *sonora* com um desembargador. Na reportagem, as fontes de informação – juiz e desembargador – foram responsáveis por influenciar os processos de enquadramento do telejornal sobre o assunto. Além disso, verificamos que a

reportagem de Azevedo inclui as interpretações dominantes e excluídas. As interpretações excluídas foram identificadas pelas *sonoras* com crianças e adolescentes dependentes químicos e com uma representante do abrigo que contextualizou e criticou o modo como, em regra, os adolescentes costumam ser encaminhados para os abrigos. No que concerne ao segmento dos enquadramentos interpretativos, a reportagem de Azevedo exibida no *Jornal Nacional* é do tipo plural-fechado, privilegiando o enquadramento relativo ao drama social em detrimento do enquadramento da Justiça.

- **Agenda de atributos da reportagem Crianças e jovens viciados em crack motivam ação especial da Justiça de São Paulo, de Graziela Azevedo**

Nesta análise de conteúdo, consideramos identificar a agenda de atributos para a cobertura do consumo do *crack*. Para isso, examinamos as imagens e o texto que constituíram a reportagem *Crianças e jovens viciados em crack motivam ação especial da Justiça de São Paulo*, de Azevedo, o que forma a Categoria Atributos, conforme o Quadro 15.

**Quadro 15 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem Crianças e jovens viciados em crack motivam ação especial da Justiça de São Paulo**

Atributos relacionados ao consumo do <i>crack</i> na reportagem	Trecho da reportagem
Tentativa de humanizar o problema do consumo de <i>crack</i> ;	Cabeça lida pela apresentadora Carla Vilhena; off da repórter e imagens do abrigo e das atividades que as crianças e jovens fazem no local; as diferentes <i>sonoras</i> com crianças e adolescentes viciados em <i>crack</i> ; off e passagem da repórter mostrando o trabalho da Justiça; <i>sonoras</i> com juiz e desembargador que enfatizam a perspectiva humana do consumo do <i>crack</i> envolvendo crianças e jovens e a perspectiva humana do trabalho multidisciplinar da Justiça.
Ênfase na perspectiva dos personagens dependentes químicos;	<i>Sonora</i> com crianças e adolescentes viciados em <i>crack</i> ; imagens de crianças e adolescentes jogando xadrez; imagens close-up das crianças no abrigo, particularizando o problema do vício.
Demonstração da eficiência do trabalho do Judiciário.	Off e passagem da repórter, <i>sonora</i> com juiz; <i>sonora</i> com desembargador; imagens das reuniões com servidores da Justiça e outras áreas.

Fonte: Elaboração própria

A reportagem de Graziela Azevedo enquadrrou a cobertura jornalística do consumo do *crack* no enquadramento noticioso temático de drama social, que necessita de ações da Justiça para ser solucionado, e, portanto, no enquadramento noticioso temático de justiça, apresentando interpretações dominantes e excluídas acerca do assunto, cujo segmento do enquadramento foi plural-fechado com foco no drama social. No que concerne aos atributos, a cobertura jornalística do consumo do *crack* e as implicações sociais da droga na reportagem de Graziela Azevedo no *Jornal Nacional* realçou: a tentativa de humanizar os problemas gerados pelo consumo do *crack* (1); evidenciar a perspectiva dos personagens dependentes químicos, em regra, excluídos do discurso da mídia (2) e, demonstrar a eficiência do trabalho do Poder Judiciário (3).

- **Consumo de *crack* gera violência e é problema de segurança pública**

A reportagem de Eduardo Tchao abriu a edição do *Jornal Nacional* e ouviu um major do Exército, um coronel da Polícia Militar do Rio de Janeiro e um cidadão, pedestre que passava pelo local. A reportagem apresentou o consumo do *crack* por meio do enquadramento noticioso temático de segurança pública (1) e como um relato de violência, portanto, sob o enquadramento noticioso temático de violência (2). Em entrevista concedida por telefone para esta pesquisa, Tchao (2017) explicou que o número de assaltos começou a diminuir depois da presença mais maciça de polícias nas ruas do Rio de Janeiro. “[...] então realmente com mais PMs e reservistas, consegue diminuir, né, consegue diminuir o número de assaltos [...]” (TCHAO, 2017). Em entrevista, o repórter contextualiza: “Eles fumam ali mesmo em determinados lugares ali do centro do Rio e esse consumo só acontecia mais em função da falta de policiamento” (TCHAO, 2017). O repórter justifica o aumento do número de assaltos em razão da fragilidade dos programas criados pela Prefeitura do Rio de Janeiro que, ao não manter em dia o pagamento dos policiais, permite o aumento do número de assaltos. O que entendemos a partir da entrevista é que o repórter estabelece uma relação de causa e efeito entre a violência, o consumo do *crack* e a ausência de policiamento.

Ao mencionarmos a reportagem produzida por Eduardo Tchao em que cenas que mostravam usuários de *crack* jogando pedras em um ônibus no centro da cidade, o repórter reforçou a condição dos usuários de *crack*: “Eles agriDEM, né, agriDEM as pessoas” (TCHAO, 2017). O repórter complementou:

Movidos por droga, eles querem roubar, furtar ainda mais pra poder comprar a droga, entendeu? Então isso é claro, eles usam a droga pra poder se sentirem completamente tomados pelo *crack* e tomados pelo *crack* eles furtam, furtam, furtam e não querem saber, agridem, entendeu. (TCHAO, 2017)

Em nossa interpretação, da maneira como o repórter mencionou a relação entre uso de *crack*, furto e violência, entendemos que, na opinião do jornalista, os viciados em *crack* fumam a droga para furtar. Entretanto, autores como Perrenoud e Ribeiro (2012), Bruck (2013; 2015) e Hart (2014) esclarecem que o consumo do *crack* é um problema social complexo que tem origem na exclusão social e na falta de oportunidades. Perrenoud e Ribeiro (2012) explicam que a correlação do *crack* como uma droga barata com cenários de exclusão social e repressão policial foi um dos fatores que contribuíram para a emergência do *crack* como droga no Brasil. Ao buscar desconstruir o que sabemos sobre a droga, Hart (2014) explica que indicadores de desemprego, por exemplo, não são consequência do uso da droga. Segundo o neurocientista, o que se tem publicado sobre o assunto tem a ver com o mau entendimento de causas e efeitos.

Esta análise de conteúdo considerou importante retomar a contextualização feita por Sena (2011), segundo a qual, na realidade brasileira, o Estado é clamado por ofertar segurança aos sujeitos sociais, e os sujeitos passam a ser culpabilizados pela condição social em que estão inseridos. Dependendo da atividade que realizam, esses sujeitos são responsabilizados por gerar uma sociedade violenta e insegura. Retomamos o pensamento de Sena (2011) ao confrontar a entrevista com Tchao (2017) em que o repórter cria uma associação entre consumo do *crack*, violência e falta de policiamento, uso da droga para entorpecimento do sujeito e prática de furtos. “Nesse processo parece ser inegável a participação da mídia nacional na construção dessas representações, que se tornaram hegemônicas, e no debate que se seguiu em arenas políticas e sociais das mais variadas nuances” (SENA, 2011, p. 3).

O repórter descreveu, em entrevista, a dimensão da cracolândia do Rio e como é cobrir jornalisticamente o assunto:

[...] sabe qual é a grande concentração do *crack*? É na Avenida Brasil. Naquelas dobras ali. Então ali é o consumo diário e eu fiz uma pauta mês passado lá. Foi uma correria danada dos usuários quando a polícia chegou, quando a TV Globo chegou. E nós, obviamente, fomos não muito bem-vindos né, foi pedra pra cá, pedra pra lá, pedra na polícia. Mas o *crack* é igual a cracolândia de São Paulo né. A cracolândia de São Paulo também é muito, é pior do que aqui, a cracolândia de São Paulo é maior que o Rio, né?. (TCHAO, 2017)

No mesmo contexto que o repórter localiza o cenário de violência no Rio de Janeiro e aproxima esse cenário do consumo do *crack*, o repórter retira do consumo do *crack* a culpa da violência e responsabiliza a existência de, segundo Eduardo Tchao, mais de mil favelas no Rio de Janeiro:

Então são centenas e centenas de bandidos, acho que milhares de bandidos nessas comunidades. Tem gente boa? Tem gente boa. Mas a maioria, grande parte desse pessoal de favela, grande parte tá sendo tomado por facções criminosas, que acontece é a questão dos traficantes, é a luta pelo poder, luta pelo lema da droga, e o *crack* não tá entre isso, entendeu? O *crack* tá entre as preocupações. [...] O *crack* não dá grande lucro. (TCHAO, 2017)

Apesar de a reportagem ter recebido os enquadramentos noticiosos temáticos de segurança pública e violência, em entrevista, Eduardo Tchao (2017) reconhece que o consumo do *crack* é um problema de saúde, afirma que a droga é “devastadora”, que é a “pior droga”, responsável por estar “destruindo o ser humano” e questiona a precariedade dos serviços de saúde pública de atenção ao usuário de *crack*: “Eu acredito que não existe um programa aqui nem em São Paulo de combate a essas vítimas do *crack*. [...] O *crack* é uma droga devastadora”. (TCHAO, 2017). O repórter reforçou a ideia que corresponde ao sujeito que consome *crack* e que o liga à violência: “O crackudo é uma pessoa muito violenta, entendeu? Ele perde a noção. Não quer tomar banho, não quer colocar roupa. É aquilo que tá naquelas imagens todas que você deve ter aí” (TCHAO, 2017).

Os enquadramentos interpretativos que prevaleceram na reportagem foram de que o consumo do *crack* é um problema de polícia e responsável pelo aumento da violência e da criminalidade e que só pode ser combatido com o uso da força policial. Os usuários de *crack* são vistos como indivíduos dominados pela droga, sem condição de fazer escolhas racionais. As fontes de informação – um comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro e um major do Comando Militar do Leste – foram os

responsáveis por influenciar os processos de enquadramento do telejornal sobre o assunto. Além disso, verificamos que a reportagem de Tchao inclui a interpretação dominante, uma vez que considera fontes oficiais como fontes de informação e utiliza a *sonora* de um cidadão comum – pedestre – somente para corroborar o contexto de violência apresentado pela reportagem. No que concerne ao segmento dos enquadramentos interpretativos, a reportagem de Tchao exibida no *Jornal Nacional* é do tipo plural-fechado, já que utiliza fontes de informação da área de segurança pública, contextualiza o problema como de segurança pública, entretanto realça a violência, a prática de roubos e furtos, o descontrole dos usuários de *crack* quando estão sob efeito da droga e a dificuldade de o policiamento conter o problema.

Esta análise de conteúdo identificou a seguinte agenda de atributos para a cobertura do consumo do *crack* examinada a partir das imagens e do texto que constituíram a reportagem *Bandos assaltam cidadãos nas ruas do Centro do Rio*, produzida por Tchao, o que forma a Categoria Atributos, conforme o Quadro 16.

**Quadro 16 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem *Bandos assaltam cidadãos nas ruas do Centro do Rio***

Atributos relacionados ao consumo do <i>crack</i> na reportagem	Trecho da reportagem
Consumo do <i>crack</i> é um problema de segurança pública.	Cabeça lida pelo apresentador William Bonner; cabeça lida pela apresentadora Patrícia Poeta; off do repórter; sonora com representante do Exército; passagem e off do repórter; sonora com comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro; imagens da repressão policial; cenas de violência e consumo de <i>crack</i> ; imagens de furtos e roubos; imagem gráfica com o número de roubos e furtos praticados na região; sonora com pedestre e nota pé do apresentador William Bonner.
Aumento da violência e criminalidade.	Cabeça lida pelo apresentador William Bonner; cabeça lida pela apresentadora Patrícia Poeta; off do repórter; sonora com representante do Exército; passagem e off do repórter; sonora com comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro; sonora com pedestre; imagens de furtos e roubos; cenas de violência e consumo de <i>crack</i> ; imagem gráfica com o número de roubos e furtos praticados na região.
Problema só pode ser combatido pela força policial.	Sonora com representante do Exército; sonora com comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro e nota pé do apresentador William Bonner.

Fonte: Elaboração própria



A reportagem de Eduardo Tchao enquadrando a cobertura jornalística do consumo do *crack* nos enquadramentos noticiosos temáticos de segurança pública (1) e violência (2), apresentando interpretações dominantes acerca do assunto, cujo segmento do enquadramento foi plural-fechado com foco na violência. No que concerne aos atributos, a cobertura jornalística do consumo do *crack* e as implicações sociais da droga na reportagem de Eduardo Tchao no *Jornal Nacional* realçou que: o consumo do *crack* é um problema de segurança pública (1); o consumo da droga é responsável pelo aumento da violência e da criminalidade (2); os usuários de *crack* são indivíduos dominados pela droga (3) e que o problema só pode ser combatido por uso da força policial (4).

- **Consumo do *crack* é um problema social crônico que persiste, gera violência e pode ser solucionado com medicalização e internação**

A reportagem de César Galvão ouviu um psiquiatra e pesquisador da Unifesp, a secretária de Justiça do Estado de São Paulo e um pedestre como fontes de informação. Com base em estudo da Unifesp sobre a mudança de comportamento dos usuários de *crack* após as ações do governo, a reportagem recebeu três tipos de enquadramentos noticiosos temáticos: problema social crônico (1), violência (2) e saúde pública (3). Na reportagem, César Galvão mostrou que, mesmo com as ações da Prefeitura de São Paulo na região conhecida como cracolândia, o consumo do *crack* persiste em plena luz do dia, embora os hábitos de consumo tenham sido alterados em função da repressão. As imagens mostraram a rotina dos usuários de *crack*, da venda, do consumo, do tráfico e da rotina de assaltos. O personagem da reportagem – um pedestre que passava pelo local – explicou o contexto de violência gerado pelo consumo da droga.

Em entrevista concedida para este trabalho, César Galvão (2017) afirmou que o problema do consumo de *crack* em São Paulo existe há mais de 25 anos na região da cracolândia, em São Paulo, e que não é possível definir se o consumo do *crack* é problema de saúde, segurança ou social:

[...] e aí não dá para particularizar mais se é um problema de segurança pública, de saúde, de família, social. Foi a falta dessa união [...] que fez com que aquilo crescesse e se tornasse ali algo frequente e difícil de se resolver no centro de São Paulo. Por exemplo, a polícia vai lá e apreende uma quantidade de drogas, prende algumas pessoas. O consumo não para. Daqui uma hora, meia hora, vão vir outros traficantes, vai ter mais droga chegando de vários pontos de São Paulo. (GALVÃO, 2017)

O repórter esclareceu, em entrevista, que o problema é complexo e depende da ação conjunta dos setores públicos envolvidos. Porém, Galvão (2017) entende que a descontinuidade das ações do Estado prejudica a solução do problema. Ainda segundo o repórter, o fato de a Justiça não aceitar a internação compulsória dificultaria ainda mais a redução do uso da droga porque, segundo ele, o indivíduo viciado em *crack* não consegue aceitar, voluntariamente, o tratamento. O repórter lembrou a iniciativa da gestão da Prefeitura de São Paulo de recompensar financeiramente os usuários de *crack* que trabalhassem em programa da prefeitura:

Elas aceitaram o trabalho, a gente teve notícia até de gente que parou, deixou de usar o *crack*. Só que esse serviço não tem continuidade. Se não tem continuidade, se a pessoa de um dia para o outro não tem mais o trabalho, não tem o dinheiro, não tem a dignidade, ela volta para o *crack*. Eu acho que a questão da troca é importante sim. É preciso criar serviços, criar locais para que essas pessoas saíssem dali e fizessem alguma atividade. (GALVÃO, 2017)

A ponderação feita por Galvão (2017) em entrevista parece convergir para o que Hart (2014) esclarece sobre consumo do *crack*. A partir das pesquisas realizadas em laboratório pelo neurocientista, as pessoas buscam recompensas por meio das drogas e não são meros escravos da ânsia pelo uso do *crack*, o que torna possível fazer escolhas racionais quando o ambiente oferece a possibilidade de escolher. Embora a reportagem de Galvão relacione o consumo do *crack* com a violência e com a saúde pública, apresentando a medicalização e a internação como alternativas para solução do problema, identificamos que o repórter entende que o consumo de *crack* é um problema social complexo e que, para ser solucionado, precisa de uma ação conjunta de diferentes setores do Estado e da sociedade. O repórter também reconhece que, em um contexto em que é ofertado ao usuário de *crack* a possibilidade de fazer escolhas e optar por recompensas, há condições de mudança da realidade social desses usuários da droga.

Esta análise de conteúdo identificou a seguinte agenda de atributos para a cobertura do consumo do *crack* examinada a partir das imagens e do texto que constituíram a reportagem *Intervenção do governo não diminui consumo de crack em São Paulo*, de César Galvão, o que forma a Categoria Atributos, conforme o Quadro 17.

**Quadro 17 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do *crack* na reportagem *Intervenção do governo não diminui consumo de crack em São Paulo***

Atributos relacionados ao consumo do <i>crack</i> na reportagem	Trecho da reportagem
Persistência do consumo do <i>crack</i> nas ruas	<i>Cabeça</i> lida pelo apresentador William Bonner; <i>off</i> e <i>passagem</i> do repórter; imagens que mostram o consumo do <i>crack</i> na região da cracolândia em São Paulo; <i>sonora</i> com pedestre; imagens aéreas; <i>sonora</i> com psiquiatra e pesquisador da Unifesp.
Pesquisas científicas reforçam que o problema continua existindo	<i>Cabeça</i> lida pelo apresentador William Bonner; <i>off</i> e <i>passagem</i> do repórter; imagens que foram apresentados ao longo da reportagem que comprovam a persistência do consumo da droga.
Registros de violência	<i>Off</i> do repórter e cenas de violência de usuários de <i>crack</i> ; <i>sonora</i> com pedestre; imagens aéreas e do consumo do <i>crack</i> ;
Problema do <i>crack</i> é de saúde pública com foco na medicalização e na internação.	<i>Sonora</i> com uma representante da secretaria de Justiça do Estado de São Paulo; <i>sonora</i> com psiquiatra e pesquisador da Unifesp.

Fonte: Elaboração própria

A reportagem de César Galvão enquadrou a cobertura jornalística do consumo do *crack* nos enquadramentos noticiosos temáticos de problema social crônico (1), saúde pública (2) e violência (3), apresentando interpretações dominantes acerca do assunto, cujo segmento do enquadramento foi plural-fechado com foco na violência. No que concerne aos atributos, a cobertura jornalística do consumo do *crack* e as implicações sociais da droga na reportagem de César Galvão no *Jornal Nacional* realçou que: o consumo do *crack* é um problema que persiste nas ruas de São Paulo (1), as pesquisas científicas reforçam que o problema continua existindo (2), o consumo do *crack* gera violência (3) e o problema é de saúde pública com foco na medicalização e internação (4).

- **Consumo de *crack* é um problema recorrente, de difícil solução, gerador de violência e transtornos para a sociedade, cuja possibilidade de solução está na medicalização e na internação**

A reportagem de César Galvão exibida no *Jornal Nacional* sobre o consumo de *crack* e as implicações sociais da droga ouviu um ciclista, um menino de 12 anos usuário de *crack*, um comerciante e uma proprietária de uma autoescola na região da Zona Sul da cidade de São Paulo. Baseada em cenas da realidade e na percepção e no relato dos moradores dessa região de São Paulo sobre o contexto que envolve o consumo do *crack*, a reportagem recebeu quatro tipos de enquadramentos noticiosos temáticos: problema social crônico (1), segurança pública (2); violência (3) e saúde pública (4). A segunda reportagem de César Galvão exibida no *Jornal Nacional* em 2012 mostrou que o consumo do *crack* persiste em plena luz do dia e tem incomodado moradores e trabalhadores daquela região, gerando transtornos e violência. Os estudos de Sena (2011) revelam a necessidade de debater a hegemonia da mídia na construção dos discursos sobre a violência. Embora a violência esteja presente no cotidiano das pessoas no contexto familiar, de trânsito, atingindo, por vezes, toda a sociedade de forma indiscriminada, é a violência associada ao uso de drogas ilícitas e ao contexto dos envolvidos em torno delas – traficantes e usuários – veiculada na mídia que corrobora o contexto de violência urbana. A reportagem de César Galvão foi produzida com base na declaração de personagens, entre eles: comerciantes, ciclistas e um menino de 12 anos usuário de *crack*. Ao final da reportagem, o apresentador Heraldo Pereira, por meio de uma *nota pé*, repassou informação sobre a rede de atendimento da Prefeitura de São Paulo e do que vinha sendo feito para resolver o problema da região.

A reportagem de César Galvão apresentou a cobertura do consumo do *crack* como problema recorrente nas ruas da cidade de São Paulo, cuja principal consequência é a violência e a insegurança. Embora o consumo do *crack* seja apresentado como problema crônico de segurança pública porque acarreta violência, a reportagem de Galvão apresenta, por meio da *nota pé* lida pelo apresentador Heraldo Pereira, a rede de assistência ao dependente químico da Prefeitura de São Paulo, localizando o problema como de saúde pública cuja solução consiste na medicalização e na internação dos usuários de *crack*.

Galvão (2017) esclarece, em entrevista concedida para esta pesquisa, que o consumo do *crack* é um problema recorrente há mais de 25 anos no Brasil e que a

ação da prefeitura, da polícia e da assistência social é só um paliativo para o problema: “[...] se você passar lá agora, uma boa parte daquelas pessoas que tinham saído voltaram. E muitas delas chegaram a aceitar o atendimento de saúde, mas o tratamento não teve continuidade e ela continua tendo a droga disponível”. Embora Galvão considere que o consumo do *crack* é um problema social que existe no Brasil há pelo menos 25 anos, o repórter reitera os critérios de seleção do *Jornal Nacional* baseados na ocorrência de um fato novo:

O *crack*, por exemplo, é tema. Basta que o *crack* tenha um fato novo, como em maio, por exemplo, que teve aquela grande operação na cracolândia, que eles tiraram as barracas, apreenderam drogas. [...] Então, quando tem um fato, o jornal publica, né? [...] Tem que ter um fato novo. (GALVÃO, 2017)

A fala do repórter extraída da entrevista concedida para esta pesquisa reforça o discurso de Bonner (2009) sobre o caráter factual do telejornal:

Os temas factuais representam a ‘perna’ mais forte do JN. Os temas de atualidade são um apoio muito bem-vindo e a importância deles reside no fato de permitirem que o espectador compreenda fenômenos, acontecimentos contemporâneos, dentro do contexto em que se dão. (BONNER, 2009, p. 19)

A reportagem de César Galvão exibida no *Jornal Nacional* apresenta enquadramentos interpretativos de que o consumo do *crack* é um problema social crônico que persiste mesmo com a atuação das instituições relacionadas à questão, que o consumo do *crack* gera violência e insegurança, que a ação da polícia é insuficiente para conter o problema e que, embora o consumo do *crack* seja um problema de difícil solução, a medicalização e a internação se apresentam como possibilidade de conter ou reduzir os impactos do consumo da droga. Além disso, a reportagem de Galvão inclui as interpretações excluídas, identificadas pelas *sonoras* com um adolescente dependente de *crack*, com um comerciante e com um ciclista. Somente ao final da reportagem, o apresentador Heraldo Pereira lê uma *nota pé* da Prefeitura de São Paulo que apresenta a rede de atendimento a dependentes químicos na cidade. A *nota pé*, localizada ao final da reportagem e, portanto, com um caráter conclusivo sobre o assunto, pertence à interpretação dominante e tem por finalidade encerrar o discurso do telejornal sobre o tema. No que concerne ao segmento dos enquadramentos interpretativos, a reportagem de César Galvão

exibida no *Jornal Nacional* é do tipo plural-fechado, privilegiando o enquadramento relativo à violência em detrimento dos demais enquadramentos apresentados.

- **Agenda de atributos da reportagem *Nova cracolândia assusta moradores da Zona Sul de São Paulo*, de César Galvão**

Nesta análise de conteúdo, consideramos identificar a agenda de atributos para a cobertura do consumo do *crack*. Para isso, examinamos as imagens e o texto que constituíram a reportagem *Nova cracolândia assusta moradores da Zona Sul de São Paulo*, de César Galvão, o que forma a Categoria Atributos, conforme o Quadro 18.

**Quadro 18 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do *crack* na reportagem *Nova cracolândia assusta moradores da Zona Sul de São Paulo***

<b>Atributos relacionados ao consumo do <i>crack</i> na reportagem</b>	<b>Trecho da reportagem</b>
Persistência do consumo do <i>crack</i> nas ruas	<i>Cabeça</i> lida pelo apresentador Heraldo Pereira; <i>off</i> do repórter; imagens mostrando o consumo do <i>crack</i> e cenas de mendicância; <i>sonora</i> com ciclista, com comerciante e com uma dona de autoescola; <i>sonora</i> com um adolescente de idade usuário de <i>crack</i> ; <i>passagem</i> do repórter.
Problema do consumo de <i>crack</i> é um problema de segurança pública	<i>Off</i> do repórter; <i>passagem</i> do repórter; imagens com blitz realizada pela polícia; <i>sonora</i> e imagens que mostram uma proprietária de uma autoescola reforçando a segurança do estabelecimento; <i>sonora</i> com comerciante e ciclista; imagens do consumo do <i>crack</i> em plena luz do dia.
Problema do consumo de <i>crack</i> atinge a população	<i>Sonoras</i> com comerciante, ciclista, proprietária de autoescola; imagens do consumo do <i>crack</i> ; <i>off</i> do repórter.
Registros de violência	<i>Sonoras</i> com comerciante, ciclista, proprietária de autoescola; imagens do consumo do <i>crack</i> ; <i>off</i> do repórter.
Problema do consumo do <i>crack</i> é de saúde pública com foco na medicalização e na internação	<i>Nota pé</i> lida pelo apresentador Heraldo Pereira.

Fonte: Elaboração própria

A reportagem de César Galvão enquadrou a cobertura jornalística do consumo do *crack* nos enquadramentos noticiosos temáticos de problema social crônico (1), segurança pública (2), violência (3) e saúde pública (4), apresentando interpretações excluídas e dominantes ao final da reportagem. O segmento do enquadramento foi plural-fechado com foco na violência. No que concerne aos atributos, a cobertura

jornalística do consumo do *crack* e as implicações sociais da droga na reportagem de César Galvão no *Jornal Nacional* realçou que: o consumo do *crack* é um problema social crônico (1); é um problema de segurança pública (2); o consumo do *crack* gera violência (3); atinge a população (4) e é considerado problema de saúde pública com foco na medicalização e internação (5).

- **Consumo do *crack* é problema de polícia e se torna uma epidemia no Brasil**

A reportagem de Giuliano Tamura exibida no *Jornal Nacional* sobre o consumo de *crack* e as implicações sociais da droga ouviu um delegado de polícia e ilustrou o fato com áudios oriundos de interceptações telefônicas – entre usuários de *crack* e traficantes – autorizadas pela Justiça e fornecidas ao telejornal. A reportagem recebeu três tipos de enquadramentos noticiosos temáticos – segurança pública (1), violência (2) e problema epidêmico (3) – e mostrou que o tráfico de *crack* chegou a municípios de pequeno porte, como Borebi, no interior de São Paulo, e atingiu trabalhadores rurais da região. Os enquadramentos noticiosos temáticos – segurança pública (1) e violência (2) – foram identificados durante a reportagem quando o apresentador Heraldo Pereira leu a *cabeça* da reportagem, bem como durante o *off* e a *passagem* do repórter, e as interceptações telefônicas realizadas pela polícia. Além disso, os dois enquadramentos foram observados a partir da fala de um delegado de polícia que explica como o tráfico acontece na região. Na mesma *sonora* do delegado, identificamos o enquadramento noticioso temático de problema epidêmico, quando a fonte afirmou que não existe mais área livre do *crack* no Brasil.

Embora a reportagem tenha divulgado que o consumo do *crack* assumiu caráter epidêmico no Brasil, pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 2014 revelou que, somando as capitais e o Distrito Federal, o consumo de *crack* no Brasil atinge 0,81% da população do país, o que representa um total de 370 mil usuários regulares da droga. A investigação esclareceu também que a droga mais consumida no país não é o *crack*, mesmo que, por vezes, os noticiários brasileiros divulguem uma “epidemia do *crack*” no Brasil. Em entrevista para esta pesquisa, Tamura (2017) reafirmou a ideia de que o consumo do *crack* se alastrou pelo país:

Eu acho assim: o assunto do *crack* tem despertado o interesse nos jornais de rede nacional. Isso aí é sem dúvida. Agora você imagina no interior do Brasil a prisão de pessoas ligadas a essa questão aí da droga, chama ainda mais a atenção, porque eu acho que, por um determinado momento, essa questão do consumo do *crack* ficou um pouco mais restrita às grandes capitais: São Paulo, Rio, Brasília. (TAMURA, 2017)

Tamura (2017) acredita que o *Jornal Nacional* incluiu a respectiva reportagem na pauta do telejornal porque o consumo do *crack* já não se restringia mais aos grandes centros urbanos. Uma parte da entrevista concedida para esta pesquisa ajuda a compreender a perspectiva do repórter em relação à agenda do telejornal:

É, eu acredito que por qual motivo o Rio bateu o martelo, primeiro: que o *crack* é realmente um assunto de saúde pública, né? Não só hoje, mas é um assunto de saúde pública. Segundo: é o interior do Brasil. Ou seja, a gente não tá contando mais um caso de *crack* numa grande cidade brasileira, como Fortaleza, Salvador, Porto Alegre, Curitiba, São Paulo ou Rio. Mas no interior do estado. E aí eu acho que isso acaba despertando, né, o interesse para a questão de que essa droga realmente, infelizmente, não está mais restrita a grandes centros ou populações de grandes centros que viviam um pouco zumbis, vamos dizer assim. Isoladas em algumas áreas nessas grandes cidades. Mas como o todo, até em cidades pequenas do Brasil”. Apesar de o repórter salientar que um primeiro motivo pelo qual o *Jornal Nacional* tenha incluído a reportagem na agenda tenha sido o fato de o consumo do *crack* ser um problema de saúde pública, em nossa análise, identificamos que a reportagem não enquadra o assunto como sendo de saúde pública. (TAMURA, 2017)

Ao analisar a reportagem de Giuliano Tamura exibida no *Jornal Nacional*, identificamos que os enquadramentos interpretativos que prevaleceram na reportagem analisada foram: o consumo do *crack* é um problema epidêmico no país, um problema de segurança pública e gera violência nas pequenas cidades do interior do país. Além disso, verificamos que a reportagem de Giuliano Tamura inclui a interpretação dominante, por meio da *sonora* com o delegado. As interpretações excluídas aparecem na reportagem sob a forma de áudios oriundos de interceptações telefônicas e demonstram o poder e a coação exercidos pelos traficantes em relação aos usuários de *crack*, quase sempre fragilizados diante das ameaças. No que concerne ao segmento dos enquadramentos interpretativos, a reportagem de Giuliano Tamura exibida no *Jornal Nacional* é do tipo plural-aberto, pois não privilegia um enquadramento em detrimento de outro.



- **Agenda de atributos da reportagem *Policiais prendem 40 pessoas que vendiam pedras de crack para trabalhadores rurais*, de Giuliano Tamura**

Nesta análise de conteúdo, consideramos identificar a agenda de atributos para a cobertura do consumo do *crack*. Para isso, examinamos as imagens e o texto que constituíram a reportagem *Policiais prendem 40 pessoas que vendiam pedras de crack para trabalhadores rurais*, de Giuliano Tamura, o que forma a Categoria Atributos, conforme o Quadro 19.

**Quadro 19 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do *crack* na reportagem *Policiais prendem 40 pessoas que vendiam pedras de crack para trabalhadores rurais***

<b>Atributos relacionados ao consumo do <i>crack</i> na reportagem</b>	<b>Trecho da reportagem</b>
Consumo de <i>crack</i> é um problema de segurança pública	<i>Cabeça</i> lida pelo apresentador Heraldo Pereira; <i>off e passagem</i> do repórter; imagens dos traficantes presos; <i>sonora</i> com um delegado de polícia; áudios das interceptações feitas pela polícia.
Consumo do <i>crack</i> gera violência	Áudios das interceptações feitas pela polícia; <i>off e passagem</i> do repórter; <i>sonora</i> com o delegado de polícia e <i>nota pé</i> do apresentador Heraldo Pereira.
Consumo do <i>crack</i> é uma epidemia no Brasil	<i>Sonora</i> com um delegado de polícia.
Não existe localidade livre do vício em <i>crack</i>	<i>Sonora</i> com um delegado de polícia.

Fonte: Elaboração própria

A reportagem de Giuliano Tamura enquadrou a cobertura jornalística do consumo do *crack* nos enquadramentos noticiosos temáticos de segurança pública (1), violência (2) e problema epidêmico (3), apresentando interpretações dominantes sobre o assunto, embora as interceptações telefônicas realizadas pela polícia com autorização da Justiça possam ser compreendidas como interpretações excluídas. O segmento do enquadramento foi plural-aberto. No que concerne aos atributos, a cobertura jornalística do consumo do *crack* e as implicações sociais da droga na reportagem de Giuliano Tamura no *Jornal Nacional* realçou que: o consumo do *crack* é um problema de segurança pública (1), que gera violência (2); o consumo do *crack* é uma epidemia no Brasil (3) e não existe localidade livre do vício em *crack* (4).

- **Consumo de crack é problema de saúde pública no *Jornal Nacional*, embora as fontes de informação não sejam da área de saúde pública**

A reportagem de Pedro Bassan exibida no *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga ouviu duas fontes: uma juíza da Infância e da Juventude e uma coordenadora de abrigo. A reportagem recebeu dois tipos de enquadramentos noticiosos temáticos: saúde pública (1) e humanizado (2). Embora a reportagem tenha sido enquadrada na temática de saúde pública e apesar de as informações apresentadas na reportagem terem relação com dados sobre mulheres grávidas usuárias de *crack* e apresentar as consequências geradas para os bebês de mães viciadas na droga, nenhuma fonte era diretamente vinculada à área de saúde. Em entrevista, Bassan (2017) explicou que o *crack* foi a droga que tornou evidente que a questão das drogas é de saúde pública:

[...] atingiu uma dimensão tal, que só pelo aspecto da saúde pública a gente pode ter solução. [...] E eu acho que o grau de agressividade da droga, do *crack*, ela também faz com que os dependentes, os adictos, como queira chamar, eles não podem ser tratados como bandidos, eles estão uma situação clara de uma dependência que precisa de tratamento, né?. (BASSAN, 2017)

Llistó (2011) salienta o fato de que o foco na medicalização dos usuários de droga desconsidera questões individuais e sociais em um contexto socioantropológico e contribui para etiquetar os indivíduos usuários de drogas segundo estereótipos construídos socialmente e que supõem estigmatização. O posicionamento de Llistó (2011) dialoga com o de Hart (2014), já que o neurocientista reconhece que o verdadeiro problema dos usuários de *crack* está associado a problemas do cotidiano, como o suprimento das necessidades essenciais para a sobrevivência do indivíduo, embora a ânsia de usar a droga seja, via de regra, apontada como principal problema.

O enquadramento humanizado é identificado nos trechos em que o repórter usa expressões como *acolher* – referindo-se ao trabalho da assistência social em relação aos usuários de *crack* – e *como as maiores vítimas do crack são as que nunca usaram a droga* – referindo-se aos bebês de mães viciadas em *crack*. Em entrevista, o repórter explicou que o ponto de partida é o caráter factual dos acontecimentos. No caso da reportagem veiculada, Bassan (2017) explicou que: “[...] O primeiro reflexo é o trânsito, quando causa o primeiro congestionamento, né? Agora a gente tenta evidentemente desse o primeiro momento tentar olhar mais e descobrir o que é que

tá acontecendo, causas, consequência do problema. [...]”. Nesse trecho da entrevista, Bassan (2017) tentou esclarecer que a reportagem foi além do fato meramente factual, procurando as relações de causas e consequências, aprofundando e humanizando a pauta. Identificamos ainda que, em certa medida, a reportagem reflete aspectos de como o repórter interpreta, na visão pessoal, o consumo do *crack*.

Ao analisar a reportagem de Pedro Bassan exibida no *Jornal Nacional*, identificamos que os enquadramentos interpretativos que prevaleceram na reportagem foram de que o consumo do *crack* é um problema de saúde pública com foco no tratamento, na internação compulsória, que os usuários de *crack* são indivíduos dominados pela droga e uma tentativa de humanizar a forma de retratar o consumo do *crack* e as implicações sociais decorrentes do uso da droga na reportagem. Além disso, verificamos que a reportagem de Pedro Bassan incluiu a interpretação dominante, por meio da *sonora* com uma juíza da Infância e da Juventude, e a interpretação excluída, por meio da *sonora* com uma coordenadora de abrigo. No que concerne ao segmento dos enquadramentos interpretativos, a reportagem é do tipo plural-fechada, pois privilegia o enquadramento em saúde pública em detrimento do enquadramento humanizado. A reportagem não usou fontes de informação da área de saúde pública, todavia o discurso da reportagem é todo voltado para a questão de saúde.

- **Agenda de atributos da reportagem *Vício do crack faz aumentar número de órfãos e crianças abandonadas no Rio de Janeiro*, de Pedro Bassan**

Nesta análise de conteúdo, consideramos identificar a agenda de atributos para a cobertura do consumo do *crack*. Para isso, examinamos as imagens e o texto que constituíram a reportagem *Vício do crack faz aumentar número de órfãos e crianças abandonadas no Rio de Janeiro*, de Pedro Bassan, o que forma a Categoria Atributos, conforme o

Quadro 20.

**Quadro 20 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem Vício do crack faz aumentar número de órfãos e crianças abandonadas no Rio de Janeiro**

Atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem	Trecho da reportagem
Consumo de crack é um problema de saúde pública com foco na internação compulsória	<i>Cabeça</i> lida pela apresentadora Patrícia Poeta; <i>off</i> e <i>passagem</i> do repórter; <i>sonora</i> com uma juíza da Infância e Adolescência; <i>nota pé</i> da apresentadora Patrícia Poeta; imagens de usuários de crack fugindo da abordagem realizada pelas equipes; imagens de recém-nascidos, filhos de mães viciadas em crack.
Usuários de crack “dominados” pela droga	Off do repórter. Imagem de usuários de crack consumindo a droga em plena luz do dia; imagens de usuários de crack atravessando as vias de trânsito sem cuidado.
Tentativa de humanizar o consumo de crack	Off do repórter; <i>passagem</i> do repórter. Imagens de recém-nascidos.

Fonte: Elaboração própria

A reportagem de Pedro Bassan enquadrrou a cobertura jornalística do consumo do crack nos enquadramentos noticiosos temáticos de saúde pública (1) e humanizado (2), apresentando interpretações dominantes e excluídas sobre o assunto. O segmento do enquadramento foi plural-fechado, já que o segmento de enquadramento que prevaleceu na reportagem foi o de saúde pública, em detrimento do humanizado. No que concerne aos atributos, a cobertura jornalística do consumo do crack e as implicações sociais da droga na reportagem de Pedro Bassan no *Jornal Nacional* realçou que: o consumo do crack é um problema de saúde pública com foco na internação compulsória (1); que os usuários da droga são indivíduos dominados pelo crack (2) e houve tentativa da reportagem de humanizar o consumo do crack (3).

- **Consumo do crack é problema de saúde pública, epidêmico e crônico no *Jornal Nacional***

A reportagem de Pedro Bassan exibida no *Jornal Nacional* sobre o consumo do crack e as implicações sociais da droga contou com, somente, uma fonte de informação: um pesquisador da Fiocruz. A reportagem recebeu três tipos de enquadramentos noticiosos temáticos: saúde pública (1), problema epidêmico (2) e problema social crônico (3). A fonte de informação – um pesquisador da Fiocruz – aponta que ações, programas e medidas tomadas pelo governo federal e pela Prefeitura do Rio de Janeiro são importantes, embora a oferta desses recursos não

aconteça de forma igualitária nas diferentes comunidades, o que configura fornecimento do atendimento insuficiente. Em entrevista, Bassan (2017) reconhece que o consumo do *crack* é um problema maior do que a sociedade está preparada para enfrentar:

[...] mas como a gente vê o *crack* é um problema que está escapando entre os nossos dedos e acho que os dedos de todos né, de todos que lidam com o problema, por mais que seja o bem geral mas enfim, o problema parece maior que a gente tava preparado para enfrentar, né?. (BASSAN, 2017)

A declaração do repórter em entrevista reflete que a reportagem ilustra, de certa forma, uma visão sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga, um determinado posicionamento em relação à questão. Identificamos que a reportagem, do modo como foi produzida e apresentada, reflete aspectos ou recortes da realidade e estão em consonância com a visão que o repórter tem sobre a questão.

Ao analisar a reportagem de Pedro Bassan exibida no *Jornal Nacional*, identificamos que os enquadramentos interpretativos que prevaleceram foram de que o consumo do *crack* é um problema de saúde pública com foco no tratamento, na internação compulsória, que os usuários de *crack* são indivíduos dominados pela droga, que o consumo do *crack* é uma epidemia no Brasil e que, embora as autoridades busquem alternativas para reduzir o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga por meio de programas e medidas, o consumo da droga persiste nas ruas do Rio de Janeiro. Além disso, verificamos que a reportagem de Pedro Bassan incluiu a interpretação dominante, por meio da *sonora* com um pesquisador da Fiocruz. No que concerne ao segmento dos enquadramentos interpretativos, a reportagem de Pedro Bassan exibida no *Jornal Nacional* é do tipo plural-fechada, pois privilegia o enquadramento em saúde pública em detrimento do enquadramento problema epidêmico e problema social crônico. Segundo Porto (2002), a classificação da forma dos segmentos de conteúdo da mídia permite identificar que, embora a mídia apresente determinada diversidade de enquadramentos, contribui para privilegiar uma interpretação em detrimento de outra, geralmente promovida pelas fontes oficiais. Desse modo, o segmento plural-fechado tem tendência a oferecer um enquadramento interpretativo mais restrito aos telespectadores acerca do assunto abordado.

- **Agenda de atributos da reportagem *Novos flagrantes de usuários de crack são registrados no Rio de Janeiro*, de Pedro Bassan**

Nesta análise de conteúdo, consideramos identificar a agenda de atributos para a cobertura do consumo do *crack*. Para isso, examinamos as imagens e o texto que constituíram a reportagem *Novos flagrantes de usuários de crack são registrados no Rio de Janeiro*, de Pedro Bassan, o que forma a Categoria Atributos, conforme o Quadro 21.

**Quadro 21 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem *Novos flagrantes de usuários de crack são registrados no Rio de Janeiro***

<b>Atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem</b>	<b>Trecho da reportagem</b>
Consumo de <i>crack</i> é um problema de saúde pública com foco na internação compulsória	<i>Off</i> do repórter; <i>sonora</i> com um pesquisador da Fiocruz; <i>nota pé</i> lida pela apresentadora Patrícia Poeta.
Usuários de <i>crack</i> “dominados” pela droga	<i>Off</i> do repórter; <i>passagem</i> do repórter; imagens de usuários de <i>crack</i> atravessando a Avenida Brasil; imagens da cracolândia; imagens do consumo de <i>crack</i> .
Consumo de <i>crack</i> é uma epidemia no Brasil	<i>Off</i> do repórter; arte gráfica com dados do programa de enfrentamento ao <i>crack</i> ; arte gráfica com dados do Ministério da Saúde.
Persistência do consumo de <i>crack</i> nas ruas	<i>Off</i> do repórter; <i>passagem</i> do repórter; imagens da cracolândia; imagens do consumo de <i>crack</i> .

Fonte: Elaboração própria

A reportagem de Pedro Bassan enquadrou a cobertura jornalística do consumo do *crack* nos enquadramentos noticiosos temáticos de saúde pública (1), problema epidêmico (2) e problema social crônico (3), apresentando interpretações dominantes sobre o assunto. O segmento do enquadramento foi plural-fechado, já que o segmento de enquadramento que prevaleceu na reportagem foi o de saúde pública, em detrimento dos demais. No que concerne aos atributos, a cobertura jornalística do consumo do *crack* e as implicações sociais da droga na reportagem de Pedro Bassan no Jornal *Nacional* realçou que: o consumo do *crack* é um problema de saúde pública com foco na internação compulsória (1); que os usuários da droga são indivíduos dominados pelo *crack* (2); consumo de *crack* é uma epidemia no Brasil (3) e a persistência do consumo de *crack* nas ruas do Rio de Janeiro (4).

### **12.3 Análise dos enquadramentos e dos atributos das reportagens veiculadas no *Jornal Nacional* em 2013 e das entrevistas com os respectivos repórteres**

Do total de 11 reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga veiculadas em 2013 pelo *Jornal Nacional*, cinco serão objeto de nossa análise, uma vez que correspondem a reportagens produzidas pelos repórteres César Menezes, Lília Teles, Giulliana Morrone e Renato Biazzi no que concerne à Categoria Enquadramento e à Categoria Atributos.

- **Consumo de *crack* é problema de segurança pública, saúde pública e representa uma epidemia no país, pois já se tornou problema social crônico**

A reportagem de César Menezes exibida no *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga contou com três fontes de informação: um representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, um secretário de Segurança Pública de São Paulo e uma pesquisadora da Unifesp. A reportagem recebeu quatro tipos de enquadramentos noticiosos temáticos: segurança pública (1), saúde pública (2), problema social crônico (3), problema epidêmico (4). O enquadramento noticioso temático em segurança pública é reforçado pela fala das fontes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pela fala do secretário de segurança pública, que reiteram a dificuldade de solucionar o problema do consumo do *crack* em função do microtráfico, uma característica peculiar do tráfico de *crack*.

Os enquadramentos noticiosos temáticos em saúde pública e problema epidêmico foram identificados pela *sonora* com uma psiquiatra e pesquisadora da Unifesp que define o consumo do *crack* como epidêmico e de difícil solução. De modo geral, a *sonora* da psiquiatra reiterou a questão crônica é o consumo do *crack* e as complexas implicações sociais da droga. A reportagem trouxe também dados do caráter crônico do consumo de *crack*, fornecidos por meio de pesquisas – a pesquisa da CNM de 2014 que indica que o *crack* está presente em mais de 98% dos municípios brasileiros. Além disso, a *nota pé* do apresentador William Bonner realçou o consumo do *crack* como problema de saúde pública.

Em entrevista, Menezes (2017) salientou que o espaço de uma reportagem de TV é exíguo e que, por ser curta, uma reportagem consegue ouvir apenas algumas



fontes de informação: “Não há nem pode haver a intenção de esgotar um assunto em dois ou três minutos. Foram ouvidas as fontes necessárias para cada uma delas”, justificou o repórter, referindo-se às duas reportagens produzidas por ele – uma exibida em 2012 e a outra em 2013.

Ao analisar a reportagem de César Menezes exibida no *Jornal Nacional*, identificamos que os enquadramentos interpretativos que prevaleceram na reportagem analisada foram de que o consumo do *crack* é um problema de segurança pública, embora também seja de saúde pública com foco na internação compulsória dos usuários de *crack*, que as autoridades policiais não conseguem combater o consumo do *crack* e as implicações sociais decorrentes da droga, que usuários de *crack* são indivíduos dominados pela droga e que o consumo do *crack* persiste nas ruas da cidade de São Paulo. Além disso, a reportagem incluiu a interpretação dominante, por meio das três *sonoras* com fontes oficiais – o secretário de Segurança Pública –, com especialistas – a psiquiatra e pesquisadora da Unifesp e uma fonte oficiosa – e o representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. No que concerne ao segmento dos enquadramentos interpretativos, a reportagem é do tipo plural-fechada, pois privilegia o enquadramento em segurança pública em detrimento dos demais enquadramentos. Embora apresente uma determinada diversidade de enquadramentos na reportagem de César Menezes, o *Jornal Nacional* privilegiou uma interpretação em detrimento de outra – no caso, a abordagem de segurança pública.

- **Agenda de atributos da reportagem *Usuários de crack se misturam aos traficantes e dificultam controle da droga*, de César Menezes**

Nesta análise de conteúdo, consideramos identificar a agenda de atributos para a cobertura do consumo do *crack*. Para isso, examinamos as imagens e o texto que constituíram a reportagem *Usuários de crack se misturam aos traficantes e dificultam controle da droga*, de César Menezes, o que forma a Categoria Atributos, conforme o

Quadro 22.

**Quadro 22 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem** Usuários de crack se misturam aos traficantes e dificultam controle da droga

Atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem	Trecho da reportagem
Consumo de <i>crack</i> é um problema de segurança pública	<i>Cabeça</i> lida pelo apresentador William Bonner; <i>off</i> do repórter; imagens de venda e consumo da droga na cracolândia; imagem da repressão policial ao tráfico de drogas; imagens da equipe de reportagem se sentindo acuada; <i>passagem</i> do repórter; <i>sonora</i> com um representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; arte gráfica sobre apreensão de drogas; <i>sonora</i> com um secretário de segurança pública.
Consumo de <i>crack</i> é um problema de saúde pública com foco na internação compulsória	<i>Cabeça</i> lida pelo apresentador William Bonner; <i>off</i> do repórter; imagens de uma psiquiatra e pesquisadora da Unifesp; <i>sonora</i> com uma psiquiatra e pesquisadora da Unifesp; <i>nota pé</i> lida pelo apresentador William Bonner.
Autoridades policiais não conseguem combater o problema do consumo e do tráfico de <i>crack</i>	<i>Passagem</i> do repórter; <i>sonora</i> com um representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; arte gráfica sobre apreensão de drogas; <i>sonora</i> com um secretário de segurança pública; <i>off</i> do repórter; arte gráfica sobre apreensão de drogas;
Usuários de <i>crack</i> “dominados” pela droga	<i>Off</i> do repórter; imagens da venda e consumo do <i>crack</i> ; imagens da equipe de reportagem se sentindo acuada.
Consumo de <i>crack</i> é uma epidemia no Brasil	<i>Off</i> do repórter; imagens de uma psiquiatra e pesquisadora da Unifesp; <i>sonora</i> com uma psiquiatra e pesquisadora da Unifesp.
Persistência do consumo de <i>crack</i> nas ruas da cidade de São Paulo	<i>Cabeça</i> lida pelo apresentador William Bonner; <i>off</i> do repórter; <i>passagem</i> do repórter; imagens da venda e consumo de <i>crack</i> ; <i>sonora</i> com um representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Fonte: Elaboração própria

A reportagem de César Menezes enquadrando a cobertura jornalística do consumo do *crack* nos enquadramentos noticiosos temáticos de segurança pública (1), saúde pública (2), problema social crônico (3) e problema epidêmico (4), apresentando interpretações dominantes sobre o assunto. O segmento do enquadramento foi plural-fechado, já que o segmento de enquadramento que prevaleceu foi o de segurança pública em detrimento dos demais. No que concerne aos atributos, a cobertura jornalística do consumo do *crack* e as implicações sociais da droga na reportagem de César Menezes no *Jornal Nacional* realçou que: o consumo do *crack* é um problema de segurança pública (1); que o consumo do *crack*

é também um problema de saúde pública com foco na internação compulsória (2); que as autoridades policiais não conseguem combater o consumo e o tráfico de *crack* (3); que os usuários da droga são indivíduos dominados pelo *crack* (4); que o consumo de *crack* é uma epidemia no Brasil (5) e a persistência do consumo de *crack* nas ruas de São Paulo (6).

- **Consumo de *crack* é problema de saúde pública: não há solução sem internação compulsória dos usuários de *crack***

A reportagem de Lília Teles exibida no *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga no Rio de Janeiro contou com quatro fontes de informação: um secretário municipal de Governo, um secretário municipal de Desenvolvimento Social, uma psiquiatra e um cidadão comum que passava pelo local. A reportagem recebeu três tipos de enquadramentos noticiosos temáticos: saúde pública (1), problema epidêmico (2) e problema social crônico (3). O enquadramento noticioso temático em saúde pública é reforçado durante toda a reportagem, seja pela *cabeça* lida pelo apresentador William Bonner, seja pelos textos de *off* e *passagem* da repórter, bem como pelas *sonoras* com os secretários municipais e com a psiquiatra. Todos os argumentos apresentados conduzem para uma compreensão do problema como de saúde pública, de difícil solução, porque se tornou uma epidemia no país e, portanto, um problema social crônico.

O discurso da medicalização e da internação compulsória esteve presente em todos os momentos na reportagem, embora tenha sido possível observar que o telejornal, por meio da *nota pé* lida pelo apresentador William Bonner, fez uma crítica às medidas adotadas pela prefeitura. Na opinião da especialista – a psiquiatra – entrevistada na reportagem, é impossível manter os usuários de *crack* internados se não houver tratamento e medicalização específicos. Observamos, então, que o telejornal adota a compreensão da psiquiatra, pois, ao final, a *nota pé* do apresentador questiona exatamente essa problemática: “A Prefeitura do Rio disse ainda que os usuários recolhidos serão cuidados como pacientes, mas não explicou como vai mantê-los internados contra a vontade deles”.

Na entrevista concedida por Teles (2017) para esta pesquisa, identificamos que a repórter demonstrou compreender que a discussão sobre a internação compulsória

era muito antiga e que considerava difícil levar os usuários de *crack* para internação compulsória e mantê-los nas clínicas:

Era uma questão assim, como é que vai manter porque a gente sabe que a reincidência é uma coisa que, né... e o vício deixa todo mundo ali voltar pra aquele negócio. Então a gente acompanhou durante um tempo, mas depois a gente acabou perdendo esse fio da meada. (TELES, 2017)

Ao analisar a reportagem de Lília Teles exibida no *Jornal Nacional*, identificamos que os enquadramentos interpretativos que prevaleceram na reportagem analisada foram de que o consumo do *crack* é um problema de saúde pública, com foco na medicalização e na internação compulsória, cujos indivíduos – os usuários de *crack* – são dominados pela droga que já se tornou uma epidemia no Brasil, por isso o consumo persiste nas ruas do Rio de Janeiro. Observamos que, apesar de o consumo do *crack* receber o enquadramento hegemônico como temática de saúde pública, as duas fontes de informação entrevistadas pela repórter são secretários municipais e não têm vínculo direto com a área de saúde. Todavia, a *sonora* de ambos se refere ao tratamento, à internação e à medicalização. Desse modo, identificamos a partir dos enquadramentos interpretativos que as fontes de informação utilizadas na reportagem nem sempre são as mais adequadas para tratar o assunto.

Verificamos, ainda, que a reportagem de Lília Teles incluiu a interpretação dominante, por meio das três *sonoras*: com fontes oficiais – os secretários municipais de Governo e de Desenvolvimento Social – e com uma especialista – uma psiquiatra. A reportagem traz o tom caótico do drama vivido por quem usa *crack*, por quem convive com um usuário de *crack* ou por quem divide o espaço urbano com o usuário de *crack* por meio da interpretação excluída – *sonora* com um cidadão comum. No que concerne ao segmento dos enquadramentos interpretativos, a reportagem de Lília Teles exibida no *Jornal Nacional* é do tipo plural-fechada, pois privilegia o enquadramento em saúde pública em detrimento dos demais enquadramentos. Embora apresente uma determinada diversidade de enquadramentos na reportagem de Lília Teles, o *Jornal Nacional* privilegiou uma interpretação em detrimento de outra – no caso a abordagem de saúde pública.

- **Agenda de atributos da reportagem *Adultos dependentes de crack começam a ser internados de forma involuntária no Rio*, de Lília Teles**

Nesta análise de conteúdo, consideramos identificar a agenda de atributos para a cobertura do consumo do *crack*. Para isso, examinamos as imagens e o texto que constituíram a reportagem *Adultos dependentes de crack começam a ser internados de forma involuntária no Rio*, de Lília Teles, o que forma a Categoria Atributos, conforme o Quadro 23.

**Quadro 23 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem *Adultos dependentes de crack começam a ser internados de forma involuntária no Rio***

<b>Atributos relacionados ao consumo do <i>crack</i> na reportagem</b>	<b>Trecho da reportagem</b>
Consumo de <i>crack</i> é um problema de saúde pública, com foco na medicalização e na internação compulsória.	<i>Cabeça</i> da reportagem lida pelo apresentador William Bonner; <i>off</i> e <i>passagem</i> da repórter; <i>sonoras</i> com secretário municipal de governo; <i>sonora</i> com secretário municipal de desenvolvimento social; <i>sonora</i> com psiquiatra; <i>nota pé</i> lida pelo apresentador William Bonner; imagens da operação de recolhimento dos usuários de <i>crack</i> ; imagens do consumo de <i>crack</i> ; imagens de brigas de dependentes entre carros.
Usuários de <i>crack</i> “dominados” pela droga	<i>Off</i> da repórter; imagens de brigas de dependentes entre carros; <i>sonora</i> com secretário municipal de governo.
Persistência do consumo do <i>crack</i> nas ruas	<i>Off</i> da repórter; <i>passagem</i> da repórter; <i>sonora</i> com uma psiquiatra; imagens do consumo de <i>crack</i> .
Consumo de <i>crack</i> é uma epidemia no Brasil	<i>Off</i> da repórter; <i>passagem</i> da repórter; imagens do consumo de <i>crack</i> ; <i>sonora</i> com uma psiquiatra.
As fontes de informação utilizadas pelo telejornal na reportagem nem sempre são as adequadas para tratar o assunto	<i>Sonora</i> com secretário municipal de governo; <i>sonora</i> com secretário municipal de desenvolvimento social.

Fonte: Elaboração própria

Na reportagem de Lília Teles, observamos os enquadramentos noticiosos temáticos de saúde pública, problema epidêmico e problema social crônico, apresentando interpretações dominantes sobre o assunto, embora tenha utilizado a *sonora* com um cidadão comum para incluir interpretações excluídas. O segmento do enquadramento foi plural-fechado, já que o que prevaleceu na reportagem foi o segmento de saúde pública em detrimento dos demais. No que concerne aos atributos, a reportagem de Lília Teles no *Jornal Nacional* realçou que: o consumo do *crack* é um problema de saúde pública com foco na medicalização e internação

compulsória (1); que os usuários de *crack* são dominados pela droga (2); que o consumo do *crack* é uma epidemia no país (3); por essa razão, o consumo de *crack* persiste nas ruas do Rio de Janeiro (4) e que, uma vez que o assunto foi enquadrado hegemonicamente como temática de saúde pública, as fontes de informação utilizadas na reportagem nem sempre são as mais adequadas (5), considerando que dois secretários municipais tratam a questão pelo viés da saúde pública, mesmo não pertencendo à respectiva área.

- **Consumo de *crack* é problema de saúde pública. Todavia, usuários precisam de oportunidades para abandonar o vício em *crack***

A reportagem de Lília Teles exibida no *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack* e suas implicações sociais no Rio de Janeiro contou com duas fontes de informação: um secretário municipal de Governo e um coordenador de hospital psiquiátrico do Rio de Janeiro. A reportagem recebeu três tipos de enquadramentos noticiosos temáticos: saúde pública, problema epidêmico e problema social crônico. O enquadramento noticioso temático em saúde pública é reforçado durante toda a reportagem tanto no texto da repórter quanto nas *sonoras* com as fontes de informação. Todos os argumentos apresentados conduzem para a compreensão de que o consumo de *crack* e suas implicações sociais constituem problema grave, complexo e de difícil solução, uma vez que os dependentes químicos são retratados como dominados pelo vício, portanto sem condições de fazer escolhas racionais. “Os usuários de *crack* estão no mesmo lugar e se arriscando na frente dos carros. Alguns, de tão debilitados, não têm força para resistir à ação dos agentes”, registra o *off* da repórter (TELES, 2017).

O discurso da medicalização e da internação compulsória esteve presente em todos os momentos, embora, na *sonora*, um coordenador de atendimento do hospital psiquiátrico do Rio de Janeiro tenha ponderado que o tratamento médico é importante, mas é necessário oferecer outras possibilidades para o usuário de *crack*: “Será oferecida a oportunidade deles abandonarem aquele estilo de vida. Ao contrário que muita gente pensa, eles desejam abandonar”. A *sonora* encerra a reportagem e é significativa para a compreensão de que, embora todos os esforços do Rio de Janeiro apresentados na reportagem sejam no sentido de medicalizar e internar compulsoriamente os dependentes químicos, é necessário oferecer compensação

para esses dependentes. A partir de pesquisas, Hart (2014) defende que os usuários de *crack* têm necessidades básicas a serem supridas e que o vício não se constitui como necessidade primordial.

Em entrevista para esta pesquisa, Teles (2017) explica que o jornalista precisa aprimorar seus conhecimentos sobre o consumo de *crack* e as implicações sociais da droga. Para a repórter, o assunto é complexo:

Quanto mais você olha, tem ângulos que de repente, você nem sabe que existiam, [...] primeiro eu acho que tem várias pegadas, tem pegadas humanas, pegadas cruéis, enfim. Tem uma série de nuances desse tema que eu acho que você pode abordar, eu acho que precisa realmente, que seria necessário um aprofundamento, um contato direto com alguém que, algum pesquisador... que a gente sempre faz isso né, nessas matérias mais longas. (TELES, 2017)

A repórter diferenciou as reportagens factuais como mais curtas e as reportagens mais longas como as séries de reportagens e afirmou que as reportagens factuais podem ser feitas com o conhecimento do repórter, mas que as séries dependem de mais investimento em pesquisa e fontes: “[...] pro factual, acho que a gente consegue com o conhecimento que a gente tem, com o que você via acontecendo ali funciona, e mais uma sonora de alguém que seja inteirado daquele assunto” (TELES, 2017). Identificamos, pelo relato da repórter, que muito do que é ofertado aos telespectadores no cotidiano do *Jornal Nacional*, que se baseia fundamentalmente em reportagens factuais (BONNER, 2009), é produzido a partir dos referenciais dos jornalistas que integram a redação e que produzem a reportagem.

Ao analisar a reportagem de Lília Teles exibida no *Jornal Nacional*, identificamos que os enquadramentos interpretativos que prevaleceram na reportagem analisada foram de que o consumo do *crack* é um problema de saúde pública, com foco na medicalização e na internação compulsória, cujos indivíduos – os usuários de *crack* – são incapazes de fazer escolhas racionais, de reagir sequer à recolha dos agentes de saúde, que o consumo da droga provoca degradação do indivíduo, levando-o ao descuido com a saúde que implica o adoecimento do corpo físico e da saúde mental. Observamos que, apesar de o consumo do *crack* receber o enquadramento hegemônico como temática de saúde pública, somente uma fonte de informação entrevistada pela repórter está diretamente associada à área de saúde – um coordenador de atendimento do hospital psiquiátrico do Rio de Janeiro,



fonte que pondera a hegemonia do discurso da medicalização e da internação compulsória para solucionar o problema.

Verificamos, ainda, que a reportagem se baseou, exclusivamente, na interpretação dominante, por meio de duas *sonoras* com fontes oficiais. No que concerne ao segmento dos enquadramentos interpretativos, a reportagem é do tipo plural-fechada, pois privilegia o enquadramento em saúde pública em detrimento dos demais enquadramentos.

Embora a reportagem apresente diversidade de enquadramentos, o *Jornal Nacional* privilegiou uma interpretação em detrimento de outra – a abordagem de saúde pública com foco na medicalização e na internação compulsória dos usuários de *crack* para solucionar o problema. Entretanto, a *sonora* que encerra o material jornalístico pondera a necessidade de oferecer oportunidades para ajudar o usuário de *crack* a deixar o vício e contradiz o senso comum de que o usuário de *crack* não deseja vencer o vício em *crack*.

- **Agenda de atributos da reportagem *Usuários de crack do Rio voltam a ser vistos na Avenida Brasil*, de Lília Teles**

Nesta análise de conteúdo, consideramos identificar a agenda de atributos para a cobertura do consumo do *crack*. Para isso, examinamos as imagens e o texto que constituíram a reportagem *Usuários de crack do Rio voltam a ser vistos na Avenida Brasil*, de Lília Teles, o que forma a Categoria Atributos, conforme o Quadro 24.

**Quadro 24 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem *Usuários de crack do Rio voltam a ser vistos na Avenida Brasil***

<b>Atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem</b>	<b>Trecho da reportagem</b>
Consumo de <i>crack</i> é um problema de saúde pública, com foco na medicalização e na internação compulsória	<i>Cabeça</i> lida pelo apresentador William Bonner; <i>off</i> da repórter; <i>passagem</i> da repórter; <i>sonora</i> com secretário municipal de governo; imagens de consumo de <i>crack</i> ; imagens dos usuários sendo recolhidos por agentes de saúde.
Usuários de <i>crack</i> são indivíduos degradados	<i>Off</i> e <i>passagem</i> da repórter; imagens de consumo de <i>crack</i> .
Consumo de <i>crack</i> é uma epidemia no Brasil	<i>Cabeça</i> lida pelo apresentador William Bonner; <i>off</i> da repórter; imagens de consumo de <i>crack</i> .
Persistência do consumo do <i>crack</i> nas ruas do Rio de Janeiro	<i>Cabeça</i> lida pelo apresentador William Bonner; <i>off</i> da repórter; imagens de consumo

	de <i>crack</i> ; imagens da fachada de um hospital público.
As fontes de informação utilizadas pelo telejornal na reportagem nem sempre são as adequadas para tratar o assunto	<i>Sonora</i> com um secretário municipal de governo.
Fonte de informação na área de saúde tenta desmistificar senso comum sobre vício em <i>crack</i>	<i>Sonora</i> de um coordenador de atendimento de um hospital psiquiátrico do Rio de Janeiro.

Fonte: Elaboração própria

A reportagem de Lília Teles enquadrou a cobertura jornalística do consumo do *crack* nos temas de saúde pública (1), problema epidêmico (2) e problema social crônico (3), apresentando interpretações dominantes sobre o assunto. O segmento do enquadramento foi plural-fechado, já que prevaleceu na reportagem o segmento de saúde pública em detrimento dos demais. No que concerne aos atributos, a cobertura jornalística do consumo do *crack* e as implicações sociais da droga na reportagem de Lília Teles no *Jornal Nacional* realçou que: o consumo do *crack* é um problema de saúde pública com foco na medicalização e internação compulsória (1); que os usuários de *crack* são indivíduos degradados (2); que o consumo do *crack* é uma epidemia no país (3); por essa razão, o consumo de *crack* persiste nas ruas do Rio de Janeiro (4); que, uma vez que o assunto foi enquadrado hegemonicamente como temática de saúde pública, as fontes de informação utilizadas na reportagem nem sempre são as mais adequadas (5) e que uma fonte de informação da área de saúde tentou desmitificar o senso comum sobre o vício em *crack* (6).

- **Consumo de *crack* é responsável por dramas individuais e por devastar a vida das pessoas**

A reportagem de Giuliana Morrone sobre o consumo do *crack* e suas implicações sociais exibida no *Jornal Nacional* teve como fontes de informação um dependente químico, viciado em *crack*, e sua mãe. A reportagem recebeu três tipos de enquadramentos noticiosos temáticos: drama individual (1) e violência (2). O enquadramento noticioso temático drama individual foi identificado, pois o *Jornal Nacional* particulariza a história de um dependente químico que pediu à mãe para ser acorrentado com o objetivo de se livrar da dependência em *crack*. O enquadramento noticioso temático de violência foi identificado na *sonora* do dependente químico em que ele sinaliza que sair de casa para consumir *crack* pode leva-lo à morte.

Apesar de não registrarmos a temática de saúde pública como um enquadramento, observamos que a reportagem parte de um drama individual, de uma história que começou a mudar a partir do momento em que o drama vivido pelo dependente químico sensibilizou os vizinhos e estes conseguiram apoio de uma clínica para internar o rapaz usuário de *crack*. Assim, o discurso da medicalização e da internação esteve presente na reportagem, embora não tenha sido enquadrada nessa temática. A *cabeça* lida pela apresentadora Patrícia Poeta deu indícios de que algo aconteceria na vida do dependente químico e que mudaria a história: “Em Brasília, um rapaz tem passado os dias acorrentado para tentar se livrar da dependência do *crack*. Mas hoje essa história começou a mudar”. O *off* da repórter reforça que a internação se apresentou como alternativa para solucionar o problema: “Na rua, em Samambaia, a 30 quilômetros do centro de Brasília, todos os vizinhos sabem do vício. Um deles convenceu uma clínica particular a levá-lo para tratamento”.

Em entrevista, a repórter Giulliana Morrone (2017) esclareceu que sua percepção pessoal quanto ao sofrimento e à esperança da família chamou a atenção da equipe de reportagem. O trecho da entrevista com Morrone (2017) demonstra como a repórter compreendeu a pauta e como isso se refletiu na reportagem veiculada no *Jornal Nacional*: “Mas tem uma coisa que eu me lembro muito que foi a minha percepção do sofrimento daquela família, né? E eu me lembro muito, assim, da esperança da família. [...] O que me interessou na reportagem foi exatamente esse drama humano, né?”. Desse modo, identificamos que há uma relação no modo como o jornalista percebe a realidade social e no modo como ele escolhe retratar a realidade social. Ao analisar a reportagem e a entrevista de Morrone (2017), percebemos que há uma correspondência entre a visão de mundo da jornalista e a construção de sentidos – os enquadramentos – identificados na reportagem. Em que pese a discussão sobre a objetividade jornalística como princípio norteador do jornalismo e, ao mesmo tempo, as fragilidades do paradigma da objetividade (PORTO, 2002), os recortes da realidade social são penetrados por interpretações, enquadres, pela construção de sentidos dos atores sociais envolvidos no processo produtivo desses recortes. Isso aconteceu na reportagem de Giulliana Morrone ao retratar o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga a partir da entrevista com a repórter.

Ao analisar a reportagem de Giulliana Morrone, identificamos que os enquadramentos interpretativos que prevaleceram na reportagem analisada foram de que o consumo do *crack* é um drama individual, que a droga é devastadora e que

quem consome *crack* consome compulsivamente, que, para se livrar do vício, é necessário internar o dependente químico em clínicas especializadas e que o consumo de *crack* liga o indivíduo a contextos de violência, podendo leva-lo à morte.

Verificamos, ainda, que a reportagem de Giulliana Morrone se baseou, exclusivamente na interpretação excluída, por meio de três *sonoras*: duas com o protagonista da história – o jovem viciado em *crack* – e uma com a mãe do dependente químico. No que concerne ao segmento dos enquadramentos interpretativos, a reportagem é do tipo plural-fechada, pois privilegia o enquadramento em drama individual em detrimento do enquadramento relativo à violência. Salientamos, porém, que a reportagem indica a internação em clínicas especializadas como alternativa para solução do problema, embora a reportagem não tenha sido enquadrada na temática de saúde pública.

- **Agenda de atributos da reportagem *Homem pede para ser acorrentado para tentar se livrar da dependência do crack*, de Giulliana Morrone**

Nesta análise de conteúdo, consideramos identificar a agenda de atributos para a cobertura do consumo do *crack*. Para isso, examinamos as imagens e o texto que constituíram a reportagem *Homem pede para ser acorrentado para tentar se livrar da dependência do crack*, de Giulliana Morrone, o que forma a Categoria Atributos, conforme o Quadro 25.

**Quadro 25 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem *Homem pede para ser acorrentado para tentar se livrar da dependência do crack***

<b>Atributos relacionados ao consumo do <i>crack</i> na reportagem</b>	<b>Trecho da reportagem</b>
<i>Crack</i> é uma droga devastadora	<i>Off</i> e <i>passagem</i> da repórter; imagens do jovem acorrentado; imagens do jovem drogado sem as correntes.
Quem é viciado em <i>crack</i> , consome compulsivamente a droga	<i>Passagem</i> da repórter; <i>off</i> da repórter; imagens do jovem drogado sem as correntes; <i>sonora</i> com o jovem.
Para se livrar do vício, o indivíduo precisa ser internado em clínicas especializadas	<i>Off</i> da repórter; imagens do jovem drogado sem as correntes.
Há riscos de que o indivíduo não consiga se recuperar o vício em <i>crack</i>	<i>Off</i> da repórter; Imagens do jovem drogado e sem as correntes.
Para consumir a droga, o indivíduo comete crimes	<i>Off</i> da repórter; imagens do jovem acorrentado.
O consumo de <i>crack</i> leva à violência, por vezes, à morte	<i>Sonora</i> do jovem.

Fonte: Elaboração própria

A reportagem de Giulliana Morrone enquadrando a cobertura jornalística do consumo do *crack* nos enquadramentos noticiosos temáticos de drama individual (1) e violência (2), apresentando interpretações excluídas sobre o assunto. O segmento do enquadramento foi plural-fechado, já que prevaleceu na reportagem o drama individual em detrimento do segmento de violência. No que concerne aos atributos, a reportagem realçou que: o *crack* é uma droga devastadora (1); que quem é viciado em *crack* consome compulsivamente a droga (2); que, para se livrar do vício, é necessário internar o indivíduo em clínicas especializadas (3); que há riscos de que o indivíduo não consiga se recuperar (4); que, para consumir a droga, o indivíduo comete crimes (5) e que o consumo de *crack* leva à violência, por vezes, à morte (6).

- **Consumo de *crack* é problema de saúde pública: internação é a única alternativa para solucionar o problema, segundo o *Jornal Nacional***

A reportagem de Renato Biazzini sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga exibida no *Jornal Nacional* teve cinco fontes de informação: um juiz, o governador de São Paulo Geraldo Alckmin, um dependente químico, o pai do dependente químico e uma diarista, mãe de um usuário de *crack*. A reportagem recebeu um tipo de enquadramento noticioso temático: saúde pública (1). O respectivo enquadramento foi identificado ao longo de toda a reportagem, embora já no início – *cabeça* lida pelo apresentador William Bonner – o telejornal tenha feito uma abordagem que legitima o discurso da internação e de que o consumo do *crack* tende a ser resolvido com tratamento médico.

As *sonoras* com o pai de um dependente químico e com o indivíduo viciado em *crack*, bem como com a mãe de um dependente químico que estava aguardando para conseguir a internação do filho, corroboram a ideia de que somente a medicalização e a internação compulsória são capazes de reduzir o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga. Portanto, o único enquadramento percebido na reportagem foi o de saúde pública.

Em entrevista para esta pesquisa, o repórter Renato Biazzini (2017) esclareceu que o consumo do *crack* é um problema complexo e que “o que a gente tem visto nos últimos anos são tentativas e erros, né? Eu acho que ninguém tem a fórmula para resolver esse problema e hoje acaba nos levando a pensar que é um problema

insolúvel”. Embora a reportagem enquadre o assunto como de saúde pública, Biazzi (2017) reconhece que o problema é mais complexo e que talvez a internação não seja suficiente para solucionar o problema. O repórter admitiu que, às vezes, os recortes feitos pelo jornalismo refletem uma “pobreza de alternativas” para debater o problema: “Isso acaba se refletindo no nosso trabalho também. Talvez a gente realmente tenha que buscar outras formas de abordar esse tema, com fontes profissionais, do poder público, dos pontos acadêmicos que a gente conhece” (BIAZZI, 2017).

Ao analisar a reportagem de Renato Biazzi, identificamos que os enquadramentos interpretativos que prevaleceram na reportagem analisada foram de que o consumo do *crack* é um problema de saúde pública, com foco na internação e na medicalização, que a internação é a única possibilidade de tratamento para o dependente de *crack* e que as fontes de informação utilizadas na reportagem nem sempre são as adequadas para tratar o assunto.

Verificamos, ainda, que a reportagem mesclou interpretações dominantes, por meio de duas sonoras: com um juiz e com o governador de São Paulo Geraldo Alckmin, e interpretações excluídas: *sonoras* com dependente químico, com o pai do dependente químico e com uma diarista, mãe de um jovem viciado em *crack*. No que concerne ao segmento dos enquadramentos interpretativos, a reportagem é do tipo restrito, pois privilegia um único enquadramento.

- **Agenda de atributos da reportagem *Internação compulsória de dependentes de crack completa um mês*, de Renato Biazzi**

Nesta análise de conteúdo, consideramos identificar a agenda de atributos para a cobertura do consumo do *crack*. Para isso, examinamos as imagens e o texto que constituíram a reportagem *Internação compulsória de dependentes de crack*, de Renato Biazzi, o que forma a Categoria Atributos, conforme o Quadro 26.

**Quadro 26 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem Internação compulsória de dependentes de crack completa um mês**

Atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem	Trecho da reportagem
Consumo de <i>crack</i> é um problema de saúde pública, com foco na medicalização e na internação	<i>Cabeça</i> lida pelo apresentador William Bonner; <i>off</i> do repórter; <i>passagem</i> do repórter; <i>sonora</i> de um pai de dependente químico; <i>sonora</i> com dependente químico; imagens do pai emocionado; imagens do Catrod; imagens de atendimento no Catrod; arte gráfica sobre o número de internações realizadas; imagens de laudo médico indicando internações; <i>sonora</i> com uma diarista, mãe de um dependente de <i>crack</i> ; <i>sonora</i> com juiz; <i>sonora</i> com governador de São Paulo.
A internação é a única possibilidade de tratamento para dependentes de <i>crack</i>	<i>Cabeça</i> lida pelo apresentador William Bonner; <i>off</i> do repórter; <i>passagem</i> do repórter; <i>sonora</i> de um pai de dependente químico; <i>sonora</i> com dependente químico; imagens do pai emocionado; imagens do Catrod; imagens de atendimento no Catrod; arte gráfica sobre o número de internações realizadas; imagens de laudo médico indicando internações; <i>sonora</i> com uma diarista, mãe de um dependente de <i>crack</i> ; <i>sonora</i> com juiz; <i>sonora</i> com governador de São Paulo.
As fontes de informação utilizadas pelo telejornal na reportagem nem sempre são as adequadas para tratar o assunto	<i>Sonora</i> do juiz e <i>sonora</i> com o governador de São Paulo.
Apesar do vício em <i>crack</i> , os indivíduos conseguem fazer escolhas racionais	<i>Cabeça</i> lida pelo apresentador William Bonner e <i>sonora</i> com dependente químico.

Fonte: Elaboração própria

A reportagem de Renato Biazzi enquadrou a cobertura jornalística do consumo do *crack* no enquadramento noticioso temático de saúde pública (1), apresentando interpretações dominantes e excluídas sobre o assunto. O segmento do enquadramento foi restrito, já que prevaleceu na reportagem o segmento saúde pública. No que concerne aos atributos, a reportagem realçou que: o consumo do *crack* é um problema de saúde pública, com foco na medicalização e na internação (1); que a internação se apresenta como única possibilidade de tratamento para dependentes de *crack* (2); que as fontes de informação nem sempre são as mais adequadas para tratar o assunto (3) e que, apesar do vício em *crack*, os usuários conseguem fazer escolhas racionais (4).

#### **12.4 Análise dos enquadramentos e dos atributos das reportagens veiculadas no *Jornal Nacional* em 2014 e das entrevistas com os respectivos repórteres**

Do total de três reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga veiculadas em 2014 pelo *Jornal Nacional*, duas serão objeto de análise, uma vez que correspondem a reportagens produzidas pelos repórteres Renato Biazzi e Fábio Turci no que concerne à Categoria Enquadramento e à Categoria Atributos.

- **Consumo de *crack* é um problema social crônico que pode ser resolvido com a reinserção social dos indivíduos dependentes da droga, segundo o telejornal**

A reportagem de Renato Biazzi sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga exibida no *Jornal Nacional* contou com quatro fontes de informação: uma secretária municipal de Assistência Social, um secretário municipal de Saúde, uma psiquiatra e um dependente químico. A reportagem recebeu um tipo de enquadramento noticioso temático: problema social crônico (1). O enquadramento foi identificado pela abordagem feita pela reportagem acerca do assunto. Identificamos, na análise, que a reinserção social do indivíduo no mundo do trabalho e a oferta de condições básicas para a sobrevivência de dependentes de *crack* foram consideradas alternativas para solucionar o problema.

Embora o enquadramento dado pela reportagem ao assunto seja de problema social crônico, identificamos a hegemonia do discurso da internação e da medicalização para recuperar dependentes químicos por meio da *sonora* de uma psiquiatra que critica a iniciativa da prefeitura de oferecer trabalho, salário e moradia para os usuários de *crack*. Na visão da psiquiatra, não faz sentido promover a reinserção antes do tratamento: “[...] é uma medida ingênua, bem-intencionada, mas infelizmente boas intenções não funcionam numa situação tão grave como essa. Então, eu não vejo muita coerência de você promover a reinserção antes de fazer o tratamento”. Em entrevista para esta pesquisa, Biazzi (2017) ressalta a dificuldade de fazer coberturas sobre temas complexos que envolvem opiniões divergentes e pondera que talvez pudesse ter ouvido outras fontes que defendem a reinserção social por meio do trabalho:



[...] aquela condição, teses que profissionais defendem, questionam sobre o tratamento psiquiátrico, até contra, até mesmo contra a vontade do paciente. Tem uns que defendem um trabalho mais voltado para a redução de danos, né? Dar emprego, dar atividade, tentar atrair pessoas pra um universo de recuperação, né? Nessa matéria da psiquiatra, até olhando agora, eu acho que houve uma falha [...] também uma outra corrente, né? [...] É, mas talvez na época a gente não tinha essa polarização não estava bem desenhada. (BIAZZI, 2017)

Ao analisar a reportagem de Renato Biazzi exibida no Jornal Nacional, identificamos que os enquadramentos interpretativos que prevaleceram na reportagem foram de que o consumo do *crack* é um problema social complexo, que a Prefeitura de São Paulo tinha ações efetivas na recuperação de dependentes de *crack* e que, para que o consumo do *crack* seja solucionado, foi necessária a reinserção do indivíduo a partir de condições básicas para a sobrevivência, bem como é realçada a hegemonia do discurso da medicalização e da internação para recuperar dependentes de *crack*.

Verificamos, ainda, que a reportagem mesclou interpretações dominantes e interpretações excluídas. No que concerne ao segmento dos enquadramentos interpretativos, a reportagem é do tipo restrito, pois privilegia um único enquadramento: problema social crônico.

- **Agenda de atributos da reportagem *Dependentes químicos vão ganhar emprego, hospedagem e alimentação em São Paulo*, de Renato Biazzi**

Nesta análise de conteúdo, consideramos identificar a agenda de atributos para a cobertura do consumo do *crack*. Para isso, examinamos as imagens e o texto que constituíram a reportagem *Dependentes químicos vão ganhar emprego, hospedagem e alimentação em São Paulo*, de Renato Biazzi, o que forma a Categoria Atributos, conforme o Quadro 27.

**Quadro 27 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem Dependentes químicos vão ganhar emprego, hospedagem e alimentação em São Paulo**

Atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem	Trecho da reportagem
Consumo de <i>crack</i> é um problema social complexo	<i>Cabeça</i> lida pela apresentadora Ana Paula Araújo; <i>sonora</i> de uma psiquiatra.
Prefeitura de São Paulo tem ações efetivas para recuperar dependentes de <i>crack</i>	<i>Cabeça</i> lida pela apresentadora Ana Paula Araújo; <i>off</i> do repórter; <i>sonora</i> com secretária municipal de assistência social; <i>sonora</i> com secretário municipal de saúde; <i>sonora</i> com uma usuária de <i>crack</i> ; imagens dos barracos sendo desmontados; imagens do cadastro de dependentes químicos no programa; imagens dos hotéis cadastrados para receber os usuários de <i>crack</i> ; arte gráfica do programa “Braços Abertos”.
Para ser solucionado, o problema depende da reinserção social do indivíduo a partir de condições básicas para a sobrevivência	<i>Cabeça</i> lida pela apresentadora Ana Paula Araújo; <i>off</i> do repórter; <i>passagem</i> do repórter; imagens de barracos sendo desmontados; imagens do cadastro de dependentes químicos no programa; <i>sonora</i> com secretária municipal de assistência social; <i>sonora</i> com uma usuária de <i>crack</i> ; <i>nota pé</i> lida pela apresentadora Ana Paula Araújo.
Protagonismo de mulher viciada em <i>crack</i> no sentido de se tornar autônoma	<i>Off</i> do repórter; <i>sonora</i> com uma usuária de <i>crack</i> .
Hegemonia do discurso da internação e da medicalização para recuperar dependentes de <i>crack</i>	<i>Sonora</i> de uma psiquiatra.

Fonte: Elaboração própria

A reportagem de Renato Biazzini enquadrando a cobertura jornalística do consumo do *crack* no enquadramento noticioso temático de problema social crônico (1), apresentando interpretações dominantes e excluídas sobre o assunto. O segmento do enquadramento foi restrito, já que o segmento que prevaleceu na reportagem foi problema social crônico. No que concerne aos atributos, a reportagem realçou que: o consumo de *crack* é um problema social complexo (1); que a Prefeitura de São Paulo tem ações efetivas na recuperação de dependentes de *crack* (2); para ser solucionado, o consumo do *crack* depende da reinserção social do indivíduo a partir de condições básicas para a sobrevivência (3); protagonismo de mulher viciada em *crack* no sentido de se tornar autônoma (4) e a hegemonia do discurso da internação e da medicalização para recuperar dependentes de *crack* (5).

- **Consumo de *crack* é um problema social crônico que pode ser solucionado com a oferta de trabalho, renda e moradia**

A reportagem de Fábio Turci sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga exibida no *Jornal Nacional* contou com cinco fontes de informação: três usuários de *crack* que iniciaram o trabalho no projeto da prefeitura, uma funcionária da prefeitura e uma secretária municipal de Assistência Social. A reportagem recebeu um tipo de enquadramento noticioso temático: problema social crônico (1). O enquadramento foi identificado pela abordagem feita pela reportagem acerca do assunto. Identificamos, na análise, que a reinserção social do indivíduo no mundo do trabalho e a oferta de condições básicas para a sobrevivência de dependentes de *crack* foi apontada como alternativa para solucionar o problema do consumo de *crack* e as implicações sociais decorrentes da droga. Embora o enquadramento dado pela reportagem ao assunto seja de problema social crônico, a oferta de trabalho, renda e moradia foi considerada condição significativa para alterar a perspectiva de vida e de futuro dos usuários de *crack* entrevistados e se apresentou como alternativa viável para a redução do consumo de *crack* e das implicações sociais da droga.

Ao analisar a reportagem de Fábio Turci exibida no *Jornal Nacional*, identificamos que os enquadramentos interpretativos que prevaleceram na reportagem analisada foram de que o consumo do *crack* é um problema social complexo, que a Prefeitura de São Paulo tinha ações efetivas na recuperação de dependentes de *crack* e que, para que o consumo do *crack* seja solucionado, foi necessária a reinserção do indivíduo a partir de condições básicas para a sobrevivência, bem como o protagonismo de viciados em *crack* com direito a voz no telejornal.

Verificamos, ainda, que a reportagem mesclou interpretações dominantes e interpretações excluídas, privilegiando excluídas, uma vez que a reportagem promove o protagonismo dos usuários de *crack* que aceitaram participar do projeto, dá voz e lugar de fala para esses indivíduos no telejornal. No que concerne ao segmento dos enquadramentos interpretativos, a reportagem é do *tipo* restrito, pois privilegia um único enquadramento: problema social crônico.

- **Agenda de atributos da reportagem *Dependentes de crack têm primeiro dia de trabalho em projeto de São Paulo*, de Fábio Turci**

Nesta análise de conteúdo, consideramos identificar a agenda de atributos para a cobertura do consumo do *crack*. Para isso, examinamos as imagens e o texto que constituíram a reportagem *Dependentes de crack têm primeiro dia de trabalho em projeto de São Paulo*, de Fábio Turci, o que forma a Categoria Atributos, conforme o Quadro 28.

**Quadro 28 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem *Dependentes de crack têm primeiro dia de trabalho em projeto de São Paulo***

<b>Atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem</b>	<b>Trecho da reportagem</b>
Consumo de <i>crack</i> é um problema social complexo	<i>Off</i> do repórter; imagens da limpeza das ruas da “cracolândia”; imagens de dependentes químicos se abraçando; <i>passagem</i> do repórter; cenas da “cracolândia” degradada;
Prefeitura de São Paulo tem ações efetivas na recuperação de dependentes de <i>crack</i>	<i>Cabeça</i> lida pela apresentadora Ana Paula Araújo; <i>off</i> do repórter; <i>passagem</i> do repórter; <i>sonora</i> com secretária de assistência social; <i>sonora</i> com funcionária da prefeitura; imagens da limpeza nas ruas da cracolândia; imagens de dependentes químicos se abraçando; funcionários da prefeitura desmontando barracos dos dependentes químicos.
Consumo de <i>crack</i> depende da reinserção social do indivíduo a partir de condições básicas para a sobrevivência	<i>Off</i> do repórter; <i>passagem</i> do repórter; <i>sonora</i> com gari 1; <i>sonora</i> com gari 2; <i>sonora</i> com gari 3; <i>sonora</i> com secretária municipal de assistência social.
Protagonismo de viciados em <i>crack</i> com direito à voz no telejornal	<i>Sonora</i> com gari 1; <i>sonora</i> com gari 2; <i>sonora</i> com gari 3;

Fonte: Elaboração própria

A reportagem de Fábio Turci enquadrou a cobertura jornalística do consumo do *crack* no enquadramento noticioso temático de problema social crônico (1), apresentando interpretações dominantes e excluídas, privilegiando o protagonismo dos usuários de *crack* que aceitaram ingressar no projeto da prefeitura. O segmento do enquadramento foi restrito, já que o segmento que prevaleceu foi problema social crônico. No que concerne aos atributos, a reportagem realçou que: o consumo de *crack* é um problema social complexo (1); que a Prefeitura de São Paulo tem ações efetivas na recuperação de dependentes de *crack* (2); para ser solucionado, o

problema depende da reinserção social do indivíduo a partir de condições básicas para a sobrevivência (3); protagonismo de viciados em *crack* na reportagem (4).

### **12.5 Análise dos enquadramentos e dos atributos das reportagens veiculadas no *Jornal Nacional* em 2015 e das entrevistas com os respectivos repórteres**

Do total de duas reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga veiculadas em 2015 pelo *Jornal Nacional*, uma será objeto de análise, uma vez que corresponde à reportagem produzida pelo repórter César Galvão no que concerne à Categoria Enquadramento e à Categoria Atributos.

- **Consumo de *crack* é um problema de segurança pública, segundo o *Jornal Nacional***

A reportagem de César Galvão sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga exibida no *Jornal Nacional* contou com uma fonte de informação: um delegado de polícia. A reportagem recebeu um tipo de enquadramento noticioso temático: segurança pública (1). O enquadramento foi identificado em função de a reportagem relatar a prisão de pessoas ligadas ao tráfico de *crack* e as apreensões feitas pela polícia. A *sonora* com um delegado de polícia, única fonte ouvida na reportagem, encerra o material jornalístico e define o enquadramento dado ao assunto pela reportagem: “O combate a esse tipo de traficante, sem dúvida alguma, é um golpe no crime organizado”.

Em entrevista para esta pesquisa, Galvão (2017) explicou que, geralmente, como repórter, ele busca fontes de informação do setor público:

Isso também é feito na área de segurança pública. Por exemplo, a gente recebe essa informação que a polícia vai fazer uma grande operação na cracolândia. A gente procura saber por analistas de segurança se isso realmente vai dar resultado ou não. A gente sempre faz uma avaliação com dois lados, pelo menos. Para saber... a reportagem até deve ter dito, para saber, acompanhar o que tá sendo feito pelo poder público, colocar na matéria um ponto a ponto sobre aquilo que está sendo feito, se é, no caso, o setor privado. (GALVÃO, 2017)

Embora o repórter tenha ressaltado em entrevista para esta pesquisa que, em suas coberturas jornalísticas, procura ouvir os dois lados, observamos que, na reportagem em análise, a única fonte ouvida foi um delegado de polícia.

Ao analisar a reportagem de César Galvão exibida no *Jornal Nacional*, identificamos que os enquadramentos interpretativos que prevaleceram na reportagem foram de que as crackolândias são espaços onipotentes, que o consumo do *crack* é um problema de segurança pública e que, por maior que sejam os esforços das forças policiais, há muita dificuldade para combater o consumo e o tráfico de *crack*.

Verificamos, ainda, que a reportagem se valeu de interpretações dominantes, a partir de uma só entrevista com um delegado de polícia. No que concerne ao segmento dos enquadramentos interpretativos, a reportagem é do tipo restrito, pois privilegia um único enquadramento: segurança pública.

- **Agenda de atributos da reportagem *Polícia prende 11 suspeitos de abastecer Cracolândia em São Paulo*, de César Galvão**

Nesta análise, consideramos identificar a agenda de atributos para a cobertura do consumo do *crack*. Para isso, examinamos as imagens e o texto que constituíram a reportagem *Polícia prende 11 suspeitos de abastecer Cracolândia em São Paulo*, de César Galvão, o que forma a Categoria Atributos, conforme o Quadro 29.

**Quadro 29 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem *Polícia prende 11 suspeitos de abastecer Cracolândia em São Paulo***

<b>Atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem</b>	<b>Trecho da reportagem</b>
Cracolândias são espaços onipotentes	<i>Off</i> do repórter; <i>passagem</i> do repórter; imagens aéreas da crackolândia; operação da polícia paulista no combate ao tráfico de drogas; dinheiro apreendido; mapa da rota do tráfico de drogas; arte gráfica.
Consumo de <i>crack</i> é um problema de segurança pública	<i>Off</i> do repórter; <i>passagem</i> do repórter; imagens aéreas da crackolândia; operação da polícia paulista no combate ao tráfico de drogas; dinheiro apreendido; mapa da rota do tráfico de drogas; arte gráfica; <i>sonora</i> com um delegado.
As forças policiais, por mais que ajam, não conseguem combater o consumo e o tráfico de <i>crack</i>	<i>Off</i> do repórter; arte gráfica.

Fonte: Elaboração própria

A reportagem de César Galvão enquadrando a cobertura jornalística do consumo do *crack* no enquadramento noticioso temático de problema de segurança pública (1), apresentando interpretações dominantes. O segmento do enquadramento foi restrito, já que o segmento que prevaleceu na reportagem foi segurança pública. No que concerne aos atributos, a reportagem realçou que: as crackolândias são espaços onipotentes (1); que o consumo do *crack* é um problema de segurança pública (2); e, que, por maior que sejam os esforços das forças policiais, há muita dificuldade para combater o consumo e o tráfico de *crack* (3).

### **12.6 Análise dos enquadramentos e dos atributos das reportagens veiculadas no *Jornal Nacional* em 2017 e das entrevistas com os respectivos repórteres**

Do total de quatro reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga veiculadas em 2017 pelo *Jornal Nacional*, duas serão objeto de análise, uma vez que correspondem às reportagens produzida pelos repórteres César Galvão e Fábio Turci no que concerne à Categoria Enquadramento e à Categoria Atributos.

- **Consumo de *crack* é problema de segurança pública: para combater o uso da droga é preciso reprimir por meio de forças policiais, medicalizar e internar o usuário da droga**

A reportagem de César Galvão sobre o consumo do *crack* e suas implicações sociais exibida no *Jornal Nacional* contou com quatro fontes de informação: um prefeito da Regional da Sé, em São Paulo, um diretor do Denarc, um especialista em dependência química, um secretário estadual de Saúde. A reportagem recebeu três tipos de enquadramentos noticiosos temáticos: segurança pública (1), violência (2) e problema epidêmico (3). Os enquadramentos sobre o assunto identificados na reportagem estão associados ao modo como a reportagem retrata a realidade, organiza e estrutura a cobertura jornalística. O protagonismo da ação foi da polícia, e isso foi reforçado pela *sonora* com um diretor do Denarc e com o texto do repórter. O enquadramento como problema epidêmico foi realçado nas *sonoras* do secretário

estadual de Saúde e do especialista em dependência química. Embora inclua fontes da área de saúde, o discurso hegemônico sobre o *crack* na reportagem é associado a polícia, segurança pública e violência. Todavia, a inserção de fontes ligadas à área de saúde indica que há hegemonia também do discurso da medicalização e da internação associadas à repressão policial.

Ao analisar a reportagem de César Galvão, identificamos que os enquadramentos interpretativos que prevaleceram na reportagem foram de que o consumo do *crack* é um problema de segurança pública, com foco na violência gerada pelo consumo e tráfico da droga, que o consumo do *crack* só pode ser resolvido com a repressão policial associada à internação e à medicalização dos usuários de *crack*, de que os indivíduos usuários de *crack* não conseguem fazer escolhas racionais e de que o consumo do *crack* é uma epidemia no Brasil.

Em entrevista, Galvão (2017) explicitou sua opinião e deixou claro que o usuário de *crack* contribui para financiar o problema do consumo de *crack* e as implicações sociais da droga:

O *crack* existe, o traficante traz o *crack* porque tem compradores, tem consumidores. E eu acho que tinha que haver uma campanha pra sensibilizar o usuário. O usuário, por exemplo, tinha que perceber que, quando ele consome, quando ele compra a droga, ele financia outros crimes. Ele financia o traficante. Ele dá poder ao traficante. Por exemplo, o traficante que traz do Paraguai uma carga de *crack*, ele precisa desse dinheiro para comprar o *crack*. Então, ele rouba. Então, ele compra arma. Ele pratica outros crimes. Então, eu acho que tinha que haver uma campanha muito grande e densa, talvez da mesma proporção que foi feita com o cigarro, aí no caso das drogas, mostrar o risco de ela tá financiando o crime. E discutir isso mais nos jornais e até fora dos jornais. Porque talvez sensibilizasse gente que até hoje não pensou nisso. 'Eu tô comprando a droga com o meu dinheiro'. Mas ela tá financiando. Eu acho que isso seria um bom passo para começar o combate. (GALVÃO, 2017)

A partir da análise da entrevista de Galvão (2017) e da abordagem da reportagem, quanto aos enquadramentos recebidos, observamos que há convergência e proximidade entre a ideologia do profissional, suas percepções e visões de mundo, e a forma como a realidade é retratada quando se transforma em notícia. Verificamos, ainda, que a reportagem se valeu, exclusivamente, de interpretações dominantes, a partir das *sonoras* com fontes oficiais – diretor do Denarc, secretário estadual de Saúde e prefeito da Regional da Sé – e com fontes



oficiosas – especialista em dependência química. No que concerne ao segmento dos enquadramentos interpretativos, a reportagem é do tipo plural-fechado, pois privilegia o enquadramento segurança pública em detrimento dos demais.

- **Agenda de atributos da reportagem *Polícia desmonta Cracolândia de SP, mas usuários de crack voltam*, de César Galvão**

Nesta análise, consideramos identificar a agenda de atributos para a cobertura do consumo do *crack*. Para isso, examinamos as imagens e o texto que constituíram a reportagem *Polícia desmonta Cracolândia de SP, mas usuários de crack voltam*, de César Galvão, o que forma a Categoria Atributos, conforme o Quadro 30.

**Quadro 30 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem *Polícia desmonta Cracolândia de SP, mas usuários de crack voltam***

<b>Atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem</b>	<b>Trecho da reportagem</b>
Consumo do <i>crack</i> é um problema de segurança pública, com foco na violência	<i>Off</i> do repórter; <i>sonora</i> do diretor do Denarc; imagens de guardas civis metropolitanos apreendendo drogas em prédio na cracolândia; imagens da limpeza das ruas da região; imagens da venda de drogas; imagens de pessoas armadas intimidando a entrada de autoridades e da guarda civil; imagens da Polícia Militar ocupando a região da cracolândia; imagens da operação do batalhão de choque da polícia militar na região da cracolândia.
Consumo de <i>crack</i> só pode ser solucionado com a repressão policial e com a internação e medicalização dos usuários de <i>crack</i>	<i>Off</i> e <i>passagem</i> do repórter; imagens de guardas civis metropolitanos apreendendo drogas em prédio na cracolândia; imagens da limpeza das ruas da região; imagens da venda de drogas; imagens de pessoas armadas intimidando a entrada de autoridades e da guarda civil; imagens da Polícia militar ocupando a região da cracolândia; imagens da operação do batalhão de choque da polícia militar na região da cracolândia; <i>sonora</i> com diretor do Denarc; <i>sonora</i> com especialista em dependência química; <i>sonora</i> com secretário estadual de saúde.
Os indivíduos que consomem <i>crack</i> não conseguem fazer escolhas racionais	<i>Off</i> do repórter; imagens do movimento de consumo de drogas; imagens de agentes de saúde oferecendo tratamento aos usuários de <i>crack</i> .
Consumo de <i>crack</i> é uma epidemia no Brasil	Sonora com especialista em dependência química.

Fonte: Elaboração própria

A reportagem de César Galvão enquadrhou a cobertura jornalística do consumo do *crack* nos enquadramentos noticiosos temáticos de problema de segurança pública (1), violência (2) e problema epidêmico (3), apresentando interpretações dominantes sobre o assunto. O segmento do enquadramento foi plural-fechado, já que o segmento que prevaleceu foi segurança pública. No que concerne aos atributos, a reportagem realçou que: o consumo de *crack* é um problema de segurança pública, com foco na violência (1); que o consumo de *crack* só pode ser combatido com a repressão policial, aliada à internação e à medicalização dos usuários de *crack* (2); que os indivíduos que consomem *crack* não conseguem fazer escolhas racionais (3); que o consumo de *crack* é uma epidemia no Brasil (4).

- **Nova Iorque é exemplo no combate ao consumo do *crack*: repressão policial foi considerada fundamental para resolver o problema nos EUA**

A reportagem de Fábio Turci sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga exibida no *Jornal Nacional* e foi toda produzida com *off*, *passagem* e artes gráficas, sem a veiculação de *sonoras*. A reportagem recebeu dois tipos de enquadramentos noticiosos temáticos: segurança pública (1) e violência (2). Identificamos, em análise, que, durante toda a reportagem, Fábio Turci menciona a ação de repressão da polícia como fundamental para solucionar o problema do *crack* em Nova Iorque.

Em entrevista concedida para esta pesquisa, Turci (2017) explicou que a missão, nessa reportagem, era mostrar como Nova Iorque lidou com o consumo do *crack* no passado:

Essa é uma utilidade frequente de um escritório internacional – mostrar um exemplo de como outro país lidou com um problema que o Brasil também enfrenta. Algo que pode ajudar os telespectadores brasileiros a ter uma visão mais contextualizada e a formar uma opinião. Nesse caso, o pedido também foi simples: contar o que fez Nova Iorque. Foi um trabalho, essencialmente, de pesquisa, de arquivo. (TURCI, 2017)

Segundo o repórter, a reportagem em análise foi de contextualização.

A análise identificou que, embora a *cabeça* lida pela apresentadora Sandra Annenberg tenha apresentado os métodos para combater o consumo de *crack*

adotados em Nova Iorque como polêmicos, a reportagem contextualiza uma forma de combate ao consumo de *crack* pelo viés do encarceramento e das ações de repressão policial. Desse modo, conforme o repórter explicou, contribui para que os telespectadores tenham uma opinião formada sobre o assunto. Turci (2017) também ponderou as dificuldades para contextualizar as reportagens em razão do tempo e da disponibilidade de materiais: “Como repórter, também procuro sempre conhecer o histórico do assunto que estou reportando. Se não sei de memória, procuro pesquisar – embora o ritmo próprio da profissão nem sempre nos deixe muito tempo para isso”. Na entrevista, identificamos que a compreensão dele sobre o fenômeno é de que a ação em Nova Iorque foi essencialmente policial, embora ele tenha ressaltado tanto na reportagem quanto na entrevista que o contraponto feito foi que a “população mais pobre – na maioria, negra – acabou sendo a mais punida porque essas eram as pessoas que consumiam a droga mais barata”. O trecho da reportagem que alerta sobre a metodologia adotada por Nova Iorque foi a *passagem* do repórter: “Os números mostram que a forte repressão policial mandou para a prisão muito mais os pobres, na maioria, negros que consumiam a droga mais barata”.

Ao analisar a reportagem de Fábio Turci exibida no *Jornal Nacional*, identificamos que os enquadramentos interpretativos que prevaleceram na reportagem foram de que a solução para o problema do consumo de *crack* em Nova Iorque esteve associada a políticas de segurança pública, que o problema do consumo do *crack* foi solucionado com o encarceramento, que as *cracolândias* de Nova Iorque foram extintas e que a violência na cidade esteve associada ao consumo de drogas, especialmente, ao consumo de *crack*.

Verificamos, ainda, que a reportagem se valeu basicamente da interpretação do repórter a partir de consultas a fontes de informação que não foram ouvidas na reportagem, portanto não conseguimos categorizar a interpretação em dominante ou excluída, embora possamos criar nova categoria para esse tipo de interpretação, como interpretações do telejornal, já que a interpretação sobre o assunto, fornecida pelo repórter, é também a interpretação do telejornal sobre o objeto da cobertura jornalística. Quanto ao segmento dos enquadramentos interpretativos, a reportagem é do tipo plural-fechado, pois privilegia o enquadramento: segurança pública.

- **Agenda de atributos da reportagem *Crack chegou a Nova Iorque há 30 anos e prefeitura declarou guerra*, de Fábio Turci**

Nesta análise, consideramos identificar a agenda de atributos para a cobertura do consumo do *crack*. Para isso, examinamos as imagens e o texto que constituíram a reportagem *Crack chegou a Nova Iorque há 30 anos e prefeitura declarou guerra*, de Fábio Turci, o que forma a Categoria Atributos, conforme o Quadro 31.

**Quadro 31 – Categoria Atributos – conjunto de atributos relacionados ao consumo do crack na reportagem *Crack chegou a Nova Iorque há 30 anos e prefeitura declarou guerra***

Atributos relacionados ao consumo do <i>crack</i> na reportagem	Trecho da reportagem
Solução para o problema do consumo de <i>crack</i> em Nova Iorque esteve associada a políticas de segurança pública	<i>Cabeça</i> lida pela apresentadora Sandra Annenberg; <i>off</i> do repórter; <i>passagem</i> do repórter; imagens de usuários de <i>crack</i> nas ruas; mapa destacando bairros onde se consumia <i>crack</i> em Nova Iorque; imagens de ação policial de repressão ao tráfico.
O problema do consumo de <i>crack</i> em Nova Iorque foi solucionado com ações de encarceramento	<i>Off</i> do repórter; <i>passagem</i> do repórter; imagens de usuários de <i>crack</i> nas ruas; mapa destacando bairros onde se consumia <i>crack</i> em Nova Iorque; imagens de ação policial de repressão ao tráfico.
As <i>cracolândias</i> de Nova Iorque foram extintas	<i>Cabeça</i> lida pela apresentadora Sandra Annenberg.
A violência estava associada ao consumo de drogas, em especial, ao consumo de <i>crack</i>	<i>Off</i> do repórter; imagens de ação policial de repressão ao tráfico.

Fonte: Elaboração própria

A reportagem de Fábio Turci enquadrou a cobertura jornalística do consumo do *crack* nas categorias de segurança pública (1) e violência (2), apresentando interpretações do telejornal acerca da solução dada ao consumo de *crack* na cidade de Nova Iorque. O segmento do enquadramento foi plural-fechado, já que o segmento de enquadramento que prevaleceu foi segurança pública. No que concerne aos atributos, a reportagem realçou que: a solução para o problema do consumo de *crack* em Nova Iorque esteve associada a políticas de segurança pública (1); o problema do consumo de *crack* em Nova Iorque foi solucionado com ações de encarceramento (2); as *cracolândias* de Nova Iorque foram extintas (3) e a violência em Nova Iorque estava associada ao consumo de drogas, em especial, ao consumo de *crack* (4).

Diante do que apresentamos acerca dos agendamentos e enquadramentos do consumo do *crack* e as implicações sociais da droga na cobertura jornalística do *Jornal*

*Nacional*, identificamos que o telejornal agendou e enquadrou o assunto numa perspectiva da saúde pública – a partir da medicalização e da internação – e numa perspectiva da segurança pública – a partir da repressão e do encarceramento –, embora existam, no *corpus* analisado, reportagens que apresentem o agendamento e enquadramento da questão em outros temas e quadros interpretativos. No que concerne às interpretações, identificamos a predominância das interpretações dominantes – principalmente a partir da recorrência o uso de fontes institucionais da área da saúde e da segurança pública.

Via de regra, o segmento dos enquadramentos mais presentes na cobertura do telejornal acerca do consumo do *crack* foi o plural-fechado. Esse resultado mostra que, embora o telejornal apresente uma diversidade de quadros interpretativos acerca do fenômeno, um enquadramento é privilegiado em detrimento dos demais. E, dessa maneira, a interpretação e a noção de realidade social que os telespectadores passam a ter acerca do fenômeno – o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga – são influenciadas, em grande medida, pelas interpretações e pelos realces fornecidos pelo *Jornal Nacional*.

Nossa análise dos enquadramentos das reportagens selecionadas para análise parece convergir com a classificação (vide Quadro 1, página 49) feita por Sena (2011) acerca dos enquadramentos relativos à cobertura jornalística sobre o *crack*. Nossa análise considera que o *Jornal Nacional* enquadrou e agendou o assunto nas categorias: *Descontrole social*, *Terror* e *Degradação pessoal*, conforme as categorias apresentadas por Sena (2011).

A seguir, apresentaremos, no Capítulo 13, a Triangulação Metodológica acerca das evidências encontradas no processo de agendamento e enquadramento da cobertura jornalística do consumo do *crack* e das implicações sociais da droga no *Jornal Nacional*.

### **13 Triangulação metodológica: evidências acerca do agendamento e do enquadramento da cobertura jornalística do *Jornal Nacional* sobre o consumo de *crack* e as implicações sociais da droga**

Nesse capítulo, apresentaremos a **Etapa 6 – Triangulação Metodológica da Teoria e Triangulação Metodológica entre Métodos**, que consiste na interpretação das evidências encontradas nas etapas de pesquisa anteriormente apresentadas. Como forma de apresentar tais evidências acerca do fenômeno estudado, buscamos inicialmente retomar a perspectiva de autores seminais sobre o método a que se refere essa etapa e nos assegurar da adequada compreensão do método, bem como da análise das evidências identificadas.

Desse modo, retomamos aqui o percurso metodológico adotado para esta pesquisa, abordado, no Capítulo 8 - Procedimentos Metodológicos.

A **Etapa 1 – Pesquisa exploratória teórica** consistiu na identificação dos principais estudos publicados sobre o fenômeno a ser compreendido neste trabalho. Essa etapa teve início na fase do projeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação à época do processo seletivo de doutorado. A pesquisa exploratória (GIL, 2008) contribuiu para situarmos as pesquisas, literaturas e outras abordagens já feitas sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga com o objetivo de construirmos o projeto de pesquisa.

Na **Etapa 2 – Revisão bibliográfica**,<sup>141</sup> selecionamos as principais teorias e autores que nos ajudariam na formulação do problema desde a fase de elaboração do projeto e percebemos que a revisão bibliográfica (STUMPF, 2006) se dá de forma contínua no processo de construção do trabalho de pesquisa. Em diferentes momentos da produção da tese, identificamos a necessidade de buscar leituras teóricas para melhor compreender e interpretar o fenômeno em investigação. Stumpf (2006) explica que a revisão bibliográfica acompanha o trabalho desde a formulação inicial até as conclusões.

A **Etapa 3 – Pesquisa exploratória de coleta de dados** deste trabalho consistiu na fase exploratória da coleta de dados – identificamos o que havia sido veiculado pelo *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da

---

<sup>141</sup> A Etapa 2 – Revisão bibliográfica consiste nos Capítulos 1 ao 7.

droga – e na coleta de dados propriamente dita – definimos o *corpus* a ser analisado – as reportagens exibidas no período de 2012 a 2017.<sup>142</sup>

Na **Etapa 4 – Análise de conteúdo**, optamos por descrever as reportagens encontradas no período selecionado para análise, buscando oferecer um relato circunstanciado em detalhes acerca das reportagens encontradas que foram veiculadas no *Jornal Nacional*. A análise de conteúdo, em suas abordagens quantitativa e qualitativa, foi aplicada como método de trabalho, de forma que os dados numéricos não foram dispostos isoladamente. Nesta pesquisa, os resultados quantitativos forneceram parâmetros para a análise qualitativa.

Concomitante à **Etapa 4 – Análise de Conteúdo**, identificamos a necessidade de compreender o *modus operandi* do processo de produção televisiva e entender as interpretações subjetivas que os repórteres que produziram as reportagens atribuem as suas próprias experiências. Para tal, nos valem do método de entrevistas (PEREIRA, 2014), que consistiu na **Etapa 5 – Entrevistas**,<sup>143</sup> e realizamos as entrevistas por telefone e por *e-mail* com 11 repórteres responsáveis por cobrir, para o *Jornal Nacional*, o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga. Embora as entrevistas com os jornalistas tenham sido realizadas em 2017, registramos que, na fase de qualificação do trabalho, no ano de 2015, entrevistamos por telefone o especialista em comunicação, jornalista, responsável pela chefia da Assessoria de Comunicação da Fiocruz por dez anos e pesquisador na área de Ciência, Mídia e Divulgação Científica, Wagner Barbosa de Oliveira.

Ainda na **Etapa 5 – Entrevistas**, consideramos que o neurocientista Carl Hart<sup>144</sup> (2017), professor de Psicologia e Psiquiatria da Universidade de Columbia e pesquisador na área de drogas, poderia contribuir com a análise, tendo em vista a abordagem do pesquisador acerca das relações estabelecidas entre a divulgação dos estudos sobre o vício em *crack*. Nossa iniciativa de entrevistá-lo partiu, inicialmente, da leitura de sua obra *Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas*, publicada em 2014, e, posteriormente, da análise da

---

<sup>142</sup> Reiteramos que o período analisado considera os doze meses dos anos de 2012 a 2016 e os nove meses do ano de 2017. A particularidade do ano de 2017 se deu em função da organização para análise e conclusão dessa tese.

<sup>143</sup> A íntegra das entrevistas com os jornalistas responsáveis por reportagens no *Jornal Nacional* consta no Apêndice (vide página 409).

<sup>144</sup> A íntegra da entrevista com Carl Hart (2017) consta no Apêndice (vide página 455).

reportagem<sup>145</sup> do jornalista Fábio Turci – e pertencente ao nosso *corpus* – sobre como a cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos, combateu o consumo do *crack*. A entrevista com Hart (2017) foi feita por videoconferência pelo aplicativo Skype e nela abordamos especificamente a relação existente entre a cobertura midiática e os usos de *crack*. Essa tessitura metodológica salienta que, neste trabalho, lançamos mão de métodos, bem como de teorias, de acordo com o que identificávamos ser necessário para melhor compreender o fenômeno.

Considerando a construção metodológica deste trabalho e diante da diversidade de métodos utilizados, reconhecemos a necessidade de realizar a **Etapa 6 – Triangulação metodológica de teoria e a triangulação metodológica entre métodos** a partir da conceituação de Denzin (2005). Nessa fase, o trabalho buscou compreender o fenômeno – o agendamento e o enquadramento do *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack* e as implicações decorrentes do uso da droga – de forma mais confiável, evitando que um método tivesse mais peso científico que outro ou mesmo que ocorresse enviesamento na análise final das evidências obtidas. Dessa maneira, a análise que segue retoma os resultados obtidos nas cinco etapas que precederam a etapa 6.

Retomamos aqui o que pensam alguns autores que nos ajudaram a estabelecer nossos procedimentos metodológicos e contribuíram nas diferentes etapas da pesquisa. Lippmann (2010) afirma que os veículos noticiosos determinam nossos mapas cognitivos porque são as janelas que vão além da nossa experiência direta. McCombs e Shaw (2000) consideram que há uma relação direta entre o que os leitores conhecem e o nível de importância atribuída pelos leitores sobre determinado assunto a partir da quantidade de informação veiculada sobre o respectivo assunto pela mídia e a partir de que posição a informação ocupa nos veículos noticiosos. Assim, segundo a Teoria do Agendamento, a mídia cumpre papel fundamental no estabelecimento das prioridades e da ordem do dia do que o público deve saber, de qual importância dar aos assuntos, na medida em que insere ou exclui determinados temas na agenda midiática. Embora McCombs (2006), mais recentemente, tenha alertado que, no século XXI, alguns temas entram e outros saem da agenda do público com mais rapidez que em séculos anteriores em função da volatilidade da agenda pública na contemporaneidade, reconhecemos que a mídia – e, no caso brasileiro,

---

<sup>145</sup> *Crack chegou a Nova Iorque há 30 anos e prefeitura declarou guerra à droga*, veiculada pelo *Jornal Nacional* em 27 de maio de 2017.



conforme apontado pela Pesquisa Brasileira de Mídia (2016), a televisão ainda é a principal fonte de informação entre os meios noticiosos. Entretanto, não podemos deixar de reconhecer que a internet tem se mostrado importante fonte de informação para os brasileiros desde a primeira década do século XXI.

Os estudos de McCombs (2006) revelam que o mundo político é reproduzido pela mídia de modo imperfeito e que, via de regra, a agenda do público é um reflexo da agenda dos meios noticiosos, embora, no caso da televisão, existam críticas acerca do modo fragmentário e das distorções involuntárias que resultam na constituição do quadro cognitivo dos telespectadores (WOLF, 2001), ou mesmo em relação à capacidade de a cobertura televisiva privilegiar controvérsias, competição, folclore político, espetacularizar ou dramatizar os assuntos abordados (McCLURE; PATTERSON, 1976). Apesar das críticas à produção de sentidos e às aprendizagens televisivas, McCombs (2006) refuta a ideia de que exista um meio melhor que o outro de produzir efeito de agenda. Na evolução dos estudos da Teoria do Agendamento, McCombs (2006) reconhece que o que define um tema e faz que a opinião pública adote uma visão em detrimento de outra é o estabelecimento da agenda a partir de atributos e do enquadramento recebido por determinado assunto nos meios noticiosos.

À luz da Teoria do Agendamento e da análise de conteúdo, estabelecemos categorias para analisarmos o objeto. A análise resultou nas seguintes categorias: Saliência, Tempo, Repetição e Focalização, considerando a Categoria Saliência na análise das reportagens identificamos que o *Jornal Nacional* conferiu relevância ao consumo do *crack* e às implicações sociais da droga nos anos de 2012 e 2013, embora não tenha dado a mesma importância ao assunto nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017. Destacamos que, no ano de 2016, não encontramos nenhuma unidade de análise – reportagem – sobre o assunto no *Jornal Nacional*. Esclarecemos que, no ano de 2016, o Rio de Janeiro sediou as Olimpíadas – evento esportivo de grande porte –, e que, nesse mesmo ano, houve o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Além desses acontecimentos, a população brasileira vivenciou o surto do zika vírus, bem como a associação do vírus ao crescente número de recém-nascidos com microcefalia. Entendemos que esse lapso temporal em que o *Jornal Nacional* não cobriu jornalisticamente o assunto revela que a ascensão de um ou mais temas na realidade social – grandes eventos esportivos e/ou surtos de doenças como aconteceu em 2016 – desviam a atenção, a capacidade de cobertura e a relevância

do tema consumo do *crack* e implicações sociais da droga, embora esse seja um problema crônico, epidêmico que persiste na realidade social dos grandes centros urbanos e de municípios do interior do país. Essa evidência mostra *convergência* entre as reportagens veiculadas no período analisado e o que McCombs (2006) apontou em relação à volatilidade de temas na agenda da mídia.

Embora o tema seja considerado relevante para todos os repórteres entrevistados, o telejornal conferiu relevância ao assunto somente nos anos de 2012 e 2013. Nas entrevistas, perguntamos aos repórteres responsáveis por reportagens nos dois anos considerados significativos para a análise da Categoria Saliência se eles acreditavam que o jornalismo deveria realizar campanhas, *advocacy* (MARTINS DA SILVA, 2013), conforme a mídia já faz nas campanhas de Setembro Amarelo,<sup>146</sup> Outubro Rosa<sup>147</sup> e Novembro Azul,<sup>148</sup> dada a complexidade do assunto e a gravidade das implicações decorrentes do consumo do *crack*.

A partir das respostas, identificamos que seis de um total de dez repórteres responsáveis pelas reportagens nos anos de 2012 e 2013 não consideraram que fosse papel do jornalismo realizar campanhas de prevenção ou esclarecimento acerca do uso da droga e das consequências do vício em *crack*. Entretanto, quatro repórteres consideraram interessante a ideia de o jornalismo fazer campanha para prevenção do uso do *crack* e disseram compreender que o jornalismo tem papel fundamental na conscientização, informação e prevenção do uso da droga. Inferimos que as campanhas realizadas pela mídia, como Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul, parecem sensibilizar os repórteres por serem campanhas de prevenção do câncer ou do suicídio. Todavia, inferimos que o consumo do *crack* talvez não seja visto pela maioria dos repórteres como algo que possa ser objeto de prevenção, ou ainda não seja compreendido como doença, muito embora todos os repórteres entrevistados tenham mencionado o consumo do *crack* nas entrevistas realizadas como problema de saúde pública. As evidências encontradas apontam para uma *divergência* ou uma *contradição* entre a gravidade do problema, a perspectiva dos jornalistas entrevistados e a proposição feita por Martins da Silva (2013) em relação ao *advocacy* quando o assunto é a cobertura jornalística do consumo do *crack* e as implicações sociais da droga no *Jornal Nacional*.

---

<sup>146</sup> Setembro Amarelo: campanha de prevenção ao suicídio.

<sup>147</sup> Outubro Rosa: campanha de prevenção ao câncer de mama.

<sup>148</sup> Novembro Azul: campanha de prevenção ao câncer de próstata.

Na mesma perspectiva da análise do agendamento midiático, dedicamo-nos à análise sobre a Categoria Tempo (Capítulo 12, vide página 305) e identificamos que a concentração de reportagens sobre o assunto nos anos de 2012 (12 reportagens) e 2013 (11 reportagens) também garantiram destaque para o assunto nos dois anos analisados em detrimento dos demais anos sobre os quais nossa análise se debruça, totalizando respectivamente, trinta e dois minutos e dezoito segundos e vinte e quatro minutos e quinze segundos de cobertura sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga no *Jornal Nacional*. Em 2012, o tempo médio das reportagens foi de três minutos e onze segundos e, em 2013, dois minutos e quarenta e dois segundos. Em nossa análise, identificamos que há evidências de que a Saliência dada ao tema é diretamente proporcional ao tempo dedicado ao assunto no telejornal. E, assim, a partir das evidências identificadas, percebemos uma relação de *convergência* entre as Categorias Saliência e Tempo e, conseqüentemente, entre o que McCombs e Shaw (2000) indicaram em suas pesquisas sobre o agendamento e o tempo da televisão, embora a questão do tempo seja frequentemente sinalizada pelos repórteres entrevistados como desafio para a produção de reportagens mais contextualizadoras.

Seguindo a perspectiva da análise de conteúdo, na **Etapas 6 – Triangulação metodológica de teoria e a triangulação metodológica entre métodos**, identificamos que, com relação à Categoria Repetição (Capítulo 12), no ano de 2012, o *Jornal Nacional* exibiu nove reportagens que foram veiculadas no mesmo mês ou em meses seguidos e, em 2013, o telejornal exibiu oito reportagens veiculadas no mesmo mês ou em meses seguidos. Em 2014, 2015 e 2016, a Categoria Repetição não foi identificada nas reportagens do *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais. A Categoria Repetição voltou a aparecer em nossa análise em 2017, cujas três reportagens se concentraram na segunda quinzena do mês de maio e em dias bem próximos (22, 25 e 27). McCombs (2009) explica que um dos maiores indícios de destaque da mídia a determinado assunto está relacionado com o fato de que a mídia pode repetir esse assunto uma ou mais vezes no mesmo dia ou em edições seguidas. Portanto, essas são evidências significativas de que o que o autor esclarece estabelece uma relação com a realidade da cobertura jornalística do consumo do *crack* e das implicações sociais da droga no *Jornal Nacional* no período analisado.

Desse modo, ao analisar o conjunto de informações acerca das Categorias Saliência, Tempo e Repetição, no que diz respeito ao agendamento do *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga, consideramos a Teoria do Agendamento, bem como as características inerentes ao meio televisivo e às rotinas produtivas, e identificamos que a cobertura do consumo do *crack* no *Jornal Nacional* se concentrou nos dois primeiros anos de nosso recorte temporal (2012 e 2013), por essa razão o maior tempo das reportagens também se concentrou nesses dois anos. Identificamos nas entrevistas com os 11 repórteres responsáveis pelas reportagens analisadas que esses profissionais, em sua totalidade, reconhecem que o assunto é relevante para o *Jornal Nacional*, embora o grau de importância do assunto, segundo os jornalistas, esteja associado ao caráter factual dos acontecimentos.

Ainda na etapa 6, apresentaremos as apreensões do que compreendemos acerca da cobertura do consumo do *crack* e as implicações sociais da droga no *Jornal Nacional* no período selecionado para esta análise. Embora os jornalistas entrevistados para a pesquisa salientem que o consumo do *crack* e as implicações sociais decorrentes do uso da droga seja objeto de atenção e integre a pauta do telejornal, quando algo novo irrompe a superfície lisa da regularidade e – portanto – tem caráter de novidade, identificamos que o consumo do *crack* e as implicações sociais do consumo da droga não foi considerado um assunto novo para o cotidiano do brasileiro. Por meio dos estudos de Perrenoud e Ribeiro (2012) o problema existe desde a década de 90 no Brasil e, inicialmente, atingiu os grandes centros urbanos, embora nas últimas décadas tenha alcançado o interior do país. Entretanto, a realidade do consumo do *crack* se apresenta concretamente nos mesmos lugares – as *cracolândias* – e, quiçá por ter se tornado uma ocorrência rotineira na realidade brasileira, o caráter factual e a novidade se apresentam como critérios definidores relevantes para os jornalistas e para o telejornal (BONNER, 2009). Apesar do reconhecimento da importância e da gravidade do assunto por parte dos jornalistas entrevistados, o grau de importância passa a ser dimensionado pela rotina cotidiana, pela experiência concreta dos repórteres que, de algum modo, são refletidos na cobertura jornalística do *Jornal Nacional* e, desse modo, também dimensionam o grau de importância do problema para os telespectadores.

Quando identificamos os lapsos temporais na cobertura jornalística do consumo do *crack* no *Jornal Nacional*, retomamos o que prega a Teoria do

Agendamento quando chama a atenção para a frequência e a relação com o critério de relevância atribuído pelo público ao assunto abordado. Nessa perspectiva, destacamos a experiência que repórteres como Tchao (2017) e Galvão (2017) mencionaram ter com a cobertura do assunto e, ao mesmo tempo, salientamos que, num espaço temporal de cinco anos de análise do telejornal, repórteres diferentes cobriram a temática e alguns deles, como Bassan (2017), Biazzini (2017), Morrone (2017) e Turci (2017), reconheceram não ter expertise para cobrir o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga, embora todos tenham reconhecido que, ao serem demandados pelo telejornal, buscaram as fontes de informação e os dados relevantes para dar conta de cumprir a pauta. Inferimos, portanto, que o problema do consumo do *crack* não é novo, que há repórteres que disseram ter experiência de cobertura do assunto, embora não se debruçem sobre a temática para realizar as coberturas jornalísticas para o *Jornal Nacional*. Isso posto, identificamos também que há uma heterogeneidade de formas de tratar o assunto, possivelmente, reflexo da heterogeneidade de visões de mundo e das experiências concretas e cotidianas dos repórteres com a temática.

Assim, para que o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga fossem agendados no *Jornal Nacional*, identificamos que dois critérios foram descritos pelos jornalistas entrevistados e pela literatura que explica o modo de fazer o jornal (BONNER, 2009) como relevantes: a factualidade e a novidade. Não obstante, identificamos que o critério tempo também se apresentou como definidor da agenda do telejornal e interferiu significativamente nos enquadramentos apresentados acerca do tema. O tempo é um fator determinante para a constituição da pauta do telejornal, segundo os jornalistas entrevistados. Embora essa não seja uma característica específica da cobertura jornalística sobre o *crack* e, portanto, seja passível de ser identificada em outros temas, o fator tempo é um valor-notícia norteador para o *Jornal Nacional*. O valor-notícia tempo categorizado por Traquina (2005a) parece estar interiorizado na prática cotidiana dos profissionais para além da institucionalização do telejornal, sendo praticado como balizador quase que instintivamente pelos repórteres entrevistados.

Apesar da constatação do fator tempo, devemos registrar que as entrevistas com os repórteres que produziram reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga revelam que o valor-notícia tempo – teorizado, institucionalizado, interiorizado e instintivamente praticado pelos repórteres – também

é um argumento utilizado para justificar a superficialidade, a dificuldade de aprofundamento e a contextualização das reportagens, bem como de ampliação do uso de fontes de informação de diferentes matrizes de pensamento, além de ser um fator que gera pressão entre os jornalistas no processo de apuração e produção da reportagem, uma vez que estão associados a rotinas e práticas específicas da televisão e do telejornal.

Sobre esse aspecto, a entrevista com o assessor de comunicação da Fiocruz, Wagner Barbosa de Oliveira, foi bastante esclarecedora. Oliveira (2015) explicou que a Fiocruz dispõe de informações sobre as pesquisas realizadas em torno do consumo do *crack* e das implicações sociais da droga, dos determinantes sociais e biológicos que envolvem o problema em diferentes canais na internet para os jornalistas. Entretanto, ele explicou que, via de regra, a imprensa e os telejornais têm uma abordagem sensacionalista do assunto e que isso acontece, em alguns casos, pela busca da audiência: “A abordagem dada pela imprensa e pelos telejornais, em geral, segue muito pela facilidade das imagens, o modo de vida, ou os pequenos delitos rendem enquanto facilidade de produzir uma matéria sensacionalista. Uma ‘pimentinha’ sensacionalista que pode ser até no jornal mais visto da TV brasileira vai aumentar a audiência e a audiência está na frente” (OLIVEIRA, 2015).

O que observamos ao realizar a triangulação metodológica entre os dados obtidos a partir da análise das reportagens, das entrevistas com os repórteres, dos autores e teorias que contribuíram para iluminar nosso objeto e a partir da entrevista com Oliveira (2015) é que a cobertura jornalística do consumo do *crack* e das implicações sociais da droga, de modo geral, apresenta peculiaridades que se inserem em um contexto sócio-histórico específico da droga, desde o surgimento até as práticas atuais de consumo ao fazer telejornalístico no que concerne às rotinas produtivas e aos valores-notícia que, embora organizem e sistematizem o trabalho jornalístico, são, como nos afirmou Traquina (2005b), uma das naturezas mais opacas do trabalho jornalístico.

Assim, dando prosseguimento à triangulação metodológica, em entrevista para esta pesquisa, o neurocientista Carl Hart (2017) afirmou que muitos dados que são divulgados pela mídia estão errados e que “a mídia apenas mostra a pior parte dos problemas do *crack*”. Na entrevista, ele afirmou que, independentemente do formato, a mídia costuma ignorar o que é relevante sobre o consumo do *crack*: “Seja o jornal, seja a notícia, sejam documentários ... Realmente não importa quais mídias. A maioria

é ignorante. Eles escrevem sua própria visão, ou tentam denunciar o que querem” (HART, 2017). Registramos aqui que, para os jornalistas entrevistados para este trabalho, o tempo e o formato do *Jornal Nacional* se apresentaram como justificativas frequentes para o fato de as respectivas reportagens terem recebido determinado enquadramento ou focalização e para o número e para a diversidade de fontes ouvidas na reportagem.

No livro publicado por Hart (2014), dedicado a desconstruir tudo o que a maioria das pessoas apreendeu sobre drogas, especialmente sobre o *crack*, o pesquisador fez duras críticas à cobertura da mídia no tocante ao tema e ao papel que os meios de comunicação poderiam desempenhar na sociedade no sentido de esclarecer e informar com qualidade acerca de temas como o vício em *crack*. Em entrevista, Oliveira (2015) também criticou a abordagem da mídia brasileira sobre o consumo do *crack*, em especial da televisão. Segundo o jornalista e pesquisador, a mídia utiliza o sensacionalismo como combustível, reiterando que os usuários de *crack* são bandidos, à margem da sociedade. Nossa análise identificou evidências do que Oliveira (2015) e Hart (2017) afirmaram em entrevista e do que Hart (2014) defendeu em seu livro. Na reportagem de Eduardo Tchao<sup>149</sup> e de César Galvão,<sup>150</sup> termos como “bandidos” em alusão aos usuários de *crack* foram frequentes. Em entrevista, Oliveira (2015) reiterou que a mídia cobre o assunto dessa forma:

[...] sem minimamente procurar saber quem são essas pessoas, como elas chegaram ali, até porque as pessoas [referindo-se aos telespectadores] foram educadas para gostar desse tipo de matéria. E qual é o papel da TV? Temos outros modelos de TV para olhar, com melhores níveis de educação, em que são servidos biscoitos mais finos [referindo-se a conteúdos informativos de melhor qualidade]. Contextualizarem a inserção da violência na televisão só reitera os estereótipos, indica novos comportamentos iguais. (OLIVEIRA, 2015)

**Na Etapa 6 – Triangulação metodológica de teoria e a triangulação metodológica entre métodos**, as evidências que encontramos a partir da análise dos dados obtidos nas reportagens, das entrevistas os repórter e com os especialistas, bem como a literatura a que recorremos para compreensão do fenômeno indicam que há uma *divergência ou contradição* entre, de um lado, o que as reportagens representam a respeito da realidade sobre o consumo do *crack* e as implicações

<sup>149</sup> Reportagem de Eduardo Tchao veiculada em 09 de abril de 2012.

<sup>150</sup> Reportagem de César Galvão veiculada em 22 de maio de 2017.

sociais da droga e o que os repórteres entrevistados nos disseram e, de outro, o que os autores trazidos para o âmbito deste trabalho, bem como os especialistas entrevistados nos esclareceram.

Ainda segundo a entrevista com Hart (2017), a cor é um importante definidor no que concerne à cobertura da mídia, em especial, em relação à mídia brasileira.

Quando penso na mídia brasileira cobrindo o *crack*... Geralmente, nos meios de comunicação, são pessoas brancas falando sobre negros. A maioria das pessoas na mídia é branca e as pessoas sobre quem estão escrevendo não são brancas. Essa é a questão. (HART, 2017)

O pesquisador afirmou que a mídia brasileira é feita, essencialmente, por pessoas brancas e, no caso particular da cobertura jornalística sobre o consumo do *crack*, trata-se de pessoas brancas falando sobre pessoas negras.

Estudo publicado por Mick e Pantoja (2012) em enquete realizada com 2.731 jornalistas revelou que, majoritariamente, os jornalistas brasileiros eram mulheres brancas, solteiras, com até 30 anos (59%). A pesquisa indicou, ainda que, o percentual de negros entre os jornalistas era inferior à metade da presença de pretos e pardos no Brasil e que, considerando a categoria cor/raça, 72% dos jornalistas brasileiros se enquadraram na raça branca. Após triangular os resultados, nossa análise encontrou evidências de que a constituição demográfica dos jornalistas brasileiros como majoritariamente pertencendo à cor branca pode ser um definidor de como os jornalistas e o jornalismo atuam na cobertura jornalística do consumo do *crack* e das implicações sociais da droga, conforme Mick e Pantoja (2012) esclareceram em pesquisa, Hart (2014; 2017), respectivamente, em sua obra e em entrevista, e Albuquerque (2010). Em entrevista, Hart (2017) assinalou que, se a mídia fosse composta por mais jornalistas negros, a cobertura sobre assuntos que envolvem pessoas negras tenderia a melhorar: “Eu acho que melhoraria a maneira como eles relatam sobre pessoas negras”. Segundo Albuquerque (2010), nos anos 1980, o *crack* foi estrategicamente correlacionado pela mídia estadunidense aos grupos negros e hispânicos, como se o uso dessa substância atingisse apenas esses estratos sociais. Assim, além de haver relação entre a cor dos indivíduos que consomem *crack* parece haver relação entre como o consumo da droga é retratado pela mídia estadunidense, brasileira e, especificamente, o *Jornal Nacional*, numa perspectiva de cor e dos estratos sociais.



Ainda sobre os aspectos relativos ao consumo do crack, à classe social e à raça, os estudos de Adorno et al. (2013) e Adorno e Raup (2011) apontam para a existência de uma correlação entre classe, gênero ou raça associados aos estilos de vida dos usuários de crack. Ao citar os estudos produzidos por Murphy e Rosebaum (1997), Adorno e Raup (2011) evidenciam que classe social é tão importante quanto a potência farmacológica do crack para o aumento das chances de os indivíduos consumidores da droga desenvolverem problemas relacionados ao uso da substância. Segundo Adorno e Raup (2011), o autocontrole do consumo de crack está relacionado a indivíduos que têm melhores condições econômicas enquanto o uso abusivo está associado aos indivíduos que sobrevivem na pobreza e têm vínculos sociais frágeis. A evidência de que o consumo de crack está associado a pessoas em situação de marginalização social, pertencentes a estratos sociais baixos, e por pessoas negras é apresentada nos estudos de Adorno et al. (2013) e identificada em nosso trabalho a partir das reportagens analisadas.

Nossa análise indicou a importância de compreender como o telejornal escolheu retratar o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga. No período que selecionamos para análise (2012 a 2017), identificamos que o telejornal deu enfoque ao consumo do *crack* e às implicações sociais da droga predominantemente a partir da perspectiva de saúde pública, segurança pública e problema social crônico. Associamos a análise da Categoria Focalização à Teoria dos Enquadramentos e às classificações propostas por Porto (2002). Nesse aspecto, identificamos que os enquadramentos noticiosos temáticos da teoria do enquadramento têm uma correspondência com a categoria focalização da teoria do agendamento do mesmo modo que a agenda dos atributos na Teoria do Agendamento corresponde aos enquadramentos interpretativos da Teoria do Enquadramento (Capítulos 1 e 2, que discutem a teoria, e Capítulos 11 e 12, que apresentam a análise das respectivas categorias). No que concerne à agenda de atributos e enquadramentos interpretativos das reportagens analisadas, identificamos que os seis principais atributos e enquadramentos interpretativos foram: consumo de *crack* é um problema de segurança pública; registros de violência e de que o uso de *crack* pode levar a violência e, em alguns casos, à morte; o consumo de *crack* é uma epidemia no Brasil; usuários de *crack* são indivíduos dominados pela droga; persistência do consumo de *crack* nas ruas; consumo do *crack* é um problema de saúde pública com foco na medicalização e na internação.

Porto (2002) realizou uma pesquisa sobre a produção e a recepção dos enquadramentos no *Jornal Nacional* e utilizou a metodologia de entrevistas com os editores e produtores do telejornal com o objetivo de identificar os fatores que fazem que alguns enquadramentos interpretativos predominem no noticiário. Entre esses fatores, Porto (2002) destacou que estão as rotinas produtivas associadas às práticas profissionais dos jornalistas (escassez de tempo, acessibilidade de fontes), as características da audiência e as políticas da própria empresa e dos jornalistas. Em nossa análise das entrevistas com os jornalistas que produziram as reportagens, bem como da literatura utilizada para compreender o *modus operandi* do telejornal, observamos que os enquadramentos interpretativos acerca da cobertura do consumo do *crack* e as implicações sociais da droga no *Jornal Nacional* no período de nossa análise, são convergentes com o que Porto (2002) encontrou em sua pesquisa.

Em entrevista para esta pesquisa, Oliveira (2015) explicou como a Fiocruz e as pesquisas da Fundação compreendem a questão do consumo do *crack* no Brasil e contextualiza que há entendimentos conflitantes entre pesquisadores e instituições:

É um problema grave de saúde pública do ponto de vista institucional. Deve ser tratado a partir de uma perspectiva ampliada. Envolve a questão sobre redução de danos discutida em outros países, envolve a noção de que deve ser observado como um paciente mental. E há um conflito entre quem lida com a repressão (mecanismos) e quem lida entendendo o vício como uma doença, em que vários condicionantes levaram a pessoa a chegar àquela situação. Falta de emprego, drogas viciam e geram bem-estar, fuga e que explicam a dependência alcança em determinados como o *crack* até num prazo curto. É um problema de saúde pública cujas várias outras disciplinas precisam pensar juntas para tentar solucionar o problema, que não pode ser vista de um modo simplista como sendo uma questão de segurança pública. Para a Fiocruz, os condicionantes sociais explicam a aproximação do usuário à droga. (OLIVEIRA, 2015)

Embora análise tenha constatado que um dos enquadramentos preponderantes nas reportagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga no *Jornal Nacional* no período analisado tenha sido o de saúde pública, identificamos que, quando retratado como temática de saúde pública, via de regra, o telejornal agenda o assunto a partir de atributos e enquadramentos interpretativos que indicam que a solução para o problema de saúde pública é internação e medicalização. Entretanto, Oliveira (2015) afirmou que a mídia, em geral, não retrata o assunto como uma questão de saúde pública.

A questão de saúde pública fica marginal nas reportagens. É uma visão hegemônica, tratar por uma questão de violência, do aparato policial do Estado, fazendo intervenções para tirar as populações de locais de convivência, ou para celebrar a miséria porque rende imagens muito impactantes. (OLIVEIRA, 2015)

Oliveria (2015) afirmou ainda que, na oportunidade em que a Fiocruz anunciou que ia fazer um mapeamento do consumo do *crack* em todas as regiões brasileiras, houve grande procura por parte de jornalistas que pediam exclusividade e informações privilegiadas:

Uma fila ligou para pedir exclusividade, para receber informações privilegiadas, e algumas que procuravam só reiteravam o que já se sabe sobre o *crack*. Tivemos exceções, mas o que predominava era a cobertura marcada por violência, estigmas dos que vivem nas ruas, ou como uma questão de segurança pública. (OLIVEIRA, 2015)

Contudo, nossa interpretação, a partir da triangulação metodológica sobre a cobertura jornalística do *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga, evidencia que a questão transita entre três enquadramentos e que um deles é o de saúde pública, embora a temática não seja abordada preventivamente (BUENO, 1996; MOURA, 2008; TABAKMAN, 2012) e seja noticiada quase sempre com foco na medicalização e na internação compulsória dos indivíduos que consomem *crack* (LLISTÓ, 2011; RUI, 2014).

Ainda na etapa 6, recorreremos ao entendimento de Hart (2014) de que o consumo do *crack* está associado a problemas sociais relacionados à falta de emprego, à falta de moradia e às dificuldades de os indivíduos atenderem minimamente as necessidades básicas para sobrevivência. Hart (2014) explica que os indicadores de desemprego costumam estar associados ao consumo da droga, entretanto, a ausência de condições mínimas de sobrevivência, via de regra, antecederam o consumo do *crack* por parte do indivíduo. Quando perguntamos ao pesquisador sobre como os Estados Unidos resolveram o problema do consumo do *crack*, Hart (2017) confrontou nossa questão e defendeu que o consumo do *crack* não é um problema:

Não é um problema. Por exemplo, nos EUA, existem grandes problemas, como o desemprego. Esse é o verdadeiro problema. E no Brasil você está enquadrando que (o *crack*) é um problema. Os usuários de *crack* no Brasil não são o problema. O problema é que as pessoas não têm empregos. As pessoas estão desempregadas. As pessoas estão nas gangues de drogas porque não têm empregos. (HART, 2017)

Além disso, Hart (2014) critica o discurso da mídia e diz que esse discurso, quase sempre, parte do senso comum, dos estereótipos e das estigmatizações. Segundo Albuquerque (2010), o *crack* tem características psicoativas e é consumido em um contexto específico a partir de um ritual que contribui para a estigmatização dos usuários de *crack*:

Nessa perspectiva, é possível compreender que os usuários de *crack* são identificados como 'párias' da sociedade e, por falta de alternativa no mercado formal, são levados a optar por um estilo de vida marginalizado. Para sobreviver, eles acabam se inserindo em trabalhos informais ou 'bicos'. Alguns desses usuários acabam se associando ao comércio de drogas e ao crime, não só para suprir necessidades básicas de sobrevivência como também para a manutenção de seu uso. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 32)

Diante das evidências que encontramos na etapa 6, salientamos que o *crack* – enquanto droga ilícita – tem peculiaridades que outras drogas não têm: seja na forma de consumo, nos espaços onde a droga é consumida, seja o preço baixo, a classe social e a cor da pele dos indivíduos que consomem a droga pertencem; sejam as relações de causa e efeito estabelecidas pelas instituições, incluindo a mídia, em relação à droga, ao consumo e aos indivíduos dependentes de *crack*, baseadas quase sempre nas evidências do cotidiano, nas experiências dos jornalistas e da sociedade que também estão associadas ao modo como enxergam a questão complexa do consumo de *crack* e das implicações sociais da droga.

No período analisado, o *Jornal Nacional* pareceu refletir referências que são facilmente encontradas na realidade social e que, portanto, mantêm conexão com a realidade; o telejornal representa a realidade a partir das visões de mundo dos jornalistas e das experiências e vivências de cada um desses profissionais acerca do assunto; o *Jornal Nacional* trata o fenômeno do consumo do *crack* e as implicações sociais da droga de forma generalista e estereotipada, embora seja possível perceber que, em determinadas reportagens, o *Jornal Nacional* tenha representado essa realidade social subvertendo premissas do senso comum.

Ainda na etapa 6, em nossa análise do enquadramento, identificamos outras classificações importantes para compreensão do modo como a mídia – especialmente o *Jornal Nacional* – escolheu retratar os fenômenos presentes na realidade de modo a aprimorar a metodologia de análise. Assim, nossa investigação avançou na classificação dos enquadramentos a partir de Porto (2002) e identificou que, em regra, as interpretações disponíveis sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga no *Jornal Nacional* no período analisado priorizam as interpretações dominantes, a saber: enfatizam e realçam a opinião de especialistas e de fontes oficiais em detrimento das interpretações excluídas, apesar de encontrarmos reportagens na amostragem que indicam a inclusão das interpretações excluídas.

Ainda no que concerne ao enquadramento, o *Jornal Nacional* prioriza o segmento do enquadramento plural-fechado, em que um enquadramento é privilegiado em detrimento de outro ou de outros. Embora tenhamos observado a presença de segmentos de enquadramentos restritos e do tipo plural-aberto, identificamos que o segmento de enquadramento predominante no *Jornal Nacional* é o do tipo plural-fechado. A classificação dos segmentos de enquadramento nos ajuda a identificar como – em meio a uma diversidade de enquadramentos – a mídia contribui para privilegiar interpretações hegemônicas da realidade, principalmente as interpretações promovidas por fontes oficiais.

As evidências realçadas pela triangulação entre métodos e a triangulação de teoria apresentadas nesse capítulo não almejaram propor uma resposta fechada, conclusiva e indiscutível sobre o agendamento e o enquadramento do consumo do *crack* e as implicações sociais da droga no *Jornal Nacional* no período analisado. Ao contrário, esta pesquisa compreende a existência de limitações metodológicas, embora tenhamos buscado nos cercar de métodos confiáveis e da triangulação metodológica para confrontar os dados obtidos acerca do fenômeno estudado. Ao passo que nossa investigação ilumina uma série de questões acerca da cobertura do telejornal sobre o assunto, reconhecemos que, nossa pesquisa, igualmente, deixa de observar outros tantos elementos passíveis de serem investigados, e isso é resultado das escolhas metodológicas que fizemos. As evidências identificadas a partir da etapa 6, a natureza complexa e contraditória das mensagens sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga produzidas pelo *Jornal Nacional* nas reportagens veiculadas no período de 2012 a 2017.

Portanto, as evidências a que chegamos em nossa análise a partir de um prisma sócio-histórico que lançou o olhar sobre o jornalismo, a saúde pública, o consumo do *crack*, a perspectiva dos jornalistas e a perspectiva de especialistas na etapa 6 quanto à cobertura jornalística do consumo do *crack* e das implicações sociais da droga no *Jornal Nacional* foram as seguintes:

- 1) O *Jornal Nacional* agendou o assunto nos anos de 2012 e 2013 (respectivamente, 12 reportagens e 10 reportagens), conferindo importância ao assunto, em detrimento dos anos seguintes: 2014 (3 reportagens), 2015 (2 reportagens), 2016 (nenhuma reportagem) e 2017 (4 reportagens). Acreditamos que o ano de 2016 teve temáticas que concorreram com o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga,

como os Jogos Olímpicos de 2016, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e o surto do zika vírus. Essa evidência pode ser verificada na **Etapa 4 – Análise de conteúdo**.

- 2) O *Jornal Nacional* repetiu o assunto nos anos de 2012 (2 reportagens em fevereiro, 2 em março, 3 em outubro, 2 em novembro), 2013 (4 em fevereiro e 4 em maio) e 2017 (3 em maio) identificadas na **Etapa 4 – Análise de conteúdo**, garantindo visibilidade e importância ao consumo do *crack* e às implicações sociais da droga.
- 3) O *Jornal Nacional* focalizou/enquadrou o consumo do *crack* e as implicações sociais como saúde pública (totalizando 10 em saúde pública), problema social crônico (9 em problema social crônico) e segurança pública (9 em segurança pública). Quando o *Jornal Nacional* enquadrado o assunto como saúde pública, o telejornal apresentou a medicalização e a internação como soluções para o consumo da droga; como problema social crônico, o telejornal apresentou a dificuldade de solucionar o problema do consumo do *crack* e a persistência do consumo; e como segurança pública, o telejornal apresentou a repressão e o encarceramento como possíveis soluções para o consumo da droga. Esses dados estão disponíveis na **Etapa 4 – Análise de conteúdo**.
- 4) Embora existam pesquisas científicas de instituições renomadas acerca do tema, o *Jornal Nacional*, nas amostragens examinadas (no período de 2012 a 2017) tendeu a cobrir o assunto a partir do sensacionalismo, das imagens chocantes, do senso comum, da simplificação e dos estereótipos já socialmente compartilhados na sociedade conforme identificamos na **Etapa 4 – Análise de conteúdo** e na **Etapa 5 – Entrevistas**.
- 5) Os jornalistas entrevistados (**Etapa 5 – Entrevistas**) e que fizeram reportagens para o *Jornal Nacional* no período analisado empregam uma rotina produtiva normatizada, institucionalizada e interiorizada segundo a qual os princípios norteadores são: o factual, o tempo e a novidade. Embora essas questões não reflitam escolhas dos repórteres e sejam normatizadas pelo telejornal, pelo formato e pela mídia televisiva, compreendemos que esses fatores interferem na forma como os jornalistas cobrem o assunto embora eles façam leituras da realidade com a lente da sociedade que também criminaliza o consumo do *crack*, os indivíduos que usam a droga e

as implicações decorrentes do uso da droga. Identificamos, ainda, que há um esvaziamento do social em detrimento do factual normatizado pelo telejornal e, a rigor, seguido pelos repórteres.

- 6) Há correlação entre as experiências acumuladas pelos jornalistas entrevistados, suas visões de mundo sobre a realidade social do consumo do *crack* e as implicações sociais da droga e a maneira ou como os jornalistas retratam a realidade social no telejornal conforme relatos na **Etapa 4 – Análise de conteúdo**, na **Etapa 5 – Entrevistas** e na **Etapa 6 – Triangulação metodológica de teoria e a triangulação metodológica entre métodos**.
- 7) A violência e a criminalidade associadas ao consumo de *crack* nas reportagens do *Jornal Nacional* refletem as relações de causa e efeito estabelecidas pelo senso comum e, via de regra, excluem interpretações contextualizadoras de modo a considerar os determinantes sociais como: falta de emprego, moradia e condições básicas de sobrevivência como questões que antecedem o consumo da droga. Ao contrário, a relação estabelecida pelo telejornal é de que, ao consumir a droga, o indivíduo se torna violento, pratica furtos e roubos para manter o vício em *crack* e é incapaz de fazer escolhas racionais. Em nossa amostragem, encontramos 9 enquadres em segurança pública e 7 em violência, conforme podemos observar na **Etapa 4 – Análise de conteúdo** e na **Etapa 5 – Entrevistas**. Observamos, ainda, que, na perspectiva dos segmentos de enquadramento, quando utilizados os segmentos plural-fechado ou restrito, o telejornal tendeu a focar em segurança pública e violência. Identificamos que as reportagens privilegiaram por 5 vezes o enfoque em segurança pública e por 3 vezes o enfoque em violência.
- 8) O telejornal, nas amostragens analisadas no período de 2012 a 2017, usou, majoritariamente, fontes oficiais para falar do assunto, embora inclua interpretações excluídas propostas por agentes sociais que desafiam o próprio governo ou que estão à margem da sociedade. Essa constatação integra a **Etapa 4 – Análise de conteúdo** e a **Etapa 5 – Entrevistas** e indica que há a preponderância de um discurso hegemônico do governo e de especialistas nas áreas de saúde e segurança pública. Das 19 reportagens analisadas segundo as interpretações das fontes de



informação, identificamos 17 ocorrências de interpretações dominantes, 10 ocorrências de interpretações excluídas e uma interpretação do telejornal, categoria criada para esta pesquisa para a reportagem do jornalista Fábio Turci, que não utilizou *sonoras* com fontes de informações. Salientamos que a presença de um tipo de interpretação pode coexistir com outro e que 9 reportagens apresentaram interpretações (dominantes e excluídas), outras 9 apresentaram somente uma interpretação (8 apresentaram interpretações dominantes e 1 reportagem apresentou interpretação excluída) e 1 reportagem apresentou a interpretação do telejornal.

- 9) Embora os jornalistas entrevistados considerem o assunto complexo em razão dos impactos sociais que o consumo do *crack* acarreta à sociedade, não consideram que o tema deva ser objeto de campanha de prevenção – *advocacy* – no telejornal, vide entrevistas relatadas na **Etapa 5 – Entrevistas**.
- 10) Existe relação entre os enquadramentos que o assunto recebe no *Jornal Nacional* (conforme examinado na **Etapa 4 – Análise de conteúdo** e na **Etapa 6 – Triangulação metodológica de teoria e a triangulação metodológica entre métodos** e o fato de os jornalistas, no Brasil, em sua maioria, serem pessoas brancas que reportam o consumo do *crack* em que a maioria dos indivíduos consumidores da droga pertencem a estratos sociais baixos e são da cor negra (vide dados da pesquisa de Mick e Pantoja (2012) no início desse capítulo, dos estudos de Albuquerque (2010) apresentados no Capítulo 7, os estudos de Hart (2014) no Capítulo 7 e a entrevista realizada com Hart (2017) nos Apêndices (vide página 455).

As evidências identificadas no período em que analisamos as reportagens veiculadas no *Jornal Nacional* acerca da cobertura jornalística do consumo do crack e das implicações sociais decorrentes do uso da droga dialogam com estudos anteriores sobre a cobertura jornalística em relação ao consumo de crack. Os estudos de Bruck (2013; 2015), por exemplo, localiza o consumo do crack como uma temática relacionada a cenários complexos inaugurais e, que, portanto, exige do jornalismo uma “re(ação)” em cenários que impactam significativamente a sociedade. Nosso trabalho também dialoga com reflexões como as de Sena (2012) que identifica que, aos poucos, a cobertura midiática vai retirando a relação do fenômeno do crack com

dimensões sócio-políticas complexas, transferindo para os sujeitos sociais a responsabilidade do fenômeno.

No que concerne aos enquadramentos, nosso trabalho dialoga com estudos anteriores realizados por Graziano e Nascimento (2013) sobre os enquadramentos noticiosos acerca do consumo do consumo crack e das implicações sociais da droga. Para efeito de análise, as autoras consideraram as fontes de informação e os principais pontos de vista citados nas reportagens analisadas em revistas semanais e no Jornal Folha de São Paulo. Nosso estudo, no entanto, se dedica à análise do agendamento e do enquadramento do telejornal de maior audiência da televisão aberta brasileira – o Jornal Nacional – a partir da cobertura jornalística sobre o consumo do crack e as implicações sociais decorrentes do uso da droga.

Diante das evidências encontradas na **Etapa 6 – Triangulação metodológica de teoria e a triangulação metodológica entre métodos**, passaremos às conclusões, em que, para além das constatações e da interpretação dos dados obtidos, pretendemos formular questões e sugerir encaminhamentos acerca da cobertura jornalística do *Jornal Nacional* no que tange ao consumo do *crack* e suas implicações sociais.

## Conclusões

Buscamos compreender como o *Jornal Nacional*, telejornal de maior audiência da televisão brasileira, agendou e enquadrou o consumo do crack e as implicações sociais da droga uma vez que há indicadores de que o consumo da droga está presente em mais de 98% dos municípios brasileiros, conforme pesquisa mais recente da Confederação Nacional dos Municípios, divulgada em 2011. Nossa estratégia para compreender a cobertura jornalística do *Jornal Nacional* considerou analisar as reportagens veiculadas no período de 2012 a 2017 que tiveram como temática o consumo da droga.

O recorte temporal das reportagens foi definido a partir das considerações feitas por McCombs (2006; 2009) acerca dos estudos dos efeitos no médio e no longo prazo na Teoria do Agendamento. Desse modo, compreendemos que o período selecionado contemplaria a perspectiva dos estudos propostos por McCombs (2009) e forneceria um quadro de referencialidades significativo para compreendermos o fenômeno observado a partir dos autores e teorias que elencamos neste trabalho.

Assim, a investigação avançou no sentido de responder ao seguinte **problema de pesquisa**: como se dá o processo de agendamento e enquadramento do *Jornal Nacional* em pautas sociais complexas, valendo-nos da análise da cobertura jornalística do *Jornal Nacional* perante o progressivo avanço do consumo do *crack* no Brasil? Ao analisar tal cobertura, que fatores podem ser identificados no processo de agendamento e enquadramento do telejornal para pautas sociais complexas?

O **objetivo geral** foi descrever os processos de agendamento e enquadramento jornalísticos adotados na cobertura da pauta sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais decorrentes do uso da droga na cobertura jornalística do telejornal de maior audiência da televisão brasileira no período analisado – o *Jornal Nacional*.

Os **objetivos específicos** foram: i) identificar a agenda temática e os enquadramentos do telejornal de referência – *Jornal Nacional* – sobre o consumo do *crack* nos últimos cinco anos (2012 a 2017), levando em conta que, nesse período, nas cracolândias tiveram início atividades voltadas para a internação compulsória de usuários de *crack*, ações dos governos (municipais, estaduais e federal) no sentido de revitalizar os espaços urbanos ocupados por usuários da droga e o fato de que, no Brasil, importantes levantamentos científicos foram produzidos sobre o *crack* nas duas

primeiras décadas do século XXI; e ii) identificar as relações existentes entre fontes de informação – considerando as rotinas produtivas – e o conteúdo das narrativas jornalísticas que impacta na forma como o telejornal explica e dá conhecimento aos cidadãos quanto aos assuntos que estão relacionados ao consumo do *crack* e ao entorno sociocultural e histórico que envolve o consumo da droga.

O trabalho foi organizado em seis diferentes etapas: **Etapa 1 – Pesquisa exploratória teórica; Etapa 2 – Revisão bibliográfica; Etapa 3 – Pesquisa exploratória de coleta de dados; Etapa 4 – Análise de conteúdo; Etapa 5 – Entrevistas** e, por fim, identificamos a necessidade de triangular os dados a partir da **Etapa 6 – Triangulação metodológica de teoria e a triangulação metodológica entre métodos.**

A análise indicou que o caráter factual dos acontecimentos prepondera em detrimento do caráter social quando o *Jornal Nacional* cobre jornalisticamente o consumo do *crack* e as implicações sociais decorrentes do uso da droga e que o telejornal reconhece e assume a proeminência do caráter factual como valor para o *Jornal Nacional*. Essa diretriz ficou evidente no discurso dos jornalistas entrevistados, os quais reforçaram a importância da cobertura jornalística sobre o assunto, embora tenham realçado elementos da rotina produtiva inerentes ao jornalismo como entraves para a realização de uma abordagem mais plural e contextualizadora do tema.

Entendemos que, ao mesmo tempo em que o *Jornal Nacional* se coloca como o telejornal que reflete “o que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo” (BONNER, 2009), “o que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo” depende de uma variável importante e definidora: ser factual e se apresentar como um fenômeno novo. Desse modo, questionamos o critério de importância estabelecido pelo telejornal para cobrir jornalisticamente os assuntos e a relação de importância do consumo do *crack* e das implicações sociais da droga no contexto da sociedade brasileira, uma vez que o consumo do *crack* não é um fenômeno novo no Brasil, embora seja importante e cause impactos na sociedade.

Percebemos, ainda, que o assunto foi pautado e agendado no *Jornal Nacional* no período analisado, contudo o telejornal concentrou a cobertura sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga nos dois anos (2012 e 2013) em que as mídias repercutiam ações do governo federal em termos de políticas públicas de combate ao consumo de *crack* e prefeituras, como as de São Paulo e do Rio de Janeiro, iniciaram programas de combate ao consumo da droga. A concentração da

cobertura jornalística revelou que o telejornal agendou o assunto, dedicou tempo significativo à temática e, por vezes, repetiu o assunto nas edições do *Jornal Nacional*. Apesar disso, identificamos lapsos temporais na cobertura que indicaram que, em concorrência (McCOMBS, 2006) com outros temas – Olimpíadas 2016, por exemplo, o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e o surto do zika vírus –, o consumo do crack e as implicações sociais da droga não se tornaram agenda para o telejornal e, conseqüentemente, não figuraram entre os assuntos mais relevantes para os telespectadores do *Jornal Nacional* naquele ano, embora tenham persistido na realidade social dos grandes centros urbanos e dos municípios do interior do país.

Ainda quanto às reportagens, ponderamos que, majoritariamente, o *Jornal Nacional* apresentou o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Levantamento realizado pela Fiocruz em 2014 revelou que o maior consumo de *crack* se concentra nas regiões Nordeste e Sul e que o menor consumo da droga está na região Sudeste. Disso, depreendemos que, embora existam indicadores confiáveis sobre a presença e o consumo do *crack* em outras regiões do país, o telejornal reconfigura a realidade social e a apresenta no noticiário televisivo em desacordo com a realidade social propriamente dita. Salientamos que, das 31 reportagens veiculadas no período analisado, somente uma cobriu o assunto na região Sul do país. Buscamos refletir sobre o que essa inferência pode esclarecer e acreditamos que existam, pelo menos, três motivos para que o *Jornal Nacional* escolha representar e realçar o consumo do *crack* nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro: 1) o fato de a sede da Rede Globo estar instalada na cidade do Rio de Janeiro; 2) a concentração de repórteres e de afiliadas na região Sudeste que contribuem para a oferta de uma quantidade maior de pautas e conteúdos jornalísticos; e 3) o fato de que o consumo do *crack* apresenta peculiaridades na forma de consumir, nos locais em que é consumido – a céu aberto – e o estigma social a que estão sujeitos os usuários de *crack* parecem reforçar um cenário de incômodo maior nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Talvez, por isso, a questão possa sobressaltar no noticiário.

Além disso, identificamos que, a despeito de a droga mais consumida no Brasil, conforme dados do ano de 2012, do II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (II Lenad), ser a cocaína – 6,1% entre adolescentes e adultos já usaram cocaína alguma vez na vida, contra 2,1% entre adolescentes e adultos já usaram *crack* –, os noticiários divulgam apenas o consumo do *crack* como epidêmico. Nossa análise mostrou que

as reportagens dão o enquadramento ao consumo do *crack* como problema epidêmico, sendo que esse quadro interpretativo apareceu, pelo menos, seis vezes nesta análise. Realçamos que a palavra “epidemia”/“epidêmica” em referência à droga e à dependência química no tocante ao *crack* também está presente nas reportagens analisadas e na opinião dos jornalistas entrevistados para esta pesquisa.

Ao analisarmos a literatura produzida por Rui (2014), observamos que a autora correlaciona certo alarde da mídia quanto ao consumo do *crack* à aceleração das políticas públicas de enfrentamento e combate ao consumo do *crack*. Para além disso, a autora parece estabelecer uma relação intensiva e íntima entre a exposição midiática e o início das respectivas políticas públicas. Embora tenha sido nossa intenção estudar o fenômeno anterior à primeira década do século XX, em razão da indisponibilidade do material jornalístico, o recorte contemplou cinco anos de cobertura do *Jornal Nacional* – 2012 a 2017 –, portanto não foi possível checar essa relação sugerida por Rui (2014), tendo em vista que o foco das políticas públicas teve início em 2009, três anos antes do período inicial desta análise. Sem embargo, a questão levantada por Rui (2014) pode ser interessante para ser objeto de reflexões futuras acerca do agendamento e do enquadramento da mídia quanto ao fenômeno complexo do consumo do *crack* e das implicações sociais decorrentes do uso da droga a partir da seguinte perspectiva: seria a mídia a responsável por provocar a formulação de políticas públicas de Estado para o enfrentamento do consumo do *crack*?

As entrevistas realizadas com os jornalistas responsáveis pelas reportagens analisadas forneceram um panorama de compreensão acerca não apenas das rotinas e práticas jornalísticas, muitas já conhecidas por nós a partir das teorias do jornalismo, mas também de indicadores de que o trabalho dos jornalistas no *Jornal Nacional* parece estar submetido a um constante contingenciamento de tempo e de espaço que não é definido pelos jornalistas, embora seja interiorizado e praticado por eles. Esse contingenciamento é argumento utilizado pelos jornalistas para justificar a cobertura generalista e simplificadora do assunto, embora parte dos jornalistas entrevistados tenha considerado importante subverter o caráter sentenciador do tempo e do espaço em virtude da qualidade da cobertura.

Além dos aspectos anteriormente explicitados relativos às rotinas produtivas, identificamos que a cobertura jornalística realizada pelo *Jornal Nacional* acerca do consumo do *crack* e das implicações sociais decorrentes do consumo da droga privilegia a valorização do “medo”, do “terror” e do “pânico” aludidos ao contexto do

consumo do crack nos pequenos e grandes centros urbanos, já que o consumo da droga caracteriza-se pela utilização em locais públicos, geralmente, de grande circulação de pessoas, a céu aberto, provocando certo “incômodo” para a população. Inferimos que um valor-notícia utilizado para definir a noticiabilidade do consumo do crack no telejornal, no período analisado, foi o “medo”, embora esse valor-notícia não tenha sido contemplado em nenhuma das categorizações explicitadas anteriormente em nosso trabalho. Contudo, o “medo” está relacionado aos valores-notícia apresentados que estão associados à violência e à criminalidade, tais como: conflito ou controvérsia e infração.

Nossa pesquisa identificou que o telejornal focalizou e enquadrou o assunto como, via de regra, de saúde pública, segurança pública e problema social crônico. Apesar de os enquadramentos noticiosos indicarem como o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga foram etiquetados pelo *Jornal Nacional*, percebemos que, quando o telejornal tratou o assunto como de saúde pública, pouco avançou na proposta de discussões mais plurais, na prevenção do vício ou mesmo na formulação de proposições acerca de como solucionar o problema social apresentado, mostrando, quase sempre, a medicalização e a internação como alternativas para solucionar o problema. Llistó (2011) orienta quanto à necessidade de buscar inserir a questão do consumo do *crack* a partir de uma perspectiva socioantropológica e menos baseada na medicalização.

Em nossa análise, identificamos que o telejornal adotou a compreensão de que, sendo um problema de saúde pública, o consumo do *crack* pode ser solucionado com a internação e a medicalização dos indivíduos viciados na droga. Observamos que essa compreensão parte do senso comum, apesar de o telejornal utilizar fontes oficiais e *experts* para falar do assunto. A hegemonia do discurso dominante das fontes oficiais e institucionais parece reduzir a importância de pesquisas realizadas que identificam que o consumo do *crack* tem relação com questões sociais complexas que antecedem o vício na droga. Essa abordagem – de que os problemas sociais precedem o consumo da droga e, ao contrário, não decorrem do vício – não foi feita pelo telejornal em nenhuma das reportagens analisadas. Nesse aspecto, questionamos a abordagem do *Jornal Nacional* ao focalizar o assunto reconhecidamente complexo (BRUCK, 2013) sob um prisma ou mais de um prisma, privilegiando quase sempre um enquadramento noticioso em detrimento de outro,

quando, em realidade, a questão do consumo do *crack* e as implicações sociais demandam, por parte da mídia, abordagem multidisciplinar e socioantropológica.

Identificamos que as reportagens que enquadraram o consumo do *crack* e as implicações sociais sob a perspectiva da segurança pública, associando o consumo da droga a contextos de violência, reforçam o que o senso comum já sabe sobre a droga, sobre os usuários de *crack* e sobre o contexto em que estão inseridos. Todavia, essas formulações já socialmente compartilhadas, normatizadas e institucionalizadas acerca do fenômeno do consumo do *crack* nem sempre correspondem integralmente à realidade. No caso dos Estados Unidos, Hart (2014) constatou que apenas um terço dos presos tinha cometido crimes sob influência de drogas. Embora pesquisas tenham sido realizadas em penitenciária no Sul do Brasil e revelado que o consumo do álcool é o maior responsável por roubos e por gerar contextos de agressividade, as reportagens do *Jornal Nacional*, quando agendam e enquadram o assunto na perspectiva de segurança pública e violência, reforçam o quadro de referencialidades que associa o consumo do *crack* a cenários de violência.

Reconhecemos que, nas reportagens que o *Jornal Nacional* veiculou sobre programas municipais que estabeleciam compensações – trabalho, moradia, dinheiro –, de alguma forma, o telejornal buscou demonstrar que o indivíduo viciado em *crack* é capaz de fazer escolhas racionais e de vencer o vício caso lhe sejam ofertadas oportunidades. Em entrevista para esta pesquisa, Hart (2017) destacou que, após 30 anos, a mídia estadunidense avançou na forma como passou a abordar o assunto e que isso se deveu às ajudas fornecidas – oferta de moradia, emprego e dinheiro – aos usuários de *crack*. O *Jornal Nacional* chegou a veicular reportagens a partir dessa perspectiva, embora não tenha trazido perspectivas científicas nas mensagens veiculadas, valendo-se apenas dos projetos e ações dos governos e prefeituras.

Seguindo o nosso entendimento sobre a questão, este trabalho considerou que as rotinas produtivas descritas pelos diferentes autores no corpo deste trabalho que envolvem o fazer televisivo e o fazer jornalístico determinam sobremaneira o modo como o *Jornal Nacional* realizou a cobertura sobre o consumo do *crack* no período analisado: a espetacularização, o sensacionalismo, a presença de generalizações e simplificações e a disseminação de estereótipos e estigmas consolidados e compartilhados socialmente preponderaram em detrimento da profundidade e da contextualização, uma vez que – ao sofrerem cotidianamente as pressões do tempo e do espaço, considerados elementos da distorção involuntária pela Teoria do



*Newsmaking* – os jornalistas tendem a simplificar o trabalho de apuração e edição na cobertura do *Jornal Nacional*.

Ainda sobre o aspecto das rotinas produtivas, identificamos que uma das etapas do processo de produção jornalística – a apuração – parece receber menos importância em razão dos fatores limitadores – tempo e espaço. Desse modo, percebemos que, ao iniciar a produção telejornalística acerca do consumo do crack e das implicações sociais decorrentes do uso da droga, os jornalistas, em regra, buscam informações em pesquisas, estudos recentes, com fontes de informação com autoridade para falar sobre o assunto, embora reproduzam, por vezes, textual e imagetivamente nas reportagens analisadas, informações consensuais oriundas do senso comum do que culturalmente já foi compartilhado sobre a droga e institucionalizado na sociedade.

Portanto, entendemos que a apuração, enquanto etapa do processo de produção jornalística, na análise das entrevistas realizadas com os repórteres fica subentendida no processo de produção, embora pareça não ter expressiva relevância na cobertura do telejornal sobre o assunto, uma vez que percebemos que o conteúdo das reportagens e das entrevistas realizadas com os repórteres denota a reprodução do pouco que se sabe sobre a droga, de estigmas e estereótipos acerca do consumo e dos usuários de crack, bem como reflete as relações de causa e efeito reproduzidas no telejornal, evidenciando que os jornalistas, por vezes, têm dificuldades para se distanciar da realidade e da cultura.

Nesse sentido, identificamos entraves entre as experiências dos jornalistas e suas respectivas leituras da realidade social e a correspondência disso com a maneira como escolheram retratar a realidade social acerca do consumo da droga. Embora todos os repórteres entrevistados para esta tese tenham enfatizado o caráter factual do fenômeno até como forma de assegurar o paradigma da objetividade jornalística, reconhecemos que nossa análise acerca dos enquadramentos noticiosos e interpretativos evidenciou que o paradigma da objetividade tem limitações e fragilidades e se apresenta em declínio, embora tenha papel normativo e empírico, e cedeu lugar ao que Goffman (1986 e 2012) e Porto (2002) definiram como orientação estruturada.

Este trabalho, ao retomar o proposto nos objetivos específicos, identificou que, na amostragem analisada, o *Jornal Nacional* se valeu de fontes oficiais e institucionais das áreas de saúde e segurança pública para interpretar o fenômeno e a realidade

social acerca do consumo do *crack* que ora se apresentava, revelando, assim, a hegemonia do discurso do telejornal nos aspectos de saúde e segurança e estabelecendo correlação entre o consumo da droga e a necessidade de internação e medicalização e entre o consumo da droga e a criminalidade e a violência social. Segundo pesquisa (PERRENOUD; RIBEIRO, 2012), por ser uma droga barata, o *crack* não é o foco dos traficantes responsáveis por mortes e pela manutenção do crime organizado. Todavia, o que verificamos é que, por ser uma droga consumida em espaços públicos de grande movimento e circulação de pessoas, em geral, por pessoas negras pertencentes a segmentos sociais mais baixos, desprovidas de condições de suprir necessidades básicas de consumo, o *crack* tende a ser retratado como droga letal, mais perigosa, degradante e desafiadora, assumindo, por vezes, um caráter demoníaco sobre o indivíduo que a consome. Consideramos a pesquisa de Acioli Neto e Santos (2015), que versa sobre o uso social e controlado do *crack*. Entretanto, em nossa análise das reportagens veiculadas no *Jornal Nacional*, não percebemos evidências que poderiam fornecer essa interpretação para a sociedade.

Diante do exposto, reconhecemos a complexidade do tema a ser retratado pelo *Jornal Nacional* e consideramos que o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga é um fenômeno inserido em um processo social mais amplo que demanda a multiplicidade de olhares e de perspectivas de compreensão do fenômeno. Assim, embora nossas evidências nos indiquem que o *Jornal Nacional*, em razão do formato, da escassez de tempo e de sua abrangência, não tenha condições de ofertar conteúdos mais contextualizadores e profundos, somos provocados a pensar conforme Weaver (2016): se, por um lado, a noção de que o acontecimento e sua característica de factualidade seja o ponto de partida do noticiário televisivo conforme identificamos nas teorias do jornalismo e na entrevistas realizadas com os jornalistas responsáveis pela cobertura do consumo do *crack* no *Jornal Nacional*, por outro, parece plausível que não sejam a razão de ser do telejornalismo dada a abrangência e a importância que o telejornal de maior audiência da televisão brasileira assume como produto capaz de oferecer “o que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo”.

Por fim, consideramos que a cobertura jornalística do consumo do *crack* e das implicações sociais decorrentes da droga normatiza o consumo da droga como epidêmico. Retomamos o conceito da palavra epidemia de acordo com pesquisas na área de saúde pública. Conforme Barata (1987), a essência da epidemia está

associada ao suporte dado por um conjunto de circunstâncias existentes em um lugar, em certo tempo e não na doença propriamente dita. A pesquisadora explica que a doença sempre se repete, enquanto a epidemia, nesse sentido, é única. Portanto, o que faz da epidemia um fato único é a especificidade do contexto no qual ocorre, e não a essência da doença em questão. Desse modo, nossa análise indica que a palavra epidemia se refere a um conjunto de fatores em determinado lugar e em determinado período. Chegamos, então, ao ponto de refletir que, no *Jornal Nacional*, algumas palavras são utilizadas, desconsiderando seu real significado. O consumo do *crack*, tal qual se apresenta na realidade social, não é episódico, transitório ou periódico no Brasil, como afirmam as reportagens analisadas. O consumo do *crack* é uma realidade social complexa que exige que diferentes esferas do poder atuem de forma dialogada e multidisciplinar, levando em conta os inventários e pesquisas já feitas sobre o tema no Brasil e no mundo, embora o contexto brasileiro apresente peculiaridades que não devem ser descartadas.

Dito isso, o jornalismo, como instância social relevante, não pode perder de vista, muito menos se negar à função esclarecedora a que se propõe, uma vez que, ao ofertar quadros da realidade sobre o assunto, é capaz de criar mapas cognitivos e formas de compreender a realidade social, conforme afirmam Berger e Luckmann (2004) e Limppmann (2008). Moura (2008) esclarece-nos que a comunicação é basilar para a conquista de direitos na área de saúde. Ao identificar dois paradigmas – *pós-dano* e *ação anterior ao dano* – a autora explica que, em regra no Brasil, há uma tradição do paradigma pós-dano, em que a comunicação em saúde se concentra em remediar em vez de prevenir. Nesse aspecto, identificamos, a partir de nossa análise, que o jornalismo tem um importante papel a cumprir: realizar coberturas jornalísticas que sejam eficientes na prevenção de doenças e na atenção à saúde. O jornalismo tem como desafio ampliar o acesso à informação, contribuindo para a prevenção do consumo de crack e promover esclarecimentos acerca do consumo da droga e das implicações sociais decorrentes do uso de crack.

Esperamos que os resultados desta pesquisa semeiem reflexões acerca do processo de agendamento e de enquadramento de pautas sociais complexas, propondo, inclusive, que o foco no factual seja repensado diante de pautas que demandam abordagem mais aprofundada. Para além disso, registramos que a cobertura do consumo do *crack* e das implicações sociais decorrentes da droga e de temas de igual complexidade social possam servir para a sensibilização desses

profissionais acerca do papel que o jornalismo tem na reconfiguração de novos cenários sociais e de uma leitura da realidade mais contextualizada e contextualizadora.

Nossa perspectiva é de que, ao estudar o fenômeno da cobertura do *Jornal Nacional* sobre o consumo do *crack* e as implicações sociais da droga, possamos oferecer a pesquisadores, aos jornalistas que produzem o telejornal, a profissionais da área da comunicação e do jornalismo e à sociedade uma contribuição para compreender o processo de enquadramento e de agendamento de pautas sociais complexas, das quais o consumo do *crack* foi exemplar.

Por fim, considerando os resultados de pesquisa, já elencados, deixamos novas questões que possam ser examinadas futuramente: como o *Jornal Nacional* poderia avançar em suas contribuições para a leitura da realidade social em pautas sociais complexas, como a do consumo do *crack*? A questão, nos parece, passa pela formação dos jornalistas, pelo reconhecimento do problema como passível de prevenção e, assim sendo identificado, reconhecido como tema a ser tratado preventivamente pelo telejornal. Não obstante o conjunto de práticas e normas socialmente compartilhadas e interiorizadas pelos jornalistas, recomendamos que o reconhecimento do consumo da droga e suas implicações sociais como questão rotineira facilmente encontrada nas ruas dos grandes centros e das cidades do interior do país não seja suficientemente capaz de sujar ou ofuscar a visão daqueles que, a rigor, são considerados os guardiões da sociedade – os jornalistas; das “janelas para o mundo exterior” – a mídia – e, por fim, daquele que se propõe a contar a história do Brasil, retratando as realidades sociais – o *Jornal Nacional*.

Caminhando para as palavras finais desta tese, nossa investigação acerca do processo de agendamento e enquadramento da cobertura jornalística do consumo do *crack* e as implicações sociais decorrentes do uso da droga mostrou que o *Jornal Nacional* desempenha papel fundamental na orientação de como os telespectadores podem pensar o assunto a partir do que o telejornal recorta e representa nas reportagens analisadas.

Dessa maneira, compreendemos, a partir da análise de uma parte do processo de agendamento e enquadramento, que o *Jornal Nacional* ofereceu para os telespectadores, em suas mensagens jornalísticas, uma das interpretações possíveis acerca do consumo do *crack* e as implicações sociais da droga, embora esse recorte indique que o assunto, na amostragem analisada, foi coberto, pelo *Jornal Nacional*

de forma fragmentada, o que pode estar relacionado às limitações impostas pelas rotinas produtivas que interferem na identidade profissional dos jornalistas, à experiência concreta de cada repórter com o assunto, entre outros fatores externos, como as abordagens propostas pela segurança pública e pela saúde pública quanto à definição do que é o indivíduo que consome *crack*, bem como das possibilidades de solução para o problema. Nossa análise mostrou que há contradições entre as interpretações do assunto por parte de instituições diferentes ligadas ao Estado – nos diferentes níveis: municipal, estadual e federal –, pesquisadores e instituições de pesquisa.

Por conseguinte, identificamos que a fragmentação no processo de agendamento e enquadramento do consumo do *crack* e as implicações sociais decorrentes do uso da droga é processual também para essas instituições e, ao contrário, não depende apenas dos fatores relativos aos profissionais que produzem as reportagens. Os estigmas e as normatizações acerca da droga já são compartilhados socialmente entre os diferentes setores envolvidos na discussão do problema e parecem interferir na maneira como os repórteres entrevistados leem e representam a realidade social em suas reportagens.

Disso depreendemos que o consumo do *crack* e suas implicações sociais é um tema complexo porque é socialmente complexo e, por isso, é um tema que pode fornecer compreensões e ser ponto de partida para a análise do processo de enquadramento e de agendamento em outras pautas sociais complexas. Antes de ser um acontecimento jornalístico, antes mesmo de se tornar notícia e receber o tratamento jornalístico e os respectivos enquadramentos, o tema se apresenta como socialmente complexo, o que pode estar relacionado ao fato de que o processo de agendamento e de enquadramento sobre o assunto acontece antes de passar pela mídia e, portanto, antes da cobertura jornalística, embora a cobertura feita pelo *Jornal Nacional*, no período analisado, pareça incidir sobre o fenômeno e a compreensão que os telespectadores possam ter do assunto.

Uma vez que a mídia – especificamente o *Jornal Nacional* – tem papel preponderante na construção dos mapas cognitivos da sociedade, conforme observamos nas Teorias da Opinião Pública, observamos que, no período de nossa análise, quando o *Jornal Nacional* agendou e enquadrou o assunto, o telejornal privilegiou os aspectos relativos ao factual. Quando o telejornal agendou e enquadrou o consumo do crack e suas implicações sociais a partir das temáticas da saúde

pública, focalizou a internação e a medicalização dos usuários de *crack*. Quando o *Jornal Nacional* abordou o assunto como problema de segurança pública, focalizou a repressão e o encarceramento como possíveis soluções. Desse modo, inferimos que o telejornal tende a pautar também as ações do Estado em termos de políticas públicas e, nesse sentido, ao fornecer um quadro distorcido da realidade social, em certa medida, tende a distorcer também o modo como essas políticas públicas podem ser formuladas.

Em nossa observação, constatamos que o *Jornal Nacional* agendou e enquadrou o consumo do *crack* e suas implicações sociais no período analisado nesta pesquisa, refletindo os processos pelos quais o acontecimento passa para se tornar noticiável, envolvendo as condições de produção do material jornalístico, as experiências e vivências dos jornalistas, os princípios editoriais da empresa jornalística e as visões de mundo e os posicionamentos das fontes jornalísticas utilizadas no discurso do telejornal. Embora o consumo do *crack* seja um problema social complexo, o telejornalismo produzido pelo *Jornal Nacional* cobriu jornalisticamente o assunto com uma abordagem factual que também é comum nesse telejornal para temas que não têm a mesma complexidade.

Os resultados da análise da cobertura jornalística feita pelo *Jornal Nacional* sobre o consumo de *crack* já expostos nos Capítulos 11 e 12 e sintetizados no Capítulo 13 nos conduziram a propor novas inquietações para estudos futuros: ao analisar a cobertura jornalística do *Jornal Nacional* no período de cinco anos, novas pesquisas poderiam investigar por exemplo: de que maneira o telejornalismo pode alterar a forma de cobrir assuntos que, na realidade social, se apresentam como corriqueiros, embora não devam ser naturalizados? Outras pesquisas ainda poderiam investigar: em que medida o jornalismo, especificamente, o telejornal de maior audiência no período analisado nessa tese – o *Jornal Nacional* – pode cumprir a função precípua do jornalismo de promover esclarecimento e informação acerca do assunto? Nossas conclusões também indicam que futuras pesquisas poderiam investigar: de que forma o jornalismo poderia contribuir com a mudança do cenário social complexo que ora se apresenta em torno do consumo do *crack* e das implicações sociais decorrentes do uso da droga a partir das coberturas jornalísticas que realiza?

Embora este trabalho tenha focado nos processos de agendamento e enquadramento, depreendemos que o factual desempenhou papel relevante nos processos de agendamento e enquadramento do consumo do *crack* e das implicações

sociais decorrentes do uso da droga, o reconhecimento da presença do factual no *Jornal Nacional* pode servir para o desenvolvimento de outros estudos de temáticas sociais complexas *pari passu* a coberturas de grande impacto produzidas pelo telejornal. O presente trabalho propõe ainda uma reflexão sobre a formação profissional do jornalista na perspectiva do ensino nos cursos de Jornalismo com vistas a identificar as práticas já consolidadas, mapeando as potencialidades que o jornalismo oferece para compreensão de parcela da realidade social por parte da sociedade e as contribuições que pode dar para a formulação de políticas públicas que tendam a dialogar sobre o problema social crônico que é o consumo do *crack* no Brasil, entre outras temáticas sociais complexas.

## Referências

- ACIOLI NETO, Manoel de Lima; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; SOUSA, Yuri Sá Oliveira. Representações sociais do crack na imprensa pernambucana. *Estud. Psicol.*, Campinas, v. 29, n. 3, Julho/Setembro de 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2012000300008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2012000300008)>. Acesso em: 7 ago. 2017.
- ACIOLI NETO, Manoel de Lima; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. *Os usos sociais do crack: construindo uma clínica situada culturalmente*. Recife: Editora UFPE, 2015.
- ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira; RAUP, Luciane Marques. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, v. 04, p. 52-67, 2011. Disponível em: <<http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/adolescencia/article/view/243>> Acesso em: 04 jul. 2018.
- ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira et al. Revisão bibliográfica: o consumo do crack nos últimos 20 anos. *Saúde e Transformação Social*, Florianópolis, v. 04, n. 02, p. 157-166, 2013. Disponível em: <<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeettransformacao/article/view/2251/2648>> Acesso em: 04 jul. 2018.
- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA (ANDI). *Mídia e Drogas – o perfil do uso e do usuário na Imprensa Brasileira*. São Paulo: Cortez, 2005.
- ALBUQUERQUE, Bernardo Starling. Idade doída da pedra: configurações históricas e antropológicas do crack na contemporaneidade. In: SAPORI, Luiz Flávio; MEDEIROS, Regina. *Crack: um desafio social*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2010.
- ANGRIMANI, Danilo. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo: Summus, 1995.
- AZEVEDO, Graziela. Entrevista concedida a Fernanda Vasques Ferreira. E-mail, 5 nov. 2017.
- BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. *Manual de telejornalismo – os segredos da notícia na TV*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Editora 70, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Editora 70, 2011.
- BASSAN, Pedro. Entrevista concedida a Fernanda Vasques Ferreira. Telefone, 8 nov. 2017.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BECKER, Beatriz. Jornalismo audiovisual de qualidade: um conceito em construção. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, ano VI, v. 6, n. 2, p. 95-111, jul-dez. 2009. Disponível em:



<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2009v6n2p95/11279>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Televisão e novas mídias: repensando o papel das audiências nos telejornais. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação E-Compós*, Brasília, v. 17, n. 2, mai-ago 2014.

\_\_\_\_\_. *Televisão e telejornalismo: Transições*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BERLO, David K. *O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BIAZZI, Renato. Entrevista concedida a Fernanda Vasques Ferreira. Telefone, 6 nov. 2017.

BONNER, William. *Jornal Nacional: modo de fazer*. São Paulo: Globo, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. *Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. Brasília: Secom, 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Comunicação da Presidência da República. *Pesquisa Brasileira de Mídia 2014*. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/download/PesquisaBrasileiradeMidia2014.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

BRUCK, Mozahir Salomão. Crack na imprensa: imaginários e modos de representação do jornalismo sobre o surgimento e a explosão da droga em Belo Horizonte (MG, Brasil). *Brazilian Journalism Research*, Brasília, v. 9, n. 1, p.174-193, 7 jul. 2013. Maio de 2010. Disponível em: <<http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/513/446>>. Acesso em: 29 set. 2013.

\_\_\_\_\_. *O jornalismo diante de novos cenários sociais: a imprensa e o surgimento da Aids e do crack*. São Paulo: Intermeios, 2015.

BRUM, Juliana de. A hipótese do agenda-setting: estudos e perspectivas. *Revista Razón y Palabra*, n. 35, outubro/novembro, 2003. Disponível em: <<http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n35/jbrum.html>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

BUENO, Wilson da Costa. *Comunicação para a saúde: uma experiência brasileira*. São Paulo: Plêiade, 1996.

\_\_\_\_\_. *Empurroterapia na imprensa: esta doença tem remédio?* Disponível em: <[http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/6/62/A\\_empurroterapia\\_-\\_Wilson\\_Bueno.pdf](http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/6/62/A_empurroterapia_-_Wilson_Bueno.pdf)> p. 01-22, 2005. Acesso em: 16 jul. 2017.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. *Revista Contemporânea*, v. 7, n. 2, p. 01-15, dez 2009. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/viewArticle/3701>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. *Natureza e transformação do jornalismo*. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC, 2016.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Ver, olhar observar. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga. (Orgs.). *Observatórios da mídia: olhares da cidadania*. São Paulo: Paulus, 2008.

CHRITCHER, Chas et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Florianópolis: Insular, 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). *Observatório do crack*. Brasília: CNM, 2011. Disponível em: <[http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ObservatoriodoCrack\(2011\).pdf](http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ObservatoriodoCrack(2011).pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2014.

CORREIA, João Carlos. *O lugar do framing nas sociedades complexas*. 2012. Disponível em: <[https://www.academia.edu/27958792/O\\_lugar\\_do\\_framing\\_nas\\_sociedades\\_complexas?auto=download](https://www.academia.edu/27958792/O_lugar_do_framing_nas_sociedades_complexas?auto=download)>. Acesso em: 20 ago 2017.

COUTINHO, Iluska; GOUVÊA, Allan. Os sentidos e os efeitos sociais da informação televisiva em saúde: um estudo de recepção com pacientes do câncer de mama. *RECIIS – Rev Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde*, v. 10, n. 1, p. 01-15, jan-mar 2016. Disponível em: <[https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1002/pdf\\_1002](https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1002/pdf_1002)>. Acesso em: 17 ago. 2016.

CURADO, Olga. *A notícia na TV: O dia-a-dia de quem faz telejornalismo*. São Paulo: Alegro, 2002.

DINES, Alberto. *Brasil hoje: alerta geral*. Programa nº. 355. Disponível em: <[http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/oinatv.asp?tv\\_edi=355](http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/oinatv.asp?tv_edi=355)>. Acesso em: 6 ago. 2017.

DUALIBI, Lígia Bonacim et al. Perfil do usuário e história natural do consumo. In: LARANJEIRA, Ronaldo; RIBEIRO, Marcelo. *O tratamento do usuário de crack*. Porto Alegre: Artmed, 2012.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (Orgs.) *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo, Atlas, 2006.

DUARTE, Teresa. *A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica)*. Cies e-working paper. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Disponível em: <[http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP60\\_Duarte\\_003.pdf](http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP60_Duarte_003.pdf)>. Acesso em: 27 nov. 2015.

FERRARI, Ana Paula; MOURA, Dione Oliveira. Consumo, cidadania e direito à saúde – a imprensa e o cidadão quando o assunto é risco sanitário. *Revista Interin*, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 01-17, 2009. Disponível em <<http://interin.utp.br/index.php/vol11/article/view/65>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

FERREIRA, Fernanda Vasques. As representações dos indivíduos anônimos no telejornalismo brasileiro: um estudo comparativo entre o Jornal Nacional e o Jornal da Record. 2007. 156 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

FEUERSCHÜTTE, Simone Ghisi; ZAPPELLINI, Marcelo Beckert. O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em Administração. *Revista Administração: ensino e pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 241-273, abr-mai-jun, 2015.

FÍGARO, Roseli. A triangulação metodológica em pesquisas sobre a comunicação no mundo do trabalho. *Revista Fronteiras*, v. 16, n. 2, p. 124 a 131, mai-ago, 2014.

FIGUEIREDO, Verônica de Sousa; MOURA, Dione Oliveira. Silenciamento e ausências: a saúde dos povos indígenas na mídia impressa brasileira. Brasília. *Revista Comunicologia*, Brasília, v. 6, n. 2, p. 69-90, 2013. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/viewFile/5279/3331>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

FIORE, Maurício. A medicalização da questão do uso de drogas no Brasil: reflexões acerca de debates institucionais e jurídicos. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique. (Org.). *Álcool e drogas na história do Brasil*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. *Análise de conteúdo*. In: DUARTE, Jorge. (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2006, p. 280-304.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRÚGOLI, Jr. H.; SPAGGIARI, E. Da cracolândia aos nóias: percursos etnográficos no Bairro da Luz. *Ponto Urbe*, São Paulo, 6, 2010.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). *Dicionário da educação profissional em saúde*. 2009. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes.html>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

GALVÃO, César. Entrevista concedida a Fernanda Vasques Ferreira. Telefone, 1º nov. 2017.

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis*. Boston: Northeastern University Press, 1986.

\_\_\_\_\_. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOMES, Pedro Gilberto; COGO, Denise Maria. *O adolescente e a televisão*. Porto Alegre: Unisinos, 1998.

GONÇALVES, Alda Martins; SENA, Roseni Rosângela de. A reforma psiquiátrica no Brasil: contextualização e reflexos sobre o cuidado com o doente mental na família. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 9, n. 2, p. 48-55, 2001. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/rlae/article/view/1551/1596>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

GRAZIANO, Diália de Carvalho; NASCIMENTO, Maria Auxiliadora Mendes do. Análise da cobertura da mídia sobre a desocupação dos adictos na Cracolândia, em São Paulo: processos deliberativos enquadramentos. In: MATOS, Heloiza (Org.) *Comunicação Pública: interlocução, interlocutores e perspectivas*. São Paulo: ECA/USP, 2013.

GUAZINA, Liziane; MARTINELLI, Fernanda. Catwalk eletrônico: enquadramentos da moda no GNT Fashion1, *Revista Animus*, v. 11, n. 22, p. 106-130, 2012. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/animus/article/view/6893>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HART, Carl. Entrevista concedida a Fernanda Vasques Ferreira. Aplicativo Skype, 29 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. *Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia. (Orgs.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2010.

HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tchê, 1983.

HOHFELDT, Antonio. (Org.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001.

HOUAISS, Antonio. *Minidicionário Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA (IBOPE). *Dados de audiência do período de 6 de fevereiro a 12 de março de 2017*. Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/conteudo/dados-rankings/audiencia-tv-15-mercados/page/8/>>. Acesso em: 23 out. 2017.

\_\_\_\_\_. *Ranking de audiência das emissoras de TV*. Disponível em: <[https://www.kantaribopemedia.com/wp-content/uploads/2017/03/Report\\_62.pdf](https://www.kantaribopemedia.com/wp-content/uploads/2017/03/Report_62.pdf)>. Acesso em: 23 out. 2017.

IRRIBARRÍA, Juan del Pozo; OLEFFE, Miguel Ferreras. La telefonía móvil como instrumento de comunicación para la información y prevención del consumo de drogas. In: CAMBRA, Ubaldo Cuesta; ITURRIZAGA, Aitor Ugarte; HEVIA, Tania Menéndez. (Orgs.). *Comunicación y Salud*. Nuevos escenarios y tendencias. Madrid: Editorial Complutense, 2011.

JORNAL NACIONAL. *Adultos dependentes de crack começam a ser internados de forma involuntária no Rio*. Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição do dia 19/02/2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2416092/>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Bandos assaltam cidadãos nas ruas do Centro do Rio*. Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição do dia 09/04/2012. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/1896239/>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Brasil é o maior consumidor de crack do mundo, segundo estudo da Unifesp*. Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição do dia 24/05/2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2594935/>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Consumo de crack já tem registros em 90% das cidades brasileiras*. Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição do dia 24/02/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/v/consumo-de-crack-atinge-90-das-cidades-brasileiras/1828832/>>. Acesso em: 27 set. 2013.

\_\_\_\_\_. *Crack causa dependência em garimpeiros do Sertão Baiano*. Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição do dia 23/05/2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2592683/programa/>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Crack chegou a Nova York há 30 anos e prefeitura declarou guerra à droga*. Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição de 27/05/2017. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/5900272/programa/>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. *Crack é responsável por duas internações compulsórias por dia para tratamento em SP*. Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição do dia 24/02/2012. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/1828815/>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Crack também faz vítimas entre trabalhadores das lavouras*. Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição do dia 21/05/2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2588271/programa/>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Crianças e jovens viciados em crack motivam ação especial da Justiça de São Paulo*. Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição do dia 24/03/2012. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/1873061/>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Dependentes de crack têm primeiro dia de trabalho em projeto de São Paulo*. Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição do dia 16/01/2014. Disponível em: <<http://globo.com/rede-globo/jornal-nacional/v/dependentes-de-crack-tem-primeiro-dia-de-trabalho-em-projeto-de-sao-paulo/3083141/>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. *Dependentes químicos vão ganhar emprego, hospedagem e alimentação em SP*. Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição do dia 14/01/2014. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3077787/programa/>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Especialistas apontam que o crack é um dos maiores responsáveis pela violência no RS*. Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição de 20/06/2015. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/4267837/programa/>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Ex-viciado abre mão do dinheiro para se livrar do crack*. Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição do dia 21/08/2014. Disponível em: <<http://globo.com/rede-globo/jornal-nacional/v/ex-viciado-abre-mao-do-dinheiro-para-se-livrar-do-crack/3063881/>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. *Filhos de viciadas em crack já chegam ao mundo com muitos problemas*. Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição do dia 20/09/2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2838464/>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Homem pede para ser acorrentado para tentar se livrar da dependência do crack*. Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição do dia 21/02/2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2420456/programa/>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Internação compulsória de dependentes de crack completa um mês*. Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição do dia 25/02/2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2427408/>>. Acesso em 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Intervenção do governo não diminui consumo de crack em São Paulo*. Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição do dia 26/07/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/07/intervencao-do-governo-nao-diminui-consumo-de-crack-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Jornal Nacional: a notícia faz história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_. *Na crackolândia de São Paulo, a madrugada foi de violência*. Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição de 18/01/2017. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/5586919/programa/>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Nova crackolândia assusta moradores da Zona Sul de São Paulo*. Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição do dia 10/09/2012. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2132527/>>. Acesso em 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Novos flagrantes de usuários de crack são registrados no Rio de Janeiro.* Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição do dia 09/11/2012. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2234737/programa/>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Polícia desmonta Cracolândia de SP, mas usuários de crack voltam.* Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição de 22/05/2017. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/5887513/programa/>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. *Polícia prende 11 suspeitos de abastecer Cracolândia em São Paulo.* Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição de 01/12/2015. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/4647536/programa/>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Policiais prendem 40 pessoas que vendiam pedras de crack para trabalhadores rurais.* Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição do dia Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2197048/>>. Acesso em: 28 mai. 2017

\_\_\_\_\_. *Prefeitura de SP e MP discutem ações na cracolândia.* Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição de 25/05/2017. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/5895474/programa/>>. Acesso: 26 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. *Prefeitura do Rio anuncia que adultos dependentes de crack terão internação compulsória.* Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição do dia 23/10/2012. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2204822/>>. Acesso em 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Sete viciados em crack foram assassinados de madrugada em São Carlos (SP).* Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição do dia 31/10/2012. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2218936/programa/>>. Acesso em 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Usuário de crack do Rio voltam a ser vistos na Avenida Brasil.* Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição do dia 20/02/2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2418240/programa/>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Usuários de crack se misturam aos traficantes e dificultam controle da droga.* Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição do dia 23/01/2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2363656/programa/>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Viciados em crack se espalham por várias regiões de São Paulo.* Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição do dia 02/03/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/videos/t/todos-os-videos/v/viciados-em-crack-se-espalham-por-varias-regioes-de-sao-paulo/1839609/>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Vício do crack alcança índios em aldeia do Amazonas.* Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição do dia 20/05/2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2585960/>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Vício do crack faz aumentar número de órfãos e crianças abandonadas no Rio de Janeiro.* Reportagem veiculada no Jornal Nacional, edição do dia 08/11/2012. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2232529/>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

JOST, François. *Compreender a televisão*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

LAGE, Nilson. *Teoria e técnica do texto jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LANGE, André. *História da televisão*. Disponível em: <<http://histv2.free.fr/cad rept.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

LARANJEIRA, Ronaldo; RIBEIRO, Marcelo. *O tratamento do usuário de crack*. Porto Alegre: Artmed, 2012.

LARANJEIRA, Ronaldo; ZALESKI, Marcos. Políticas públicas. In: LARANJEIRA, Ronaldo; RIBEIRO, Marcelo. *O tratamento do usuário de crack*. Porto Alegre: Artmed, 2012.

LIMA, Luciane Soares et al. Comunicação nas práticas em saúde: revisão integrativa da literatura. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1356-1369, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n4/0104-1290-sausoc-23-4-1356.pdf>>. Acesso em: 20 de ago. 2017.

LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2010.

LLISTÓ, Maria José Capilla. Estrategias de prevención respecto al consumo de sustancias adictivas a partir del estudio de los perfiles de los consumidores. In: CAMBRA, Ubaldo Cuesta; ITURRIZAGA, Aitor Ugarte; HEVIA, Tania Menéndez. (Orgs.). *Comunicación y Salud*. Nuevos escenarios y tendencias. Madri: Editorial Complutense, 2011.

MADEIRA, Ismar. Entrevista concedida a Fernanda Vasques Ferreira. Telefone, 30 out. 2017.

MARTINS DA SILVA, L. Jornalismo e pós-jornalismo, trabalho e sobretrabalho. *Esferas*, Brasília, n. 2, p. 11-17, 2013. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/4723>> . Acesso em: 12 nov. 2015.

MARTOS, Jesús Sánchez. Influencia de los medios de comunicación en la salud de la población. In: CAMBRA, Ubaldo Cuesta; ITURRIZAGA, Aitor Ugarte; HEVIA, Tania Menéndez. (Orgs.). *Comunicación y salud: avances en modelos y estrategias de intervención*. Madri: Editora Complutense, 2008.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. A evolução da pesquisa sobre agendamento: vinte e cinco anos no mercado das ideias. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000b.

\_\_\_\_\_. A função do agendamento dos media. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000a.

MCCOMBS, Maxwell. *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2009.



\_\_\_\_\_. *Estableciendo la agenda*. El impacto de los médios em la opinión pública y en el conocimiento. Barcelona: Paidós, 2006.

MENEZES, César. Entrevista concedida a Fernanda Vasques Ferreira. Telefone, 13 nov. 2017.

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1986.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. (Org.). *Perfil do jornalista brasileiro*. Florianópolis: Insular, 2013.

MOREIRA, Marcelo Rasga et al. Uma revisão da produção científica brasileira sobre o crack – contribuições para a agenda política. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1047-1062, 2015.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. *O cultivo científico da ignorância*. 2012.

Disponível em:

<[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/\\_ed721\\_o\\_cultivo\\_cientifico\\_da\\_ignorancia](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed721_o_cultivo_cientifico_da_ignorancia)>. Acesso em: 20 ago. 2013.

MORRONE, Giuliana. Entrevista concedida a Fernanda Vasques Ferreira. Telefone, 7 nov. 2017.

MOURA, Dione Oliveira. Comunicação em saúde: apenas remediar ou participar e prevenir? In: MENDONÇA, Valéria et al. (Org.). *Comunicação da informação em saúde: aspectos de qualidade*. Brasília: CID/UnB, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/15477>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

NAPPO, Solange A. et al. Aspectos socioculturais do consumo de crack. In: LARANJEIRA, Ronaldo; RIBEIRO, Marcelo. *O tratamento do usuário de crack*. Porto Alegre: Artmed, 2012.

NEVEU, Érik. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Loyola, 2006.

NOELLE-NEUMAN, Elisabeth. *A espiral do silêncio: opinião pública: nosso tecido social*. Petrópolis, Estudos Nacionais, 2017.

NOTO, A. R. et al. Cobertura jornalística sobre drogas: distorções e potencialidades na prevenção. In: RONZANI, Telmo Mota. (Org.). *Ações integradas sobre drogas: prevenção, abordagens e políticas públicas*. 1. ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013, p. 277-291.

OLIVEIRA, Wagner Barbosa. Entrevista concedida a Fernanda Vasques Ferreira. Telefone, 23 fev. 2016.

ORGANIZAÇÕES GLOBO. *Princípios editoriais das Organizações Globo*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html#principios-editoriais>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

PENEDO, Cristina Carmona. *O crime nos média: o que nos dizem as notícias quando nos falamos de crime*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

PEREIRA, Fábio Henrique. Objetivação e triangulação metodológica em entrevistas de pesquisa com jornalistas: análise de uma carreira profissional. *Revista Parágrafo*, v. 2, n. 2, p. 47-68, dez 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/233>>. Acesso em: 25 out. 2017.

PERRENOUD, Luciane Ogata; RIBEIRO, Marcelo. Histórico do consumo de crack no Brasil e no mundo. In: LARANJEIRA, Ronaldo; RIBEIRO, Marcelo. *O tratamento do usuário de crack*. Porto Alegre: Artmed, 2012.

PORCELLO, Flávio A. C.; SARTORI, Débora. Telejornalismo no Brasil: a linguagem verbal e não verbal para atrair a nova classe média. *Revista Sessões do Imaginário*, Porto Alegre, ano XVIII, n. 29, 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/view/14268/9511>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

PORTO, Mauro P. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. São Paulo: Unesp; Salvador: Edufba, 2004.

\_\_\_\_\_. Enquadramentos da Mídia e Política. Trabalho apresentado no XXVI ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS, Caxambu-MG, outubro 2002. Disponível em: <[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=4400&Itemid=317](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4400&Itemid=317)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

REZENDE, Guilherme Jorge de. *Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial*. São Paulo: Summus, 2000.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Florianópolis: Insular, 2016.

RUELLAN, Denis. *Le professionnalisme du flou*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1993.

RUI, Taniele. *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

SAPORI, Luiz Flávio; MEDEIROS, Regina. *Crack: um desafio social*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2010.

SAPORI, Luiz Flávio; SENA, Lúcia Lamounier; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da. A relação entre o comércio do crack e a violência urbana na região metropolitana de Belo Horizonte. In: SAPORI, Luiz Flávio; MEDEIROS, Regina. *Crack: um desafio social*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2010.

SCHUDSON, Michael. As notícias como um gênero difuso: a transformação do jornalismo na contemporaneidade. *Comunicação & Cultura*, Lisboa, p. 139-150, Outono-Inverno 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/18103>> Acesso em: 20 nov. 2017.

SEIBEL, S. D.; TOSCANO JR., A. Conceitos básicos e classificação geral das substâncias psicoativas. In: SEIBEL, S. D.; TOSCANO JR., A. (Orgs.). *Dependência de drogas*. São Paulo: Atheneu, 2000, p. 25-34.

SENA, Lúcia Lamounier. O crack como fenômeno midiático: demônios e silêncios. IV CONGRESSO DE OPINIÃO PÚBLICA DA WAPOR, 2011. Belo Horizonte-MG, 04 a 06 de maio. Disponível em: <<http://www.opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/Lucia-Lamounier-Sena.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2017.

SOUSA, Carla de Fátima Borba. Intercom. Usuário de drogas e criminalidade: a versão midiática. In: GT – Mediações e Interfaces Comunicacionais. X CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 2007. São Luís-MA, 19 a 21 de maio. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0781-1.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2013.

SOUSA, Jorge Pedro. *Elementos do Jornalismo Impresso*. Porto: Letras Contemporâneas, 2001.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira et al. Representações sociais do crack na imprensa pernambucana. *Revista Estud. Psicol.*, Campinas, v. 29, n 3, July/Sept. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2012000300008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2012000300008)>. Acesso em: 13 ago. 2017.

SOUZA, Márcia Rebeca de; OLIVEIRA, Jeane Freitas de. Fenômeno das drogas: análise de reportagens veiculadas em um jornal de Salvador. *Revista Baiana de Enfermagem*, Salvador, v. 22/v. 23, n. 1, 2, 3, p. 145-156, jan./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/viewFile/4994/3628>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

STAKE, Robert E. *Qualitative research: studying how things work*. London: The Guilford Press, 2010.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge. (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2006.

TABAKMAN, Roxana. *A saúde na mídia: medicina para jornalistas, jornalismo para médicos*. São Paulo: Summus, 2013.

TAMURA, Giuliano. Entrevista concedida a Fernanda Vasques Ferreira. Telefone, 31 out. 2017.

TCHAO, Eduardo. Entrevista concedida a Fernanda Vasques Ferreira. Telefone, 7 e 8 nov. 2017.

TELLES, Lília. Entrevista concedida a Fernanda Vasques Ferreira. Telefone, 6 nov. 2017.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

\_\_\_\_\_. *Teorias do jornalismo – porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2005b.

\_\_\_\_\_. *Teorias do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005a.

TUCHMAN, Gaye. *Making news: a study in the construction of reality*. New York: The Free Press, 1978.

TURCI, Fábio. Entrevista concedida a Fernanda Vasques Ferreira. E-mail, 22 nov. 2017.

VIZEU JR., Alfredo. *Decidindo o que é notícia: nos bastidos do telejornalismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

WEAVER, Paul H. As notícias de jornal e as notícias de televisão. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Florianópolis: Insular, 2016.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 2001; 2002.

ZAMIN, Ângela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 918-942, set.-dez. 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/16716>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

ZAMITH, Fernando et al. Ciberjornalismo na lusofonia: Contributo para um mapeamento. *CECS-Publicações/eBooks*, 2014.

## **Glossário dos termos do jornalismo televisivo**

**Bloco:** Divisão de um telejornal. Entre um bloco e outro existe um *break* (intervalo comercial).

**Cabeça:** Introdução da reportagem, lida pelo apresentador, que dá o gancho da matéria.

**Chamada:** Texto sobre os principais destaques do telejornal, transmitido dentro da programação normal da emissora, geralmente, pelo apresentador do telejornal. Tem por objetivo atrair o telespectador.

**Escalada:** As manchetes do dia.

**Fonte especialista:** Trata-se de pessoa de notório saber específico (especialista, perito, intelectual) ou organização detentora de um conhecimento reconhecido. Normalmente, está relacionada a uma profissão ou área de atuação. Tem a capacidade de analisar as possíveis consequências de determinadas ações ou acontecimentos.

**Fonte independente:** Representa uma organização sem fins lucrativos ou grupo social.

**Fonte oficial:** Refere-se a alguém em função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preservam os poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário), bem como organizações agregadas (juntas comerciais, cartórios de ofício, companhias públicas etc.).

**Nota pé:** Texto lido pelo apresentador ao final da matéria.

**Nota seca:** Nota sem ilustração/imagem, é feita pelo apresentador direto da bancada.

**Off:** Narração gravada pelo repórter usada para “cobrir” as imagens.

**Passagem:** Gravação feita pelo repórter no local do acontecimento, com informações a serem usadas no meio da matéria. É o momento em que o repórter aparece para destacar um aspecto da matéria.

**Personagem:** Indivíduo entrevistado, diretamente envolvido com o acontecimento.

**Sonora:** É o trecho que se retira da entrevista, quando o entrevistado aparece.

**Suíte:** Atualização de um fato no dia seguinte.

## **Glossário dos demais termos presentes na tese**

**Cenários complexos inaugurais:** Novos quadros de realidade e de suas exigências de explicação.

**Epidemia:** Aumento acentuado da incidência de uma doença.

**Pandemia:** Epidemia que afeta múltiplas áreas geográficas ao mesmo tempo.

**Saúde pública:** Um domínio genérico de práticas e conhecimentos organizados institucionalmente em uma dada sociedade dirigidos a um ideal de bem-estar das populações – em termos de ações e medidas que evitem, reduzam e/ou minimizem agravos à saúde, assegurando condições para a manutenção e sustentação da vida humana. (Definição disponível em:

<<http://www.fiocruz.br/bibsp/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=107>>. Acesso em: 1º nov. 2017.

**Surto:** Ocorrência de um grande número de casos de uma doença em um curto período.